

Os nossos valores: O ADN de uma Empresa Sustentável

RELATÓRIO
e CONTAS '18







Relatório e Contas '18

Relatório de Gestão

Relatório de Governo das Sociedades

Relatório de Sustentabilidade


Demonstrações Financeiras





RELATÓRIO DE GESTÃO '18

O ADN de uma
Empresa Sustentável



**A nossa missão é
criar valor económico e social a longo prazo, levando os
benefícios do progresso e da inovação a um número
crescente de pessoas**



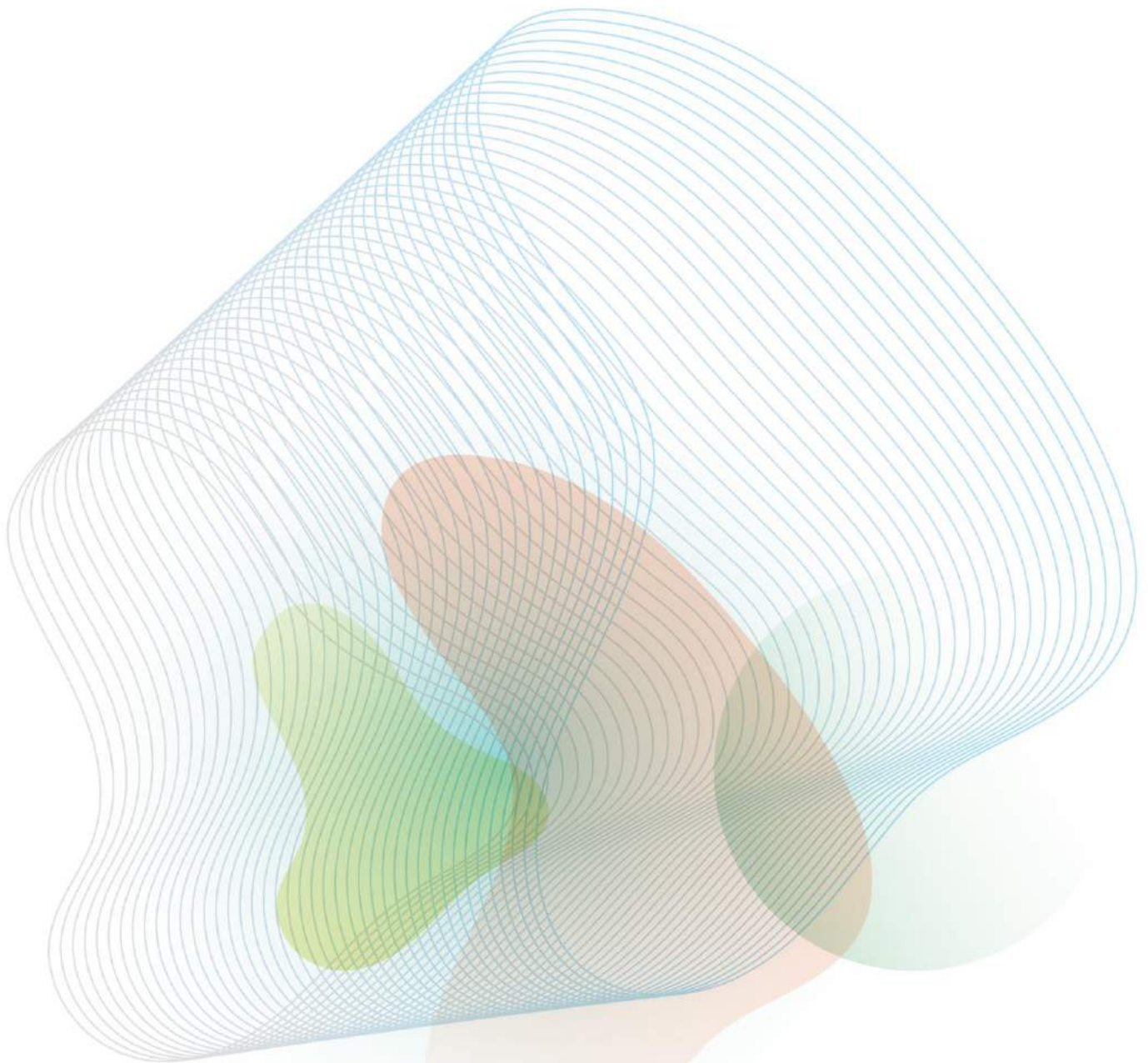
Relatório de Gestão' 18

Índice

Visão geral da Sonae	5
Principais indicadores Estatutários	6
Principais indicadores Proporcionais	7
O nosso mundo	8
Prémios e reconhecimentos	9
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	10
O grupo Sonae	14
Nossa história	15
Estrutura do portefólio	18
Estratégia corporativa	19
ESG, uma abordagem sustentável à gestão	28
Criação de valor para os acionistas	39
Desempenho do Portefólio	43
Mensagem do Presidente Executivo	44
Desempenho financeiro consolidado	45
Tendências e Perspetivas	60
Resultado Líquido individual	61
Proposta de aplicação dos resultados do exercício	61
Eventos subsequentes	61
Considerações finais e agradecimentos	62
Glossário	64
Anexos	67



**Uma sólida cultura empresarial,
com uma missão
e valores claros**



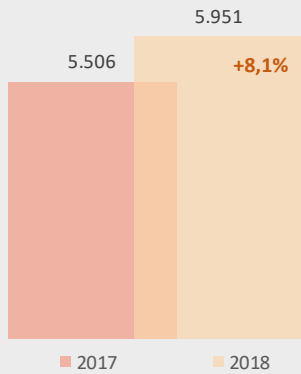
Visão geral da Sonae

Desafio:

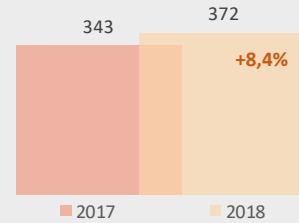
Temos a determinação para desafiar o status quo, a fim de garantir a nossa sustentabilidade a longo prazo

Principais indicadores Estatutários

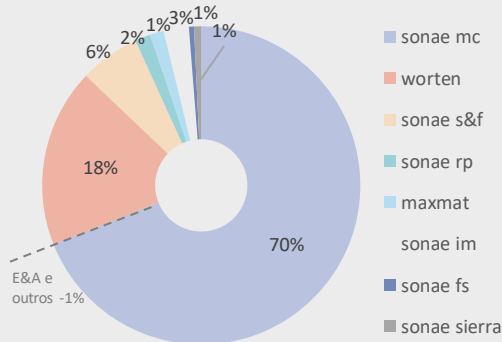
Evolução do volume de negócios consolidado (€M)



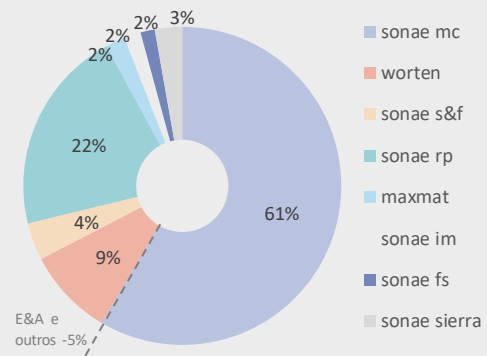
Evolução do EBITDA subjacente consolidado (€M)



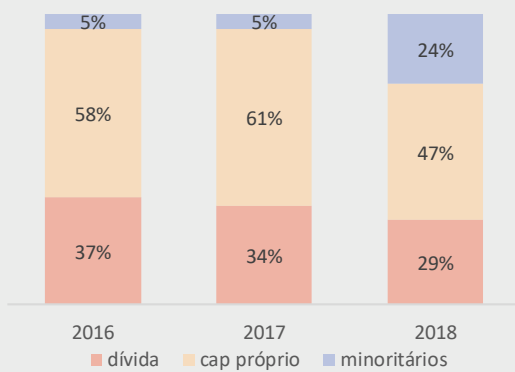
Volume de negócios (€5.951 M)



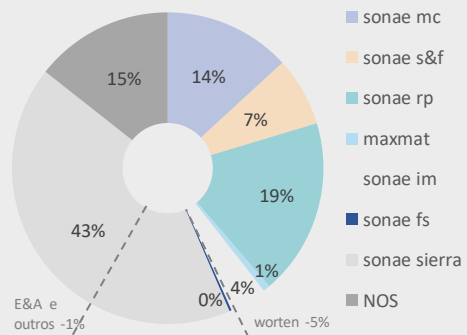
EBITDA subjacente (€372 M)



Estrutura de capitais

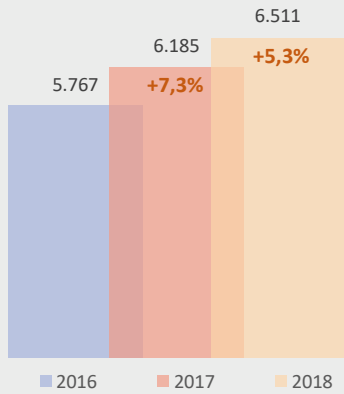


Capital investido (€4.605 M)

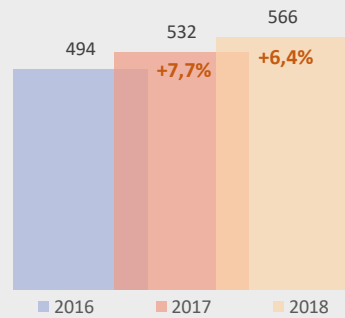


Principais indicadores Proporcionais*

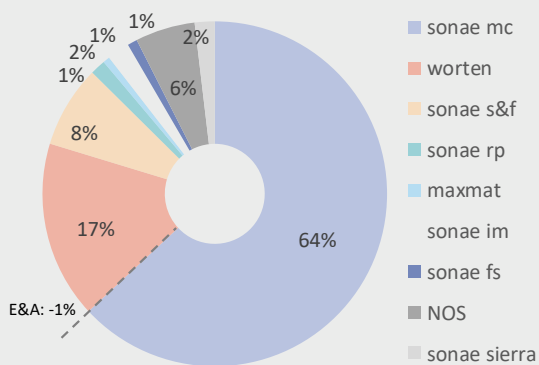
Evolução do volume de negócios proporcional (€M)



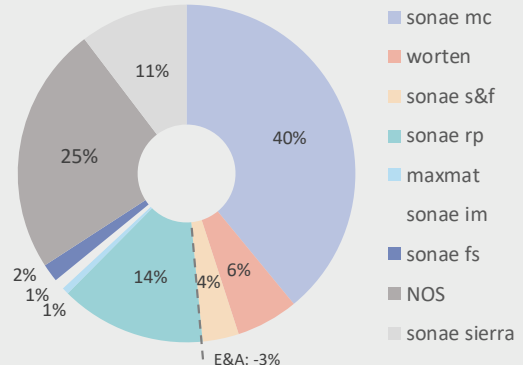
Evolução do EBITDA subjacente proporcional (€M)



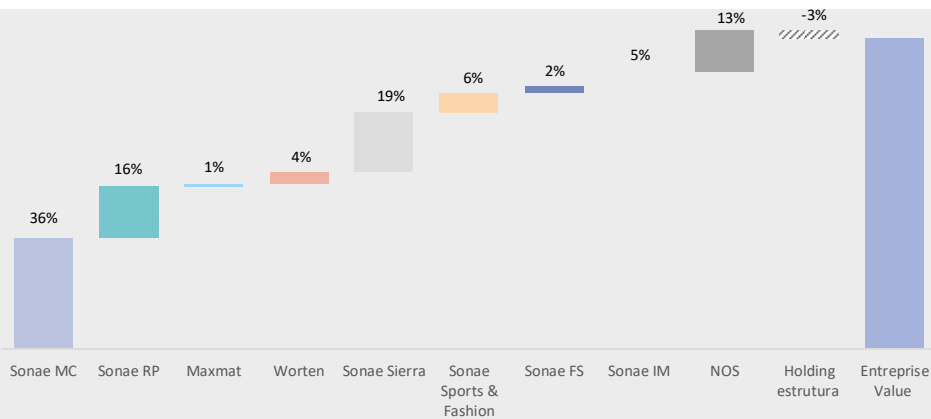
Volume de negócios (€6.511 M)



EBITDA subjacente (€566 M)

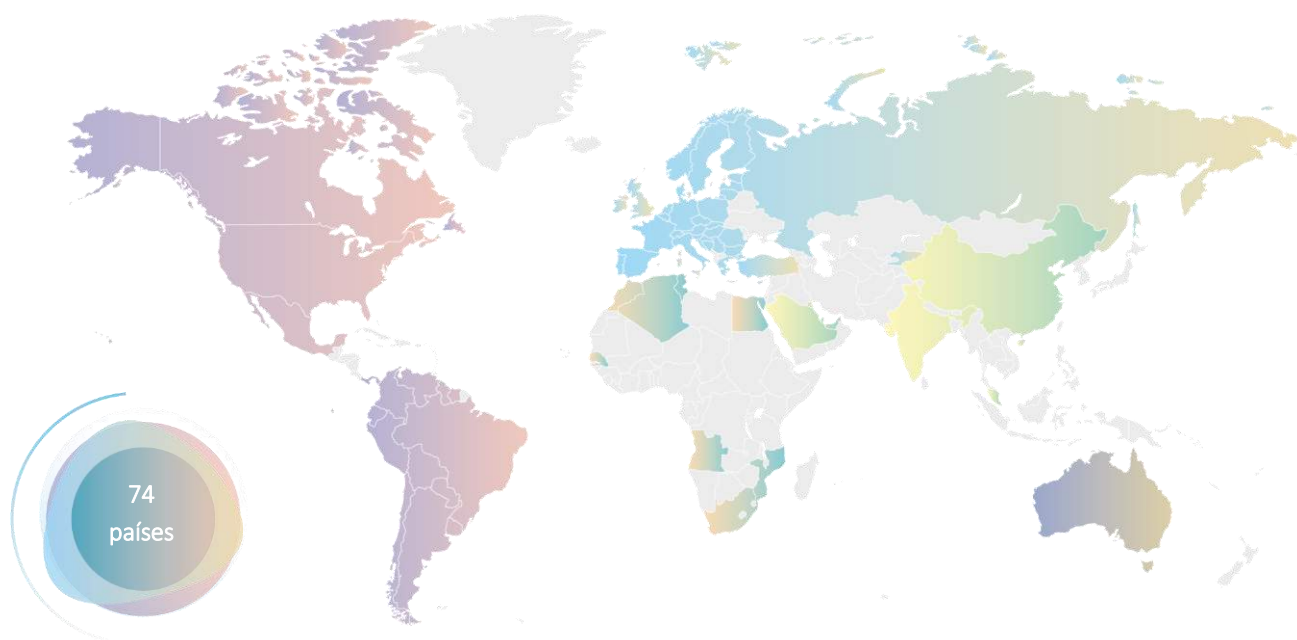


Enterprise value (€5.296 M)



* a) indicadores não auditados, b) o Volume de Negócios e o EBITDA subjacente são valores de gestão pro-forma e proporcionais (incluindo a Sonae Sierra e a NOS pela respetiva participação).

O nosso mundo



Europa	Alemanha	Dinamarca	Grécia	Liechtenstein	República Checa
	Áustria	Eslováquia	Guernesei	Lituânia	Roménia
	Bélgica	Eslovénia	Holanda	Luxemburgo	Rússia
	Bósnia-Herzegóvina	Espanha	Hungria	Malta	Suécia
	Bulgária	Estónia	Irlanda	Noruega	Suíça
	Chipre	Finlândia	Itália	Polónia	Turquia
	Croácia	França	Letónia	Portugal	UK
América	Argentina	Chile	Guiana	Paraguai	Venezuela
	Bolívia	Colômbia	Martinica	Peru	
	Brasil	Equador	México	Suriname	
	Canadá	EUA	Panamá	Uruguai	
Ásia	Arábia Saudita	Emirados Árabes Unidos	Índia	Malásia	Singapura
	Bahrein	Hong Kong	Kuwait	Qatar	
	China		Líbano	Quirguistão	
África	África do Sul	Argélia	Egipto	Moçambique	Tunísia
	Angola	Cabo Verde	Marrocos	Senegal	
Oceânia	Austrália				

Prémios e reconhecimentos

Sonae



Prémio Excelência na Liderança

A Sonae é feita de líderes. A Sonae é uma **organização líder** que reúne as pessoas mais talentosas, selecionadas com base no seu mérito e capacidade para fazer da empresa uma *long-living company*, empenhada em desenvolver uma sociedade mais sustentável. Esta distinção, atribuída pela *Trust in the News* e pela EXAME a Paulo Azevedo (Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO da Sonae), reflete os nossos valores e é partilhada por todos na Sonae.

Partilhando uma cultura de sucesso

O nosso verdadeiro sucesso vem dos nossos clientes. Esforçamo-nos por mostrar aos nossos clientes o nosso compromisso e responsabilidade, trabalhando diariamente para garantir que reconhecemos o seu importante contributo para o nosso projeto. Os clientes são o nosso ativo mais valioso e o nosso sucesso reside na sua lealdade. Trabalhamos com determinação para garantir que somos a sua escolha de eleição e, por sua vez, oferecemos-lhes marcas em que podem confiar, como demonstram as 15 distinções de **Escolha do Consumidor** e as **5 Marcas de Confiança** recebidas.



Inovando para um futuro melhor

A **Comissão Europeia** distinguiu a Sonae como uma das melhores empresas europeias a trabalhar com startups. Pelo segundo ano consecutivo, a Sonae integra a lista restrita de empresas europeias classificadas como **“Open Innovation Challengers”**, que colabora com startups. Os prémios **“Europe’s Corporate Startup Stars”** também distinguiram a Sonae com o prémio **“Open Innovation Innovative Approach Award”** pela forma inovadora como trabalha com startups, designadamente através da Bright Pixel, venture studio, que tem investido no capital de diversos projetos a nível europeu e mundial e apostado em iniciativas disruptivas para potenciar o desenvolvimento de negócios. Na base desta distinção estiveram projetos como o Insert Coin e o GovTech. O Insert Coin desenvolve o conceito de **“startup on demand”** e o GovTech convida startups a apresentar um protótipo relativamente a um dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável definidos pela ONU.

Sonae MC



Melhorar o desempenho com base em uma abordagem de economia circular

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), na 10ª edição Green Project Awards, reconheceu a **Missão Continente na categoria “Inovação e Economia Circular”**. Uma distinção que reconhece o compromisso da Sonae MC para com uma sociedade mais sustentável através da aplicação de conceitos de circularidade, com benefícios tanto para o meio ambiente como para a economia. A Sonae MC continuará a trabalhar no sentido de aumentar os seus níveis de economia circular e a incentivar a adoção de abordagem de economia circular por terceiros.

Sonae Sierra



Um ambiente melhor através da melhoria da eficiência

A Sonae Sierra foi distinguida com o **Prémio Silver Stevie® na “Energy Industry Innovation of the Year” na edição de 2018 dos International Business Awards® pelo “Programa Bright - Melhorar a pegada de carbono no mercado imobiliário”** que permitiu uma redução do consumo energético em 10% e economizou €2,3M de gastos em 2017. As iniciativas previstas vão permitir poupanças anuais de €1,3M adicionais e uma redução de 44% das emissões de gases com efeito de estufa. Um feito notável da Sonae Sierra e um prémio que reconhece o seu compromisso de longa data em relação à eficiência energética.

OCARE - Responsabilidade Social Corporativa

A Sonae Sierra foi distinguida com o prémio **“Melhor campanha de comunicação de responsabilidade social corporativa”** pela sua campanha **“Atrapados”** – campanha contra o bullying. A Sonae Sierra está comprometida com os mais altos níveis de responsabilidade social corporativa e transparência. A Sonae Sierra incorpora os nossos fortes valores corporativos e a verdadeira convicção de que o sucesso sustentável só pode ser alcançado através de sociedades sustentáveis. O vídeo da campanha **“Atrapados”** está disponível em: goo.gl/vw8FHF.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



A todos os colegas, acionistas e parceiros,

Alcançar simultaneamente, de forma significativa e sustentável, crescimento no volume de negócios, melhor resultado operacional, maiores retornos e melhores taxas de alavancagem, não é fácil. Em 2018, o nosso desempenho financeiro demonstra que a nossa abordagem de longo prazo, a par de muito trabalho, continua a resultar em melhor desempenho operacional e em crescimento no valor dos nossos ativos.

Fomos continuamente desafiados sobre se o nosso compromisso inabalável de longo prazo com a responsabilidade social e ambiental poderia, de forma realista, produzir também retorno económico superior. Levámos esses desafios a sério e, invariavelmente, acabámos mais convencidos de que a nossa escolha, embora difícil de cumprir, não é apenas possível, mas na verdade se tornará cada vez mais essencial para a maioria das empresas.

Desempenho

Em 2018, o nosso volume de negócios consolidado cresceu 8,1% para €5.951M e o nosso EBITDA subjacente consolidado seguiu a mesma tendência, com um aumento de 8,4% para €372M.


Todos os negócios integralmente consolidados contribuíram positivamente para o crescimento do volume de negócios.

Destaca-se o desempenho da Sonae MC, que registou um crescimento de 7% tanto no volume de negócios, como no EBITDA subjacente, com aumentos muito significativos nas vendas e na quota de mercado, no universo comparável de lojas. O crescimento em áreas que consideramos fundamentais para o futuro da empresa – alimentos orgânicos, bem-estar e e-commerce – foi particularmente forte e reforçou a nossa clara liderança de mercado em todas as três áreas.

A Sonae IM e a Sonae Financial Services aumentaram as suas contribuições para o EBITDA subjacente consolidado em 42% e 67%, respetivamente, e ambas continuam a ter um bom desempenho também nos seus investimentos não integralmente consolidados. Para a Worten, o ano foi particularmente intenso na transformação do negócio num operador omni-canal cada vez mais digital. Os resultados foram extremamente positivos em termos de recetividade pelos clientes e de vendas (+7,6% com crescimento de 5,6% LfL), mas o processo é intensivo em termos de investimentos em TI, gestão do mix de margens e de adaptação e redimensionamento de lojas físicas, pelo que a melhoria no EBITDA foi pequena.

A nossa divisão Sonae Sports & Fashion (excluindo a Sport Zone/ISRG, que não é consolidada integralmente) enfrentou um ano desafiante, num sector que vive uma redução de procura, especialmente os operadores na Península Ibérica e nos 2º e 3º trimestres. O nosso desempenho no 4º trimestre melhorou significativamente face ao ano anterior, mas infelizmente não o suficiente para alcançar uma melhoria nos resultados anuais. A área de Fashion, continua a ser um desafio importante para nós, e precisamos de continuar a desenvolver as nossas competências em design de produtos e gestão da cadeia de abastecimento.

Os negócios não consolidados integralmente – NOS, Sonae Sierra (durante 3 trimestres), ISRG, MDS, e as empresas de gestão de portefólio da Sonae IM – também apresentaram desempenhos globalmente positivos.



A NOS está agora a operar num mercado que está sob pressão, com acrescidos custos regulados e limitações regulatórias relativamente a aumentos de preços para a maioria dos contratos existentes. Apesar do pequeno aumento no volume de negócios e na pressão em algumas tipologias de gastos, a NOS conseguiu duplicar os esforços na racionalização de todos os seus processos internos e conseguiu registar um crescimento de 9% no EBITDA-CAPEX, atingindo €216M.

A Sonae Sierra continuou focada na execução da sua estratégia de longo prazo, de reciclagem de capital e de crescimento dos seus negócios de serviços e de desenvolvimento. Em 2018, a Sonae Sierra conseguiu vendas de quase €600M de OMV de centros comerciais, com ganhos atrativos, viu o EBIT das prestações de serviços crescer 11% face ao ano anterior, e investiu mais de €165M em expansões, como o Norteshopping, Outlets em Espanha e na Grécia e no projeto na Colômbia, inaugurado a 19 de fevereiro. A Sonae Sierra apresenta um INREV NAV ligeiramente acima do nível de 2008, ao mesmo tempo que distribuiu quase €350M em dividendos e planeia distribuir um valor recorde de €115M em relação a 2018.

O primeiro ano da ISRG, a nossa parceria com a JD Sports e Sprinter no retalho desportivo, já demonstrou o racional e o potencial que motivou a parceria e, apesar de uma reestruturação muito pesada, com muitos encerramentos temporários de lojas e significativas alterações de âmbito, a empresa registou um crescimento de 16% no ano e uma melhoria significativa da rentabilidade a partir do 2º trimestre.

Alterações no portefólio


No decorrer do ano, ocorreram movimentos significativos no nosso portefólio, sendo a mais significativa a aquisição de 20% da Sonae Sierra, ao nosso parceiro Grosvenor Real Estate. O grupo Grosvenor tem sido nosso parceiro há mais de 20 anos, com diferentes graus de propriedade, mas com o mesmo espírito de verdadeira e plena parceria, que esperamos continue a ser o caso por muitos anos. Estamos satisfeitos com esta aquisição, atendendo a que a Sonae Sierra é o nosso negócio mais internacional e um ativo estratégico para o nosso Grupo. Nos próximos anos, queremos reequilibrar o portefólio da Sierra, aumentando sua exposição aos principais ativos dominantes, a desenvolvimentos nos mercados em crescimento, e alargando a prestação de serviços numa base global. Este investimento resulta também na consolidação integral das demonstrações financeiras da Sonae Sierra, com uma contribuição significativa para o EBITDA do Grupo. Em 2018, este efeito só é visível na demonstração dos resultados do último trimestre (afetando a leitura de alguns indicadores), mas terá impacto total durante o ano corrente.

A parceria ISRG, como referido anteriormente, também foi concluída em 2018 (1T) e a SportZone deixou de ser consolidada integralmente. A melhoria do resultado líquido foi muito positiva nos primeiros 3 trimestres de aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras e estamos confiantes de que o impacto positivo crescerá nos próximos anos.

Também ocorreram alterações significativas na carteira de investimentos da Sonae IM, notadamente com a venda de metade da nossa participação indireta na Outsystems, originando um ganho de capital de €38,3M. Este foi o nosso segundo investimento na Outsystems após um pequeno investimento de 1,5% no arranque e acompanhámos a criação contínua de valor da empresa desde o início - orgulhamo-nos de que se tenha tornado na segunda empresa portuguesa a ser considerada um “unicórnio” e estamos satisfeitos de continuar a deter uma participação minoritária indireta através dos fundos Armilar Venture Partners. A Sonae IM também realizou novos investimentos no ano, quer por via de aquisições quer por via de novos investimentos.

Já em 2019, a Sonae MC concluiu um investimento significativo na área de Saúde e Bem-Estar em Espanha, adquirindo uma participação maioritária na Arenal, um retalhista de cosmética e saúde. A Arenal tem, não só, potencial de expansão independente, bem como, de sinergias significativas com a Well’s, em Portugal.

A maior alteração do nosso portefólio, que estava prevista para o ano - o IPO da Sonae MC - não foi concluída, uma vez que não foi possível valorizar a empresa pelo seu justo valor. Além da turbulência do mercado que praticamente impossibilitou todos os IPOs na altura, havia também algum sentimento negativo do mercado em relação ao sector do retalho alimentar europeu no decorrer do segundo semestre, o que retirou o interesse a uma nova tentativa rápida, após o término da turbulência mais significativa. Os objetivos de equilibrar o nosso portefólio ao longo do tempo, de



fornecer maior transparência do valor dos nossos ativos, e de alcançar níveis mais homogêneos de gestão e governo societário nas nossas maiores divisões, permanecem válidos. No caso da Sonae MC, este último objetivo foi totalmente alcançado durante este processo, e a Sonae tem agora uma forma mais genérica e homogênea de acrescentar valor aos nossos negócios (o nosso “estilo parental”) que deverá ser mais fácil de gerir.

Estas alterações do portefólio são também consistentes com os nossos pilares de estratégia corporativa e, em particular, com a internacionalização. A Sonae Sierra é uma das nossas empresas com maior exposição internacional e estamos confiantes de que, com este investimento, vamos melhorar o potencial de crescimento, a longo prazo, da nossa empresa.

Valor

Os nossos indicadores de posição financeira continuaram a melhorar apesar do forte investimento em crescimento orgânico e em aquisições, com a melhoria da alavancagem de 0,6x para 0,5x em relação ao ano anterior. O rácio Dívida Líquida/EBITDA melhorou, face ao anterior, de 2,9x para 2,7x, apesar de estarmos a considerar toda a dívida adicional da Sonae Sierra, não apenas a resultante da aquisição da participação de 20% daquela empresa (+€256M), mas também a consolidação da sua dívida (+€115M), apesar de reconhecer apenas um quarto do seu EBITDA, e independentemente do facto das empresas imobiliárias terem níveis significativamente mais elevados de Dívida Líquida/EBITDA.


Apesar de tudo isto, o desempenho das nossas ações foi negativo durante o ano. Estamos desapontados por o valor dos nossos ativos não estar refletido no preço das nossas ações e, particularmente, pelo facto de um ano tão bom em termos de resultados operacionais e de criação de valor não ter resultado num desempenho positivo no mercado de capitais. No futuro, estamos comprometidos em melhorar a nossa comunicação com o mercado, não apenas com os maiores acionistas, com um foco especial na explicação das principais decisões estratégicas.

Em qualquer caso, o nosso desempenho financeiro permite-nos continuar a nossa política de aumentar os dividendos anualmente em 5%, sem aumentar o *pay-out*. A nossa capacidade de continuar a fazê-lo no futuro, inevitavelmente ajudará a estabelecer um nível mais elevado para o preço das nossas ações.

Sustentabilidade

Mas tudo isso é apenas parte da imagem para nós, atendendo a que atribuímos a mesma importância à nossa responsabilidade de criar valor social e de criar valor económico:

- Mantivemos o nosso forte ritmo de criação líquida de emprego, com mais de 1.300 postos de trabalho criados apenas em 2018, em todos os negócios que controlamos ou co-controlamos.
- Aumentámos os salários de entrada na base da nossa pirâmide de emprego em Portugal em 6,2%, após um aumento de 4,6% e 3,8% em 2017 e 2016, repetivamente, muito acima do aumento médio salarial de todos os níveis.
- Garantimos quase 1,3 milhões de horas de formação aos nossos funcionários de negócios consolidados integralmente, num aumento de 14% em relação a 2017.
- Aumentámos o nosso investimento em centrais fotovoltaicas (+20 em um total de 141), gerando uma poupança de energia de cerca de 20% por unidade e permitindo um aumento de 29% na produção de energia renovável.
- Continuámos a promover o mérito dentro e fora da organização e reconhecemos os alunos com prémios de mérito relacionados com o desempenho e a consciência social, bem como bolsas de estudo, nomeadamente 34 bolsas anuais para raparigas jovens que, apesar do sucesso escolar, enfrentam vários constrangimentos sociais e económicos.
- Desenvolvemos ainda mais o nosso compromisso com a Escola do Cerco, tendo apoiado cerca de 1.000 alunos através de diversas atividades diferentes dentro e fora da escola, nomeadamente a implementação de atividades STEM em parceria com a YScience.
- Continuámos o nosso forte compromisso na promoção da diversidade e inclusão e evoluímos positivamente em todos os nossos objetivos da ERT 2020 (“objetivo voluntário para mulheres em cargos de liderança”).
- Continuámos a contribuir diretamente para caridade e causas sociais, com um valor total de cerca de €11M, um aumento de 13,4% face a 2017.



Olhando para o futuro, iniciámos um esforço amplo para identificar novos projetos que permitam intensificar os nossos esforços de sustentabilidade e definir novas metas em cinco áreas importantes:

1. CO₂ e alterações climáticas,
2. Natureza e Biodiversidade,
3. Plástico,
4. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo e
5. Apoio à Comunidade

Este impulso recente criou grande entusiasmo nas nossas equipas que claramente têm os nossos valores de sustentabilidade no coração, e já começaram a apresentar novas ideias e alguns resultados imediatos, particularmente na área de plásticos.

Como parte deste projeto, e incluído nas nossas comunicações com o mercado, aumentaremos o nível de divulgação e tornaremos públicos os nossos novos principais objetivos, já que esperamos que a aparente tendência de interesse dos investidores em questões de sustentabilidade seja sincera e significativa.

Sucessão

Os últimos dois anos também foram intensos no desenvolvimento e planeamento da sucessão na gestão em todos os níveis, incluindo a minha substituição e a do Ângelo Paupério nas nossas funções executivas. Isto afetou quase todos os conselhos de administração das empresas do nosso portefólio, tendo sido nomeados novos administradores executivos na Sonae MC, na Sonae Sierra, na Sonae Sports & Fashion e na NOS, bem como um novo CEO na Sonae IM e uma nova equipa na Sonae.

O esforço desenvolvido pelo Ângelo e por mim na preparação da sucessão, juntamente com o esforço do Conselho de Administração na elaboração da recomendação para a nova CEO e para a composição do Conselho, foi minucioso e oportuno, permitindo um período de 6 meses para a transição com a Cláudia Azevedo, liberta das suas funções anteriores e preparando-se para a sua nova função. A Cláudia demonstra um entusiasmo que está a contagiar, a conquistar e a renovar as expectativas das nossas equipas.

O Ângelo Paupério tem sido fundamental para uma transição suave. Tal como era esperado e como sempre aconteceu em todas as funções executivas que ele ocupou na Sonae nos últimos 30 anos! Ainda assim, a forma como o fez impressiona e deixa-me repleto de admiração e gratidão. Foi um privilégio trabalhar lado a lado com o Ângelo ao longo de quase três décadas, durante as quais beneficiei imenso da sua sabedoria, consideração, resiliência e sentido de humor! Tenho a certeza de que continuarei a fazê-lo à medida que nos dedicamos, mais uma vez lado a lado, a funções não executivas na Sonae.

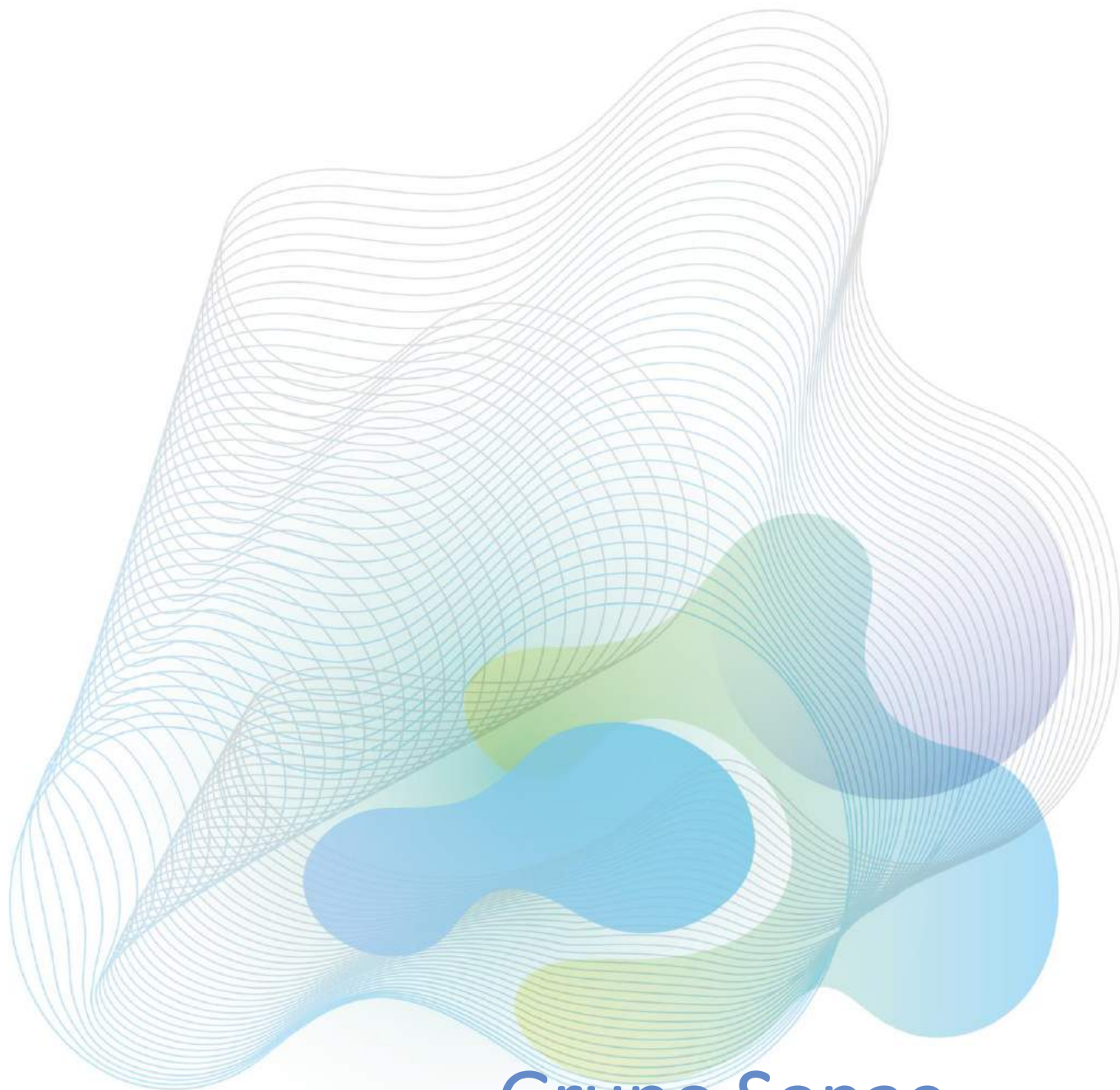
No meu novo cargo de Presidente, farei o melhor possível para criar as condições necessárias para que Cláudia e as equipas executivas tenham sucesso na sua difícil tarefa de atender aos exigentes objetivos de valor económico e social que sempre impusemos a nós mesmos. Tentarei fazer isso através da gestão do Conselho de Administração e do alinhamento com os acionistas, o que apoiará o desenvolvimento de estratégias de longo prazo e tomadas de decisões rápidas. Tais objetivos exigem um elevado grau de conhecimento e empenho do Conselho e dos acionistas e uma forte parceria sustentada por um elevado nível de confiança na administração.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os colegas e parceiros, pelo seu incrível esforço que resultou num 2018 de significativo progresso e realizações únicas, e a todos os nossos clientes e investidores, por nos escolherem, confiando em nós e escolherem ficar connosco. Gostaria também de agradecer a todos os membros dos nossos órgãos societários pelo seu empenho, desafio e aconselhamento e, particularmente, a todos aqueles cujos mandatos terminam este ano. Espero sinceramente que nos continuem a acompanhar e que possamos continuar a contar com os seus conselhos no futuro.

Obrigado.

Paulo Azevedo,

Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO



Grupo Sonae

Compromisso:

estamos comprometidos com os nossos *stakeholders*, procurando compreender e dar resposta às suas expectativas

Nossa história



18 Agosto 1959

Fundação da Sonae - Sociedade Nacional de Estratificados

1965

Contratação de **Belmiro de Azevedo**

1971

Aquisição da **Novopan**

1978

Trabalhadores fazem **greve contra tentativa de nacionalização** da Sonae



1983

Sonae entra na **bolsa**

1985

1º hipermercado em Portugal: Continente (Matosinhos), após JV com Promodés

1986

Abertura do **Hotel Porto Sheraton** (atualmente Porto Palácio Hotel)

1987

7 Ofertas Públicas de Venda (OPVs) para: Particleboard, Retalho alimentar, Turismo, Media, Robótica, Centros comerciais, Eletricidade e Refrigeração

1989

Abertura dos primeiros **dois centros comerciais** construídos pela Sonae (Portimão e Albufeira)

Criação da **Ibersol** e início da estação de rádio "**Rádio Nova**"



1990

Lançamento do jornal "**Público**"

1991

Abertura do **CascaShopping** – o primeiro centro comercial moderno em Portugal

1993

Aquisição de uma participação maioritária na **Tafisa** (painéis de madeira)

1994

Venda à equipa de gestão da **Ibersol** pela Sonae Capital e criação da **Sonae Turismo**

1995

Criação da **Maxmat** (retalho *Do-it-Yourself* – DIY) e **Modalfa** (atualmente MO)

Primeira empresa portuguesa representada no **WBCSD**

1996

Lançamento da **Worten**

1997

Parceria entre **Sonae e Grosvenor** para a Sonae Sierra e inauguração do **Centro Colombo**, o maior centro comercial da Península Ibérica

Lançamento da **Sport Zone**

1998

Lançamento da **Optimus** (operador de telecomunicações)

Introdução do formato de **supermercados de proximidade**

Abertura do **NorteShopping** adjacente ao hipermercado de Matosinhos

1999

Abertura do centro comercial **Vasco da Gama** adjacente à Expo 98 em Lisboa



2000

Colocação da **Sonaecom** em bolsa (IPO)

2001

Saída de bolsa da **Sonae Imobiliária**

Lançamento do **Continente Online**

2002

Abertura do centro comercial **Parque D. Pedro** no Brasil, o maior na América do Sul

2004

Parceria entre a **MDS** (companhia de seguros) e a **Cooper Gay** (corretor de seguros)

Venda da participação na **Portucel**

2005

Spin-off da **Sonae Indústria**

Venda da **Sonae Distribuição Brasil** à Wal-Mart

2006

OPA da Sonaecom sobre a PT e a PT Multimédia

Lançamento da área de para-farmácias "Área Saúde" (mais tarde Wells) Venda da **Enabler**

**2007**

Paulo Azevedo eleito CEO da Sonae

Aquisição da **Carrefour Portugal**

Spin-off da Sonae Capital

Lançamento do **cartão de fidelização** Continente

Abertura do centro comercial **Alexa** em Berlim, o primeiro na Alemanha

2008

Venda da empresa **Contacto** pela Sonae Capital

Entrada da Sport Zone e Worten em **Espanha**

2009

Venda de 49,9% da **MDS** ao Grupo Suzano

2010

Lançamento da **nova identidade corporativa**

Venda da participação da Sonaecom no capital social da **Altitude**

2012

Lançamento das "Obrigações Continente", uma emissão de €200 M em obrigações, a investidores do retalho

2013

Fusão entre a Zon e a Optimus e a criação da marca NOS

2014

Lançamento de obrigações convertíveis no montante de €210,5 M com maturidade em 2019

Sonae IM: venda da Mainroad à NOS e aquisição de 60% da S21Sec

Sonaecom lança uma OPA para a aquisição de um máximo de 24,16% do seu capital social. O nível de aceitação atinge 62%, correspondentes a, aproximadamente, 55 milhões de ações

Sonae RP completa transações de *sale & leaseback: cash-in* de **€174 M** (2010, 2011 e 2014)



2015

Paulo Azevedo eleito Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO da Sonae

Ângelo Paupério eleito Co-CEO da Sonae

Venda da **Geostar** (anterior Star Viagens, adquirida em 1989)

Aquisição da **Losan** pela Sonae S&F

Sonae FS lança o cartão **Universo**

Sonae subscreve o “**Paris Pledge for Action**”

2016

Sonae Sierra inaugura o centro comercial **ParkLake** em Bucareste, Roménia

Sonae MC: 1º supermercado especializado em **comida saudável**

Aquisição de 50% da **Salsa** pela Sonae S&F

Aquisição de participação minoritária na **ES Ventures** (Armilar Venture Partners), pela Sonae IM

2017

Sonae Sierra inicia construção do 1º centro comercial na **Colômbia** e centro comercial dominante em Itália (**Parma**)

Aquisição de 51% da **Go Well** e 100% da **Brio**, pela Sonae MC

Sonae IM: participações minoritárias na Probe.ly, Ometria, Seculoud e Arctic Wolf

Sonae ultrapassa **€100 M em vendas online**

Worten ultrapassa vendas de **mil milhões de euros**

Acordo entre a SportZone, JD Sports e Sprinter (conclusão em 2018) para formar a ISRG (Iberian Sports Retail Group)

2018

Aquisição de uma participação adicional de **20% da Sonae Sierra**

Sonae MC adquire 100% de **Amor Bio**, 2 supermercados orgânicos, e anuncia aquisição de 60% das perfumarias **Arenal**

Sonae IM adquire participações minoritárias na **Nextail, Nextel, Case on It, Reblaze, Excellium, ciValue** e realiza vários investimentos na Bright Pixel;


















Outsystems: venda parcial e reavaliação da participação remanescente, no seguimento do investimento da KKR e da Goldman Sachs; fusão da **S21sec e Nextel**

Acordo com CTT – Correios de Portugal (50/50) para explorar uma oportunidade de negócio no segmento de e-commerce (dott)

Sonae suspende a anunciada **colocação em bolsa da Sonae MC**

Sonae RP completa transações de *sale & leaseback*: *cash-in* de €554 M (2015, 2016, 2017 e 2018)

Estrutura do portefólio

100%	sonae mc	 Retailho alimentar	
100%	sonae rp	 Retailho imobiliário	
50%	maxmat	 Retailho DIY	
100%	worten	 Electrónica	
100%	sonae s&f	 Retailho de moda e desporto *	
90%	sonae im	 Gestão de investimentos	
100%	sonae fs	 Serviços financeiros	
70%	sonae sierra	 Desenvolvimento, propriedade e gestão de imobiliário de retalho	
23%	NOS (equivalência patrimonial)	 Telecomunicações	

* SportZone, Sprinter, JD and Size? integram atualmente a Iberian Sports Retail Group (ISRG), do qual a Sonae detém 30%.



Estratégia corporativa

A nossa missão

Criar valor económico e social a longo prazo, levando os benefícios do progresso e da inovação a um número crescente de pessoas.

Quem somos

Somos uma **long-living company** com uma cultura sólida e que gere um portefólio de empresas em várias geografias e setores.

Ética, Sustentabilidade e Desempenho

O nosso foco assenta no desempenho sustentável, o qual apenas pode ser alcançado com base numa abordagem ética das empresas. O sucesso sustentável depende de uma sociedade sustentável e acreditamos em parceiros que partilham desta convicção.

- um ADN composto por uma forte cultura empresarial e uma missão e valores claros
- uma estrutura accionista estável
- orientados por um Conselho de Administração multidisciplinar, com membros independentes
- posições de liderança de mercado na maioria dos negócios
- crescente remuneração dos accionistas
- forte solidez de balanço e geração de fluxos de caixa
- gestão ativa do portefólio como forma de gerar valor








A Sonae e o Mercado de Capitais

Somos uma empresa detida maioritariamente por um acionista que moldou a nossa cultura e as nossas convicções. Estamos cotados em bolsa, com uma grande percentagem de *free float* no mercado e responsabilidades perante mais de 20 mil acionistas.

Acreditamos que as nossas motivações basilares de "contribuição para o desenvolvimento económico e de promoção do bem-estar social" destacam-nos como um exemplo de responsabilidade e ética, o que possibilita a obtenção de resultados excecionais.

Procuramos ativamente transmitir aos mercados de capitais a nossa visão a longo prazo e o compromisso para com todos os acionistas, visando cativar investidores com convicções idênticas, ao mesmo tempo que desencorajamos aqueles que apenas pretendem obter lucros a curto prazo ou que não considerem importante a responsabilidade social das organizações.

Os nossos valores

 <p>Confiança e integridade</p>	Comprometemo-nos a criar valor económico no longo prazo , com base em relações sustentáveis com todos os nossos stakeholders . Estabelecemos estas relações com princípios de honestidade, retidão e transparência.
 <p>as pessoas no centro do nosso sucesso</p>	As nossas pessoas que trabalham connosco são um fator determinante para o nosso sucesso . Por essa razão, trabalhamos permanentemente para melhorar a nossa proposta de valor enquanto empregadores, de forma a atrair e reter os profissionais mais talentosos e ambiciosos. Investimos não apenas no desenvolvimento das suas capacidades e competências, mas também em assegurar ambientes de trabalho prósperos e positivos, bem como estilos de vida equilibrados. Promovemos incansavelmente a meritocracia e abraçamos a diversidade a todos os níveis.
 <p>ambição</p>	A ambição nasce do contínuo estabelecimento de objetivos que nos impulsionam até aos nossos limites, estimulando a nossa energia e reforçando a nossa determinação . A ambição conduz-nos e mantém-nos insatisfeitos com o status quo, forçando-nos a ir além dos sucessos do passado. Definimos continuamente objetivos ambiciosos que ampliam as nossas competências atuais e exigem uma atitude empreendedora e arrojada por parte dos nossos gestores.
 <p>inovação</p>	A inovação está no coração dos nossos negócios . Questionamos sempre os nossos modelos mentais e a as ortodoxias da indústria de forma a identificar oportunidades. Mantemos uma atitude desafiante, melhorando continuamente as nossas propostas de valor e experimentando novos modelos de negócio, ao mesmo tempo que gerimos os riscos dentro de limites razoáveis. Sabemos que apenas inovando conseguiremos crescer de forma sustentada.
 <p>responsabilidade corporativa</p>	Estamos comprometidos em desenvolver as nossas atividades com base nos princípios do desenvolvimento sustentável, procurando contribuir para a sociedade para além do valor económico gerado pelas nossas atividades de negócio . Em particular, procuramos melhorar as comunidades em que nos inserimos, colaborando para enfrentar os maiores desafios ambientais e sociais dos nossos tempos.
 <p>frugalidade e eficiência</p>	Ambicionamos otimizar a utilização de recursos e maximizar o seu retorno, procurando eficiência de custos, e evitando desperdícios e extravagâncias. Como prioridade, focamos-nos na eficiência operacional, na promoção da competição saudável e na concretização de projetos de alto impacto .
 <p>cooperação e independência</p>	Estamos preparados para cooperar com governos centrais e locais de forma a melhorar as estruturas regulatórias, legais e sociais, e no sentido de assegurar as melhores soluções para as comunidades em que nos inserimos, mas também fazemos questão de manter a nossa independência em relação a todas essas entidades.

As nossas diretrizes estratégicas

As nossas Diretrizes Estratégicas funcionam como uma matriz de base para a aprovação de projetos e investimentos, cada um avaliado com base no seu mérito e contribuição para o valor da empresa e rentabilidade do capital investido. O nosso portefólio é diversificado em termos de negócios e áreas geográficas, com *know-how* mais especializado em áreas como o retalho, serviços financeiros, tecnologia, centros comerciais e telecomunicações. Este amplo portefólio de empresas em várias áreas geográficas e setores tem como objetivo a criação de valor económico e social de longo prazo levando os benefícios do progresso e da inovação a um número crescente de pessoas.

Estamos empenhados na internacionalização das nossas atividades, quando estas se revelam rentáveis e sustentáveis no longo prazo. Entendemos a exposição internacional como uma forma de diversificação de risco, bem como uma oportunidade de crescimento. Neste sentido, a **internacionalização continuará a ser o nosso fator-chave de crescimento**, sempre que existirem oportunidades de criação de valor para os acionistas.

O nosso **portefólio excepcional de ativos e de competências-chave está na base do nosso sucesso sustentável**. Muitas das novas oportunidades que exploramos nascem a partir das nossas unidades de negócio atuais e procuramos fazê-las crescer e transformá-las em negócios autónomos.

Algumas das mudanças mais relevantes no mundo empresarial estão relacionadas com novos modelos de negócio e formas de investimento. Num mundo empresarial caracterizado pelo ritmo acelerado da mudança, a **Sonae está determinada a garantir elevados níveis de flexibilidade e pronta a adaptar-se e a prosseguir diferentes modelos de negócio e de investimento no aproveitamento de novas oportunidades**.

Na imagem abaixo, estão representadas as nossas 3 diretrizes estratégicas:



Potenciar a Expansão Internacional

A internacionalização continuará a ser o nosso fator-chave de crescimento durante muitos anos. Esta é a nossa principal prioridade estratégica, à qual dedicaremos os recursos necessários, aproveitando a **oportunidade de alargar a nossa pegada internacional e transformar a Sonae numa grande organização multinacional**. Esta é a única opção que nos garante sustentabilidade a longo prazo, sendo consistente com o nosso nível de ambição e crescimento.

Temos uma **equipa de gestão excepcional, experiência e reputação nos nossos negócios atuais e podemos utilizar essas alavancas para criar valor a uma escala maior e em mercados que crescem a um ritmo superior e têm maior potencial**. Neste sentido, novas oportunidades de investimento, orgânicas e através de aquisições, devem conter um potencial de internacionalização significativo. Iremos procurar oportunidades em diferentes geografias, mas daremos especial atenção a mercados com elevadas perspetivas de crescimento, condições económicas estáveis e boas práticas de governo.

Reforçar e Alavancar os nossos ativos e competências-chave

O reforço das nossas posições competitivas mais sólidas é uma condição-chave para a nossa sustentabilidade a longo prazo. Este pilar é o alicerce da nossa estratégia de crescimento, e é onde concentramos as nossas competências e ativos principais. Neste sentido, manter as nossas equipas dedicadas e concentradas **em vencer nos seus principais mercados é crucial para sustentar a ambição da Sonae e apoiar as nossas opções de crescimento.**

Continuaremos a explorar novas oportunidades de negócio que alavanquem a nossa base excepcional de ativos em Portugal, como forma de alimentar o nosso portefólio de opções para o crescimento futuro. Para além da sua atratividade intrínseca, estas novas oportunidades devem beneficiar das nossas competências e ativos estratégicos, e reforçar os mesmos, ter o potencial de se tornarem negócios de dimensão significativa a médio prazo, e contribuir para um portefólio de negócios mais forte e equilibrado.

Dedicaremos uma **parte do nosso capital a estes novos investimentos, de acordo com a sua capacidade de proporcionar crescimento e criação de valor.** Iremos sempre procurar identificar sinais iniciais de sucesso ou fracasso, garantindo que decisões de escalar, fusionar ou desinvestir são tomadas o mais cedo possível.

Diversificar Modelos de Negócio e Estilos de Investimento

Vamos assegurar elevados níveis de flexibilidade na procura das nossas ambições de crescimento, particularmente em mercados internacionais. Continuaremos a adotar diferentes modelos de negócio, de acordo com a nossa capacidade de acelerar oportunidades específicas e de gerir o risco. Na prática, continuaremos a fazer crescer os nossos negócios através da combinação de expansão orgânica (em modelos mais ou menos intensivos em capital), wholesale, franchising e prestação de serviços.

Vamos procurar alavancar os nossos recursos e competências através da adoção do estilo, ou combinação de estilos, de investimento mais apropriado para cada negócio, desde negócios detidos na totalidade e participações maioritárias até joint-ventures e participações minoritárias. Por um lado, as participações maioritárias são o estilo de investimento mais apropriado quando, de forma autónoma ou com reduzida contribuição de terceiros, temos os recursos e as competências para liderar o negócio e garantir o desenvolvimento de vantagens competitivas sustentáveis e uma criação de valor superior. Por outro lado, as participações minoritárias são o estilo de investimento mais apropriado quando não temos os recursos necessários ou beneficiaríamos da contribuição de terceiros para assegurar uma criação de valor superior. De qualquer forma, não somos um investidor financeiro e procuraremos sempre assegurar algum nível de influência sobre cada negócio, bem como a capacidade de acrescentar valor através das nossas competências.

De seguida, apresentamos alguns dos exemplos das principais realizações estratégicas alcançadas em 2018:

Sonae MC, autonomia crescente

A **Sonae MC** é um investimento fundamental no nosso portefólio, ainda com potencial de concretização das suas ambições de crescimento, bem como de criação de valor para o acionista.

A Sonae MC beneficia dos seguintes pontos fortes:

- Exposição direta ao ambiente macroeconómico favorável em Portugal
- Forte liderança de mercado em Portugal
- Presença física incomparável e versatilidade da rede para responder a todas as necessidades de compra dos clientes



- Força da marca e envolvimento dos clientes, levando a uma forte fidelização
- Operações altamente eficientes com uma cadeia de abastecimento de excelência
- Forte perfil financeiro sustentado pela eficiência e ênfase na geração sólida de fluxos de caixa
- Diferenciação reforçada em atributos fundamentais das preferências dos consumidores
- Capacidade para explorar oportunidades de mercado relevantes: comércio eletrônico, expansão em lojas de proximidade e segmento de saúde e bem-estar

Em 2018, assegurámos um maior nível de autonomia e agilidade da Sonae MC, de forma a aumentar a capacidade desta subholding para explorar a sua estratégia e plano de crescimento. Fizemo-lo ao redefinir o seu perímetro de negócio (que agora inclui a MaxMat e a maioria dos ativos da Sonae RP), bem como ao adoptar um modelo de governo totalmente alinhado com as melhores práticas dos mercados de capitais.

Apesar do cancelamento da OPV desta empresa, devido a condições de mercado adversas, acreditamos que fomos bem-sucedidos na transformação da Sonae MC, estando a empresa mais bem preparada para explorar o seu verdadeiro potencial, seja no retalho alimentar, seja em novas áreas de crescimento como saúde e bem-estar e o e-commerce.

Apesar de não ter sido possível concluir a colocação da Sonae MC em Bolsa, devido a condições de mercado particularmente adversas, a reestruturação do perímetro atingiu os seus objetivos de autonomia e agilidade e permitiu à Sonae MC operar com um modelo de governo corporativo completamente alinhado com as melhores práticas das empresas cotadas.”

Ângelo Paupério, co-CEO da Sonae



Sonae aumenta participação na Sonae Sierra

Durante 2018, a Sonae investiu no reforço da sua participação na Sierra, de 50% para 70%, através da aquisição parcial da participação pertencente à Grosvenor por €255M¹. Estamos muito satisfeitos com esta aquisição que permite aumentar a nossa exposição internacional e fortalecer a nossa posição num dos principais operadores imobiliários internacionais, em que a Sonae tem investido desde 1989.

A **Sonae Sierra** é um operadores mais premiados no setor imobiliário no que respeita à sustentabilidade. A Sonae Sierra oferece uma ampla gama de serviços que cobrem todo o ciclo de vida das propriedades: desenvolvimento, gestão de ativos e propriedades e investimento em ativos de retalho sustentáveis; e prestação de serviços de investimento, arquitetura, engenharia e gestão de propriedades para clientes em áreas geográficas tão diversas como Europa, América do Sul, Norte de África e Ásia.

No final de 2018, Sonae Sierra geria 64 centros comerciais, 44 dos quais é proprietária (ou co-proprietária), com uma área bruta locável total de 2,5 milhões de m² e €7 mil milhões de *Open Market Value*. A Sonae Sierra está presente em 12 países, gere mais de 9.300 contratos com lojistas e recebe mais de 450 milhões de visitantes por ano. Os pilares estratégicos fundamentais da Sonae Sierra são a reciclagem de capital, o foco no crescimento do seu portefólio de



¹ Conforme anunciado a 13 de julho de 2018.

serviços e o fortalecimento da sua carteira projetos em desenvolvimento, que em janeiro de 2019 contava com 15 projetos em desenvolvimento, dos quais 9 eram para terceiros.

“A Sonae completou a aquisição de 20% de participação da Sonae Sierra, um marco importante para aumentar o perfil internacional do grupo, reforçando a sua participação e influência sobre este operador líder no setor do retalho imobiliário.”

Ângelo Paupério, co-CEO da Sonae

Principais indicadores da Sonae Sierra - 2018

- NAV de €1,455 mil milhões
- EBIT de €108 milhões (base propocional)
- ABL de mais de 2,5 milhões de m² sob-gestão
- Mais de 9.300 de contratos com lojistas
- Mais de 450 milhões de visitantes nos seus centros comerciais



Iberian Sports Retail Group, uma parceria destinada ao sucesso

Em 2017, estabelecemos as bases para o que nós tínhamos a certeza que se tornaria numa parceria de sucesso com o Grupo JD (50%) e os fundadores da Sprinter (20%) com a criação do **Iberian Sports Retail Group (ISRG)**, onde a **Sonae detém uma participação de 30%**. A parceria foi concluída a 31 de janeiro de 2018 e, desde então, tem sido adaptado, integrado e melhorado, tanto a rede de lojas, como os modelos de negócio. Com equipas altamente focadas e uma equipa de gestão empenhada, a ISRG é o segundo maior retalhista ibérico de desporto, o principal agente ibérico no retalho de desporto multimarcas e assume o objetivo de se tornar líder de mercado.



Durante o primeiro ano desta operação conjunta, os resultados são evidentes e reforçam a nossa confiança no futuro desta parceria. Em Espanha, as lojas da SportZone têm sido convertidas em lojas da Sprinter e reações positivas dos clientes tem valido a pena notar. Em Portugal, alguns ajustamentos ao modelo de negócio têm sido feitos: maior ênfase em roupa e calçado desportivos, em deterimento de equipamento técnico, e introdução de várias marcas internacionais. Os resultados deste plano de integração, tanto em Espanha como em Portugal, são muito positivos, realçando a relevância da consolidação de diferentes experiências e conhecimentos práticos na melhoria do desempenho operacional. Adicionalmente, têm sido obtidas significativas economias de escala, principalmente decorrentes da união das forças de empresas envolvidas na parceria.

As marcas da ISRG alcançaram um total de vendas líquido de €610M durante 2018, com uma rede em Portugal e Espanha de 325 lojas, no final de 2018. A criação da ISRG favorece a eficiência operacional e suporta o crescimento do negócio, fornecendo uma oferta ampla e multicanal de várias marcas e produtos aos consumidores. O profundo conhecimento do negócio permite capacidades de gestão estratégica e operacionais distintas e leva à criação de economias de escala e a elevados níveis de rentabilidade.

“As insígnias da ISRG alcançaram um desempenho de vendas muito positivo durante 2018, apresentando fortes níveis de crescimento e reforçando a nossa posição como o segundo maior retalhista ibérico de desporto. Estes resultados foram comprovados com a execução, com sucesso, de um plano de criação de valor para a empresa. Estou mais confiante do que nunca de que vamos melhorar ainda mais as nossas propostas de valor e continuar a crescer em todos os nossos formatos, tanto em Espanha como em Portugal.”

Miguel Mota Freitas, CEO da ISRG

Destasques da ISRG 2018

- Total de vendas líquidas de € 610M²
- Lojas em Espanha: 148 Sprinter | 19 SportZone (Canárias) | 44 JD | 1 Size?
- Lojas em Portugal: 100 SportZone | 13 JD



Worten, um novo marketplace

A Worten está empenhada na procura contínua de novas oportunidades que possam ser alavancadas pela sua estratégia multicanal. Como parte do seu compromisso e com o objetivo de melhorar a experiência dos clientes, a Worten lançou o seu canal *marketplace* em Portugal que permite expandir a sua atividade para novas categorias de produto, como por exemplo o mobiliário, a decoração ou a puericultura.



Este passo reforça a estratégia multicanal da Worten, que disponibiliza um *showroom* na sua rede de lojas, de modo a que os clientes possam experimentar os produtos. Atualmente, as plataformas de *marketplace* são comuns, mas a Worten inovou nesse conceito ao integrar o seu *marketplace* na sua rede de lojas físicas e ao permitir o *click & collect* em loja para estes produtos.



A iniciativa permitiu à Worten expandir para novas áreas de negócio, mantendo os padrões de alta qualidade do serviço e melhorando ainda mais a relação de confiança com os clientes.

O projeto iniciou-se com 100 vendedores e uma oferta no *website* da Worten de cerca de 100 mil produtos. Atualmente, conta com 500 mil SKUs e mais de 200 vendedores. Os parceiros, detentores do inventário, podem desenvolver uma parceria e aceder à rede de lojas Worten, de forma a oferecer uma melhor experiência de compra, bem como um serviço ao consumidor mais personalizado. O *marketplace* é mais um passo em direção à “*digital company, with physical stores and a human touch*”, mas, acima de tudo, contribui para a melhoria da experiência de compra.

² Vendas agregadas das marcas ISRG de Janeiro a Dezembro 2018. Não corresponde às datas do calendário de reporte da JD Sports.

Sonae FS, criar valor através da inovação

A **Sonae Financial Services** (Sonae FS), criada em 2015 com o lançamento do cartão Universo, é uma das áreas de negócio mais recentes do grupo. A Sonae FS é responsável por levar os benefícios de soluções financeiras inclusivas e personalizadas a um número alargado de clientes e famílias, alavancando o ecossistema de retalho único da Sonae e aplicando análises sólidas sobre dados exclusivos.

Reforçar e alavancar os nossos ativos e competências chave

A concretização desta missão é possível através do desenvolvimento e da prestação de serviços financeiros, como o cartão Universo (crédito e débito), empréstimos pessoais, seguros, pagamentos, cartões de presente e transferências de dinheiro, entre outros. Beneficiando da sólida experiência de retalho do grupo e da solidez das suas parcerias com a MasterCard e o BNP Paribas Personal Finance, S.A., a Sonae FS está a desenvolver a sua posição na área dos serviços financeiros. Uma das conquistas mais visíveis da Sonae FS até à data é o cartão Universo. Disponível no mercado há 3 anos (lançado em novembro de 2015), o Universo já se encontra no top 3 do mercado de cartões de crédito em Portugal, com cerca de 750 mil cartões ativos no final de 2018.

Sonae FS apresentou ao mercado um produto único que combina o acesso a contas de débito e de crédito, bem como a opção por diferentes modalidades escolhidas no momento do pagamento. O cartão Universo confere liberdade de escolha ao consumidor, podendo este optar por pagamentos em prestações (em 3x, 6x e 12x) em cada operação realizada na rede mundial da Mastercard (débito ou crédito). Adicionalmente, o cartão Universo reforça os diversos programas de fidelização da Sonae centralizados num único cartão. O cartão Universo permite a combinação dos benefícios da fidelização e das soluções de pagamento num só cartão, acrescidos de vantagens significativas para os clientes, que incluem 1% de retorno em todas as compras, valor que pode ser utilizado no ecossistema Continente. A Sonae FS oferece as suas opções de pagamento únicas a um ecossistema de parceiros em expansão, que incluem operadores líderes nos seus setores, como, Galp, Viagens Abreu e Boutique dos Relógios, além de todas as insígnias Sonae.

A Sonae FS está a desenvolver a gama de ofertas através do cartão Universo, adicionando seguro para habitação, carrinho de compras e proteção familiar. O dinamismo da Sonae FS estende-se também à área digital, fornecendo uma aplicação de última geração para utilizadores móveis, incluindo funcionalidades para modalidades de pagamentos para cartões virtuais e para pagamentos de serviços, bem como funcionalidades de segurança avançadas, como a ativação ou desativação instantâneas de transações com cartão, baseadas no canal de origem, geografia, tempo, etc. A segurança é uma preocupação central da Sonae FS.

Paralelamente ao cartão Universo, a Sonae FS disponibiliza um cartão pré-pago para utilização em toda a rede de marcas e lojas de retalho da Sonae. Esta solução conveniente pré-paga de ciclo fechado para os clientes de retalho (Cartão Dá) gerou mais de €100 milhões em vendas para as lojas Sonae, evidenciando os aspetos positivos do retalho e pagamentos simbióticos. A Sonae FS é um exemplo claro de valor acrescentado decorrente de uma base de clientes única construída sobre a experiência vertical (Sonae MC, Worten, Sonae Sports&Fashion, etc) que pode gerar benefícios horizontais dentro da Sonae (que permitem um interessante reforço da fidelização) e estender-se aos clientes de serviços financeiros.



Destaques da Sonae FS em 2018

- Produção €1.006 M (+22,8% y.o.y.)
- 747 milhares de cartões universo emitidos (+142 milhares vs 2017)
- 11,9% de quota de mercado média no mercado de pagamentos

Sonae IM, cumprindo a sua missão de criação de valor

A **Sonae IM** gere ativamente um portefólio dedicado a empresas de tecnologia centradas em cibersegurança, telecomunicações e retalho, com o objetivo de fortalecer a sua posição como líder internacional em investimento em tecnologia.



Em 2016, a Sonae IM adquiriu ao Novo Banco uma participação na Armilar Venture Funds por €31,7 M (3 fundos de capital de risco). Com esta transação, concluída em Dezembro de 2016, a Sonae IM reforçou o seu portefólio com significativas participações indiretas em mais de 20 empresas, entre as quais se destacam a OutSystems e a Feedzai, ambas com níveis de crescimento sustentáveis e significativos.

Apenas 2 anos após esta aquisição, a OutSystems recebeu \$360 milhões (cerca de €300 M) de financiamento da KKR e da Goldman Sachs, que avaliaram a empresa em mais de \$1 mil milhões (cerca de €850 M). A OutSystems desenvolve e disponibiliza uma plataforma de referência de código de baixo nível, que é, sem qualquer dúvida, revolucionária! Com o anúncio desta operação, em junho de 2018, a empresa foi considerada um “unicórnio”. Consequentemente, a Sonae IM, como investidora no fundo, recebeu uma distribuição de capital de €57,8M, conforme anunciado ao mercado.

"Assumimos o compromisso do combate a um dos problemas atuais mais significativos que assolam as empresas – a falta de velocidade e de agilidade no desenvolvimento tradicional de software. Este problema é responsável pela criação de barreiras às iniciativas de transformação digital em todo o mundo. Assistimos à luta diária das empresas pela resolução desta dificuldade e por isso estamos animados com a parceria com a KKR e a Goldman Sachs para encontrar a solução para este problema, oferecendo mais inovação aos nossos clientes e redefinindo o futuro do desenvolvimento de software empresarial."

Paulo Rosado, OutSystems CEO

NOS, uma empresa de entretenimento digital

A **NOS** ambiciona ser a melhor empresa de entretenimento e parceira privilegiada para a transformação digital, revolucionando a centralização no cliente através do foco na qualidade e na experiência. Para alcançar esta ambição, a NOS delineou e apresentou em 2018 o Plano de Transformação ("*Transformation Plan*"), um plano que detalha os investimentos em curso na rede estrutural e um plano para melhorar a eficiência global do grupo.



A decisão de implementação deste plano teve por base três objetivos fundamentais: 1) atingir a liderança no NPS – *Net Promoter Score**; 2) impulsionar a componente digital na totalidade das interações com os clientes; e 3) captar uma poupança recorrente de fluxos de caixa.

O *Transformation Plan* abrange três áreas de excelência da estratégia da NOS: a rede fixa, a rede móvel e a inovação como serviço, e apresenta 60 iniciativas que visam o crescimento sustentável que se pretende atingir em 2022 (5% durante 2019, 10% durante 2020 e 40% durante 2021). O plano abrange 45% da estrutura de custos da NOS e previne o aumento de custos que ocorreria na ausência de uma resolução no presente. Entre outros, a empresa espera beneficiar da automação, de serviços digitais melhorados, de custos de transferência reduzidos e da otimização na recuperação de equipamentos.

*ferramenta para medir o grau de satisfação dos clientes

"Este é um projeto de longo prazo que acreditamos terá impactos significativos ao nível do serviço ao consumidor e eficiência dos custos, pela implementação de mudanças estruturais na forma atuamos e como interagimos com os nossos clientes."

Miguel Almeida, CEO da NOS

ESG, uma abordagem sustentável à gestão

Durante a última década, a Sonae tem comunicado de forma ativa e aberta as suas políticas e ações de responsabilidade corporativa em prol de um mundo mais sustentável. Para a Sonae, estas práticas surgem como um passo natural pois mantemos os mais altos níveis de qualidade de informação e transparência no mercado, e nossas práticas de relatórios vão além dos requisitos regulamentares.

Nos últimos meses, notámos uma maior consciencialização e procura por parte da comunidade de investidores em relação a estes tópicos. As recentes alterações regulamentares, a crescente preponderância do investimento Sustentável e Responsável, a crescente consciencialização dos clientes e suas comunidades sobre os impactos ambientais e de governo societário e uma sociedade mais diversa e inclusiva, têm criado uma dinâmica de mercado que redefine e estende o conceito de desempenho empresarial. Acreditamos que os temas ESG (*Environment, Social and Governance*) irão continuar a ganhar relevância, quer como fator de risco, quer como oportunidade, com os investidores à procura de níveis mais elevados de transparência e cada vez mais atentos a métricas de ESG, procurando incorporá-las nos seus modelos de investimento. Ignorar esta tendência poderá resultar em custos na forma de multa ou de perdas de reputação. O mercado demorou uma década a partilhar a nossa visão sobre a relevância destes tópicos e porque a Sustentabilidade está no centro do nosso ADN e deste modo faz parte integrante da nossa estratégia, continuaremos a melhorar e a alargar as nossas práticas de reporte em ESG, uma dimensão fundamental na maneira como construímos relações.

Este capítulo sublinha uma mensagem importante da Sonae. Acreditamos que o crescimento económico sustentável requer uma sociedade sustentável, pelo que estamos totalmente dedicados a uma abordagem sustentável de gestão. Nenhuma decisão é por isso tomada pela equipa de gestão sem que a sustentabilidade da empresa a longo-prazo seja considerada. A nossa Estratégia foi integralmente orientada para uma empresa sustentável a longo-prazo e o processo de tomada de decisão, na empresa como um todo, é orientado pelos nossos valores de responsabilidade corporativa, considerando o seu impacto na criação de valor para o acionista no longo-prazo.

A nossa equipa de Relações com Investidores é incansável na sua busca pela transparência e profissionalismo na resposta às preocupações do mercado, que abrangem um crescente leque de tópicos. Adicionalmente, a Direção de Relações com Investidores desempenha um papel informativo vital na organização, ajudando as equipas de gestão a compreender as diferentes perspetivas dos *stakeholders* e a entender como criar valor através da comunicação.

Indicadores de ESG

Responsabilidade Social³

- Um dos maiores empregadores em Portugal: 45.231 colaboradores
 - 65% mulheres
 - 19,1% de promoções atribuídas a mulheres e 22,5% de promoções atribuídas a homens
 - 32% dos cargos de direção ocupados por mulheres
- Criação de aproximadamente 1.300 empregos em 2018
- 21 áreas geográficas com equipas locais
- Mais de 1,2 milhões de horas de formação
- 6.383 horas de 1.360 voluntários para ajudar a comunidade
- Cerca de €11 M despendidos em apoio à comunidade para causas sociais, humanas, culturais e ambientais
- 1.175 instituições apoiadas

³ O relatório de Sustentabilidade incide sobre a atividade entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018 da Sonae, Sonae MC, Sonae Sports & Fashion, Worten, Maxmat, Sonae RP, Sonae FS, Sonaecom (que inclui a Sonae IM, a área de Media, entre outros) e Sonae Sierra. Este relatório não consolida os dados não financeiros da NOS e da ISRG. Relativamente à Salsa, empresa da Sonae S&F, apenas são reportados os dados referentes a atividade em Espanha.



Ambientais

- Consumo de energia (GJ): 3.470.999
 - Produção de energia de fontes renováveis (GJ): 42.282
 - Taxa de valorização (reaproveitamento) de resíduos (%): 81,4%
 - Emissões de CO₂ (toneladas): 984.015
 - Consumo de água (m³): 2.938.251
-
- 51 lojas Continente e 21 lojas Worten com a certificação ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental
 - Até ao momento, a Sonae Sierra obteve certificações ISO 14001 para o SHEMS a nível local de 26 projetos de construção concluídos e 52 ativos em operação. Foram ainda obtidas certificações OHSAS 18001 para 10 projetos de construção concluídos e foram certificados 48 ativos de acordo com OHSAS 18001 /ISO 45001. Atualmente, 20 dos ativos operacionais da Sonae Sierra têm certificação ISO 14001 e 19 estão certificados de acordo com OHSAS 18001 /ISO 45001, que representa 44% e 42% do portefólio detido, respetivamente.
 - **Projecto de sustentabilidade energética e ambiental - investimento contínuo de €110 M** nas seguintes áreas: energia; água; redução e recuperação de resíduos alimentares; desempenho ambiental. Um investimento promovido pelo Banco Europeu de Investimento, com um empréstimo de 50% do montante.

Governo Corporativo

- Grande maioria de membros independentes e não executivos no Conselho de Administração (7 membros)
- 33% de mulheres no Conselho de Administração (*benchmark* entre as empresas portuguesas cotadas)
- 2 comissões do Conselho de Administração para discutir em detalhe diferentes assuntos pertinentes: Comissão de Auditoria e Finanças e Comissão de Nomeações e Remunerações.

Mundo Sustentável

A Sonae encontra-se a definir o novo ciclo estratégico de sustentabilidade, com base nos resultados da avaliação dos ciclos anteriores, nos compromissos assumidos, nos resultados do inquérito realizado aos acionistas e na análise das melhores práticas e tendências. A Sonae identificou cinco áreas temáticas: **alterações climáticas e as emissões de CO₂, natureza e biodiversidade, plásticos, diversidade e inclusão, apoio à comunidade**. Estas áreas serão desenvolvidas de forma aprofundada em 2019, juntamente com o desenvolvimento progressivo de planos de ação, com o objetivo de sistematizar um conjunto de políticas, princípios de ação, objetivos e metas transversais a todas as empresas do grupo Sonae.

Para mais informações, por favor consultar o Relatório de Sustentabilidade da Sonae.

Seguem-se alguns exemplos das nossas iniciativas para promoção de um ambiente sustentável:

Paris pledge, trabalhar em conjunto em direção a um futuro melhor

A Efanor, o maior acionista da Sonae e controlado por uma família, reuniu todas as suas empresas e criou uma equipa de trabalho para **desenvolver uma abordagem para a implementação do Paris Pledge transversal a todas as empresas do grupo Efanor**. O grupo de trabalho encontra-se a elaborar um relatório de diagnóstico para o desenvolvimento de *Science Based Targets* e *Greenhouse Gas Protocol* e a identificar áreas de ação-chave.

A Sonae está e estará na linha da frente do combate às alterações climáticas. A Sonae subscreveu e promove ativamente a iniciativa ambiental *Paris Pledge for Action*, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento de novas iniciativas para a melhoria do nosso desempenho ambiental. É crítico compreender e mitigar tanto o nosso impacto ambiental, bem como o impacto das alterações climáticas das nossas operações.

“A Sonae está seriamente empenhada em desenvolver as suas operações de forma sustentável, procurando constantemente melhorar a sua pegada de carbono. Subscrever o *Paris Pledge for Action* não só renova o nosso compromisso com a sustentabilidade, como também nos desafia a traçar metas mais ambiciosas. O desenvolvimento sustentável é, hoje em dia, um pilar base da cultura da Sonae e irá contribuir de forma decisiva para o sucesso da nossa estratégia.”

Paulo Azevedo, Presidente do Conselho de Administração da Sonae

Sonae Sierra, um player global na luta por um ambiente melhor

A **Sonae Sierra** é mundialmente reconhecida pelo seu amplo portefólio de serviços que cobrem todo o ciclo de desenvolvimento e gestão de imobiliário de retalho. A Sonae Sierra é proprietária, gere um total de 64 centros comerciais espalhados por diversas geografias. Sonae Sierra é um dos negócios com maior exposição internacional no portefólio da Sonae e está empenhada em aumentar essa exposição – uma empresa verdadeiramente global.

Importa salientar que parte do sucesso da Sonae Sierra resulta da sua abordagem ambiental única, que procura atingir os mais altos níveis de eficiência ambiental. A Sonae Sierra é uma das empresas mais premiadas no setor imobiliário no que diz respeito à sustentabilidade. Em 2018, a **Sonae Sierra recebeu o Prémio Silver Stevie® na categoria "Inovação do Ano na Indústria de Energia" pelo seu programa "Programa Bright - Melhorar a pegada de carbono no mercado imobiliário"**.

O "Programa Bright – Melhorar a pegada de carbono no mercado imobiliário" é um projeto inovador na área da eficiência energética concebido pela Sonae Sierra, com o objetivo de reduzir o consumo de energia e melhorar a pegada de carbono dos ativos imobiliários em todo o mundo. Este programa contém uma visão holística de cada aspeto das operações de um centro comercial, desde o edifício e os sistemas de gestão energia, aos comportamentos dos utilizadores e aos fatores específicos de cada região. O Programa Bright permitiu à Sonae Sierra implementar

medidas específicas a cada ativo do seu portefólio, reduzindo o consumo de energia e a pegada ambiental e, simultaneamente, mantendo ou melhorando o nível de serviço para os seus lojistas e visitantes. O programa identificou 250 medidas de otimização de energia em 28 centros comerciais, através da aplicação de um software de otimização energética. Com um investimento total de € 2,3 M, 189 destas medidas permitiram à Sonae Sierra reduzir o consumo energético em 11%, poupar gastos de €2,4 M em 2018 e reduzir as emissões de gases do efeito estufa equivalente a 13% da pegada de carbono de 2018 dos nossos centros comerciais. As restantes medidas irão evitar gastos anuais de €1,2 M.

Galeria da Biodiversidade, promover investigação para moldar o futuro

A Sonae tornou-se mecenas da Galeria da Biodiversidade da Universidade do Porto, através de um acordo de mecenato, que demonstra o forte compromisso da Sonae com a investigação científica. A Galeria da Biodiversidade pertence ao Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto e procura fundir dimensões distintas da vida e da ciência. Um espaço único onde a arte se cruza com a biologia e a história natural, criando uma vasta gama de experiências sensoriais, elaboradas de forma meticulosa com o objetivo de celebrar a diversidade da vida.

Este programa de mecenato enquadra-se na política de responsabilidade corporativa da Sonae e representa um investimento de 300 mil euros durante os próximos 3 anos. Para a Universidade do Porto, esta é uma oportunidade de reforçar a investigação científica de forma inovadora, um caminho a percorrer para uma sociedade mais consciente do vínculo que une todas as áreas de conhecimento.



Sacos de plástico, reduzindo a nossa pegada ambiental

Os sacos de plásticos são um dos principais problemas ambientais quando não são reciclados e o Continente está a enfrentar este desafio de forma ativa. O Continente começou a disponibilizar aos **seus clientes, incluindo os clientes online, sacos de plástico feitos de 80% de material reciclado e que são 100% recicláveis, reduzindo significativamente a utilização de sacos de utilização única.** Os novos sacos, os quais estão totalmente em linha com a Economia Circular, cumprem com os critérios ambientais e estão isentos da taxa ambiental associada aos sacos de plástico. Cada saco custa 10 cêntimos para os nossos clientes, mas para consciencializar os nossos clientes a reciclar, o Continente criou para os clientes do continente *online* o programa “Você devolve, nós reciclamos”. Através deste programa, os clientes podem devolver os sacos numa entrega futura e o Continente devolve por completo o custo do saco, que será enviado para reciclagem.

A Sonae MC anunciou ainda que esta iniciativa é a primeira de várias medidas concretas que visam promover uma utilização mais sustentável e responsável do plástico e reafirma o empenho do grupo na sua dimensão de sustentabilidade.

A transição para os novos sacos de plástico passou por um período exigente de testes, tanto a nível interno como externo, com o objetivo de garantir a sua qualidade, a resistência e a redução do impacto ambiental. Além dos novos sacos, o Continente continua a disponibilizar outros sacos reutilizáveis que podem ser adquiridos pelos clientes.

Esta iniciativa resulta numa poupança anual de 1.295 toneladas de plástico virgem, um contributo significativo para um meio ambiente mais sustentável.

Faturas eletrónicas: Uma significativa redução no consumo de papel

O Continente assume o compromisso de contribuir para um ambiente mais sustentável e está empenhado em reduzir o consumo de papel, mais especificamente o papel utilizado na emissão de faturas, um recurso no qual o sector do retalho alimentar apresenta consumos significativos.

Face ao recém-aprovado enquadramento legal, o Continente disponibiliza desde finais de 2018 a possibilidade dos seus clientes aderirem à faturação eletrónica. Os clientes podem optar por receber as faturas detalhadas por e-mail, tornando a sua experiência de compra mais conveniente e rápida e permitindo uma melhor organização, ao conferir aos clientes a possibilidade de manterem uma cópia digital para utilização futura, caso seja necessário.

A opção de faturação eletrónica está disponível a todos os clientes da Sonae MC possuidores do cartão Continente ou Universo. Em pouco mais de um mês, mais de 50 mil clientes aderiram ao serviço. Se todos os clientes aderissem ao serviço, esta iniciativa individualmente permitiria poupar mais de 193 toneladas de papel e evitar o abate de 4 mil árvores. A opção está disponível em toda a rede de lojas de retalho alimentar da Sonae MC (Continente, Continente Modelo e Continente Bom Dia) e deverá ser alargada à Well's, note! e Zu.

A Sonae estuda a possibilidade de alargar esta iniciativa a outros negócios, reforçando a sólida experiência e contributo do Continente para melhorar o ambiente e, simultaneamente, obter poupanças significativas a nível operacional.

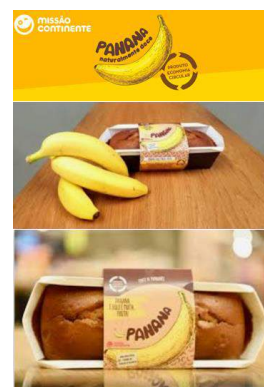
“As faturas em papel não só desperdiçam tempo, enquanto o cliente espera pela impressão, como também têm um forte impacto negativo no ambiente. Adicionalmente, a realidade é que, nas poucas ocasiões em que necessitamos da fatura para serviços pós-venda, normalmente não a encontramos. A desmaterialização da fatura era um projeto que vínhamos a desenvolver há muito tempo com o objetivo de proporcionar uma experiência de compra mais confortável e eficiente. As faturas eletrónicas permitem, a um cliente que nos visite pelo menos duas vezes por semana, poupar 30 minutos do seu precioso tempo por ano!”

Tiago Simões, Diretor de Marketing da Sonae MC

Panana, um saboroso exemplo de economia circular

A Sonae MC está a incorporar a abordagem de **economia circular nos seus negócios, implementando um sistema regenerativo para reduzir o desperdício e a poluição, aumentar a utilização dos seus produtos e materiais e regenerar sistemas naturais.** Inserida nesta abordagem, a Sonae MC aproveitou a oportunidade para inovar a sua oferta de produtos que reduzem significativamente o desperdício.

O Panana (bolo de banana) é um exemplo da inovação na procura de melhores níveis de utilização dos recursos. As bananas são um fruto delicado com um tempo de vida de prateleira muito curto, o que leva a uma necessidade de gestão constante, uma vez que tendem a ficar maduras rapidamente. De forma inovadora, o Continente começou a utilizar bananas que ainda estavam perfeitamente comestíveis, mas demasiado maduras para serem vendidas, para apresentar um bolo de banana delicioso – o Panana – obtendo um aproveitamento de uma média de 2 toneladas de bananas por dia.



Seguem-se alguns exemplos das nossas iniciativas para promoção de uma sociedade sustentável:

#EmbraceDifference, compromisso com a inclusão e a diversidade

A Sonae procura manter uma posição de liderança na resposta ao desafio de respeitar as diferenças do mundo de hoje, num passo claro rumo a uma sociedade mais inclusiva e diversificada. Para este efeito, a Sonae juntou-se a um grupo de empresas europeias líderes que assinaram o primeiro Compromisso Pan-Europeu para promover a inclusão e diversidade no local de trabalho: uma promessa que destaca o compromisso do *European Round Table of Industrialists* e sua dedicação ao objetivo de criação de um ambiente com as condições certas para que todos possam alcançar seu pleno potencial, em direção a uma sociedade que aceita e promove talentos e méritos, independentemente de idade, sexo, orientação sexual, religião ou deficiência.

Acreditamos que a complementaridade de perspetivas, experiências e perfis contribui para uma gestão mais rica, equilibrada e dinâmica e para uma empresa que se pretende verdadeiramente sustentável. O portfólio de investimentos da Sonae abrange uma ampla gama de empresas com uma presença global e, portanto, a diversidade e a inclusão não são apenas naturais, como visam propiciar um ambiente único, que é certamente um fator determinante para o nosso sucesso.



Saúde e Bem-estar – O caminho a seguir no Controlo e Prevenção de Doenças

Vivemos numa sociedade cada vez mais consciente das implicações a longo-prazo dos nossos estilos de vida quotidianos, particularmente ao nível da saúde e do bem-estar. Escolhas pouco saudáveis têm implicações significativas nos custos médicos e de segurança social e na produtividade, impondo um fardo à sociedade como um todo. À medida que observamos uma mudança de paradigma lenta, mas constante, no sentido de hábitos alimentares e estilos de vida mais saudáveis e preferências por produtos naturais e biológicos. A Sonae MC está consciente das

suas responsabilidades e atenta às oportunidades que advêm desta saudável tendência. Neste sentido, a Sonae MC está naturalmente empenhada em fazer uso da sua presença na sociedade a favor da consciencialização dos benefícios de um estilo de vida mais saudável.

A estratégia integrada da Sonae MC no sector de saúde e bem-estar inclui diferentes abordagens estratégicas que propõem um portefólio abrangente de produtos e serviços, beneficiando de uma posição única no mercado que lhe permite explorar oportunidades de crescimento. A Sonae MC tem vindo progressivamente a aumentar a sua oferta de alimentos e estilos de vida saudáveis através da área Bio e Saudável na sua rede de hipermercados, bem como na cadeia de restaurantes e supermercados, respondendo a uma procura crescente no mercado de opções alimentares mais saudáveis.

Adicionalmente, a Well's está a expandir o seu portefólio de serviços. Em 2018, abriu mais 20 parafarmácias e óticas Well's, aumentando para um total de mais de 240 lojas. Uma oferta complementada com uma rede em crescimento de clínicas Dr. Well's, especializada em serviços dentários e de estética, e ainda com o Plano de Saúde Well's, desenhado para facilitar o acesso a serviços médicos privados.

A Sonae MC é pioneira e líder no segmento de saúde e bem-estar e continuará a investir em soluções para um estilo de vida mais saudável.



Sonae, apoiamos as nossas comunidades

Assumimos as nossas responsabilidades para com uma sociedade mais sustentável, com orgulho e de forma ativa. A Sonae tem uma presença na sociedade ímpar, que nos permite compreender as necessidades de agir ações que possam positivamente afetar nossa comunidade. A nossa plataforma ActivShare permite-nos gerir ativamente e disseminar informação sobre todas as nossas ações de voluntariado e responsabilidade social. Através desta plataforma conseguimos obter níveis de eficiência mais elevados na resposta e no apoio concedidos, facilitando e alinhando os nossos esforços de comunicação

As nossas ações têm impacto. Em 2018, disponibilizámos €11 M em apoio comunitário, um aumento de 14%, que permitiu ajudar 1.175 instituições. **A nossa equipa foi também incedível no que diz respeito às responsabilidades assumidas e por essa razão estamos orgulhosos de cada uma das 6.383 horas de trabalho voluntário realizadas por 1.360 voluntários. Uma contribuição notável da nossa equipa.**

A Sonae desenvolve, promove e apoia uma multiplicidade de projetos diferentes que são desenhados para melhorar a vida de quem precisa de apoio num momento mais frágil. Os nossos projetos de responsabilidade social corporativa abrangem um vasto leque de iniciativas em várias áreas, nomeadamente: i) o combate e valorização do desperdício alimentar – projeto **Transformar-te**, que permitiu à Sonae MC apoiar 900 organizações com géneros alimentares num valor superior a €6M; ii) apoio social e sensibilização para a importância da reciclagem – projeto **Equipa Worten Equipa**. Um projeto que, desde 2009, promove a reciclagem de equipamentos elétricos e eletrónicos e já apoiou mais de 2.000 IPSS, com a doação de novos equipamentos valorizados em €2 M; e iii) a solidariedade em benefício da comunidade – projeto Doar é Receber, no qual a Zippy se associou ao movimento civil *Heat the Street* para angariar e distribuir agasalhos aos mais necessitados, tendo já angariado 750 casacos.

Liderança e governo da sociedade

A Sonae apresenta uma base de acionistas estável, construída a partir de uma parceria entre uma família e acionistas minoritários, baseada em confiança, transparência e com objetivos de longo prazo. A Sonae reflete os seus valores fundamentais de responsabilidade corporativa em todo o portefólio de investimentos. Encorajamos a nossa equipa a contribuir para o objetivo de tornar a Sonae uma *long-living company* e garantimos que todos cultivam o mesmo sentido de responsabilidade para com a sociedade, trabalhando em conjunto em prol de uma sociedade melhor e mais sustentável.

Esforçamo-nos por garantir que adotamos, sempre, as melhores práticas de gestão corporativa, protegendo e encorajando os pequenos investidores. Durante 2018, trabalhamos no sentido de proporcionar um maior nível de autonomia a cada um dos nossos negócios, de forma a cada um pudesse prosseguir as suas estratégias individuais, sempre de acordo com os Pilares Estratégicos da Sonae, visando também a criação de sinergias dentro do portefólio. Para mais informações sobre questões relacionadas com o governo societário, consulte o nosso Relatório do Governo das Sociedades.

Conselho de Administração (2015-2018)

O Conselho de Administração da Sonae foi estruturado para ser um mecanismo de governo de sociedade eficiente, com uma larga maioria de diretores independentes e não executivos (7 membros), que trabalham em conjunto com os nossos 2 diretores executivos (e ambos co-CEOs). Cada membro do Conselho de Administração da Sonae desempenha um papel fundamental numa equipa multifacetada, oferecendo conhecimento altamente especializado nas suas áreas. Os membros selecionados são mundialmente reconhecidos, tanto a nível individual como profissional, em particular no que diz respeito ao compromisso com a sustentabilidade. As nossas estratégias estão alinhadas com os contributos especializados destes especialistas independentes, garantindo aos investidores a prevalência de um estilo de gestão aberto.

O Conselho de Administração é responsável por garantir a gestão dos negócios da Sonae, exercendo todos os atos de gestão relacionados com o objeto da atividade da empresa, definindo orientações estratégicas, nomeando a Comissão Executiva e supervisionando, de uma forma geral, a sua atividade e a das suas comissões especializadas.



Tsega Gebreyes

Especialista nas áreas de Finanças e Estratégia, em diversos setores e áreas geográficas. Fundadora, acionista e gestora da Satya Capital, uma empresa de capital privado sediada em Londres, com fortes relações económicas em África.

Paulo de Azevedo

Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO. Tem vindo a desempenhar cargos diretivos no Grupo Sonae desde 1988.

José Neves Adelino

Professor de Economia e Finanças nas principais universidades europeias, nos últimos 40 anos. Tem vindo a desempenhar cargos não-executivos em várias empresas cotadas e é, atualmente, o Diretor da Fundação Calouste Gulbenkian.

Lorraine Trainer

Especialista em carreiras, com grande foco na Gestão de Talentos e Recursos Humanos, particularmente no setor financeiro. Desenvolveu a sua carreira desempenhando funções de consultoria empresarial, nomeadamente em serviços de planeamento de sucessões ao nível de Conselho de Administração e desenvolvimento de direção. *(da esquerda para a direita)*

Christine Cross

Longo percurso profissional na área comercial, particularmente no segmento alimentar (14 anos de cargos superiores na Tesco PLC). Atualmente, presta serviços independentes de consultoria, em posições não-executivas de vários Conselhos de Administração.

Ângelo Paupério


Co-CEO da Sonae. Tem vindo a desempenhar cargos diretivos naquele grupo, desde 1988.

Andrew Campbell

Especialista de renome em Estratégia Empresarial. Atualmente, é Diretor do Centro de Gestão Estratégica de Ashridge. Anteriormente, desempenhou funções na London Business School e na consultora McKinsey & Company.

Marcelo Faria de Lima (não se encontra na imagem)

Vasto conhecimento do mercado brasileiro, particularmente no setor da gestão de investimentos e no setor financeiro. Atualmente, um empreendedor com investimentos significativos no setor da moda, entre outros, e desempenha vários cargos não-executivos em empresas brasileiras líderes de mercado.



O Conselho de Administração nomeou duas comissões especializadas, a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeação e Remuneração.

Comissão de Nomeação e Remunerações

A Comissão de Nomeação e Remunerações (CNR) apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de avaliação de desempenho dos Administradores Executivos e de remunerações. Os membros do CNR são, na sua maioria, membros independentes não executivos, com a exceção de Paulo Azevedo (co-CEO e Presidente do Conselho de Administração).

Comissão de Auditoria e Finanças

A Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) é composta inteiramente por membros independentes não executivos e tem como responsabilidade apoiar o Conselho de Administração no acompanhamento e avaliação da atividade da Comissão Executiva, numa perspetiva de supervisão das competências de gestão. A CAF reporta ao Conselho de Administração, numa base regular, as ações desenvolvidas e as conclusões apuradas e propõe os planos de ação a desenvolver, com vista a assegurar, de forma proativa, o controlo interno e o sistema de gestão de riscos da Sociedade.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva da Sonae é composta apenas pelos dois Co-CEO: uma equipa de pequena dimensão que funciona com base numa relação de proximidade, responsável pela implementação das diretrizes estratégicas, trabalhando todos os dias para atingir o sucesso sustentável a longo prazo, e focada em desenvolver o valor intrínseco de cada um dos negócios do nosso portefólio e em maximizar a criação de valor dentro do portefólio.

Diretor de Governo Societário

O Diretor de Governo Societário assegura o bom funcionamento do Conselho de Administração e respetivas Comissões, assumindo um papel de liderança na organização das análises e avaliações do Conselho. As suas funções incluem ainda apoiar e incentivar o Conselho de Administração a alcançar os mais elevados padrões ao nível do Governo das Sociedades e manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do Governo das Sociedades. Adicionalmente, o diretor deve assegurar que os stakeholders e os interesses minoritários são tidos em conta, aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração.

Group Senior Executives

A autonomia de cada negócio é um conceito-chave na estratégia atual da Sonae. Envidamos esforços significativos no sentido de tornar cada negócio mais autónomo, dotado de estruturas de governação, gestão e serviços dedicados. Na Sonae, queremos que cada negócio tenha a sua própria equipa de gestão, estruturada de forma a refletir as necessidades de cada segmento de negócio e com um forte desejo e ambição de proporcionar um desempenho sustentável.

Os *Group Senior Executives* incluem a Comissão Executiva e os CEO de todas as unidades de negócio e desempenham um papel fundamental na gestão e no desenvolvimento do portefólio da Sonae, reunindo todas as empresas e garantindo o alinhamento das estratégias individuais de negócio com a Missão e os Valores da Sonae.



- | | | | |
|---|---|---|---|
| 1 | Luis Reis – CEO da Sonae Sports & Fashion e Sonae FS | 5 | Cláudia Azevedo – Próxima CEO do Grupo |
| 2 | Miguel Mota Freitas – CEO da Worten e Iberian Sports Retail Group | 6 | Miguel Almeida – CEO da NOS |
| 3 | Paulo Azevedo – Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO Sonae | 7 | Ângelo Paupério – Co-CEO da Sonae |
| 4 | Fernando Guedes de Oliveira – CEO da Sonae Sierra | 8 | Luis Moutinho – CEO da Sonae MC |

(da esquerda para a direita)

Centro Corporativo da Sonae

A estrutura Centro Corporativo da Sonae é composta pelas seguintes unidades:

Assuntos Fiscais	Gestão de Risco
Assessoria Jurídica e Governo Corporativo	Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão
Auditoria Interna	Recursos Humanos
Comunicação, Marca e Responsabilidade Corporativa	Relações com Investidores
Finanças e Tesouraria	Relações Institucionais
Fusões e Aquisições	Serviços Administrativos e de Contabilidade

Direção de Relações com Investidores

Na Sonae, a relação com os investidores segue uma lógica de comunicação bidirecional. Temos uma equipa qualificada e dinâmica que atua como interface com os nossos investidores. A missão da Direção de Relações com Investidores é **atrair e reter acionistas** que reconheçam o valor real da Sonae através **de uma relação de confiança baseada numa comunicação clara e coerente**, bem como partilhar **as expectativas dos acionistas com o Conselho de Administração**, com o objetivo de **aportar conhecimento que crie valor para os negócios**.



A Direção de Relações com Investidores tem como objetivo ser reconhecida:

- i) pelos investidores, como uma voz capaz de comunicar, de forma clara e eficaz, opiniões, interesses e preocupações destes relativamente à Sonae; pelos analistas, como um interlocutor privilegiado que permita que a estratégia e o desempenho da Sonae sejam tidos em consideração nos relatórios de análise; e
- ii) internamente, como uma fonte crítica de conhecimento e visão sobre os mercados de capitais, para poder acrescentar valor à organização.

Gestão de Risco

A Gestão do Risco tem um papel vital na estrutura de gestão corporativa da Sonae e abrange toda a organização. Interpretamos a gestão do risco como um potenciador da criação de valor. Esforçamo-nos para garantir um futuro duradouro e, ao fazê-lo, trabalhamos, incansavelmente, para gerir e controlar quaisquer riscos e ameaças que possamos ter de enfrentar. O mundo dos negócios é complexo e é essencial que tomemos medidas para melhorar os nossos conhecimentos, de modo a garantirmos uma gestão eficaz dos riscos em toda a organização.

A nossa estratégia de gestão do risco tem muitas dimensões, sendo que empregamos uma variedade de ferramentas analíticas para monitorizar esses riscos. Estas ferramentas vão desde inquéritos a clientes e de mercado, até à adaptação e o aprimoramento contínuos dos nossos produtos e serviços, bem como da experiência de compra que oferecemos, sem nunca nos esquecermos de seguir, meticolosamente, os padrões delineados pelas inspeções de segurança alimentar para lojas, cafés, armazéns e centros de fabrico. Desta forma, quaisquer potenciais ameaças podem ser identificadas, de modo a que sejam rapidamente aplicadas medidas preventivas e corretivas.

Sendo a gestão dos riscos uma parte intrínseca da nossa estratégia global, quaisquer riscos prevaletentes são, rapidamente, detetados e diminuídos. Esta gestão do risco é reforçada através da diversificação de negócios e mercados, da adoção de diversos tipos de investimento, da ênfase dada à inovação e às tecnologias inovadoras e da implementação de medidas rigorosas de gestão de custos. Temos uma extensa carteira de produtos e serviços, que adaptamos, continuamente, a perfis específicos de clientes e às constantes mudanças no mundo dos negócios.

Para uma descrição mais abrangente dos riscos relacionados com as atividades da Sonae, consulte o Relatório do Governo das Sociedades e Demonstrações Financeiras.

Criação de valor para os acionistas

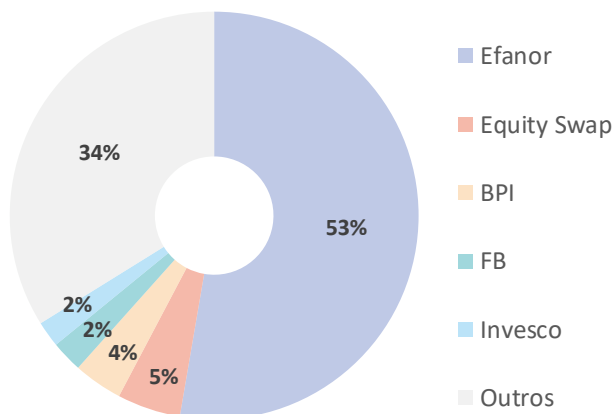
Informação sobre as ações Sonae

As ações da Sonae encontram-se cotadas na bolsa de valores portuguesa, NYSE Euronext Lisbon, e fazem parte de vários índices, incluindo o PSI-20, no qual representava, em finais de dezembro de 2018, um peso de 3,1% da sua capitalização bolsista.

Código ISIN PTSON0AM0001
Código Bloomberg SON PL
Código Reuters YSO.LS
Capital Social 2,000,000,000

Estrutura acionista

A Sonae é uma empresa controlada por um acionista de referência, com uma estrutura acionista estável, o que reflete uma orientação, partilhada por todos, para um desempenho de longo prazo. O *free float* representa 34% e, em média, são transacionados 3,4 milhões de ações diariamente (2018).



**Equity swap de aproximadamente 100 milhões de ações da Sonae*

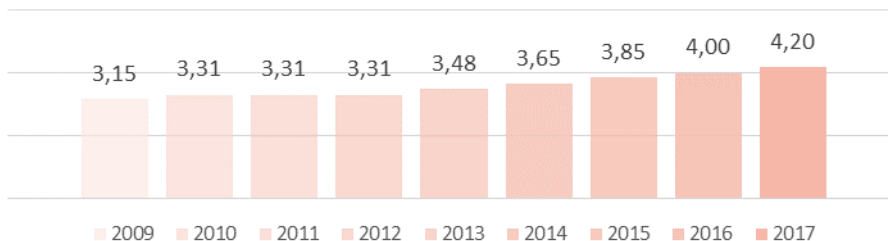
Crescimento constante do pagamento de dividendos

Os dividendos são uma componente fundamental da nossa estratégia de criação de valor para os acionistas. O nosso objetivo é aumentar os dividendos todos os anos, um compromisso que nos motiva para a obtenção de um melhor desempenho.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração irá propor, na Assembleia Geral de Acionistas, que seja distribuído um dividendo bruto de €0,0441 por ação, 5% acima dos dividendos distribuídos no ano anterior.

Estes dividendos correspondem a um *dividend yield* de 5,4%, com base no preço de fecho em 31 de dezembro de 2018, e a um *payout ratio* de 42% do resultado direto consolidado, atribuível aos acionistas da Sonae.

O gráfico abaixo mostra a evolução dos dividendos por ação nos últimos anos:



Informação sobre a evolução das ações no mercado

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores do desempenho das ações da Sonae, nos últimos 3 anos:

	2016	2017	2018
Encerramento (€)	0,874	1,126	0,810
Máximo (€)	1,083	1,188	1,300
Mínimo (€)	0,621	0,769	0,778
Volume médio diário de transações (n.º de ações)	3.990.139	3.764.779	3.350.049
Volume médio diário de transações (€)	3.308.696	3.570.644	3.458.712
Capitalização bolsista em 31 de dezembro (€M)	1.748	2.252	1.620

O gráfico abaixo mostra o desempenho das ações da Sonae, juntamente com os principais índices bolsistas portugueses e espanhóis (PSI20 e Ibex35, respetivamente), em 2018:



As ações da Sonae terminaram o ano de 2018 com uma cotação de €0,81, refletindo uma redução nominal de 28,1% durante o ano, comparativamente com o índice bolsista português de referência, o PSI-20, que registou uma queda de 12,2%.

Durante o ano de 2018, a Sonae não procedeu a nenhuma transação das suas próprias ações.

Principais comunicações

As principais comunicações, durante o ano de 2018, com um potencial impacto na cotação das ações da Sonae, foram as seguintes :

Data (dd-mm-2018)	Anúncio
23-01	Vendas preliminares de retalho 2017
01-02	Sonae anuncia a conclusão do acordo para a combinação da SportZone com a JD Sprinter Holdings
15-03	Resultados consolidados de 2017
21-05	Sonae informa sobre possibilidade de listar parte do portefólio de retalho da empresa
06-06	Sonae informa sobre renúncia de Administrador
14-06	Sonae informa sobre o acordo com os CTT – Correios de Portugal, S.A.
14-07	Sonae informa que entrou num acordo com o Grupo Grosvenor para a aquisição de uma participação de 20% da Sonae Sierra
17-07	Sonae informa sobre o Conselho de Administração e o comunicado da Efanor
22-08	Resultados consolidados do primeiro semestre
12-09	Sonae informa sobre a conclusão da transação para a aquisição de uma participação de 20% da Sonae Sierra
19-09	Sonae informa sobre a intenção de lançamento de um IPO da Sonae MC
29-09	Sonae informa sobre acordo com a Corpin Capital para adquirir 60% da Tomenider SL, que detém 100% da Arenal Perfumerias SLU
04-10	Sonae lança IPO da Sonae MC na Euronext Lisbon
11-10	Sonae informa sobre a não-execução da oferta pública de venda de ações da Sonae MC
23-10	Sonae informa sobre a participação qualificada
06-11	Sonae informa sobre renovação de <i>cash settled equity swap</i>
14-11	Resultados dos primeiros nove meses
29-11	Transação de <i>sale and leaseback</i>
30-11	Sonae informa sobre participação qualificada
11-12	Sonae informa sobre transação relativa à aquisição de uma participação de 60% da Arenal Perfumerias SLU
17-12	Transação de <i>sale and leaseback</i>

Cobertura de analistas

A Sonae tem os seguintes analistas a cobrir o preço das suas ações (preço e recomendação no final do ano de 2018):

Broker	Recomendação	Price Target	Data(dd-mm-2018)
Barclays	Comprar	€1,36	29-11
CaixaBank BPI	Comprar	€1,20	27-11
Santander	Comprar	€1,40	12-11
Haitong	Comprar	€1,25	17-10
JB Capital Markets	Neutral	<i>Under Revision</i>	16-10
Fidentis	Neutral	€1,22	01-10

O preço de fecho da Sonae a 31 de dezembro (€0,81) representa um desconto de 59% quando comparado com o preço médio alvo de €1,29.

Conferências e Roadshows

Em 2018, a equipa de Relações com Investidores participou nos seguintes eventos:

Data (dd-mm-2018)	Local	Evento	Organização
17-01	Londres	<i>Roadshow</i>	Haitong
07-02	Madrid	<i>Roadshow</i>	Sonae
08-02	Madrid	Conferência	Santander
26-03 e 27-03	Londres	<i>Roadshow</i>	CaixaBank BPI
10-04	Madrid	<i>Roadshow</i>	Haitong
18-04 e 19-04	Nova Iorque	<i>Roadshow</i>	Sonae
22-05	Madrid	<i>Roadshow</i>	CaixaBank BPI
06-06	Londres	<i>Roadshow</i>	Santander
13-06 e 14-06	Nova Iorque e Boston	<i>Roadshow</i>	Sonae
03-07	Lisboa	<i>Roadshow</i>	Haitong
06-09 e 07-09	Cascais	Conferência Ibérica	CaixaBank BPI
15-10 e 16-10	London	<i>Roadshow</i>	CaixaBank BPI
17-10	Madrid	<i>Roadshow</i>	Haitong
22-10 a 25-10	Nova Iorque, Chicago e Toronto	<i>Roadshow</i>	Sonae
10-12	Londres	Conferência de Retalho	Barclays



Desempenho do portfólio

Transparência:

fornecemos informação completa a todos os *stakeholders* com total transparência e honestidade

Mensagem do Presidente Executivo



2018 foi um ano de sucesso para a Sonae, que cresceu significativamente, melhorou rentabilidade e concluiu uma importante fase do seu desenvolvimento estratégico.

O volume de negócios consolidado atingiu os 6 mil milhões de euros (+8,1%), com o contributo positivo de todas as áreas, com destaque para a Sonae MC (+7,0%) e para a Worten (+7,6%) que apresentaram igualmente elevados crescimentos no mesmo universo de lojas.

Em termos de rentabilidade, o EBITDA recorrente cresceu 12,2% para 425 milhões de euros e o EBITDA total alcançou 483 milhões de euros, a que corresponde um crescimento de 26,7%. Gostaria igualmente de destacar a performance da Sonae MC que, num contexto de mercado exigente, manteve os seus níveis de rentabilidade de referência.

O resultado líquido do Grupo ultrapassou os 220 milhões de euros, crescendo 33,7%, com uma evolução particularmente positiva do resultado direto que aumentou 58,3% face ao ano de 2017.

2018 fica igualmente marcado pelo esforço de otimização da estrutura organizativa do Grupo, com especial foco no reforço das equipas de gestão, assegurando competências e complementaridades que permitem uma maior autonomia, agilidade e conseqüente responsabilização, criando condições para melhor responder aos crescentes desafios de mudança dos cenários competitivos.

Ao nível da gestão de portefólio, o primeiro destaque vai para a conclusão da operação de combinação de ativos da SportZone e da JD Sprinter que conduziu à criação da ISRG e que permitiu a consolidação de um forte operador ibérico, beneficiando de importantes sinergias e cuja integração está já a traduzir-se em resultados muito positivos. Teve também particular importância o investimento adicional na Sonae Sierra, aumentando o perfil internacional do Grupo e criando condições para acelerar a execução da estratégia de reciclagem de capital e aproveitamento das oportunidades de criação de valor existentes no setor imobiliário num contexto internacional. De referir, por último, a continuação do forte investimento em capital e competências nas nossas avenidas de crescimento, nomeadamente nas áreas de saúde e bem-estar, tecnologias de retalho e telecomunicações ou nos novos serviços financeiros.

Esta intensa atividade coincidiu com o último ano de mandato do atual Conselho de Administração que integrei enquanto Co-CEO e contribuiu para que a transferência de responsabilidades que agora ocorre se processe com redobrado conforto e confiança, na certeza de que a nossa empresa está preparada para os novos desafios e na profunda convicção e sincero desejo que a nova equipa executiva liderada pela Cláudia Azevedo continue a potenciar o sucesso deste projeto único e que tanto nos une que é a Sonae.

Ângelo Paupério,
Co-CEO



Desempenho financeiro consolidado

Contexto macroeconómico de 2018

2018 ficou marcado pela incerteza e volatilidade. Assistimos a correções nas principais bolsas de valores, a grandes flutuações no preço do petróleo e ao agravamento de tensões geopolíticas. Durante 2018, o mundo observou uma mudança protecionista, com os EUA e a China a intensificarem uma guerra comercial e a imporem, mutuamente, tarifas comerciais sobre a importação de produtos, o que acabou por contribuir para o aumento da aversão ao risco.

Na Europa, a União Europeia (EU) e o Governo do Reino Unido delinearam um acordo para a saída deste país da EU. Todavia, o acordo não colheu o apoio do parlamento britânico, agravando a incerteza em torno do Brexit, à medida que o prazo para a saída se aproxima. Paralelamente, a Comissão Europeia e o Governo italiano entraram em desacordo sobre a proposta de défice, face às dúvidas existentes sobre o compromisso italiano no que respeita à consolidação das finanças públicas.

Globalmente, o ano ficou marcado pelo abrandamento da economia, com a entrada dos principais blocos económicos na última fase do ciclo económico. A **Economia Global** começou 2018 com uma nota otimista, impulsionada por uma recuperação da indústria e do comércio, que se verificou a nível global até 2017, mas, com a perda de confiança dos investidores, também a recuperação perdeu fôlego. A crescente incerteza resultou na revisão em baixa das estimativas iniciais para o crescimento global, que encerrou o ano em +3,7%⁴ (vs. +3,8% em 2017).

Nos **Estados Unidos**⁵, a atividade económica manteve o dinamismo em 2018 e superou a maioria das economias desenvolvidas, com o PIB real a aumentar +2,9%. Este crescimento sólido foi apoiado por estímulos fiscais, no formato de cortes nos impostos, tanto sobre as empresas como sobre os indivíduos, e aumento da despesa pública. Como resultado, a taxa de desemprego caiu para 3,8%, o valor mais baixo dos últimos 49 anos. Entretanto, a Reserva Federal começou a adotar uma política monetária mais restritiva e elevou as taxas de referência quatro vezes durante o ano, com o intuito de normalizar as taxas de juro e evitar uma subida de preços demasiado rápida. No contexto político, os Democratas recuperaram a maioria na Câmara dos Representantes e os Republicanos consolidaram o seu domínio no Senado, acentuando a divisão política.

Já a **Zona Euro**⁶ teve um comportamento dececionante em 2018: o crescimento económico ficou aquém do esperado, refletindo uma mudança no *momentum* económico. Após um forte desempenho em 2017, a atividade económica foi penalizada pelos vínculos comerciais com a China e pela nova legislação ambiental sobre os motores a diesel, o que redundou em cortes na produção e redução da exportação, enquanto a produção de veículos se adaptava à nova regulação. O ritmo de crescimento abrandou gradualmente, com taxas de crescimento acima da tendência a ajustarem para níveis mais moderados, à medida que o ciclo económico parece amadurecer. De facto, em 2018, o crescimento real do PIB caiu de +2,4% em 2017 para +1,8%.

Finalmente, em 2018 os **Mercados Emergentes** seguiram a tendência global. Alguns países com disparidades económicas crescentes (ex. Brasil, Argentina e Turquia) estiveram sobre pressão financeira como resultado das dúvidas crescentes sobre a sua capacidade de ajustamento ao aumento das taxas de juros dos EUA. Contudo, estes mercados terminaram o ano com melhores expectativas económicas. A economia Chinesa⁷ está estruturalmente a abrandar, o PIB real desacelerou para +6,6%, refletindo o abrandamento das componentes internas como externas. Os elevados níveis dívida estão a afetar a economia que deverá apresentar a taxa de crescimento mais baixa desde 1990.

Em **Portugal**, a atividade económica manteve-se robusta, com o PIB a crescer +2,1%⁸, impulsionada principalmente pela procura interna e, em particular, pelo crescimento continuado da despesa privada. O crescimento económico foi


⁴ IMF World Economic Outlook Update, janeiro 2019

⁵ IMF World Economic Outlook Update, janeiro 2019

⁶ IMF World Economic Outlook Update, janeiro 2019

⁷ IMF World Economic Outlook Update, janeiro 2019

⁸ Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro 2018



apoiado por uma melhoria gradual das condições do mercado de trabalho, que apresenta taxas sólidas de criação de emprego e um desemprego ao nível mais baixo dos últimos 16 anos (7,0%)⁹. A economia portuguesa beneficiou de uma melhoria da competitividade, com uma importância crescente dos setores do turismo, automóvel e imobiliário.

O crescimento desacelerou no ano passado, refletindo uma moderação natural à medida que a economia se aproxima de uma fase mais madura do ciclo económico. Após um desempenho notável em 2017, o crescimento do investimento e o crescimento das exportações voltaram a níveis mais sustentáveis.

O consumo privado manteve-se particularmente dinâmico, beneficiando dos níveis elevados de confiança dos consumidores e das condições de financiamento favoráveis. De forma global, as condições de crédito ao consumo continuam, em grande medida, favoráveis, com as taxas de juro a permanecerem em níveis baixos. O aumento no preço observado no setor imobiliário também contribuiu para um forte efeito de riqueza, proporcionando um impulso adicional ao crescimento do consumo privado.

Embora o consumo privado tenha mantido o dinamismo, notam-se alguns sinais de moderação com a venda de viaturas de passageiros a crescer +2,8% (+7,1% em 2017)¹⁰, a taxa mais baixa desde 2013. As vendas a retalho¹¹ também perderam alguma força comparativamente ao ano anterior (+4,6%), nomeadamente nas categorias não alimentares (+4,3%), enquanto as vendas a retalho de produtos alimentares e bebidas aceleraram (+4,9%). Adicionalmente, a despesa com hotelaria e restauração manteve-se forte (+7,7% e +5,3%)¹², impulsionada pelo consumo de não-residentes.

Em **Espanha**, a economia continua a crescer a um ritmo forte, embora mais moderado, com o PIB a crescer +2,5%¹³. A procura interna foi o principal impulsionador do crescimento, apoiada numa melhoria sólida, mas moderada, do emprego e pela recuperação dos sectores do imobiliário e da construção num contexto de inflação moderada. A confiança das empresas permaneceu positiva e o processo de desalavancagem do setor privado permitiu a redução da dívida para um nível inferior à média da Zona Euro. O governo mantém-se comprometido com a consolidação fiscal.

O consumo privado¹⁴ continuou particularmente dinâmico durante o ano, crescendo +2,4% em termos reais (+2,5% em 2017), sustentado por melhorias significativas no rendimento disponível e aproveitando a confiança do consumidor e as condições favoráveis de financiamento, juntamente com um efeito riqueza positivo e significativo. As vendas a retalho¹⁵ abrandaram ligeiramente ao longo do ano (+2,7% vs +2,9% em 2017), refletindo a desaceleração das vendas de produtos alimentares e bebidas (+1,4% vs +2,1% em 2017).

Perspetivas

Em 2019, é esperado que **o crescimento global** abrande para +3,5%¹⁶ à medida que o ciclo expansionista encerra face às preocupações com a escalada de conflitos comerciais. A suave mudança do *momentum* observada em 2018 irá dar lugar a um declínio do crescimento acima da tendência, com melhorias mais lentas no mercado de trabalho. Contudo, parece improvável que o abrandamento se transforme numa recessão. É esperada uma sincronização mais forte no crescimento com o estreitar da diferença entre economias desenvolvidas e emergentes.

⁹ Eurostat, Taxa de desemprego (%), janeiro 2019

¹⁰ ACAP, Venda de carros, janeiro 2019

¹¹ Eurostat, Retail sales turnover index, janeiro 2019


¹² Eurostat, Retail sales turnover index, janeiro 2019, dados para o período Jan18-Nov18

¹³ Banco de Espanha, Boletim Económico, dezembro 2018

¹⁴ Banco de Espanha, Projeções Macroeconómicas, dezembro 2018

¹⁵ Eurostat, Retail sales turnover index, janeiro 2019

¹⁶ MF World Economic Outlook Update, janeiro 2019



Vários focos de instabilidade manterão o nível de risco mais enviesado para o lado negativo, principalmente os relacionados com o desenvolvimento da situação geopolítica. As condições financeiras também continuarão a endurecer, com os Bancos Centrais a adotar políticas monetárias mais restritivas. No entanto, os Bancos Centrais devem permanecer suficientemente moderados, com o FED a atenuar as revisões das taxas de juro e o BCE a reinvestir os títulos de maturidade próxima e, simultaneamente, a manter as taxas de referência relativamente inalteradas.

O abandono progressivo dos estímulos fiscais e a pressão sobre as condições financeiras irão resultar no abrandamento da **economia dos EUA**, mas a procura doméstica permanecerá forte, sendo esperado que o PIB cresça +2,5%¹⁷ em 2019.

Na **Zona Euro**, o crescimento deverá ser moderado, marcado por um consumo privado mais suave e uma produção industrial mais modesta na Alemanha, bem como pela desaceleração em Itália e França. A incerteza sobre o Brexit pode sublinhar a moderação esperada.

O panorama para **Portugal** é globalmente positivo, mas espera-se um abrandamento da atividade económica, espelhando um esbatimento das melhorias do mercado de trabalho e alguma deterioração do nível de confiança dos consumidores. Em 2019, o PIB real deverá desacelerar para +1,8%¹⁸; no entanto, espera-se que a procura interna permaneça relativamente estável, beneficiando da recuperação do investimento privado.

O consumo privado em termos reais manterá um ritmo crescente de +2,0%¹⁹, impulsionado por ganhos salariais e pelo crescimento do emprego, num contexto de baixas pressões inflacionistas. Espera-se que a taxa de poupança permaneça relativamente estável e em níveis historicamente baixos.

Em **Espanha**, a perspetiva é também favorável, uma vez que o PIB deverá continuar a crescer a um ritmo elevado (+2,2% em 2019)²⁰. No entanto, a taxa de crescimento económico caminha para níveis de tendência, com um abrandamento da procura privada e com o abrandamento da evolução da confiança dos consumidores.

O consumo privado²¹ deverá perder alguma energia, mas permanecerá relativamente forte (+1,9% em termos reais), sustentado por ganhos contínuos no rendimento disponível e por estímulos na política orçamental, juntamente com a confiança dos consumidores e condições de financiamento favoráveis.

Em suma, as perspetivas de crescimento para a **Península Ibérica** são favoráveis, com a despesa privada a permanecer forte, embora perdendo algum dinamismo, esperando-se ainda assim crescimentos moderados, num clima global de alguma incerteza.

¹⁷ IMF World Economic Outlook Update, janeiro 2019

¹⁸ Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro 2018

¹⁹ Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro 2018

²⁰ Banco de Espanha, Projeções Macroeconómicas, dezembro 2018

²¹ Banco de Espanha, Projeções Macroeconómicas, dezembro 2018

Desempenho e estrutura de capital da Sonae

Perspetiva em termos agregados

Em 2018, **em termos agregados**, os negócios da Sonae continuaram a apresentar um forte desempenho, tanto ao nível do volume, como do EBITDA subjacente. A evolução de cada negócio é explicada em detalhe nas páginas seguintes.

Milhões de euros	2017	2018	var.	4T17	4T18	var.
Volume de negócios						
Sonae Retalho ⁽¹⁾	5.658	6.229	10,1%	1.583	1.788	13,0%
Sonae Sierra ⁽²⁾	222	222	0,0%	61	63	3,6%
NOS ⁽²⁾	1.559	1.576	1,1%	399	409	2,5%
Sonae IM	126	155	22,7%	31	43	36,8%
Sonae FS ⁽³⁾	79	90	14,7%	23	26	14,3%
EBITDA subjacente						
Sonae Retalho ⁽¹⁾	357	387	8,6%	118	141	19,8%
Sonae Sierra ⁽²⁾	106	109	2,6%	29	30	3,7%
NOS ⁽²⁾	575	592	2,8%	127	130	2,7%
Sonae IM	5	7	41,9%	2	2	1,4%
Sonae FS ⁽³⁾	10	15	41,5%	4	5	19,4%

(1) Sonae Retalho: a) inclui Sonae MC, Sonae RP, Maxmat, Worten e Sonae S&F; b) inclui valores da Sport Zone em 2017 e em 2018 valores do Iberian Sports Retail Group, no seguimento da sua criação em 31 de janeiro de 2018; e c) exclui operações descontinuadas, nomeadamente a Berg, da Sonae S&F.

(2) O volume de negócios e o EBITDA subjacente incluem 100% dos valores reportados pela NOS e pela Sonae Sierra.

(3) Inclui 100% do volume de negócios e EBITDA subjacente da MDS.

Perspetiva em termos consolidados

Milhões de euros	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾	var.	4T17 ⁽¹⁾	4T18 ⁽¹⁾	var.
Volume de negócios	5.506	5.951	8,1%	1.546	1.714	10,9%
EBITDA subjacente	343	372	8,4%	118	139	17,6%
margem	6,2%	6,3%	0,0 p.p.	7,6%	8,1%	0,5 p.p.
Res. método equiv. patrim. ⁽²⁾	35	53	49,8%	-1	6	-
Itens não recorrentes	2	58	-	-1	68	-
EBITDA	381	483	26,7%	116	213	84,0%
margem	6,9%	8,1%	1,2 p.p.	7,5%	12,4%	4,9 p.p.
D&A ⁽³⁾	-201	-225	-11,8%	-58	-69	-18,6%
EBIT	180	258	43,4%	57	144	-
Resultado financeiro líq.	-34	-36	-6,2%	-7	-10	-53,9%
EBT	146	222	51,8%	51	134	-
Impostos	-15	-14	6,5%	-21	-19	8,2%
Resultado direto ⁽⁴⁾	132	209	58,3%	30	115	-
Resultado indireto	42	46	8,3%	5	6	17,4%
Resultado líquido total	174	255	46,1%	35	121	-
Interesses sem controlo	-8	-33	-	-3	-25	-
Res. líq. atribuível a acionistas	166	222	33,7%	33	96	-

(1) Valores reescritos devida: a) à criação do Iberian Sports Retail Group em 31 de janeiro de 2018, a Sport Zone foi registada como operação descontinuada. A partir de Fevereiro, a ISRG passou a ser consolidado através do Método de Equivalência Patrimonial; b) à venda de 1.773 ações da MDS SGPS à IPLF Holding, a MDS passou a ser consolidada através do Método de Equivalência Patrimonial e incluída na Sonae FS, em junho de 2017. (até junho de 2017, a MDS foi registada como uma operação descontinuada); c) operações descontinuadas, nomeadamente a Berg, da Sonae S&F.

(2) Resultados pelo método de equivalência patrimonial: inclui resultados diretos relacionados com investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial (principalmente Sonae Sierra e NOS/Zopt) e resultados de operações descontinuadas;

(3) Depreciações e amortizações incluindo provisões e imparidades;

(4) Resultados diretos antes de interesses minoritários.

De um ponto de vista estatutário, a demonstração de resultados consolidada da Sonae inclui as contas estatutárias da Sonae Sierra do 4T18) (consolidação integral), após o aumento da participação de 50% para 70% no final do 3T18. Até ao final dos 9M18, a Sonae Sierra estava registada através do método de equivalência patrimonial na demonstração de resultados consolidada da Sonae.

O volume de negócios aumentou 8,1% em termos homólogos atingindo €6,0 mil milhões. Este desempenho beneficiou da contribuição dos negócios de retalho da Sonae, não só devido ao sólido desempenho do LfL como da expansão da rede de lojas. Numa base pro-forma, excluindo o volume de negócios total da Sonae Sierra no 4T18 (€44 M), o volume de negócios consolidado da Sonae teria crescido 7,3% em termos homólogos.

Semelhante ao crescimento do volume de negócios, o EBITDA subjacente da Sonae cresceu 8,4% em termos homólogos para €372 M e conseqüentemente a margem ficou estável face a 2017, em 6,3%. Numa base pro-forma, excluindo o EBITDA subjacente da Sonae Sierra de €11 M, o EBITDA subjacente consolidado teria crescido 5,2% em termos homólogos, correspondendo a uma margem de 6,1%.

O **EBITDA da Sonae** teve um crescimento mais significativo de €102 M para €483 M, impulsionado maioritariamente pelos ganhos de capital, quer da venda de ativos da Sonae Sierra (+€39 M) quer das operações de *sale and leaseback* de ativos da Sonae RP (+€37 M) e ainda pelo impacto positivo da JV com a JD/Sprinter (ISRG) quando comparado com os valores da Sport Zone registadas no ano passado (+12 M, registados em resultado pelo método de equivalência patrimonial). Este desempenho do EBITDA foi a principal razão do aumento de 58% do resultado direto para €209 M, +€77 M quando comparado com 2017 e conseqüentemente o resultado líquido atribuível a acionistas ultrapassou os €220 M.

O impacto da mudança do método de equivalência patrimonial para o método de consolidação integral da Sonae Sierra foi agora atualizado de forma a incluir a reciclagem por resultados das reservas de conversão cambial (de capital próprio para resultados). Este movimento tem um impacto negativo de €74 M registado nos resultados indiretos, que não impacta os fluxos de caixa nem o capital próprio anteriormente reportado.

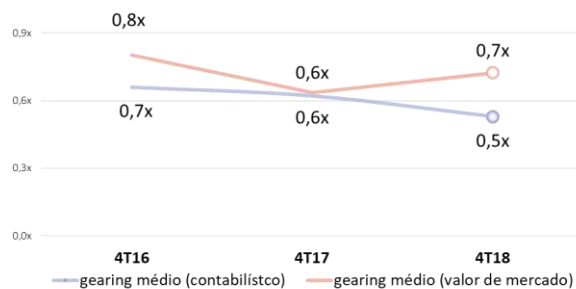
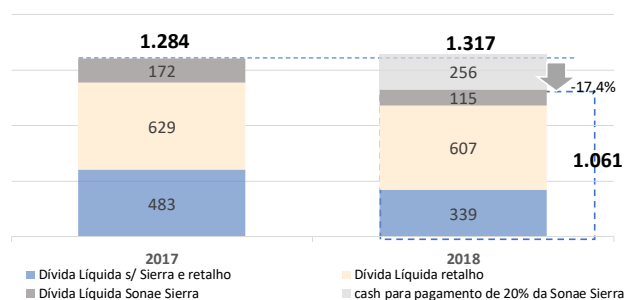
Capital investido líquido

Milhões de euros	2017	2018	y.o.y.
Capital investido líquido	3.248	4.605	41,8%
Capital próprio + Interesses s/ controlo	2.135	3.289	54,0%
Dívida financeira líquida	1.112	1.375	23,6%
Dívida líquida ⁽¹⁾	1.112	1.317	18,4%
Dívida líquida / Capital investido	34,3%	28,6%	-5,7 p.p.

(1) Dívida financeira líquida + saldo de suprimentos.

A dívida líquida da Sonae situou-se em €1.317 M no final de 2018, influenciada pela aquisição de 20% da Sonae Sierra, devido ao pagamento de €256 M e pela consolidação da dívida desta empresa (€115 M), como já mencionado no anúncio de resultados dos 9M18.

Dívida líquida pro-forma e gearing



Tendo em conta os valores pro-forma, incluindo a consolidação integral da dívida líquida da Sonae Sierra no final de 2017, a dívida líquida da Sonae diminuiu €223 M em termos homólogos, para €1.061 M (-17,4%).

O *gearing* médio contabilístico da Sonae diminuiu para 0,5x no 4T18 comparado com 0,6x no 4T17, devido ao reforço da estrutura de capitais do grupo que é composta atualmente por 71% de capital próprio (já com a dívida da Sonae Sierra integralmente consolidada desde o 3T18), um aumento de 5,0 p.p. face ao ano passado. Pelo contrário, o *gearing* médio em valor de mercado aumentou ligeiramente para 0,7x no 4T18 vs. 0,6x no 4T17, devido sobretudo ao desempenho do preço da ação no período.

Além disso, excluindo a Sonae Sierra, a Sonae foi capaz de manter num nível baixo, próximo de 1%, o custo médio das linhas de crédito utilizadas. Desde o final de 2018, a Sonae já refinanciou €200 M em dívida de longo-prazo, o que permite assegurar um perfil da maturidade média da dívida confortável de cerca de 4 anos.

Capex

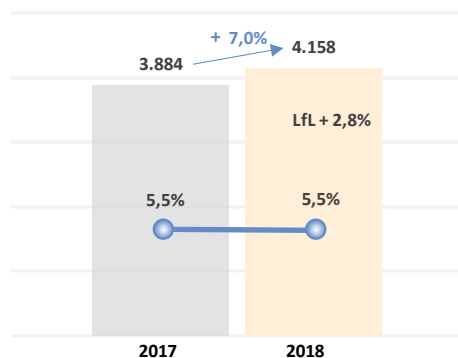
O Capex total em 2018 ascendeu a €702 M, o que inclui €256 M relacionados com a aquisição de 20% da Sonae Sierra, o capex da Sonae Sierra no 4T assim como o capex relacionado com a manutenção e expansão dos diferentes negócios de retalho.

Milhões de euros	2017	2018	% Vol. neg.
Capex	316	702	11,8%
Sonae Retalho	273	311	5,4%
Sonae MC	164	181	4,4%
Worten	45	45	4,1%
Sonae Sports & Fashion	21	29	8,0%
Sonae RP	41	52	55,3%
Maxmat	1	3	4,0%
Sonae IM	19	45	28,9%
Sonae FS	2	1	4,0%
Sonae Sierra	-	81	n.a.
Aquisição de 20% Sonae Sierra	-	256	n.a.

Resultados Sonae Retalho

Sonae MC

Evolução do vol. de negócios e margem EBITDA subjacente (€M)



Num contexto macroeconómico favorável de 2018, e apesar da forte concorrência, a Sonae MC foi uma vez mais capaz de registar um crescimento do volume de negócios de 7,0% em termos homólogos, o crescimento anual mais elevado da última década e ultrapassou os €4 mil milhões de volume de negócios. Este desempenho foi suportado por um crescimento LfL de 2,8% em 2018, valor significativamente superior à inflação do mesmo período (0,7%), assim como pela expansão da rede de lojas. É ainda de destacar, o rápido desenvolvimento do comércio eletrónico, com crescimentos de dois dígitos durante 2018, motivado tanto por um aumento do número de clientes como por valor médio de compra mais elevado.

A rede de lojas terminou o ano com um total de 1.085 lojas (incluindo franquizadas) implicando 122 lojas adicionais face a 2017, das quais 3 lojas próprias Continente Modelo e 13 Continente Bom Dia (a área

de vendas aumentou aproximadamente 36 mil m²). Desde o início de 2019, a Sonae MC já abriu mais 3 Continente Bom Dia e 1 Continente Modelo.

Relativamente ao 4T18, e apesar do comparável desafiante do 4T17 (LfL 3,2%), a Sonae MC foi capaz de atingir um crescimento de LfL de 3,6%, impulsionado por valores positivos em todos os formatos, especialmente no segmento de proximidade (Lojas Bom Dia), e claramente acima da inflação de produtos alimentares do período (0,3%).

O EBITDA subjacente melhorou €15 M para €228 M em 2018 e €5 M no 4T18, enquanto que as margens permaneceram estáveis tanto em 2018 como no 4T18, em 5,5% e 6,3%, respetivamente. No trimestre mais importante do ano, que inclui a época de Natal, a Sonae MC mostrou, uma vez mais, a sua presença sólida, bem como uma proposta com valor, ao ser capaz de continuar a reforçar a sua liderança de mercado. Este desempenho global positivo reflete um volume de negócios forte aliado a uma disciplina de controle de custos, apesar do ambiente persistentemente competitivo e do contínuo investimento no plano de expansão.

O segmento de *Health & Wellness* (saúde e bem-estar) permaneceu uma das principais áreas de crescimento e, já em janeiro de 2019, foi concluída a aquisição da participação de 60% na empresa espanhola de retalho de parafarmácias e perfumarias, Arenal.

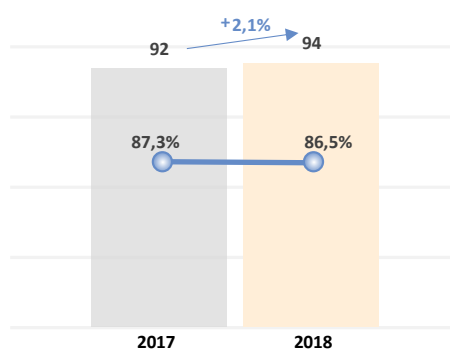
Sonae RP

Nos dois últimos meses de 2018, a Sonae RP completou 2 transações de *sale & leaseback* correspondentes a 6 ativos e a uma entrada de capital de €83 M, com um total de €37 M em ganhos de capital. Com estas duas transações, o *freehold* (percentagem dos ativos detidos) da Sonae MC situou-se em 43% no final de 2018.

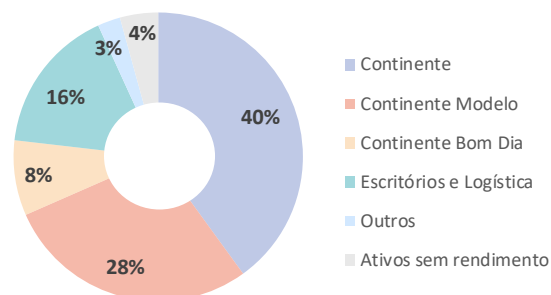
O portefólio da RP no final do ano, representava um valor contabilístico bruto de €1.247 M e um valor contabilístico líquido de €873 M (-6,3% quando comparado com o final de setembro).

Em 2018, o volume de negócios da Sonae RP aumentou 2,1% em termos homólogos para €94 M, e o EBITDA subjacente situou-se em €81 M correspondendo a uma margem de 86,5%.

Evolução do vol. de negócios e margem EBITDA subjacente (€M)

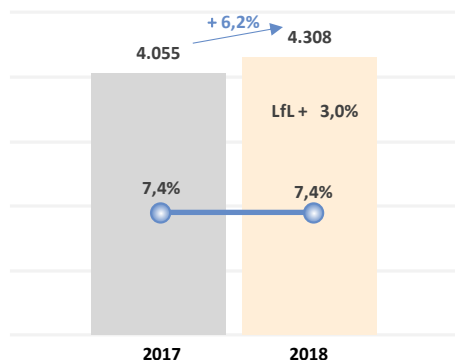


Portefólio (% Valor Contabilístico Bruto)



Sonae MC – novo perímetro

Evolução do vol. de negócios e margem EBITDA subjacente (€M)



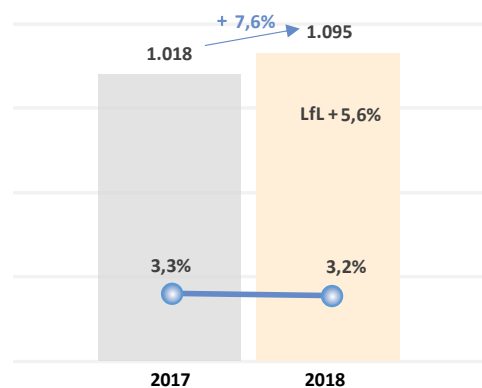
O novo perímetro da Sonae MC é essencialmente composto pelo segmento histórico da Sonae MC, Maxmat e ativos operacionais da Sonae RP. Este novo perímetro, que será um segmento consolidado nas contas da Sonae a partir de 2019, está em linha com o desempenho acima mencionado. Após as duas transações de *sale and leaseback*, o *freehold* do novo perímetro da Sonae MC situou-se em 45%.

Durante 2018, o volume de negócios aumentou €253 M, +6,2% em termos homólogos, atingindo €4.308 M, impulsionado por um crescimento LfL de 3,0%.

O EBITDAR subjacente atingiu €421 M, implicando um crescimento de €26 M em termos homólogos, e um aumento de 0,1 p.p. de margem em termos homólogos para 9,8%. A margem do EBITDA subjacente, permaneceu estável face a 2017 em 7,4% e €319 M.

Worten

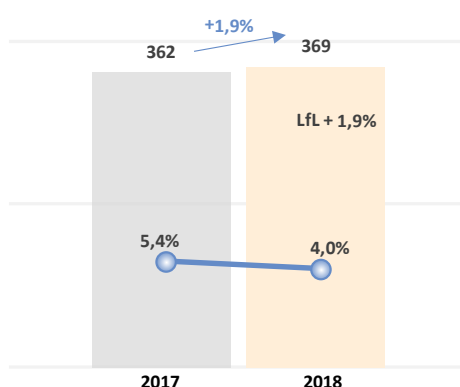
Evolução do vol. de negócios e margem EBITDA subjacente (€M)



ficasse estável, situando-se nos €35 M, e com uma margem de 3,2%.

Sonae S&F

Evolução do vol. de negócios e margem EBITDA subjacente (€M)

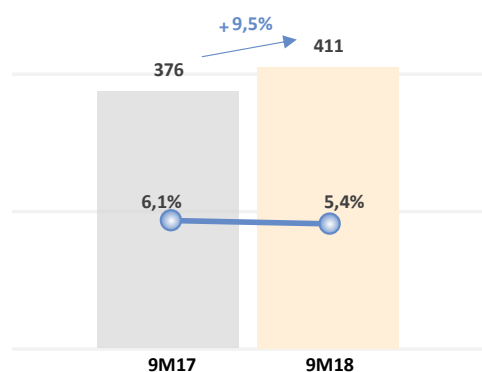


Sonae Fashion

Um ano desafiante para todo o sector de moda com um 4T positivo para a Sonae S&F, crescendo acima de valores de referência do mercado. Esta unidade de negócio registou um crescimento LfL de 7,2% e vendas de €104 M no 4T18, significando um crescimento total de 7,9% quando comparado com o 4T17. Com este desempenho trimestral, as vendas totais da Sonae S&F atingiram €369 M em 2018 e aumentaram 1,9% em comparação com 2017.

Relativamente à rentabilidade, o 4T teve uma contribuição e evolução positiva face ao ano passado (EBITDA subjacente de €12M anual. O EBITDA subjacente atingiu €14,9 M no final de 2018 com uma margem de 4,0%, -1,4 p.p. quando comparado com 2017.

Evolução do vol. de negócios e margem EBITDA subjacente (€M)



Iberian Sports Retail Group

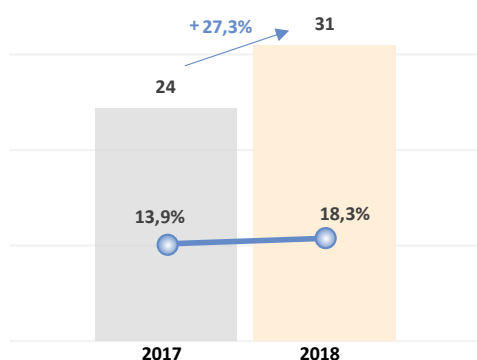
Em aproximadamente 9 meses²² do primeiro ano da JV, o volume de negócios atingiu €411 M, uma melhoria impulsionada sobretudo pelo desempenho de vendas da Sprinter e da JD. O EBITDA do grupo fixou-se em €22 M, impactado pela conversão de lojas da Sport Zone para o modelo da Sprinter em Espanha.

O resultado do método de equivalência patrimonial incluído nas contas da Sonae fixou-se em -€5,2 M em 2018, uma melhoria de €12 M face a 2017.

²² devido às datas de reporte da JD Sports (principal acionista da JV), os valores da ISRG referem-se ao período de 1 de fevereiro a 2 de novembro.

Sonae FS

Evolução do vol. de negócios e margem EBITDA subjacente (€M)



A Sonae FS terminou um ano bastante bom com todos os seus principais indicadores a registarem desempenhos positivos: a produção ultrapassou o limiar dos mil milhões de euros (+22,8% vs. 2017), o volume de negócios disparou 27,3% em termos homólogos para €31 M e o EBITDA subjacente quase duplicou para €5,7 M.

A operação do Universo continua a reforçar o seu papel no mercado de pagamentos e a ser o principal impulsionador do desempenho positivo desta unidade de negócio. Durante o 4T, o cartão universo atingiu perto de 50 mil subscritores adicionais, totalizando no final do ano 747 mil subscritores, um aumento líquido de 142 mil em 2018, um número impressionante para uma operação lançada há 3 anos. A quota de mercado, no mercado de pagamentos com cartão de crédito, continuou em níveis elevados, terminando dezembro com 12,9%²³.

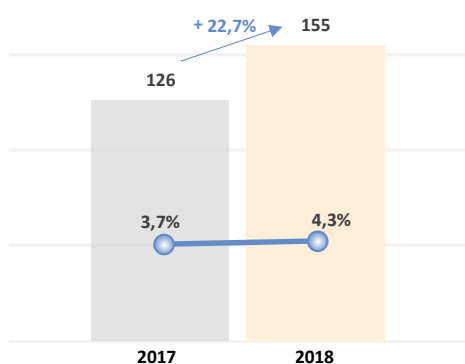
Sonae IM

Portefólio (no final de 2018)

Participações maioritárias	Participações minoritárias	
WeDo Technologies	AVP Funds	Nextail
S21Sec Nextel	Stylesage	Case on it
Saphety	Probe.ly	Jscramber
Bizdirect	Ometria	Reblaze
InovRetail	Arctic Wolf	ciValue
Bright Pixel	Secucloud	Visenze
Excellium	Continuum Security	

No último trimestre de 2018, a Sonae IM continuou a implementar a sua gestão ativa de portefólio. Além do reforço em algumas das empresas do portefólio e de alguns investimentos em fase inicial, a Sonae IM adquiriu uma participação minoritária numa empresa tecnológica de retalho de Singapura chamada **Visenze**, adicionou também uma participação maioritária numa empresa de cibersegurança sediada no Luxemburgo, **Excellium**, a qual representa um passo importante no desenvolvimento de um grupo de cibersegurança europeu que cobre atualmente a Península Ibérica e principais mercados europeus. Já em março de 2019, a Sonae IM chegou a acordo para a venda de 100% da Saphety aos membros da sua equipa de gestão.

Evolução do vol. de negócios e margem EBITDA subjacente (€M)



Em termos operacionais, **o volume de negócios da Sonae IM ascendeu a €155 M no final de 2018, crescendo 22,7% em termos homólogos**, impulsionado por todas as empresas do portefólio e pela integração da Nextel (empresa de cibersegurança fundida com a S21Sec no 3T18 – a empresa resultante da fusão é o “*pure player*” mais relevante em cibersegurança, quer em termos de volume de negócios, quer em número de especialistas em cibersegurança).

Relativamente ao **nível de rentabilidade**, o EBITDA subjacente manteve a sua tendência positiva com +€2 M em termos homólogos, para €6,6 M em 2018. Este desempenho foi impulsionado por uma melhoria de eficiência em quase todas as empresas.

²³ Estimativa Sonae FS.

Sonae Sierra

No final do 3T18, a Sonae concluiu o acordo com o grupo Grosvenor para a **aquisição de uma participação adicional de 20% da Sonae Sierra** pelo valor total de €255,9 M. Após esta transação, a Sonae detém 70%, consolidando assim integralmente o balanço da Sonae Sierra no 3T18, e a demonstração de resultados a partir do 4T18 (contas estatutárias).

Indicadores operacionais

	2017	2018	var.
Visitantes (milhões)	438	451	2,9%
Europa & Novos Mercados	342	356	4,2%
Brasil	96	95	-1,7%
Taxa de ocupação (%)	96,0%	96,4%	0,3 p.p.
Europa	97,1%	97,1%	0,0 p.p.
Brasil	92,5%	93,4%	0,9 p.p.
Evol. Vendas de lojistas (Lfl)	4,2%	2,6%	
Europa	3,2%	2,3%	-
Brasil (moeda local)	6,8%	3,4%	-
Vendas de lojistas (M€)	4.897	4.787	-2,2%
Europa (M€)	3.534	3.608	2,1%
Brasil (M€)	1.363	1.179	-13,5%
Brasil (MR\$)	4.896	5.063	3,4%
Nº de centros comerciais sob gestão (EoP)	66	64	-2
Europa	56	54	-2
Brasil	10	10	0
Nº de centros comerciais detidos/co-detidos (EoP)	45	44	-1
Europa	36	35	-1
Brasil	9	9	0
ABL centros geridos ('000 m²)	2.423	2.482	2,4%
Europa e Novos Mercados	1.941	2.004	3,2%
Brasil	481	477	-0,8%

Base proporcional – contas de gestão

Milhões de euros	2017	2018	var.	4T17	4T18	var.
Volume de negócios	222	222	0,0%	61	63	3,6%
EBIT	105	108	2,8%	29	30	3,9%
Margem EBIT	47,2%	48,5%	1,3 p.p.	47,9%	48,1%	0,2 p.p.
Resultado direto	65	67	3,0%	19	17	-12,6%
Resultado indireto	45	44	-3,9%	13	18	33,4%
Resultado líquido	110	110	0,1%	33	35	6,3%
... atribuível à Sonae	55	62	12,9%	16	24	48,8%

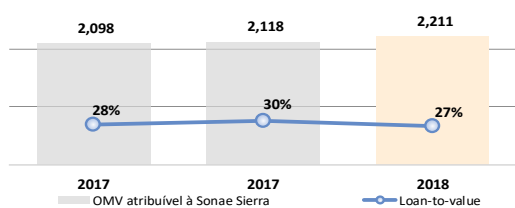
As **contas de gestão da Sonae Sierra (numa base proporcional)** mostram que a empresa continua a registar um desempenho sólido com o EBIT a crescer €2,9 M para €108 M. Consequentemente, o resultado direto aumentou para €67 M, +3,0% em termos homólogos, sustentado por um forte desempenho do seu portefólio na Europa e no Brasil conjugado com um crescimento da área de serviços (EBIT +11% em termos homólogos), o qual foi parcialmente anulado pelo efeito cambial adverso do Real brasileiro (€3,5 M). O **resultado indireto** totalizou €44 M refletindo principalmente o resultado das vendas de propriedades conjugado com aumentos nas valorizações do portfolio de ativos da Sierra.

Durante 2018, a Sonae Sierra **progrediu na sua estratégia de reciclagem de capital com quase €600 M de OMV de ativos vendidos (considerando 100% dos ativos)**, tais como a redução da participação no Serra Shopping, GranCasa, Max Center, Valle Real e a venda total do Coimbrashopping (Portugal) e os ativos de Nuremberga. Adicionalmente, a Sonae Sierra adquiriu a restante participação de 50% do centro comercial ParkLake na Roménia.

Quanto à execução dos **projetos em desenvolvimento**, a Sonae Sierra abriu o Fashion City Outlet na Grécia (4T) e alcançou avanços significativos na expansão do Norteshopping e no Designer Outlet McArthurGlen em Málaga. Já em 2019, abriu o primeiro centro comercial na Colômbia (Cúcuta).

Valorização dos ativos (OMV)⁽¹⁾ e alavancagem

(mil milhões de euros)



(1) Detido pela Sonae Sierra

O NAV da Sonae Sierra situou-se em **€1.455 M no final de dezembro**, +1,6% (ou 3,7% a taxas de câmbio constantes) face à posição no final do ano de 2017, em resultado do desempenho operacional positivo e das alterações das avaliações do seu portefólio, parcialmente anuladas pelos dividendos pagos e pelo efeito cambial adverso. Sonae Sierra prevê pagar €115 M de dividendos durante o 1S19.

Contas estatutárias

milhões de euros		4T18
Volume de negócios		44
EBITDA subjacente		11
Margem de EBITDA subjacente		24,5%
Res. método equiv. patrim.		11
Itens não recorrentes		39
EBITDA		61
D&A ⁽¹⁾		-5
EBIT		56
Resultado financeiro líq.		-6
EBT		50
Impostos		-7
Resultado direto		43
Resultado indireto		1
Resultado líquido total		44
Interesses sem controlo		-12
Res. líq. atribuível a acionistas		32

(1) Depreciações e amortizações incluindo provisões e imparidades.

NOS

Os resultados da NOS foram divulgados a 8 de março de 2019 e encontram-se disponíveis em www.nos.pt.

As **receitas operacionais ascenderam a €1.576 M em 2018, +1,1% acima do ano passado com as vendas de telco a crescer 1,5% para €1.506 M**. No 4T18, as vendas operacionais cresceram 2,5% em termos homólogos para €409 M. Relativamente à rentabilidade, o EBITDA consolidado melhorou 2,8% em termos homólogos para €592 M em 2018 beneficiando de um crescimento de 4,0% do EBITDA de telco. O resultado líquido situou-se em €141 M em 2018, +16% em termos homólogos.

Indicadores financeiros

Milhões de euros	2017	2018	var.	4T17	4T18	var.
Receitas operacionais	1.559	1.576	1,1%	399	409	2,5%
EBITDA	575	592	2,8%	127	130	2,7%
Margem de EBITDA	36,9%	37,5%	0,6 p.p	31,7%	31,8%	0,1 p.p
Resultado líquido	122	141	15,8%	17	18	8,6%
Capex	377	376	-0,4%	114	95	-16,4%
FCF Total Antes de Dividendos, Investimentos Financeiros e Aquisição de Ações Próprias	133	180	35,2%	-3	0	-

O **Capex total** fixou-se em €376 M em 2018 relacionado sobretudo com investimentos de telco, correspondendo a 23,8% das vendas e significando uma diminuição 0,4% em relação a 2017. O Free Cash Flow Total Antes de Dividendos, Investimentos Financeiros e Aquisição de Ações Próprias ascendeu a €180 M (+35,2% em termos homólogos), beneficiando de um forte **Cash Flow Operacional de €196 M, o que permitiu um rácio de Dívida Líquida/ EBITDA de 1,8x e deverá suportar um forte perfil de distribuição de dividendos**.

No que diz respeito aos indicadores operacionais, a NOS terminou 2018 com um número total de RGUs de 9.605 milhares, com 35,1 milhares de adições líquidas no 4T18. Apesar do nível de penetração convergente de 50,3%, a NOS ainda assim foi capaz de registar um crescimento de 6,3% em termos homólogos atingindo os 767 milhares de clientes convergentes o que corresponde a 3,9 milhões de RGUs convergentes e uma média de 5 serviços subscritos por lar. Ao mesmo tempo, o programa de transformação está a ser implementado para proporcionar melhor experiência de cliente e maior eficiência operacional.

Indicadores operacionais

('000)	4T17	4T18	var.
RGUs totais (adições líquidas)	46	35	-
RGUs convergentes (adições líquidas)	19	31	-
Subscritores móvel (adições líquidas)	29	9	-
TV por subscrição (adições líquidas)	1	2	-
RGUs totais	9.412	9.605	2,1%
RGUs convergentes	3.651	3.902	6,9%
Clientes convergentes	721	767	6,3%
ARPU/ subscritor único de acesso fixo (euros)	44	44	-

Demonstração da posição financeira

Milhões de euros	2017	2018	var.
TOTAL ATIVO	5.605	7.772	38,7%
Ativos não correntes	4.183	5.996	43,3%
Ativos tangíveis e intangíveis	2.019	2.022	0,1%
Goodwill	634	779	22,9%
Propriedades de investimento	-	999	-
Outros investimentos	1.434	2.040	42,2%
Ativos por impostos diferidos	72	73	2,1%
Outros	24	83	-
Ativos correntes	1.422	1.777	24,9%
Inventários	713	671	-5,9%
Clientes	130	142	9,1%
Liquidez	365	698	91,3%
Outros	214	266	24,2%
CAPITAL PRÓPRIO	2.135	3.289	54,0%
Atribuível aos acionistas	1.967	2.161	9,9%
Interesses sem controlo	168	1.127	-
TOTAL PASSIVO	3.470	4.484	29,2%
Passivo não corrente	1.385	1.973	42,4%
Empréstimos bancários	573	1.072	86,9%
Outros empréstimos	647	516	-20,2%
Passivos por impostos diferidos	132	286	-
Provisões	19	41	-
Outros	13	57	-
Passivo corrente	2.085	2.511	20,4%
Empréstimos bancários	208	287	38,2%
Outros empréstimos	61	214	-
Fornecedores	1.192	1.287	8,0%
Outros	623	723	16,0%
CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	5.605	7.772	38,7%

Tendências e Perspetivas

Em 2019 a Sonae irá prosseguir com a sua estratégia baseada em três pilares chave e enquanto holding irá continuar focada em cristalizar valor em todo o seu portefólio. Um novo Conselho de Administração será eleito para o mandato de 2019-2022.

A partir de 1 de janeiro a Sonae passará a reportar as contas consolidadas de acordo com a norma contabilística IFRS 16. Esta mudança não terá impacto nos fluxos de caixa, mas para efeitos de comparação, no 1T19, os valores de 2018 por trimestre serão reportados com o impacto da IFRS. A Sonae irá explicar ao mercado, em devido tempo, os impactos do IFRS 16.

A **Sonae MC** será um novo segmento nas contas da Sonae, composto pelo segmento histórico da Sonae MC, Maxmat e ativos operacionais da Sonae RP. O mercado alimentar deverá continuar a ser beneficiado pelo bom ambiente macroeconómico, apesar da forte situação concorrencial. Neste contexto, a Sonae MC pretende manter o foco na sua proposta de valor, na expansão da rede de lojas de proximidade (lojas Continente Bom Dia), e ao mesmo tempo assegurar a liderança de preço. O segmento de *Health & Wellness* (saúde e bem-estar) estará no centro das atenções com a consolidação e expansão da Arenal, a rede espanhola de parafarmácias e perfumarias.

A **Worten** irá continuar o seu caminho de transformação digital, beneficiando de um contexto macroeconómico positivo, ainda que menos forte, tanto em Portugal como em Espanha, mantendo o seu foco na melhoria da rentabilidade global. Além disso, a Worten irá também continuar a explorar uma potencial avenida de crescimento, nomeadamente através do *marketplace* lançado recentemente.

As marcas da **Sonae Sports & Fashion** irão continuar a implementar as suas estratégias, focadas principalmente em criar condições para atingir um crescimento visível do seu volume de negócios e rentabilidade, enquanto se tornam um grupo mais moderno, mais digital e mais ágil. Relativamente à ISRG, 2019 será o primeiro ano inteiro de integração total de ambas operações e como tal importante para a continuação do sucesso desta JV.

Sonae FS espera continuar a expandir o seu portefólio de produtos e serviços no mercado de crédito, seguros e pagamentos através do Universo.

A **Sonae IM** continuará a sua gestão ativa de portefólio com um foco especial em empresas em fase de crescimento, como também, empresas desde fases embrionárias a fases mais avançadas de maturidade. Os investimentos alvo da Sonae IM são empresas na área de retalho, telco e cibersegurança com modelos de negócio B2B baseados numa forte componente tecnológica.

A **Sonae Sierra** continuará a cumprir com os seus três princípios estratégicos core e a expandir a sua presença internacional. Em termos de desenvolvimento, a Sierra já abriu um novo centro na Colômbia, está a planear concluir o Designer Outlet em Málaga e continuar a execução dos restantes projetos em expansão e desenvolvimento. Relativamente à reciclagem de capital, a Sierra espera continuar com a reciclagem seletiva do seu portefólio, enquanto se compromete com o crescimento estratégico de longo prazo dos seus ativos principais e dominantes na Ibérica.

A **NOS** continuará a fazer significantes progressos no seu Plano de Transformação, os quais trarão benefícios adicionais ao longo de 2019, ao mesmo tempo que se mantem como o líder no mercado português de telecomunicações e entretenimento.



Resultado líquido individual

Numa perspetiva simplificada, as operações da Sonae SGPS, SA estão associadas à gestão das participações nas suas subsidiárias. Em 2018, o resultado líquido individual da Sonae SGPS, SA foi de 321.807.558,32 euros, tendo aumentado cerca de 250% face ao ano anterior (93.223.270,03 euros). Este aumento ficou a dever-se essencialmente ao aumento de dividendos recebidos e ao registo de reversão de perdas por imparidade de aproximadamente €126 M.

No resultado do exercício, encontra-se já refletido o montante de 383.648,00 euros, destinado à remuneração variável dos administradores executivos, na modalidade de distribuição de lucros do exercício, nos termos do n.º 2 do art.º 31.º dos Estatutos e sob proposta da Comissão de Vencimentos, a quem compete a concretização da política de remuneração aprovada na Assembleia Geral de Acionistas, de 3 de maio de 2018.

Proposta de aplicação dos resultados do exercício

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que os resultados do exercício, no montante de 321.807.558,32 euros, sejam aplicados da seguinte forma:

Reserva Legal: 16.090.378,46 euros;

Dividendos: 88.200.000,00 euros;

Reservas Livres: 217.517.179,86 euros

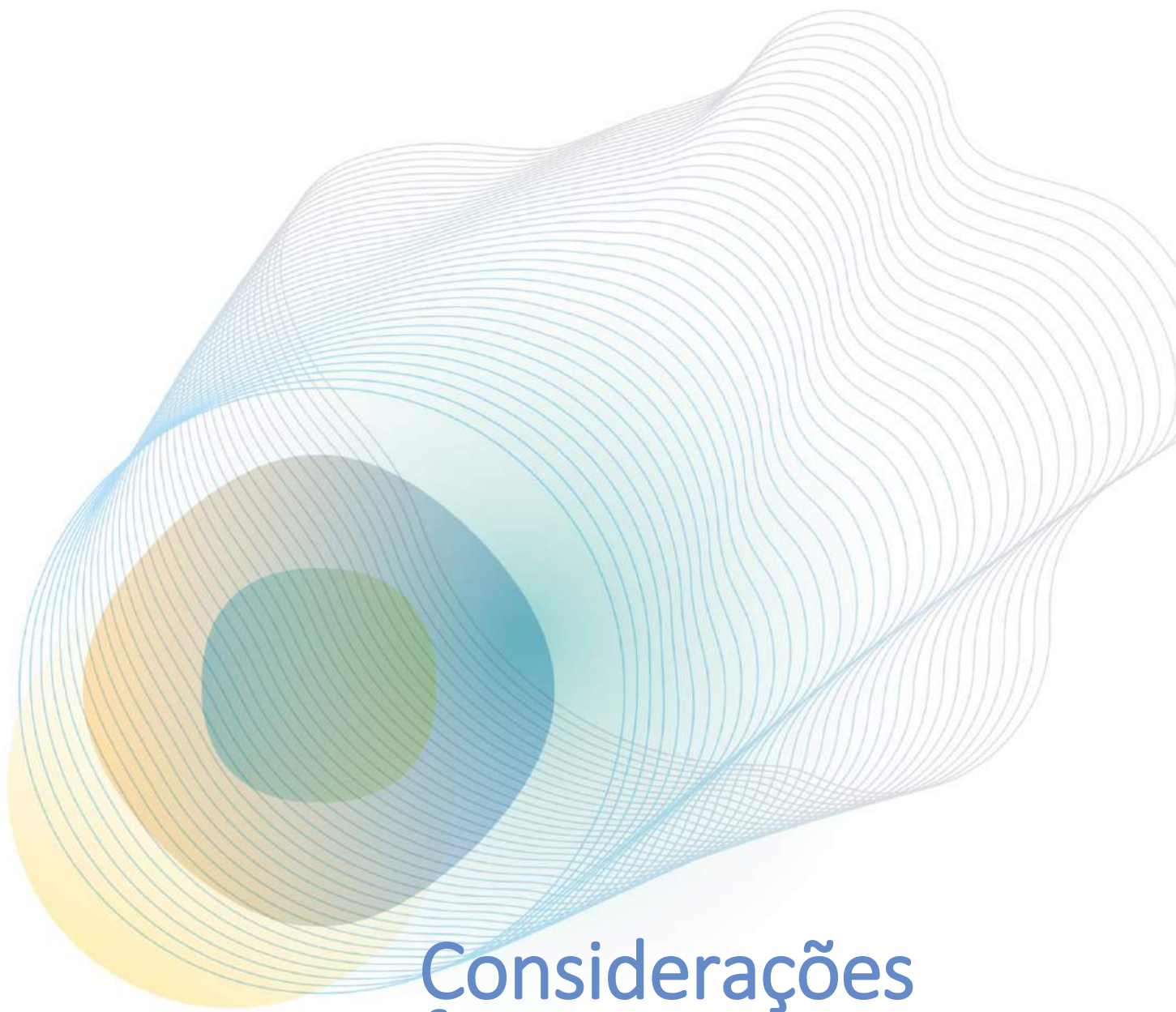
O Conselho de Administração propõe ainda que o dividendo ilíquido a distribuir seja de 0,0441 euros por ação, excluindo-se do dividendo global de 88.200.000,00 euros o montante do dividendo que caberia às ações que, à data da distribuição do dividendo, sejam detidas pela própria sociedade ou por sociedades suas dependentes, que deverá ser afeto a Reservas Livres.

O dividendo ora proposto equivale a um *dividend yield* de 5,4% face ao preço de fecho a 31 de dezembro de 2018 e a um *payout ratio* de 42% do resultado direto consolidado atribuível aos acionistas da Sonae

Eventos subsequentes

27 de fevereiro


A Sonae informou relativo a um comunicado da Efanor – a intenção de propor na próxima Assembleia Geral de Acionistas (abril 2019) o novo Conselho de Administração para o mandato de 2019/2022.



Considerações finais e agradecimentos

Pessoas:

as pessoas estão no centro do nosso
sucesso



Conselho de Administração agradece ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelos conselhos valiosos e por toda a colaboração prestada. O Conselho de Administração expressa também a sua gratidão para com fornecedores, bancos e outros parceiros de negócio da Sonae pelo seu contínuo envolvimento e pela confiança demonstrada.

O Conselho de Administração manifesta, igualmente, a sua gratidão a todos os colaboradores pelo esforço e dedicação demonstrados durante todo o ano.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada a 19 de março de 2019.

Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração e Co-Presidente da Comissão Executiva

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Co-Presidente da Comissão Executiva

José Manuel Neves Adelino, Administrador Não-Executivo

Andrew Eustace Clavering Campbell, Administrador Não-Executivo

Christine Cross, Administrador Não-Executivo

Tsega Gebreyes, Administrador Não-Executivo

Marcelo Faria de Lima, Administrador Não-Executivo

Margaret Lorraine Trainer, Administrador Não-Executivo



Glossário

Eficácia:

procuramos continuamente a máxima eficácia das nossas ações, para obter os melhores resultados

ABL (Área Bruta Locável)	Equivalente ao espaço total disponível para arrendamento num centro comercial.
Alavancagem de ativos (LTV) dos Centros Com.	Dívida líquida / (propriedades de investimento + propriedades em desenvolvimento + propriedades sob reestruturação - goodwill).
Capex	Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições.
Capital investido líquido	Dívida líquida + capital próprio.
Dividend yield	Dividendos por ação / cotação da ação.
Dívida financeira líquida	Dívida total líquida, excluindo suprimentos.
Dívida líquida	Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + suprimentos + locações financeiras – caixa, depósitos bancários, investimentos correntes e outras aplicações de longo prazo.
EBIT (direto)	EBT direto - resultado financeiro.
EBITDA	EBITDA subjacente + resultados pelo método de equivalência patrimonial + itens não recorrentes.
EBITDA recorrente	EBITDA subjacente + resultados pelo método de equivalência patrimonial.
EBITDA subjacente	EBITDA recorrente dos negócios que consolidam pelo método de consolidação integral.
EBITDAR subjacente	EBITDA subjacente excluindo rendas.
EBT (direto)	Resultado direto antes impostos.
EoP	End of Period: final do período em análise.
Gearing (contabilístico)	Média dos quatro últimos trimestres considerando, para cada trimestre, o endividamento líquido total (EoP) / capital próprio (EoP).
Gearing (valor de mercado)	Média dos quatro últimos trimestres considerando, para cada trimestre, o endividamento líquido total (EoP) / capitalização bolsista considerando a cotação de fecho da Sonae no último dia de cada trimestre.
Investimento técnico	Ativos tangíveis + ativos intangíveis + outros ativos fixos – depreciações e amortizações.
LFL: vendas no universo comparável de lojas	Vendas realizadas em lojas que funcionaram nas mesmas condições, nos dois períodos. Exclui lojas abertas, fechadas ou sujeitas a obras de remodelação consideráveis num dos períodos.
Margem EBITDA	EBITDA / volume de negócios.
NAV ou INREV NAV (Valor de ativo líquido)	Valor de mercado atribuível à Sonae Sierra - dívida líquida - interesses sem controlo + impostos diferidos passivos.
OMV (Valor de mercado)	Justo valor dos ativos imobiliários em funcionamento (% de detenção), avaliado por entidades independentes internacionais e valor contabilístico das propriedades em desenvolvimento (% de detenção)
Outros empréstimos	Inclui obrigações, locação financeira e derivados.
Pay-out ratio	Dividendos distribuídos / resultado líquido directo.
Prop. de investimento	Valor dos centros comerciais em operação detidos e co-detidos pela Sonae Sierra.
Resultado direto	Resultado do período antes de interesses sem controlo, excluindo contributos para os resultados indiretos.
Resultado indireto	Inclui resultados da Sonae Sierra, líquidos de impostos, relativos a i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint-ventures ou associadas; (iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo goodwill) e (iv) provisões para ativos de risco. Adicionalmente e no que se refere ao portefólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros non-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia mark-

	to-market de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes.
RGU (Rev. gen. unit)	Unidade geradora de receita.
Res. pelo método de equiv. Patrimonial	Inclui resultados diretos relacionados com investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial (principalmente Sonae Sierra e NOS/Zopt) e resultados de operações descontinuadas.
Sale and leaseback	Venda de ativos operacionais, seguido de aluguer dos mesmos.

Notas metodológicas

As demonstrações financeiras consolidadas contidas neste reporte foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia. A informação financeira relativa aos resultados trimestrais e semestrais não foi objeto de procedimentos de auditoria.

Nota: Sonae implementou as seguintes alterações na sua estrutura de reporte:

- (i) desde o 1T17, a Maxmat encontra-se reportada na divisão “Sonae Retalho”, juntamente com a Sonae MC, Worten, Sonae Sports & Fashion e Sonae RP;
- (ii) a MDS passou a ser consolidada através do Método de Equivalência Patrimonial e incluída na Sonae FS, no seguimento da venda de 1.773 ações da MDS SGPS à IPLF Holding, em junho de 2017. Entre o 1T16 e junho 2017, a MDS foi registada como uma operação descontinuada;
- (iii) de 1T17 a janeiro de 2018, a Sport Zone foi registada como uma operação descontinuada. A partir de fevereiro de 2018, a ISGR passou a ser consolidada através do Método de Equivalência Patrimonial;
- (iv) com a aquisição de mais 20% na Sonae Sierra, o Balanço estatutário da Sonae Sierra passou a ser consolidado integralmente no 3T18 e a demonstração de resultados a partir do 4T18;
- (v) Operações descontinuadas, nomeadamente a Berg, na Sonae S&F em 2018 foram também consideradas em 2017 por razões de comparação.



Anexos

Confiança:

Esforçamo-nos em todos os momentos para ganhar a confiança de todas as partes interessadas, seguindo os mais altos padrões de ética e transparência.



Declaração nos termos do artigo 245º, parágrafo 1, c) do Código dos Valores Mobiliários

Os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e os demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Sonae - SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sonae - SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada a 19 de março de 2019.

Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração e Co-Presidente da Comissão Executiva

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Co-Presidente da Comissão Executiva

José Manuel Neves Adelino, Administrador Não-Executivo

Andrew Eustace Clavering Campbell, Administrador Não-Executivo

Christine Cross, Administrador Não-Executivo

Tsega Gebreyes, Administrador Não-Executivo

Marcelo Faria de Lima, Administrador Não-Executivo

Margaret Lorraine Trainer, Administrador Não-Executivo

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14º, nº 7 do Regulamento da CMVM nº 05/2008

Divulgação do número de ações e de outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização ou por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas nos termos do artigo 248º B do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transações efetuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise.

	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2018
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €		
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***)							
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						Minoritário	
Migracom, SA (3)						Dominante	
Sonae - SGPS, SA							805.730
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (*) (**)							
Sonae - SGPS, SA							0
Venda	24-05-2018			212.987	1,152		
Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (6)						Dominante	
Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA (7)						Dominante	
Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (**)							
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						Minoritário	
Sonae - SGPS, SA							14.901
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (**) (***)							
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						Minoritário	
Sonae - SGPS, SA							377.318
Linhacom, SGPS, SA (5)						Dominante	
Nuno Miguel Teixeira de Azevedo (**)							
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						Minoritário	

	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2018
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €		
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA							
Sonae - SGPS, SA							200.100.000
Pareuro, BV (2)						Dominante	
(2) Pareuro, BV							
Sonae - SGPS, SA							849.533.095
(3) Migracom, SA							
Sonae - SGPS, SA							2.874.339
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)						Minoritária	
(4) Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA							
Sonae - SGPS, SA							4.105.280
(5) Linhacom, SGPS, SA							
Sonae - SGPS, SA							189.314
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)						Minoritária	
(6) Enxomil - Consultoria e Gestão, SA							
Sonae - SGPS, SA							2.021.855
(7) Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA							
Sonae - SGPS, SA							662.987
Compra	24-05-2018	212.987	1,152				

(*) administrador da Sociedade

(**) administrador da Efanor Investimentos SGPS, SA (sociedade direta e indiretamente dominante) (1)

(***) administrador da sociedade Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)

Participações qualificadas

Acionistas que detêm participação igual ou superior a 2% do capital social da Sonae - SGPS, SA, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8º nº 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008:

Participações qualificadas

Acionistas que detêm participação igual ou superior a 2% do capital social da Sonae - SGPS, SA, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8º nº 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008:

Acionista	Nº de ações	% Capital social e direitos de voto*	% Direitos de voto passíveis de exercício**
Efanor Investimentos, SGPS, SA (I)			
Diretamente	200.100.000	10,0050%	10,0050%
Através da Pareuro, BV (sociedade dominada pela Efanor Investimentos, SGPS, SA)	849.533.095	42,4767%	42,4767%
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA)	14.901	0,0007%	0,0007%
Através de Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA)	377.318	0,0189%	0,0189%
Através de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (administrador da Sonae, SGPS, SA e da Efanor Investimentos, SGPS, SA)	805.730	0,0403%	0,0403%
Através da Migracom, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	2.874.339	0,1437%	0,1437%
Através da Linhacom, SGPS, SA (sociedade dominada pela administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo)	189.314	0,0095%	0,0095%
Total imputável à Efanor Investimentos, SGPS, SA	1.053.894.697	52,6947%	52,6947%
Banco BPI, SA			
Banco BPI, SA	132.851.868	6,6426%	6,6426%
Banco Português de Investimento, SA	365.199	0,0183%	0,0183%
Fundos de Pensões do Banco BPI	40.071.372	2,0036%	2,0036%
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA	4.751.416	0,2376%	0,2376%
Total imputável ao Banco BPI, SA (II)	178.039.855	8,9020%	8,9020%
Fundação Berardo, Instituição Particular de Solidariedade Social			
Fundação Berardo, Instituição Particular de Solidariedade Social	49.849.514	2,4925%	2,4925%
Total imputável à Fundação Berardo, Instituição Particular de Solidariedade Social	49.849.514	2,4925%	2,4925%
Invesco Ltd			
Invesco Asset Management Ltd	41.185.755***	2,0270%	2,0270%
Invesco Asset Management		0,0130%	0,0130%
Invesco Advisers		0,0200%	0,0200%
Total imputável a Invesco Ltd	41.185.755	2,0593%	2,0600%

Fonte: últimas comunicações recebidas dos titulares de participações qualificadas dirigidas à Sociedade até 31 de dezembro de 2018

* Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto nos termos da alínea b) do nº3 do artigo 16º do Código dos Valores Mobiliários

** Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto cujo exercício não está suspenso

*** Informação prestada pelo participante qualificado de forma não desagregada.

(I) A Efanor Investimentos SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

(II) total dos direitos de voto imputáveis ao Banco BPI, SA, nos termos do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários

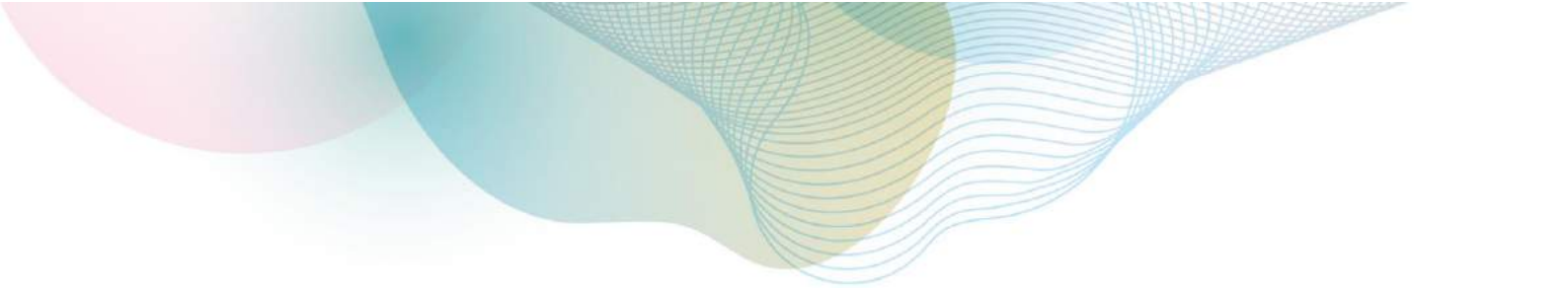


GOVERNO DAS SOCIEDADES '18

O ADN de uma
Empresa Sustentável



IMPROVING LIFE



ÍNDICE

PARTE I

INFORMAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A - Estrutura Acionista	10
I – Estrutura do Capital Social	10
1. Estrutura do Capital Social	10
2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das ações	10
3. Ações Próprias – número, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias	10
4. Impacto da alteração de controlo acionista da Sonae em acordos significativos	10
5. Medidas defensivas em caso de mudança de controlo	10
6. Acordos parassociais	10
II – Participações sociais e obrigações detidas	10
7. Participações Qualificadas	10
8. Número de ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentadas nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais	12
9. Competência do Conselho de Administração em sede de aumentos de capital	14
10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade	15
B - Órgãos Sociais e Comissões	15
I – Assembleia Geral	15
11. Identificação e Mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral	15
12. Restrições em matéria de direito de voto	15
12.1 Limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações	15
12.2 Representação	15
12.3 Voto por correspondência	16
12.4 Voto eletrónico	16
13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários	16
14. Quórum Deliberativo	16
II - Administração e supervisão	17
15. Identificação do modelo de governo adotado	17
16. Regras estatutárias de designação e de substituição dos administradores	18
17. Composição do Conselho de Administração	18
18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração	19
19. Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração	20
20. Relações familiares, profissionais e comerciais, habituais e significativas, de membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada	20
21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade	20

22. Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração	28
23. Número de reuniões e grau de assiduidade dos membros do Conselho de Administração	28
24. Órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos	28
25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos	28
26. Disponibilidade dos membros do Conselho de Administração	29
27. Identificação das Comissões criadas pelo Conselho de Administração	29
27.1 Delegação de competências na Comissão Executiva	29
28. Composição da Comissão Executiva	29
28.1 Funcionamento da Comissão Executiva	29
29. Comissões e Assessorias do Conselho de Administração	30
29.1 Síntese da Atividade desenvolvida pelas Comissões criadas pelo Conselho de Administração	35
III – Fiscalização	36
30. Identificação do órgão de fiscalização	36
31. Composição	36
32. Independência	37
33. Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho Fiscal	37
34. Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal	37
35. Reuniões do Conselho Fiscal	37
36. Disponibilidade dos membros do Conselho Fiscal	37
37. Intervenção do Conselho Fiscal na contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo	37
38. Outras funções dos membros dos órgãos de fiscalização	38
38.1 Conselho Fiscal	38
38.2 Revisor Oficial de Contas	39
IV – Revisor Oficial de Contas	40
39. Identificação	40
40. Permanência de Funções	40
41. Outros serviços prestados à Sociedade	40
V – Auditor Externo	41
42. Identificação	41
43. Permanência de Funções	41
44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo	41
45. Órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo	41
46. Trabalhos adicionais, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo e respetivo procedimento de contratação	41
47. Remuneração paga ao Auditor Externo	42
C - Organização Interna	43
I – Estatutos	43
48. Regras aplicáveis às alterações estatutárias	43
II – Comunicação de Irregularidades	43
49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades	43
III – Controlo Interno e Gestão de Riscos	43
50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno	43

51. Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos da Sociedade	44
52. Outras áreas funcionais com competências no controlo de risco	44
53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos	44
54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos	51
55. Descrição dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos relativamente ao processo de elaboração e divulgação de informação financeira	53
IV – Apoio ao Investidor	55
56. Serviço responsável pelo Apoio ao Investidor	55
57. Representante para as Relações com o Mercado	56
58. Pedidos de informação	56
V – Sítio de internet	56
59. Endereço	56
60. Local onde se encontra a informação mencionada no art.º 171.º do Código das Sociedades Comerciais	56
61. Local onde se encontram divulgados os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões	56
62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso	56
63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas e o calendário dos eventos societários	57
64. Local onde são divulgadas a convocatória da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada	57
65. Local onde é disponibilizado o acervo histórico com as deliberações tomadas nas assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes	57
D - Remunerações	57
I - Competência para a determinação	57
66. Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos dirigentes da Sociedade	57
II – Comissão de remunerações	57
67. Composição da comissão de remunerações e identificação das pessoas singulares e coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores	57
68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria da política de remunerações	58
III – Estrutura das Remunerações	58
69. Descrição da Política de Remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho	58
69.1 Princípios	58
69.2 Competitividade da política remuneratória	60
69.3 Controlo dos Riscos relativos a remunerações	60
69.4 Procedimento de aprovação da política remuneratória	60
70. Estruturação da Remuneração dos Administradores	63
70.1 Administradores Executivos	63
70.2 Administradores Não Executivos	63
71. Componente Variável da remuneração dos Administradores Executivos	64

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração	64
73. Critérios de atribuição e manutenção da remuneração variável em ações	64
74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções	66
75. Principais parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários	66
76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, aprovados em assembleia geral	66
IV – Divulgação das Remunerações	66
77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade pagos pela Sociedade	66
78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	68
79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios	68
80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-Administradores Executivos por cessação de funções	68
81. Remuneração do Conselho Fiscal	68
82. Remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral	69
V – Acordos com Implicações Remuneratórias	69
83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração	69
84. Referência à existência e descrição de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação do vínculo jurídico em caso de mudança de controlo da Sociedade	69
VI – Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (“stock options”)	69
85. Identificação do plano e destinatários	69
86. Caracterização do Plano	69
87. Direitos de opção atribuídos para aquisição de ações (“stock options”) de que sejam beneficiários colaboradores e trabalhadores da empresa	70
88. Mecanismos de controlo da participação dos trabalhadores no capital	70
E - Transações com Partes Relacionadas	71
I - Mecanismos e procedimentos de controlo	71
89. Mecanismos de controlo de transações com partes relacionadas	71
90. Indicação das transações sujeitas a controlo em 2018	71
91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos valores mobiliários	71
II – Elementos relativos aos negócios	71
92. Informação sobre negócios com partes relacionadas	71



PARTE II

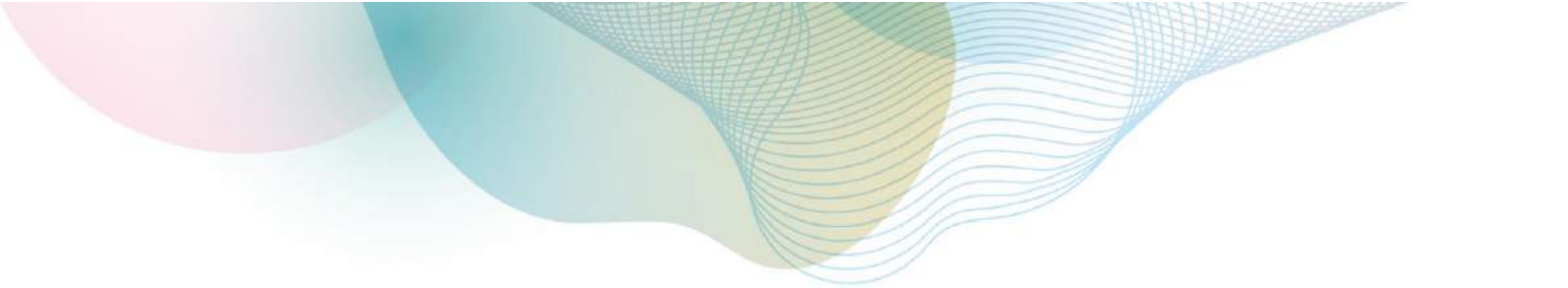
AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

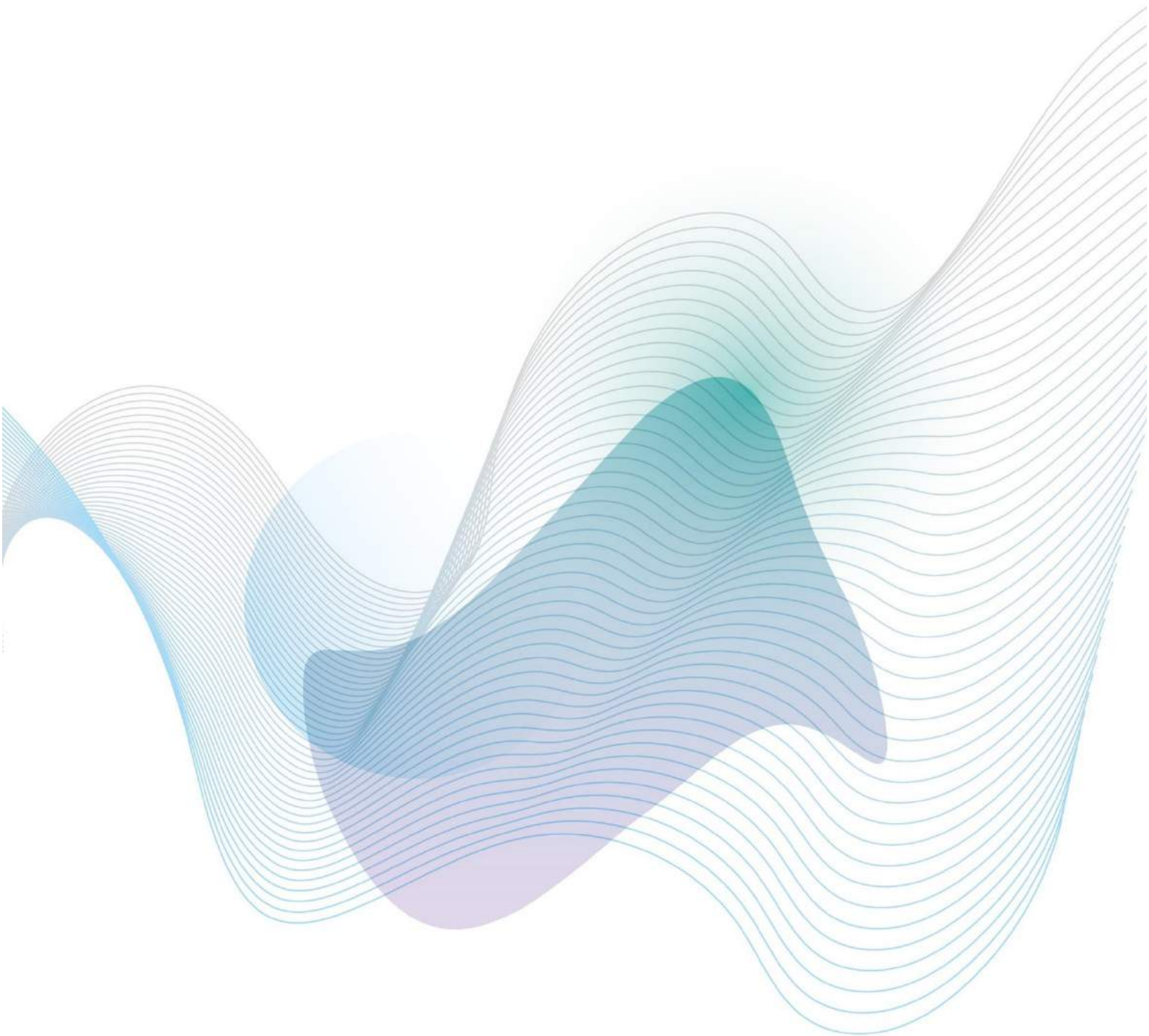
1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado	75
2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado	75
I - Parte Geral	75
II - Acionistas e Assembleia Geral	79
III - Administração não executiva e fiscalização	80
IV - Administração Executiva	83
V - Avaliação do desempenho, remunerações e nomeações	84
VI - Gestão de Risco	89
VII - Informação Financeira.....	90

Anexo I

CURRICULUM VITAE

1 - Conselho de Administração	92
2 - Conselho Fiscal	101





Parte I

Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade

A - Estrutura Acionista

I – Estrutura do Capital Social

1. Estrutura do Capital Social

O capital social da Sociedade é de 2.000.000.000 de euros, integralmente subscrito e realizado, dividido em 2.000.000.000 de ações ordinárias, nominativas, com o valor nominal unitário de 1 euro.

A distribuição do capital e respetivos direitos de voto pelos acionistas titulares de participações qualificadas encontra-se discriminada no ponto II.7.

A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das ações

As ações da Sonae não têm nenhuma restrição quanto à sua transmissibilidade ou titularidade.

3. Ações Próprias – número, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias

A 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não detinha, direta ou indiretamente, qualquer percentagem de ações próprias representativas do seu capital.

4. Impacto da alteração de controlo acionista da Sonae em acordos significativos

Não existem acordos celebrados pela Sociedade que contenham cláusulas com o objetivo de constituírem medidas defensivas à alteração do seu controlo acionista, nem que cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

A maioria do capital social da Sociedade é imputada a uma única sociedade acionista.

O acordo parassocial celebrado entre a Sociedade e a Grosvenor Group Limited (“Grosvenor”), relativo à Sonae Sierra, SGPS, SA, confere à Grosvenor um direito de saída em caso de mudança de controlo na Sociedade, mas apenas na situação particular e exclusiva de o controlo, direta ou indiretamente, passar a ser atribuído a outros que não ao atual acionista de referência ou a algum dos seus atuais acionistas ou respetivos familiares.

A Sonae tem, também, mecanismos contratuais de proteção, incluindo um direito de *call-option* sobre a participação acionista da Grosvenor em caso de alterações do atual controlo acionista desta última.

5. Medidas defensivas em caso de mudança de controlo

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas.

6. Acordos parassociais

Desconhece-se a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sociedade.

II – Participações sociais e obrigações detidas

7. Participações Qualificadas

As participações qualificadas no capital da Sociedade, refletidas a 31 de dezembro de 2018, de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, por referência ao art.º 16.º e ao art.º 248.º-B, ambos do Código dos Valores Mobiliários, bem como a percentagem de capital e de votos imputáveis e a fonte e causas da imputação, são as seguintes:

Participações Qualificadas

Acionistas que detêm participação igual ou superior a 2% do capital social da Sonae - SGPS, SA, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8.º n.º 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008:

Acionista	Nº de ações	% Capital social e direitos de voto*	% Direitos de voto passíveis de exercício**
Efanor Investimentos, SGPS, SA (I)			
Diretamente	200.100.000	10,0050%	10,0050%
Através da Pareuro, BV (sociedade dominada pela Efanor Investimentos, SGPS, SA)	849.533.095	42,4767%	42,4767%
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA)	14.901	0,0007%	0,0007%
Através de Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA)	377.318	0,0189%	0,0189%
Através de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (administrador da Sonae - SGPS, SA e da Efanor Investimentos, SGPS, SA)	805.730	0,0403%	0,0403%
Através da Migracom, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA, e administrador da Sonae SGPS, SA, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	2.874.339	0,1437%	0,1437%
Através da Linhacom, SGPS, SA (sociedade dominada pela administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo)	189.314	0,0095%	0,0095%
Total imputável à Efanor Investimentos, SGPS, SA	1 053.894.697	52,6947%	52,6947%
Banco BPI, SA			
Banco Português de Investimento, SA	132.851.868	6,6426%	6,6426%
Fundos de Pensões do Banco BPI	365.199	0,0183%	0,0183%
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA	40.071.372	2,0036%	2,0036%
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA	4.751.416	0,2376%	0,2376%
Total imputável ao Banco BPI, SA (II)	178.039.855	8,9020%	8,9020%
Fundação Berardo, Instituição Particular de Solidariedade Social			
Fundação Berardo, Instituição Particular de Solidariedade Social	49.849.514	2,4925%	2,4925%
Total imputável à Fundação Berardo, Instituição Particular de Solidariedade Social	49.849.514	2,4925%	2,4925%
Invesco Ltd			
Invesco Asset Management Ltd		2,0270%	2,0270%
Invesco Asset Management	41.185.755***	0,0130%	0,0130%
Invesco Advisers		0,0200%	0,0200%
Total imputável à Invesco Ltd	41.185.755	2,0593%	2,0593%

Fonte: últimas comunicações recebidas dos titulares de participações qualificadas dirigidas à Sociedade até 31 de dezembro de 2018.

*Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto, nos termos da alínea b) do nº3 do artigo 16º do Código dos Valores Mobiliários.

**Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto cujo exercício não está suspenso.

*** Informação prestada pelo participante qualificado de forma não desagregada.

(I) A Efanor Investimentos SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

(II) total dos direitos de voto imputáveis ao Banco BPI, SA, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

Esta matéria encontra-se igualmente tratada no Relatório Anual de Gestão.

A informação atualizada sobre participações qualificadas está acessível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/estrutura-acionista/>.

8. Número de ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentado nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Esta informação encontra-se disponibilizada em Anexo ao Relatório de Gestão, nos termos seguintes:

[Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14.º nº 7 do Regulamento da CMVM n.º 05/2008](#)

Divulgação do número de ações e outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos órgãos de administração e de fiscalização ou por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas nos termos do artigo 248º B do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transações efetuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise:

	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2018
	Data	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade		
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***)						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					Minoritário	
Migracom, SA (3)					Dominante	
Sonae - SGPS, SA						805.730
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (*) (**)						
Sonae - SGPS, SA						0
Venda	24-05-2018			212.987	1,152	
Enxomil – Consultoria e Gestão, SA (6)					Dominante	
Enxomil – Sociedade Imobiliária, SA (7)					Dominante	
Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (**)						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					Minoritário	
Sonae - SGPS, SA						14.901
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (**) (***)						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					Minoritário	
Sonae - SGPS, SA						377.318
Linhacom, SGPS, SA (5)					Dominante	
Nuno Miguel Teixeira de Azevedo (**)						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					Minoritário	

	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2018
	Data	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade		
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae - SGPS, SA						200.100.000
Pareuro, BV (2)					Dominante	
(2) Pareuro, BV						
Sonae - SGPS, SA						849.533.095
(3) Migracom, SA						
Sonae, SGPS, SA						2.874.339
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)					Minoritária	
(4) Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA						
Sonae - SGPS, SA						4.105.280
(5) Linhacom, SGPS, SA						
Sonae - SGPS, SA						189.314
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)					Minoritária	
(6) Enxomil – Consultoria e Gestão, SA						
Sonae - SGPS, SA						2.021.855
(7) Enxomil – Sociedade Imobiliária, SA						
Sonae - SGPS, SA						662.987
Compra	24-05-2018	212.987	1,152			
(*) administrador da Sociedade						
(**) administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA (sociedade direta e indiretamente dominante) (1)						
(***) administrador da sociedade Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)						

9. Competência do Conselho de Administração em sede de aumentos de capital

A competência atribuída pelos Estatutos ao Conselho de Administração para aumentar o capital da Sociedade cessou a sua vigência em abril de 2011, pelo que, a partir daquela data, tal competência pertence exclusivamente à Assembleia Geral de Acionistas.

10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas notificadas à Sociedade, e esta última.

Sem prejuízo, o Banco BPI, SA mantém com a Sociedade relações comerciais no âmbito do exercício da respetiva atividade, em condições de mercado e a par de outras instituições financeiras nacionais e internacionais.

B - Órgãos Sociais e Comissões

I. Assembleia Geral

a. Composição da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

11. Identificação e Mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral

As Assembleias Gerais de Acionistas são conduzidas pela Mesa da Assembleia Geral cujos membros são eleitos pelos Acionistas para um mandato de quatro anos coincidente com o mandato dos demais órgãos sociais.

Os membros que integraram a Mesa da Assembleia Geral no mandato 2015-2018, exerceram funções durante 3 mandatos, uma vez que foram inicialmente eleitos em 2007.

Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

Manuel Cavaleiro Brandão, Presidente

Maria da Conceição Cabaços, Secretária

b. Exercício do direito de voto

12. Restrições em matéria de direito de voto

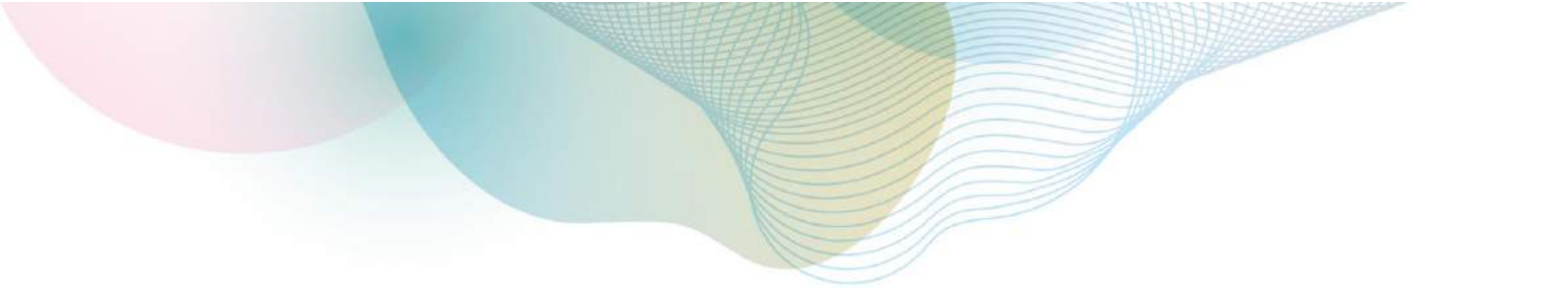
12.1. Limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações

O capital social da Sociedade é representado, na sua totalidade, por uma única categoria de ações, ordinárias, correspondendo a cada ação um voto. Não existem quaisquer limitações estatutárias ao exercício do direito de voto. O bloqueio das ações não é condição de participação na Assembleia Geral, sendo a “Data de Registo” o momento relevante para a comprovação da qualidade de acionista e para o exercício dos correspondentes direitos de participação e votação em Assembleia Geral, em conformidade com o disposto no número 1 do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários. A “Data de Registo” é também o momento temporal relevante para a participação e votação dos acionistas que a título profissional detenham ações em nome próprio mas por conta de clientes.

12.2. Representação

O direito de voto por representação e o seu modo de exercício encontram-se descritos nas respetivas convocatórias das Assembleias Gerais, em observância da lei e dos Estatutos.

Os acionistas podem fazer-se representar na Assembleia Geral mediante documento de representação escrito, dirigido e entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até ao início dos trabalhos, indicando o nome, o domicílio do representante e a data da reunião da Assembleia Geral, podendo para o efeito ser utilizado o endereço de correio eletrónico disponibilizado pela Sociedade.



Um acionista pode nomear diferentes representantes relativamente às ações detidas em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto, nos termos do artigo 385.º do Código das Sociedades Comerciais, e da votação em sentido diverso permitida aos acionistas que a título profissional detenham ações em nome próprio mas por conta dos clientes.

Dentro dos prazos legais estabelecidos, a Sociedade disponibiliza informação adequada para que os acionistas que pretendam ser representados, forneçam instruções de voto aos seus representantes, através da divulgação das propostas a serem submetidas à Assembleia Geral e de um modelo de carta de representação, todos disponíveis na página da internet da Sociedade (<https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>).

12.3. Voto por correspondência

Os acionistas podem votar por correspondência em todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral. Sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade acionista, serão considerados os votos por correspondência recebidos na sede da Sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou por via eletrónica, com pelo menos três dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia. A declaração de voto deverá, no caso de ser enviada através de carta registada, ser assinada pelo titular das ações, ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade ou de passaporte, nos termos do n.º2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, com a redação introduzida pela Lei n.º 32/2017, de 1 de junho ou, alternativamente, conter a mesma declaração a assinatura reconhecida nos termos legais aplicáveis, e, se pessoa coletiva, ser a assinatura reconhecida com menção da qualidade e poderes para o ato. No caso da declaração de voto ser enviada por via eletrónica, deverá a mesma obedecer aos requisitos determinados pelo Presidente da Mesa na convocatória da respetiva Assembleia Geral, tendo em vista assegurar equivalente segurança e fiabilidade.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

12.4. Voto eletrónico

O voto eletrónico encontra-se disponível na modalidade de voto por via eletrónica e a sua forma de exercício é definida na convocatória da Assembleia Geral, sendo disponibilizado, em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>, um formulário destinado à solicitação dos elementos técnicos necessários para o seu exercício.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Não existe qualquer limitação estatutária ao exercício do direito de voto.

14. Quórum Deliberativo

Nos termos estatutários, a Assembleia Geral só pode funcionar numa primeira convocatória se estiverem presentes ou representados acionistas que detenham mais de 50% do capital social.

Em segunda convocatória, a Assembleia Geral pode deliberar independentemente do número de acionistas presentes e do capital social que representem.

O quórum deliberativo da Assembleia Geral está em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.

II. Administração e supervisão

a. Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado

A Sociedade adota um modelo de governo monista, cuja estrutura de administração é atribuída ao Conselho de Administração, e a estrutura de fiscalização é composta pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da Sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica da Sociedade e proceder à designação e supervisão da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por ele constituídas.

O Conselho de Administração considera que o modelo de governo adotado se demonstra adequado ao exercício das competências de cada um dos órgãos sociais, assegurando, de forma equilibrada, quer a sua independência, quer o funcionamento do respetivo interface. Adicionalmente, as comissões especializadas, adstritas a matérias de grande relevância, maximizam a qualidade da performance do órgão de administração, reforçando a qualidade do seu processo decisório.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada a 16 de dezembro de 2015 foi aprovada a Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, nos termos e para os efeitos dos artigos 30º a 32º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), a qual se manterá em vigor enquanto a Sociedade estiver abrangida pela aplicação dos referidos preceitos legais em virtude de deter indiretamente participações que lhe conferem a maioria dos direitos de voto da sociedade financeira Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

A referida política está disponível no endereço eletrónico da Sociedade <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/assembleia-geral-extraordinaria-de-acionistas-16-dezembro-2015/> constituindo a proposta número dois, apresentada e aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas de 16 de dezembro de 2015.

A política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização encontra-se contemplada na referida Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, que estabelece os seguintes princípios gerais:

“Os candidatos a membros dos órgãos de administração e fiscalização devem:

- Ter experiência em cargos suficientemente séniores em empresas ou organizações semelhantes que lhes permitam:

1. Avaliar, desafiar e desenvolver os gestores mais séniores da empresa;
2. Avaliar e desafiar a estratégia corporativa do grupo e a das suas principais subsidiárias;
3. Avaliar e desafiar a performance operativa e financeira da empresa;
4. Avaliar o grau de cumprimento na organização dos valores da Sonae.

- Para além dos requisitos mínimos básicos comuns a qualquer candidato, cada candidato individualmente deve contribuir para que o Conselho de Administração no seu conjunto tenha o seguinte conhecimento ou competências:

1. Conhecimento profundo e internacional dos principais setores de atividade da Sonae;
2. Conhecimento dos principais mercados e geografias de atuação dos principais negócios;
3. Conhecimento e competências nas técnicas de gestão e tecnologias determinantes para o sucesso de empresas com dimensão nos nossos setores de atividade;
4. O conhecimento especializado necessário ao correto desempenho dos comités especializados do Conselho.

- Os candidatos devem ter as qualidades humanas, a clareza de propósito, a capacidade de análise, a capacidade de síntese e a capacidade de comunicação necessárias a que um grande número de assuntos diversos e complexos possam ser discutidos em tempos necessariamente limitados com a profundidade necessária à tomada de decisões atempadas e de elevada qualidade.

-Sujeito ao cumprimento dos demais fatores, deverá procurar atingir-se uma significativa representatividade de géneros e origens.”

A composição dos órgãos de administração e de fiscalização eleitos pela Assembleia Geral para o mandato de 2015/2018 obedece às linhas orientadoras da Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, apresentando uma equilibrada diversidade de género, origem, habilitações e antecedentes profissionais.

No Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, cuja composição se descreve nos pontos 17 e seção III, a), *infra*, a proporção de pessoas de cada sexo respeita, por antecipação, os limiares impostos pelo artigo 5º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

A diversidade e a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal encontram-se descritas no Anexo I ao presente Relatório.

16. Regras estatutárias de designação e de substituição dos administradores

Os Administradores, nos termos da lei e dos Estatutos, são eleitos para integrar o Conselho de Administração nos termos da proposta aprovada em Assembleia Geral.

Nos termos estatutários admite-se que um Administrador possa ser eleito individualmente se existirem propostas subscritas por acionistas que possuam, isoladamente ou em conjunto com outros acionistas, ações representativas de entre dez a vinte por cento do capital social. O mesmo acionista não pode subscrever mais do que uma lista. Cada proposta deverá conter a identificação de, pelo menos, duas pessoas elegíveis. Se existirem várias propostas subscritas por diferentes acionistas ou grupos de acionistas, a votação incidirá sobre o conjunto das listas.

Os Estatutos estabelecem, em conformidade com a lei, que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer administrador, que não o administrador eleito ao abrigo da regra das minorias (caso em que se procederá a nova eleição), o Conselho de Administração providenciará a sua substituição por via de cooptação, ficando esta designação sujeita a ratificação pelos acionistas na Assembleia Geral seguinte.

No âmbito do exercício do poder de cooptação do Conselho de Administração, a Comissão de Nomeação e Remunerações é responsável pela identificação de potenciais candidatos ao cargo de administrador com o perfil adequado ao exercício das funções de administração.

A falta definitiva, por qualquer motivo, de administrador eleito ao abrigo das regras especiais acima descritas, determina a obrigação de uma nova eleição pela Assembleia Geral.

Compete ao Conselho de Administração designar o seu Presidente.

17. Composição do Conselho de Administração

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração pode ser composto por um número par ou ímpar de membros, entre um mínimo de três e um máximo de onze, eleitos pelos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas, tendo o Presidente do Conselho de Administração voto de qualidade.

Ao longo do exercício de 2018, a composição do Conselho de Administração foi a seguinte:

Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

José Manuel Neves Adelino

Andrew Eustace Clavering Campbell

Christine Cross

Tsega Gebreyes

Marcelo Faria de Lima

Dag Johan Skattum*

Margaret Lorraine Trainer

* Cessou funções por renúncia comunicada ao mercado em junho de 2018

Os membros do Conselho de Administração foram primeiramente eleitos nos termos seguintes:

Histórico de Nomeação do Conselho de Administração	Primeira nomeação	Fim do presente mandato
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	2000	2018
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	2000	2018
José Manuel Neves Adelino	2007	2018
Andrew Eustace Clavering Campbell	2015	2018
Christine Cross	2009	2018
Tsega Gebreyes	2015	2018
Marcelo Faria de Lima	2015	2018
Dag Johan Skattum*	2015	2018*
Margaret Lorraine Trainer	2015	2018

* Cessou funções por renúncia comunicada ao mercado em junho de 2018

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração

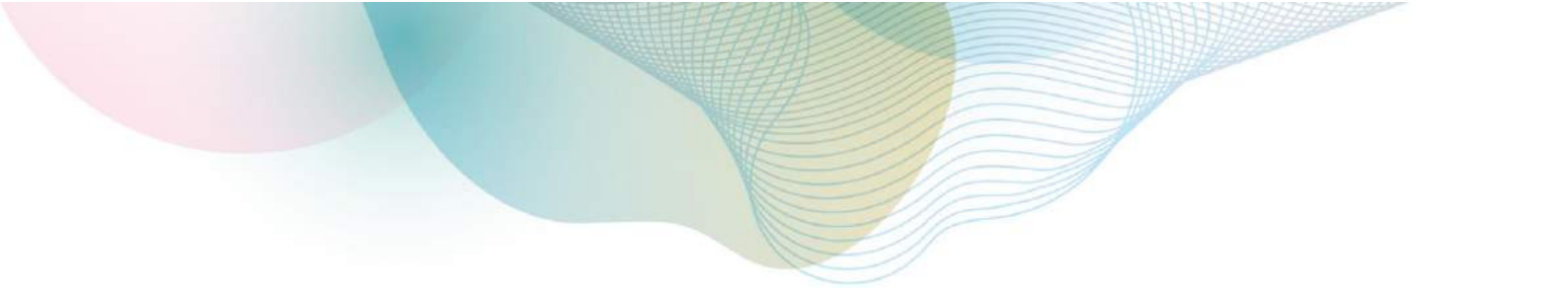
Conselho de Administração	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente do Conselho de Administração e Co-Presidente da Comissão Executiva
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Co-Presidente da Comissão Executiva
José Manuel Neves Adelino	Administrador Não Executivo Sénior Independente
Andrew Eustace Clavering Campbell	Não Executivo Independente
Christine Cross	Não Executivo Independente
Tsega Gebreyes	Não Executivo Independente
Marcelo Faria de Lima	Não Executivo Independente
Dag Johan Skattum*	Não Executivo Independente
Margaret Lorraine Trainer	Não Executivo Independente

* Cessou funções por renúncia comunicada ao mercado em junho de 2018

A composição do Conselho de Administração respeita um equilíbrio entre o número de Administradores Executivos e Não Executivos. Todos os Administradores Não Executivos que integraram o Conselho de Administração no mandato 2015-2018 eram considerados independentes, de acordo com o critério da independência estabelecido no ponto 18.1 do Anexo I do Regulamento nº 4/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e da Recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018.

Dado que o Presidente do Conselho de Administração exerceu também funções executivas, ao abrigo do disposto no n.º 2.º do art.º 1.º e do art.º 13.º do Regulamento do Conselho de Administração (disponível na página de Internet da Sociedade - <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>), o Administrador José Manuel Neves Adelino foi nomeado Administrador Não Executivo Sénior Independente por deliberação do Conselho de Administração do dia 4 de maio de 2015. Nessa qualidade, foram atribuídas a este administrador as seguintes competências:

- coordenar, de acordo com as melhores práticas de governo societário, o exercício das funções dos Administradores Não Executivos, quer no seio do Conselho de Administração, quer nas comissões especializadas deste órgão de que



fazem parte, garantindo-se, assim, condições reforçadas para o exercício das competências destes Administradores, de forma independente e informada;

- assegurar a existência recorrente do fluxo de informação inerente ao exercício das funções legais e estatutárias dos demais Administradores Não Executivos, através da adoção e cumprimento tempestivo de procedimentos transparentes de partilha de informação por parte da Comissão Executiva;

- zelar pela observância de um procedimento de divulgação atempada da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias dos restantes órgãos sociais e comissões, garantindo a disponibilização das convocatórias, atas e documentação de suporte às decisões tomadas;

- zelar pelo prosseguimento da missão da Comissão de Ética, da qual o Administrador Não Executivo Sénior Independente é, também, Presidente.

19. Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração

Os elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração em exercício encontram-se no Anexo I a este Relatório.

20. Relações familiares, profissionais e comerciais, habituais e significativas, de membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada

O Presidente do Conselho de Administração que é também Co-Presidente da Comissão Executiva, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, é acionista e membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA, pessoa coletiva a quem é imputado o controlo da maioria do capital social e dos direitos de voto nesta Sociedade.

Tanto quanto é do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer outras relações familiares, profissionais e comerciais, habituais e significativas, entre acionistas titulares de participações qualificadas superiores a 2% dos direitos de voto, e os membros do Conselho de Administração.

21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade

As competências foram repartidas entre os vários órgãos sociais nos termos que se descrevem:



Presidente Executivo
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Administrador Executivo
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Administradores Não Executivos
José Manuel Neves Adelino
Andrew Eustace Clavering Campbell
Christine Cross
Tsega Gebreyes

Marcelo Faria de Lima
Dag Johan Skattum*
Margaret Lorraine Trainer
*cessou funções por renúncia comunicada ao mercado em junho de 2018



Presidente
Manuel Cavaleiro Brandão

Secretária
Maria da Conceição Cabaços



Presidente Não Executivo
Margaret Lorraine Trainer

Administrador Executivo
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Administradores Não Executivos
José Manuel Neves Adelino
Christine Cross



Co-Presidentes
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério



Presidente Não Executivo
José Manuel Neves Adelino

Administradores Não Executivos
Andrew Eustace Clavering Campbell
Christine Cross
Tsega Gebreyes
Marcelo Faria de Lima
Margaret Lorraine Trainer

REVISOR OFICIAL DE CONTAS
PricewaterhouseCoopers & Associados SROC, S.A.

COMISSÃO DE VENCIMENTOS
Presidente
Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva

Membros
Francisco de La Fuente Sánchez
Carlos António Rocha Moreira da Silva

CONSELHO FISCAL
Presidente
Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais
Maria José Martins Lourenço da Fonseca
Manuel Heleno Sismeiro

Suplente
Óscar José Alçada da Quinta

A estrutura corporativa é assessorada pelas seguintes direções funcionais:



Direção de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo

Principais responsabilidades:

- (i) Apoio legal à atividade da Sonae;
- (ii) Relação com a Euronext Lisbon, com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e com os acionistas, a respeito de assuntos legais;
- (iii) Gestão legal da política do Governo das Sociedades e monitorização do cumprimento das melhores práticas neste domínio;
- (iv) Coordenação e partilha de conhecimentos legais de modo a alinhar posições da Sociedade com as de outros negócios da Sonae.

Direção de Assuntos Fiscais

Principais responsabilidades:

- (i) Desenvolvimento, formação e partilha de competências fiscais;
- (ii) Colaboração na definição da estratégia e dos objetivos de natureza fiscal, nomeadamente no apoio à internacionalização;
- (iii) Consultoria nas atividades de Fusões e Aquisições bem como às operações de reestruturação;
- (iv) Relações Institucionais, nomeadamente na gestão proativa das matérias fiscais;
- (v) Otimização da eficiência fiscal, nomeadamente:
 - a. Controlo e monitorização de todos os procedimentos fiscais;
 - b. Garantia do cumprimento das obrigações fiscais;
 - c. Controlo de todos os grupos fiscais existentes;
- (vi) Gestão dos dossiers de preços de transferência;
- (vii) Monitorização de todos os processos de litigação contra a Administração Fiscal;
- (viii) Consultoria Fiscal pelo estudo das diversas matérias de âmbito fiscal.



Direção de Auditoria Interna

Principais responsabilidades:

- (i) Execução de auditorias aos processos mais relevantes dos negócios, auditorias de segurança alimentar e auditorias aos sistemas de informação do Centro Corporativo e dos Negócios de Retalho, Centros Comerciais, Gestão de Investimentos e Financial Services da Sonae;
- (ii) Apoio operacional à Comissão de Coordenação de Auditoria da Sonae.

Direção de Comunicação, Marca e Responsabilidade Corporativa

Principais responsabilidades:

- (i) Gestão da imagem institucional da Sonae e da sua marca;
- (ii) Gestão da Comunicação externa, nomeadamente gestão da presença online e relação com os Media - Coordenação de mensagens e linhas de comunicação, bem como gestão de crise;
- (iii) Gestão da Comunicação Interna da Sonae;
- (iv) Gestão da área de responsabilidade corporativa, nomeadamente definição e implementação da estratégia de sustentabilidade, desenvolvimento de ações de voluntariado e gestão das relações de mecenato.

Direção Financeira e de Tesouraria

Principais responsabilidades:

- (i) Otimização da função financeira da Sociedade e dos negócios de retalho, através da proposta, implementação e controlo de políticas de risco adequadas;
- (ii) Condução de todas as operações de financiamento da Sociedade e dos negócios de retalho;
- (iii) Negociação e contratação de produtos e serviços bancários para a Sociedade e para os negócios de retalho;
- (iv) Gestão de tesouraria e de meios de recebimento da Sociedade e dos negócios de retalho;
- (v) Gestão dos diversos riscos financeiros da Sociedade e dos negócios de retalho;
- (vi) Elaboração de políticas de risco de crédito adequadas às características dos diversos negócios da Sonae;
- (vii) Apoio às diferentes áreas funcionais na alocação de capitais e gestão de riscos financeiros;
- (viii) Apoio nas operações de fusões, aquisições e desinvestimento;
- (ix) Apoio aos negócios da Sonae na execução de transações em mercados monetários, de taxa de juro ou cambiais;
- (x) Apoio à Comissão de Finanças da Sonae;
- (xi) Elaboração do reporting financeiro e de monitorização dos principais riscos financeiros.

Direção de Fusões e Aquisições

Principais responsabilidades:

- (i) Desenvolvimento e execução de Fusões e Aquisições a nível corporativo e de unidade de negócio no grupo Sonae;
- (ii) Identificação, avaliação, *due diligence*, negociação e execução de aquisições, alienações e joint-ventures no grupo Sonae;
- (iii) Reforçar o *business networking* com os principais *players* da indústria e de M&A.

Direção de Gestão de Risco

Principais responsabilidades:

- (i) Promoção de uma cultura de sensibilização para o risco em toda a organização;
- (ii) Desenvolvimento da política de gestão de risco e assegurar que esta se mantém atualizada;
- (iii) Desenvolvimento, implementação, revisão e manutenção de processos e metodologias de gestão de risco;
- (iv) Coordenação das atividades de gestão de risco e do seu reporte;
- (v) Colaboração na identificação dos riscos críticos e acompanhamento do seu desenvolvimento e da implementação de indicadores de risco e de ações de mitigação;
- (vi) Apoio aos negócios no desenvolvimento de processos de resposta aos riscos, nomeadamente planos de contingência e de continuidade dos negócios;
- (vii) Apoio ao Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae.

Direção de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão

Principais responsabilidades:

- (i) Apoio ao desenvolvimento da estratégia corporativa e dos negócios;
- (ii) Conservação do ciclo de planeamento estratégico anual;
- (iii) Coordenação do processo anual de orçamento da Sonae e realização do reporte relativo à sua execução;
- (iv) Desafio aos negócios e áreas corporativas quanto aos objetivos a que se propõem de modo a constantemente melhorar e otimizar a eficiência dos negócios do grupo, a sua performance e resultados;
- (v) Preparação da informação de gestão ao nível dos negócios, bem como ao nível consolidado, mensal, trimestral e anual, analisando desvios face ao orçamento e propondo ações corretivas;
- (vi) Suporte às decisões respeitantes à alocação de capital a negócios em curso e a novas oportunidades de negócio (responsabilidade pela análise do capital investido e respetivo retorno);
- (vii) Partilha de tendências, informação e melhores práticas entre os vários negócios e áreas corporativas;
- (viii) Monitorização, implementação e partilha de informação macroeconómica relevante para os vários negócios.

Direção de Recursos Humanos

Principais responsabilidades:

- (i) Gestão dos recursos humanos de topo da Sonae;
- (ii) Definição e implementação da estratégia de recursos humanos, planeamento e gestão de talento;
- (iii) Apoio ao Grupo Consultivo de Recursos Humanos da Sonae
- (iv) Apoio à Gestão de topo da Sonae na definição das políticas de recursos humanos a diversos níveis;

Direção de Relações com Investidores

Principais responsabilidades:

- (i) Gestão da relação entre a Sonae e a Comunidade financeira através da contínua preparação e divulgação de informação relevante e atualizada sobre a empresa;
- (ii) Apoio à Comissão Executiva e Administradores providenciando-lhes informação relevante sobre o mercado de capitais;
- (iii) Apoio à Comunicação Externa, contribuindo para o alinhamento da mensagem corporativa a ser difundida junto do mercado de capitais.

Direção de Relações Institucionais

Principais responsabilidades:

- (i) Gerir e coordenar as relações institucionais da Sonae com o Governo, instituições europeias, entidades públicas, organizações não-governamentais;
- (ii) Desenvolver relações efetivas e de qualidade com *stakeholders* internos e externos, de forma a, proativamente, antecipar situações que representem potenciais oportunidades ou riscos para a atividade da Sonae, e promover estratégias de ação correspondentes;
- (iii) Representar a Sonae em Associações, Fóruns e eventos (nacionais e internacionais) e promover os temas estratégicos para o grupo.

Direção de Serviços Administrativos e de Contabilidade

Principais responsabilidades:

- (i) Gestão eficiente e eficaz dos processos administrativos dos negócios de retalho e da Sonae;
- (ii) Gestão dos processos administrativos de Contas a Pagar, Contas a Receber, Caixa e Bancos, Stocks e Ativos Tangíveis e Intangíveis;
- (iii) Garantia do controlo dos processos e das transações e da fiabilidade e reporte atempado da informação financeira, fiscal e de gestão;
- (iv) Registo contabilístico das transações e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas das empresas.

A Sociedade também criou as seguintes estruturas permanentes especializadas de partilha de conhecimentos:

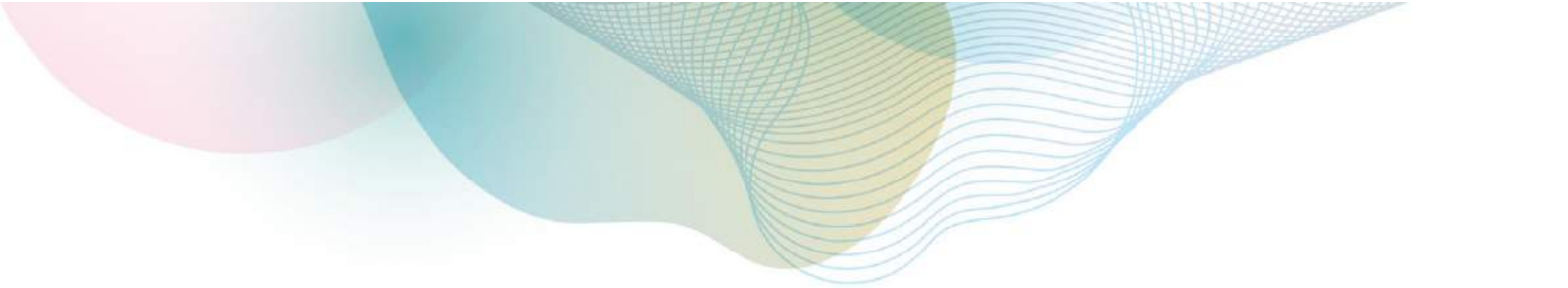
Comissão de Finanças e Tesouraria

A Comissão de Finanças e Tesouraria é presidida por Ângelo Paupério (Co-Presidente da Comissão Executiva) sendo composta por cada um dos Administradores com o pelouro financeiro dos negócios, pelos diretores responsáveis pela área de *corporate finance* em cada um dos negócios e pelos diretores funcionais do centro corporativo da Sociedade, considerados relevantes para os assuntos em agenda. A Comissão reúne mensalmente com as principais responsabilidades:

- analisar e discutir as mantérias financeiras com mais relevo para os negócios da Sonae;
- monitorizar a evolução dos mercados de dívida e das relações com os bancos;
- monitorizar a evolução dos mercados de capitais;
- monitorizar o desenvolvimento dos mercados financeiros;
- elaborar relatórios sobre a situação financeira do Grupo Sonae e a execução do orçamento;
- partilhar experiências sobre as melhores práticas no domínio financeiro e coordenar a abordagem aos mercados financeiros;
- monitorizar a evolução financeira do Grupo e as políticas de financiamento de cada negócio.

Comissão de Coordenação de Auditoria

A Comissão de Coordenação de Auditoria da Sonae apoia a Comissão Executiva na definição de políticas, acompanhamento e coordenação das atividades de auditoria e na revisão dos processos e sistemas de controlo interno. Esta comissão reúne trimestralmente, sendo presidida por Ângelo Paupério (Co-Presidente da Comissão



Executiva) e é integrada pelos membros dos conselhos de administração dos negócios com o pelouro da função, bem como pelos responsáveis pela auditoria interna da Sociedade e dos negócios da Sonae, o Diretor de Governo Societário e o Diretor de Gestão de Risco do Grupo. Entre as suas principais responsabilidades, destacam-se:

- propor e aconselhar o Conselho de Administração em matéria de políticas de auditoria interna e relação com os auditores externos;
- informar sobre os planos de auditoria interna das empresas Sonae;
- monitorizar as atividades de auditoria interna, nomeadamente através da análise de relatórios trimestrais e recomendações de melhoria;
- monitorizar as auditorias externas através da análise dos seus relatórios;
- decidir sobre a execução de auditorias internas não agendadas;
- promover o desenvolvimento dos recursos humanos na área da auditoria interna;
- propor a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de auditoria interna a serem aplicados nas empresas Sonae;
- dar pareceres e cooperar na seleção do auditor externo da Sociedade;
- desenvolver e manter um programa de garantia de fiabilidade e melhoria na auditoria interna;
- promover a organização de um evento anual para partilha de conhecimentos e experiências.

Grupo Consultivo de Gestão de Risco


O Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae, apoia a Comissão Executiva na definição de políticas de gestão de risco, tendo por missão propor metodologias, normas e ferramentas alinhadas com as melhores práticas e *standards* internacionais de acompanhamento e coordenação das atividades de gestão de risco, bem como a promoção do conhecimento em matérias de gestão de risco e da partilha de experiências entre as Empresas Sonae. Este grupo reúne trimestralmente, sendo presidido por João Pedro Dolores e é composto pelos membros dos Conselhos de Administração dos negócios com o pelouro da função, pelos diretores de Gestão de Risco responsáveis pela função na Sociedade e em cada um das suas principais áreas de negócios, pelo Diretor de Governo Societário, pelo Diretor de Auditoria Interna e pelo responsável da Gestão de Seguros do Grupo. Entre as suas principais responsabilidades, destacam-se:

- rever as políticas existentes em matéria de gestão de risco e propor novas diretrizes na matéria;
- rever os planos de gestão de risco para cada uma das sociedades do Grupo Sonae;
- monitorizar as atividades de gestão de risco, nomeadamente através da revisão periódica de relatórios, propondo recomendações;
- propor atividades de gestão de risco não calendarizadas;
- recomendar a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de gestão de risco para o Grupo;
- promover conhecimento especializado em matéria de gestão de risco.

Grupo Consultivo de Recursos Humanos

O Grupo Consultivo de Recursos Humanos apoia o Grupo Sonae na análise, discussão e validação das melhores práticas, políticas e valores em matéria de recursos humanos sendo presidido por José Côrte-Real e composto por membros dos diversos negócios da Sonae. Este grupo reúne uma vez em cada dois meses e tem como principais objetivos:

- fazer recomendações sobre políticas diretamente relacionadas com a implementação da estratégia dos negócios ao nível das pessoas;
- contribuir para a disseminação da cultura da Sonae e acompanhar as políticas transversais ao grupo;
- encorajar a disseminação e a partilha das melhores práticas em matéria de Colaboradores e Gestão de Talentos entre as empresas do Grupo;

- 
- adquirir sinergias através da coordenação e negociação de investimentos na área de Recursos Humanos, quando aplicável;
 - garantir a articulação e coordenação de opiniões entre os vários órgãos de administração e supervisão da Sonae.

Grupo Consultivo IOW

O Grupo Consultivo de IOW (*Improving Our Work*) apoia os vários negócios do Grupo visando promover a adoção das melhores práticas de melhoria contínua no âmbito dos negócios da Sonae, de modo a impulsionar uma abordagem comum no grupo. Este grupo consultivo reúne trimestralmente, sendo presidido por Ângelo Paupério (Co-Presidente da Comissão Executiva), tendo como principais objetivos:

- partilhar as atividades de melhoria contínua levadas a cabo em todas as empresas;
- partilhar as melhores práticas e os resultados de cada uma das empresas;
- analisar e adaptar estudos casuísticos para uso interno;
- identificar necessidades e ajustamentos necessários para a implementação dos programas de IOW a decorrer;
- decidir quanto à alocação de recursos.

Grupo Consultivo de Sustentabilidade

O Grupo Consultivo de Sustentabilidade apoia o Grupo Sonae na coordenação de políticas e medidas em todos os domínios da sustentabilidade com o objetivo de partilhar conhecimento e as melhores práticas na área da sustentabilidade, difundindo o tema e identificando tópicos comuns relevantes para encorajar sinergias e coesão na gestão dos vários desafios nesta área, de modo a gerar um impacto positivo crescente nos diversos *stakeholders*. Este grupo reúne trimestralmente sendo presidido por Isabel Barros, tendo como principais objetivos:

- construir uma visão comum no domínio das medidas e melhores práticas de sustentabilidade levadas a cabo nos diversos negócios do Grupo;
- desenvolver e recomendar a implementação de diretrizes comuns ao nível da sustentabilidade assentes nos três eixos da Sonae (Ambiente, Pessoas, Comunidades);
- garantir a comunicação das recomendações aos diversos órgãos de administração da Sonae;
- coordenar projetos e grupos de trabalho transversais ao Grupo;
- coordenar práticas de reporte entre as empresas Sonae com o objetivo de criar uma comunicação mais ampla e transversal no domínio da sustentabilidade.

Existem ainda um conjunto de fóruns que asseguram a comunicação e partilha das melhores práticas em funções consideradas críticas para o Grupo, nomeadamente:

- **FINOV**, fórum dedicado à inovação, com a finalidade de estimular e apoiar uma cultura motivada para a inovação na Sonae, capaz de sustentar elevados níveis de criação de valor;
- **Fórum de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão**, com a finalidade de promover e discutir a implementação das melhores metodologias de controlo na Sociedade;
- **Fórum Legal**, com a finalidade de partilhar experiência e conhecimento entre equipas legais, promovendo a discussão alargada de tópicos de destaque e uma abordagem comum a interpretações e procedimentos;
- **FINCO**, com a finalidade de reforçar a importância das Tecnologias da Informação em cada uma das áreas de negócio através da partilha de conhecimentos e a promoção de novas soluções tecnológicas;
- **Fórum de E-commerce**, com a finalidade de promover a excelência e o crescimento dos diversos canais de e-commerce ao nível do Grupo;
- **Fórum internacional**, com a finalidade de promover a partilha de conhecimento no domínio das iniciativas de internacionalização da Sonae, servindo de suporte aos esforços levados a cabo no Grupo neste pilar estratégico;
- **Fórum administrativo e fiscal**, com a finalidade de partilhar conhecimento e experiências, promovendo a existência de sinergias entre os departamentos administrativo e fiscal.

b. Funcionamento

22. Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem um regulamento aprovado que pode ser consultado na página de Internet da Sociedade - <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

23. Número de reuniões e grau de assiduidade dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, tal como definido nos Estatutos e no seu Regulamento, e sempre que o seu Presidente ou dois dos seus membros o convoquem. O quórum necessário à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração considera-se constituído desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada.

As deliberações do Conselho de Administração são aprovadas por maioria. Quando o Conselho de Administração é composto por um número par de membros, o Presidente, em caso de empate na votação de qualquer deliberação, tem voto de qualidade.

As informações preparatórias sobre os temas a discutir em cada reunião são disponibilizadas ao Conselho de Administração com uma antecedência mínima de quinze dias, e os documentos de apoio são distribuídos até três dias úteis antes da realização da respetiva reunião.

As atas são registadas em livro.

No exercício de 2018, realizaram-se 9 (nove) reuniões do Conselho de Administração. Todos os membros do Conselho de Administração tiveram uma taxa de comparência de 100%, por presença ou representação, nas reuniões do Conselho de Administração.

24. Órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos

A Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral, é responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral.

A Comissão de Nomeação e Remunerações apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de avaliação de desempenho dos Administradores Executivos e de remunerações. Para o exercício destas funções, estas comissões podem ser coadjuvadas por consultores externos internacionais de reputada competência. A independência dos consultores é garantida quer pela sua autonomia face ao Conselho de Administração, à Sociedade e ao Grupo, quer pela sua larga experiência e credibilidade reconhecida pelo mercado.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos

A avaliação de desempenho dos Administradores Executivos assenta em critérios pré-determinados, constituídos por indicadores de desempenho objetivos fixados para cada período e alinhados com a estratégia global do crescimento e do desempenho positivo dos negócios numa perspetiva de médio e longo prazo.

Os referidos indicadores são constituídos pelos KPIs (*Key Performance Indicators*) de negócio, económicos e financeiros, subdivididos em KPIs coletivos, departamentais e pessoais.

Os KPIs coletivos de negócio consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sonae.

Por sua vez, os KPIs departamentais de negócio têm uma natureza semelhante à dos anteriores, e aferem o contributo específico do administrador no desempenho do negócio.

Os KPIs pessoais incluem indicadores objetivos e subjetivos, e dirigem-se a aferir o cumprimento dos deveres e compromissos individualmente assumidos pelo Administrador Executivo.

26. Disponibilidade dos membros do Conselho de Administração

A informação relativa aos cargos exercidos em simultâneo pelos Administradores em funções, noutras empresas, dentro e fora do grupo, bem como outras atividades relevantes desempenhadas, no decurso do exercício, encontram-se descritas no Anexo I ao presente Relatório.

c. Comissões no seio do Conselho de Administração

27. Identificação das Comissões criadas pelo Conselho de Administração

Foram constituídas pelo Conselho de Administração a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeação e Remunerações.

Os regulamentos de funcionamento destas Comissões integram o Regulamento do Conselho de Administração e podem ser consultados na página de internet da Sociedade:

<http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

Por iniciativa do Conselho de Administração foi instituída desde o mandato anterior a Comissão de Ética, a qual tem competências específicas na promoção do Código de Ética e de Conduta da Sociedade, o qual pode ser consultado em <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

27.1. Delegação de competências na Comissão Executiva

A Comissão Executiva dispõe de todos os poderes de gestão corrente da Sociedade nos termos da delegação efetuada pelo Conselho de Administração.

A deliberação de delegação efetuada pelo Conselho de Administração exclui as seguintes matérias, que se mantêm na competência exclusiva do Conselho de Administração:

- (i) Eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Cooptação de administradores;
- (iii) Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- (iv) Aprovação, nos termos da lei, do Relatório e Demonstrações Financeiras;
- (v) Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela Sociedade;
- (vi) Deliberações sobre mudança da sede social e sobre aumento do capital social;
- (vii) Deliberações sobre projetos de fusão, cisão e de transformação da Sociedade;
- (viii) Aprovação da estratégia de gestão do portfólio anual;
- (ix) Aprovação do orçamento anual da Sociedade e do plano financeiro de negócios do Grupo e de qualquer alteração significativa subsequente.

28. Composição da Comissão Executiva

A Comissão Executiva é constituída por membros do Conselho de Administração e tem a seguinte composição:

Equipa de Gestão

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Co-Presidente

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Co-Presidente

28.1. Funcionamento da Comissão Executiva

A Comissão Executiva reúne, pelo menos, uma vez por mês e sempre que qualquer um dos seus membros a convoque por escrito, com a antecedência mínima de três dias antes da data da reunião. Para que a Comissão Executiva delibere

validamente, é necessária a presença ou representação dos seus membros. As informações sobre os temas a discutir na reunião são disponibilizadas à Comissão Executiva até 7 dias antes da realização da respetiva reunião, e os documentos de apoio até 2 dias antes da mesma.

A Comissão Executiva elabora e apresenta um resumo, em português e inglês, das principais deliberações por si tomadas, incluindo tais documentos na informação preparatória de cada reunião do Conselho de Administração.

A Comissão Executiva pode constituir comissões internas, que funcionarão na sua dependência, para o acompanhamento de matérias específicas.

A Comissão Executiva pode, sempre que o entenda conveniente, submeter à apreciação do Conselho de Administração qualquer matéria incluída no âmbito da sua competência.

As deliberações da Comissão Executiva, assim como as convocatórias das respetivas reuniões, são disponibilizadas aos demais membros dos órgãos sociais, nomeadamente ao Administrador Não Executivo Sénior Independente e ao Presidente do Conselho Fiscal.

No cumprimento do seu dever geral de assegurar o acesso a informação completa e adequada visando a correta avaliação do seu próprio desempenho, a Comissão Executiva está adstrita à apresentação de um reporte periódico da sua atividade aos demais membros dos órgãos sociais, devendo apresentar resposta às questões por aqueles colocadas, de forma tempestiva e completa, bem como adotar medidas aptas a facilitar o exercício das competências legais e estatutárias aos mesmos atribuídas.

Os membros da Comissão Executiva, tal como todos os membros do Conselho de Administração, deverão obter a prévia autorização do Conselho de Administração, mediante parecer da Comissão de Nomeação e Remunerações, previamente à aceitação do exercício de cargos sociais ou outras atividades significativas em entidades que não integrem o grupo Sonae, com exceção daquelas para que exista autorização prestada pela Assembleia Geral de Acionistas, em conformidade com os princípios adotados pela Sociedade nos procedimentos destinados à prevenção de conflito de interesses.

As atas da Comissão Executiva são registadas no respetivo livro.

No exercício de 2018, realizaram-se 20 (vinte) reuniões da Comissão Executiva, e a taxa de comparência nas reuniões da Comissão Executiva foi de 100%.

29. Comissões e Assessorias do Conselho de Administração



Comissão de Auditoria e Finanças (“CAF”)

Função

A CAF é uma comissão designada pelo Conselho de Administração, composta por Administradores Não Executivos Independentes, cujo funcionamento se encontra estabelecido no Regulamento aprovado pelo Conselho de Administração.

A CAF é responsável por apoiar o Conselho de Administração no acompanhamento e avaliação da atividade da Comissão Executiva numa perspetiva de supervisão das competências de gestão da Sociedade delegadas, não se sobrepondo às funções e responsabilidades do Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização.

A CAF reporta ao Conselho de Administração, numa base regular, as ações desenvolvidas e as conclusões apuradas e propõe os planos de ação a desenvolver, com vista a assegurar, de forma proativa, o controlo interno e o sistema de gestão de riscos da Sociedade.

As responsabilidades atribuídas à CAF, enquanto comissão do Conselho de Administração, são as seguintes:

- (i) Revisão das demonstrações financeiras anuais e intercalares e dos documentos de divulgação de resultados e relato das suas conclusões ao Conselho de Administração, em suporte ao processo de aprovação de contas por aquele órgão;
- (ii) Apoio ao Conselho de Administração na preparação dos seus relatórios dirigidos aos acionistas e aos mercados financeiros, a serem divulgados com as Demonstrações Financeiras Anuais e Semestrais da Sociedade, assim como também na preparação das divulgações de resultados trimestrais;
- (iii) Aconselhamento do Conselho de Administração - integrando a avaliação e apontando as sugestões formuladas pelo Conselho Fiscal - sobre a adequação e qualidade da informação fornecida pela Comissão Executiva, e sobre os sistemas e normas de controlo interno aplicados pela Sociedade;
- (iv) Acompanhamento da atividade da Auditoria Interna em sintonia com os planos validados pelo Conselho Fiscal, e formulação de conclusões a serem oportunamente dirigidas ao Conselho de Administração;
- (v) Avaliação dos procedimentos operacionais dirigidos à garantia da monitorização do controlo interno, da gestão eficiente dos riscos, da tempestiva circulação de informação e da fiabilidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira;
- (vi) Assegurar o fluxo de informação com o Conselho Fiscal e processar as solicitações dirigidas por aquele ao Conselho de Administração;
- (vii) Zelar pela observância das políticas de Governo Corporativo adotadas pela Sociedade, e pela observância das normas e práticas de relato financeiro;
- (viii) Acompanhamento da divulgação de rácios financeiros formais e informais relativos à Sociedade, incluindo relatórios publicados por agências de rating;
- (ix) Emissão de parecer sobre transações de relevância significativa realizadas pela Sociedade com partes relacionadas.

Composição

A CAF é constituída por seis membros designados pelo Conselho de Administração, sendo todos eles Administradores Não Executivos Independentes. A composição da Comissão de Auditoria e Finanças, ao longo do exercício de 2018, foi a seguinte:

Comissão de Auditoria e Finanças	
José Manuel Neves Adelino	Presidente – Não Executivo Independente
Andrew Eustace Clavering Campbell	Não Executivo Independente
Christine Cross	Não Executivo Independente
Tsega Gebreyes	Não Executivo Independente
Marcelo Faria de Lima	Não Executivo Independente
Margaret Lorraine Trainer	Não Executivo Independente

Modo de Funcionamento

Esta Comissão reúne pelo menos cinco vezes por ano e sempre que o seu Presidente, o Conselho de Administração, ou a Comissão Executiva considerem necessário.

São exaradas atas das reuniões desta Comissão, as quais são distribuídas aos restantes membros do Conselho.

No exercício de 2018, realizaram-se 5 (cinco) reuniões da Comissão de Auditoria e Finanças, e a taxa de comparência foi de 90%.

Comissão de Nomeação e Remunerações (“CNR”)

Função

A CNR funciona em conformidade com disposto no Regulamento do Conselho de Administração competindo-lhe:

- (i) Identificar potenciais candidatos com perfil para o desempenho de funções de administrador (em particular quando o Conselho de Administração exerce a sua função de cooptação de membros), preparando informação geral relativa a planos de substituição, planos de contingência e gestão de talentos, em geral para os membros do Conselho de Administração, bem como para outros dirigentes;
- (ii) Apresentar, ao Conselho de Administração, opinião fundamentada no que respeita à proposta da Comissão Executiva relativa à política de remuneração e compensação dos membros do Conselho de Administração, a ser submetida ao Conselho de Administração e a ser posteriormente colocada à consideração da Comissão de Vencimentos, para apreciação desta, no contexto da respetiva deliberação a apresentar à Assembleia Geral;
- (iii) Analisar, de acordo com as políticas e o procedimento interno aprovado, as propostas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, em conformidade com as avaliações de desempenho efetuadas, a serem colocadas à consideração da Comissão de Vencimentos a quem compete a deliberação sobre a remuneração a ser atribuída. As propostas deverão estar formuladas em conformidade com os termos estabelecidos na política de remuneração e compensação aprovada em Assembleia Geral;
- (iv) Supervisionar as decisões tomadas pela Comissão Executiva relativas à remuneração dos membros executivos que reportam diretamente à Comissão Executiva;
- (v) Aconselhar o Conselho de Administração relativamente a comunicações recebidas de qualquer dos membros do Conselho de Administração, no âmbito do processo de auscultação prévia à aceitação, por aqueles, de outros cargos de administração ou de outras funções ou de atividades significativas, em cumprimento do disposto na Política de Conflito de Interesses e Independência da Sociedade.

A CNR tem à sua disposição, em partilha com a Comissão de Vencimentos, a possibilidade de recurso a serviços de entidades externas especializadas, cuja independência, idoneidade e competência são reconhecidas pelo mercado.

Composição

A CNR integra o Presidente do Conselho de Administração e três Administradores Não Executivos Independentes, também designados pelo Conselho de Administração. A composição da CNR, ao longo do exercício de 2018, foi a seguinte:

Comissão de Nomeação e Remunerações	
Margaret Lorraine Trainer	Presidente – Não Executivo Independente
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente Executivo do Conselho de Administração Não Independente
José Manuel Neves Adelino	Não Executivo Independente
Christine Cross	Não Executivo Independente

Modo de Funcionamento

A CNR reúne-se pelo menos uma vez por ano e sempre que o seu Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Para além das sessões formais, os membros da CNR mantêm contacto através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão.

No exercício de 2018, realizaram-se 3 (três) reuniões da Comissão de Nomeação e Remunerações, e a taxa de comparência foi de 92%

Comissão de Ética

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou em 2013 uma nova versão do Código de Ética e de Conduta da Sonae, a qual foi atualizada em 2017 e 2018.

O Código de Ética e de Conduta, estabelece normas de conduta de acordo com os princípios e valores do Grupo Sonae e um conjunto de regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo, bem como por todos os colaboradores.

O Código de Ética e de Conduta aplica-se diretamente a todas as sociedades direta ou indiretamente controladas pela Sonae, bem assim como define o quadro de valores e normas de conduta a observar pelas pessoas indicadas pela Sonae para integrar os órgãos sociais de sociedades ou entidades em que a Sonae participe, quer no âmbito do exercício dos respetivos deveres funcionais individuais, quer enquanto princípios éticos e normas de conduta a propor na elaboração ou atualização dos equivalentes normativos internos daquelas sociedades ou entidades.

O Código de Ética e de Conduta da Sonae é parâmetro de compromisso de conduta de entidades terceiras, contratadas por, ou atuando em nome da Sonae, nos casos em que esta possa ser responsabilizada pelas suas ações.

O Código de Ética e de Conduta, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, tem como objetivos fundamentais:

- (a) Partilhar os princípios que orientam a atividade das empresas Sonae e as regras de natureza ética e deontológica que devem orientar o comportamento de todos os Colaboradores e membros dos Órgãos Sociais e promover a adoção dos princípios e regras éticas e deontológicas pelos nossos Parceiros;
- (b) Promover e incentivar a adoção dos princípios de atuação e das regras comportamentais definidas neste Código de Ética e de Conduta, designadamente, os valores da empresa nas relações dos Colaboradores e Órgãos Sociais entre si, com a Sonae e com os restantes *Stakeholders*;
- (c) Consolidar a imagem institucional da Sonae, que se caracteriza por Determinação, Dinamismo, Entusiasmo, Criatividade e Abertura.

Para além do Código de Ética e de Conduta, mantêm-se em vigor os regulamentos internos, já anteriormente em aplicação, relativos a procedimentos aplicáveis em matéria de independência e conflito de interesses e relativos a transações da Sociedade com partes relacionadas.

O Código de Ética e de Conduta é ativamente divulgado internamente aos colaboradores e sobre o seu conteúdo são realizadas comunicações periódicas nas empresas Sonae. No decurso de 2018, e na linha de atuação de anos anteriores, continuaram a ser disponibilizadas ações de formação interna sobre ética empresarial, a partir de uma plataforma *e-learning*, abordando os processos de comunicação de desconformidades com o Código de Ética e de Conduta, esclarecendo as responsabilidades dos colaboradores e dos órgãos da empresa, e apresentando situações práticas relacionadas com os temas relevantes, tais como: conflitos de interesse, privacidade, confidencialidade e integridade da informação; relação com colaboradores; e relacionamento com fornecedores e parceiros de negócio. Em 2018 esta formação foi disponibilizada a novos colaboradores e a membros dos órgãos sociais das sociedades do Grupo.

O Conselho de Administração da Sociedade designou a Comissão de Ética, com as seguintes missões principais:

- Fomentar a existência dos meios de divulgação do Código de Ética e de Conduta junto dos seus destinatários;
- Apreciar e responder a questões que lhe sejam submetidas pelos membros dos Órgãos Sociais das sociedades do Grupo, bem como as que, sendo da sua competência, lhe sejam remetidas por Colaboradores, parceiros ou terceiros, endereçando as recomendações que entender adequadas à natureza do caso;

- Verificar a existência de mecanismos internos de comunicação de irregularidades, assegurando que os mesmos observem as normas legais, designadamente em matéria de confidencialidade, do processo de tratamento da informação e da inexistência de represálias sobre participantes;
- Propor ao Conselho de Administração, após consulta da Comissão Executiva da Sonae, a aprovação de alterações ao Código de Ética e de Conduta, sempre que entenda adequado;
- Emitir, de sua iniciativa ou após solicitação de membros dos Órgãos Sociais ou Colaboradores, esclarecimentos sobre a interpretação de alguma disposição do Código de Ética e de Conduta;
- Rececionar e avaliar e encaminhar para os respetivos Órgãos Sociais responsáveis, as irregularidades transmitidas não anonimamente à Comissão de Ética, sempre que as mesmas, no seu entendimento, indiciem a existência de violação de regras deste Código de Ética e de Conduta;
- Encaminhar para o Conselho Fiscal as participações rececionadas que indiciem a prática de irregularidades nos termos da al. j) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais;
- Regular o seu funcionamento e reportar periodicamente a sua atividade ao Conselho de Administração e às entidades a quem o reporte seja devido, nos termos da lei ou do modelo de governo adotado.

A comunicação com a Comissão de Ética deverá ser efetuada, não anonimamente, para o endereço eletrónico da Comissão de Ética: comissaoetica@sonae.pt

A Provedoria tem a competência para receber e reencaminhar as participações que envolvam colaboradores, clientes ou fornecedores e outros prestadores de serviços.

Para além das comunicações com empresas envolvidas, o Provedor efetua reporte semestral ao Conselho Fiscal do conjunto das participações recebidas.

As comunicações dirigidas ao Provedor poderão ser realizadas para o seu endereço eletrónico: provedoria@sonae.pt.

Composição

Comissão de Ética	
José Manuel Neves Adelino Presidente	Administrador Não Executivo Sénior Independente
José Côte-Real	Diretor de Recursos Humanos
José Luís Amorim	Provedor
Luzia Gomes Ferreira	Diretora da Assessoria Jurídica e Governo Corporativo
David Graham Shenton Bain Secretário	Diretor de Governo Societário

Modo de Funcionamento


A Comissão de Ética reúne pelo menos duas vezes por ano e sempre que o seu Presidente ou dois dos seus membros convoquem uma reunião. Para além das sessões formais, e se necessário, os membros da Comissão de Ética mantêm contacto através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão, as quais são distribuídas aos membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2018, realizaram-se 2 (duas) reuniões da Comissão de Ética, e a taxa de comparência foi de 100%.

Diretor de Governo Societário (“DGS”)

As principais responsabilidades do DGS são:

- Assegurar a boa gestão das atividades do Conselho de Administração e respetivas Comissões;
- Participar em reuniões do Conselho de Administração e respetivas Comissões, intervindo como membro sempre que seja nomeado como tal;

- 
- (iii) Facilitar a obtenção de informações para todos os membros do Conselho de Administração e das respetivas Comissões;
 - (iv) Apoiar o Conselho de Administração na definição da sua função, objetivos e procedimentos operacionais;
 - (v) Organizar as avaliações realizadas pelo Conselho de Administração;
 - (vi) Manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do Governo das Sociedades;
 - (vii) Apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões ao nível do Governo das Sociedades;
 - (viii) Acompanhar os procedimentos estabelecidos pelo Conselho de Administração que visam assegurar que os “Stakeholders” (detentores de interesses na Sonae) e os interesses minoritários são tidos em conta aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração;
 - (ix) Acompanhar o procedimento de nomeação e eleição de Administradores, garantindo que este é realizado apropriadamente, e prestar apoio na cooptação de novos Administradores;
 - (x) Atuar como ponto de contacto primário e fonte de aconselhamento para, nomeadamente, Administradores Não Executivos no que diz respeito à Sonae e às suas atividades;
 - (xi) Facilitar e apoiar os Administradores Não Executivos independentes na afirmação da sua independência;
 - (xii) Ajudar a assegurar o cumprimento das Recomendações para sociedades cotadas em Portugal, publicadas pela CMVM;
 - (xiii) Participar nos preparativos e coordenação dos processos das Assembleias Gerais;
 - (xiv) Participar na obtenção de cobertura de seguro para membros dos órgãos sociais;
 - (xv) Participar, em nome da Sonae, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de Governo das Sociedades em Portugal.

O DGS reporta ao Conselho de Administração, através do seu Presidente, como também, sempre que apropriado, através do Administrador Não Executivo Sénior Independente.

Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade tem as seguintes competências:

- (i) Zelar pelas atas e pela lista de presenças da Assembleia Geral de Acionistas;
- (ii) Enviar as convocatórias e outros documentos legais necessários à realização da Assembleia Geral;
- (iii) Supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respetivas atas das reuniões;
- (iv) Responder a pedidos de informação dos acionistas nos termos da lei;
- (v) Proceder ao registo legal de qualquer ato ou deliberação dos órgãos sociais da Sonae.

29.1. Síntese da atividade desenvolvida pelas Comissões criadas pelo Conselho de Administração

Os Administradores Não Executivos exerceram, de forma independente e permanente a supervisão da atividade da Comissão Executiva, desempenhando um papel de grande relevância e influência no processo de tomada de decisões estratégicas e estruturantes, nomeadamente na definição e modelo de implementação da estratégia corporativa, quer enquanto membros do Conselho de Administração, quer enquanto membros das comissões especializadas cuja composição integraram (CAF e CNR).

A Comissão Executiva exerceu, no decurso de 2018, à semelhança de anos anteriores, a gestão quotidiana da Sociedade, acompanhando a atividade dos negócios no âmbito da delegação de poderes que lhe foram atribuídos pelo Conselho de Administração, e promovendo, com o adequado aporte de informação, a tomada de decisões estratégicas por aquele órgão, em conformidade com as respetivas competências.

A Comissão Executiva reportou ao Conselho de Administração e aos demais órgãos e entidades fiscalizadoras a atividade desenvolvida ao longo do exercício social, disponibilizando informação sobre as deliberações tomadas e as principais ações desenvolvidas para a concretização das suas competências e deveres.

A Comissão de Ética exerceu as suas competências, supervisionou as ações de divulgação do Código de Ética e de Conduta, analisou as questões que lhe foram submetidas pelos órgãos e funções competentes emitindo pareceres e reportando a sua atividade ao Conselho de Administração.

III. Fiscalização

a. Composição

Conselho Fiscal

Daniel Bessa Fernandes Coelho
Presidente

Maria José Martins Lourenço da Fonseca

Manuel Heleno Sismeiro

Óscar José Alçada da Quinta
Suplente

30. Identificação do órgão de fiscalização

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

31. Composição

Nos termos estatutários, o Conselho Fiscal pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco membros, eleitos para mandatos de quatro anos. O Conselho Fiscal inclui adicionalmente um ou dois membros suplentes, conforme o número de membros seja de três ou mais.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral de Acionistas.

Se a Assembleia Geral não eleger os membros do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração deve, e qualquer acionista pode, requerer a sua nomeação judicial.

Se a Assembleia Geral não designar o Presidente, o mesmo será designado pelos membros do Conselho Fiscal.

Se o Presidente cessar funções antes do termo do mandato para que foi eleito, o Conselho Fiscal escolhe um substituto para exercer essas funções até ao termo do mandato.

Os membros do Conselho Fiscal que estejam temporariamente impedidos, ou cujas funções tenham cessado, serão substituídos pelo suplente.

O suplente que substitua o membro cujas funções tenham cessado, mantém-se em funções até à primeira Assembleia Geral Anual, na qual as vagas devem ser preenchidas.

No caso de não ter sido possível preencher uma vaga de um membro devido a falta de suplentes eleitos, as vagas existentes, tanto dos efetivos como dos suplentes, devem ser preenchidas através de uma nova eleição.

O Presidente e o vogal suplente do Conselho Fiscal foram eleitos pela primeira vez em 3 de maio de 2007, tendo sido reeleitos, pela primeira vez, na Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2011, terminando o seu mandato em 2014.

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada a 30 de abril de 2015, o Presidente do Conselho Fiscal, bem como o vogal suplente foram reeleitos para um terceiro mandato compreendido no quadriénio 2015-2018.

Os restantes membros do Conselho Fiscal foram eleitos por Assembleia Geral de Acionistas de 30 de abril de 2015 para um primeiro mandato compreendido no quadriénio 2015-2018.

32. Independência

Todos os membros do Conselho Fiscal são em 2018 independentes nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma incompatibilidade nos termos do n.º 1 do artigo 414.º A, ambos do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho Fiscal procedeu em 2018 a uma avaliação de independência dos seus membros, através da renovação de declarações escritas, emitidas individualmente.

33. Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho Fiscal

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são divulgados no Anexo I a este Relatório.

b. Funcionamento

34. Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal pode ser consultado na página de internet da Sociedade - <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

35. Reuniões do Conselho Fiscal

As deliberações do Conselho Fiscal são aprovadas por maioria simples, tendo o Presidente voto de qualidade, caso este órgão seja composto por número par de membros.

O Conselho Fiscal reúne pelo menos quatro vezes por ano e sempre que o seu Presidente ou dois dos seus membros convoquem uma reunião. Para além das sessões formais, e se necessário, os membros do Conselho Fiscal mantêm contacto através de comunicações à distância.

Em 2018, realizaram-se 13 (treze) reuniões, com uma taxa de comparência de 100%, tendo sido exaradas atas de todas as reuniões realizadas.

36. Disponibilidade dos membros do Conselho Fiscal

A informação relativa aos cargos exercidos em simultâneo pelos membros do Conselho Fiscal noutras empresas, dentro e fora do grupo, bem com outras atividades relevantes exercidas, no decurso do exercício, encontram-se descritas no Anexo I ao presente Relatório.

c. Competências e funções

37. Intervenção do Conselho Fiscal na contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo

É da competência do Conselho Fiscal aprovar a prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria a prestar pelo Auditor Externo.

Para o efeito, o Conselho Fiscal calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos, em que inclui a supervisão da atividade do Auditor Externo no que respeita, desde logo:

- Plano anual de atividade do Auditor Externo;
- Acompanhamento do trabalho da auditoria e de revisão das demonstrações financeiras e discussão das respetivas conclusões;
- Fiscalização da independência do Auditor Externo;
- Decisão sobre a autorização da prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria em cumprimento da Recomendação IPCG VII.2.1 iv e da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro;
- Avaliação da atividade anual desenvolvida pelo Auditor Externo para efeitos do cumprimento da Recomendação IPCG VII 2.3.

Na apreciação dos critérios que suportaram a contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria ao Auditor Externo, o Conselho Fiscal verificou a presença das seguintes salvaguardas:


- que a contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria não afetou a independência do Auditor Externo;
- que os serviços distintos dos serviços de auditoria representaram uma adequada ponderação face ao conjunto dos serviços prestados;
- que os outros serviços distintos dos serviços de auditoria, devidamente enquadrados, não constituem serviços proibidos nos termos do n.º8 do artigo 77.º da Lei n.º 140/2015;
- que os serviços distintos dos serviços de auditoria foram prestados com elevada qualidade e autonomia, bem como com independência, relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria;
- que o sistema de qualidade aplicado pela PWC (controlo interno), de acordo com a informação por esta prestada, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae e assegura a qualidade dos serviços prestados em cumprimento de regras de ética e independência.

38. Outras funções dos membros dos órgãos de fiscalização

38.1. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Sociedade e tem por principais competências:

- (i) Fiscalizar a administração da Sociedade;
- (ii) Vigiar pela observância da lei, do contrato de Sociedade e das políticas internamente adotadas;
- (iii) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- (iv) Verificar, de acordo com o seu juízo valorativo, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- (v) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, acompanhando o processo de preparação e divulgação de informação financeira, e apresentando recomendações visando assegurar a integridade da mesma;
- (vi) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- (vii) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora dirigido aos acionistas, nele incluindo a descrição da atividade de fiscalização desenvolvida, eventuais constrangimentos detetados e dar parecer sobre o relatório e contas, bem como sobre as propostas apresentadas pela administração;
- (viii) Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente de Mesa não o faça e o devesse fazer;
- (ix) Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- (x) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sonae ou outros;
- (xi) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da Sociedade;
- (xii) Fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira pelo órgão de administração, designadamente incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e a sua aplicação consistente entre exercícios de forma devidamente documentada e comunicada;
- (xiii) Representar a Sociedade junto do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas, aprovar os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas, propor à Assembleia Geral a nomeação e destituição do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, bem como aprovar a sua remuneração, proceder à avaliação da atividade desempenhada, zelando para que lhe sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos seus serviços, sendo o interlocutor da empresa e o primordial destinatário dos seus relatórios, com salvaguarda dos deveres e competências que assistem, nesta matéria, ao órgão de administração;

- 
- (xiv) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade;
 - (xv) Fiscalizar a existência e manutenção da independência do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo;
 - (xvi) Aprovar previamente a prestação de serviços de auditoria, bem como os serviços distintos a prestar pelo Auditor Externo e aprovar a respetiva remuneração, assegurando que a respetiva prestação de serviços é permitida por lei, não ultrapassa limites razoáveis e não prejudica a independência do Auditor Externo;
 - (xvii) Emitir parecer específico e fundamentado que sustente a decisão de não rotação do Auditor Externo, ponderando as condições de independência do Auditor Externo naquela circunstância e as vantagens e custos da sua substituição;
 - (xviii) Supervisionar a atividade desenvolvida pela auditoria interna;
 - (xix) Emitir parecer prévio sobre transações de relevância significativa com acionistas titulares de participações qualificadas ou com entidades que com estes se encontrem em qualquer relação, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, nos termos dos procedimentos e critérios por si definidos;
 - (xx) O órgão de fiscalização está adicionalmente adstrito ao cumprimento dos deveres e competências estabelecidos na Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, concretizando a transposição da Diretiva 2014/56/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva 2006/43/CE relativa às contas anuais e consolidadas e assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento e do Conselho de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público, designadamente os decorrentes do art.º 3.º do decreto preambular e do art.º 24.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria;
 - (xxi) Cumprir as demais atribuições decorrentes para si, impostas por lei ou pelos Estatutos da Sociedade.

Para execução das suas competências, o Conselho Fiscal calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos, em que inclui:

A - Acompanhamento da atividade da Sociedade e interfaces com a Comissão Executiva e o Conselho de Administração através da sua Comissão de Auditoria e Finanças, nomeadamente nas seguintes perspetivas:

- Avaliação do funcionamento do sistema de controlo interno e de gestão de risco;
- Avaliação dos documentos de prestação de contas e divulgação de informação financeira;
- Emissão de pareceres e recomendações.

B - Supervisão da atividade da Auditoria Interna e Gestão de Risco, com o seguinte âmbito:

- Plano anual de atividade;
- Receção de reporte periódico da atividade desenvolvida;
- Avaliação dos resultados e conclusões apuradas;
- Aferição da existência de eventuais irregularidades e análise de participações de irregularidades que lhe tenham sido encaminhadas;
- Emissão das diretrizes entendidas por convenientes.

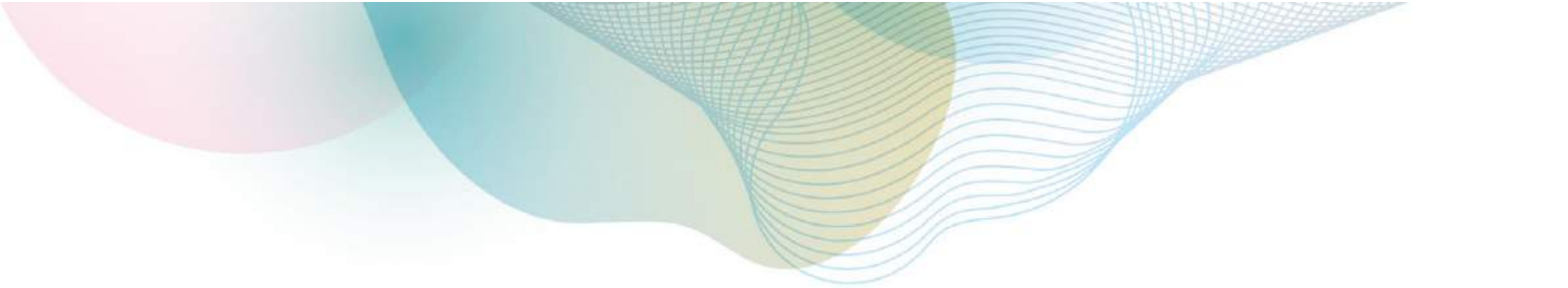
C- Informação sobre irregularidades:

Acompanhamento semestral da atividade desenvolvida pelo Provedor, com aprovação dos procedimentos de receção, tratamento de reclamações e apreciação crítica da sua gestão.

O Conselho Fiscal é, ainda, recetor das participações de irregularidades, em conformidade com a al. j) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, que lhe tenham sido dirigidas diretamente ou que tenham sido endereçadas à Comissão de Ética ou a outro órgão.

38.2. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é o órgão de fiscalização responsável pela certificação legal da informação financeira da Sociedade, tendo como competências fundamentais:

- 
- (i) Verificar a regularidade de todos os livros, registos contabilísticos e documentos de suporte;
 - (ii) Sempre que achar conveniente e através de meios que considere adequados, verificar a extensão de numerário e valores de qualquer tipo de ativos ou títulos pertencentes à Sociedade ou por esta recebidos como garantia, depósito ou com outro propósito;
 - (iii) Verificar a exatidão das demonstrações financeiras e exprimir a sua opinião sobre as mesmas na Certificação Legal de Contas e no Relatório de Auditoria;
 - (iv) Verificar que as políticas contabilísticas e os critérios de valorização adotados pela Sociedade resultam na correta valorização dos ativos e dos resultados;
 - (v) Realizar quaisquer exames e testes necessários para a auditoria e certificação legal das contas e realizar todos os procedimentos estipulados pela lei;
 - (vi) Verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações e a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno reportando quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal, nos termos, no âmbito e dentro dos limites das suas competências legais e procedimentais;
 - (vii) Atestar que o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Desde 1 de janeiro de 2016, a atividade e serviços do Revisor Oficial de Contas enquadram-se nas disposições do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

IV. Revisor Oficial de Contas

39. Identificação

O Revisor Oficial de Contas da Sonae é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA representada pelo revisor oficial de contas Hermínio António Paulos Afonso ou pelo revisor oficial de contas António Joaquim Brochado Correia.

40. Permanência de Funções

O Revisor Oficial de Contas foi eleito na Assembleia Geral de 3 de maio de 2018, até ao termo do mandato findo em 2018, sob proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal, para o efeito, organizou um processo de seleção alargado e instruído nos termos da al. f) do n.º 3 do art.º 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015 e do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 que culminou na proposta apresentada à referida Assembleia Geral.

A proposta apresentada pelo Conselho Fiscal à Assembleia Geral Ordinária de 3 de maio de 2018 encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

41. Outros serviços prestados à Sociedade

A PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA exerce as funções de Auditor Externo, não tendo o Revisor Oficial de Contas prestado outros serviços à Sociedade.

V. Auditor Externo¹

42. Identificação

O Auditor Externo da Sociedade, designado nos termos e para os efeitos do art.º 8.º do Código dos Valores Mobiliários é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA, representada por Hermínio António Paulos Afonso, (ROC n.º 712) ou por António Joaquim Brochado Correia (ROC n.º 1076).

43. Permanência de Funções

O Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA, foi eleito na Assembleia Geral realizada em 3 de maio de 2018, sob proposta do Conselho Fiscal. Os sócios revisores oficiais de contas que o representam no exercício das suas funções foram designado em 2018 na sequência da referida eleição.

44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo

O Conselho Fiscal adotou o princípio recomendado relativamente à rotação do Auditor Externo. Em conformidade, a não rotatividade no final de dois mandatos de quatro anos apenas poderá ocorrer por motivos excecionais, se, após ter efetuado uma avaliação criteriosa e ponderada, tiver concluído que a manutenção em funções para além do referido período não colide com a salvaguarda da independência do Auditor Externo e, uma vez satisfeito este requisito prévio, que a ponderação entre os custos e os benefícios da sua substituição aconselhe a sua manutenção em funções e que se encontram reunidas as condições estabelecidas nos n.ºs 4 e 5 do art.º 54.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

Desde 1 de janeiro de 2016 que a duração de mandatos passou a sujeitar-se às regras estabelecidas no art.º 54.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

45. Órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo

O Conselho Fiscal supervisiona a atuação do Auditor Externo e a execução dos seus trabalhos ao longo do exercício social, pondera e aprova antecipadamente o âmbito e a remuneração dos trabalhos adicionais por aquele a prestar e procede, anualmente, a uma avaliação global da performance e das condições de exercício da atividade do Auditor Externo, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

46. Trabalhos adicionais, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo e respetivo procedimento de contratação

Os serviços distintos dos serviços de auditoria contratados ao Auditor Externo, para a Sociedade e para as sociedades do Grupo Sonae, contaram com autorização do Conselho Fiscal, que tendo em primeira linha assegurado que o desempenho de tais serviços não afetava a independência do Auditor Externo, considerou autorizá-los por os mesmos serem do interesse da Sociedade, dada a experiência, especialização e qualidade do prestador nas matérias em apreço, a reconhecida qualidade dos serviços e o conhecimento das diversas áreas da Sociedade e do seu Grupo.

Adicionalmente foram observadas as seguintes salvaguardas:

- A contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria não afetou a independência do Auditor Externo;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria representaram uma adequada ponderação face ao conjunto dos serviços prestados;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria, devidamente enquadrados, não constituem serviços proibidos, nos termos do n.º8 do artigo 77.º da Lei n.º 140/2015;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria foram prestados com elevada qualidade e autonomia, bem como com independência, relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria;

¹Designado “Auditor” nos termos do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014.

- Os honorários pagos pela Sonae ao Auditor Externo, em Portugal, representaram menos de 15% do total da sua faturação;
- O sistema de qualidade aplicado pela PWC (controlo interno), de acordo com informação por esta prestada, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae e assegura a qualidade dos serviços prestados em cumprimento de regras de ética e independência.

O Revisor Oficial de Contas dirigiu ao Conselho Fiscal, nos termos do número 6 do artigo 24º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, uma declaração de independência, onde são descritos os serviços prestados por si e por outras entidades, e as medidas de salvaguarda aplicadas, as quais foram apreciadas pelo Conselho Fiscal.

47. Remuneração paga ao Auditor Externo

Os valores da remuneração paga ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade e Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA, sob proposta do Conselho Fiscal, e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo são os que a seguir se discriminam em função da sua natureza:

Remuneração paga pela Sociedade	2017*		2018*	
Auditoria e Revisão Legal de Contas	0	0	31.650	100%
Total	0	0	31.650	100%

*Valores em Euros.

Remuneração paga por entidades que integrem o grupo**	2017*		2018*	
Auditoria e Revisão Legal de Contas	0	0	531.661	52%
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	0	0	397.500	39%
Consultoria Fiscal	0	0	0	0%
Outros Serviços	0	0	96.464	9%
Total	0	0	1.025.625	100%

*Valores em Euros.

** Sociedades em relação de domínio ou de grupo.



C - Organização Interna

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis às alterações estatutárias

As alterações dos Estatutos seguem os termos do Código das Sociedades Comerciais, exigindo-se a maioria de dois terços dos votos emitidos para aprovação dessa deliberação na Assembleia Geral de Acionistas.

Para o funcionamento da Assembleia Geral, em primeira convocatória, os Estatutos requerem que um mínimo de 50% do capital emitido esteja presente ou representado na Assembleia Geral.

II. Comunicação de Irregularidades

49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades

Os valores e princípios da Sonae, difundidos e enraizados na cultura dos seus colaboradores, assentam no respeito absoluto e na adoção de regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesses e deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros. Os valores e princípios da Sonae podem ser consultados na página da Sonae na Internet – <http://www.sonae.pt/pt/sonae/cultura>.

As participações de irregularidades poderão ser enviadas, por escrito, à atenção do Conselho Fiscal para o seguinte endereço: Lugar do Espido, Via Norte, 4470-157 Maia, conforme informação disponível na página de internet da Sociedade <http://www.sonae.pt/pt/contactos/>.

III. Controlo Interno e Gestão de Riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A Gestão de Risco é uma das componentes da cultura Sonae e um pilar do Governo da Sociedade, estando presente em todos os processos de gestão, sendo uma responsabilidade de todos os colaboradores do Grupo, nos diferentes níveis da organização.

A Gestão de Risco é desenvolvida tendo como objetivo a criação de valor, através da gestão e controlo das oportunidades e ameaças que podem afetar os objetivos de negócio e das empresas da Sonae, numa perspetiva de continuidade dos negócios. A par da Gestão Ambiental e da Responsabilidade Social, a Gestão de Risco é uma das componentes do desenvolvimento sustentável das empresas, uma vez que contribui para um desenvolvimento continuado dos negócios, através de um maior conhecimento e de uma gestão mais efetiva dos riscos que podem afetar as organizações.

A atividade de Gestão de Risco é da responsabilidade de todos os gestores e colaboradores da Sonae, e é apoiada e suportada pelas funções de Gestão de Risco, Auditoria Interna e Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão, tanto ao nível da Sociedade como dos negócios, através de equipas especializadas que reportam hierarquicamente aos respetivos Conselhos de Administração.

A função de Gestão de Risco tem por missão apoiar as empresas a atingirem os seus objetivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades.

A função de Auditoria Interna tem por missão identificar e avaliar a eficácia e eficiência da gestão e do controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, reportando funcionalmente ao Conselho Fiscal.

A função de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão das empresas.

De salientar que os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela atividade de Auditoria Externa.

51. Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos da Sociedade

O Conselho Fiscal avalia o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, supervisionando o seu plano de atividade, recebendo informação periódica dos seus trabalhos, avaliando as conclusões apuradas e emitindo as orientações que julgue necessárias.

O Auditor Externo verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um plano de trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem igualmente reporta as conclusões apuradas.

O Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças e do seu Grupo Consultivo de Gestão de Risco, monitoriza as atividades da Auditoria Interna e da Gestão de Risco.

52. Outras áreas funcionais com competências no controlo de risco

Cada uma das áreas funcionais do Grupo assume responsabilidades no controlo e acompanhamento dos riscos inerentes às respetivas funções, nomeadamente, para além do Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão, as Assessorias Jurídica e de Governo Corporativo, Financeiro e Tesouraria, Fiscal, Recursos Humanos, Comunicação, Marca e Responsabilidade Corporativa, Relações Institucionais, Relações com Investidores e Serviços Administrativos e de Contabilidade.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos

Riscos de Envolvente de Negócio

Influências macroeconómicas:

Os negócios da Sonae estão expostos à instabilidade do ambiente económico. As empresas Sonae têm em curso várias iniciativas com o objetivo de mitigar este risco, quer através da internacionalização dos negócios, quer através de um controlo mais rígido de custos, do lançamento de ofertas alternativas e inovadoras, e ainda através do aproveitamento do contexto económico como oportunidade para lançamento de promoções ou produtos adaptados às alterações dos perfis de consumo.

Concorrência:

Risco relacionado com a entrada de novos concorrentes, oportunidades de consolidação no mercado, reposicionamento dos atuais concorrentes ou com as ações que eles possam levar a cabo para conquistar novos mercados ou aumentar a quota de mercado (atividade promocional, introdução de novos conceitos, inovações). A incapacidade para competir em áreas como o preço, gama de produtos e qualidade de serviço podem ter efeitos bastante adversos nos resultados financeiros do Grupo. De forma a minimizar este risco, a Sonae efetua constante *benchmarking* das ações da sua concorrência e investe em novos formatos, negócios e produtos/serviços, ou na melhoria dos existentes, de forma a oferecer aos seus clientes uma proposta sempre inovadora.

Clientes:

Um fator fundamental de risco é a propensão dos consumidores a variarem os seus padrões de consumo, o que depende, sobretudo, de fatores sociais e económicos. Os consumidores alteram frequentemente as suas preferências e expectativas, o que exige uma contínua adaptação e otimização da oferta e dos conceitos de negócio.

Para antecipar as tendências de mercado e do consumidor, as Empresas do Grupo analisam regularmente informação sobre o comportamento do consumidor, sendo ouvidos por ano mais de 400.000 clientes. A introdução de novos conceitos, novos produtos e novas tecnologias, é sempre testada em pilotos antes de ser generalizada a todas as unidades. O Grupo também aloca parte significativa do seu investimento anual à modernização das lojas e dos centros comerciais, bem como ao lançamento de serviços baseados em sistemas de informação (incluindo sites transacionais) por forma a garantir a sua atratividade e a acompanhar os desafios do ritmo de inovação tecnológica.

Marca:

A Sonae e as suas filiais são titulares de várias marcas de elevado valor, sendo este um dos seus principais ativos.

Os riscos associados às marcas advêm de impactos negativos na sua reputação e imagem resultantes de acontecimentos extraordinários. O Grupo monitoriza regularmente o valor das suas marcas, os seus atributos e a sua notoriedade, através da realização sistemática de estudos de clientes, barómetros de empresas especializadas, entre outros estudos de mercado. Efetua ainda o acompanhamento permanente da reputação das marcas, nomeadamente, através da análise de notícias e artigos de opinião, entre outros formatos publicados ou emitidos na comunicação social e nas redes sociais. As marcas da Sonae recebem regularmente prémios nacionais e internacionais, os quais reconhecem a excelência dos produtos/serviços, dos processos de negócio e das suas inovações.

Riscos dos ativos físicos:

Em 2018 foram conduzidas auditorias de prevenção e segurança em diferentes locais das unidades de negócio. Nas principais unidades, efetuaram-se testes e simulacros aos planos e sistemas de prevenção e de emergência, normalmente com a presença das autoridades e serviços de segurança pública. Deu-se ainda continuidade ao desenvolvimento e implementação dos padrões de segurança e dos respetivos processos de monitorização e autoavaliação de risco (*Control Risk Self Assessment*).

Riscos de segurança das pessoas:

A segurança e saúde dos nossos colaboradores é um aspeto central da nossa gestão. São desenvolvidas, anualmente, várias iniciativas e ações, no âmbito da temática de Saúde e Segurança no Trabalho, que visam reforçar o compromisso e envolvimento de todos os colaboradores com a prevenção e a redução dos riscos profissionais, bem como a promoção de hábitos saudáveis que contribuam para o bem-estar físico e psicológico do colaborador.


Apostamos ainda numa cultura de zero acidentes, assegurando as condições necessárias para que as nossas unidades sejam ambientes seguros e saudáveis.

Na continuidade do que foi realizado anteriormente, foram desenvolvidas as seguintes iniciativas de promoção da Cultura e Segurança:

- Na Sonae MC:
 - Conscientes da importância que representa ter uma fonte de cultura de segurança nas operações, redobramos os nossos esforços em 2018 para que os nossos técnicos de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) exerçam cada vez mais uma presença forte no terreno, com vista a aportar valor acrescentado. Realizamos 2.064 visitas a unidades. Queremos “Estar (mais) no terreno – conhecer, prevenir, atuar, reportar... FOCAR!”;
 - Sabemos que os aspetos comportamentais e os fatores humanos são fundamentais para conseguir resultados de excelência. Sob este prisma, arrancou, em março de 2018, o programa de formação SST 20/80 para a insígnia Continente Bom Dia. 80% da formação é dada em contexto real de trabalho e tem como principal objetivo aumentar o nível de consistência dos comportamentos inseguros, bem como consolidar os conhecimentos já adquiridos em formações anteriores. Este programa abrangeu um total de 101 unidades e 3.762 formandos. Ao todo foram dadas mais de 1.100 horas de formação. Desenvolvemos e implementamos também um programa simples e ágil de *coaching* e consciencialização para chefias com o objetivo de reforçar o compromisso da liderança e a responsabilidade em matéria de SST. Participaram 616 chefias, no total de 194 horas de formação;
 - Em 2018 mudamos a forma como os conteúdos formativos são transmitidos aos nossos colaboradores e efetuamos uma revisão aos programas de formação que estavam em vigor. O objetivo foi atualizar os conteúdos para incidir mais na vertente comportamental e nas principais causas de acidentes inseridas no contexto do negócio. No total revemos/desenvolvemos 16 programas de formação;

- Conscientes que os Animadores de Segurança são elementos impulsionadores e influenciadores de comportamentos seguros, continuamos, em 2018, a apostar nesta função, criada em 2004 nas operações, com o intuito de cada vez mais os capacitar com competências, de forma a adquirirem conhecimento para que sejam mais robustos, autônomos e interventivos. Em 2018, realizamos 48 Workshops abrangendo um total de 379 participantes;
 - Iniciamos em 2018, o projeto Frescos A a Z, com o firme propósito de apurar as causas diretas e indiretas dos acidentes de trabalho, especializar as equipas nos processos dos frescos e irradiar “acidentes” proibidos. O objetivo é reduzir em 20% os acidentes nos frescos em 2019;
 - Na Logística, e porque valorizamos a importância que a conceção ergonómica do posto de trabalho representa, implementamos em 2018 várias melhorias operacionais, desde máquinas mais ergonómicas, substituição de equipamento para diminuição de esforço físico, aquisição de equipamentos para eliminação de posturas extremas e repetitivas. De entre as iniciativas desenvolvidas, destacamos a realização de provas de conceito (*wearables*), nas quais procuramos explorar novas tecnologias que podem vir a ser uma mais-valia no futuro próximo;
 - Ao longo de 2018, demos continuidade ao projeto/parceria estabelecida em julho de 2017 com a Fidelidade. Projeto que visa melhorar os processos, desenvolver ferramentas, quer de gestão, quer operacionais, com o intuito de criar mais agilidade, transparência e controlo dos sinistros ao longo da cadeia de valor.
- Na Worten:
 - Iniciamos a disponibilização de informação SST no W-T@ALK (instruções de trabalho, procedimentos, medidas de autoproteção, fichas de dados de segurança, avaliações de risco, dados de sinistralidade, entre outros);
 - Produzimos 11 vídeos de SST para o Entrepósito Logístico na Azambuja, não só para visitantes como também para colaboradores, versando temas como: introdução à SST, Equipamentos de Proteção Individual, Movimentação de Cargas, queda de objetos, queda ao nível e em altura, objetos cortantes, máquinas e equipamentos de trabalho, emergências, acidentes de trabalho e ambiente.
 - Na Sonae Sports & Fashion
 - Implementamos uma nova metodologia de formação Onboarding SST para todos os colaboradores recém-admitidos nas unidades de retalho e na Logística – Mais Fashion, Mais Ágil, Mais Digital;
 - Safety Alerts – Partilha de informação sobre saúde e segurança no trabalho com os negócios, com o objetivo de informar e sensibilizar para os riscos e medidas preventivas a adotar para os minimizar;
 - Formação de Formadores de Máquinas na Logística – em 2018 iniciamos um programa de formação de uma equipa interna de formadores de movimentação mecânica de cargas com competências para formar toda a equipa logística.

Estas e outras ações contribuíram significativamente para a promoção da Saúde e Segurança no Trabalho e para uma evolução positiva nos negócios de Retalho dos indicadores de acidentes (no local de trabalho e *in itinere*), com uma redução de 10% no Índice de Frequência e de 6% no Índice de Severidade. A Sonae Sierra tem como um dos seus objetivos atingir “Zero Acidentes”, através da implementação do seu Sistema de Gestão de Segurança, Saúde e Ambiente corporativo.



O estabelecimento de uma cultura de Segurança e Saúde na Sonae Sierra começou em 2004 com o projeto PERSONÆ, cujo produto final foi a disseminação da cultura de Segurança e Saúde em toda a Sonae Sierra. Para atingir esse objetivo foi necessário implementar processos e ações, estritamente alinhadas com a política e os objetivos corporativos de Segurança e Saúde, para minimizar e controlar todos os riscos relacionados com pessoas, decorrentes das atividades da Sonae Sierra, quer em todos os centros comerciais em funcionamento, quer em todos os projetos de construção em curso. No total, no âmbito do projeto PERSONÆ, foram investidos cinco milhões de euros e envolvidas 70.000 pessoas, entre colaboradores e lojistas da Sonae Sierra, em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Grécia e Brasil. Este projeto, concluído em 2008, deu origem ao Sistema de Gestão de Segurança e Saúde da Sonae Sierra, que se continua a pautar pelos mesmos elevados padrões e níveis de compromisso para minimizar os riscos relacionados com pessoas.

Este esforço foi reconhecido pela atribuição à Sonae Sierra em 2008 da certificação OHSAS 18001, a primeira concedida na Europa a uma empresa na indústria de centros comerciais. Foram ainda obtidas certificações OHSAS 18001 em todos os projetos de construção ocorridos desde 2009, e no final de 2018, 42% dos centros comerciais da Sonae Sierra estavam certificados de acordo com a certificação OHSAS 18001.

Em 2018, a Sonae Sierra reduziu, em relação ao ano anterior, em cerca de 30% o número de acidentes graves (com intervenção médica, perturbações na vida profissional e familiar e casos fatais ou de incapacidade permanente) nos seus centros comerciais. A taxa de acidentes com Colaboradores e a severidade desses acidentes diminuiu 5% e 50% respetivamente. Relativamente aos acidentes com prestadores de serviços, a taxa de acidentes e a severidade diminuíram cerca de 37% e 46%, respetivamente.

Riscos de Continuidade do Negócio:

Nos negócios mais relevantes, foram prosseguidos os projetos e programas com o objetivo de garantir a continuidade das operações, através da definição, revisão e implementação de procedimentos e processos de preparação para cenários de crise e de catástrofes, nomeadamente através do desenvolvimento de planos de resiliência, emergência, contingência e de recuperação dos negócios e dos sistemas de informação.

Riscos Ambientais:

No que se refere aos riscos ambientais, foram obtidas várias certificações ambientais, assim como prosseguidas as auditorias e implementadas as ações de melhoria, no âmbito dos processos de Gestão Ambiental das sub-holdings do Grupo.

A Sonae Investimentos (atualmente Sonae MC, SGPS, S.A.) obteve em 2007, e tem mantido ao longo dos anos, a certificação do sistema de gestão ambiental corporativo segundo a norma ISO 14001 pela *LLoyds Register Quality Assurance*. Em 2010, aquele sistema de gestão ambiental foi adaptado à nova organização das unidades de negócios de retalho da Sonae sendo novamente certificado.

Em 2017, a certificação do sistema de gestão ambiental (SGA) das unidades de negócios de retalho da Sonae foi, pela quarta vez renovada, agora segundo a versão mais recente da Norma ISO 14001, mais exigente e abrangente em termos de identificação e gestão de riscos e oportunidades.

Com 5 novas unidades certificadas em 2018, as unidades de negócios de retalho da Sonae passaram a dispor de 76 instalações certificadas em Portugal (41 hipermercados Continente, 8 supermercados Continente Modelo, 2 supermercados Continente Bom Dia, 18 lojas Worten e 7 Entrepósitos, para além do Centro de Processamento de Carnes) e 3 lojas da Worten em Espanha. As unidades certificadas servem como modelo para a melhoria contínua do desempenho ambiental das restantes instalações.

O Sistema de Gestão de Segurança, Saúde e Ambiente da Sonae Sierra, cobre ainda os riscos ambientais em todas as atividades da Sonae Sierra, incluindo as fases de seleção, desenvolvimento e gestão dos Centros Comerciais.

No final de 2018, 44% dos centros comerciais da Sonae Sierra estavam certificados de acordo com a certificação ISO 14001, permitindo atingir os seguintes objetivos corporativos no período compreendido entre 2002 e 2018:

- Redução do consumo de eletricidade em 49%;
- Aumento da percentagem de reciclagem de resíduos de 19% para 66%; e

- Melhoria da eficiência na utilização da água em 21%.

As medidas de eficiência ambiental implementadas desde 2002 que conduziram a estes resultados, permitiram à Sonae Sierra evitar em 2018 custos de €25.000.000 (vinte e cinco milhões de euros).

Na fase de desenvolvimento dos centros comerciais, foram obtidas, até esta data, 26 certificações ISO 14001 dos projetos de construção, pela elevada qualidade dos procedimentos ambientais durante a construção.

O desempenho, da Sonae Sierra no *Global Real Estate Sustainability Benchmark (GRESB)* tem sido elevado desde o seu lançamento e, em 2018, mantivemos a nossa posição entre os líderes do *GRESB*, tendo sido uma vez mais reconhecidos como *5 Star* e *Green Star*. O Sierra Fund ficou classificado em 3º lugar no grupo das empresas de retalho europeias não cotadas, e em 6º lugar no conjunto de todas as empresas de retalho europeias; o Fundo Sierra Portugal ficou classificado em 13º e 18º lugar nas mesmas categorias, e o Iberia Coop ficou em 17º e 22º, respetivamente. Os três fundos ficaram em 4º lugar no módulo *Health & Well-Being* no grupo das empresas de retalho Europeias não cotadas.

O reconhecimento externo pelo trabalho desenvolvido pela Sonae Sierra está patente nos prémios que a empresa recebeu nos últimos anos.

Alguns dos prémios ganhos pela Sonae Sierra incluem:

- DuPont Safety Award em 2007 na categoria Visible Management Commitment;
- European Risk Management Award em 2009, 2010 e 2011 respetivamente nas categorias de Best Risk Training Programme, Best Environmental Risk Control e Most Innovative Use of IT or other Technology, pelo seu Sistema de inspeção na área de Segurança e Saúde;
- finalista do *DuPont Safety Award*, em 2011, pelo seu exemplar desempenho e dedicação na construção de centros comerciais mais seguros para as crianças;
- Forbes Green Awards, em 2015, na categoria Green strategy in developing and operating shopping centres;
- Prémio *Silver Stevie*®, em 2018, na categoria *Energy Industry Innovation of the Year* do *International Business Awards*®, um dos maiores programas mundiais de reconhecimento empresarial.

Riscos de projetos de mudança:

Os riscos dos processos críticos de negócio e dos principais projetos de mudança, nomeadamente a implementação de novos processos e os principais projetos de mudança dos sistemas de informação, foram avaliados e monitorizados, quer no âmbito da atividade específica de Gestão de Risco quer no âmbito da atividade de Auditoria Interna.


Riscos seguráveis:

No que respeita à transferência dos riscos seguráveis (técnicos e operacionais), prosseguiu-se um objetivo de racionalização, quer pela correta adequação da estrutura financeira aos valores dos capitais em risco, tendo por base as permanentes mudanças nos negócios abrangidos, quer pela intenção de ganhar ainda mais massa crítica nos tipos de risco abrangidos. Noutra dimensão, esta arquitetura foi melhorada pela otimização do programa de seguros ao nível das coberturas e retenções, coerentes com cada negócio, assegurando, internamente, uma efetiva gestão de seguros a nível mundial, através da Brokers Link, a rede mundial de corretores de seguros coordenada pela MDS, o consultor de seguros da Sonae.

Riscos de segurança alimentar:

Na Sonae MC salienta-se a implementação e consolidação de um programa de auditorias de segurança alimentar às lojas, cafetarias, entrepostos e centros de fabrico, com destaque para o levantamento e reporte das principais conclusões ao nível da empresa e orientação para a tomada de ações corretivas.

Este programa de auditorias tem como objetivo verificar de forma sistemática o cumprimento das normas legais e das regras internas de segurança alimentar.



Em 2018 foram realizadas 1400 auditorias de segurança alimentar.

Riscos de informação e de sistemas de informação:

Os sistemas de informação dos negócios da Sonae caracterizam-se por serem abrangentes, heterogéneos e distribuídos. Do ponto de vista da segurança da informação têm sido desenvolvidas várias ações de mitigação do risco de comprometimento da confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados de negócio, nomeadamente a implementação de sistemas de alta-disponibilidade, redundância da infraestrutura de rede, controlo de qualidade dos fluxos entre aplicações, gestão de acessos e perfis e reforço dos mecanismos de proteção do perímetro da rede de dados.

No decurso de 2018 mantivemos a realização de várias ações de sensibilização para o tema da segurança dos Sistemas de Informação da Sociedade e da Proteção de Dados Pessoais estritamente utilizados na sua atividade, que contaram com a participação de colaboradores dos vários níveis e funções. Adicionalmente continuamos o programa de adequação da Sociedade às normas constantes do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado em maio de 2016.

No decurso de 2018 foram realizadas auditorias aos sistemas de informação que suportam processos críticos da Sonae, com o objetivo de identificar e corrigir potenciais vulnerabilidades que possam ter um impacto negativo no negócio e na segurança da informação. Foram também realizadas auditorias aos processos de gestão e governação dos sistemas de informação da Sonae utilizando como referência a *framework Cobit V5*.

Riscos Financeiros:

O Grupo está exposto a uma diversidade de riscos financeiros (detalhados e analisados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonae) que podem impactar o seu valor patrimonial. De modo sintético podemos agrupá-los por natureza:

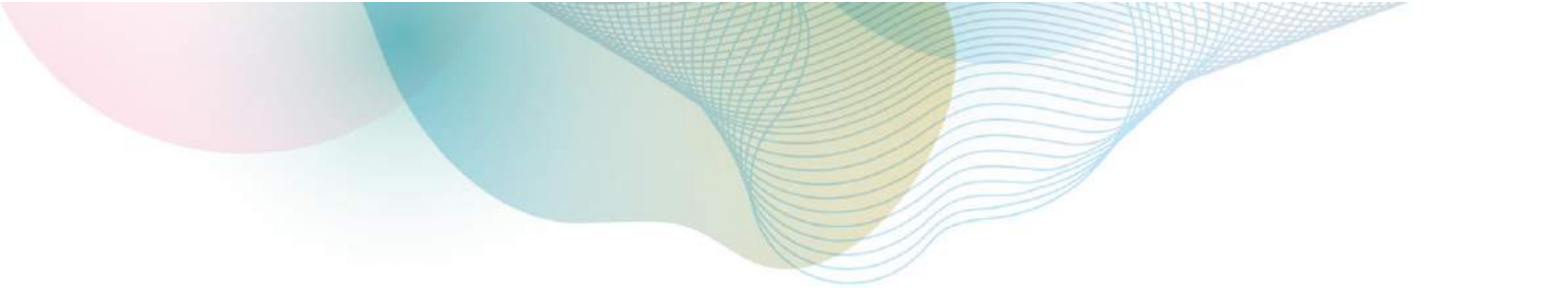
1. Risco de Taxa de Juro
2. Risco da Taxa de Câmbio
3. Risco de Liquidez
4. Risco de Crédito
5. Risco de Preço e de Mercado
6. Risco de Capital

Em abstrato, entende-se por risco financeiro a possibilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, com impacto material nos resultados do Grupo. A Sonae procura, quando possível, controlar esta volatilidade com o intuito de proteger o seu valor patrimonial.

Tendo em consideração a múltipla natureza dos diversos negócios do Grupo não há uma política única para a gestão desses riscos. Existem princípios genéricos que emergem das práticas de boa gestão, mas é privilegiada uma abordagem individualizada e adaptada às características intrínsecas de cada negócio.

A postura do Grupo relativamente à gestão dos riscos financeiros é conservadora e prudente. A Sonae não assume posições economicamente especulativas, pelo que todas as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por único propósito o controlo de riscos aos quais o Grupo já se encontra exposto.

Pela natureza do seu negócio, o Grupo é particularmente ativo na cobertura do risco de taxa de câmbio que emerge, essencialmente, da atividade de *sourcing* internacional, consubstanciada em compras na sua maioria denominadas em dólares americanos. Estas operações são feitas, por regra, através da contratação de instrumentos financeiros derivados, com bancos de relação da Sonae e o objetivo de proporcionar estabilidade na tomada de decisão e negociação no processo de *sourcing* estabelecendo taxas de câmbio fixas. Apesar de a atividade ser menor, na gestão do risco de taxa de juro, sempre que são efetuadas coberturas, os procedimentos são idênticos. Algumas empresas do Grupo têm a sua operação em países cujas moeda funcional não é o Euro, cujo risco é gerido de acordo com as políticas definidas por cada um dos negócios.



Parte substancial dos recursos do Grupo são captados junto de Bancos de relacionamento e pontualmente nos mercados de capitais, pelo que a Sonae está, inevitavelmente, exposta à sua volatilidade intrínseca. De modo a assegurar que, a todo o momento, o Grupo tem capacidade financeira para assegurar os seus compromissos, prosseguir políticas de financiamento que recomendam ter refinanciadas antecipadamente as necessidades do Grupo num horizonte temporal de 18 meses, acrescidos de *buffers* prudenciais pré-determinados reduzindo, assim, o impacto de uma eventual disrupção abrupta nos mercados de financiamento na atividade corrente do Grupo. Em acréscimo, a Sonae procura diminuir o risco de liquidez, por meio de negociação de termos contratuais que reduzem a possibilidade de as contrapartes serem capazes de exigir unilateralmente o término antecipado do financiamento e tendo uma diversidade de contrapartes que lhe permita reduzir os impactos que eventuais acontecimentos específicos, num banco ou num país, possam ter na capacidade do Grupo em aceder a fundos, nos montantes e condições desejáveis.

Uma área que, fruto do crescimento dos canais de vendas dos diversos negócios do Grupo, tem vindo a ganhar peso nos últimos anos é a cobertura do risco de créditos dos seus clientes. Apesar de, em termos consolidados, este risco ser ainda relativamente pequeno, o aumento dos canais de *wholesale* e *franchising* dos vários negócios tem obrigado a Sonae a dar particular atenção à sua gestão quer através do estabelecimento de políticas adaptadas às características e natureza dos diversos negócios, definindo limites claros de risco por crédito, quer, e já no âmbito das próprias políticas, à transferência de parte desses riscos para terceiros através de seguros de crédito, garantias bancárias ou créditos documentários, entre outros instrumentos similares. Em acréscimo, o Grupo iniciou Comitês de Crédito individualizados por negócio, com uma participação multidisciplinar de forma a que o risco de incumprimento por parte dos clientes seja mitigado e acompanhado de forma sistemática e atempada.

Ainda relativamente à gestão de risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura) ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae com vista à mitigação da probabilidade de incumprimento das obrigações, que passam, entre outras, pela execução de operações apenas com contrapartes que apresentem elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de *rating*, tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

O Grupo está exposto ao risco do preço das ações decorrente do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras estratégicas cotadas. Podem existir instrumentos financeiros derivados associados ao valor das participações cotadas do Grupo, sendo que estes riscos são acompanhados de forma recorrente até à sua maturidade.

Os objetivos de gestão da estrutura de capital (definido pela proporção entre capital próprio e dívida líquida) são a salvaguarda da capacidade do Grupo para assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais e, ao mesmo tempo, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar o custo de financiamento.


A política de gestão de riscos financeiros é determinada por cada um dos Conselhos de Administração, sempre com o apoio da estrutura central da Holding, sendo os riscos identificados e monitorizados em cada um dos departamentos financeiro e de tesouraria dos negócios. Desta forma é garantida uma abordagem consistente e agregada aos diversos riscos que, no fim, impactam no Grupo.

A exposição aos riscos é igualmente monitorizada pela Comissão de Finanças e Tesouraria, na qual uma análise consolidada de risco é revista e reportada numa base mensal, e as orientações sobre políticas de gestão de risco são analisadas e revistas regularmente.

O sistema implementado assegura que, em cada momento, são adotadas as políticas apropriadas de gestão de riscos financeiros de forma a que estes não condicionem a concretização dos objetivos estratégicos do Grupo Sonae.

Riscos Legais, Fiscais e Regulatórios:

A Sonae e os seus negócios dispõem de assessorias legal e fiscal permanentes e dedicadas às especificidades da respetiva atividade, que funcionam na dependência da gestão e desenvolvem as suas competências em articulação com as demais funções e assessorias, por forma a assegurar, preemptivamente, a proteção dos interesses da Sociedade e dos negócios no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais bem como pela aplicação de boas práticas.



As equipas que integram estas assessorias possuem formação especializada e participam em ações de formação e atualização, de iniciativa interna e externa.

A assessoria legal e fiscal é igualmente garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos, selecionados de entre firmas de reconhecida reputação, de acordo com elevados critérios de competência, ética e experiência.

Os processos em contencioso, em que a Sociedade é parte, encontram-se identificados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonae.

As empresas do Grupo Sonae estão sujeitas a leis e regulamentos nacionais, locais e setoriais de cada mercado onde operam e que visam assegurar: a segurança e proteção dos consumidores, os direitos dos trabalhadores, a proteção do meio ambiente e o ordenamento do território, o cumprimento da regulamentação dos setores de atividade em que está presente e a manutenção de um mercado aberto e competitivo. Desta forma, estão naturalmente expostas ao risco de ocorrerem alterações regulatórias que possam condicionar a condução dos negócios e, consequentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos.

A postura do Grupo é de colaboração permanente com as autoridades, no respeito e observância das disposições legais. Essa colaboração assume, em alguns casos, a forma de comentários a consultas públicas emitidas por autoridades nacionais e internacionais. A crescente internacionalização dos negócios da Sonae é afetada por riscos específicos decorrentes da natureza diferenciada dos enquadramentos legais em cada país.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Como abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento, a Gestão de Risco está integrada em todo o processo de planeamento da Sonae. O seu objetivo é identificar, avaliar e gerir as oportunidades e as ameaças que os negócios da Sonae enfrentam na prossecução dos seus objetivos de criação de valor.

A gestão e monitorização pela Sonae dos seus principais riscos é alcançada através de diferentes abordagens, entre as quais:

- (i) No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portfólio de negócios existente, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projetos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses riscos;
- (ii) No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objetivos de negócio e planeadas ações de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos das unidades de negócio e das unidades funcionais;
- (iii) Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente em grandes projetos de mudança da organização, nos planos de contingência e de continuidade dos negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas;
- (iv) No que diz respeito aos riscos de segurança dos ativos físicos e das pessoas (riscos “técnico-operacionais”), são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas ações preventivas e corretivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis;
- (v) A gestão dos riscos financeiros é efetuada e monitorizada no âmbito das funções financeiras da Sociedade e dos negócios, cuja atividade é reportada, coordenada e acompanhada em sede da Comissão de Finanças e Tesouraria da Sonae e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração;
- (vi) A gestão dos riscos legais, fiscais e regulatórios é efetuada e monitorizada no âmbito das assessorias legais e fiscais.

O processo de gestão de risco é apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base um padrão internacional que compreende nomeadamente o seguinte:


- (i) Definição do enfoque de gestão de risco (dicionário de riscos, definição de uma matriz de risco do negócio e de uma linguagem comum);
- (ii) Identificação e sistematização dos riscos que podem afetar a organização (fontes de risco);

- (iii) Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do impacto nos objetivos dos negócios e da probabilidade de ocorrência;
- (iv) Identificação das causas dos riscos mais importantes;
- (v) Avaliação das estratégias de gestão de risco (p.ex., aceitar, evitar, mitigar, transferir);
- (vi) Desenvolvimento e implementação de planos de ação de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções da Sonae;
- (vii) Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de ações e da evolução dos riscos.

Formação e desenvolvimento em Auditoria Interna e Gestão de Risco

1- No que respeita ao desenvolvimento da função de Auditoria Interna, em 2018, a Sonae continuou a patrocinar alguns colaboradores que se candidataram à certificação internacional em programas promovidos pelo IIA (The Institute of Internal Auditors) – o Certified Internal Auditor (CIA) e o Certification in Control Self Assessment (CCSA). No final de 2018, dispúnhamos de 31 certificações, distribuídas do seguinte modo:





2. Considerando a importância da formação contínua e a existência de recursos internos certificados com conhecimentos e competências para promover ações de formação (alguns dos quais participam regularmente como formadores em formações externas), foi criada a Academia de Auditoria Interna, assente nos seguintes vetores principais: elaboração de descritivos funcionais; portfólio de competências por função (técnicas e comportamentais); e percursos formativos por função. Em 2018 foram ministradas 13 sessões de formação, envolvendo equipas multidisciplinares e 1355 horas de formação.

A Sonae é uma das organizações com maior número de colaboradores certificados em auditoria interna e gestão de risco em Portugal. Em 2019, a Sonae continuará a patrocinar este importante programa de formação, desenvolvimento e certificação internacional dos seus colaboradores de auditoria interna e gestão de risco, de acordo com as melhores práticas internacionais.

Ações implementadas em 2018

Em 2018, as atividades de Enterprise Wide Risk Management focaram-se, sobretudo, na monitorização dos progressos na implementação dos planos de ação e na avaliação dos seus impactos nas perceções de risco.

Estas atividades, ao nível de todo o Grupo, foram suportadas numa ferramenta aplicacional, desenvolvida internamente e baseada no standard internacional COSO.

A Direção de Gestão de Risco continuou a dar suporte à gestão de risco nos principais projetos da organização, assim como no desenvolvimento de planos de gestão de crise e de continuidade de negócio. A este propósito, foi desenvolvida uma aplicação informática para suporte ao processo de gestão de crises.

Foram ainda desenvolvidos os programas de auditorias de segurança física das instalações, assim como a realização de ações de formação no âmbito da segurança física contra incêndios e da segurança dos clientes.

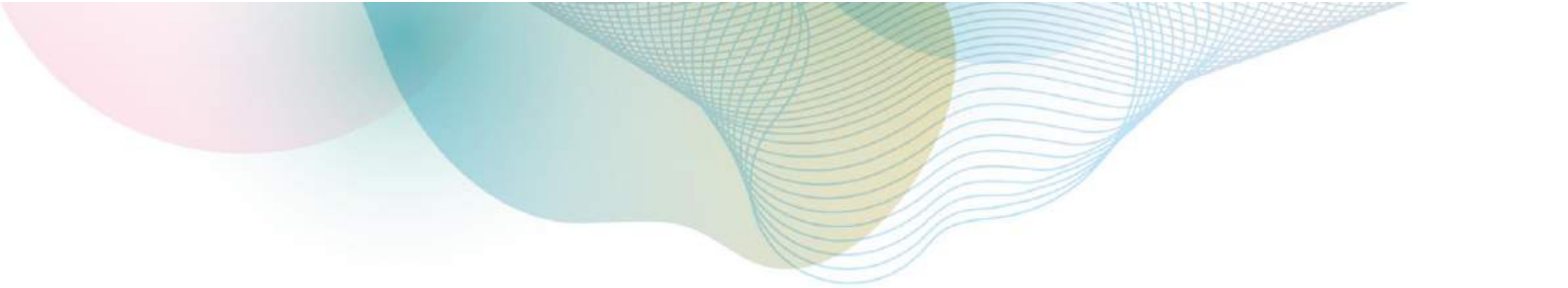
55. Descrição dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos relativamente ao processo de elaboração e divulgação de informação financeira

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação de informação financeira, com os objetivos de transparência, consistência, simplicidade, fiabilidade e relevância. O objetivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporte financeiro.

A fiabilidade da informação financeira é garantida quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores, quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.


O sistema de controlo interno, no que respeita à contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira, inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Estes controlos incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o reporte financeiro da empresa;
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras, constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos das empresas do Grupo permitem uma garantia razoável de que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as empresas mantêm registos atualizados de ativos e que o registo



dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrerem diferenças;

- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das empresas individuais, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelas diferentes funções dos serviços administrativos e contabilísticos, que garantem o controlo do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Contabilistas Certificados de cada uma das empresas e revistas pelas funções de controlo de gestão e fiscal;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pelos departamentos de consolidação de contas dos serviços administrativos dos Centros Corporativos das sub-holdings e da holding. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as empresas do Grupo;
- O Relatório de Gestão é preparado pelo departamento de Relação com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte. O Relatório de Governo da Sociedade é preparado pelo departamento de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo;
- As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas sob a supervisão da Comissão Executiva do Grupo. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual são enviados para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae. Depois da aprovação, os documentos são enviados ao Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa;
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão. O Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças, um sumário das principais conclusões do exame anual efetuado à informação financeira;
- Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.
- Entre as causas de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:
 - Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
 - Saldos e transações com partes relacionadas – Os saldos e transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais recorrentes do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, em ambos os casos, efetuados a preços de mercado.
 - Informação mais específica sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, está disponível no anexo às demonstrações financeiras.
- A Sonae adota várias ações relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:
- Melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das ações de anos anteriores, durante 2018, a Sonae continuou a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno



relacionado com a preparação da informação financeira. Estas ações incluem a identificação das causas dos riscos (risco inerente), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual) após a implementação de potenciais melhorias nos controlos;

- Análise de conformidade – O departamento de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo, em cooperação com os departamentos Administrativo, de Relação com Investidores, de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e, de acordo com o necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo Apoio ao Investidor

A Direção de Relações com Investidores é responsável por gerir a relação entre a Sonae e a comunidade financeira - atuais e potenciais investidores, analistas e autoridades reguladoras do mercado - com o propósito de melhorar o conhecimento e a compreensão destes em relação à empresa, através do fornecimento de informação relevante, atualizada e fidedigna.

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a Sonae tem como regra informar, de forma imediata, os seus acionistas e o mercado em geral sobre os factos relevantes da sua atividade, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo confirmado a sua prática ao longo dos anos.

A Direção de Relações com Investidores prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a cotação das ações da Sonae. Adicionalmente e quando solicitado, fornece esclarecimentos sobre as atividades da empresa, respondendo às questões colocadas através de e-mail ou por telefone.

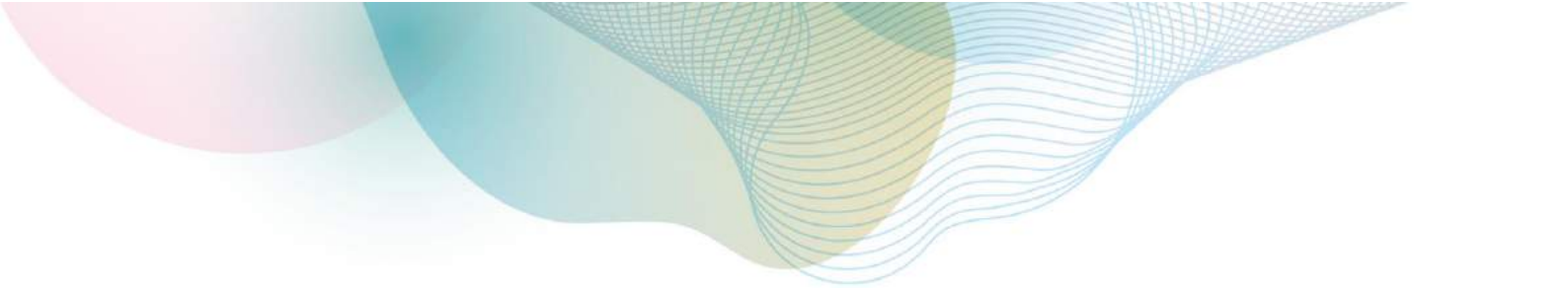
Para além da existência da Direção de Relações com Investidores, toda a informação divulgada é disponibilizada na página de internet da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (<http://www.cmvm.pt>) e na página da Sociedade na Internet (<http://www.sonae.pt/pt/investidores/comunicados/>). Em <http://www.sonae.pt/pt/investidores/> poderá ser encontrada a informação exigida pelo art.º 3.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, bem como informação de carácter geral sobre a Sonae, para além de outra informação considerada relevante e recomendada pelo Código de Governo da Sociedade IPCG 2018, designadamente:

- Apresentações institucionais e outras apresentações da Sonae à comunidade financeira;
- Resultados trimestrais, semestrais e anuais referentes aos últimos cinco anos;
- Relatórios de Sustentabilidade;
- Relatórios sobre o Governo da Sociedade;
- Regulamentos Internos do órgão e administração e respetivas comissões e do órgão de fiscalização
- A identificação dos responsáveis da Direção de Relações com Investidores, bem como os seus contactos;
- Descrição do desempenho do título Sonae na Bolsa de Valores Portuguesa;
- Informação relativa às Assembleias Gerais da Sociedade;
- Os calendários financeiros anuais, abrangendo Assembleias Gerais e a divulgação dos resultados anuais, semestrais e trimestrais.

De modo a garantir uma comunicação eficaz com o mercado de capitais e garantir a qualidade da informação fornecida, a Direção de Relações com Investidores organiza *roadshows* nos centros financeiros mais importantes e participa em diversas conferências. Um grande número de investidores e analistas tem também a oportunidade de falar com os gestores de topo da empresa, na forma de sessões individuais ou audioconferências.

Qualquer interessado pode contactar a Direção de Relações com Investidores através dos seguintes meios:

Patrícia Vieira Pinto



Diretor de Relação com Investidores

Tel: (+351) 22 010 47 24

Fax: (+351) 22 948 77 22

E-mail: investor.relations@sonae.pt/pavpinto@sonae.pt

Morada: Lugar do Espido Via Norte 4471-909 Maia Portugal

Site: www.sonae.pt

A Sonae considera que, desta forma, assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

57. Representante para as Relações com o Mercado

Como Representante para as Relações com o Mercado foi designada Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira, com os seguintes contactos:

Tel: +351 220104706

Fax: +351 229487722

E-mail: investor.relations@sonae.pt

Morada: Lugar do Espido, Via Norte, 4471-909 Maia Portugal

58. Pedidos de informação

No exercício de 2018, o Gabinete de Apoio ao Investidor recebeu 290 pedidos de informação.

O prazo de resposta médio, sem prejuízo da complexidade da questão colocada poder excepcionalmente determinar um prazo superior de resposta, foi de 1 dia útil.

V. Sítio de internet

59. Endereço

Endereço eletrónico da Sociedade: www.sonae.pt.

60. Local onde se encontra a informação mencionada no art.º 171.º do Código das Sociedades Comerciais

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

61. Local onde se encontram divulgados os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> e em www.sonae.pt/pt/contactos.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas e o calendário dos eventos societários

Documentos de prestação de contas - <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/> e <http://www.sonae.pt/pt/investidores/informacao-financieira/dados-financieiros/>.

Calendário de Eventos Societários- <http://www.sonae.pt/pt/investidores/calendario-financieiro/>.

64. Local onde são divulgadas a convocatória da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

Endereço eletrónico - <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/> .

65. Local onde é disponibilizado o acervo histórico com as deliberações tomadas nas assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

Endereço eletrónico - <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/> .

D - Remunerações

I. Competência para a determinação

66. Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos dirigentes da Sociedade

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais e dirigentes em representação dos acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral.

A Comissão de Nomeação e Remunerações, maioritariamente composta por Administradores Não Executivos, e já identificada supra nos pontos 15 a 29, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas competências.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações e identificação das pessoas singulares e coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Comissão de Vencimentos é composta por três membros, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, para integrar um mandato de quatro anos, com início em 2015 e termo em 2018. A Comissão de Vencimentos tem a seguinte composição:

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva, Presidente

Francisco de La Fuente Sánchez

Carlos António Rocha Moreira da Silva

Os membros da Comissão de Vencimentos são independentes relativamente ao órgão de administração e a qualquer outro grupo de interesses.

A Comissão de Vencimentos recorre aos estudos de *benchmarking* em matéria de práticas e políticas retributivas anualmente divulgados pelos consultores de renome internacional *Mercer* e *Hay Group*, para assegurar que a política de remuneração e compensação dos órgãos sociais anualmente submetida à consideração da Assembleia Geral, é adequada e consonante com os comparáveis de mercado. No decurso da atividade por si desenvolvida no exercício social de 2018 a Comissão de Vencimentos não foi assessorada por quaisquer entidades contratadas.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria da política de remunerações

A experiência e qualificações profissionais dos membros da Comissão de Vencimentos estão espelhadas nos elementos curriculares disponíveis em <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, encontrando-se capacitados para o exercício das suas responsabilidades de forma competente e rigorosa, possuindo, cada um deles, as adequadas competências para o exercício das suas funções.

O valor de remuneração fixa anual dos membros da Comissão de Vencimentos no exercício de 2018 foi o seguinte:

Membros da Comissão de Vencimentos	2017*	2018*
Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva	7.000	7.000
Francisco de La Fuente Sanchés	5.000	5.000
Carlos António Rocha Moreira da Silva	5.000	5.000
Total	17.000	17.000

*Valores em euros

No exercício de 2018, realizou-se 1 (uma) reunião da Comissão de Vencimentos, tendo a taxa de comparência sido de 100%.

III. Estrutura das Remunerações

69. Descrição da Política de Remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

69.1. Princípios


A política de remuneração da Sonae está estruturada num equilíbrio entre o desempenho dos Administradores Executivos em relação aos objetivos traçados e o posicionamento em relação ao mercado e situações comparáveis. As propostas de remuneração dos membros dos órgãos estatutários são formuladas, tendo em consideração:

- Comparação geral do mercado;
- Práticas de empresas comparáveis, incluindo outras unidades de negócio da Sonae que apresentem situações comparáveis;
- A responsabilidade individual e a avaliação do desempenho de cada Administrador Executivo.

Assim, a política de remuneração constitui um instrumento formal que promove o alinhamento entre a equipa de gestão e os interesses dos acionistas, na medida em que no conjunto das componentes remuneratórias, se encontra destacada a parte variável, cujo valor depende do desempenho individual e do desempenho da Sonae. Desta forma, incentiva-se uma gestão orientada para os interesses de longo prazo da empresa e a adoção de comportamentos de ponderação dos riscos assumidos.

A política de remuneração incorpora, na sua estrutura, mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e coletivo, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada *Key Performance Indicator* (KPI) se encontrar limitado a um valor máximo.

A política de remuneração dos órgãos estatutários da Sociedade é aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral. A Comissão de Vencimentos, composta integralmente por membros independentes é responsável pela apresentação da proposta da política de remuneração e pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de



Administração, incluindo membros executivos e não executivos, e demais órgãos sociais da Sonae. Os membros da Comissão de Vencimentos são eleitos em Assembleia Geral, cabendo a este órgão a fixação da respetiva remuneração.

A Comissão de Nomeação e Remunerações apoia a Comissão de Vencimentos na fixação da remuneração dos Administradores Executivos, apresentando-lhe propostas de remuneração sustentadas em informação relevante solicitada pela Comissão de Vencimentos.

No âmbito dos princípios que regem o governo societário, foram definidos princípios orientadores da política de remuneração.

A Assembleia Geral de acionistas, realizada em 3 de maio de 2018, aprovou a Política de Remuneração e Compensação que se rege pelos princípios a seguir descritos e que são consistentes com os anteriormente praticados.

Caraterísticas da política de remuneração:

Competitividade:

- No desenho da Política de Remuneração e Compensação dos membros dos órgãos sociais da Sociedade é objetivo primordial a captação de talento com elevado nível de desempenho que represente contributo relevante e material para a sustentabilidade dos negócios da Sociedade. A Política é definida por comparação com o mercado global e práticas de empresas comparáveis, informações essas fornecidas pelos principais estudos anualmente realizados para Portugal e mercados europeus, servindo atualmente de referente os estudos de mercado da *Mercer e Hay Group*.
- Nessa medida, os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais são fixados e periodicamente revistos em sintonia com as práticas remuneratórias de empresas nacionais e internacionais comparáveis, alinhando, em termos individuais e agregados, os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos órgãos sociais, com as práticas de mercado, sendo os membros dos órgãos sociais individual e positivamente discriminados considerando, em concreto, entre outros fatores, o perfil e currículo do membro, a natureza e o descritivo de funções e competências do órgão social em questão e do próprio membro, e o grau de correlação direta entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios.
- Para a determinação dos valores referentes ao mercado global são consideradas como referência, a mediana dos valores de mercado aplicável para a remuneração fixa e o terceiro quartil para a remuneração variável dos quadros de topo da Europa. Adicionalmente, e para efeitos remuneratórios, é considerada a prática retributiva do universo de empresas pares, que compõe o universos de sociedades com valores mobiliários admitidos a negociação na *Euronext Lisbon*.

Orientação para o desempenho:

- A Política prevê a atribuição de prémios calculados em função do grau de sucesso da Sociedade. A componente variável da remuneração encontra-se estruturada de maneira a estabelecer uma ligação entre os prémios atribuídos e o grau de desempenho, quer individual, quer coletivo. Em caso de não concretização de objetivos pré-definidos, medidos através de KPIs de negócio e individuais, será reduzido total ou parcialmente o valor de incentivos de curto e médio prazo.

Alinhamento com os interesses dos acionistas:

- Parte do prémio variável dos Administradores Executivos (Prémio Variável de Médio Prazo) está concebida para potenciar o alinhamento dos interesses dos Administradores Executivos com os interesses da Sociedade e dos seus acionistas, assinalando a perceção pelos Administradores Executivos da importância do seu contributo para o crescimento da organização. O PVMP contempla um período de quatro anos, considerando o ano a que diz respeito e o período de diferimento de 3 anos, sendo o valor condicionado pela evolução da cotação das ações e ajustado pelo grau de concretização de objetivos de médio prazo ao longo do período de deferimento e até ao seu vencimento.

Transparência:

- Todos os aspetos da estrutura remuneratória são claros e divulgados abertamente interna e externamente através da publicação de documentação no sítio da Sociedade na internet. Este processo de comunicação contribui para promover a equidade e independência.

Razoabilidade:

- A Política pretende assegurar um equilíbrio entre os interesses da Sonae, o posicionamento no mercado, as expectativas e motivações dos membros dos órgãos sociais e a necessidade de retenção de talento.

- A política de remuneração e compensação aplicável aos órgãos sociais e aos dirigentes da Sociedade adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e às recomendações da CMVM.
- A Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 3 de maio de 2018, dando continuidade à política já anteriormente prosseguida de forma consistente, aprovou a Política de Remuneração e Compensação em vigor, a qual é norteada pelos seguintes princípios gerais:
- não atribuição de compensações aos Administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria;
- não consagração de qualquer sistema específico de benefícios, designadamente de reforma, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e outros dirigentes.
- ponderação, na aplicação da Política de Remuneração, do exercício de funções em sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com a Sociedade.

69.2. Competitividade da política remuneratória

O pacote remuneratório atribuído a Administradores Executivos é definido por comparação com o mercado, utilizando para o efeito estudos de mercado sobre pacotes remuneratórios de quadros de topo em Portugal e na Europa, procurando-se que, para situações comparáveis de mercado, a remuneração fixa se situe no valor mediano de mercado, a remuneração variável no terceiro quartil e a remuneração total entre a mediana e o terceiro quartil de mercado.

Qual é o nosso universo comparável /empresas pares?

- Na Sonae a política remuneratória é definida por comparação com o mercado global e práticas de empresas comparáveis, informações essas fornecidas pelos principais estudos realizados para Portugal e mercados europeus. Atualmente servem de referente os estudos de mercado da *Mercer* e *Hay Group*.
- Para a determinação dos valores de retribuição fixa referentes ao mercado global é considerada a mediana dos valores aplicável aos quadros de topo da Europa. Adicionalmente, e para efeitos remuneratórios é considerada a prática retributiva do universo de empresas pares que compõem o PSI-20.

69.3. Controlo dos Riscos relativos a remunerações

A Sonae procede anualmente a uma revisão da política remuneratória como parte do processo de gestão de risco, com vista a certificar-se que a política remuneratória se encontra em total conformidade com o perfil de risco desejado. No ano de 2018, não foram detetadas práticas de pagamento problemáticas que comportem riscos relevantes.

No desenho da política retributiva foi tida em consideração a necessidade de controlo de comportamentos que impliquem assunção de riscos excessivos, atribuindo uma relevância significativa, mas simultaneamente equilibrada, à componente variável, vinculando desta forma a remuneração individual ao desempenho coletivo.

Na Sonae existem procedimentos de controlo interno relativamente à política retributiva, com o objetivo de identificar potenciais riscos colocados pela própria política retributiva.

Por um lado, a estrutura da remuneração variável encontra-se desenhada de tal forma que desincentiva comportamentos de risco, na medida em que a remuneração se encontra ligada à avaliação de desempenho. A existência de KPIs objetivos permite que este método funcione como um mecanismo de controlo eficiente.

Por outro lado, a política da Sonae não permite a celebração de contratos que visem minimizar a razão de ser do plano de Prémio Variável de Médio Prazo. Tal restrição inclui a celebração de transações com o objetivo de eliminar ou mitigar o risco de variação do valor das ações.

69.4. Procedimento de aprovação da política remuneratória

A Comissão de Nomeação e Remunerações submete à consideração da Comissão de Vencimentos propostas de remuneração dos Administradores nos termos do procedimento interno aprovado.



Mês	Ciclo do processo
-----	-------------------

janeiro

Obtenção de estudos de mercado externos, relativos a tendências e previsão de práticas de remunerações.

março

Reunião da Comissão de Nomeação e Remunerações (CNR) em meados de março:

Fecho de contas do ano anterior e preparação do ano em curso, revendo-se o seguinte:

- Processo de Avaliação Anual

- Proposta de Revisão da Política de Remuneração

- Propostas de atribuição de remuneração variável relativamente ao desempenho do exercício anterior, incluindo componente diferida

- Propostas de remuneração fixa para o exercício corrente

- Propostas de objetivo de remuneração variável relativa a desempenho do exercício corrente

Reunião da Comissão de Vencimentos em finais de março, após a reunião da Comissão de Nomeação e Remunerações:

- Propostas de atribuição de remuneração variável relativamente ao desempenho do exercício anterior, incluindo componente diferida;

- Propostas de remuneração fixa para exercício corrente;

- Propostas de objetivo de remuneração variável relativa a desempenho do exercício corrente

abril

Assembleia Geral Anual de Acionistas em finais de abril:

Acionistas aprovam a Política de Remunerações proposta pela Comissão de Vencimentos

maio	<p>Reunião da Comissão de Vencimentos em inícios de maio:</p> <p>Apenas se existirem alterações dos membros do Conselho de Administração efetuada pela Assembleia Geral de Acionistas</p> <p>Reporte da Comissão de Nomeação e Remunerações:</p>
junho a outubro	<p>Atualização relativa aos objetivos fixados para o ano em curso, se necessário;</p> <p>Reunião da Comissão de Nomeação e Remunerações:</p> <p>Apenas se existirem alterações na composição do Conselho de Administração.</p>
novembro	<p>Reunião da Comissão de Nomeação e Remunerações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento dos objetivos fixados para o ano em curso, se necessário; - Acompanhamento das etapas relativas aos planos de atribuição de ações no âmbito da remuneração variável de médio prazo, e das respetivas ações retidas; - Revisão da Gestão de Talentos e dos planos de contingência e de sucessão; - Revisão dos processos de nomeação (se necessário) - Revisão do plano de ações da Comissão de Nomeação e Remunerações para o ano seguinte - Revisão da política de remuneração, incluindo o plano de atribuição de ações <p>- Reunião da Comissão de Vencimentos:</p> <p>Apenas se existirem alterações na composição do Conselho de Administração</p>
dezembro	<p>Reporte da Comissão de Nomeação e Remunerações:</p> <p>Atualização da evolução do cumprimento dos objetivos relativamente ao ano em curso, caso seja necessário</p> <p>Reunião da Comissão de Vencimentos:</p> <p>Apenas se existirem alterações na composição do Conselho de Administração</p>

70. Estruturação da Remuneração dos Administradores

70.1. Administradores Executivos

A remuneração fixa dos Administradores Executivos é definida em função do nível de responsabilidade do membro do Conselho de Administração e é objeto de revisão anual.

De acordo com a política remuneratória da Sonae, além da remuneração fixa, os Administradores Executivos participam de um plano de incentivos, também designado por prémio variável.

O prémio variável é atribuído no primeiro trimestre do ano seguinte àquele que diz respeito e vinculado ao desempenho do ano anterior, visando orientar e recompensar a administração executiva pelo cumprimento de objetivos pré-determinados. Subdivide-se em duas parcelas:

- Prémio Variável de Curto Prazo (PVCP), pago em numerário, no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito, podendo todavia, e a critério da Comissão de Vencimentos, ser pago, no mesmo prazo, em ações, nos termos e condições previstos para o Prémio Variável de Médio Prazo – vd. ponto 71 para maior detalhe;
- Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP), pago após um diferimento adicional pelo período de 3 anos e no ano subsequente ao termo deste último – vd. pontos 71, 72 e 73 para maior detalhe.

As várias componentes da remuneração anual podem ser facilmente compreendidas na seguinte tabela:

	Componentes	Descrição	Objetivo	Posicionamento no mercado
Fixa	Vencimento base	Vencimento anual (em Portugal o vencimento fixo anual é pago em 14 prestações mensais)	Adequação ao estatuto e responsabilidade do administrador	Mediana
Variável	Prémio variável de curto prazo (PVCP)	Prémio de desempenho pago no primeiro trimestre do ano seguinte, depois do apuramento dos resultados do exercício	Visa assegurar competitividade do pacote remuneratório e ligação da remuneração aos objetivos da empresa	Terceiro quartil
	Prémio variável de médio prazo (PVMP)	Compensação diferida por três anos, sendo o montante apurado dependente da evolução da cotação das ações e do desempenho do negócio	Visa promover uma ligação da remuneração ao desempenho de médio prazo e alinhamento com os interesses dos acionistas	Terceiro quartil

O pagamento em numerário do prémio variável pode ser efetuado por qualquer das modalidades de extinção da obrigação previstos na Lei e nos Estatutos da Sociedade.

Não existe atualmente qualquer plano de atribuição de opções para aquisição de ações.

70.2. Administradores Não Executivos

A remuneração dos Administradores Não Executivos é constituída, exclusivamente, por um valor fixo, estabelecido tendo em conta os valores praticados no mercado segundo os seguintes princípios: (i) atribuição de uma remuneração fixa; (ii) atribuição de um subsídio de responsabilidade anual. Não existe qualquer remuneração a título de prémio variável.

O pagamento desta remuneração tem periodicidade trimestral postecipada.

71. Componente Variável da remuneração dos Administradores Executivos

O Prémio variável tem natureza discricionária e, dado que a atribuição do respetivo valor está dependente da consecução de objetivos, o seu pagamento não se encontra garantido. O prémio variável é determinado anualmente, variando o valor do objetivo pré-definido entre 30% e 60% da remuneração total anual (remuneração fixa e valor objetivo da remuneração variável).

A componente variável da remuneração é aferida por avaliação da performance de um conjunto de indicadores de desempenho referentes aos diversos negócios com cariz essencialmente económico e financeiro – “Key Performance Indicators of Business Activity” (Business KPIs).

Cerca de 70% do valor é determinado pelos KPIs de negócio, económicos e financeiros, nomeadamente volume de negócios, EBITDA, resultado líquido e desempenho da cotação da ação.

Os Administradores Executivos são avaliados tendo por base a média da concretização destes objetivos em cada um dos negócios.

O conteúdo dos indicadores de desempenho, e o seu peso específico na determinação da remuneração efetiva, asseguram o alinhamento dos Administradores Executivos com os objetivos estratégicos definidos e o cumprimento das normas legais em que se enquadra a atividade social.

O valor de cada prémio tem como limite mínimo 0% e máximo 140% do objetivo de prémio previamente definido.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração

O pagamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da componente variável da remuneração referente ao exercício a que respeita é diferido por um período de três anos, num total de quatro anos, nos termos descritos no ponto anterior 70.1 (Prémio Variável de Médio Prazo).

73. Critérios de atribuição e manutenção da remuneração variável em ações

1. Características do Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP)

O PVMP é uma das componentes da Política Retributiva da Sonae. Esta componente distingue-se das restantes por ter um carácter restrito e voluntário, cuja atribuição é condicionada às regras de elegibilidade estabelecidas para o efeito.

O PVMP proporciona aos aderentes a possibilidade de partilharem com os acionistas o valor criado, pela sua intervenção direta na definição da estratégia e na gestão dos negócios, na justa medida do resultado da avaliação anual do seu desempenho.

2. Enquadramento do PVMP

O PVMP constitui uma forma de alinhamento dos interesses dos Administradores Executivos com os objetivos da organização, reforçando o seu compromisso e fortalecendo a perceção da importância da sua performance para o sucesso da Sonae, com expressão na capitalização bolsista do título.

3. Critério de elegibilidade

São elegíveis para a atribuição de plano do PVMP os Administradores Executivos da Sociedade e das suas dominadas. De acordo com a política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração, são igualmente elegíveis para a atribuição do PVMP os colaboradores, a quem, por via dessa política, seja aplicável o Plano.

Membros Elegíveis	Valor de referência do prémio variável de médio prazo (% da remuneração variável total objetivo)
Administradores Executivos da Sociedade	Pelo menos 50%

Administradores Executivos dos Negócios

Pelo menos 50%

Colaboradores

termos a definir pelo Conselho de Administração de cada Sociedade

4. Duração do PVMP

O PVMP contempla um período de quatro anos, considerando o ano a que diz respeito (o “ano do desempenho”) e o período de diferimento de três anos. A partir do início do terceiro plano consecutivo, ocorrerá, a cada momento, a sobreposição de três planos trienais.

5. Valor de referência do PVMP

O valor do PVMP tem por base o valor inicialmente atribuído, sendo este sujeito aos seguintes fatores de variação, durante o período de deferimento: (i) preço representativo da cotação do título; (ii) fator de correção por dividendos pagos ou variação do capital social e (iii) o grau de atingimento do KPI de médio prazo.

O valor do PVMP inicialmente atribuído é convertido num número equivalente de ações, determinado pelo quociente entre aquele valor e o valor de cotação do título no mercado de ações em Portugal. Para este efeito, considera-se como valor da cotação do título o valor mais favorável correspondente à cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à Assembleia Geral ou a cotação média (considerando-se para o efeito da determinação da cotação média, a cotação de fecho nos 30 dias de negociação anteriores à data de realização da Assembleia Geral).

Caso, posteriormente à atribuição do direito e antes do seu exercício, se verifique a distribuição de dividendos, alteração do valor nominal das ações ou alteração do capital social da Sociedade, ou qualquer outra modificação na estrutura do capital da Sociedade com impacto na expressão económica dos direitos atribuídos, o número de ações que integra o PVMP é ajustado para um número a que corresponda um valor equivalente.

O número de ações é ainda corrigido ao longo do período de diferimento pelo grau de cumprimento de um KPI objetivo de médio prazo, de modo a garantir a continuidade do alinhamento com os objetivos de sustentabilidade do negócio a longo prazo. Este KPI consiste no retorno sobre o capital investido da Sociedade baseado nas contas consolidadas.

Na linha da afirmação de uma política de reforço do alinhamento dos Administradores Executivos com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade, a Comissão de Vencimentos poderá, a seu livre critério, graduar o percentual de desconto conferido aos Administradores Executivos na aquisição de ações, determinando uma comparticipação na aquisição de ações a suportar por aqueles em montante correspondente a uma percentagem do valor de cotação das ações, com o limite máximo de 5% do seu valor de cotação à data da transmissão dos títulos. Os demais colaboradores a quem tenha sido atribuído aquele direito, adquirem as ações nos termos das condições estabelecidas pelo Conselho de Administração de cada Sociedade.

6. Entrega pela Sociedade

No momento do exercício do direito de aquisição de ações atribuído no âmbito do PVMP, a Sociedade reserva-se o direito de entregar, em substituição das ações, o numerário equivalente ao seu valor de mercado à data do respetivo exercício.

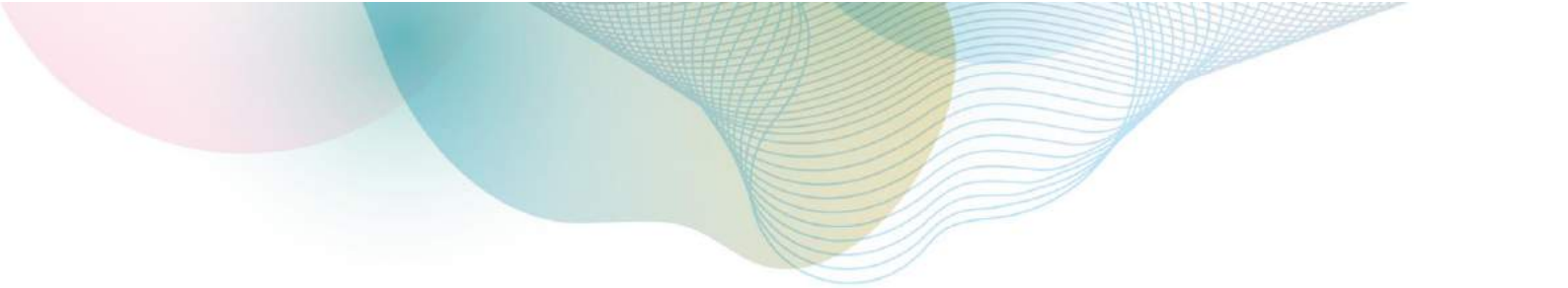
7. Vencimento do PVMP

O PVMP contempla um período de quatro anos, considerando o ano a que diz respeito e o período de diferimento de três anos.

8. Condições de Exercício do Direito

O exercício do direito de aquisição das ações atribuídas nos termos do Plano caduca se ocorrer a cessação do vínculo entre o membro e a Sociedade antes de decorrido o período do seu vencimento subsequente à sua atribuição, sem prejuízo do disposto nos parágrafos seguintes.

O direito manter-se-á em vigor no caso incapacidade permanente ou morte do administrador, sendo, neste caso, o pagamento efetuado ao próprio ou aos seus herdeiros na data do respetivo vencimento.



Em caso de reforma do membro o direito atribuído poderá ser exercido na respetiva data de vencimento.

Para garantia de efetividade e transparência dos objetivos da Política de Remuneração e Compensação foi estabelecido que os Administradores Executivos da Sociedade não devem celebrar contratos com a Sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções

A Sociedade não atribuiu remuneração variável baseada em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Os parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais encontram-se descritos supra no ponto 71.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, aprovados em assembleia geral

A Sonae não tem qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para Administradores e não há a atribuição de qualquer benefício não pecuniário relevantes.

IV – Divulgação das Remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade pagos pela Sociedade

A remuneração de cada um dos Administradores da Sonae, atribuída pela Sociedade, nos anos de 2017 e 2018, encontra-se descrita nas tabelas seguintes:

Detalhe individual	2017*				2018*			
	Remuneração Fixa	PVCP	PVMP	TOTAL	Remuneração Fixa	PVCP	PVMP	TOTAL
ADMINISTRADORES EXECUTIVOS								
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (1)	241.800	205.300	205.300	652.400	240.300	209.800	209.800	659.900
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (2)	276.800	219.800	219.800	716.400	275.300	224.600	224.600	724.500
Sub-total	518.600	425.100	425.100	1.368.800	515.600	434.400	434.400	1.384.400
ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS								
José Manuel Neves Adelino	66.900	-	-	66.900	66.900	-	-	66.900
Andrew Eustace Clavering Campbell	46.500	-	-	46.500	46.500	-	-	46.500
Christine Cross	48.500	-	-	48.500	48.500	-	-	48.500
Tsega Gebreyes	51.500	-	-	51.500	46.500	-	-	46.500
Marcelo Faria de Lima	51.400	-	-	51.400	51.400	-	-	51.400
Dag Johan Skattum(3)	46.500	-	-	46.500	18.750	-	-	18.750
Margaret Lorraine Trainer	54.500	-	-	54.500	54.500	-	-	54.500
Sub-Total	365.800			365.800	333.050			333.050
TOTAL	884.400	425.100	425.100	1.734.600	848.650	434.400	434.400	1.717.450

*Valores em euros.

(1) Remuneração referente a 2017 e 2018 reduzida proporcionalmente de modo a refletir antecipadamente o compromisso assumido para com a Sociedade durante os referidos anos.

(2) Auferiu também remuneração nas subsidiárias da Sociedade, tal como refletido no ponto 78.

(3) Cessou funções por renúncia comunicada ao mercado em junho de 2018, tendo sido remunerado até 31 de maio de 2018.

Planos do PVMP em aberto atribuídos a Administradores Executivos:

ADMINISTRADORES EXECUTIVOS	Plano (Ano de Desempenho)	Data de Atribuição	Data de Vencimento	Valor Vencido e Liquidado em 2018*	Valor dos Planos Abertos na Data de Atribuição* **	Valor dos Planos em Aberto a 31 de dezembro de 2018* **
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	2014	Março 15	Março 18	296.700	0	0
	2015	Março 16	Março 19		264.600	166.356
	2016	Março 17	Março 20		190.500	197.047
	2017	Março 18	Março 21		205.300	181.110
	Total			296.700	660.400	544.513
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	2014	Março 15	Março 18	264.603	0	0
	2015	Março 16	Março 19		333.100	248.728
	2016	Março 17	Março 20		340.100	342.781
	2017	Março 18	Março 21		361.900	300.390
	Total			264.603	1.035.100	891.899
TOTAL			561.303	1.695.500	1.436.412	

* Valores em euros.

**Calculado com base na cotação de fecho do último dia de negociação do exercício de 2018.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

A remuneração de cada um dos Administradores da Sonae, atribuída pelas sociedades dominadas e em relação de grupo, nos anos de 2017 e 2018, encontra-se descrita na tabela seguinte:

<i>Detalhe individual</i>	2017*				2018*			
ADMINISTRADORES EXECUTIVOS	Remuneração Fixa	PVCP	PVMP	TOTAL	Remuneração Fixa	PVCP	PVMP	TOTAL
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	-	-	-	-	-	-	-	-
Ángelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério	183.900	142.100	142.100	468.100	183.900	145.600	145.600	475.100
<i>Sub-total</i>	183.900	142.100	142.100	468.100	183.900	145.600	145.600	475.100
ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS								
José Manuel Neves Adelino	-	-	-	-	-	-	-	-
Andrew Eustace Clavering Campbell	-	-	-	-	-	-	-	-
Christine Cross	-	-	-	-	-	-	-	-
Tsega Gebreyes	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcelo Faria de Lima	-	-	-	-	-	-	-	-
Dag Johan Skattum**	-	-	-	-	-	-	-	-
Margaret Lorraine Trainer	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Sub-Total</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	183.900	142.100	142.100	468.100	183.900	145.600	145.600	475.100
<i>*Valores em euros.</i>								
<i>** Cessou funções por renúncia comunicada ao mercado em junho de 2018.</i>								

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios

A remuneração variável dos Administradores Executivos foi aferida de acordo com a avaliação de desempenho e a política de remuneração aprovada em Assembleia Geral de 3 de maio de 2018, detalhada no antecedente ponto 71 e espelhada no quadro de remunerações constante do ponto 77 supra.

O prémio pago sob a forma de participação nos lucros está contido no Prémio Variável de Curto Prazo constante do quadro apresentado supra no ponto 77.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-Administradores Executivos por cessação de funções

Não foram pagas nem são devidas remunerações a ex-Administradores Executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da Sociedade e nas práticas de mercado, não existindo qualquer remuneração variável.

O valor de remuneração fixa anual dos membros deste órgão no exercício de 2018 foi o seguinte:

Membro do Conselho Fiscal	2017*	2018*
Daniel Bessa Fernandes Coelho	13.900	13.900
Manuel Heleno Sismeiro	10.900	10.900
Maria José Martins Lourenço da Fonseca	10.900	10.900
Óscar José Alçada da Quinta (1)		
Total	35.700	35.700

*Valores em euros.

(1) Membro suplente

82. Remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas é constituída por um montante fixo:

Membros da Mesa da Assembleia Geral	2017*	2018*
Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão	7.500	7.500
Maria Conceição Henriques Fernandes Cabaços	2.500	2.500
Total	10.000	10.000

*Valores em euros.

V – Acordos com Implicações Remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem acordos celebrados com titulares do órgão de administração e/ou dirigentes, que estabeleçam direito a compensação por destituição sem justa causa, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis.

84. Referência à existência e descrição de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação do vínculo jurídico em caso de mudança de controlo da Sociedade

Não existem acordos celebrados com titulares do órgão de administração e/ou dirigentes, que estabeleçam direito a indemnização em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI – Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (“stock options”)

85. Identificação do plano e destinatários

O plano de atribuição de ações, com as condições definidas no ponto 73, integra a componente variável da remuneração, sendo seus destinatários os Administradores Executivos, bem ainda como colaboradores das empresas do Grupo, em termos a definir pelos respetivos Conselhos de Administração.

86. Caracterização do Plano

A caracterização do plano de atribuição de ações encontra-se feita nos pontos 71, 72 e 73.

A política de remuneração e compensação de órgãos sociais bem como o plano de atribuições de ações em vigor, foram aprovados na Assembleia Geral Anual realizada em 3 de maio de 2018, sob proposta da Comissão de Vencimentos em cumprimento do disposto no art.º 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho e das Recomendações V.2.1 e V.22 do Código de Governo da Sociedade IPCG 2018.

As deliberações da Assembleia Geral Anual em apreço podem ser consultadas em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

Os planos do PVMP dos Administradores Executivos da Sociedade, em curso em 2018, podem ser resumidos da seguinte forma:

	Total		
	Número de planos agregado	Número de Ações	Euros
Em aberto a 31.12.2017:	6	1.218.417	1.371.939
Movimento no ano:	0	101.449	-302.847
Atribuídos	2	378.203	425.100
Vencidos	-2	-400.869	-440.555
Cancelados/Extintos/Ajustados(1)	0	124.115	-287.392
Em aberto a 31.12.2018:	6	1.319.866	1.069.092

(1) Alterações no número de ações e de valor devido a distribuições de dividendos e aos efeitos dos KPIs de médio prazo e, no caso particular das alterações de valor, também por variações na cotação do título Sonae.

O presente quadro não inclui informação relativa aos planos de ações que possam ser atribuídos pela Sonaecom ou pela Sonae Sierra aos seus administradores.

Resumo dos planos do PVMP dos Administradores Executivos da Sociedade, com inclusão dos planos do PVMP dos Administradores Executivos dos negócios, por referência ao exercício de 2018:

Plano de Ações da Sonae em curso 2018	Período de Vencimento			A 31 de dezembro de 2018	
	Valor da Ação na data de Atribuição	Data de Atribuição	Data de Vencimento	Número agregado de participantes	Número de Ações
Plano 2015	1,278	março 2015	março 2018	18	0
Plano 2016	0,970	março 2016	março 2019	18	1.478.737
Plano 2017	0,906	março 2017	março 2020	19	1.839.375
Plano 2018	1,124	março 2018	março 2021	23	2.009.597

O presente quadro não inclui informação relativa aos planos de ações que possam ser atribuídos pela Sonaecom ou pela Sonae Sierra aos seus administradores.

87. Direitos de opção atribuídos para aquisição de ações (“stock options”) de que sejam beneficiários colaboradores e trabalhadores da empresa

Não existem direitos de opção para aquisição de ações (“stock options”) atribuídos.

88. Mecanismos de controlo da participação dos trabalhadores no capital

Não existe qualquer mecanismo de controlo da participação dos trabalhadores no capital social da Sociedade.



E - Transações com Partes Relacionadas

I - Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos de controlo de transações com partes relacionadas

A Sociedade pauta a realização de transações com partes relacionadas por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adoção voluntária de sistemas internos de *checks and balances*, designadamente processos de reporte ou de validação formal, em função do valor da transação em questão.

Neste sentido, a Sociedade tem procedimentos especificamente definidos para a prevenção de conflitos de interesses com um procedimento de interação entre a Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Comissão Executiva pelo qual são prestados os necessários esclarecimentos para salvaguarda de que a transação é realizada em condições normais de mercado.

90. Indicação das transações sujeitas a controlo em 2018

Em conformidade com o exposto no ponto 10, não existiram, durante o exercício de 2018, relações de natureza comercial, ou outra, significativa entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade. As transações não significativas realizadas enquadram-se no exercício da atividade da Sociedade e foram realizadas em condições de mercado e a par de transações realizadas com outras entidades contratantes nacionais e internacionais, em termos que se conformam com o precedente enquadrador da prática da Sociedade sob a supervisão do Conselho Fiscal, descritos em Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sociedade, como referido no ponto 92.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos valores mobiliários

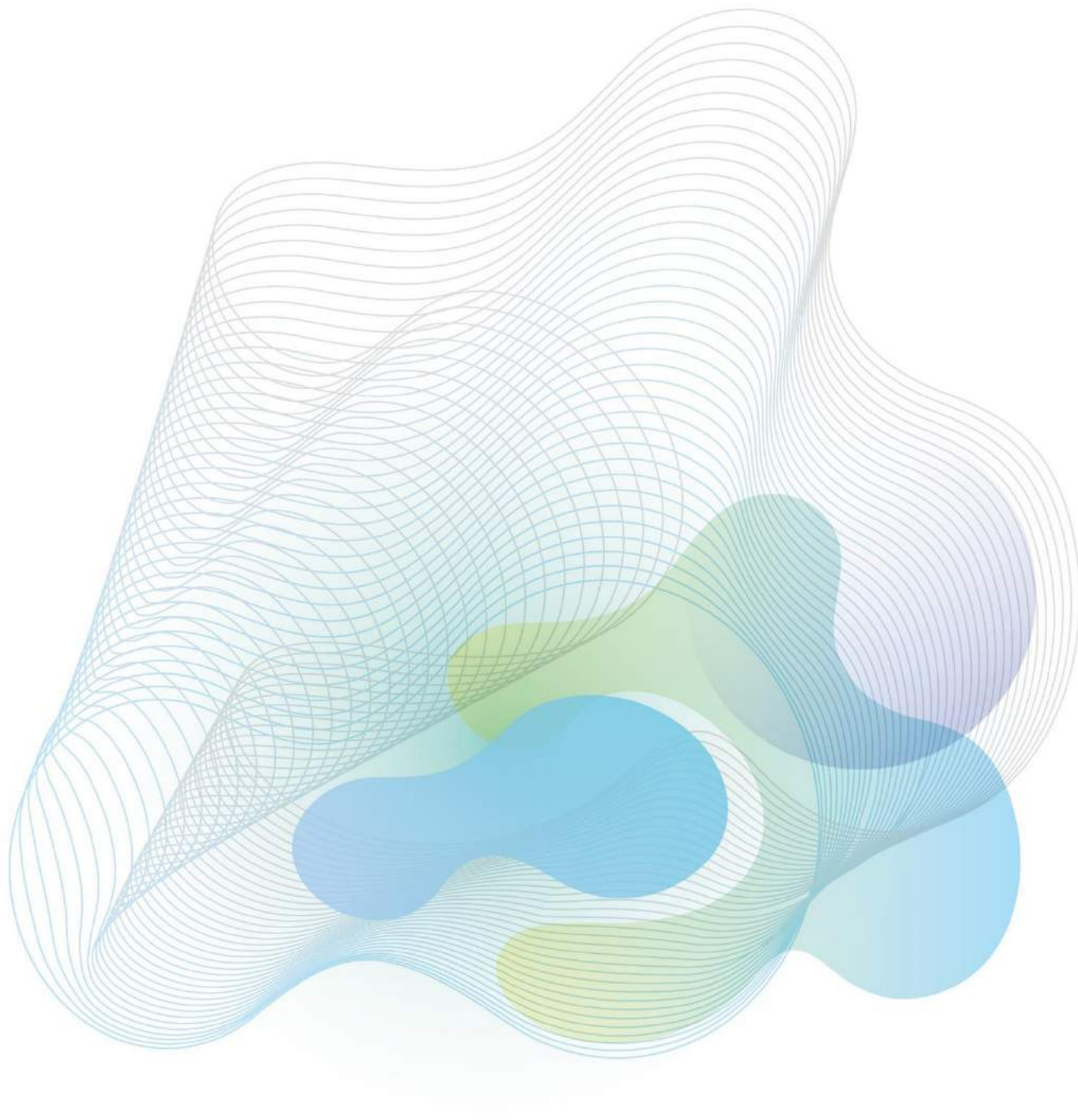
As transações com titulares de participações qualificadas ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários são formalmente submetidas ao parecer prévio da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal se de valor superior a 100 milhões de euros.

Adicionalmente, todas as transações com partes relacionadas em excesso de 10 milhões de euros são ainda objeto de reporte semestral a esses dois órgãos por parte do Secretário da Comissão Executiva.

II – Elementos relativos aos negócios

92. Informação sobre negócios com partes relacionadas

Os negócios com partes relacionadas, de acordo com o IAS 24, encontram-se descritos na nota 43 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2018.



Parte II:

Avaliação do Governo Societário

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado

O Relatório sobre o Governo da Sociedade fornece uma descrição da estrutura do governo, políticas e práticas observadas pela Sociedade, e cumpre as normas do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e os deveres de informação constantes do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 4/2013, de 1 de agosto, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, os termos de observância pela Sociedade das Recomendações CMVM integradas no Código de Governo das Sociedades IPCG 2018.

Este documento deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício social de 2018.

Foram cumpridos os deveres de informação exigidos pelo artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, pelos artigos 447º do Código das Sociedades Comerciais e art. 245º-A do Código dos Valores Mobiliários e pelo Regulamento n.º 7/2018 da CMVM.

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste Relatório estão disponíveis em www.cmvm.pt e em <https://cgov.pt/>.

Salvo onde for expressamente indicado o contrário, todas as remissões contidas neste Relatório devem ser consideradas por referência ao próprio.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

I – Parte Geral

Princípio geral:

O governo societário deve promover e potenciar o desempenho das sociedades, bem como do mercado de capitais, e sedimentar a confiança dos investidores, dos trabalhadores e do público em geral na qualidade e transparência da administração e da fiscalização e no desenvolvimento sustentado das sociedades.

I.1. Relação da Sociedade com os investidores e informação

Princípio:

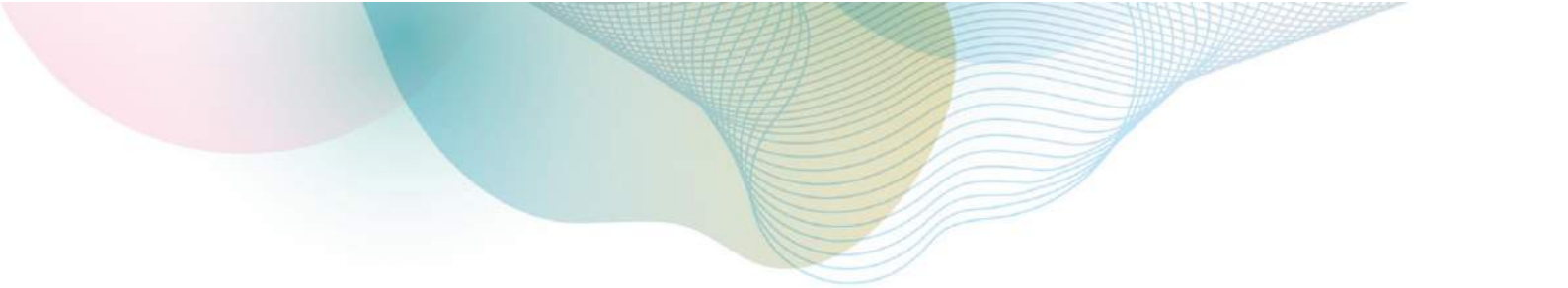
As sociedades e, em particular, os seus administradores devem tratar de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação.

Recomendações:

I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Sociedade tem na sua estrutura organizativa departamentos com competências específicas de produção, tratamento e divulgação tempestiva de informação aos seus órgãos sociais, acionistas, investidores e demais *stakeholders*, aos analistas financeiros e ao mercado em geral: o Departamento de Relações com Investidores e a Direção de Comunicação, Marca e Responsabilidade Corporativa, mais detalhadamente descritos no ponto 21 deste Relatório. O Departamento de Relações com Investidores tem como principais competências: i) assegurar a simetria de informação no mercado e o correspondente tratamento equitativo dos acionistas, investidores e demais *stakeholders*, com a produção e divulgação imediata de informação de natureza privilegiada, ii) garantir o cumprimento das obrigações periódicas de reporte financeiro, e iii) analisar, ativa e tempestivamente, a informação divulgada publicamente pelos analistas financeiros que acompanham a Sociedade, intervindo sempre que necessário no esclarecimento de informação imprecisa ou desatualizada que tenha sido prestada por tais analistas. A Direção de Comunicação, Marca e Responsabilidade Corporativa acompanha em permanência a informação divulgada nos órgãos



de comunicação social sobre a Sociedade, promovendo uma linha de comunicação transparente, atualizada e consistente com a atividade desenvolvida pela Sociedade para o público em geral.

1.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade

Princípio:

1.2.A As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respectivos órgãos de governo e a adoção de critérios de mérito individual nos respectivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas.

1.2.B As sociedades devem ser dotadas de estruturas decisórias claras e transparentes e assegurar a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões.

Recomendações:

1.2.1 As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil dos novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Sociedade aprovou, na Assembleia Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2015 a Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Órgãos de Administração e de Fiscalização em conformidade com os artigos 30º a 32º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), cujos termos cumprem os objetivos da recomendação. O teor integral da política está disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/assembleia-geral-extraordinaria-de-acionistas-16-dezembro-2015/>, estando descrita no ponto 15 deste Relatório.

1.2.2 Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos – nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros –, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração e as suas comissões internas, bem como o Conselho Fiscal dispõem de regulamentos internos que regem o exercício das suas competências e o quadro dos deveres dos seus membros, bem como o regime do seu funcionamento. De todas as respetivas reuniões são elaboradas atas. A composição desses órgãos e comissões, incluindo a respetiva presidência, encontra-se permanentemente disponível no website da Sociedade em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, estando descrita nos pontos 17, 18, 29, III a) e 31 deste Relatório.

O Regulamento do Conselho de Administração, onde se incluem os regulamentos das suas comissões internas, e o Regulamento do Conselho Fiscal encontram-se disponíveis, em versão portuguesa e inglesa, no website da Sociedade disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, tendo a Secretária da Sociedade o dever de zelar pelas atas das reuniões.

1.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização, e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Regulamento do Conselho de Administração, onde se incluem os regulamentos de funcionamento das comissões criadas pelo Conselho, bem como o Regulamento do Conselho Fiscal, encontram-se disponíveis, quer na versão portuguesa quer na versão inglesa, no website da Sociedade, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

I.2.4. A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio da Internet da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A composição do Conselho de Administração, incluindo das comissões internas por ele criadas, e do Conselho Fiscal estão permanentemente disponíveis, quer na versão portuguesa, quer na versão inglesa, no website da Sociedade em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

I.2.5. Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, bem como a adoção de uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Comissão de Ética, nomeada pelo Conselho de Administração e presidida por um administrador independente, tem como uma das suas principais missões verificar a existência de mecanismos internos de comunicação de irregularidades, assegurando que os mesmos observam as normas legais, designadamente em matéria de confidencialidade, do processo de tratamento da informação e da inexistência de represálias sobre os participantes (ver descrição no ponto 29 deste Relatório e https://www.sonae.pt/fotos/governo_sociedade/cod_etica_pt_int_1902_v03_16429220335c791fafa00ca.pdf).

O Conselho Fiscal, nos termos das suas competências e Regulamento disponível em https://www.sonae.pt/fotos/governo_sociedade/regulamento_conselho_fiscal_sonae_sgps_13468275185c127984e0846.pdf recebe as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros. Regista as comunicações de irregularidades que lhe forem endereçadas, promovendo, conforme entender adequado, as necessárias diligências junto da Administração, da auditoria interna e/ou externa ou junto de quaisquer outros e sobre as mesmas elabora o seu relatório e adota as medidas que entender convenientes à luz dos seus deveres funcionais. Com o mesmo propósito, recebe e analisa o relatório trimestral do Provedor e solicita ao mesmo todas as informações necessárias ao seu esclarecimento, bem como recebe as participações efetuadas junto da Comissão de Ética da Sociedade que consubstanciem a natureza de irregularidades sujeitas, nos termos legais e recomendatórios, à sua competência.

Compete ao Provedor, nos termos aprovados no Regulamento do Conselho de Administração, disponível em https://www.sonae.pt/fotos/governo_sociedade/regulamento_ca_clean_04_05_2015_v2_41886807157ce90640173a.pdf receber, analisar e dar resposta às participações que envolvam colaboradores, clientes ou fornecedores e outros prestadores de serviços, bem como remetê-las para os órgãos competentes.

A Sociedade disponibiliza contactos permanentes para participações de irregularidades ao Conselho Fiscal (ver ponto 49 deste Relatório), à Comissão de Ética e ao Provedor (ver ponto 29 deste Relatório). Os contactos estão disponíveis em <https://www.sonae.pt/pt/sonae/contactos/>.

I.3 Relação entre os órgãos da sociedade

Princípio:

Os membros dos órgãos sociais, mormente os administradores, deverão criar as condições para que, na medida das responsabilidades de cada órgão, seja assegurada a tomada de medidas ponderadas e eficientes e, de igual modo, para que os vários órgãos da sociedade actuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respectivas funções.

Recomendações:

I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração

executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Presidente do Conselho de Administração, os presidentes das comissões constituídas, e bem assim o Administrador Sénior Independente, asseguraram atempada e adequadamente, o fluxo de informação necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões, agilizando os necessários recursos para a disponibilização das convocatórias, atas e documentação de suporte às decisões tomadas, em conformidade com o disposto no Regulamento do Conselho de Administração disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

1.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

É disponibilizada a todos os membros do Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho Fiscal a informação referida nesta recomendação.

Adicionalmente, e em virtude do Presidente do Conselho de Administração integrar a Comissão Executiva como Co-Presidente, foi designado pelo Conselho de Administração um Administrador Não Executivo Sénior Independente, que, nos termos do Regulamento do Conselho de Administração e de acordo com as melhores práticas de governo societário assegura, atempada e adequadamente, o fluxo de informação necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos órgãos sociais e comissões.

1.4 Conflitos de interesses

Princípio:

Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade. Deve garantir-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão.

Recomendações:

1.4.1. Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respetivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA


A política de prevenção de conflito de interesses aprovada e o Regulamento do Conselho de Administração estabelecem mecanismos internos relativos a potenciais conflitos de interesses envolvendo membros do Conselho de Administração, incluindo comissões internas e colaboradores. A política estabelece uma obrigação de reporte imediato de qualquer situação real ou potencial de conflito de interesses ao respetivo órgão.

O Regulamento do Conselho de Administração, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, impõe a imediata comunicação ao órgão da existência de qualquer facto que possa constituir ou dar causa a um conflito de interesses, bem como de qualquer circunstância que afete a sua independência e isenção.

1.4.2. Deverão ser adoptados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A política de prevenção de conflitos de interesses e o Regulamento do Conselho de Administração, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, adotados pela Sociedade, determinam que o membro em conflito de interesses relativamente a qualquer ponto da agenda de uma reunião do órgão social ou comissão



especializada não interferirá no processo de decisão sem prejuízo do dever de prestação de informação e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.

1.5. Transações com partes relacionadas

Princípio:

Pelos potenciais riscos que comportam, as transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização.

Recomendações:

1.5.1. O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Sonae aprovou e tem em prática um procedimento interno formal incorporado no Regulamento do Conselho de Administração e no Regulamento do Conselho Fiscal, que determina a obtenção de pareceres prévios do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria e Finanças necessários à realização pela Comissão Executiva de negócios com acionistas titulares de participações qualificadas ou com partes relacionadas, quando tais transações envolvam montante superior ao fixado naqueles Regulamentos. Todas as transações com as entidades referidas que atinjam o valor determinado nos referidos Regulamentos são objeto de reporte semestral ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças.

1.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação 1.5.1.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Todas as transações com valor superior ao fixado no Regulamento do Conselho de Administração e no Regulamento do Conselho Fiscal, são objeto de reporte semestral ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças.

II – Acionistas e Assembleia Geral

Princípios:

II.A O adequado envolvimento dos acionistas no governo societário constitui um factor positivo de governo societário, enquanto instrumento para o funcionamento eficiente da sociedade e para a realização do fim social.

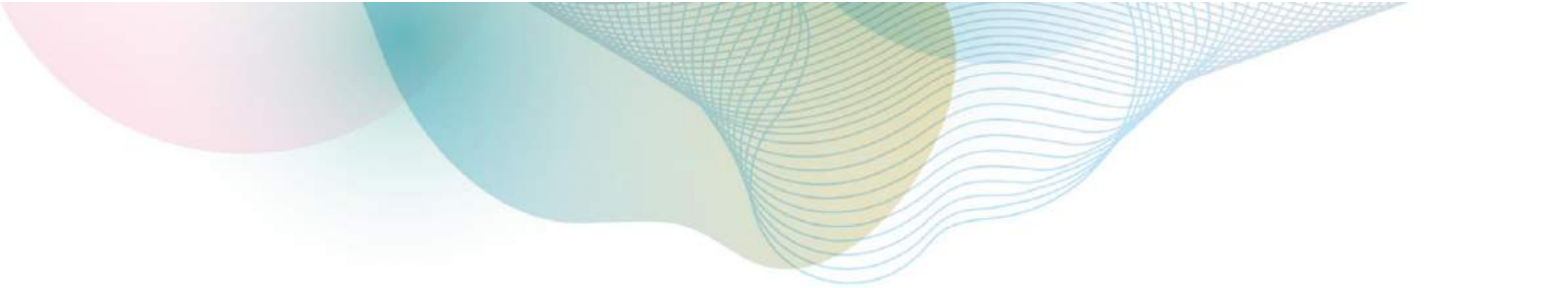
II.B A sociedade deve promover a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões societários e de reflexão sobre a sociedade.

II.C A sociedade deve ainda permitir a participação dos acionistas na Assembleia Geral por meios telemáticos, o voto por correspondência e, em particular, o voto electrónico, salvo quando tal se mostre desproporcional tendo em conta, designadamente, os custos associados.

Recomendações:

II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA



A Sociedade incentiva os seus acionistas à participação nas Assembleias Gerais, atribuindo a cada ação um voto, e não limitando o número de votos que podem ser detidos ou exercidos por cada acionista.

II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem quórum deliberativo superior ao legalmente previsto.

II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via electrónica.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Sociedade coloca à disposição dos acionistas os meios necessários ao exercício do voto por correspondência postal e por via eletrónica.

Adicionalmente, a Sociedade disponibiliza no seu endereço eletrónico, desde a data da convocatória de cada Assembleia Geral, documentos-tipo destinados a facilitar o acesso à informação necessária à emissão das comunicações a efetuar pelos acionistas para assegurar a sua presença na Assembleia Geral, bem como faculta um endereço eletrónico dedicado à ágil comunicação entre os acionistas e o Presidente da Mesa, e afeta uma equipa de trabalho interna de apoio aos trabalhos da Mesa da Assembleia Geral e dos acionistas.

II.4. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Sociedade coloca à disposição dos acionistas os meios necessários ao exercício do voto por correspondência postal e por via eletrónica, considerando, pela experiência recolhida até à data, que o uso de meios telemáticos não constitui um fator de acréscimo de afluência e participação acionista, sendo o esforço da sua implementação ponderado nos termos do princípio insíto *supra* em II.C, desproporcionado face à escassez do seu resultado.

II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem qualquer limitação ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista.

II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Sociedade não adota unilateralmente políticas que tenham por efeito qualquer uma das restrições elencadas na recomendação. Os contratos celebrados pela Sociedade refletem a defesa do interesse social tendo em vista a sustentabilidade dos negócios a longo prazo no enquadramento das condições de mercado.

III – Administração não executiva e fiscalização

Princípios:

III.A Os membros de órgãos sociais com funções de administração não executiva e de fiscalização devem exercer, de modo efetivo e criterioso, uma função fiscalizadora e de desafio à gestão executiva para a plena realização do fim social, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade.

III.B A composição do órgão de fiscalização e o conjunto dos administradores não executivos devem proporcionar à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.

III.C. O órgão de fiscalização deve desenvolver uma fiscalização permanente da administração da sociedade, também numa perspetiva preventiva, acompanhando a atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para a sociedade.

Recomendações:

III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (lead independent director) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Em virtude de, ao longo do mandato, o Presidente do Conselho de Administração ter exercido funções executivas enquanto Co-Presidente da Comissão Executiva foi, por deliberação tomada em reunião do Conselho de Administração de 4 de maio de 2015, nomeado como Administrador Não-Executivo Sénior Independente José Manuel Neves Adelino. Este Administrador Não-Executivo Sénior Independente, com a responsabilidade de, ao abrigo do disposto no n.º2 do artigo 1.º e do artigo 13.º do Regulamento do Conselho de Administração (disponível na página de Internet da Sociedade - <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>) coordenar o exercício dos trabalhos dos membros não-executivos que integram o Conselho de Administração e suas comissões internas; garantir a existência das condições necessárias para que estes possam exercer as suas funções de forma independente e informada; e assegurar a existência do necessário fluxo de informação indispensável ao cabal cumprimento das respetivas competências legais e estatutárias.

III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

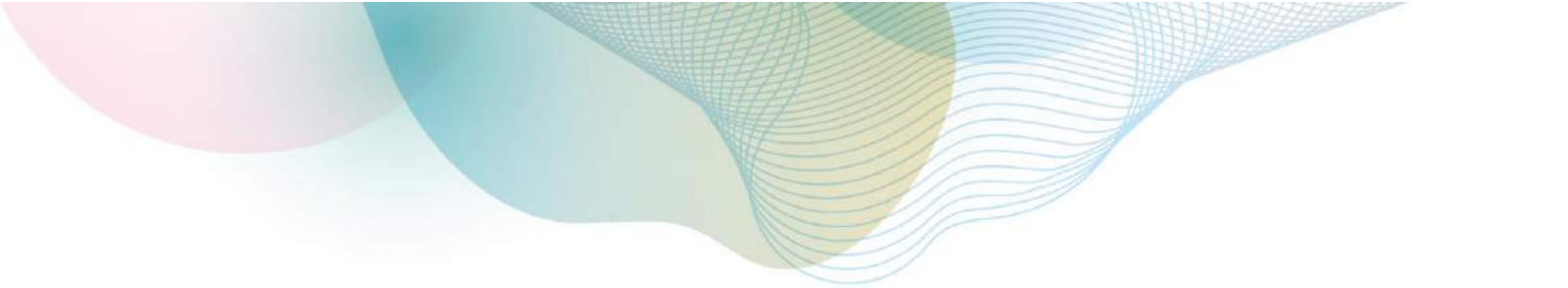
O número de membros não-executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgãos de fiscalização (tal como detalhados nos pontos 18, III, a), respetivamente deste Relatório) cumpre com a presente recomendação.

III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração é composto por um total de 8 membros, dos quais 6 são não executivos (ver ponto 18).

III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- 
- i. *Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;*
 - ii. *Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;*
 - iii. *Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;*
 - iv. *Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;*
 - v. *Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;*
 - vi. *Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração é integrado por seis membros não-executivos independentes, que cumprem os critérios de independência desta recomendação (ver ponto 18).

A manutenção das condições de independência é aferida periodicamente, estando os Administradores independentes vinculados à comunicação imediata da ocorrência de qualquer facto que determine a perda daquela qualidade.

III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

Por referência ao mandato terminado em 31/12/2018 não existe no Conselho de Administração nenhum membro cuja independência esteja qualificada ao abrigo do período de *cooling-off* estabelecido nesta recomendação (ver pontos 17 e 18 deste Relatório).

III.6. Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.


RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Os Administradores Não-Executivos exercem, de forma independente, a supervisão permanente da atividade da Comissão Executiva, desempenhando um papel de grande importância e influência no processo de tomada de decisão estruturante, nomeadamente na definição e implementação da estratégia corporativa, quer enquanto membros do Conselho de Administração, quer enquanto membros das comissões especializadas cuja composição integram (Comissão de Auditoria e Finanças e Comissão de Nomeação e Remunerações) – ver ponto 29 deste Relatório.

III.7. O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

O modelo de governo adotado não inclui Conselho Geral e de Supervisão.



III.8. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração assegura proactivamente o sistema de controlo interno e de gestão de riscos. O Conselho Fiscal avalia a eficácia daqueles sistemas, propondo as medidas de otimização que entender necessárias e pronunciando-se sobre os mesmos no seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas, disponíveis em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

III.9. As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração instituiu duas comissões internas especializadas que exerceram continuamente as suas atribuições ao longo de todo o mandato, com o propósito de assessorar e reforçar a qualidade da sua atividade. Encontram-se instituídas a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeação e Remunerações, cujas competências se encontram descritas neste Relatório (ver ponto 29).

III.10. Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Os sistemas de gestão de riscos, controlo interno e de auditoria interna cumprem integralmente esta recomendação (ver pontos 21, 50 a 55 e 69.3 deste Relatório).

III.11. O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho Fiscal estabelece com a auditoria interna o plano de ações a desenvolver, supervisiona a sua atividade, recebe consistentemente reporte periódico da atividade desenvolvida, avalia os resultados e conclusões apuradas, afere da existência de eventuais irregularidades e emite as diretrizes que entender por convenientes (ver ponto 38 deste Relatório).

O Conselho Fiscal avalia a eficácia dos sistemas internos de controlo e gestão de riscos, propondo as medidas de otimização que entender necessárias e pronunciando-se sobre os mesmos no seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

III.12. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detecção de potenciais irregularidades.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho Fiscal estabelece com a auditoria interna o plano de ações a desenvolver, supervisiona a sua atividade, aferindo da sua adequação em termos de meios e objetivos, é destinatário de reporte periódico da atividade desenvolvida, nomeadamente no que se refere à informação financeira e de prestação de contas, prevenção de conflitos de interesses e aferição da existência de eventuais irregularidades, bem como avalia os resultados e conclusões apuradas e emite as diretrizes que entender por convenientes (ver ponto 38).

IV – Administração Executiva

Princípios:

IV.A Como forma de aumentar a eficiência e a qualidade do desempenho do órgão de administração e o adequado fluxo de informação para este órgão, a gestão corrente da sociedade deve pertencer a administradores executivos com as qualificações, competências e a experiência adequadas à função. À administração executiva compete gerir a sociedade, prosseguindo os objectivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

IV.B Na determinação do número de administradores executivos, devem ser ponderadas, além dos custos e da desejável agilidade de funcionamento da administração executiva, a dimensão da empresa, a complexidade da sua atividade e a sua dispersão geográfica.

Recomendações:

IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Regulamento do Conselho de Administração disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> e a política de conflitos de interesses em vigor determinam que o exercício, por qualquer membro do Conselho de Administração, de cargo social ou atividade significativa fora do Grupo que não tenha sido autorizada em Assembleia Geral, deve ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração mediante parecer para o efeito emitido pela Comissão de Nomeação e Remunerações (ver ponto 29 deste Relatório – Comissão de Nomeação e Remunerações)

IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a administração quotidiana da Sociedade, cujas competências se encontram descritas neste Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade (ver pontos 27 e 28). As competências do Conselho de Administração não delegadas encontram-se, igualmente, descritas neste Relatório e observam as regras constantes desta recomendação (ver ponto 27.1).

IV.3. O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.


RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração fixa os objetivos em matéria de assunção de riscos, e assegura a sua contínua monitorização (ver pontos 21, 50 a 55 e 69.3 deste Relatório).

IV.4. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração assegura proativamente o sistema de controlo interno e de gestão de riscos. O Conselho Fiscal avalia a eficácia daqueles sistemas, supervisionando e propondo as medidas de otimização que entender necessárias, atuando, nomeadamente, em interface com o Conselho de Administração através, nomeadamente da Comissão de Auditoria e Finanças, e pronunciando-se sobre a sua atuação no seu relatório e parecer anuais,



disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/> (ver ponto 38 deste Relatório).

V – Avaliação do desempenho, remunerações e nomeações

V.1. Avaliação anual de desempenho

Princípio:

A sociedade deve promover a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio.

Recomendações:

V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A avaliação de desempenho do órgão de administração é realizada de acordo com os princípios, valorimetrias e regras estabelecidos na Política de Remunerações apresentada pela Comissão de Vencimentos e aprovada anualmente pela Assembleia Geral.

A Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral, é responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos acionistas de acordo com a Política de Remunerações aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral. A Comissão de Nomeação e Remunerações apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de avaliação de desempenho e de proposta de remuneração dos Administradores Executivos (ver pontos 24, 29, 66 e 67 deste Relatório).

V.1.2. O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências, tal como descritas no ponto 38.1 deste Relatório tendo, em conformidade, e de acordo com o disposto no Regulamento do Conselho Fiscal, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, procedido à fiscalização da administração da sociedade de acordo com as melhores práticas de governo societário e com respeito pelas suas competências, do cumprimento do plano estratégico, da gestão de riscos e das demais responsabilidades que lhe estão atribuídas, incluindo as decorrentes dos princípios de interação entre o órgão de fiscalização e de administração com vista à prevenção de situações de conflito de interesses. O Conselho Fiscal não emitiu qualquer parecer nem levou a cabo qualquer advertência relativa ao cumprimento do plano estratégico e do orçamento, tendo atuado de acordo com as regras legais que determinam a sua competência, capacidade e dever de intervenção.

V.2. Remunerações

Princípio:

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas — tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação

económica e a do mercado — e constituir um factor de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de promoção do mérito e de transparência na sociedade.

Recomendações:

V.2.1. A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

As remunerações são fixadas pela Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral de Acionistas. Os três membros integrantes da Comissão de Vencimentos são independentes, atuando nessa qualidade, e estando assim, reunidas as necessárias condições de independência na atuação dos membros e na tomada de deliberações pelo órgão. Todos os membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e relevante experiência em matéria de política de remunerações.

V.2.2. A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respectivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respectivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou ações da própria sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A declaração sobre a política de remunerações foi apresentada à Assembleia Geral Anual de 3 de maio de 2018 e integra a informação referida nesta recomendação.

A declaração sobre a política de remunerações encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.


V.2.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente:

- i. A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;*
- ii. As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;*
- iii. O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;*
- iv. Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;*
- v. Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excecionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;*
- vi. Informações quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A declaração sobre a política de remunerações apresentada à Assembleia Geral Anual integra a informação referida nesta recomendação. Não são exigíveis pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis.

A declaração sobre a política de remunerações encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.



V.2.4. Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respectiva cessação de funções.

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

Não são exigíveis pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de Administradores, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis. Adicionalmente a política de remunerações aprovada não estabelece qualquer sistema de benefícios de reforma.

V.2.5. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Comissão de Vencimentos está alinhada com a presente recomendação.

V.2.6. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respectivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Comissão de Vencimentos tem por política que a contratação de consultores para apoio ao desempenho das suas funções deverá incidir sobre consultores de reputada competência e presença internacional, sendo a independência destes últimos assegurada, quer pela autonomia face ao Conselho de Administração, à Sociedade e ao Grupo, quer por um perfil de larga experiência e reconhecimento do mercado (ver ponto 67).

V.3. Remuneração dos Administradores

Princípio:

Os administradores devem receber uma compensação:

- (i) que remunere adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade;*
- (ii) que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas, bem como de outros que estes expressamente definam; e*
- (iii) que premeie o desempenho.*

Recomendações:

V.3.1. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

As componentes da remuneração encontram-se descritas na Política de Remuneração apresentada à aprovação da Assembleia Geral Anual e que encontra disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>, e descrita nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

A política de remuneração contempla uma relação expressa entre a componente fixa e a variável adequada ao perfil da Sociedade e do Grupo, tal como considerada pelos acionistas, que anualmente a aprovam em Assembleia Geral.

V.3.2. *Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A política de remuneração aprovada em Assembleia Geral Anual realizada a 3 de maio de 2018 (disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>), tal como proposta pela Comissão de Vencimentos, respeita o período contido na presente recomendação e o seu valor depende do desempenho da Sociedade ao longo desse período, conforme descrito nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

V.3.4. *Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.*

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

A política de remuneração aprovada não integra atribuição de opções.

V.3.5. *A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A remuneração dos membros não-executivos do Conselho de Administração é constituída, exclusivamente, por um valor fixo, sem qualquer conexão com o desempenho da Sociedade ou o seu valor.

A Política de Remuneração encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>, e descrita nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

V.3.6. *A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A política de remuneração aprovada na Assembleia Geral Anual realizada a 3 de maio de 2018, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>, incorpora o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos Administradores, ou aos membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

V.4. Nomeações

Princípio:


V.4. *Independentemente do modo de designação, o perfil, conhecimentos e currículo dos membros dos órgãos sociais e dos quadros dirigentes devem adequar-se à função a desempenhar.*

Recomendações:

V.4.1. *A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar para cada candidato.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Sociedade aprovou na Assembleia Geral Extraordinária realizada a 16 de dezembro de 2015 uma Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização nos termos e para os efeitos dos artigos 30º a 32º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aplicável à Sociedade em virtude de esta ser detentora da maioria do capital social e direitos de voto da sociedade financeira



Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/assembleia-geral-extraordinaria-de-acionistas-16-dezembro-2015/> que cumpre com a presente recomendação.

V.4.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração constituiu uma comissão interna especializada nesta matéria, a Comissão de Nomeação e Remunerações (CNR), com as competências em matéria de nomeações descritas neste Relatório (ver ponto 29).

V.4.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Comissão de Nomeação e Remunerações é constituída por uma maioria de membros não-executivos independentes, tal como detalhado neste Relatório (ver ponto 29).

V.4.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O regulamento de funcionamento da Comissão de Nomeação e Remunerações integra o Regulamento do Conselho de Administração e pode ser consultado na página de internet da Sociedade disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

A Comissão de Nomeação e Remunerações tem as funções descritas neste relatório (ver ponto 29) que cumprem a presente recomendação, e, em particular, tem à sua disposição, em partilha com a Comissão de Vencimentos, a possibilidade de recurso a serviços de entidades externas especializadas, cuja independência, idoneidade e competência são reconhecidas pelo mercado.

VI – Gestão de Risco

Princípio:

Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade deverá instituir um sistema de gestão e controlo de risco e de auditoria interna que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

Recomendações:

VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração determina o plano estratégico e a política de risco da sociedade, definindo e monitorizando a presença de níveis de risco considerados aceitáveis. A Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) reporta ao Conselho de Administração, numa base regular, as ações desenvolvidas e as conclusões apuradas e propõe os planos de ação a desenvolver, com vista a assegurar, de forma proativa, o controlo interno e o sistema de gestão de riscos da Sociedade (ver ponto 29 deste Relatório).

VI.2. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência

dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adoptar tendo em vista a respetiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Encontram-se instituídos pelo Conselho de Administração sistemas internos de controlo de risco com as componentes adequadas (ver pontos 50 a 55 deste Relatório).

VI.3. A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração tem instituído um sistema de avaliação permanente do desempenho do sistema de gestão de risco, adequado a agilizar a adaptação a novas circunstâncias ou contingências (ver pontos 38.1 A e B, 50 a 52 e 54 a 55 deste Relatório).

VII – Informação Financeira

VII.1. Informação Financeira

Princípios:

VII.A. O órgão de fiscalização deve, com independência e de forma diligente, assegurar-se de que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro, para a gestão de riscos, para o controlo interno e para a auditoria interna.

VII.B. O órgão de fiscalização deve promover uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas.

Recomendações:

VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Regulamento Interno do Conselho Fiscal, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, contempla estas responsabilidades.

VII.2. Revisão Legal de Contas e Fiscalização

Princípio:

Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre a forma de seleção e relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas, e sobre a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.

Recomendações:

VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir:

- i. Os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas;*
- ii. A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas;*
- iii. Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas;*
- iv. Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Regulamento do Conselho Fiscal, disponível no website da Sonae em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> define as competências do Conselho Fiscal onde se incluem os pontos constantes desta Recomendação.

VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

É da competência do Conselho Fiscal propor a designação e a destituição, aprovar a remuneração e supervisionar a atividade e a independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como rececionar primordialmente os seus relatórios, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e das normas de funcionamento constantes do Regulamento do Conselho Fiscal, disponível no website da Sonae – <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A avaliação da atividade desenvolvida pelo Revisor Oficial de Contas pode ser consultada na informação constante do Relatório Anual e Parecer do Conselho Fiscal.

VII.2.4. O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

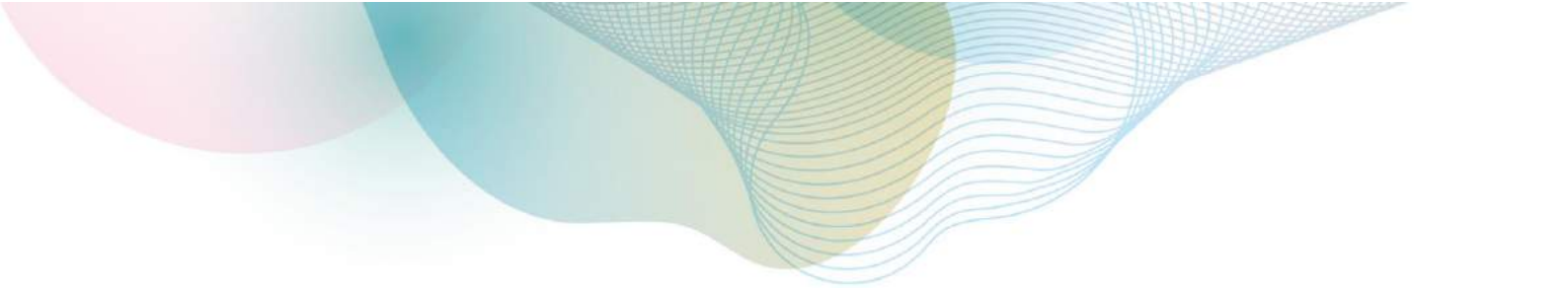
O Revisor Oficial de Contas pronunciou-se sobre a atividade por si desenvolvida no exercício de 2018 nos termos do seu relatório anual de auditoria sujeito a apreciação da Assembleia Geral Anual de Acionistas e disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

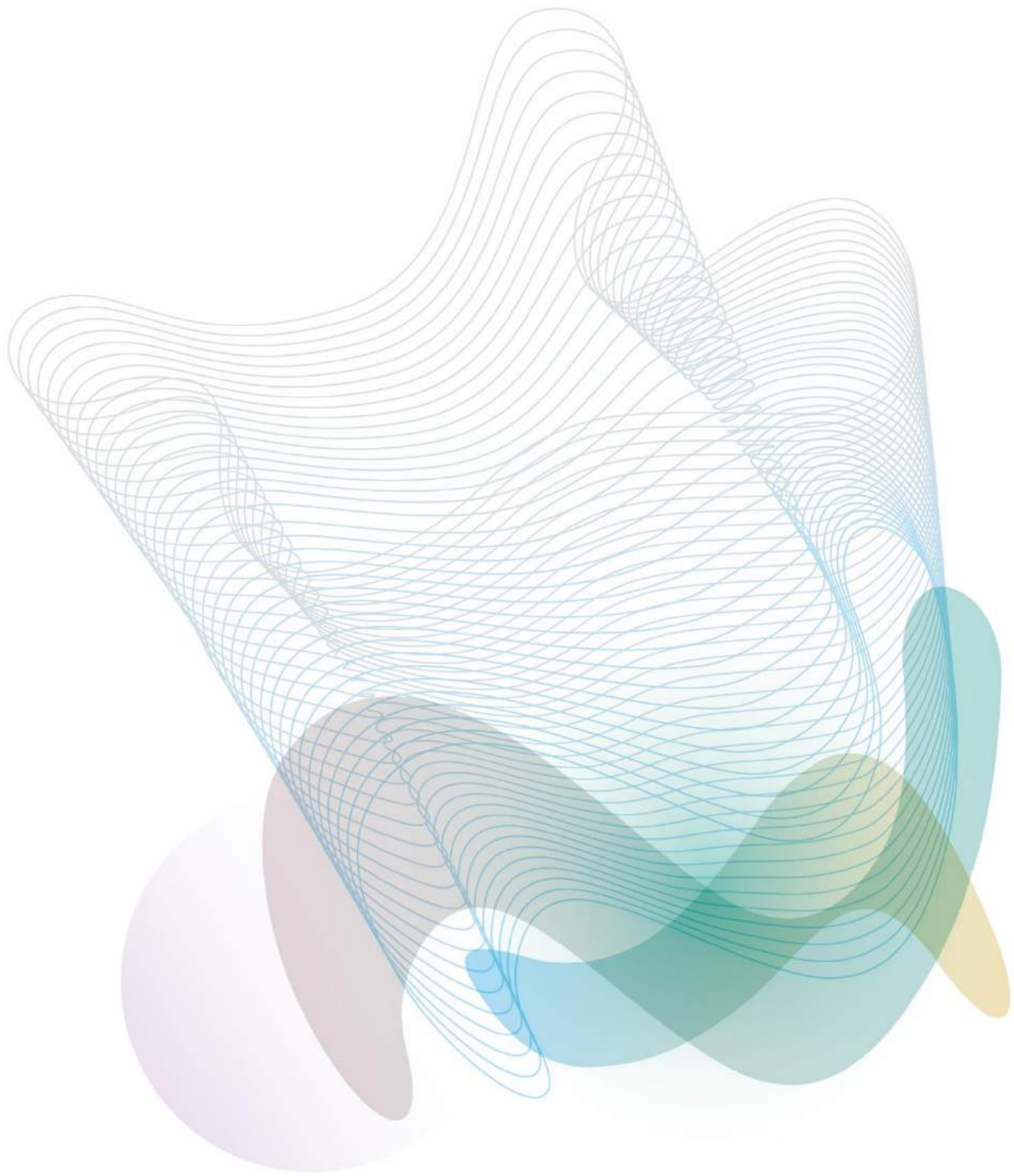
VII.2.5. O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Revisor Oficial de Contas declara-se alinhado com o conteúdo desta Recomendação.

É da competência do Conselho Fiscal supervisionar a atividade do Revisor Oficial de Contas e rececionar primordialmente os seus relatórios, interagindo diretamente com ele nos termos das suas competências e das normas de funcionamento constantes do Regulamento do Conselho Fiscal, disponível no website da Sonae – <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.





Anexo I

1. Conselho de Administração

1.1. Qualificações profissionais e elementos curriculares

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	
Data de Nascimento	31 de dezembro de 1965
Curriculum Académico	
1986	Licenciatura em Engenharia Química - École Polytechnique Fédérale de Lausanne
1989	Mestrado em Gestão de Empresas - MBA – Porto Business School
Formação Executiva	
1994	Executive Retailing Program - Babson College
1996	Strategic Uses of Information Technology Program - Stanford Business School
2002	Breakthrough Program for Senior Executives - IMD Lausanne
2008	Proteus Programme - London Business School
2012	Corporate Level Strategy – Harvard Business School
Experiência Profissional	
	Grupo Sonae
1988-1990	Gestor de Projeto e Analista Novos Investimentos na Sonae Tecnologias de Informação
1990-1993	Gestor de Projeto de Desenvolvimento Organizativo e Diretor Comercial para Portugal de Novos Negócios na Sonae Indústria, SGPS, SA (Painéis Derivados de Madeira)
1993-1996	Diretor de Planeamento e Controlo Estratégico e de Desenvolvimento Organizativo na Sonae Investimentos - SGPS, SA (atualmente Sonae - SGPS, SA)
1996-1998	Membro Executivo do Conselho de Administração da Modelo Continente Hipermercados, SA (Merchandising, IT e Marketing Retalho)
1998-2000	Presidente da Comissão Executiva da Optimus - Telecomunicações, SA (Operador Móvel)
2000-Abril 2007	Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae - SGPS, SA
2000-2007	Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, SA
2002-2007	Presidente do Conselho Geral do Público - Comunicação Social, SA
2003-2007	Presidente do Conselho Geral da Glunz, AG
2004-2007	Presidente do Conselho de Administração da Tableros de Fibras, SA (Tafisa)
2007-2014	Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
2007-Abril 2015	Presidente da Comissão Executiva da Sonae - SGPS, SA
2007-Março 2015	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA
2007-2018	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA)
2008-2014	Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, SA
2009-2013	Presidente do Conselho de Administração da Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA
2010-2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA
2010-Janeiro 2019	Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA (atualmente Modelo Continente, SGPS, SA)
2013-2018	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Center Serviços II, SA (atualmente Sonae MC, Serviços Partilhados, SA)
Desde Maio 2007	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA
Desde Março 2015	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA
Desde Março 2015	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA
Desde Abril 2015	Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO da Sonae - SGPS, SA
Desde Maio 2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Arauco Portugal, SA
Desde 2018	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA
Outras Entidades	
2001-2002	Presidente da Apritel - Associação dos Operadores de Telecomunicações
2001-2008	Membro do Conselho Geral Porto Business School

2004-2011	Membro do Conselho Geral do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance
2006-2013	Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música
2008-2009	Membro do Conselho Geral da AEP - Associação Empresarial de Portugal
2009-2014	Membro do Conselho de Curadores da AEP - Associação Empresarial de Portugal
2009-2015	Presidente do Conselho de Curadores da Universidade do Porto
2012-2015	Membro da Direção da Cotec
2012-2017	Membro do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo
Desde 2008	Membro do ERT - European Round Table of Industrialists
Desde 2013	Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz SE
Desde 2015	Membro do Consejo Iberoamericano para la Productividad y la Competitividad

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Data de Nascimento

14 de setembro de 1959

Curriculum Académico

1982	Licenciado em Engenharia Civil - FEUP
1988-1989	Mestrado em Gestão de Empresas – MBA (Porto Business School)

Experiência Profissional

1982-1984	Projetista de Estruturas na Tecnopor (Engenharia Civil)
1984-1989	Técnico Superior na EDP (Energia)
1989-1991	Diretor do Projeto de Televisão na Sonae Tecnologias de Informação, SA
1989-2007	Membro do Conselho de Administração da Modelo Continente Hipermercados, SA
1991-1994	Diretor de Planeamento e Controlo de Gestão na Sonae Investimentos - SGPS, SA (atualmente Sonae - SGPS, SA)
1994-1996	Administrador de várias empresas da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA) - Retalho
1996-2007	CFO da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA)
1996-2007	Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA
2000-2007	Membro Executivo do Conselho de Administração, CFO e Presidente da Comissão de Finanças da Sonae - SGPS, SA
2004-2009	Membro do Conselho de Administração da MDS - Corretor de Seguros, SA
2005-2016	Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Investments BV
2006-2016	Membro Executivo do Conselho de Administração da Sontel BV
2007-Abril 2015	Vice-Presidente Executivo da Sonae - SGPS, SA
2007-Março 2018	Membro do Conselho de Administração da MDS, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração desde outubro de 2014)
2010-2016	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA (Fusão Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA)
2010-2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonaerp – Retail Properties, SA
2010-2016	Presidente do Conselho de Administração da MDS Auto, Mediação de Seguros, SA
2010-2016	Membro do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa
2010-2018	Membro do Conselho de Administração da Sonae Center Serviços II, SA (atualmente Sonae MC – Serviços Partilhados, SA)
2011-2015	Membro do Conselho Superior do Porto Business School
2012-2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom – Serviços Partilhados, SA
2013-2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonae RE, SA
2013-2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA
Desde 2007	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA
Desde 2007	Membro do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA) (Presidente do Conselho de Administração desde outubro 2018)
Desde 2007	Presidente Executivo do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
Desde 2007	Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SA

Desde 2007	Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração do Público – Comunicação Social, SA
Desde 2009	Presidente Executivo do Conselho de Administração da Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA (atualmente Modelo Continente, SGPS, SA)
Desde 2012	Membro Executivo do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, SA
Desde 2013	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA
Desde 2014	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Financial Services, SA (com funções atuais não executivas)
Desde Abril 2015	Co-CEO da Sonae - SGPS, SA
Desde 2016	Presidente do Conselho de Administração da SFS, Gestão e Consultoria, SA
Desde 2018	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Iberian Sports Retail Group, S.L.
Desde 2018	Presidente do Conselho de Administração da Sonaecenter, Serviços, SA
Desde 2018	Membro do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA

José Manuel Neves Adelino

Data de Nascimento

19 de março de 1954

Curriculum Académico

1976	Licenciatura em Finanças, Universidade Técnica de Lisboa
1981	DBA, Finance, Kent State University

Experiência Profissional

1978-1981	Professor convidado, Kent State University
1981-1986	Membro do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1981-2012	Professor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1986-1989	Professor convidado, Universidade Católica Portuguesa
1987-1989	Professor convidado, Bentley College
1988	Professor convidado, ISEE
1990-1996	Diretor, Programa MBA e Programa Executivo, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1992-1994	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração, BPA
1994-2002	Membro do Conselho de Gestão do Fundo de Garantia de Depósitos
1999-2002	Diretor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1999-2004	Membro do Conselho Consultivo Global da Sonae - SGPS, SA
2003-2006	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e Presidente da Conselho de Auditoria da EDP
2003-2006	Membro do Conselho Consultivo Estratégico da PT
2003-2007	Membro da Comissão de Remunerações da Sonae - SGPS, SA
2003-2010	Membro do Comité de Investimento do Fundo Caravela
2008-2014	Membro do Conselho Fiscal do BPI
2010-2014	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Cimpor
2012-2014	Diretor de Finanças e Investimentos da Fundação Calouste Gulbenkian

Andrew Eustace Clavering Campbell

Data de Nascimento

3 de agosto de 1950

Curriculum Académico

1969-1973	MA em Economia - Edinburgh University
1976-1978	MBA – Harvard Business School

Experiência Profissional

1978-1984	Mckinsey & Co, Consultor
1984-1987	Professor na London Business School

Desde 1987	Administrador da Ashridge Strategic Management Centre Part of Ashridge Business School
Desde 2014	Administrador da Campbell Associates Consulting Ltd

Christine Cross

Data de Nascimento

13 de junho de 1951

Curriculum Académico

1973	B.Ed. (Distinção), Ciência Alimentar e Nutrição - Newcastle University
1983	MSc em Ciência Alimentar (Distinção) – Reading University
1990	Diploma em Management Studies – Open University (OU)

Experiência Profissional

1975-1978	Professora assistente na cadeira de Alimentos e Nutrição - Edinburgh University
1979-1985	Professora Assistente Sénior - Bath SPA University College
1985-1989	Professora regente e diretora do programa de BSc (Hons) - Bath SPA University College
1989-2003	Tesco PLC
1989-1990	Chefe de Serviços de Apoio ao Consumidor
1990-1994	Diretora de Divisão – Serviços técnicos
1994-1997	Diretora Comercial
1998-2002	Diretora Mundial de Compras no sector Não Alimentar
2002-2003	Diretora de Desenvolvimento de Negócios do grupo
1997-2003	Professora convidada (Estudos do Consumidor), University of Ulster
2002-2005	Administradora Não-Executiva da George Wimpey, plc
2003-2011	Administradora Não-Executiva da Sobeys Inc, Canada (Membro da Comissão de Nomeação e de Remunerações)
2005-2006	Administradora Não-Executiva da Fairmont Hotels Inc
2005-2014	Administradora Não-Executiva da Next plc (Membro da Comissão de Nomeação, Remuneração e Auditoria)
2006-2013	Consultora para o retalho da Apax Private Equity
2006-2014	Consultora para o retalho da Warburg Pincus Private Equity
2007-2009	Professora convidada, University of Hull Business School
2008-2009	Administradora Não-Executiva da Premier Foods plc
2009-2016	Administradora Não-Executiva da Plantasjen (Apax PE)
2010-2013	Consultora Sénior para o retalho da PwC
2012-2015	Administradora Não-Executiva (PPC Chair), Woolworths (Austrália) plc
2012-2017	Administradora Não-Executiva da Kathmandu (Nova Zelândia) plc
2014-2015	Consultora do Conselho de Administração Javelin ecommerce
2014-2017	Administradora Não-Executiva da Brambles (Australia) plc
2014-2018	Administradora Não-Executiva da Fenwick (UK)
Desde 2003	Administradora da Christine Cross Ltd (empresa de Consultadoria Independente na área do retalho)
Desde Agosto 2013	Consultora da MHJL
Desde Maio 2015	Consultora da River Island
Desde Março 2016	Administradora Não-Executiva do Hilton Food Group
Desde Maio 2016	Administradora Não-Executiva da Coca Cola European Partners
Desde Outubro 2016	Administradora Não-Executiva da Pollen Estate

Tsega Gebreyes


Data de Nascimento

14 de dezembro de 1969

Curriculum Académico

1986-1990	Rhodes College Atribuição de Duplo-Grau
-----------	--

	<p>Recebeu as mais altas distinções pela graduação em economia e cum laude na graduação em Estudos Internacionais</p> <p>Recebeu distinção Summa Cum Laude por tese sénior</p> <p>Eleita presidente da Economics Honor Society e membro da International Studies Honor Society</p> <p>Designada editora do Economics Journal e eleita Presidente do Investment Group, um fundo de gestão estudantil</p> <p>Recebeu os prémios Sophomore Woman of the Year award e Ralph C. Hon Leadership award</p> <p>Eleita membro de duas sociedades honoríficas de liderança</p> <p>Designada membro do Conselho de Curadores da Universidade</p> <p>Eleita representante da classe estudantil e designada Presidente do New York area Alumni Club</p>
1994-1996	<p>Harvard University Graduate School of Business Administration, Boston, USA</p> <p>Candidata a MBA, Junho 1996</p> <p>Lider da equipa de projeto da Volunteer Consulting Organization, cliente: National Foundation for Teaching Entrepreneurship. Eleita representante da secção de carreiras dos estudantes</p> <p>Membro da equipa de projeto da European Business Conference</p> <p>Membro do Finance Club e do Venture Capital Club</p>
Experiência Profissional	
1990-1994	<p>Citicorp Securites, INC</p> <p>Associada na área de Mercado de Capitais</p> <p>Nomeação especial para a equipa principal de seis profissionais que estruturaram o capital investido, negociaram valores mobiliários de um fundo de \$ 1000 000 000 de capital não investido, conexos com ativos financeiros da indústria da aviação</p> <p>Co-desenhou e construiu modelos financeiros aprofundados para avaliação de cada classe de cash-flow. Analisou e desenvolveu um método de mensuração da volatilidade do retorno e correlação com outros instrumentos financeiros. Persuadiu uma agência de rating a atribuir o rating de investment grade a uma larga parte do fundo</p> <p>Comercializou parte de fundo non-investment grade para clientes finais e hedge funds</p> <p>Identificou aspetos críticos do interesse de investidores, desenvolveu soluções alternativas, selecionou a melhor alternativa e convenceu os investidores e sua equipa do mérito da seleção</p> <p>Investigou, analisou comparativamente aspetos legais, fiscais, contabilísticos e de restrições de investimento em diversas jurisdições para desenvolvimento de uma solução ótima de estrutura de fundo de investimento.</p> <p>Persuadiu a administração sénior a subscrever \$ 1 000 000 000 em ativos.</p> <p>Executou processos de due diligence e procedeu a avaliação independente de instrumentos de dívida e capitais subscritos pelo fundo</p>
1995-1996	<p>Mckinsey & Company, INC.</p> <p>Associada Estratégia de Negócio</p> <p>Membro da equipa que explorou a estratégia de diversificação para a maior cadeia alimentar inglesa. Desenhou a análise económica de mercados potenciais. Elaborou e apresentou trabalhos a clientes seniores</p> <p>Avaliou a adaptação produto/mercado para a maior rede de retalho de vestuário no Reino Unido. Efetuou estudos de mercado, analisou operações de lojas e identificou fatores de sucesso</p>
1996-2000	<p>New Africa Opportunity Fund, LLP (re-named Zeypher Opportunity Fund, LLP)</p> <p>Sócia</p> <p>OPIC-fundo participado por capital privado focado na realização e investimentos na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)</p> <p>Sócia fundadora</p> <p>Responsável pela identificação, análise e seleção de investimentos nos países do norte da SADC</p> <p>Revisão e seleção de investimentos num largo espectro de indústrias com primazia nas telecomunicações, media, instituições financeiras e setores de produtos de largo consumo</p> <p>Comercialização do Fundo a investidores em \$120 milhões para investidores US; emissão de \$40 milhões de capital para sustentar uma garantia de \$80 milhões da OPIC</p> <p>Abertura de um escritório regional no Quênia para suporte das atividades</p> <p>Prestação de suporte a várias empresas do portfolio como membro do Conselho de Administração e na gestão de atividades de levantamento de fundos, identificando parceiros estratégicos e recrutando talentos</p>
2000-2007	<p>Celtel International BV/Zain</p>
2001	<p>Diretora do setor de telecomunicações e Desenvolvimento de Novos produtos</p> <p>Desenvolvimento da estratégia de negócios de telecomunicações e gestão das operações e implementação de serviços</p> <p>Implementação de serviços de pagamento com 30% de acréscimo de enterprise value na organização</p> <p>Gestão de diligências para colocação de private equity durante 2000-1º trimestre 2001</p> <p>Implementou na Celtel a primeira operação Africana de pagamento através de telemóvel</p> <p>Participou no desenho do plano global de implementação da expansão pan- Africana</p>
2003	<p>Diretora de Desenvolvimento de Negócio e de Fusões e Aquisições</p> <p>Membro da equipa de gestão executiva reportando ao Conselho de Administração</p> <p>Participação na definição da estratégia e acompanhamento da performance como membro da equipa executiva</p> <p>Desempenho de funções nos Conselhos de Administração das subsidiárias no apoio em geral ao governo corporativo</p>



	<p>Responsável pela identificação e aquisição de negócios em novos países</p> <p>Responsável pela identificação de novas linhas de negócio e novas áreas de crescimento nos países onde já existiam operações</p> <p>Responsável pela liderança das negociações, análise e desenvolvimento de relações para a entrada em novas áreas de expansão</p>
2005	<p>Diretora de Estratégia e Desenvolvimento</p> <p>Membro da equipa de gestão executiva reportando ao Conselho de Administração</p> <p>Manteve as responsabilidades anteriores, assumindo, adicionalmente, responsabilidades na supervisão da estratégia e comunicações</p> <p>Realizou diversas aquisições e investimentos em empresas de telecomunicações em África, incluindo \$1,200 000 000 na Nigéria, \$100 milhões em Madagáscar, \$250 milhões no Quênia, \$40 milhões na Tanzânia</p> <p>Liderou a venda da Celtel à MTC com um resultado para os acionistas de \$3, 400 000 000</p>
2007	<p>Consultora Sénior do Grupo</p> <p>Promover o aconselhamento e apoio ao desenvolvimento empresarial. Integra diversos órgãos representando várias empresas, incluindo:</p> <p>Celtel Quênia, Administradora, Presidência, Comissão de Auditoria</p> <p>Celtel Gana, Consultora</p> <p>Celtel Nigéria, Administradora, Comissão de Auditoria</p>
2007-Presente	<p>Satya Capital Limited</p> <p>Diretora Fundadora, Sócia Gerente</p> <p>Grupo de Investimento focado em oportunidades de capital privado em África</p> <p>Negócio consolidado com responsabilidade num conjunto alargado de atividades, tais como componente legal, reestruturação de gabinete, recrutamento de outros parceiros e investidores institucionais</p> <p>Definição de estratégia de investimento, recrutamento de administradores, consultores do setor e investidores</p> <p>Emissão de um Seed Fund de \$200 milhões e planeamento de emissão adicional de \$400-600 milhões</p>

Marcelo Faria de Lima

Data de Nascimento

1 de dezembro de 1961

Curriculum Académico

1981-1985 Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Experiência Profissional

1988-1989 Professor, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

1989-1996 Commercial Banker da ABN AMRO Bank, São Paulo, Brasil / Chicago, Estados Unidos

1996-1998 Vice-Presidente do Banco Garantia, São Paulo, Brasil
Banco de Investimentos

1998-2000 Diretor da Donaldson, Lufkin & Jenrette, São Paulo, Brasil
Banco de Investimentos

2000 Co-Fundador e Diretor Executivo da Areartil, São Paulo, Brasil
Portal de Internet para negócios imobiliários

2000-2003 Co-Fundador e Diretor Executivo da EugênioWG, São Paulo, Brasil
Agência de Publicidade

2002-2005 Membro do Conselho de Administração da Neovia Telecomunicações S.A., São Paulo, Brasil
Operadora Wi-Fi / WiMax no Estado de São Paulo

2007-2016 Vice-Presidente do Conselho de Administração da Produquímica Indústria e Comércio SA, São Paulo, Brasil
Companhia líder na produção de soluções em micronutrientes para agricultura e alimentação animal, que também produz ingredientes para o tratamento de água e para processos industriais

2009-2016 Membro do Conselho de Administração da C1 Financial Inc., Saint Petersburg, Florida, Estados Unidos
Companhia de capital aberto, registrada no Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos e com suas ações negociadas na NYSE sob o ticker BNK. Banco comercial com atuação na região da Florida, Estados Unidos, com ativos totais superiores a US\$ 1.500 milhões. Essa companhia foi incorporada a outro banco em 2016

Desde
Fevereiro 2003 Sócio e Co-Fundador da Artesia Gestão de Recursos S.A., São Paulo, Brasil
Sociedade autorizada pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de Administração de Carteira de Valores Mobiliários

Desde
Janeiro 2004 Presidente do Conselho de Administração da Metalfrio Solutions SA, São Paulo, Brasil

	Companhia de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBovespa sob o ticker FRIO3, multinacional de origem brasileira e uma das maiores fabricantes mundiais de equipamentos de refrigeração comercial do tipo Plug-In, com operações no Brasil, Estados Unidos da América, México, Dinamarca, Turquia, Rússia, Ucrânia, Indonésia e Índia
Desde Janeiro 2008	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Restoque Comércio e Confecções de Roupas SA, São Paulo, Brasil (desde junho 2018 Presidente do Conselho de Administração) Companhia de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBovespa sob o ticker LUIS3, é uma das principais companhias varejistas do setor de vestuário e acessórios de moda de alto padrão, cosméticos e artigos de decoração, no Brasil, com faturamento anual de mais de R\$1.000 milhões
Desde Março 2008	Presidente do Conselho de Administração da Klimasan Klima Sanayi ve Ticaret A.Ş. Izmir, Turquia Companhia de capital aberto, devidamente registrada no Capital Markets Board da Turquia e com suas ações negociadas na Istanbul Stock Exchange sob o ticker KLMSN. Controlada pela Metalrio Solutions S.A., a Klimasan atua no segmento de refrigeração comercial do tipo Plug-In

Dag Johan Skatum	
Data de Nascimento	19 de abril de 1961
Curriculum Académico	
1980	Ensino Secundário na vertente científica, Gjovik, Noruega
1984	Bacharelato em Artes, Allegheny College, Meadville, PA (Estados Unidos da América).
1986	MBA, Simon School of Business, Universidade de Rochester, Rochester, Nova Iorque (Estados Unidos da América)
Experiência Profissional	
1986-2007	J.P.Morgan Vários cargos exercidos, incluindo o de Responsável pela área de Fusões & Aquisições na América do Norte e na Europa
2007-2013	Sócio no escritório de Londres da TPG
2013-2014	Consultor de negócios da Abingdon Partners LLC
2013-2014	Administrador Executivo da One Thousand & Voices
2000 - Presente	Allegheny College Assessor do anterior e atual Presidente Co-liderou campanhas de angariação de fundos
2011 - Presente	Right to Play Membro do Conselho de Administração (Toronto, Canada HQ) Membro do Conselho de Administração no Reino Unido e nos Estados Unidos da América Presidente da Comissão de Recursos Humanos Presidente da comissão de apoio à sucessão do Presidente da Comissão Executiva (cargo não exercido até ao termo do mandato) e Presidente da Comissão de Apoio ao Presidente da Comissão Executiva Assessor do Presidente da Comissão Executiva e do Fundador (cargo exercido até à presente data)
2012 - Presente	Myelona Institute, Little Tock, Arkansas Vice-Presidente do Conselho de Administração Co-CEO da comissão do Conselho de Administração para a sucessão do Presidente da Comissão Executiva Assessor do anterior e do atual Administrador do "Cancer Institute" (cargo exercido até à presente data)
2014 - Presente	Nabors Industries Membro do Conselho de Administração, recrutado pela experiência na área das finanças empresariais e do planeamento estratégico (cargo exercido até à presente data)
Janeiro 2015 Presente	Vice-Presidente da J.P.Morgan Limited

Margaret Lorraine Trainer	
Data de Nascimento	13 de março de 1952

Curriculum Académico

1970-1971	Curso Superior, Sorbonne Paris
1971-1975	M.A.(2i) Francês, St Andrews University

Experiência Profissional

1975-1990	Citibank NA
1975-1986	Funções de Recursos Humanos de natureza especialista e generalista
1986-1988	Chefe de Gabinete do Diretor da Tesouraria do Reino Unido
1988-1989	Um cargo não associado à direção de recursos humanos, que incluiu tarefas de cobertura de capital, avaliação do risco, redação de discursos e gestão de moeda estrangeira e limites de financiamento.
1989-1990	Diretora de Recursos Humanos e N. Europe, Londres
	Diretora de Recursos Humanos para Europa, Médio Oriente e África, com sede em Frankfurt
1990-1994	London Stock Exchange
	Diretora de Recursos Humanos e Membro da Comissão Executiva, responsável por determinar a estratégia e liderar a empresa na sua evolução de associação comercial para sociedade corporativa com observância das práticas comerciais correntes
1994-2000	Coutts Natwest Group
	Diretora de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional responsável por todas as atividades de Recursos Humanos na área de Private Banking
2001-2006	De Beers LV Ltd
	Membro da equipa inicial para o desenvolvimento da parceria criada em 2001 entre LVMH e De Beers, para o lançamento de um negócio global ao nível do retalho de diamantes, prestando consultoria na estratégia organizativa e dos recursos humanos
2005-2013	Aegis PLC
	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Remunerações (desde 2010)
2006-2008	Manchester Square Partners
	Apoio aos sócios fundadores, colaborando para o desenvolvimento de práticas internas de seleção de membros da administração
2008-2015	Sonae - SGPS, SA
	Consultora do Presidente do Conselho de Administração
	Prestação de serviços de planeamento de sucessão ao nível do Conselho e de desenvolvimento dos administradores
2013-2015	Colt SA
	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e, desde 2014, Presidente da Comissão de Remunerações. Membro da Comissão de Nomeações. Após aquisição, pela Fidelity, de todas as participações da sociedade, todos os administradores independentes renunciaram aos respetivos cargos
2010-2018	Jupiter Fund Management PLC
	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria e da Comissão de Nomeações, Membro da Comissão de Remunerações
Desde 2018	TP ICAP
	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração, Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações e Membro da Comissão de Auditoria
Desde 2013	Essentra PLC
	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e, desde 2014, Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações e Membro da Comissão de Auditoria

1.2. Cargos exercidos noutras entidades

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA

Cargos exercidos noutras entidades

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Arauco Portugal, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Migracom, SA

Presidente do Conselho de Administração da Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SA

Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, SA

Membro do Conselho de Administração da BA Glass I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA

Sócio Gerente da OKUK, Lda

Membro do ERT - European Round Table of Industrialists

Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz SE

Membro do Consejo Iberoamericano para la Productividad y la Competitividad

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Presidente Executivo do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA

Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SA

Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, SA

Membro Executivo do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, SA

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA

Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Financial Services, SA

Presidente do Conselho de Administração da SFS, Gestão e Consultoria, SA

Presidente do Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Iberian Sports Retail Group, SL

Presidente do Conselho de Administração da Sonaecenter, Serviços, SA

Membro do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA

Cargos exercidos noutras entidades

Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Love Letters -Galeria de Arte, SA

Presidente do Conselho de Administração da Enxomil - Consultoria e Gestão, SA

Presidente do Conselho de Administração da Enxomil – Sociedade Imobiliária, SA

Presidente do Conselho Diretor da APGEI (Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial)



José Manuel Neves Adelino

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Membro do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian

Andrew Eustace Clavering Campbell

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Administrador da Ashridge Strategic Management Centre Part of Ashridge Business School

Administrador da Campbell Associates Consulting Ltd

Christine Cross

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Administradora da Christine Cross, Ltd

Administradora Não Executiva da Hilton Food Group

Administradora Não Executiva da Coca Cola European Partners

Administradora Não Executiva da Pollen Estate

Consultora da MHJL

Consultora da River Island

Tsega Gebreyes

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Diretora Fundadora da Satya Capital Limited

Administradora da SES, SA

Administradora da TYMM Partners

Marcelo Faria de Lima

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Sócio e Co-Fundador da Artesia Gestão de Recursos SA

Membro do Conselho de Administração da Amber Internacional LLC

Membro do Conselho de Administração da Alper Consultoria e Corretora de Seguros, SA
Diretor da Baixo Augusta Hotel Ltda
Sócio Gerente da CBM Holding Qualified Family, LP (Canadá)
Membro do Conselho de Administração da CBM Holding Qualified Family, LP (Nova Zelândia)
Sócio Gerente da CBM Holding Subsidiary, LP (Canadá)
Diretor Presidente da Colfax Participações, SA
Diretor da Dover Participações, SA
Diretor da GCR Administração e Participações Ltda
Presidente do Conselho de Administração da Klimasan Klima Sanayi ve Ticaret AŞ
Sócio-Gerente da Lima & Smith Ltda
Presidente do Conselho de Administração da Metalfrio Servicios SA de CV
Membro do Conselho de Administração da Metalfrio Solutions AS
Presidente do Conselho de Administração da Metalfrio Solutions SA
Presidente do Conselho de Administração da Metalfrio Solutions SA Sogutma Sanayi Ve Ticaret AS
Diretor da Nova Bahia Empreendimentos
Membro do Conselho de Administração da Peach Tree LLC
Presidente do Conselho de Administração da Restoque Comércio e Confecções de Roupas SA
Diretor da Rio Verde Consultoria e Participações Ltda
Diretor da Tira-Chapéu Empreendimentos Ltda
Membro do Conselho de Administração da Turquoise Capital CV

Dag Johan Skattum

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Allegheny College
Assessor do anterior e atual Presidente
Right to Play
Membro do Conselho de Administração (Toronto, Canada HQ)
Membro do Conselho de Administração do Reino Unido e dos Estados Unidos da América
Presidente da Comissão de Recursos Humanos
Presidente da Comissão de apoio à sucessão do Presidente da Comissão Executiva (cargo não exercido até ao termo do mandato) e Presidente da Comissão de Apoio ao Presidente da Comissão Executiva
Assessor do Presidente da Comissão Executiva e do Fundador (cargo exercido até à presente data)
Myelona Institute, Little Tock, Arkansas
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Co-CEO da comissão do Conselho de Administração para a sucessão do Presidente da Comissão Executiva
Assessor do anterior e do atual Administrador do "Cancer Institute" (cargo exercido até à presente data)
Membro do Conselho de Administração da Nabors Industries
Vice-presidente da J.P. Morgan Limited
Vice-presidente da J.P.Morgan Securities PLC

Margaret Lorraine Trainer

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Essentra PLC
Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e, desde 2014, Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações e Membro da Comissão de Auditoria
TP ICAP
Membro Não-Executivo do Conselho de Administração, Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações e Membro da Comissão de Auditoria

2. Conselho Fiscal

2.1. Qualificações profissionais e elementos curriculares

Daniel Bessa Fernandes Coelho	
Data de Nascimento	6 de maio de 1948
Curriculum Académico	
1970	Licenciatura em Economia – Universidade do Porto
1986	Doutoramento em Economia – Universidade Técnica de Lisboa
Experiência Profissional	
1970-2009	Docente na Universidade do Porto:
1970-1999	- Faculdade de Economia
1988-2000	- ISEE (Instituto Superior de Estudos Empresariais)
1989-2002	- Faculdade de Engenharia
2000-2008	- EGP – Escola de Gestão do Porto (atualmente Porto Business School)
2008-2009	- EGP – University of Porto Business School (atualmente Porto Business School)
2009-2009	- Faculdade de Economia
1978-1979	Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
1989-1990	Presidente da Comissão Instaladora da ESTG - Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo
1990-1995	Pró-Reitor para a Orientação da Gestão Financeira da Universidade do Porto
1995-1996	Ministro da Economia do Governo da República Portuguesa
1996-2000	Diretor Executivo da AURN – Associação das Universidades da Região Norte
1996-2006	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Celulose Beira Industrial (Celbi), SA
1997-1999	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da INPARSA – Indústrias e Participações, SGPS, SA
1997-2007	Presidente do Conselho Fiscal da SPGM – Sociedade de Investimentos
1997-2008	Membro do Conselho de Administração da Finibanco, SA
1999-2002	Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões
1999-2006	Membro dos Conselhos Consultivos da Sonae – SGPS, SA e Sonae Indústria, SA
2000-2012	Presidente do Conselho Consultivo do IGFCSS – Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social
2001-2003	Membro do Conselho Consultivo de Indústrias de Condutores Elétricos e Telefónicos F. Cunha Barros, SA
2001-2011	Membro do Conselho de Administração da Finibanco Holding, SGPS, SA
2003-2014	Encarregado de Missão do PRASD – Programa de Recuperação de Áreas e Setores Deprimidos do Ministério da Economia e Ministério da Segurança Social e do Trabalho do Governo Português
2004-2013	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Efacec Capital, SGPS, SA
2007-2011	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, AICEP, E.P.E.
2009-2016	Diretor-Geral da COTEC Portugal, Associação Empresarial para a Inovação
2011-2012	Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, SA
2016-2019	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Amorim Turismo, SGPS, SA
2016-2019	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sociedade Figueira Praia, SA
2017-2019	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da SFP OnLine, SA
Desde 2003	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Fundação Bial
Desde 2008	Membro do Comité de Investimentos de PVCI – Portuguese Venture Capital Initiative, entidade criada pelo FEI – Fundo Europeu de Investimento
Desde 2017	Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo (desde Novembro de 2017). Anteriormente (Janeiro de 2014 a Novembro de 2017), integrou este órgão como vogal
Desde 2007	Presidente do Conselho Fiscal da Sonae – SGPS, SA

Maria José Martins Lourenço da Fonseca

Data de Nascimento

4 de setembro de 1957

Curriculum Académico

1984	Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto - Prémio Doutor António José Sarmento
1987	Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa
1992	Participação no Young Managers Programme no INSEAD – European Institute of Business Administration, Fontainebleau
2002	Mestre em Ciências Empresariais, com especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
2015	Doutorada em Ciências Empresariais, com especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Experiência Profissional

1984-1985	Assistente Convidada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto – Microeconomia
1985-1990	Técnica na Assessoria de Estudos Económicos e Planeamento do BPI – Banco Português de Investimento, SA
1990-1992	Analista Sénior na área da Banca de Empresas do BPI – Banco Português de Investimento, SA
1991-1999	Assistente Convidada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto - área da Contabilidade
1992-1996	Subdiretora no departamento de Banca de Empresas do BPI – Banco Português de Investimento, SA
1996-2006	Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) como formadora no Curso de Preparação para ROC
2002-2008	Colaboração com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) na área da formação profissional
2008-2009	Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) na área da formação profissional
2015	Membro do Júri das Provas Orais do Exame para Revisor Oficial de Contas (ROC)
2015-2019	Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), como formadora no Curso de Preparação para ROC
Desde 1996	Docente na Católica Porto Business School (Universidade Católica Portuguesa), na área da Contabilidade Responsável pela disciplina de Contabilidade Internacional, no Mestrado em Auditoria e Fiscalidade
Desde 2008	Atividade de consultoria através do Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Católica Porto Business School (Universidade Católica Portuguesa)
Desde 2016	Membro do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS, SA
Desde 2017	Presidente do Conselho Fiscal da AEGE – Associação para a Escola de Gestão Empresarial
Desde 2017	Membro do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, SA
Desde 2018	Membro do Conselho Fiscal da Sonae MC, SGPS, SA
Desde 2018	Presidente do Conselho Fiscal da SDRS – Sports Division SR, SA

Manuel Heleno Sismeiro

Data de Nascimento

5 de janeiro de 1945

Curriculum Académico

1964	Contabilista, ICL- Lisboa
1971	Licenciatura em Finanças, ISCEF - Lisboa

Experiência Profissional

1965-1966	Professor de Contabilidade e Cálculo Comercial do curso Geral de Comércio - Escola Industrial e Comercial de Leiria
1970-1971	Técnico no Serviço de Organização e Métodos - Banco da Agricultura

1971-1981	Assistente tendo lecionado aulas teórico-práticas de Matemática, Estatística, Econometria e Investigação – Instituto Superior de Economia Lisboa
1974-1975	Revisor Oficial de Contas Assistente de Auditoria - Arthur Young & Co
1974-1976	Assistente (primeiro ano letivo) e encarregado da regência (no segundo ano letivo) da cadeira de Contabilidade Geral do curso de gestão - Universidade Católica Lisboa
1980-2008	Técnico colocado no Gabinete de Estudos Económicos e no Departamento de Controle das empresas associadas – Banco Borges & Irmão
1977-1980	Chefe de Divisão da Gestão e Controle de Armazéns. Responsável pela gestão de stocks dos armazéns centrais da empresa e de um projeto de implantação a nível nacional do informatizado do controle e gestão de stocks - CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal
1980-2008	Sócio da Coopers & Lybrand e da Bernardes, Sismeiro & Associados, desde 1998 PricewaterhouseCoopers - auditores e revisores oficiais de contas Responsável pela auditoria e revisão oficial de contas nos mais diversos sectores da atividade económica. Empresas mais importantes: Sonae (grupo); Amorim (grupo); Unicer (grupo); Sogrape (grupo); Barros (grupo); TMG (grupo); Lactogal (grupo); Aveleda (grupo); RAR (grupo); Cires; Ford; REN Responsável pela gestão do escritório do Porto das referidas sociedades 1982 a 2008 Diretor da Divisão de Auditoria no período 1998 - 2002 e membro do Comité Executivo (órgão de gestão) da PricewaterhouseCoopers, no mesmo período
2009-2017	Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Indústria SGPS, SA
2010-2017	Presidente da Assembleia Geral da Segafredo Zanetti (Portugal) - Comercialização e Distribuição de Café, SA
2014	Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Investimentos, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA)
2015	Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banif – Banco de Investimento, SA
Desde 2008	Consultor em especial nas áreas de auditoria interna e controle interno
Desde 2009	Presidente do Conselho Fiscal da OCP Portugal - Produtos Farmacêuticos, SA
Desde 2009	Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA
Desde 2018	Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Arauco Portugal, SA

2.2. Cargos exercidos noutras entidades

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, SA
 Presidente do Conselho Fiscal da Galp Gás Natural Distribuição, SA
 Presidente do Conselho Fiscal da Bial - Portela e Companhia, SA
 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Amkor Technology Portugal, SA (anteriormente Nanium, SA)
 Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo
 Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Fundação Bial
 Presidente do Conselho Pedagógico da Master Academia Efacec da Efacec Serviços Corporativos, SA
 Membro do Comité de Investimentos de PVCI – Portuguese Venture Capital Initiative



María José Martins Lourenço da Fonseca

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Presidente do Conselho Fiscal da SDSR – Sports Division SR, SA

Membro do Conselho Fiscal da Sonae MC, SGPS, SA

Membro do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS, SA

Cargos exercidos noutras entidades

Membro do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, SA

Presidente do Conselho Fiscal da AEGE – Associação para a Escola de Gestão Empresarial

Docente na Católica Porto Business School (Universidade Católica Portuguesa)

Consultadoria no Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Universidade Católica Portuguesa - CRP

Manuel Heleno Sismeiro

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Presidente do Conselho Fiscal da OCP Portugal - Produtos Farmacêuticos, SA

Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Arauco Portugal, SA

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE '18



IMPROVING LIFE



Sobre este relatório

Sob o mote “*Sustentabilidade no centro do nosso ADN*”, o Relatório de Sustentabilidade da Sonae SGPS, SA. (doravante também designada por Sonae ou Grupo Sonae) propõe-se a comunicar o contributo do grupo para o desenvolvimento sustentável no que respeita aos pilares económico, ambiental e social, procurando responder às expectativas e interesses das diferentes partes interessadas.

O relatório incide sobre a atividade entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018 da Sonae, Sonae MC, Sonae Sports & Fashion, Worten, Maxmat, Sonae RP, Sonae FS, Sonaecom (que inclui a Sonae IM, a área de Media, entre outros) e Sonae Sierra.

Este relatório não consolida os dados não financeiros da NOS, empresa da qual a Sonaecom detém 23,4% e do Iberian Sports Retail Group (que engloba a SportZone, Sprinter, JD e a Size?) e do qual a Sonae Sports & Fashion possui 30%. Relativamente à Salsa, empresa integrada no âmbito da Sonae S&F, apenas são reportados os dados referentes à atividade em Espanha.

À semelhança do ano anterior, o relatório foi elaborado de acordo com as orientações das Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI (GRI Standards) para o nível “De acordo – Essencial”. O reporte da atividade evidencia a nossa atuação ao nível dos Princípios do *United Nations Global Compact* (UNGC) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), respondendo ainda aos requisitos do Decreto-Lei português n.º 89/2017, publicado a 28 de julho de 2017 e à lei espanhola n.º 11/2018, de 28 de dezembro.

O relatório é composto por um texto central, estruturado em torno dos cinco eixos de atuação que identificámos como prioritários e um capítulo sobre o modelo de gestão da sustentabilidade na Sonae. Para cada um dos eixos é apresentado o desempenho do Grupo e algumas das iniciativas desenvolvidas. Adicionalmente, o Suplemento GRI complementa o reporte feito, com resposta aos respetivos indicadores.

A informação que integra o Relatório de Sustentabilidade 2018 foi submetida a verificação por uma entidade externa – KPMG.

Para esclarecimentos adicionais sobre a informação publicada neste Relatório, por favor consulte o website ou entre em contacto com: Catarina Oliveira Fernandes | Head of Communication, Brand and Corporate Responsibility | E-mail: catarina.fernandes@sonae.pt | Tel.: +351 220 104 000.



Relatório de Sustentabilidade' 18

Índice

Sobre este relatório	2
Mensagem da Comissão Executiva	4
1. Sustentabilidade no centro do nosso ADN	5
2. CO₂ e alterações climáticas	12
3. Natureza e biodiversidade	17
4. Plástico	22
5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo	26
6. Apoio à comunidade	33
7. Suplemento GRI	36
8. Requisitos de informação não financeira	68

Mensagem da Comissão Executiva

Vivemos tempos desafiantes, em que pessoas e negócios se interconectam e onde todos somos chamados a contribuir para o Desenvolvimento Sustentável - uma agenda universal, transformadora e inclusiva, que procura responder às diversas e complexas questões, mas também às oportunidades, que os dias de hoje encerram.

Na Sonae, este desafio não é novo, estamos fortemente comprometidos com uma visão de longo prazo e temos inscrito no nosso ADN a necessidade e a urgência de irmos para além do valor económico gerado pelos nossos negócios e cooperar para ultrapassar alguns dos desafios ambientais e sociais mais prementes dos nossos tempos, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento nas comunidades em que estamos presentes, mitigando os riscos e minimizando os impactes negativos decorrentes das nossas atividades.

Sendo um caminho que, de forma consciente e consistente, temos vindo a percorrer, entendemos em 2018 que queríamos desafiar todas as equipas a melhorar este caminho e, em particular, procurámos identificar as áreas onde o nosso contributo pudesse ser mais relevante, pela natureza e expressão da nossa atividade.

Desta forma, 2018 foi um ano de reflexão e estruturação de um percurso que queremos percorrer com muita ambição. Assim, por um lado, reforçámos o Fórum de Sustentabilidade, uma plataforma interna de partilha de boas práticas, elevando-o a Grupo Consultivo, com o propósito de lhe dar maior capacidade de influência na definição de políticas e tração na implementação de projetos, processos e procedimentos necessários e capazes de acelerar transversalmente a nossa cada vez maior aposta no desenvolvimento sustentável. Por outro lado, definimos os eixos onde iremos concentrar a nossa atuação: (1) CO₂ e Alterações Climáticas, (2) Plásticos, (3) Natureza e Biodiversidade, (4) Desigualdades e Desenvolvimento Inclusivo e (5) Apoio à Comunidade.

No reporte do ano de 2018, procurámos refletir a nossa performance e alguns dos projetos e iniciativas em curso, em cada um dos eixos mencionados, e de que são exemplo os investimentos realizados para alterar o perfil energético do Grupo; a promoção do uso sustentável dos plásticos dentro de portas e no contacto com o consumidor; o apoio à galeria da Biodiversidade; o investimento contínuo no desenvolvimento das nossas pessoas ou o apoio à comunidade, que ascende este ano a cerca de 11M€.

Fechámos também durante 2018 um financiamento de 55M€ com o Banco Europeu de Investimento (BEI) para podermos concretizar um plano de investimento mais ambicioso, num montante global de 110 M€.

Enquanto agentes de mudança e motores de desenvolvimento sustentável fazemo-lo integrando a sustentabilidade no cerne da nossa estratégia e atividade, criando valor partilhado pelas mãos e talento das nossas equipas. Acreditamos que a sustentabilidade não está, nem deve estar, num departamento, deve ser responsabilidade de todos e de cada um na sua atuação diária. Fazer a coisa certa todos os dias, irá fazer a diferença, para continuarmos a construir a história de uma *long-living company*.

“O caminho do desenvolvimento sustentável é longo e, por isso mesmo, quer de per si quer na interação com os diferentes actores de cada cadeia de valor, os diferentes negócios da Sonae têm ainda um percurso importante a percorrer. A nossa vantagem advém do facto de, conscientemente, estarmos dispostos a liderar esse percurso.”

Belmiro de Azevedo



1. Sustentabilidade no centro do nosso ADN

Gerimos um portefólio diversificado de negócios nas áreas de retalho, serviços financeiros, tecnologia, centros comerciais e telecomunicações. Enquanto *long-living company*, temos uma visão de longo prazo na forma como conduzimos as nossas atividades e nos relacionamos com os diferentes *stakeholders*. A sustentabilidade é parte integrante do nosso ADN e, nessa medida, estamos comprometidos em contribuir para a melhoria das comunidades onde estamos inseridos, trabalhando em conjunto na resolução dos desafios ambientais e sociais mais prementes dos nossos dias.

Políticas desenvolvidas e compromissos subscritos pela Sonae

Neste percurso destacamos alguns dos princípios e compromissos que subscrevemos, bem como um conjunto de referenciais internos que desenvolvemos e que nos apoiam, na gestão da nossa atividade, nas suas diferentes dimensões:


- Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas
- Princípios do Global Compact das Nações Unidas
- *Paris Pledge for Action*
- *Women Initiative do European Roundtable of Industrials (ERT)*
- Carta de Princípio do BCSD Portugal
- Código de Ética e Conduta para Colaboradores Sonae
- Código de Conduta para Fornecedores Sonae

1.1 Modelo de governo da sustentabilidade

Em 2018 revimos o nosso modelo de governo de sustentabilidade com o objetivo de reforçarmos o alinhamento entre as empresas que integram o Grupo Sonae. Desta forma, o Grupo Consultivo de Sustentabilidade (GCS) decorre da evolução do Fórum de Sustentabilidade, um órgão que tinha uma missão iminentemente de partilha de conhecimento. Esta alteração tem como propósito potenciar o desenvolvimento e adoção de políticas e princípios de atuação comuns, bem como a prossecução de objetivos e *targets*, nas áreas identificadas como prioritárias.

Objetivos do Grupo Consultivo de Sustentabilidade:

- Desenvolvimento de políticas e objetivos transversais a todo o Grupo Sonae
- Declinação de políticas e estabelecimento de *targets* para as diferentes empresas
- Articulação da presença da Sonae em fóruns externos
- Divulgação de boas práticas e *know-how*
- Obtenção de sinergias
- Promoção da sustentabilidade
- Monitorização do desempenho e reporte



De forma a assegurarmos o cumprimento da missão e objetivos do grupo consultivo, definimos dois níveis de atuação: um núcleo transversal que reúne trimestralmente e onde estão representadas as diferentes empresas Sonae e um conjunto de grupos de trabalho, constituídos de acordo com as temáticas a endereçar e que presentemente são os seguintes: CO₂ e alterações climáticas, natureza e biodiversidade, plásticos, desigualdades e desenvolvimento inclusivo e apoio à comunidade.

O Grupo Consultivo atua sob responsabilidade direta do Conselho de Administração da Sonae que é responsável pela promoção de princípios e práticas de atuação que contribuam para a geração de valor sustentável pelo grupo e suas empresas e aprovação da estratégia de sustentabilidade da Sonae.

A Holding, enquanto gestora de portefólio, é responsável pelo desenvolvimento e implementação da estratégia, por assegurar o posicionamento do grupo em matéria de sustentabilidade, promover o cumprimento dos seus valores, nomeadamente o da responsabilidade social, e reportar o desempenho do grupo.

As empresas que integram o Grupo Consultivo de Sustentabilidade são responsáveis pela dinamização e integração dos princípios do desenvolvimento sustentável na sua atividade, bem como pela declinação e adoção das políticas e objetivos considerados prioritários, monitorizando e reportando o seu desempenho.

1.2 Auscultação e envolvimento das partes interessadas

A gestão das nossas atividades tem por base as premissas do desenvolvimento sustentável, cujo contributo ultrapassa o valor económico gerado pelos nossos negócios, e que advém diretamente de um conjunto de valores e princípios que orientam a nossa forma de estar.

Esta visão só é possível através do estabelecimento de relações duradouras com os nossos *stakeholders*. Para tal, implementámos ferramentas e processos que nos permitem identificar e compreender as suas necessidades e preocupações atuais e futuras.



CLIENTES E VISITANTES

Websites
Call Centers
 Sistemas de Sugestões e Reclamações
 Provedor Sonae
 Inquéritos de Auscultação
 Lojas e Centros Comerciais



COLABORADORES

Estudos de Clima Social
 Provedor Sonae
 Inquéritos de Auscultação
 Notícias na Intranet
 Publicações Internas
 Fóruns e Grupos de Partilha de Conhecimento



INVESTIDORES

Assembleias Gerais
 Relatórios Financeiros Trimestrais
 Resposta a Questionários Específicos



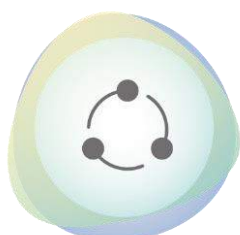
FORNECEDORES

Portais de Fornecedores
 Visitas e Auditorias
 Formação Recíproca
 Inquéritos de Auscultação
 Avaliação de Desempenho



ENTIDADES REGULADORAS E GOVERNAMENTAIS

Participação em diversas Associações Setoriais



COMUNIDADE

Parcerias com Instituições Representativas
 Projetos de Envolvimento com as Comunidades
 Inquéritos de Auscultação



MEDIA

Conferências
 Entrevistas
 Resposta a questões específicas



LOJISTAS

Comunicações Escritas
 Reuniões
 Formações
 Inquéritos de Auscultação

Neste âmbito, na sequência das alterações organizacionais já mencionadas, em 2018 revisitámos o processo de auscultação às partes interessadas - colaboradores, clientes, fornecedores, investidores/analistas, associações do setor e comunidade - realizado em 2017.

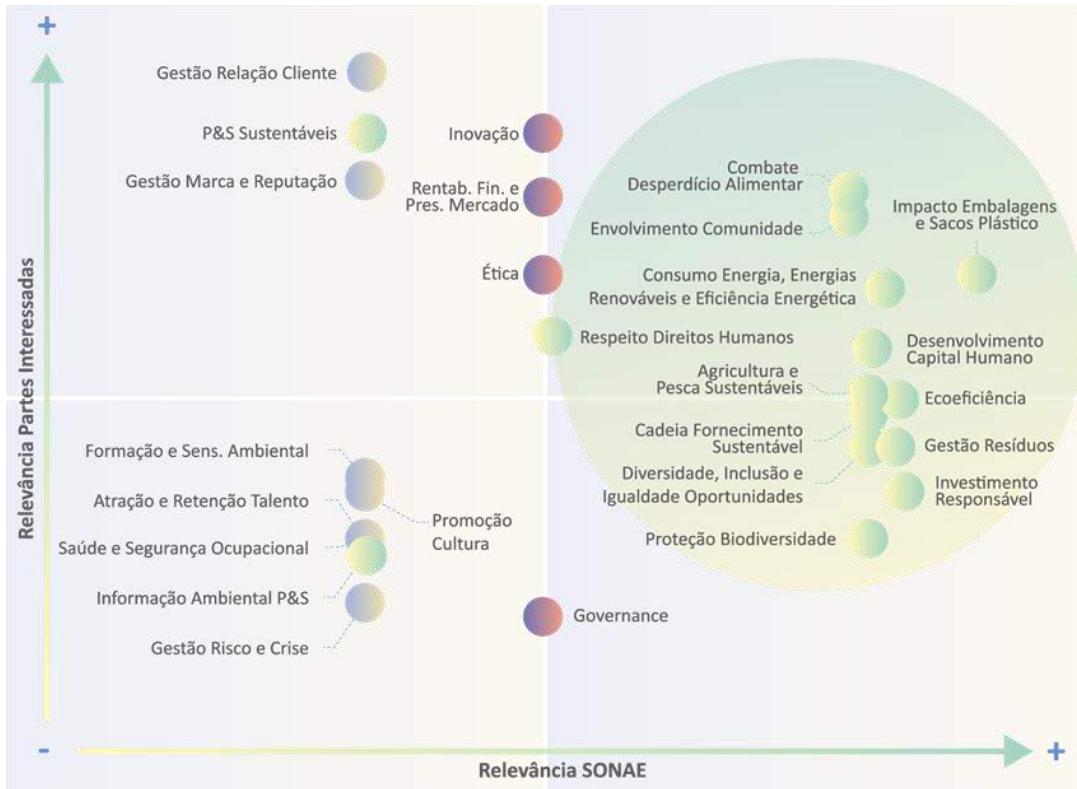
Como resultado desta reflexão, com o objetivo de materializar a perspetiva da Sonae, foram identificadas as áreas de atuação consideradas prioritárias para o grupo e realizada uma avaliação interna dos 26 temas sobre os quais as partes interessadas se haviam pronunciado. Estes temas foram classificados quanto à sua importância para a Sonae e agrupados em três *clusters*: 1 - questões intrínsecas aos princípios e valores do grupo; 2 - temáticas endereçadas no ciclo anterior e/ou com elevada integração ao nível dos negócios; e 3 - temas que a Sonae poderia impactar positivamente pela natureza e expressão da sua atividade.

Organização dos temas por cluster



Contrastando-se a avaliação da relevância dos temas pelas partes interessadas externas com a perspetiva interna, (colaboradores e liderança) obteve-se uma matriz de materialidade que, para os dois primeiros *clusters*, confirma a maturidade da gestão dos temas no grupo e, por outro lado, a especial relevância de 12 dos 16 temas priorizados pela Sonae: Investimento Responsável, Cadeia Fornecimento Sustentável, Desenvolvimento Capital Humano, Diversidade, Inclusão e Igualdade Oportunidades, Envolvimento Comunidade, Consumo Energia, Energias Renováveis e Eficiência Energética, Ecoeficiência, Proteção Biodiversidade, Impacto Embalagens e Sacos Plástico, Gestão Resíduos, Combate Desperdício Alimentar, e Agricultura e Pesca Sustentáveis.

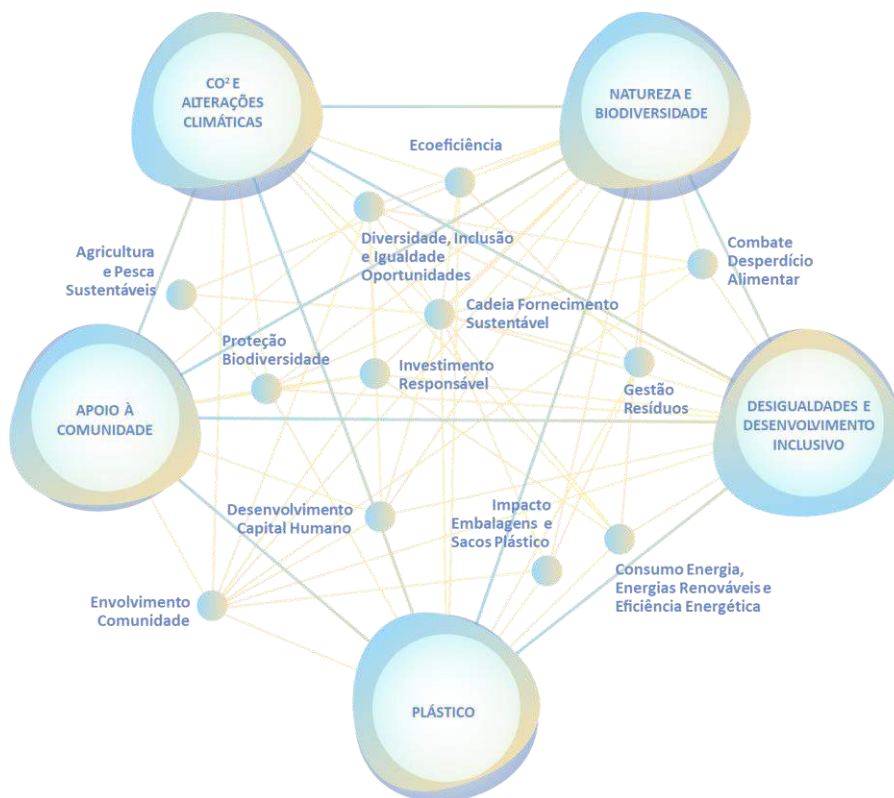
Matriz de materialidade



1.3 Eixos de atuação

A partir das questões materiais identificadas, os resultados do ciclo estratégico anterior, os temas salientados a nível setorial, os compromissos subscritos pela Sonae e em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, definimos 5 eixos de atuação, que orientarão as nossas atividades na construção de um futuro sustentável: CO₂ e alterações climáticas, natureza e biodiversidade, plásticos, desigualdades e desenvolvimento inclusivo e apoio à comunidade.

Improving life – Our path for a sustainable future




Percecionamos os eixos de atuação como parte integrante de um sistema interligado e interdependente, onde os temas materiais não são compreendidos de forma estanque e compartimentada, influenciando direta e multidimensionalmente os diferentes eixos.

O Investimento Responsável e a Cadeia Fornecimento Sustentável são temas considerados transversais a todos os eixos pelo impacto que têm na sua gestão, estando diretamente relacionados com a forma como investimos e como em conjunto com os nossos fornecedores desenhamos e desenvolvemos processos, produtos e serviços seguindo os princípios da eficiência e de circularidade.

Estes eixos serão trabalhados transversalmente a partir de 2019 com a definição progressiva de políticas, princípios de atuação, objetivos e metas a atingir pelas empresas Sonae.

CO₂ e alterações climáticas - a atividade das empresas contribui de forma significativa para as alterações climáticas - não só pelo consumo de energia transversal às diferentes fases do ciclo produtivo como pelas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) resultantes das diferentes atividades. Desta forma é fundamental desenvolvermos esforços que permitam limitar o aumento médio da temperatura entre 2º e 1,5ºC, em linha com o compromisso que assumimos com a subscrição do *Paris Pledge for Action*¹.

¹ A Sonae integrou, em 2015, a lista de empresas que assinaram o *Paris Pledge for Action* - uma iniciativa que surgiu no âmbito da Cimeira do Clima de Paris (COP21) com o objetivo de proteger o planeta das alterações climáticas e que estabelece um compromisso empresarial para limitar o aumento da temperatura até 2ºC acima da existente na época pré-industrial.



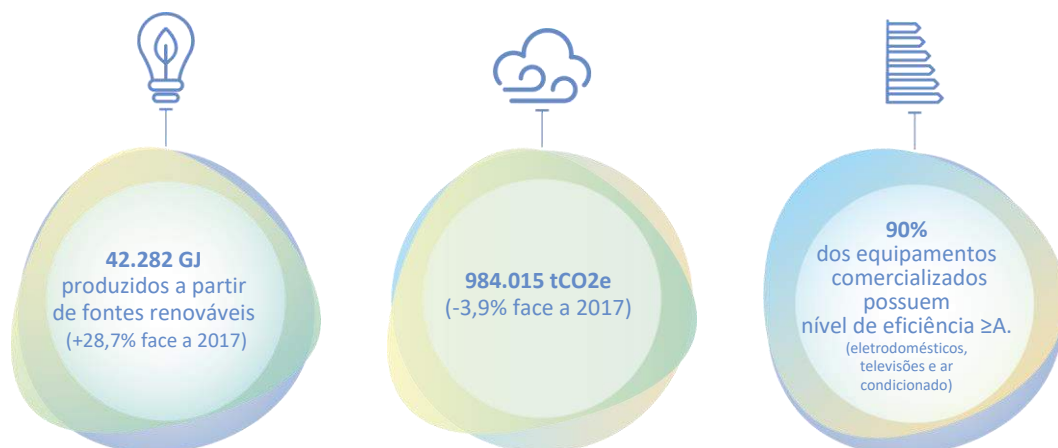
Natureza e biodiversidade - a dependência das organizações do capital natural e o consequente impacto (direto e indireto) que lhes está subjacente e/ou a potencial alteração de habitats, leva-nos a considerar as questões relacionadas com a proteção da biodiversidade, a promoção da agricultura e pescas sustentáveis, o combate à poluição, bem como, as dimensões do consumo sustentável, os processos de produção responsáveis, a preservação de ecossistemas como as florestas, ou a promoção de um entendimento mais aprofundado do tema na comunidade como relevantes.

Plásticos – atendendo ao papel que os plásticos desempenham na sociedade atual, compreendemos o enorme desafio ambiental que representam nomeadamente pela proliferação do seu uso em utilizações únicas e pela ineficácia das políticas de reciclagem. Dado o cariz das nossas atividades, consideramos urgente o desenvolvimento de um trabalho conjunto que permita promover processos de produção, logística e consumo mais sustentáveis.

Desigualdades e desenvolvimento inclusivo - são um dos desafios sociais mais urgentes dos nossos tempos e para o qual podemos contribuir de diferentes formas. Enquanto empregador de referência temos um importante papel na criação de emprego qualificado, na implementação de políticas de desenvolvimento das nossas pessoas ou na promoção da diversidade nas suas várias dimensões. Em termos de comunidade, vemos na educação uma importante e poderosa ferramenta de combate às desigualdades e desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Apoio à comunidade - o apoio, de forma integrada e sustentada, à comunidade é um legado da cultura Sonae, presente transversalmente ao longo do grupo. No âmbito das atividades desenvolvidas procuramos aumentar a capacidade de resiliência e autonomia das comunidades em que estamos presentes, contribuindo para a erradicação da pobreza nas suas diferentes formas. Este eixo, encontra-se, portanto, intrinsecamente articulado com o eixo anterior, tendo em conta que procuramos potenciar o impacto da nossa ação, em prol de comunidades mais empoderadas e resilientes.

2. CO₂ e alterações climáticas



O combate às alterações climáticas é um tema central na agenda do desenvolvimento sustentável do Grupo Sonae. Acreditamos que as empresas podem e devem desempenhar um papel relevante nesta matéria. Dessa forma, subscrevemos o *Paris Pledge for Action* e lançámos internamente um grupo de trabalho que tem como missão traçar a resposta da Sonae ao compromisso, com base nas melhores práticas conhecidas e tendências, e um segundo grupo criado para avaliar o risco que as alterações climáticas representam para os diferentes negócios.

No entanto, a nossa ação climática é bastante anterior e tem vindo a acompanhar o percurso que as nossas empresas têm realizado com o objetivo de melhorar a sua pegada carbónica. São diversas as iniciativas de promoção de ecoeficiência implementadas que de seguida daremos alguns exemplos. Adicionalmente, temos intensificado o nosso investimento em sistemas de produção de energia renovável.

Investimento em energias renováveis

A instalação de centrais fotovoltaicas faz parte de um esforço integrado de melhoria do nosso desempenho ambiental e energético, que compreende também a instalação de equipamentos mais eficientes, em termos de produção de frio, eletricidade e ar condicionado.

Atualmente, a estrutura do retalho (lojas e entrepostos) é parcialmente alimentada por 141 centrais fotovoltaicas, o que representa um acréscimo de 20 unidades face a 2017. Este investimento permitiu-nos reduzir a dependência energética das instalações, gerando poupanças energéticas na ordem dos 20% por unidade, dependendo da área instalada e do período de impacto solar.

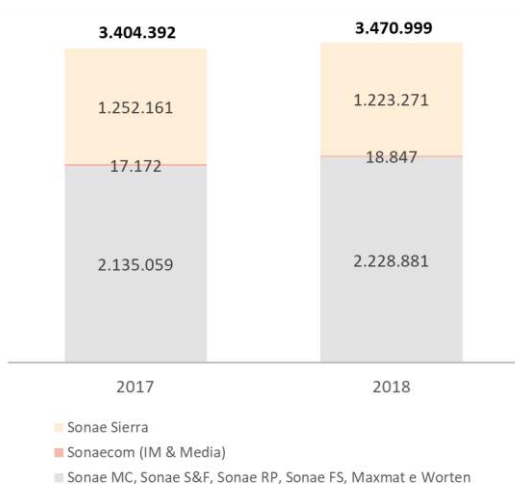
Em 2018, a produção acumulada de energia a partir de fontes renováveis foi de 42.282 GJ (+28,7% que em 2017), dos quais 38,2% foram canalizados para autoconsumo e os restantes 61,8% injetados na rede pública. Ao todo, esta produção permitiu evitar a emissão potencial de 5.520 tCO₂e.

Na sequência de um estudo piloto realizado para testar a viabilidade da instalação de painéis fotovoltaicos em quatro ativos em Portugal, em 2019 a Sonae Sierra está a planear a instalação do primeiro sistema no Maia Shopping.

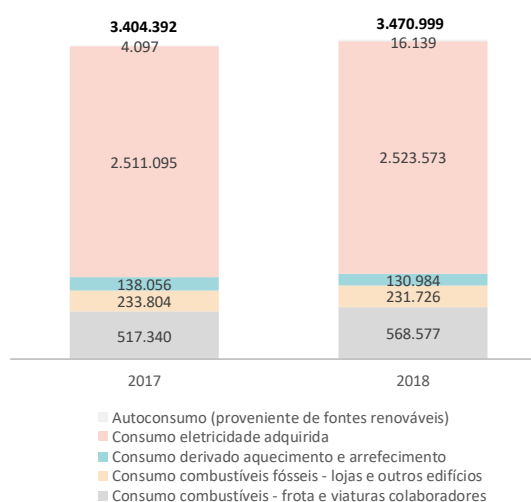
2.1 Desempenho energético

Em 2018, o consumo total de energia das nossas empresas foi de 3.470.999 GJ, o que representou um aumento de 2,0% em relação ao ano anterior devido ao alargamento do âmbito deste indicador à atividade de retalho em Espanha, não sendo por isso totalmente comparável. Caso contrário, mantendo-se o âmbito do reporte, verificar-se-ia uma ligeira redução (1%) em relação a 2017. Este valor, considerando o atual perímetro, compreende 2.539.711 GJ de eletricidade e 800.303 GJ de combustíveis, que representam 73,2% e 22,6% do consumo energético respetivamente. De notar que, 16.139 GJ da energia consumida durante o ano é proveniente da produção de energia a partir de fontes renováveis. Apesar de ainda representar uma pequena fatia da energia consumida (0,5%), registou um aumento de 294% face ao ano anterior, fruto do investimento anteriormente mencionado.

**Consumo de energia (GJ) em 2017 e 2018
(+2,0% face a 2017)**




**Consumo de energia (GJ) por tipologia
em 2017 e 2018**



Na Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten o consumo de energia verificou um aumento de 4,4% fruto do alargamento da monitorização deste indicador à atividade em Espanha em 2018, caso contrário manter-se-ia praticamente inalterado (-0,3%).

A sua maioria (74,7%) diz respeito a eletricidade (1.665.647 GJ), registando-se um aumento de 2,4% pelos motivos acima referidos. Considerando um âmbito semelhante a 2017, observa-se uma redução de 1,4%. Apesar do crescimento orgânico, esta diminuição reflete a aposta continuada num conjunto de projetos e medidas de promoção de eficiência energética, como sejam a instalação de equipamentos e sistemas mais eficientes, a iluminação LED, incorporação de portas nos móveis de frio, implementação de contadores com telemetria ou a realização de auditorias a lojas com menor desempenho energético. Também na atividade de Espanha, medidas de eficiência energética, tais como ajustes de potência e iluminação LED têm vindo a ser implementadas.



Ao nível dos combustíveis, este universo de empresas em Portugal e Espanha foi responsável pelo consumo de 563.234 GJ (+ 10,6% face a 2017²). Com o propósito de minimizar o impacto do crescimento da atividade logística, temos vindo a desenvolver um conjunto de projetos que visam a otimização das rotas através da redução das distâncias percorridas, aumento da capacidade da carga e do n.º de entregas por km percorrido. Complementarmente, temos trabalhado com os fornecedores para melhorar a ecoeficiência dos veículos utilizados pelos mesmos. No final do ano 2018, 84% dos veículos utilizados estavam em cumprimento com a Norma Euro 6³ (representando um aumento de 12% face a 2017); e os restantes 16% em cumprimento com a Norma Euro 5.

Projeto *Backhauling*

Através desta iniciativa, a logística da Sonae MC disponibiliza aos seus fornecedores um serviço de transporte a partir das rotas que seriam feitas em vazio pelos seus camiões, após procederem à última entrega em loja. Desta forma, consegue-se uma redução significativa das rotas em vazio, quer dos nossos veículos de abastecimento de lojas (no regresso após última entrega), quer dos nossos fornecedores após a entrega no nosso entreposto.

Em 2018, este projeto abrangeu 40 fornecedores (+ 14% face ao ano anterior) e proporcionou uma poupança líquida de 1.801.480 Km aos nossos fornecedores (+222% face a 2017) e 1.380 toneladas de emissões CO2e evitadas.

O consumo de energia na Sonaecom (Sonae IM & Media) teve um crescimento de 10% face a 2017, especialmente agravado pelo aumento significativo do consumo de eletricidade (+23% face ao ano anterior). Esta variação é explicada pela inclusão de novos edifícios no âmbito do reporte, face a 2017. Estando particularmente sensível para a temática a empresa tem vindo a realizar várias intervenções nas suas instalações com o objetivo de minimizar as perdas de energia e aumentar o desempenho térmico dos edifícios. Ao nível dos combustíveis, registou-se um aumento de 4,3% face ao ano anterior para os 12.835 GJ.

Por sua vez, a Sonae Sierra registou no total uma diminuição do consumo de energia de 2% face ao ano anterior, tendo-se verificado reduções na ordem dos 2% tanto no consumo de eletricidade como de combustíveis e de 5% nos consumos derivados do aquecimento e arrefecimento.

² Para além do alargamento à atividade de retalho em Espanha nos dados de 2018, de salientar que o valor do consumo de gás natural que contribui para o total de consumo de combustíveis não é diretamente comparável com o valor total de 2017 pois o âmbito de 2018 deste aspeto em Portugal é mais alargado, isto é, inclui entrepostos para além das lojas.

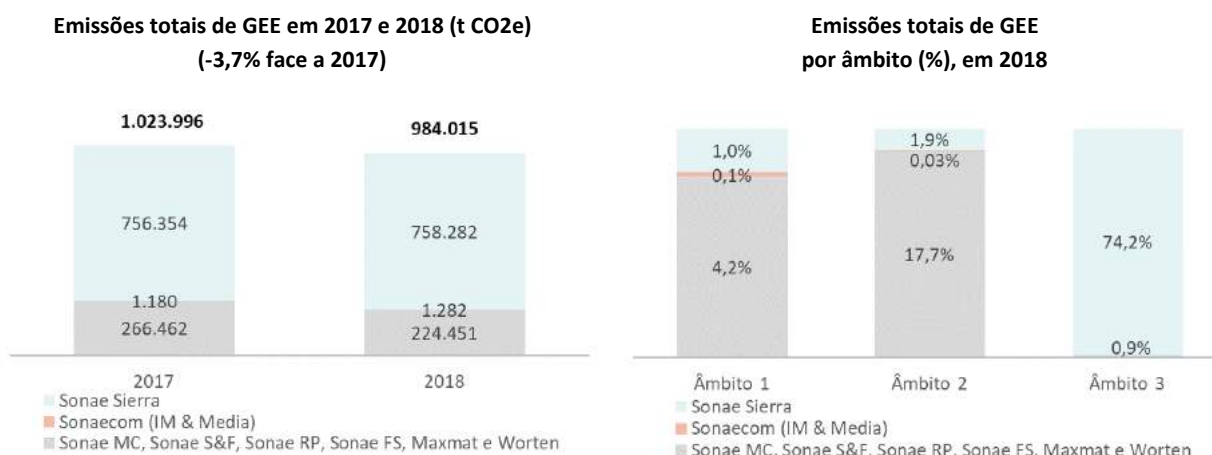
³ As normas euro, estabelecem as regras de emissões de poluentes dos automóveis vendidos nos países da União Europeia, definindo os limites máximos de emissão de poluentes para veículos em estrada. A Euro 6 é a norma mais recente e aplica-se a todos os veículos matriculados a partir de 1 de setembro de 2015 inclusive.

O programa Bright, em vigor desde 2013, permitiu identificar e implementar várias medidas de eficiência energética nos centros comerciais da Sonae Sierra ao monitorizar o consumo de eletricidade dos edifícios e compará-los com um modelo virtual otimizado. Até à data o programa permitiu à Sonae Sierra identificar 250 medidas de otimização, 76% das quais foram implementadas em 28 dos seus centros. Com um investimento total de 2,3 milhões de euros, as medidas implementadas permitem à Sonae Sierra evitar anualmente cerca de 19.100 MWh de consumo de eletricidade (cerca de 11% do seu consumo anual) e 2,4 milhões de euros em custos. Isto corresponde a reduções nas emissões de dióxido de carbono equivalentes a 13% da pegada da Sonae Sierra em 2018 (âmbito 1 e 2 com base em fatores de emissão médios da rede). As restantes medidas por implementar vão evitar anualmente 1,2 milhões de euros em custos e cerca de 8.700 MWh. O projeto foi mais uma vez reconhecido e ganhou em 2018 o *Prémio Silver Stevie® na categoria "Inovação do Ano na Indústria de Energia"* na 15ª edição anual dos *International Business Awards®*, um dos maiores programas mundiais de reconhecimento empresarial.




2.2 Desempenho carbónico

Em 2018, considerando-se o alargamento do âmbito de reporte, as empresas Sonae emitiram 984.015 tCO₂e, verificando-se uma redução de 3,9% face ao ano anterior. Este valor reparte-se por 52.459tCO₂e de emissões âmbito 1 (5,3%), 192.794 tCO₂e de emissões de âmbito 2 (19,6%) e, por último, 738.762 tCO₂e de emissões âmbito 3 (75,1% do total da pegada de carbono).



As emissões de âmbito 1 registaram um aumento de 4,2%, fruto do alargamento de âmbito, caso contrário, registar-se-ia uma redução global de 1,2% face a 2017. A atividade da Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten é a maior responsável por este tipo de emissões, associadas sobretudo ao consumo de combustíveis, representando 4,2% das emissões totais.

Também no âmbito 2, maioritariamente relacionado com o consumo de eletricidade, as emissões decorrentes da atividade do retalho sobressaem agregando 17,7% do total das emissões do grupo. No total, este âmbito obteve uma



redução significativa face a 2017 (-21,1%) que está sobretudo associada à diminuição do consumo de eletricidade proveniente da rede pública e à redução do fator de emissão deste tipo de emissões.

De notar que a maioria das emissões decorrem do âmbito 3 onde as atividades da Sonae Sierra têm um peso de 74,2% no volume total de emissões. Este resultado deve-se essencialmente ao âmbito mais alargado que esta unidade de negócio tem relativamente às restantes, e onde 61,3% das emissões totais das empresas Sonae são emissões associadas aos diferentes meios de transporte utilizados nas deslocações dos visitantes aos centros comerciais da Sonae Sierra. Apesar não existir um controle direto sobre estas emissões de âmbito 3, a Sonae Sierra continua a trabalhar na sensibilização dos lojistas para boas práticas de gestão ambiental. Muitos dos seus centros comerciais estão também a trabalhar na melhoria dos seus acessos, no incentivo à utilização dos transportes públicos e promovendo o uso de bicicletas, assegurando a existência de instalações de armazenamento das mesmas.

Contabilização de emissões da Cadeia de Valor

Em muito setores de atividade, a maioria das emissões de gases com efeito estufa não ocorre nas operações diretas, mas fora das fronteiras da organização: na cadeia de fornecimento e na utilização dos produtos e serviços. No setor das telecomunicações, estas emissões indiretas representam, em média, cerca de 80% do total da pegada de carbono.

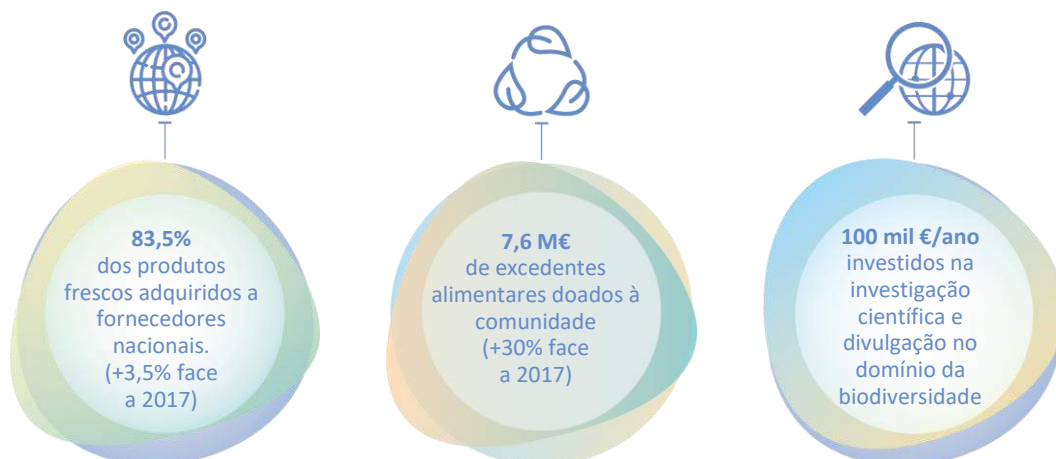
A NOS já contabiliza e reporta as emissões que resultam das atividades próprias (emissões de âmbito 1 e âmbito 2) e também algumas fontes de emissões indiretas (emissões de âmbito 3), como as deslocações em serviço, a mobilidade pendular dos colaboradores ou tratamento dos resíduos produzidos. Com o objetivo de aumentar a capacidade de induzir uma redução de emissões em toda a cadeia de valor, a NOS desenvolveu, em 2018, um *roadmap* para a expansão do âmbito de contabilização da sua pegada de carbono.

Com base na metodologia do *GHG Protocol*, identificaram as categorias de emissões indiretas mais relevantes para a sua atividade, através de critérios como a dimensão estimada de cada categoria, a capacidade para influenciar a sua redução, o nível de exposição ao risco que a mesma envolve, a importância para as suas partes interessadas e as práticas de congéneres de referência.

O passo seguinte foi a definição da metodologia de contabilização a aplicar a cada uma das categorias materiais. Tratando-se de atividades desenvolvidas por terceiros, o acesso a dados primários é limitado, pelo que foi necessário estabelecer abordagens baseadas na aplicação de valores de referência de emissões por valor económico (e.g. para a aquisição de bens e serviços) ou por unidade física (e.g. para o consumo de energia em equipamentos dos clientes).

Este exercício permitiu concluir que as emissões indiretas mais relevantes para a NOS estão associadas à produção dos bens e serviços adquiridos (equipamentos da rede de telecomunicações, equipamentos colocados nos clientes e serviços de interligação com outros operadores) e à utilização dos produtos e serviços (consumo de energia em terminais móveis, telefones fixos, *set-up boxes* de TV, *routers* ou *modems* dos clientes). Num segundo patamar de relevância estão as emissões associadas à rede de lojas operadas por agentes, às atividades de logística e distribuição desenvolvidas por terceiros, e à utilização de infraestruturas técnicas partilhadas com outros operadores.

3. Natureza e biodiversidade



Uma parte significativa das nossas atividades centram-se no retalho. Tendo em conta que em conjunto com o setor agrícola e as empresas de processamento de alimentos os retalhistas têm um impacto significativo na biodiversidade⁴, estamos fortemente empenhados em minimizar os efeitos negativos que os produtos que comercializamos possam ter sobre a natureza. Dessa forma, juntamente com os nossos fornecedores e parceiros, temos vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas que fomentam a criação de redes de abastecimento responsáveis, contribuindo para a proteção dos ecossistemas e a preservação dos recursos naturais. Também é nossa preocupação promover junto dos nossos clientes padrões de consumo sustentáveis, não só através de ações de informação e sensibilização, mas também pela disponibilização de uma maior oferta de produtos e serviços com menor pegada ambiental e social.

Sonae torna-se mecenas da Galeria da Biodiversidade da Universidade do Porto

A Sonae e a Universidade do Porto, através da Galeria da Biodiversidade, celebraram um acordo de mecenato com o intuito de incentivar a promoção, divulgação e investigação científica no domínio da biodiversidade. Desta forma, reconhecendo a importância de trabalhar esta temática junto da comunidade, estimular o diálogo entre a academia e a sociedade, e sensibilizar as partes para a importância da conservação da biodiversidade, a Sonae irá investir, com esta parceria, 300 mil euros nos próximos 3 anos.



⁴ Fonte: Lake Constance Foundation (2018) Recomendações. Projeto “LIFE Food & Biodiversity -Biodiversidade nas Normas e Selos da Indústria Alimentar”.

3.1 Criação de redes de abastecimento sustentáveis

O Clube de Produtores Continente surge em 1998 com o objetivo de apoiar a produção agroalimentar nacional através da partilha de conhecimento da SONAE junto dos produtores. Hoje a sua missão, tendo ainda como base a partilha de conhecimento, passa também pelo reforço de parcerias estratégicas com os produtores, que garantam nas lojas Continente produtos de origem nacional de qualidade, inovadores e cada dia mais sustentáveis.



Com foco na produção nacional, na inovação e na capacitação dos produtores, o Clube de Produtores Continente presta apoio técnico aos seus membros e reconhece-os através de um sistema integrado de certificação. Compreendendo a responsabilidade que o Clube tem junto da Produção, e com grande foco na sustentabilidade, em 2018 foi feita uma revisão desse sistema com vista à sua otimização e utilização de referenciais agroalimentares mais exigentes, contemplando não só indicadores de qualidade e segurança alimentar, como também, indicadores ambientais, de responsabilidade social e de bem-estar animal.

Em 2016 foi formado o Conselho Científico do Clube de Produtores Continente, constituído por investigadores de universidades nacionais e estrangeiras, através do qual aposta na aproximação dos produtores à academia e aos centros de investigação, garantindo assim o acesso dos mesmos a um suporte científico e tecnológico. Neste âmbito e a título de exemplo, em parceria com o Instituto Superior Técnico, o Clube integra o projeto *Food and Biodiversity* - que tem como objetivo central incorporar indicadores de biodiversidade em certificações, marcas e selos do setor agroalimentar.

Em 2018, realizaram-se vários encontros setoriais onde o Clube reuniu representantes do Conselho Científico, das Direções Comerciais da Sonae e os Produtores membros. Estes encontros consistem em momentos de partilha de conhecimento e de identificação de oportunidades e desafios que aportam valor à produção nacional e à oferta do Continente.

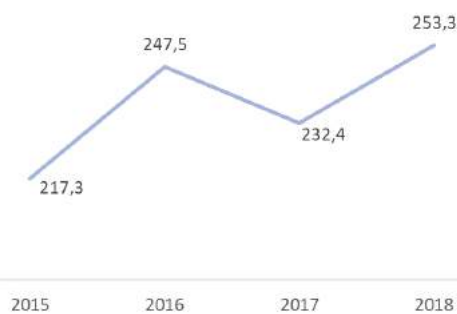
Destaca-se o 1º Encontro do Conselho Científico subordinado ao tema “Produção e Consumo Sustentáveis” (objetivo nº12 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) que reuniu todos os produtores do Clube, membros Conselho Científico, equipas da Sonae, Associação Zero e um representante da ONU.

Em 2018 o volume de compras aos membros do Clube de Produtores aumentou face a 2017, representando 23,1% do valor de compras de frescos (33,1% em volume). De notar ainda que 83,5% do valor de compras de frescos do Continente é realizado a fornecedores nacionais.

Evolução do n.º de membros do CPC (2015-2018)



Evolução do volume de compras ao CPC, M€ (2015-2018)



Cereais de origem 100% nacional

A Sonae MC assinou um contrato pioneiro de fornecimento inédito com seis operadores da fileira dos cereais que compreende a compra de três mil toneladas de trigo português. Este passo permitirá assegurar que todo o pão de trigo produzido nas lojas seja de origem 100% nacional. Uma parceria que representa um importante incentivo para o relançamento da produção de cereais em Portugal.

Conscientes da importância da gestão sustentável dos recursos marinhos⁵, ao longo dos últimos anos temos vindo a implementar diversas medidas que visam minimizar os impactes das atividades piscatórias na biodiversidade marinha e promover a adoção de práticas de pesca sustentável, tendo em consideração um conjunto de princípios de atuação que incentivem a proteção dos ecossistemas.

De forma a avaliar mais facilmente o nível de sustentabilidade dos produtos que comercializamos, a Sonae MC desenvolveu o *Traffic Light System (TLS)*. A partir da utilização desta ferramenta, a cor vermelha, azul, amarela ou verde é atribuída consoante o método de pesca utilizado⁶, simplificando assim o levantamento das principais práticas de pesca. É dada primazia a fornecedores que utilizem métodos de pesca com menor impacto ao nível da existência das espécies e ecossistemas.

Volume de compras de pescado segundo classificação TLS (%) em 2018



Parcerias para a promoção do consumo sustentável

Os retalhistas desempenham um papel central na transição para um modelo de consumo mais sustentável, não só pela capacidade de influência da cadeia de abastecimento, mas também pela interação próxima com uma faixa alargada da população. Ao longo de 2018 desenvolvemos e participámos num conjunto de iniciativas com este objetivo das quais destacamos:

Cities and the Circular Economy for Food: a Sonae MC integrou o estudo que a Fundação Ellen MacArthur promoveu sobre a transição do sistema alimentar das cidades para um modelo circular. Este trabalho traçou os principais desafios a endereçar e os principais eixos de atuação a desenvolver, nomeadamente: o consumo de alimentos produzidos de forma regenerativa e localmente sempre que adequado, o máximo aproveitamento dos alimentos e o redesenho e comercialização de produtos alimentares que são saudáveis não só do ponto de vista

⁵ Para saber mais consulte a [Política de Sustentabilidade do Pescado](#).

⁶ Legenda: Verde = Os métodos de pesca causam pouco perigo à existência da espécie; Azul = Aquacultura; Amarelo = Existência de alguns problemas relativamente ao método de pesca utilizado; Vermelho = Os métodos de pesca utilizados prejudicam outras espécies/habitats.

nutricional, mas também pela forma como são produzidos. A cidade do Porto é uma das quatro cidades incluída na análise mais detalhada, a par de Bruxelas, Guelph e São Paulo.

À Roda da Alimentação: a Sonae MC lançou uma plataforma de comunicação integrada que visa sensibilizar o consumidor para a temática da vida e alimentação saudável. Com o apoio de uma equipa de especialistas, através da criação de conteúdos para diferentes canais (TV, Blog, Redes Sociais), o projeto abordará todos os meses um tema distinto que será trabalhado tendo em vista a desmistificação de mitos que lhe estejam associados, disponibilizando informação fidedigna sobre os mesmos, dando a conhecer a origem dos alimentos e produtos que nos chegam à mesa, partilhando ensinamentos sobre a sua confeção e apresentando truques rápidos e simples para o dia-a-dia.

Troca por Troca – Plantamos uma árvore por cada equipamento usado: a campanha levada a cabo em Portugal e Espanha pela Worten apelou à entrega de equipamentos elétricos e eletrónicos em fim de vida, com a garantia de que os aparelhos entregues em loja ou recolhidos no domicílio seriam convertidos em árvores a plantar nas zonas atingidas pelos incêndios de 2017, na Península Ibérica. A iniciativa resultou na plantação, até à data, de 4.100 árvores (medronheiros, carvalhos e tílias) em Oliveira do Hospital e em Málaga.

3.2 Redução do impacto ambiental dos nossos negócios

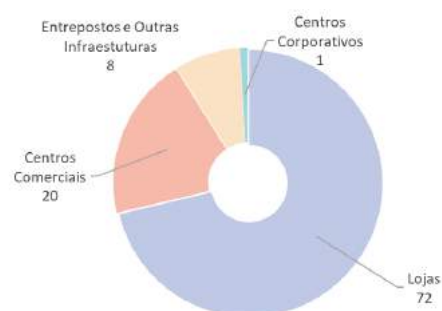
Complementarmente, investimos de forma significativa na melhoria contínua da gestão ambiental da Sonae, procurando minimizar o impacto das nossas atividades no meio ambiente. Para tal, apostamos na utilização eficiente dos nossos recursos, otimizando os consumos de água e energia, e minimizando as emissões de GEE (gases de efeito estufa), sem descurar uma gestão eficaz dos resíduos gerados.

A melhoria contínua na gestão ambiental é garantida através do Programa de Certificações Ambientais, segundo a norma internacional NP EN ISO 14001:2015. A implementação deste programa permite-nos minimizar o nosso impacto ambiental, melhorar as nossas infraestruturas e fortalecer o cumprimento das obrigações legais numa perspetiva ambiental.

No final de 2018, a Sonae MC e a Worten tinham 81 unidades certificadas pela NP EN ISO 14001:2015, na sua maioria lojas: 51 Continente e 21 Worten. A Sonae Sierra tem 44% (20) dos centros comerciais em operação certificados e até à data 26 projetos de desenvolvimento certificados pela mesma norma.

Certificações ambientais por tipo de infraestrutura

(%) em 2018

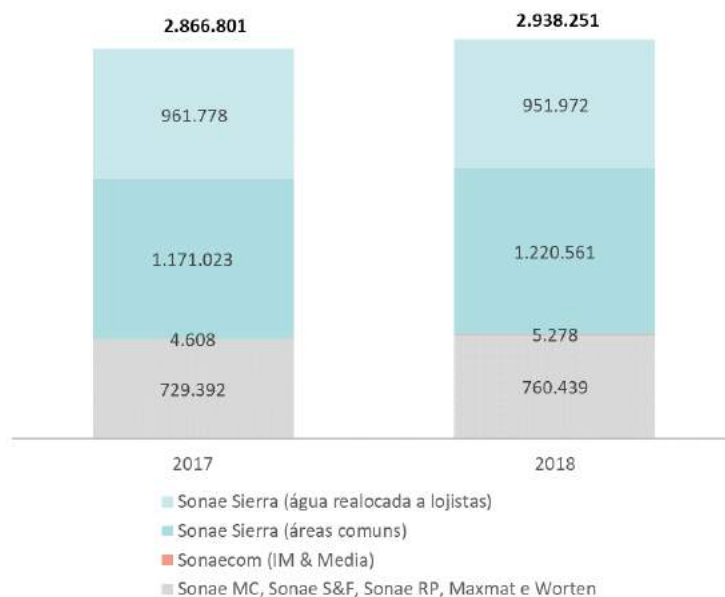


As empresas do Grupo Sonae estão empenhadas em reduzir a sua pegada hídrica, aumentando a eficiência das suas operações, inovando e aproveitando tecnologia para repensar a forma como a água é utilizada e gerida nas suas infraestruturas.

Em 2018, a Sonae consumiu 2.938.251m³ de água, verificando-se um crescimento de 2,5%, fruto do crescimento observado na atividade em Portugal e também pelo alargamento de âmbito deste indicador à atividade de Espanha em 2018.

Apesar deste aumento, os rácios de consumo por área de loja, no caso da Sonae MC, ou por área comum, no caso da Sonae Sierra, mostram uma melhoria da eficiência, com os rácios de consumo por m² a descerem na Sonae MC, ou a manterem-se, no caso da Sonae Sierra. O decréscimo verificado na Sonae MC deve-se à instalação progressiva de contadores dotados de telemetria que permitem uma monitorização dos consumos. 72% dos recursos hídricos consumidos são provenientes de redes públicas de abastecimento, sendo de notar que no caso da Sonae Sierra 12% da água consumida (excluindo lojistas) é reutilizada ou reciclada.

**Consumo total de água (m³) em 2017 e 2018
(+2,5% face a 2017)**



4. Plástico



Nos últimos anos temos assistido a um movimento mundial focado em reduzir o consumo de plástico, nomeadamente de uso único. Pela natureza e expressão de uma parte significativa da nossa atividade, em que estamos em contacto direto com produtores, operadores e consumidores, pelo esforço que temos encetado no sentido de repensar e redesenhar os nossos processos, produtos e serviços no sentido da circularidade, consideramos que temos um papel crucial na resposta a este desafio.


Neste sentido, o foco da nossa atuação passará por: identificar e reduzir a quantidade de plástico que utilizamos nas nossas operações e nos nossos produtos, reforçar os princípios da circularidade na nossa forma de atuação, substituir o plástico por materiais alternativos com menor impacto ambiental, e sensibilizar as comunidades para um uso responsável do plástico através da promoção de comportamentos de redução, reutilização, reparação e reciclagem.

Acreditamos que estes objetivos contribuirão, não só para a redução do consumo de plástico de uso único, como de outros materiais, nomeadamente no que diz respeito às embalagens dos produtos que distribuimos e ao nível das embalagens secundárias.

4.1 Repensar o uso do plástico

Em 2018 desenvolvemos um conjunto diversificado de ações que visaram a diminuição do consumo de plástico, nomeadamente através da redução da sua utilização nas embalagens dos produtos de marca própria e a introdução de matérias-primas recicladas. Estas medidas estão a ser gradualmente implementadas pelas diferentes empresas nas suas diversas áreas – processos operacionais, estruturas centrais, entrepostos, consumíveis e produtos de marca própria.

Pelo volume que representam (mais de 50 milhões de unidades por ano) na Sonae MC salientamos a introdução de sacos de plásticos de polietileno (PE), compostos por 80% de material reciclado, tanto ao nível das lojas como das entregas *online*. Por seu lado, a Sonae S&F através das insígnias Zippy, em 2018, e MO, durante 2019, decidiu acabar com a utilização de sacos de plástico, substituindo-os por sacos de papel.



Ao nível das embalagens dos produtos de marca própria, temos vindo a desencadear um conjunto de alterações com vista a uma redução da sua pegada ambiental. A título de exemplo, a Worten reduziu em 50% o plástico da embalagem dos *headphones* da Goodis, que passaram a ser de cartão, e a marca Kunft passou a usar embalagens de kraft, com pouca área impressa e sem película plástica à sua volta.

Projeto YPACK

Sob o mote *Fighting Food Waste & Plastics*, o projeto tem como objetivo desenvolver uma nova geração de embalagens biodegradáveis e simultaneamente capazes de aumentar o *shelf-life* de produtos críticos. O consórcio responsável pelo projeto conta com a participação de um conjunto alargado de parceiros onde se insere a Sonae MC, a Universidade do Minho, a Universidade Nova de Lisboa, os Laboratórios INL, a Linpac entre outros. A Sonae MC lidera o *workpackage* de validação dos protótipos e, em 2019, irá testar num leque de produtos estes novos tipos de embalagens, nomeadamente no *Panana* – um dos artigos de economia circular desenvolvidos pela empresa.

Estando a trabalhar em soluções inovadoras de materiais alternativos, em alguns produtos a Sonae MC tem vindo paralelamente a substituir as embalagens de plástico por cartão (ex. lâmpadas Boost e Mainstream) ou a reduzir a quantidade de plástico usado, como no caso das pilhas Boost (diminuição superior a 70%). De referir ainda que as cuvettes usadas para os produtos disponibilizados nas secções de talho, no último ano, aumentaram para 50% a incorporação de material reciclado.

Deeply eco friendly wetsuits

Os fatos são desenvolvidos com neopreno ecológico (85%) e com uma quantidade reduzida de borracha sintética (15%), neste caso livre de cloro. O Naturalprene permite ter um neopreno fabricado com borracha natural proveniente das plantas e colado com um produto ecológico à base de água sem solventes nem químicos. A Deeply utiliza ainda outras tecnologias amigas do ambiente nos seus produtos, como por exemplo, neoprene à base de minerais naturais de calcário, o *eco carbon black* (proveniente da reutilização de pneus de carro) que reduz significativamente o consumo de energia e a emissão de CO₂ em 200g por fato, e a aqua TM, uma cola sem solventes e completamente à base de água, eliminando compostos orgânicos voláteis prejudiciais (COV).

De notar ainda que, em termos de operação, as cafetarias Bagga e as secções de *take away* do Continente eliminaram a louça de plástico descartável (agitadores, talheres, pratos, copos de água e de chá), o que representará uma redução do consumo de plástico superior a 37 toneladas/ano. Teremos ainda uma poupança anual de cerca de 72 toneladas através da redução da espessura dos filmes utilizados nas operações logísticas.

Adicionalmente, a Sonae S&F está ainda a desenvolver um conjunto de orientações que tem como objetivo reduzir o número de etiquetas utilizadas e o plástico utilizado no embalamento dos seus produtos.

Promoção de comportamentos sustentáveis

A nossa ação também se estende a jusante através da promoção uso consciente do plástico e na gestão que fazemos dos resíduos gerados pelas nossas atividades.

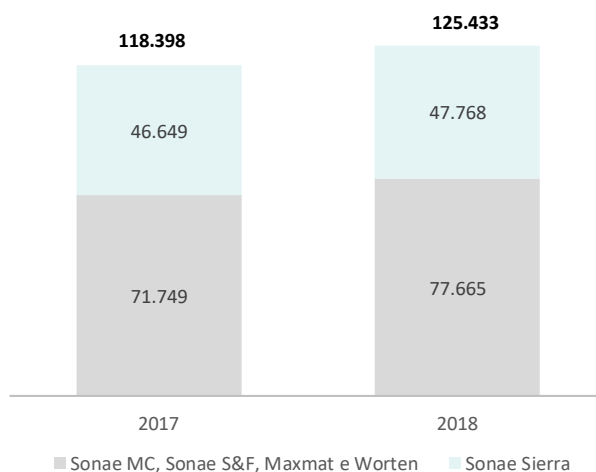
Escritórios corporativos: nos escritórios, os copos de plástico para consumo de água e de café têm vindo a ser eliminados, como foi o caso da Sport Zone que celebrou o Dia Mundial da Conservação da Natureza oferecendo aos seus colaboradores garrafas de desporto para água e copos de vidro para o café, suprimido assim a necessidade do uso do plástico para este fim. A Worten e a Sonae MC introduziram alterações da mesma natureza.

Escola Missão Continente: no ano letivo 2018/2019 chegou a 23.939 alunos em 273 escolas, com o desafio de envolver toda a comunidade educativa na redução do uso do plástico. O programa aposta na aprendizagem através de atividades didáticas, distribuição de materiais lúdicos, visitas de estudo e desafios, que vão incentivar a comunidade a pensar e agir sobre esta e outras temáticas. Deste modo, pretendeu-se desenvolver um trabalho multidisciplinar capaz de envolver alunos, professores, auxiliares da ação educativa e pais na tomada de consciência do uso excessivo que fazemos do plástico - como o usamos, como o tratamos depois de o usar, como lhe podemos dar uma nova vida, tornando a sua utilização mais regrada e consciente – formando os alunos para também eles serem agentes de mudança.

4.2 Gestão Responsável de resíduos

Em 2018, a Sonae produziu 125.433 t de resíduos (+5,94% face ao ano anterior) em linha com a evolução da sua atividade e fruto do alargamento do âmbito do reporte, sendo que 61,2% é decorrente da operação do retalho.

Produção de resíduos (Ton) em 2017 e 2018
(+5,94% face a 2017)



Durante o ano, a Sonae MC, Sonae S&F, Maxmat e Worten, em Portugal e Espanha, foram responsáveis pela produção total de 77.662 t de resíduos (+8,2% face ao ano anterior). Registaram uma taxa de valorização de 81,4% (+0,3% face ao ano anterior) dos resíduos produzidos, com 63.248 t a serem valorizadas e 14.414 t a serem eliminadas.

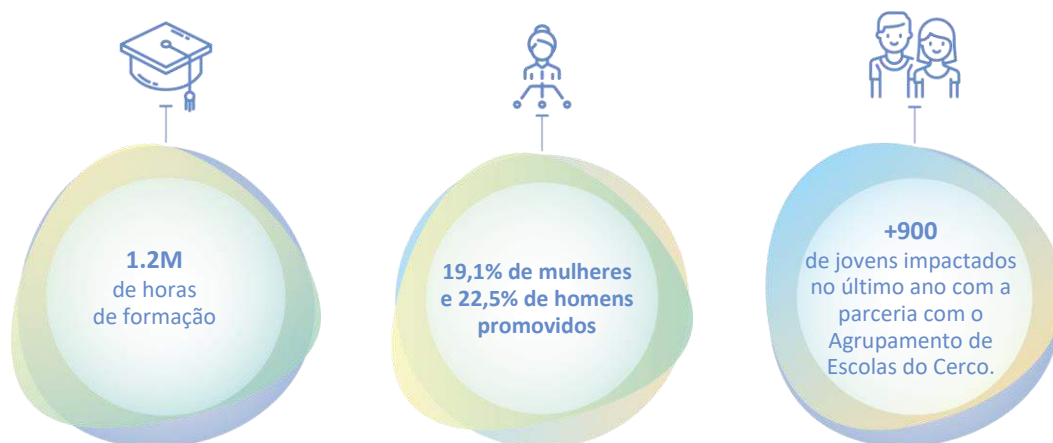
Em 2018 a Sonae Sierra obteve um aumento de 2,4% da produção de resíduos decorrentes da atividade dos seus centros comerciais e escritórios corporativos, sendo que um total de 47.768 t correspondentes a 66,1% destes resíduos foram encaminhados para reciclagem, compostagem ou digestão anaeróbia.

Em termos de promoção da reciclagem, na área de retalho possuímos ecopontos nos parques de estacionamento das nossas lojas para que os nossos clientes possam exercer as suas opções de cidadania ambiental de forma mais confortável, aproveitando a sua deslocação àqueles espaços. Por outro lado, o Continente Online implementou um processo de devolução, assegurando o envio para reciclagem dos sacos devolvidos pelos clientes.

**Taxa de valorização de resíduos
(%) em 2017 e 2018**



5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo



Encaramos as desigualdades como um dos desafios sociais mais complexos e urgentes dos nossos tempos. Acreditamos que a educação é um espaço primordial para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

Com o propósito de levar os benefícios do progresso a um número crescente de pessoas, assumimos a responsabilidade de endereçarmos este desafio, interna e externamente, e o compromisso de desempenharmos um papel ativo na redução das desigualdades das comunidades em que estamos presentes.

4.1 Promoção de uma organização diversa e inclusiva

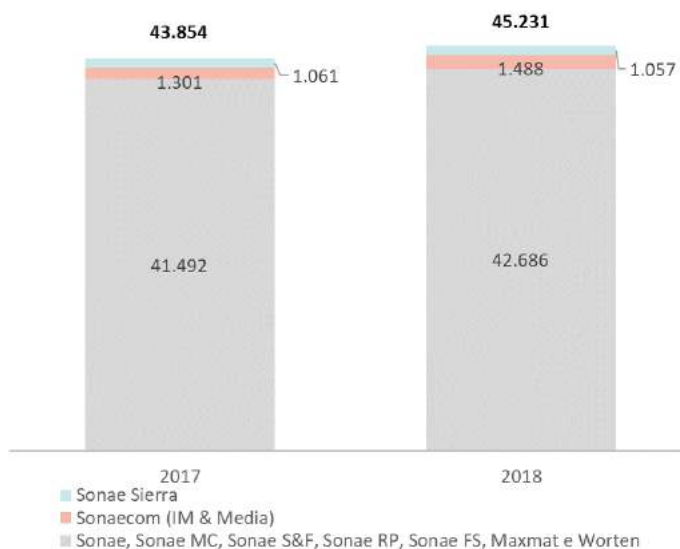
Temos a ambição de ser uma organização diversa e inclusiva, capaz de atrair, integrar e desenvolver pessoas com diferentes perfis e percursos. Nesse sentido, trabalhamos continuamente para proporcionar o melhor contexto para o desenvolvimento do talento das nossas equipas e o cumprimento do seu potencial, num ambiente de trabalho seguro e justo, onde o contributo de todos é valorizado. Estamos convictos que somente desta forma, assentes nesta riqueza de perfis, seremos capazes de responder aos desafios atuais e futuros dos nossos negócios e da sociedade em geral.

Deste modo, assumimos um compromisso de promoção da diversidade nas suas várias dimensões, nomeadamente em função da idade, género, habilitações ou de antecedentes profissionais. Algumas das orientações consideradas no âmbito da promoção da diversidade são a recomendação aos recrutadores para a criação de uma *short-list* equilibrada em termos de representatividade de géneros, a atenção às constituições das equipas evitando-se as composições homogéneas, bem como a monitorização das avaliações de desempenho, promoções, revisões salariais e saídas voluntárias, com a finalidade de garantir uma gestão correta dos processos ao nível de igualdade e não-discriminação.

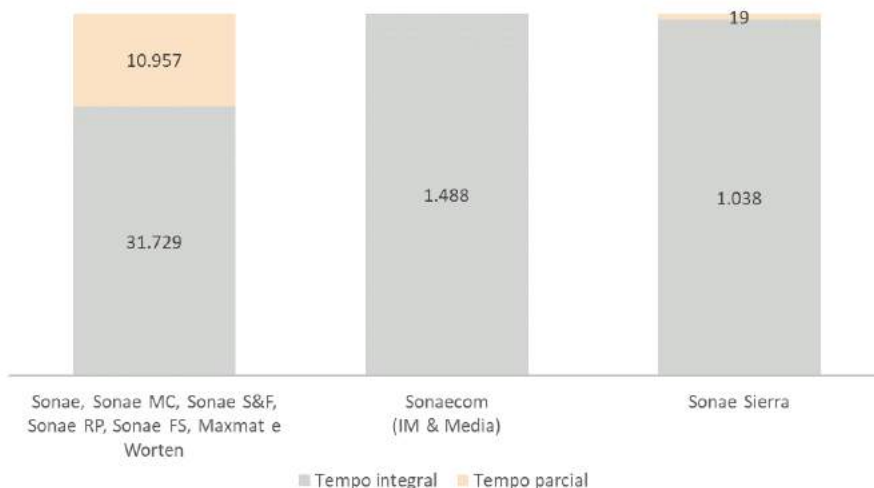
No final de 2018 empregávamos 45.231 pessoas, mais 3,1% do que em 2017, das quais 65% são mulheres e 35% homens. Este aumento é justificado com a expansão dos vários negócios do grupo. Destes, 70% são colaboradores

permanentes, mantendo-se esta proporção estável relativamente a 2017. A maioria dos colaboradores (92%) estão em Portugal. Dos restantes, 5,5% estão localizados em Espanha, tendência que se mantém relativamente a anos anteriores, e 2,5% em outras geografias.

Nº. de colaboradores em 2017 e 2018
(+3,1% face a 2017)



Nº. de colaboradores por tipo de emprego em 2018



Sonae reforça peso das mulheres em posições de liderança de topo

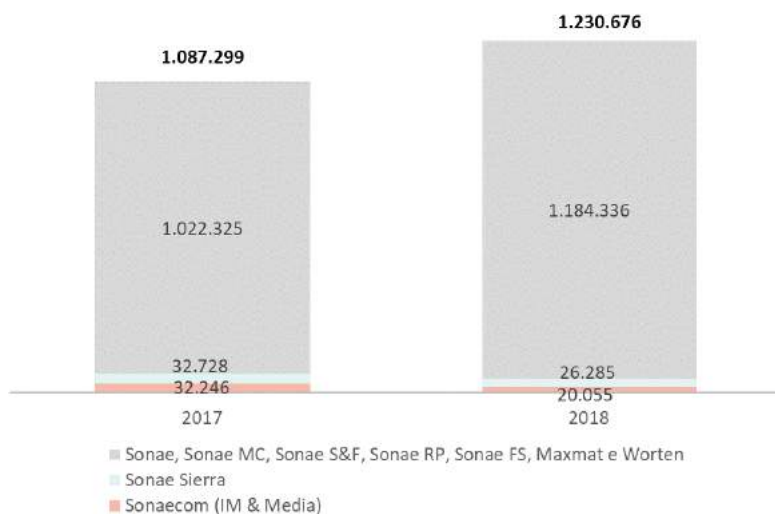
A Sonae está entre as empresas europeias com maior percentagem de mulheres em posições de liderança, segundo a análise elaborada pela *European Roundtable of Industrialists* (ERT). No final de 2018, 32,4% das posições de liderança na Sonae eram ocupadas por mulheres. A Sonae pretende continuar a reforçar este desempenho, tendo estabelecido como objetivo garantir que até 2020, 30% do *Top Management* do grupo, será ocupado por pessoas do género feminino. O peso crescente das mulheres em posições de topo na Sonae já é visível ao nível do Conselho de Administração e Conselho de Supervisão da Sonae, onde hoje um em cada quatro membros é mulher, o que representa uma forte evolução face a 2013.

4.2 Desenvolvimento das nossas pessoas

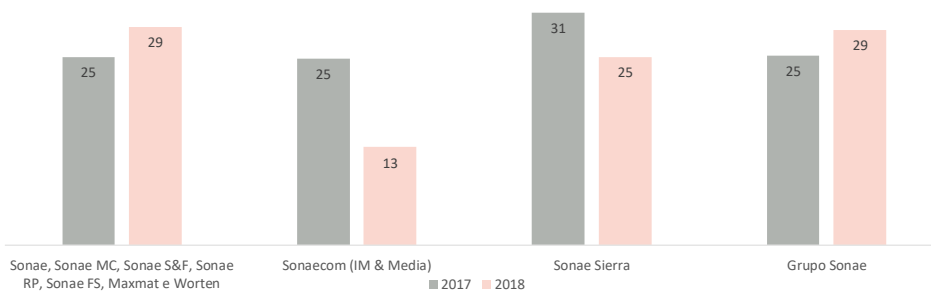
Promovemos uma cultura de meritocracia, onde a diferenciação do desempenho e o contributo das nossas pessoas é sustentado por processos e ferramentas de avaliação e reconhecimento. Assim, o modelo de gestão de performance da Sonae - *Improving Our People* - promove, anualmente, uma reflexão conjunta entre chefia e cada elemento da equipa sobre o desempenho verificado e as oportunidades de desenvolvimento existentes.

A formação é um ponto fulcral do desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos colaboradores. No ano de 2018 o número de horas de formação no Grupo Sonae aumentou 13,2%, assim como a média de horas de formação por colaborador (13,8%), apesar das reduções verificadas na Sonaecom e Sonae Sierra. A diminuição na Sonaecom deve-se ao facto de, em 2017, se ter realizado um conjunto de formações específicas relacionadas com o lançamento de um novo produto. Na Sonae Sierra terminou, em 2017, um ciclo de formações de longa duração que não tiveram continuidade em 2018.

Horas de formação em 2017 e 2018
(+13,2% face a 2017)



Média de horas de formação por colaborador em 2017 e 2018




A nossa oferta formativa é desenvolvida de forma a responder às necessidades dos diferentes segmentos de colaboradores, desde os níveis mais operacionais aos mais estratégicos, considerando as diferentes gerações, áreas e geografias que caracterizam o nosso perfil humano.

Centro Qualifica: somos uma das duas únicas empresas privadas em Portugal a acolher um Centro Qualifica, criado pelo governo português, que visa aumentar o grau de escolaridade dos nossos colaboradores, bem como conferir-lhes certificações em diversas matérias. A Sonae MC tem como objetivo aumentar, até 2020, em 4% o nível de qualificação dos colaboradores com escolaridade inferior ao 12º ano. Em 2018, 185 adultos foram certificados, dos quais 95 viram aumentar as suas qualificações escolares e 90 as suas qualificações profissionais.

Parcerias na área da Moda: a Sonae S&F tem vindo a desenvolver parcerias com entidades que trabalham *design* e moda de forma a desenvolver competências específicas destas áreas. O London College of Fashion e a Central St Martins são exemplos de entidades com as quais temos vindo a desenvolver parcerias tanto ao nível de conhecimentos técnicos específicos do negócio, como vestuário, têxteis, materiais, padrões e cor, como ao nível da partilha de tendências criativas, estilos de vida dos consumidores ou cultura de moda.

Em 2018, implementámos o programa, o *Improving Our People GT (Growth Toolkit)* dirigido a todos os *Group Senior Executives* da Sonae. Este programa representa uma abordagem específica à gestão e desenvolvimento do talento executivo do grupo, envolvendo duas etapas. Uma primeira de diagnóstico, que compreende a descrição do perfil dos participantes à luz de dimensões como competências, experiências, *drivers* motivacionais e personalidade, e que visa promover em cada um, uma visão clara e abrangente do que são as suas valências positivamente diferenciadas, bem como das áreas com margem de desenvolvimento. Esta etapa de diagnóstico culmina com uma sessão individual de *feedback*, liderada por um *coach* externo à organização. A segunda etapa assenta na co-construção de planos de desenvolvimento pessoais e profissionais customizados a cada pessoa, com um horizonte de implementação de dois a três anos, abrangendo metodologias também elas diversas, em linha com as preferências e prioridades definidas.

De forma a preparar os colaboradores que assumiram recentemente funções de liderança, a Sonae MC lançou um novo programa de gestão e liderança, *First Time Leaders*. Os conteúdos deste programa assumem uma forte componente prática, estando focados em situações reais mapeadas em contexto de trabalho e aposta, igualmente,



na construção de comunidades colaborativas digitais para reforço da *network* entre os cerca de 500 participantes. As sessões visam capitalizar o *know-how* interno e o potencial de cooperação entre diferentes áreas e parceiros da Sonae MC.

Plataformas digitais de formação e desenvolvimento

No sentido de continuarmos a promover uma cultura de aprendizagem, temos vindo a trabalhar um conjunto de formatos de formação alternativos e adaptados aos contextos dos diferentes negócios.

Sonae Academy - Management & Leadership e Values & People: tem a ambição de ser uma plataforma central na forma como partilhamos conhecimento e aprendemos, dando resposta aos diferentes estilos e preferências de aprendizagem através das seguintes abordagens: Books & Articles - recomendação de leituras sobre um conjunto diversificado de tópicos de gestão, liderança e negócios, com sugestões atualizadas mensalmente e Learning Hubz - plataforma *on-line* de acesso fácil e permanente a vídeos curtos nos mais variados assuntos de gestão e liderança. A curadoria destes conteúdos é realizada em mais de 200 instituições de renome, tais como Harvard, Columbia, IMD, MIT, entre muitas outras. Tinha no final de 2018 mais de 2.000 colaboradores registados e cerca de 1.150 ativos, com mais de 10 mil vídeos/sessões iniciadas, que implicaram o investimento de mais de 740 horas por parte das nossas pessoas.


Worten Academy: plataforma de formação digital focada em temas que são essenciais e relevantes para o negócio, como sejam vendas, produtos, serviços ou pós-venda. Em 2018 consolidou a sua relevância para o desenvolvimento das equipas, tendo registado um aumento de cerca de 30% das horas de formação realizadas através desta plataforma, e impactado mais de 6.400 colaboradores, que avaliaram positivamente os conteúdos formativos (4,3 numa escala de 5 pontos). A partir de 2019 esta plataforma permitirá gerir a formação presencial e *on the job*.

Wortubers é um canal interativo que tem como objetivo a partilha de conhecimento entre colaboradores Worten com recurso a vídeos produzidos pelos próprios colaboradores. Esta solução permite que os colaboradores da Worten utilizem o seu saber e competências promovendo a aprendizagem dos colegas e a interajuda. Esta iniciativa conta já com 17 vídeos que tiveram mais de 775 visualizações.

4.3 Construção de comunidades inclusivas

Consideramos a educação uma importante e poderosa ferramenta para a transformação social. Uma crença claramente alicerçada no legado que o Eng.º Belmiro de Azevedo construiu. Um compromisso que trespasa as fronteiras da Sonae e se prolonga com o *think tank* da educação da Fundação Belmiro de Azevedo - Edulog. Esta plataforma pretende discutir a educação, promover investigação e um debate informado sobre questões tão diversas como a forma como realizamos aprendizagens ao longo da vida ou as melhores políticas para uma educação transformadora, entre outros tantos temas.

Ao longo deste percurso uma das aprendizagens que fizemos é que estes temas têm que ser trabalhados no longo prazo, numa lógica articulada e integrada entre os diversos atores que atuam nas comunidades. Nesse sentido, mantemos desde 2007 uma parceria com o Agrupamento de Escolas do Cerco que nasceu no âmbito de uma parceria



com o serviço educativo da Câmara Municipal do Porto, no projeto Porto de Futuro. Esta parceria tem como objetivo dar apoio à gestão e desenvolvimento escolar, com vista a uma maior participação da sociedade civil na vida das escolas, reconhecendo o papel fundamental da educação no desenvolvimento sustentado de uma sociedade mais competitiva e dinâmica.

Assim sendo desenvolvemos ações para 3 tipos de destinatários - alunos, comunidade escolar e família - dentro e fora da escola.

No âmbito desta parceria, no ano letivo 2018/2019, mantivemos para um grupo de 77 alunos o programa Rede de Mediadores para o Sucesso Escolar, desenvolvido pela EPIS (Associação de Empresários pela Inclusão Social) que permite identificar as crianças com maior risco de abandono escolar e fazer um acompanhamento individualizado, em proximidade e continuidade, com vista à sua capacitação e promoção do sucesso e prevenção do abandono, absentismo e indisciplina.

Ao nível das iniciativas de enriquecimento curricular, destacamos a parceria com a Yscience que pretende promover o gosto pelas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM). Através de atividades práticas que combinam a componente científica e tecnológica com a componente lúdico-pedagógica, pretendemos despertar talentos escondidos ao mesmo tempo que desenvolvemos uma série de competências fundamentais que possam fazer a diferença nas suas escolhas escolares e profissionais. O programa envolve 80 alunos do 2º ano do 1º ciclo do ensino básico, de três escolas básicas do agrupamento. Para 22 alunos que integram o Currículo Específico Individual do agrupamento, reforçamos o seu programa de desenvolvimento com aulas semanais de equitação terapêutica para todos, assim como a presença de três alunos em seis provas de hipismo adaptado e a presença nos *Special Olympics Portugal*.

Com o objetivo de enriquecer o percurso escolar destes alunos e desenvolver competência pessoais, relacionais e sociais, proporcionamos um conjunto de estágios, promovemos um programa diversificado de visitas de estudo e dinamizamos um ciclo regular de palestras, as Conversas Inspiradoras, que levam à escola um conjunto de pessoas de diferentes setores da sociedade que partilham o seu percurso com os alunos.

À semelhança do que preconizamos na Sonae, consideramos o reconhecimento do mérito e do desempenho essenciais para o sucesso. Como tal, atribuímos no final de cada ano letivo quatro prémios de mérito: aos dois melhores alunos do 12º ano (ensino geral e profissional), ao aluno EPIS com índices mais elevados de progressão, e ao aluno do agrupamento que tenha desenvolvido um projeto de responsabilidade social mais significativo. Complementarmente, oferecemos a inscrição no programa Universidade Junior de Verão da Universidade do Porto, ao melhor aluno de cada ano letivo (dez, no total).

Como consideramos a família um ator fulcral neste projeto, e com o objetivo de promover uma maior aproximação famílias ao ambiente escolar, dinamizamos um conjunto de workshops que pretendem apoiá-los na educação dos mais jovens, para além da promoção de momentos de convívio e interação cultural. Promovemos, ainda, acompanhamento individualizado pelo Mediador Empresários para a Inclusão Social (EPIS) de forma a que o trabalho com o aluno seja realizado conjuntamente pela tríade Escola – Família – Comunidade, dando às famílias ferramentas para melhoria de métodos e hábitos de estudo, relacionamento interpessoal e gestão de conflitos.

Para a comunidade escolar desenvolvemos um conjunto de ações que têm como objetivo reconhecer o trabalho desenvolvido, promover algumas ações de sensibilização para temáticas que possam ser relevantes no desempenho das suas atividades.

Código Dá Vinte

O Código Dá Vinte, que em 2018 teve a sua 6ª edição a favor da Associação Corações com Coroa, permitiu financiar 34 bolsas anuais para jovens raparigas que, embora com aproveitamento escolar, enfrentavam diversos constrangimentos socioeconómicos que dificultavam a sua permanência na escola e conseqüente progressão nos estudos. A contribuição do cliente foi feita numa das mais de 190 lojas Worten do país ou em Worten.pt e, ao total angariado, a Worten juntou mais 20%, o que resultou num donativo de 180.000€, entregue no início deste ano à Corações com Coroa.

Esta iniciativa da Worten está em vigor todos os anos, por altura do Natal, e convida os clientes a contribuir para uma determinada causa, sendo que, para o efeito, só têm que se dirigir a uma loja Worten e pedir para passar o código solidário, a partir de 0,20€. A ação também é válida em Worten.pt.

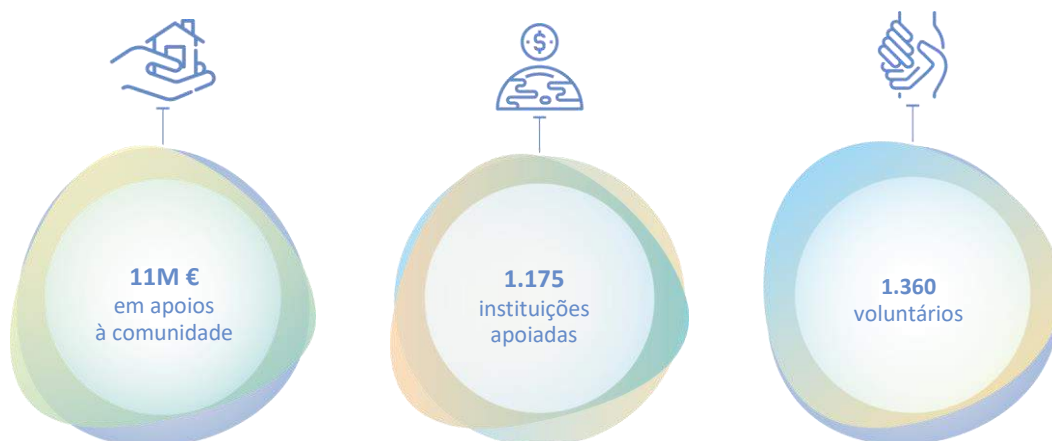
A este nível, e com o objetivo de apoiar a condução dos estudos dos filhos dos colaboradores com situações financeiras mais precárias, dispomos de um programa de Bolsas de Estudo. Este programa é transversal a todas as empresas, e reconhece o mérito dos jovens através da atribuição de uma bolsa aos candidatos com as médias gerais mais elevadas de cada ano letivo em apreço.

Neste âmbito, também a Sonae IM apoia a a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) na área da engenharia informática. Para tal, no início de 2019, a Sonae IM e a FEUP comunicaram uma parceria para a criação de um laboratório de investigação e desenvolvimento - o Sonae IM LAB@FEUP. Com esta parceria pretende-se incentivar a cocriação de conhecimento e o desenvolvimento de tecnologias na área da engenharia informática, e também promover a inovação e competitividade das empresas no setor, contribuindo para o emprego científico altamente qualificado. Nesse âmbito, está prevista a realização de projetos de investigação conjuntos entre a Sonae IM e a FEUP que reflitam, de forma integrada, interesse para a academia e para a indústria.

Paralelamente, e dado o impacto que o baixo índice de natalidade e o envelhecimento da população podem ter nas comunidades em que estamos presentes, nomeadamente em Portugal, estes temas tem vindo a ganhar particular relevância para as empresas do grupo Sonae. A Well's criou o projeto "Por um Futuro com mais Bebés", que tem a ambição de celebrar os nascimentos ocorridos, apoiar um conjunto de agregados familiares mais carenciados, bem como promover um debate aprofundado sobre a temática. Ao longo do ano foram distribuídos mais de 40 mil kits Baby Well's, cobrindo metade dos nascimentos ocorridos em Portugal e foi dado apoio a cerca de 50 famílias carenciadas, cobrindo todas as necessidades de puericultura, alimentação infantil e higiene, e cuidado da mãe. Foi ainda criada uma rede voluntária de colaboradores Well's que apadrinharam estas famílias e visitaram-nas semanalmente.

A Sonae MC integra o projeto CordonGris, que tem como missão ajudar seniores a manter uma vida saudável e independente através de recomendações de refeições, gestão de saúde e assistência nas compras, num contexto orçamental delimitado. Através de um sistema de fácil utilização, o CordonGris irá ajudar no planeamento de refeições e na gestão do orçamento familiar, sem comprometer a qualidade da dieta de cada um. Este projeto está a ser desenvolvido em três países: Portugal, Reino Unido e Países Baixos. A Sonae MC é um dos parceiros juntamente com a Can Cook, Red Ninja Studios, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Associação de Organizações Católicas de Idosos, estando a coordenação do projeto a cargo da Fraunhofer Portugal.

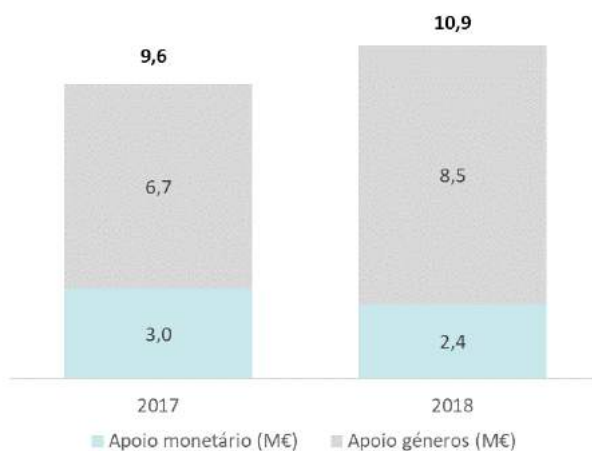
6. Apoio à comunidade



O compromisso do Grupo Sonae em apoiar o desenvolvimento das comunidades onde se insere é um valor transversal às várias empresas do grupo. Nesse sentido, queremos potenciar o nosso contributo através da medição de impacto, focando-nos nas iniciativas onde somos mais eficazes e capacitando as organizações da economia social com quem trabalhamos no sentido delas próprias reforçarem a eficácia da sua missão. Acreditamos que desta forma estaremos a contribuir para comunidades mais empoderadas e resilientes.

Ao longo de 2018 investimos cerca de 11 milhões de euros em apoios a organizações da economia social (1.175 instituições), representando um aumento de 13,4% relativamente a 2017. Estes apoios abrangem cinco áreas distintas: solidariedade social, saúde e desporto, sensibilização ambiental, cultura, educação e ciência e inovação.

Apoio direto Sonae efetuado à comunidade (M€) em 2017-2018 (+13,4% face a 2017)



O compromisso da partilha e promoção do bem-estar é um valor transversal às várias empresas do grupo Sonae que, influenciadas por esta forte cultura, desenvolvem iniciativas externas diversas, reforçando a sua proximidade à comunidade. Estas são algumas das ações desenvolvidas durante 2018:

Doações Alimentares Missão Continente: na Sonae MC prevenir o desperdício alimentar é uma causa partilhada por diferentes áreas ao longo de toda a cadeia de valor. Desta forma, propõem-se a combater e valorizar a quebra através de um conjunto diversificado de ações. Destacamos a doação de produtos a organizações da economia social, uma iniciativa implementada em 274 lojas e entrepostos, que permitiu apoiar 900 organizações com géneros alimentares num valor superior a 7 milhões de euros.

Equipa Worten Equipa: o programa de promoção da reciclagem dinamizado pela Worten, através do qual, mediante o volume de toneladas de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos recolhidos em loja e ao domicílio, a Worten oferece novos equipamentos a instituições de solidariedade social de todo o país. Permitiu que desde 2009 a Worten apoiasse mais de 2.000 IPSS com a doação de novos equipamentos valorizados em 2M€ (PVP).

Doar é Receber: a Zippy associou-se ao movimento civil *Heat the Street*, que procura angariar peças quentes para entregar a quem mais precisa. Uma iniciativa que nasceu em 2015 e que rapidamente se transformou numa corrente solidária que já chegou a várias cidades do país. A quem doasse um agasalho, a Zippy oferecia um desconto direto de 20% na compra de um casaco novo da marca, tendo recolhido cerca de 750 abrigos/casacos nas suas lojas, que foram distribuídos no dia 15 de dezembro numa ação realizada na Av. Liberdade, em Lisboa.

5.1 Intervir através do voluntariado

Acreditamos que o voluntariado permite colocar os nossos colaboradores e equipas em contacto com diferentes realidades, enfrentar novos desafios e abrir horizontes, funcionando, muitas vezes, como um estímulo à criatividade e à inovação. Adicionalmente, aumenta a proximidade com as comunidades onde nos inserimos permitindo impactar de forma positiva a sua qualidade de vida.



Sonae
Activshare
SONAE

Como tal, em 2012 criámos o programa Sonae Activshare que tem como objetivo consolidar e agregar todas as ações de responsabilidade social e voluntariado da Sonae, abrangendo todos os colaboradores das várias empresas do grupo.

Em 2018 estiveram envolvidos no Sonae Activshare 1.360 voluntários, -16% do que em 2017, o que se refletiu também nas horas de voluntariado, que diminuíram 12%. Esta redução prende-se com o facto de, em 2017, se terem organizado um conjunto de ações de resposta a situações de emergência (incêndios) que mobilizaram um número elevado de colaboradores que não tiveram lugar em 2018 dado o seu carácter excecional.

De forma a reforçar a relevância e elevar o seu posicionamento, que é natural devido à sua maturidade, em 2019 iremos reformular o programa de forma a ajustar o Sonae Activshare aos novos desafios estratégicos: focar cada vez mais a nossa atuação na educação através do voluntariado de competências. Pretendemos, ainda, medir o impacto dos principais programas implementados de forma a incorporar essa componente analítica na melhoria contínua do programa.



5.2 Intervir junto das nossas pessoas


















O Grupo Sonae tem um universo de mais de 45 mil colaboradores que, como é natural, por vezes passam por fases de maior vulnerabilidade. Pensando nesses momentos temos em funcionamento, desde setembro de 2013, o programa Somos Sonae. Este projeto tem como objetivo disponibilizar apoio de carácter excecional e temporário aos nossos colaboradores e respetivas famílias. Uma equipa especializada e multidisciplinar da Cruz Vermelha Portuguesa é mobilizada para analisar os pedidos de apoio endereçados e, após o diagnóstico inicial, é desenvolvido e implementado um plano, desenhado à medida da situação específica de cada um, assumindo contornos diversos. Todos os processos são geridos e acompanhados de forma a garantir a privacidade dos colaboradores e suas famílias. Em 2018, através deste programa, apoiámos 105 colaboradores, impactando 191 pessoas, com um investimento de 155 mil euros.

Também tendo como público-alvo as nossas pessoas, e no âmbito da comemoração do 25º aniversário do Centro de Distribuição da Maia (CDM), nasceu em 2015 o programa Logística Solidária. Este programa tem vindo a aumentar progressivamente o seu impacto na vida dos colaboradores abrangidos pelo mesmo. Atualmente é composto por um conjunto de ações que são desenvolvidas a partir dos recursos reunidos com a organização do Bazar Solidário, uma feira das insígnias Sonae, onde os colaboradores podem adquirir produtos doados pela empresa a preços simbólicos. O bazar decorreu entre novembro e dezembro de 2018 em sete polos – Maia, Azambuja, SOHI, Lumiar, Carregado, Guia e Água de Pena. A receita total, cerca de 65 mil euros, reverteu para três iniciativas:

- Bolsa de Manuais Escolares, que consiste no empréstimo de manuais escolares aos filhos dos colaboradores da Logística em idade escolar, entre o 7º e o 12º ano. Em 2018, existiam cerca de 1.500 manuais escolares em circulação impactando 200 famílias.
- Colega Mudámos-te a Casa, um projeto de remodelação de casas de colaboradores mais desfavorecidos, permitindo melhorar o seu bem-estar e das suas famílias. Para 2018/19 estão previstos 14 projetos, dos quais 9 já estão implementados. Os restantes estão previstos para o 1º trimestre de 2019.
- Clube Junior, uma semana de atividades lúdicas e educativas para ocupação das férias de verão dos filhos dos colaboradores. A última edição decorreu em 11 cidades e abrangeu 78 crianças dos 6 aos 12 anos - 188 considerando os filhos dos colaboradores da logística, operações e estrutura.

7. Suplemento GRI

A Sonae

100%	sonae mc	 Retailho alimentar	
100%	sonae rp	 Retailho imobiliário	
50%	maxmat	 Retailho DIY	
100%	worten	 Electrónica	
100%	sonae s&f	 Retailho de moda e desporto *	
90%	sonae im	 Gestão de investimentos	
100%	sonae fs	 Serviços financeiros	
70%	sonae sierra	 Desenvolvimento, propriedade e gestão de imobiliário de retalho	
23%	NOS (equivalência patrimonial)	 Telecomunicações	

* SportZone, Sprinter, JD e Size? integram o Iberian Sports Retail Group (ISRG), do qual a Sonae detem 30%. Relativamente à Salsa, empresa integrada no âmbito da Sonae S&F, apenas são reportados os dados referentes a Espanha.

Tabela GRI para a opção “De acordo” – Essencial

GRI 102 – CONTEÚDOS GERAIS					
Divulgações	Localização	Verificação	Princípios UNGC	ODS	
PERFIL ORGANIZACIONAL					
102-1	Nome da organização	Sonae SGPS	V		
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	A Sonae https://www.sonae.pt/pt/sonae/o-grupo-e-os-negocios/	V		
102-3	Localização da sede	A Sonae SGPS, SA tem a sua sede no Lugar de Espido, Via Norte Maia-Portugal.	V		
102-4	Localização das operações	https://www.sonae.pt/pt/sonae/onde-estamos/	V		
102-5	Propriedade e natureza legal	Sobre este Relatório	V		
102-6	Mercados servidos	https://www.sonae.pt/pt/sonae/onde-estamos/	V		
102-7	Dimensão da organização	A Sonae	V		
102-8	Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores	Desigualdades e desenvolvimento inclusivo De seguida, apresentamos informação complementar sobre este indicador:	V	6	8

2018 Nº	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten			Sonaecom (IM & Media)			Sonae Sierra		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Contratos permanentes	9.379	19.733	29.112	933	455	1.388	490	505	995
Contratos temporários	5.041	8.533	13.574	63	37	100	3	6	9
Contratos termo fixo	-	-	-	-	-	-	18	35	53
Total	14.420	28.266	42.686	996	492	1.488	511	546	1.057
Tempo Integral	11.246	20.483	31.729	996	492	1.488	510	528	1.038
Tempo Parcial	3.177	7.780	10.957	0	0	0	-	-	-
Tempo Parcial Permanente	-	-	-	-	-	-	1	13	14
Tempo Parcial Temporário	-	-	-	-	-	-	0	5	5
Total	14.423	28.263	42.686	996	492	1.488	511	546	1.057

	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten			Sonaecom (IM & Media)			Sonae Sierra		
	Contrato Permanente	Contrato Temporário	Total	Contrato Permanente	Contrato Temporário	Total	Feminino	Masculino	Total
Portugal	27.280	12.866	40.146	910	48	958	261	204	465
Alemanha	-	-	-	-	-	-	35	36	71
Argélia	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Brasil	370	-	370	69	7	76	141	184	325
China	36	20	56	-	-	-	-	-	-
Colômbia	-	-	-	8	-	8	-	2	2
Egipto	-	-	-	22	1	23	-	-	-
Espanha	1.340	701	2.041	301	39	340	51	35	86
EUA	-	-	-	24	-	24	-	-	-
França	41	10	51	-	-	-	-	-	-
Grécia	-	-	-	-	-	-	6	3	9
Holanda	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Inglaterra	-	-	-	2	-	2	-	-	-
Itália	3	-	3	-	-	-	27	22	49
Luxemburgo	9	-	9	-	-	-	-	-	-
Malásia	-	-	-	8	3	11	-	-	-
Marrocos	-	-	-	-	-	-	4	8	12
México	1	-	1	44	2	46	-	-	-
Roménia	-	-	-	-	-	-	14	9	23
Rússia	5	-	5	-	-	-	-	-	-
Turquia	4	-	4	-	-	-	7	6	13
Total	29.112	13.574	42.686	1.388	100	1.488	546	511	1.057

Nº	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten		Sonaecom (IM & Media)		Sonae Sierra	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Contratos permanentes	28.408	29.112	1.222	1.388	980	995
Contratos temporários	13.084	13.574	79	100	14	9
Contratos termo fixo	-	-	-	-	67	53
Total	41.492	42.686	1.301	1.488	1.061	1.057
Tempo Integral	30.620	31.729	1.301	1.488	1.045	1.038
Tempo Parcial	10.872	10.957	0	0	-	-
Tempo Parcial Permanente	-	-	-	-	14	14
Tempo Parcial Temporário	-	-	-	-	2	5
Total	41.492	42.686	1.301	1.488	1.061	1.057

102-9	Cadeia de fornecedores	<p>Consideramos a Cadeia Fornecimento Sustentável uma dimensão crucial para o nosso desempenho pois impacta transversalmente todos eixos de atuação que definimos. Em conjunto com os nossos fornecedores e parceiros pretendemos atuar com base nos princípios do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, ao longo do relatório, nos diversos capítulos fazemos referência à cadeia de fornecimento.</p> <p>Adicionalmente, vide respostas aos indicadores:</p> <p>“204-1 Proporção de despesas com fornecedores locais”;</p> <p>“304-2 - Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade”;</p> <p>“308-1 Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais”;</p> <p>“407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco”;</p> <p>“408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil”;</p> <p>409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo”;</p> <p>“414-1 Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais”.</p>	V			
102-10	Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores	No ano de 2018 concluiu-se o acordo para a fusão da Sport Zone, com a Sprinter e o grupo britânico JD Sports para a Península Ibérica, bem como o acordo com o grupo Grosvenor para a aquisição de uma participação de 20% da Sonae Sierra, SGPS, SA.	V			
102-11	Abordagem ao princípio de precaução	Relatório de Governo da Sociedade 2018 C. Organização Interna: III- Controlo Interno e Gestão de Riscos: 55.; IV- Apoio ao Investidor: 56-58	V			
102-12	Iniciativas externas	<p>Sustentabilidade no centro do nosso ADN</p> <p>Adicionalmente, subscrevemos as seguintes políticas e compromissos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Política Ambiental • Política de Sustentabilidade do Pescado • <i>Retail Environmental Action Programme</i> • Código de Conduta Europeu de Boas Práticas da Cadeia de Abastecimento Alimentar 	V			
102-13	Membro de associações	<u>Organizações Parceiras</u>	V			
ESTRATÉGIA						
102-14	Mensagem do Presidente	Mensagem da Comissão Executiva	V			
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	<p>Sustentabilidade no centro do nosso ADN</p> <p>Relatório de Governo da Sociedade 2018 C. Organização Interna: III- Controlo Interno e Gestão de Riscos</p>	V			
ÉTICA E INTEGRIDADE						
102-16	Valores, princípios, standards e normas de conduta	<p>Sustentabilidade no centro do nosso ADN</p> <p>Garantir que toda a nossa atividade se rege pela aplicação fiel dos princípios de ética e confiança definidos é uma preocupação transversal a todo o Grupo Sonae. Com esse objetivo desenvolvemos o Código de Ética e de Conduta Sonae que define o padrão ético pelo qual nos pautamos. De forma a assegurar a sua</p>	V	10	16	

		implementação, cumprimento e acompanhamento foi nomeada pelo Conselho de Administração uma Comissão de Ética. Mais informação sobre os valores, códigos e princípios da Sonae disponíveis em www.sonae.pt			
GOVERNANCE					
102-18	Estrutura de <i>governance</i>	Sustentabilidade no centro do nosso ADN Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: I- Assembleia Geral: 12.3-14; II- Administração e supervisão: 15-26	V		
102-21	Consulta a <i>stakeholders</i> sobre tópicos económicos, ambientais e sociais	Sustentabilidade no centro do nosso ADN Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: II-Administração e supervisão: 21-26	V		
102-22	Composição do mais alto órgão de <i>governance</i> e dos seus comités	Sustentabilidade no centro do nosso ADN Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: II-Administração e supervisão: 19-21	V		
102-23	Presidente do mais alto órgão de <i>governance</i>	Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: I- Assembleia Geral: 12.3-14; II- Administração e supervisão: 15-21	V		
102-24	Nomeação e seleção do mais alto órgão de <i>governance</i>	Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: II- Administração e supervisão: 21	V		
102-25	Conflitos de interesse	Relatório de Governo da Sociedade 2018 C. Organização Interna: I- Estatutos: 50; II- Comunicação de Irregularidades: 50; III- Controlo Interno e Gestão de Riscos: 51-52	V		
102-28	Avaliação de desempenho do mais alto órgão de <i>governance</i>	Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: II- Administração e supervisão: 24-25 – 30-31	V		
102-29	Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais	Sustentabilidade no centro do nosso ADN Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: II-Administração e supervisão: 18-29, III- Fiscalização: 30-35	V		
102-31	Revisão dos tópicos económicos, ambientais e sociais	Sustentabilidade no centro do nosso ADN Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: II-Administração e supervisão: 18-29, III- Fiscalização: 30-35	V		
102-33	Comunicação de preocupações críticas	Sustentabilidade no centro do nosso ADN Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: II-Administração e supervisão: 21-26	V		
102-35	Políticas de remuneração	Relatório de Governo da Sociedade 2018 D. Remunerações: I- Competências para a determinação:66; II- Comissão de remunerações:67-68; III- Estrutura de Remunerações: 69- 76; IV – Divulgação das Remunerações: 77- 82; V – Acordos com implicações Remuneratórias: 83-84; VI – Planos de Atribuição de Ações ou Operações sobre Ações (“ <i>stock options</i> ”): 85-88; E. Transações com Partes Relacionadas: I- Mecanismos e procedimentos de controlo: 89-91; II- Elementos relativos aos negócios: 92	V		
102-37	Envolvimento de <i>stakeholders</i> na remuneração	Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: II-Administração e supervisão: 21-26	V		

102-38	Rádios de compensação anual	Os rácios entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago para a mediana da compensação anual média de todos os colaboradores, exceto o mais bem pago, são os seguintes: Sonae S&F 33; Salsa 10; Worten PT 26; Worten Espanha 27,6 e Worten Canárias 17,9.			
102-39	Rádios de aumentos percentuais de compensação anual	O rácio do aumento percentual da compensação total anual do indivíduo mais bem pago da organização face ao aumento percentual médio da compensação total para todos os colaboradores é de 0 para a Sonae S&F e Salsa, -9 para a Worten Portugal e Espanha e 2,6 para a Worten Canárias.			

ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS

102-40	Lista dos grupos de Stakeholders	Sustentabilidade no centro do nosso ADN	V		
102-41	Acordos coletivos de trabalho	Na Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten os colaboradores estão abrangidos por acordos coletivos de trabalho. Cerca de 9% dos colaboradores da Sonae com estão integrados. Na Sonae Sierra não estão abrangidos.	V	3	8
102-42	Identificação e seleção de stakeholders	Sustentabilidade no centro do nosso ADN	V		
102-43	Abordagem de envolvimento com stakeholders	Sustentabilidade no centro do nosso ADN	V		
102-44	Principais questões e preocupações levantadas pelos stakeholders	Sustentabilidade no centro do nosso ADN Em 2018, a Sonae MC, Sonae S&F, Sonae FS, Maxmat e Worten registaram 135.589 sugestões e reclamações por parte das suas partes interessadas. Os dados da Sonae S&F não integram as sugestões e reclamações da Losan. Na Sonae com (IM & Media) são realizadas análises regulares ao nível de satisfação dos clientes, de acordo com as ferramentas existentes (Sites, apps, chats, etc.). A Sonae Sierra afere regularmente um índice de satisfação dos lojistas e visitantes. Em 2018, os lojistas evidenciaram um nível de satisfação de 4,73, e os visitantes de 4,13, ambos numa escala de 1 a 5.	V		

PRÁTICA DE REPORTE

102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	Sobre este relatório	V		
102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	Sobre este relatório Novos indicadores integrados no reporte: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 102-38: Rádios de compensação anual ▪ 102-39: Rádios de aumentos percentuais de compensação anual ▪ 301-1: Consumo de materiais por peso ou volume ▪ 301-2: Materiais reciclados utilizados ▪ 302-02: Consumo de energia fora da organização ▪ 403-1: Representação de trabalhadores em comités de saúde e segurança ▪ 410-1: Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos de direitos humanos Os indicadores da série 300 tiveram o seu âmbito alargado passando a incluir informação sobre a Worten Espanha & Sonae S&F (incluindo Losan e Salsa Espanha). Os indicadores das séries 200 e 400 que tiveram o âmbito alargado passando a incluir informação sobre a Worten Espanha & Sonae S&F (incluindo Losan e Salsa Espanha) foram os seguintes: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 102-43: Abordagem de Envolvimento com Stakeholders ▪ 102-44: Principais questões e preocupações levantadas pelos stakeholders 	V		

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ 403-2: Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de mortes relacionadas com o trabalho <p>Os indicadores das séries 200 e 400 que tiveram o âmbito alargado passando a incluir informação sobre específica da Worten Canárias a & Sonae S&F Canárias, Losan e Salsa Espanha foram os seguintes</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 202-2: Percentagem de cargos de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local ▪ 401-1: Novas contratações e rotatividade de colaboradores ▪ 401-3: Licença Parental ▪ 404-1: Número médio de horas de formação por ano e por colaborador (só Salsa Espanha) ▪ 404-3: Percentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira (Salsa Espanha e Losan) ▪ 405-1: Diversidade dos órgãos de governance e dos colaboradores ▪ 405-2: Rácio entre o salário base e remuneração da mulher e do homem ▪ 412-2: Formação em políticas e práticas de Direitos Humanos ▪ 419-1: Não conformidade com as leis e regulamentos na área social e económica 			
102-47	Lista dos temas materiais	Sustentabilidade no centro do nosso ADN	V		
102-48	Reformulação de informação	Sobre este relatório	V		
102-49	Alterações no relatório	Sobre este relatório	V		
102-50	Período de reporte	Sobre este relatório	V		
102-51	Data do relatório mais recente	31 de março de 2018	V		
102-52	Ciclo de relatórios	Anual	V		
102-53	Contacto para questões sobre o relatório	Sobre este relatório	V		
102-54	Opção “de acordo” com os GRI Standards	Este relatório foi preparado de acordo com os Standards da GRI: opção Essencial	V		
102-55	Índice de conteúdo GRI	Presente tabela	V		
102-56	Verificação externa	Sobre este relatório	V		

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS						
Divulgações	Localização		Veri- fi- caçã o	Princípios UNGC	ODS	
GRI 200 - DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS						
GRI 201 - DESEMPENHO ECONÓMICO						
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	Valor económico direto gerado e distribuído (€)	2017	2018	V	2 5 7 8 9
		Valor económico gerado	6.503.753.691	6.795.001.763		
		- Receitas	6.503.753.691	6.795.001.763		
		Valor económico distribuído	6.301.803.089	6.543.216.569		
		- Custos operacionais	5.407.867.988	5.576.254.389		
		- Salários e benefícios dos colaboradores	764.191.618	800.223.988		
		- Pagamentos a investidores	115.767.432	131.605.729		
		- Pagamentos ao Estado	4.359.495	24.132.462		
		- Donativos e outros investimentos na comunidade	9.616.555	11.000.000		
	Valor económico acumulado	201.950.602	251.785.195			
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas	CO ₂ e alterações climáticas		V		13
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização	A Sonae não dispõe de fundo de pensões.		V		
201-4	Benefícios financeiros significativos recebidos pelo governo	Em 2018 a Sonae recebeu 36.389.926 €. Os valores indicados referem-se a montantes recebidos no âmbito de créditos fiscais. De notar que o Governo não faz parte da estrutura acionista da empresa.		V		
GRI 202 - PRESENÇA NO MERCADO						
202-2	Proporção de colaboradores para cargos seniores contratados localmente	90% dos gestores de topo da Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Maxmat, Sonae RP, Sonae FS, Worten e Sonaecom (IM & Media) são contratados localmente.		V	6	8
GRI 203 - IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS (ASPE TO MATERIAL)						
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN			
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com os Impactos Económicos Indiretos (vide capítulos Natureza e Biodiversidade, Desigualdades e desenvolvimento inclusivo e Apoio à comunidade).			
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide indicadores apresentados de seguida).			
203-1	Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados	Sustentabilidade no centro do nosso ADN Natureza e biodiversidade Desigualdades e desenvolvimento inclusivo Apoio à comunidade		V		2 5 7 9 11
203-2	Impactos económicos indiretos significativos	Sustentabilidade no centro do nosso ADN Natureza e biodiversidade Desigualdades e desenvolvimento inclusivo Apoio à comunidade		V		1 2 3 8 10 17

GRI 204 - PRÁTICAS DE <i>PROCUREMENT</i> (ASPETO MATERIAL)											
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN								
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com as Práticas de <i>Procurement</i> (vide capítulo Natureza e biodiversidade e Tabela GRI indicadores: 308-1; 407-1; 408-1; 409-1; 412-2, 412-3 e 414-1).	V							
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide indicadores apresentados de seguida).								
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Percentagem de custos com fornecedores estrangeiros (%)</td> <td>18%</td> </tr> <tr> <td>Percentagem de custos com fornecedores nacionais (%)</td> <td>82%</td> </tr> </tbody> </table>	2018		Percentagem de custos com fornecedores estrangeiros (%)	18%	Percentagem de custos com fornecedores nacionais (%)	82%	V		12
2018											
Percentagem de custos com fornecedores estrangeiros (%)	18%										
Percentagem de custos com fornecedores nacionais (%)	82%										
GRI 205 – ANTICORRUPÇÃO											
205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção	A Sonae implementa no seu processo de gestão de risco a metodologia internacional <i>Enterprise Risk Management – Integrated Framework</i> (COSO), que permite a identificação dos diferentes tipos de riscos e ameaças ao desenvolvimento dos negócios, tanto ao nível estratégico como ao nível operacional. Não tendo sido identificado o risco de corrupção como um risco prioritário para o negócio, não foram realizadas avaliações neste sentido.	V	10	16						
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	O código de Ética e Conduta da Sonae Portugal e Espanha, que inclui as políticas anticorrupção, é comunicado na formação inicial a 100% dos colaboradores. Adicionalmente, a Sonae dispõe de um Código de Ética e Conduta de Fornecedores, que é um anexo aos contratos gerais de fornecimento. Os códigos estão disponíveis no website da Sonae.	V	10	16						

Formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	2017	2018
Nº de <i>Top Executives</i> que receberam formação anticorrupção	17	62
Nº de Colaboradores que receberam formação anticorrupção	21.843	44.994

Nota: considerados todos os participantes em formação independentemente de estarem ou não ativos a 31 de dezembro de 2018.

205-3	Incidentes de corrupção confirmados e ações tomadas	Em 2018, não se registaram casos de corrupção.	V	10	16	
GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS						
GRI 301 – MATERIAIS						
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN			
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com os Materiais (vide capítulos Natureza e biodiversidade, CO ₂ e Alterações climáticas e Plásticos).			
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide indicadores apresentados de seguida).			

301-1	Consumo de materiais por peso ou volume	Plásticos Indicador reportado para a atividade em Espanha. A Worten tem a atividade logística subcontrada em Espanha. No caso da Mo e Zippy é assegurada a partir de Portugal. Informação não disponível para a Losan e Salsa.	V	7 e 8	8 12
301-2	Materiais reciclados utilizados	Não aplicável, considerando o exposto no indicador 301-1.			
301-3	Produtos recuperados e as suas embalagens	Plásticos	V	8	8 12

GRI 302 - ENERGIA (ASPETO MATERIAL)						
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN	V		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Energia (<i>vide</i> capítulo CO ₂ e alterações climáticas).			
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> indicadores apresentados de seguida).			
302-1	Consumo de energia dentro da organização	CO ₂ e alterações climáticas Nota: para o caso específico da Salsa Espanha os valores de consumo de eletricidade foram estimados com base no custo anual de eletricidade e numa amostra de faturas.	V	7 e 8	7 8 12 13	
302-2	Consumo de energia fora da organização	Em Espanha, a operação logística da Worten é subcontratada, e registou um consumo de eletricidade de 665,7 MWh em 2018.	V	7 e 8	7 8 12 13	

302-3	Intensidade energética	CO ₂ e alterações climáticas	V	8	7 8 12 13
-------	------------------------	---	---	---	--------------------

Intensidade energética	Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten		Sonaecom (IM & Media)		Sonae Sierra	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Consumo total de energia (GJ)	2.130.963	2.228.881	17.172	18.847	-	-
Volume de negócio (M€)	5.434	5.801	140	169,1	-	-
Rácio de intensidade energética (GJ/M€)	392	384	123	111	-	-
Centros Comerciais - Rácio de intensidade energética (kWh/m ² de áreas comuns)	-	-	-	-	698	676

302-4	Redução do consumo de energia	CO ₂ e alterações climáticas	V	8 e 9	7 8 12 13
-------	-------------------------------	---	---	-------	--------------------

302-5	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	CO ₂ e alterações climáticas	V	8 e 9	7 8 12 13
GRI 303 – AGUA					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Água (<i>vide</i> capítulo Natureza e biodiversidade).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> indicadores apresentados de seguida).		
303-1	Captação de água por fonte	Natureza e biodiversidade	V	7 e 8	6

	Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Maxmat e Worten		Sonaecom (IM & Media)	
	2017	2018	2017	2018
Captação de água por fonte				
Captações subterrâneas (m ³)	11.333	13.030	-	-
Rede pública de abastecimento (m ³)	718.059	747.409	4.608	5.278
Consumo total de água (m³)	729.392	760.439	4.608	5.278
Consumo de água por área de loja				
Área de loja (1.000 m ²)	716	1109	-	-
Consumo de água por área de loja (m³/m²)	1,03	0,69	-	-
Nota: a Sonaecom (IM & Media) inclui os consumos de água dos escritórios onde os serviços de abastecimento são prestados diretamente à Sonae e para os quais recebemos informação em detalhe desses consumos para pagamento das rendas.				

Sonae Sierra						
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Captação de água	Excluindo lojistas		Realocação de água para os lojistas		Total	
Captações subterrâneas (m ³)	299.051	326.253	245.079	241.203	544.130	567.456
Água pluvial (m ³)	30.480	26.694	-	-	30.480	26.694
Rede pública de abastecimento (m ³)	653.981	668.779	712.206	693.764	1.366.188	1.362.543
Outras fontes de captação (m ³)	338	476	-	-	338	476
Mix de fontes de água (m ³)	76.122	78.540	4.493	17.006	80.615	95.546
Águas cinzentas (m ³)	23.785	27.800	-	-	23.785	27.800
Águas residuais tratadas (m ³)	87.266	92.019	-	-	87.266	92.019
Consumo total de água (m³)	1.171.023	1.220.561	961.778	951.972	2.132.801	2.172.534
Consumo de água por m² de áreas comuns, portefólio próprio e número de visita						
Consumo de água por áreas comuns (m ³ /m ²)	-	-	-	-	4,6	4,5
Consumo de água por áreas comuns (excluindo lojistas) (m ³ /m ²)	-	-	-	-	2,5	2,5
Consumo de água por número de visitas (l/visita)	-	-	-	-	6,0	6,0
Consumo de água por número de visitas (excluindo lojistas) (l/visita)	-	-	-	-	3,3	3,4

Notas: inclui todos os centros comerciais pertencentes à Sonae Sierra e em operação durante todo o ano de reporte. Não foi possível obter os valores para o Portimão Retail Center, em Portugal, tendo sido por isso excluído. O Albufeira Retail Park foi também excluído dos indicadores de consumo por visita, uma vez que não tem sistema de *footfall* e o número de visitas não é conhecido.

303-3	Água reciclada e reutilizada	Natureza e biodiversidade	V	8	6 8 12
GRI 304 - BIODIVERSIDADE (ASPETO MATERIAL)					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Biodiversidade (<i>vide</i> capítulo Natureza e Biodiversidade).		V
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> indicadores apresentados de seguida).		
304-1	Instalações operacionais (próprias ou arrendadas) nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas	Natureza e biodiversidade A Sonae não possui instalações em áreas classificadas como zonas de habitats ricos em biodiversidade. De notar que, no caso específico da Sonae Sierra, esta esforça-se por minimizar a perda de biodiversidade nos projetos em desenvolvimento e nos ativos existentes, promovendo o uso de terrenos previamente desenvolvidos ou terrenos industrializados para novos projetos e protegendo e melhorando a biodiversidade nas instalações existentes.	V	8	6 14 15
304-2	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade	Natureza e biodiversidade	V	8	6 14 15
304-3	Habitats protegidos ou restaurados	Natureza e biodiversidade Em 2018, não existiram operações conducentes a alterações dos habitats envolventes, que suscitassem a restauração dos mesmos.	V	8	6 14 15
GRI 305 - EMISSÕES (ASPETO MATERIAL)					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com as Emissões (<i>vide</i> capítulo CO ₂ e alterações climáticas).		V
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> indicadores apresentados de seguida).		
305-1	Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa - GEE (Âmbito 1)	CO ₂ e alterações climáticas	V	7 e 8	3 12 13 14 15
305-2	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2)	CO ₂ e alterações climáticas	V	7 e 8	3 12 13 14 15
305-3	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 3)	CO ₂ e alterações climáticas	V	7 e 8	3 12 13

	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten		Sonaecom (IM & Media)	
	2017	2018	2017	2018
305 -1 Emissões de GEE (Âmbito 1), por fonte				
Emissões associadas ao consumo de gás natural - Lojas (t CO ₂ e)	674	908	0	0
Emissões associadas ao consumo de gás propano (t CO ₂ e)	110	62	0	0
Emissões associadas ao consumo de gasóleo - Lojas (t CO ₂ e)	313	315	0	0
Emissões associadas ao consumo de gasóleo da frota contratada (t CO ₂ e)	29.139	32.350	896	933
Emissões associadas ao consumo de gasolina da frota contratada (t CO ₂ e)	0	0	15	17
Emissões associadas ao consumo de gasóleo das viaturas de colaboradores (t CO ₂ e)	7.224	7.750	0	0
Emissões associadas ao consumo de gasolina de viaturas de colaboradores (t CO ₂ e)	30	45	0	0
Emissões associadas ao consumo de gás natural veicular da frota de abastecimento	0	0	0	0
Emissões totais de GEE - diretas (t CO₂e)	37.491	41.430	911	950
305 - 2 Emissões de GEE (Âmbito 2), por fonte				
Emissões associadas ao consumo de eletricidade (t CO ₂ e) – <i>market based</i>	220.684	174.146	269	332
Emissões associadas ao consumo de eletricidade (t CO ₂ e) – <i>location based</i>	126.753	128.918	381	470
305 - 3 Emissões de GEE (Âmbito 3), por fonte				
Emissões procedentes de valorização energética (t CO ₂ e)	102	179	-	-
Emissões procedentes de valorização orgânica (t CO ₂ e)	230	241	-	-
Emissões procedentes de aterro sanitário (t CO ₂ e)	7.955	8.454	-	-
Total de emissões de GEE (Âmbito 3) (t CO₂e)	8.287	8.875	-	-
Fatores de emissão				
Energia	Unidade	Fator 2017	Fator 2018	Fonte (2018)
Gás Natural	kg CO ₂ /GJ	56,1	56,1	2017: APA (2017) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2015 2018: APA (2018) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2016 (pg. 189) https://unfccc.int/documents/65569
Gás Propano	kg CO ₂ /GJ	63,1	63,1	
Gasóleo	kg CO ₂ /GJ	74,1	74,1	
Gasolina	kg CO ₂ /GJ	69,3	69,3	
Eletricidade - <i>Market Based</i> (Sonae MC, Sonae Sports & Fashion, Worten)	(kg CO ₂ /GJ)	136,1	104,8	2017: Mix de: Endesa; Galp - http://www.galpennergia.com/PT/ProdutosServicos/Eletricidade-Gas-Natural-Livre/Centro-de-informacao/A-nossa-Energia/Paginas/Rotulagem_2017.aspx ; Elergone; EEM - https://www.eem.pt/media/323353/evol_mad_11_2017.pdf 2018: Mix de: Endesa; Galp - http://www.galpennergia.com/PT/ProdutosServicos/Eletricidade-Gas-Natural-Livre/Centro-de-informacao/A-nossa-Energia/Paginas/Rotulagem_2017.aspx ; Elergone; EEM - https://www.eem.pt/media/323353/evol_mad_11_2017.pdf

Eletricidade - Market Based (R Maxmat)	(kg CO ₂ /GJ)	131,9	105,6	2017: Mix de: EDA - http://www.eda.pt/Regulacao/Rotulagem ; EEM - https://www.eem.pt/media/323353/evol_mad_11_2017.pdf ; Elergone - 2018: Mix de: EDA - http://www.eda.pt/Regulacao/Rotulagem ; EEM - https://www.eem.pt/media/323353/evol_mad_11_2017.pdf ; Elergone - 2017: Elergone
Eletricidade - Market Based (Sonae RP)	(kg CO ₂ /GJ)	137,2	105,6	2018: Mix de: EDA - http://www.eda.pt/Regulacao/Rotulagem ; EEM - https://www.eem.pt/media/323353/evol_mad_11_2017.pdf ; Elergone - 2017: Elergone
Eletricidade - Market Based (Sonaecom)	(kg CO ₂ /GJ)	55,2	55,2	2017: EDP - http://www.edpsu.pt/pt/origemdaenergia/Pages/OrigensdaEnergia.aspx 2018: EDP - http://www.edpsu.pt/pt/origemdaenergia/Pages/OrigensdaEnergia.aspx
Eletricidade - Market Based Espanha	(kg CO ₂ /GJ)	-	108,33	2018: Foi assumido fator de emissão Endesa: 0,39 Kg CO ₂ /kWh
Eletricidade - Location Based Portugal	(kg CO ₂ /GJ)	78,2	78,2	International Energy Agency (2015). CO ₂ Emissions from Fuel Combustion, 2015 Edition.
Eletricidade - Location Based Espanha	(kg CO ₂ /GJ)	-	122,2	2018: Defra (2018) UK Government GHG Conversion Factors for Company Reporting: https://www.carbonfootprint.com/docs/2018_conversion_factors_2018_full_set_for_advanced_users_v01-00.xls

Tipo de tratamento	Unidade	Fator 2017	Fator 2018	Fonte (2018)
Aterro sanitário	t CO ₂ /t resíduo	0,589	0,589	2017: DEFRA (2017). Greenhouse gas reporting - Conversion factors 2017 (https://www.gov.uk/government/publications/greenhouse-gas-reporting-conversion-factors-2017) 2018: DEFRA (2017). Greenhouse gas reporting - Conversion factors 2017 (https://www.gov.uk/government/publications/greenhouse-gas-reporting-conversion-factors-2017)
Valorização energética	t CO ₂ /t resíduo	0,0218	0,0214	
Valorização orgânica	t CO ₂ /t resíduo	0,0218	0,0214	

Sonae Sierra		
	2017	2018
305-1 Emissões de GEE (Âmbito 1), por fonte		
Emissões associadas ao consumo de gás natural (t CO ₂ e)	9.227	8.723
Emissões associadas ao consumo de LPG (t CO ₂ e)	11	8
Emissões associadas ao consumo de combustíveis da frota (gasolina, gasóleo e etanol) (t CO ₂ e)	936	941
Emissões associadas a fugas (t CO ₂ e)	1.758	406
Total de emissões diretas de GEE (Âmbito 1) (t CO₂e)	11.933	10.079
305-2 Emissões de GEE (Âmbito 2), por fonte		
Emissões associadas ao consumo de eletricidade (t CO ₂ e)	12.391	12.127
Emissões associadas ao consumo água refrigerada (t CO ₂ e)	5.669	5.078
Emissões associadas ao consumo água quente (t CO ₂ e)	1.210	1.111
Emissões totais (t CO₂e)	19.271	18.316
305-3 Emissões de GEE (Âmbito 3), por fonte		
Emissões procedentes do consumo de eletricidade dos lojistas (t CO ₂ e)	115.405	121.266
Emissões procedentes das viagens de avião (t CO ₂ e)	1.699	2.040
Emissões procedentes das viagens de comboio (t CO ₂ e)	13	12
Emissões procedentes da estadia em hotéis (t CO ₂ e)	137	83
Emissões procedentes das deslocações dos colaboradores (t CO ₂ e)	1.094	1.082
Emissões procedentes das visitas aos centros comerciais (t CO ₂ e)	604.375	603.012
Emissões procedentes dos resíduos (t CO ₂ e)	2.428	2.393
Total de emissões de GEE (Âmbito 3) (t CO₂e)	725.150	729.887

Notas: inclui todos os centros comerciais pertencentes à Sonae Sierra e em operação durante o ano completo de reporte, à exceção do Portimão Retail Center, em Portugal, e todos os escritórios corporativos com SHEMS (Lisboa, Maia e São Paulo), com exceção dos combustíveis da frota, onde foram incluídos todos os escritórios corporativos (Lisboa, Maia, São Paulo, Milão, Madrid, Dusseldorf e Bucareste), devido à materialidade dessas emissões. As emissões em toneladas de CO₂ equivalentes (t CO₂e) referem-se às emissões de fontes de energia sobre as quais a Sonae Sierra possui controlo financeiro. Para informação sobre os fatores de emissão de 2017 e 2018 da Sonae Sierra, por favor, consulte os Relatórios de Sustentabilidade da Sonae Sierra dos respetivos anos.

305-4	Intensidade das emissões de GEE	CO ₂ e alterações climáticas	V	8	13
					14
					15
		Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten	Sonaecom (IM & Media)		
		2017	2018	2017	2018
Intensidade das emissões de GEE					
Emissões totais de GEE (t CO ₂ e)		266.460	224.452	1.180	1.282
Volume de negócios (M€)		5.435	5.801	140	169,1
Rácio de intensidade de emissões de GEE (t CO₂/M€)		49	39	8	8

Sonae Sierra			2017	2018
Intensidade das emissões de GEE				
Emissões totais de GEE (t CO ₂ e)			756.353	758.282
Excluindo lojistas (t CO₂e/m²)			0,061	0,055
Incluindo lojistas (t CO₂e/m²)			0,298	0,302

Notas: inclui todos os centros comerciais detidos pela Sonae Sierra em operação durante o período completo de reporte e todos os escritórios corporativos com SHEMS (Lisboa, Maia e São Paulo). Para os dados que excluem os lojistas, o numerador inclui as emissões de Âmbito 1 (excluindo as emissões associadas ao gás natural consumido pela cogeração, mas incluindo as emissões da água quente/fria produzidas pela cogeração e consumidas no local), as emissões do Âmbito 2 e as de Âmbito 3 associadas aos resíduos dos centros comerciais e escritórios corporativos com SHEMS (Lisboa, Maia e São Paulo). Excepcionalmente, as emissões associadas ao consumo de combustíveis da frota são consideradas para os seguintes escritórios corporativos: Lisboa, Maia, São Paulo, Madrid, Düsseldorf, Bucareste e Milão. O denominador inclui as áreas comuns dos centros comerciais e a área dos escritórios corporativos com SHEMS (Lisboa, Maia e São Paulo). Existe um ligeiro desajuste entre o numerador e o denominador, já que o consumo de energia em áreas técnicas e a água quente/fria fornecidas a alguns lojistas é considerado, mas as áreas não o são. Para os dados que incluem os lojistas são consideradas as mesmas premissas acima mas são consideradas adicionalmente as emissões associadas aos consumos dos lojistas.

305-5	Redução de emissões de GEE	CO ₂ e alterações climáticas	V	8 e 9	13
					14
					15
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono	Tal como em 2017, o valor é zero.	V	7 e 8	3
					12
					13
305-7	Óxidos de azoto (NO _x), óxidos de enxofre (SO _x) e outras emissões significativas		V	7 e 8	3
					12
					13
					14
					15

	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten		Sonaecom (IM & Media)		
	2017	2018	2017	2018	
Óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas					
Emissões NOx - Consumo de gasóleo - lojas (t)	3,38	3,40	-	0,00	
Emissões NOx - Consumo de gasóleo - frota contratada (t)	314,59	349,26	9,67	10,07	
Emissões NOx - Consumo de gasolina - frota contratada (t)	0,00	0,00	0,13	0,15	
Emissões NOx - Consumo de gasóleo - veículos de colaboradores (t)	78,00	83,68	-	0,00	
Emissões NOx - Consumo de gasolina - veículos de colaboradores (t)	0,26	0,39	-	0,00	
Emissões totais de NOx (t)	396,23	436,72	9,8	10,22	
Emissões SO ₂ - Consumo de gasóleo - lojas (t)	0,89	0,89	-	0,00	
Emissões SO ₂ - Consumo de gasóleo - frota contratada (t)	82,58	91,68	2,54	2,64	
Emissões SO ₂ - Consumo de gasolina - frota contratada (t)	0,00	0,00	0,02	0,02	
Emissões SO ₂ - Consumo de gasóleo - veículos de colaboradores (t)	204,74	21,96	-	0,00	
Emissões SO ₂ - Consumo de gasolina - veículos de colaboradores (t)	0,03	0,05	-	0,00	
Emissões totais de SO₂ (t)	288,23	114,59	2,56	2,66	
Fatores de emissão:					
	Energia	Unidade	NOx	SO₂	Fonte
	Gasóleo	kg/GJ	0,8	0,21	IPCC 2006
	Gasolina	kg/GJ	0,6	0,075	IPCC 2006

A Sonae Sierra não reporta este indicador.

GRI 306 - RESÍDUOS E EFLUENTES (ASPETO MATERIAL)							
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN			V	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com os Resíduos e Efluentes (<i>vide</i> capítulo Plásticos).				
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> indicadores apresentados de seguida).				
306-1		Descargas de água por qualidade e por destino	A Sonae não dispõe de medições quantitativas de efluentes líquidos rejeitados nas lojas. Assim, e de acordo com as melhores práticas da Engenharia, assumimos que 80% da água consumida acaba rejeitada como efluente líquido.				
			Volume de efluente descarregado (m³)	2017	2018	V	8
			Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Maxmat e Worten	574.234	608.351		
							3 6 12 14

		Sonaecom (IM & Media)	3.686	4.222			
		A Sonae Sierra não reporta este indicador.					
306-2	Resíduos por tipo e por destino	Plásticos			V	8	3 6 12

	Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Maxmat e Worten		Sonaecom (IM & Media)	
	2017	2018	2017	2018
Resíduos por tipo e por destino				
Resíduos perigosos (t)	2.134	3.097	-	-
Valorização	2.134	3.097	-	-
Eliminação	-	-	-	-
Resíduos não perigosos (t)	69.615	74.568	-	-
Valorização	56.106	60.154	-	-
Eliminação	13.509	14.414	-	-
Resíduos geridos totais (t)	71.749	77.665	-	-
Resíduos gerados pela atividade Sonae (t)	64.703	70.536	-	-
Resíduos depositados pelos clientes nas lojas (t)	6.175	6.200	-	-
Valorização energética (t)	-	8.378	-	-
Valorização orgânica (t)	-	11.284	-	-
Aterro sanitário (t)	-	14.414	-	-
Total de Resíduos (t)	71.749	77.665	-	-
Taxa de Valorização	81%	81%	-	-

Sonae Sierra		
	2017	2018
Resíduos por tipo e por destino		
Resíduos perigosos (t)	99	77
Digestão anaeróbia	0,1	-
Compostagem	-	-
Incineração com recuperação de energia	11	10
Incineração sem recuperação de energia	1	1
Aterro sanitário	1	1
Reciclagem	80	58
Reutilização	-	-
Tratamento/eliminação	5	7
Valorização energética	0,4	0,4
ETAR	-	-
Resíduos não perigosos (t)	46.550	47.691
Digestão anaeróbia	3.091	3.241
Compostagem	7.266	7.489
Incineração com recuperação de energia	3.584	3.582
Incineração sem recuperação de energia	18	27
Aterro sanitário	8.303	8.103
Reciclagem	19.622	20.769
Reutilização	-	3
Tratamento/eliminação	18	18
Valorização energética	4.339	4.319
ETAR	309	140
Total de resíduos (t)	46.649	47.768
Taxa de reciclagem - centros comerciais (%)	64%	66%

Taxa de reciclagem - escritórios corporativos com SHEMS (Lisboa, Maia e São Paulo) (%)	75%	87%
Taxa de deposição em aterro sanitário - centros comerciais (%)	18%	17%
Taxa de deposição em aterro sanitário - escritórios corporativos (Lisboa, Maia e São Paulo) (%)	8%	13%
Notas: inclui todos os centros comerciais pertencentes à Sonae Sierra e em operação durante todo o ano de reporte, exceto o Portimão Retail Center em Portugal. Inclui todos os escritórios corporativos com SHEMS (Lisboa, Maia e São Paulo). A taxa de reciclagem considera os resíduos enviados para reciclagem, digestão anaeróbia e compostagem.		

306-3	Derrames significativos	Em 2018, não ocorreu qualquer derrame significativo.	V	8	3 6 12 14 15
GRI 307 - COMPLIANCE AMBIENTAL					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN	V	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com o Compliance Ambiental (<i>vide</i> capítulos Natureza e Biodiversidade e CO ₂ e alterações climáticas).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> indicadores apresentados de seguida).		
307-1	Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais	A Sonae considera que uma coima significativa quando o valor monetário total é superior ou igual a 12.000€, por corresponder à coima mínima de uma contraordenação ambiental grave (Lei nº114/2015, de 28 de agosto). Em 2018, registamos uma multa de 22.000 euros aplicada a um centro da Sonae Sierra derivada de um processo de contra-ordenação do Município do Seixal relativamente à inobservância da correta deposição de resíduos, esta foi contestada pelo centro, não havendo ainda uma decisão final.	V	8	16
GRI 308 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES (ASPETO MATERIAL)					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN	V	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Avaliação Ambiental de Fornecedores (<i>vide</i> capítulo Natureza e Biodiversidade).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> indicadores apresentados de seguida).		
308-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais	Natureza e Biodiversidade	V	8	

Em 2018, o processo de avaliação e qualificação de fornecedores de produtos de marca própria da Sonae MC, Maxmat e Worten foi revisto. Este consiste num mecanismo que tem a dupla missão de avaliar e qualificar os fornecedores “aptos” para trabalharem com a Sonae, mas também o propósito de, com recurso a auditorias, encontrar pontos de melhoria nas suas operações.

Para cada fornecedor de marca controlada passou a ser calculado o Índice de Risco – composto pelo: Índice Qualidade (IQ), que avalia indicadores de qualidade como inspeções, ocorrências, não conformidades, retiradas e taxa de reclamações, e o Índice Vulnerabilidade (IV). Este última, analisado segundo os critérios de origem geográfica, contempla cinco critérios: legal & regulamentar, relações laborais, ambiente, corrupção, trabalho infantil, e garantia do fornecedor, através de certificação e/ou auditoria.

A Sonae S&F também procedeu à revisão do seu processo de avaliação de fornecedores apostando na criação de uma bolsa de controladores de qualidade locais formados especificamente para a realização de inspeções e auditorias. Paralelamente, elaborou um manual de fornecedor que

consiste num documento único com todas as regras a serem cumpridas pelos fornecedores e que inclui a versão revista do Código de Ética e Conduta da Sonae. A grelha de auditoria a aplicar pelos controladores de qualidade foi revista à luz deste Código passando a incluir um conjunto de critérios sociais, ambientais e éticos. Este novo modelo será implementado em 2019.

Em função do resultado obtido, em qualquer das metodologias, os processos de controlo de qualidade do fornecedor e dos produtos podem ser ajustados incluindo a definição de um plano de ações corretivas, ou até mesmo considerada a suspensão de fornecimento ou a substituição do fornecedor.

De notar ainda, os fornecedores recebem o Código de Conduta de Fornecedores e, na fase de qualificação, dependendo dos produtos a fornecerem, poderão ser sujeitos a pré testes.

	Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Maxmat e Worten															
	Fornecedores selecionados com base em critérios ambientais															
	Frescos		Alimentar		Não alimentar		Wells		S&F (MO, Zippy e Losan)		S&F (Deepley e Berg)		Worten		Maxmat	
	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos
Total de fornecedores (nº)	302	32	405	39	299	37	57	8	368	82	70	12	118	12	73	6
Nacionais	260	31	213	17	109	9	23	2	148	30	28	2	8	0	42	5
Estrangeiros	42	1	192	22	190	28	34	6	220	52	42	10	110	12	31	1
Total de fornecedores qualificados (nº)	271	5	379	22	237	9	42	3	0	0	0	0	98	0	29	0
Nacionais	229	4	199	9	92	1	16	1	0	0	0	0	8	0	16	0
Estrangeiros	42	1	180	13	145	8	26	2	0	0	0	0	90	0	13	0
Percentagem de fornecedores qualificados (%)	90%	16%	94%	56%	79%	24%	74%	38%	0%	0%	0%	0%	83%	0%	40%	0%
Nacionais	88%	13%	93%	53%	84%	11%	70%	50%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	38%	0%
Estrangeiros	100%	100%	94%	59%	76%	29%	76%	33%	0%	0%	0%	0%	82%	0%	42%	0%
Total de auditorias realizadas (nº)	81	1	78	3	186	3	26	1	10	0	0	0	64	0	13	0
Nacionais	77	1	55	3	46	0	7	0	0	0	0	0	0	0	5	0
Estrangeiros	4	0	23	0	140	3	19	1	10	0	0	0	64	0	8	0

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS						
GRI 401 - EMPREGO (ASPETO MATERIAL)						
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN		V	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com o Emprego (<i>vide</i> capítulo Desigualdades e desenvolvimento inclusivo).			
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> indicadores apresentados de seguida).			
401-1		Novas contratações e rotatividade de colaboradores	Desigualdades e desenvolvimento inclusivo			

2018	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten			Sonaecom (IM & Media)			Sonae Sierra		
	Nº	Total	Entradas	Saídas	Total	Entradas	Saídas	Total	Entradas
Masculino	13.844	9.094	8.751	996	231	185	511	64	65
Feminino	27.193	13.394	12.720	492	98	58	546	74	77
Total	41037	22.488	21.471	1.488	329	243	1.057	138	142
<30 anos	15.485	17.963	16.118	375	160	89			
30-50 anos	20.958	4.194	4.749	982	160	144			
>50 anos	4.594	331	604	131	9	10			
Total	41.037	22.488	21.471	1.488	329	243			
< 35 anos							291	94	74
Dos 35 aos 44							425	36	49
Dos 45 aos 54							247	8	15
Dos 55 aos 64							88	0	2
> 64 anos							6	0	2
Total							1.057	138	142
Portugal	38.935	21.193	20.027	958	189	126	465	44	44
Brasil	0	0	0	76	4	4	325	50	54
Espanha	2.086	1.295	1.440	340	97	84	86	6	5
Resto do Mundo	17	0	0	114	39	29	181	38	39
Total	41.037	22.488	21.471	1.488	329	243	1.057	138	142
Taxa %	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten			Sonaecom (IM & Media)			Sonae Sierra		
	Total	Entradas	Saídas	Total	Entradas	Saídas	Total	Entradas	Saídas
Masculino	34%	22%	21%	67%	16%	12%	48%	6%	6%
Feminino	66%	33%	31%	33%	7%	4%	52%	7%	7%
Total (%)	100%	55%	52%	100%	22%	16%	100%	13%	13%
<30 anos	38%	44%	39%	25%	11%	6%			
30-50 anos	51%	10%	12%	66%	11%	10%			
>50 anos	11%	1%	1%	9%	1%	1%			
Total (%)	100%	55%	52%	100%	22%	16%			
< 35 anos							28%	9%	7%
Dos 35 aos 44							40%	3%	5%
Dos 45 aos 54							23%	1%	1%
Dos 55 aos 64							8%	0%	0,2%
> 64 anos							1%	0%	0,2%
Total							100%	13%	13%
Portugal	95%	51,6%	48,8%	64%	13%	8%	44%		
Brasil	0%	0%	0%	5%	0%	0%	31%		
Espanha	5,1%	3,2%	3,5%	23%	7%	6%	8%		
Resto do Mundo	0,04%	0,0%	0%	8%	3%	2%	17%		
Total (%)	100%	55%	52%	100%	22%	16%	100%		

Nº	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten		Sonaecom (IM & Media)		Sonae Sierra	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Total Colaboradores	39.004	41.037	1.301	1.488	1061	1.057
Entradas	20.257	22.488	257	329	136	138
Taxa de entradas (%)	31%	55%	19,8%	22%	13%	13%
Saídas	18.992	21.471	214	243	144	142
Taxa de saídas (%)	31%	52%	16,4%	16%	14%	13%

Notas: os dados da coluna Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten 2017 excluem dados da Worten Canárias, MDS Brasil, Salsa, Losan e GO NATURAL Restauração, e também os membros do Conselho de Administração. Os dados da coluna Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten 2018 excluem colaboradores da MDS Brasil e GO NATURAL Restauração, e também os membros do Conselho de Administração.

Sonae Sierra: inclui todos os colaboradores diretos da Sonae Sierra, no fim do período de reporte.

401-3	Licença parental	V	6	5 8
-------	------------------	---	---	--------

2018 Nº	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten			Sonaecom (IM & Media)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Total de colaboradores com direito a licença parental (n.º)	13.844	27.193	41.037	36	18	54
Total de colaboradores que usufruíram a licença parental (n.º)	619	1.569	2.188	36	18	54
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental (n.º)	606	1.484	2.090	36	18	54
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental e que continuam na Empresa após 12 meses de terem retornado (n.º)	515	1.156	1.671	16	11	27
Taxa de usufruto(%)	4%	6%	5%	100%	100%	100%
Taxa de retorno(%)	98%	95%	96%	100%	100%	100%
Taxa de retenção(%)	83%	74%	76%	44%	61%	50%

Notas: Os dados da coluna Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten excluem MDS Brasil e GO NATURAL Restauração. Não incluem também o Conselho de Administração.
 Não são contabilizados os colaboradores que tendo usufruído de licença em 2017, continuam na empresa 12 meses após retorno. Por esta razão, a taxa de retenção pode ser superior a 100%, uma vez que o denominador é referente ao usufruto de 2018 e não 2017.

Nº	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten		Sonaecom (IM & Media)	
	2017	2018	2017	2018
Taxa de usufruto(%)	5%	5%	100%	100%
Taxa de retorno(%)	95%	96%	100%	100%
Taxa de retenção(%)	85%	76%	0%	50%

GRI 403 - SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN	V	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Saúde e Segurança Ocupacional (<i>vide</i> capítulo Desigualdades e desenvolvimento inclusivo).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> indicadores apresentados de seguida).		
403-1	Representação de trabalhadores em comités de saúde e segurança	Não existem comités de saúde e segurança na Sonae.			
403-2	Típos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de mortes relacionadas com o trabalho			V	3 8

Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de mortes relacionadas com o trabalho

2018	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten			Sonaecom (IM & Media)			Sonae Sierra
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Total
Horas trabalháveis pelo total de colaboradores (h)	25.076.732	49.776.891	74.853.623	1.840.608	909.216	2.749.824	1.825.192
Total de óbitos (nº)	0	1	1	0	0	0	0
Total de acidentes no local de trabalho (nº)	466	732	1.198	0	0	0	4
Total de acidentes em deslocações casa-trabalho-casa (nº)	47	143	190	1	2	3	2
Total acidentes (nº)	513	875	1.388	1	2	3	6
Taxa de acidentes (%)	0,002%	0,002%	0,002%	0,000%	0,000%	0,000%	3,29
Número de dias de ausência por acidente profissional (d)	7.929	13.320	21.249	5	243	248	38
Taxa de dias perdidos por acidente profissional (%)	0,032%	0,027%	0,028%	0,000%	0,027%	0,009%	20,82
Número de dias de ausência por doenças profissionais (d)	220	613	833	0	0	0	0
Taxa de doenças profissionais (%)	0,001%	0,001%	0,001%	0%	0%	0%	0%
Número total de dias perdidos (d)	8.149	13.933	22.082	5	243	248	38
Taxa de dias perdidos (%)	0,032%	0,028%	0,030%	0,000%	0,027%	0,009%	20,82
Número de horas de absentismo (h)	815.937	2.752.510	3.574.999	7.317	16.617	23.934	32.507
Taxa de absentismo (%)	3,25%	5,45%	4,72%	0%	2%	1%	2%

Notas: informação relativa aos colaboradores indiretos não disponível. Para o cálculo dos dias perdidos, estão considerados os dias em que os sinistrados estiveram efetivamente ausentes ao trabalho. A contagem dos dias perdidos começa no 1º. dia de ausência efetiva a seguir ao dia do acidente, normalmente a partir do dia seguinte. No caso dos acidentes, foram considerados todos (acidentes que originaram participações ao seguro, acidentes não participados à seguradora, acidentes com ausência e acidentes sem ausência).

%	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten		Sonaecom (IM & Media)		Sonae Sierra	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Taxa de acidentes	0,002%	0,002%	0%	0%	3,45	3,29
Taxa de dias perdidos por acidente profissional	0,03%	0,028%	0,007%	0,009%	-	-
Taxa de doenças profissionais	0,001%	0,001%	0%	0%	-	-
Taxa de dias perdidos	0,03%	0,03%	0,007%	0,009%	41,46	20,82
Taxa de absentismo	5%	4,72%	1%	1%	2%	2%

403-3	Colaboradores com elevada incidência ou risco de doenças relacionadas o trabalho	A Sonae não tem colaboradores envolvidos em atividades ocupacionais com elevada incidência ou elevado risco de doenças específicas/graves. A Sonae Sierra não reporta este indicador.	V		3 8
-------	--	--	---	--	--------

GRI 404 - FORMAÇÃO (ASPETO MATERIAL)					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN	V	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Formação (<i>vide</i> capítulo Desigualdades e desenvolvimento inclusivo)		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> indicadores apresentados de seguida).		
404-1	Média de horas de formação por ano e por colaborador	Desigualdades e desenvolvimento inclusivo	V	6	4 5 8

	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten			Sonaecom (IM & Media)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Total Colaboradores (nº)						
Top Executive	68	18	86	2	0	2
Management	551	313	864	289	77	366
Middle Management	973	1.207	2.180	628	314	942
Technicians/highly specialized technicians	1.079	1.866	2.945			
Middle Management, Technicians/highly specialized technicians - SALSA	20	42	62			
Representatives	10.956	23.441	34.397	77	101	178
Total	13.627	26.845	40.472	996	492	1.488
Total horas de formação (h)						
Top Executive	2.103	441	2.545	6	0	6
Management	16.849	10.849	27.698	4.413	1.476	5.889
Middle Management	35.100	60.191	95.291	9.326	4.825	14.151
Technicians/highly specialized technicians	27.722	46.748	74.470			
Representatives	353.100	601.515	954.615	4	5	8,82
Horas totais Espanha*	0	0	29.718			
Total	434.874	719.744	1.184.336	13.749	6.306	20.055
Média de horas de formação por categoria e género (h/colaborador)						
Top Executive	31	25	30	3	0	3
Management	31	35	32	15	19	16
Middle Management	36	50	44	15	15	15
Technicians/highly specialized technicians	26	25	25			
Representatives	32	26	27	0	0	0
Total	32	27	29	14	13	13

Notas: inclui todos os participantes em formação, independentemente de estarem ou não ativos a 31 de dezembro de 2018. A média de horas por grupo funcional é respeitante apenas a colaboradores em Portugal. Em 2018 considerou-se o número de colaboradores e horas de formação da Salsa em Espanha, que não foi considerado em 2017.

Sonae Sierra
Total Colaboradores (nº)

	Número Colaboradores	Número de horas de formação	Número médio de horas de formação por ano por colaborador, por categoria
<i>Global Senior Executive, Senior Executive, Executive</i>	29	1.070	37
<i>Senior Manager</i>	60	2.087	35
<i>Manager</i>	108	2.858	26
<i>Team Leader</i>	124	3.670	30
<i>Project Team Specialist</i>	177	5.868	31
<i>Team Member</i>	559	10.732	19
Total	1.057	26.285	25
Female	546	12.731	23
Male	511	13.554	27
Total	1.057	26.285	25

	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten		Sonaecom (IM & Media)		Sonae Sierra	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Total colaboradores (nº)	40.905	40.472	1.301	1.488	1.061	1.057
Total horas de formação (h)	1.022.325	1.184.336	32.246	20.055	32.728	26.285
Média de horas de formação (h/colaborador)	25	29	25	13	31	24,9

Nota: inclui todos os colaboradores diretos da Sonae Sierra, no fim do período de reporte.

404-2	Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição	Desigualdade e desenvolvimento inclusivo	V	8
-------	--	--	---	---

Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten

Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição 2018

Programas de Formação	Total de Ações (nº)	Total de Horas (h)
Conferências & Seminários	278	16.417
Escolas/Academias	101.999	614.011
Espanha	0	29.927
Gestão	34	2.488
Gestão & Liderança	4.195	60.701
Melhoria Continua	4.144	22.978
Saúde e Segurança no Trabalho	31.037	118.667
Sustentabilidade	7.510	8.058
Técnica	51.786	238.279
Transversal	36.971	43.496

Nota: inclui todos os participantes em formação, independentemente de estarem ou não ativos a 31 de dezembro de 2018.

Sonaecom (IM & Media)

Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição 2018

Programas de Formação	Total de Ações (nº)	Total de Horas (h)
Comportamental	13	866
Conferências & Seminários	32	1.299
Gestão & Liderança	12	764
Melhoria Continua	9	416
Saúde e Segurança no Trabalho	24	297
Sustentabilidade	1	19

Técnica	254	16.028
Transversal	39	366

Nota: inclui todos os participantes em formação, independentemente de estarem ou não ativos a 31 de dezembro de 2018.

Sonae Sierra		
Programas de melhoria de competências dos colaboradores 2018		
Programas de Formação	Total de Horas (h)	Total de Horas (%)
Comportamental	4.351	17%
Conferências & Seminários	2.746	10%
Gestão & Liderança	19.188	73%
Total	26.285	100%

404-3	Percentagem de colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	Na Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Worten, Maxmat, Sonae RP, Sonae FS, 100% dos colaboradores receberam avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira. Na Sonae S&F Espanha, 18% dos colaboradores receberam avaliações de desempenho. Na Sonaecom (IM) o valor foi de 82%. A Sonae Sierra não reporta este indicador.	V	6	5 8
GRI 405 - DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES (ASPETO MATERIAL)					
GRI 406 - NÃO DISCRIMINAÇÃO (ASPETO MATERIAL)					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Diversidade e Igualdade de Oportunidades (<i>vide</i> capítulo Desigualdades e desenvolvimento inclusivo e Apoio à comunidade).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> indicadores apresentados de seguida).		
405-1	Diversidade dos órgãos de <i>governance</i> e dos colaboradores	Desigualdades e desenvolvimento inclusivo	V	6	5 8

	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten				Sonaecom (IM & Media)			
	Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total	Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
Percentagem de colaboradores por categoria funcional (%)								
Top Executive (%)	< 30 anos	0%	0%	0%	< 30 anos	0%	0%	0%
	Dos 30 aos 50 anos	40%	13%	52%	Dos 30 aos 50 anos	50%	0%	50%
	≥ 50 anos	40%	8%	48%	≥ 50 anos	50%	0%	50%
	Total	79%	21%	100%	Total	100%	0%	100%
Management (%)	< 30 anos	0%	0%	0%	< 30 anos	1%	0%	1%
	Dos 30 aos 50 anos	47%	29%	77%	Dos 30 aos 50 anos	67%	18%	85%
	≥ 50 anos	15%	7%	23%	≥ 50 anos	11%	3%	14%
	Total	63%	37%	100%	Total	79%	21%	100%
Middle Management (%)*	< 30 anos	4%	6%	10%				
	Dos 30 aos 50 anos	34%	44%	78%				
	≥ 50 anos	6%	6%	12%				
	Total	44%	56%	100%				
Technicians/highly specialized technicians (%)	< 30 anos	9%	16%	25%	< 30 anos	25%	12%	36%
	Dos 30 aos 50 anos	24%	41%	66%	Dos 30 aos 50 anos	41%	20%	61%
	≥ 50 anos	3%	6%	9%	≥ 50 anos	1%	2%	3%
	Total	36%	64%	100%	Total	67%	33%	100%

*inclui Middle Management, Technicians/highly specialized technicians (%) - SALSA	< 30 anos	6%	18%	24%				
	Dos 30 aos 50 anos				-	-	-	-
	≥ 50 anos	26%	50%	76%	-	-	-	-
	Total	0%	0%	100%				
Representatives (%)	< 30 anos	16%	25%	42%	< 30 anos	7%	11%	18%
	Dos 30 aos 50 anos	13%	34%	47%	Dos 30 aos 50 anos	25%	29%	54%
	≥ 50 anos	3%	8%	11%	≥ 50 anos	12%	16%	28%
	Total	32%	68%	100%	Total	43%	57%	100%
Órgãos de governance (%)	< 30 anos	0%	0%	0%	< 30 anos	0,0%	0,0%	0%
	Dos 30 aos 50 anos	33%	0%	33%	Dos 30 aos 50 anos	37,5%	12,5%	50%
	≥ 50 anos	67%	0%	67%	≥ 50 anos	50,0%	0,0%	50%
	Total	100%	0%	100%	Total	88%	13%	100%

	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten						Sonaecom (IM & Media)					
	2017			2018			2017			2018		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Top Executive (%)	83%	17%	100%	79%	21%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Management (%)	63%	37%	100%	63%	37%	100%	78%	22%	100%	79%	21%	100%
Middle Management (%)	45%	55%	100%	45%	55%	100%	-	-	-			
Technicians/highly specialized technicians (%)	37%	63%	100%	36%	64%	100%	-	-	-	67%	33%	100%
Representatives (%)	32%	68%	100%	32%	68%	100%	66%	34%	100%	43%	57%	100%
Órgãos de governance (%)	100%	0%	100%	100%	0%	100%	46%	54%	100%	88%	13%	100%

Notas: os dados da coluna Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten excluem colaboradores da MDS Brasil e GO NATURAL Restauração. Não incluem também o Conselho de Administração.

Sonae Sierra				
Percentagem de colaboradores por categoria funcional (%)				
	Faixa etária	Feminino	Masculino	Total
Global Senior Executive, Senior Executive, Executive	< 35 anos	0%	0%	0%
	Dos 35 aos 44 anos	3%	17%	21%
	Dos 45 aos 54 anos	10%	38%	48%
	Dos 55 aos 64 anos	3%	21%	24%
	> 64 anos	0%	7%	7%
	Total		17%	83%
Senior Manager	< 35 anos	0%	0%	0%
	Dos 35 aos 44 anos	2%	17%	18%
	Dos 45 aos 54 anos	13%	33%	47%
	Dos 55 aos 64 anos	7%	25%	32%
	> 64 anos	0%	3%	3%
	Total		22%	78%
Manager	< 35 anos	1%	2%	3%
	Dos 35 aos 44 anos	18%	22%	40%
	Dos 45 aos 54 anos	17%	29%	45%
	Dos 55 aos 64 anos	1%	10%	11%
	> 64 anos	0%	1%	1%
	Total		36%	64%
Team Leader	< 35 anos	5%	7%	12%
	Dos 35 aos 44 anos	27%	28%	55%
	Dos 45 aos 54 anos	16%	11%	27%
	Dos 55 aos 64 anos	2%	2%	5%
	> 64 anos	0%	1%	1%
	Total		50%	50%

<i>Project Team Specialist</i>	Total	50%	50%	100%
	< 35 anos	11%	20%	31%
	Dos 35 aos 44 anos	26%	21%	47%
	Dos 45 aos 54 anos	7%	10%	17%
	Dos 55 aos 64 anos	1%	5%	5%
	> 64 anos	0%	0%	0%
<i>Team Member</i>	Total	45%	55%	100%
	< 35 anos	24%	15%	39%
	Dos 35 aos 44 anos	24%	15%	38%
	Dos 45 aos 54 anos	11%	5%	16%
	Dos 55 aos 64 anos	4%	3%	6%
	> 64 anos	0%	0%	0%
	Total	62%	38%	100%

405-2	Rácio entre o salário base e remuneração da mulher e do homem	V	6	5 8 10
-------	---	---	---	--------------

	Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten		Sonaecom (IM & Media)	
	2017	2018	2017	2018
Rácio do salário base médio por categoria funcional (F/M)				
<i>Top Executives</i>	0,93	1,04	-	0,00
<i>Management & Senior Management</i>	0,91	0,91	0,9	0,89
<i>Middle Management*</i>	0,9	0,91	0,9	0,92
<i>Technicians/highly specialized technicians</i>	0,87	0,87	-	-
<i>* Inclui Middle Management, Technicians/highly specialized technicians – SALSA</i>	-	0,96	-	-
<i>Representatives</i>	1,00	1,00	0,89	0,90
Total	0,92	0,98	0,79	0,80
Rácio de remuneração média por categoria funcional (F/M)				
<i>Top Executives</i>	0,89	0,99	-	0,00
<i>Management & Senior Management</i>	0,9	0,90	0,9	0,89
<i>Middle Management*</i>	0,89	0,96	0,9	0,92
<i>Technicians/highly specialized technicians</i>	0,86	0,85		
<i>Inclui Middle Management, Technicians/highly specialized technicians - SALSA</i>	-	1,00		
<i>Representatives</i>	0,99	1,00	0,89	0,90
Total	0,89	0,96	0,79	0,80

Notas: o salário base mensal (convertido para *full-time equivalent*) inclui:

Todas as remunerações de carácter fixo a 31 de dezembro de 2018. Base de 12 meses.

A remuneração total incluiu (convertida para *full-time equivalent*):

- Salário base mensal;
- Prémio de desempenho, abono para falhas e subsídio de turno a 31 de dezembro 2018;
- Componentes de carácter variável calculadas com base nos últimos 12 meses (janeiro a dezembro de 2018).

Os dados da coluna Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten excluem MDS Brasil e GO NATURAL Restauração. Não incluem também o Conselho de Administração.

Sonaecom (Sonae IM & Media)								
Rácio do salário base médio por categoria funcional por país								
	Brasil	Espanha	Egito	EUA	México	Colômbia	Malásia	Inglaterra
Management	0,90	1,06	0,00	0,87	1,14	0,00	0,32	0,00
Middle Management	0,89	0,97	0,91	0,78	1,01	1,29	0,40	-
Total	0,90	1,04	0,16	0,84	1,10	0,29	0,33	0,00

Nota: Na Austrália e em Inglaterra só temos um colaborador (um por país), pelo que o cálculo do rácio não é aplicável. Também na Irlanda só há colaboradores do sexo masculino, pelo que, de igual forma, o cálculo do indicador não é aplicável.

406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas	Não se verificaram casos de discriminação.	V	6	5 8 16
407 - LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA					
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco	Na Sonae não existem operações com risco no âmbito do exercício da liberdade de associação e realização de acordos de negociação coletiva. No caso específico da Sonae MC, Maxmat e Worten, de acordo com os relatórios de auditorias efetuados, todos os fornecedores têm o critério "Liberdade de associação: podem ser membros de instituições/ associações que representam os seus direitos" conforme. A Sonae Sierra não reporta este indicador.	V	3	8
408 - TRABALHO INFANTIL					
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil	Na Sonae, por regra, não se admitem menores de idade. Só excepcionalmente se admitem menores, entre os 16 e 18 anos, e sempre em cumprimento da lei. Na Sonae MC, Maxmat e Worten caso se verifique que um fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho infantil, o fornecedor é colocado em stand-by e só reentra aquando de uma auditoria SA8000 por entidade acreditada. Quer pelas geografias onde estamos presentes quer pela complexidade técnica/tecnológica do tipo de atividades desempenhadas pelos colaboradores a Sonaecom tem riscos residuais em termos de trabalho infantil. A Sonae Sierra não reporta este indicador.	V	5	8 16
409 - TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO					
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Na Sonae, não existe qualquer trabalho forçado. Na Sonae MC, Maxmat e Worten caso se verifique que um fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo, o fornecedor é colocado em <i>stand-by</i> e só reentra aquando de uma auditoria SA8000 por entidade acreditada. Quer pelas geografias onde estamos presentes quer pela complexidade técnica/tecnológica do tipo de atividades desempenhadas pelos colaboradores a Sonaecom tem riscos residuais em termos de trabalho forçado ao análogo ao escravo. A Sonae Sierra não reporta este indicador.	V	4	8
410 – PRÁTICAS DE SEGURANÇA					
410-1	Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Tanto em Espanha como em Portugal todos os vigilantes que prestam serviço através de empresas de segurança têm de ter um cartão profissional, cuja obtenção e renovação requer a realização de uma formação que inclui matérias de direitos constitucionais/fundamentais, ética e deontologia.			

412 - AVALIAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS														
412-1	Operações submetidas a avaliações de Direitos Humanos	Em 2018, não foi registada nenhuma operação que tenha sido objetivo de reavaliações de Direitos Humanos e/ou avaliações de impacto neste aspeto.	V	1										
412-2	Formação em políticas e práticas de Direitos Humanos	<p>Em 2018, os colaboradores da Sonae, Sonae MC, Sonae S&F, Worten, Maxmat, Sonae RP e Sonae FS receberam formação relacionada com as práticas e políticas de direitos humanos conforma tabela seguinte:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Total de colaboradores que receberam formação formal nas políticas e procedimentos da organização relativos a questões de Direitos Humanos (nº)</td> <td>21.883</td> <td>43.596</td> </tr> <tr> <td>Total de horas dedicadas a formação nas políticas e procedimentos referentes a aspetos de Direitos Humanos que são relevantes para as operações (nº)</td> <td>228.485</td> <td>307.817</td> </tr> </tbody> </table> <p>Nota: inclui todos os participantes em formação independentemente de estarem ou não ativos a 31 dezembro de 2018.</p>		2017	2018	Total de colaboradores que receberam formação formal nas políticas e procedimentos da organização relativos a questões de Direitos Humanos (nº)	21.883	43.596	Total de horas dedicadas a formação nas políticas e procedimentos referentes a aspetos de Direitos Humanos que são relevantes para as operações (nº)	228.485	307.817	V	1	
	2017	2018												
Total de colaboradores que receberam formação formal nas políticas e procedimentos da organização relativos a questões de Direitos Humanos (nº)	21.883	43.596												
Total de horas dedicadas a formação nas políticas e procedimentos referentes a aspetos de Direitos Humanos que são relevantes para as operações (nº)	228.485	307.817												
412-3	Acordos de investimento e contratos com cláusulas de Direitos Humanos	Nos contratos de fornecimento da Sonae MC, Sonae S&F, Worten e Maxmat consta uma cláusula de obrigação do fornecedor que menciona "Cumprir com todas as normas e legislação aplicável sobre trabalho prestado por menores, direitos humanos e proibição de discriminação dos seus trabalhadores, seja qual for o motivo.".	V	6	5 8 16									

GRI 413 - COMUNIDADES LOCAIS (ASPE TO MATERIAL)					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN	V	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com as Comunidades Locais (<i>vide</i> capítulos Desigualdades e desenvolvimento inclusivo e Apoio à comunidade).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> indicadores apresentados de seguida).		
413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas	<p>Desigualdades e desenvolvimento inclusivo</p> <p>Apoio à comunidade</p> <p>Desde o momento da instalação de uma nova unidade, a Sonae assegura as condições necessárias para causar o mínimo de impacto negativo nas comunidades. Durante a operação desenvolve inúmeras atividades de apoio à comunidade local, indo de encontro às diferentes necessidades destas. As atividades são muitas vezes realizadas em parceria com entidades locais.</p>	V	1	

GRI 414 - AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES (ASPETO MATERIAL)

Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Sustentabilidade no centro do nosso ADN	V		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Avaliação Social de Fornecedores (<i>vide</i> capítulo Natureza e biodiversidade).			
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> indicadores apresentados de seguida).			
414-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais			V	8	

Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten

Fornecedores selecionados com base em critérios sociais - práticas laborais, direitos humanos, com impacto na sociedade

2018	Frescos		Alimentar		Não alimentar		S&F (MO, Zippy e Losan)		S&F (Deeply & Berg)		Wells		Worten		Maxmat	
	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos
Total de fornecedores (nº)	302	32	405	39	299	37	368	82	70	12	57	8	118	12	73	6
Nacionais	260	31	213	17	109	9	148	30	28	2	23	2	8	0	42	5
Estrangeiros	42	1	192	22	190	28	220	52	42	10	34	6	110	12	31	1
Total de fornecedores qualificados (nº)	271	5	379	22	235	9	0	0	0	0	42	3	98	0	29	0
Nacionais	229	4	199	9	90	1	0	0	0	0	16	1	8	0	16	0
Estrangeiros	42	1	180	13	145	8	0	0	0	0	26	2	90	0	13	0
Percentagem de fornecedores qualificados (%)	90%	16%	94%	56%	79%	24%	0%	0%	0%	0%	74%	38%	83%	0%	40%	0%
Nacionais (%)	88%	13%	93%	53%	83%	11%	0%	0%	0%	0%	70%	50%	100%	0%	38%	0%
Estrangeiros (%)	100%	100%	94%	59%	76%	29%	0%	0%	0%	0%	76%	33%	82%	0%	42%	0%
Total de auditorias realizadas a fornecedores (nº)	81	1	78	3	186	3	10	0	0	0	26	1	64	0	13	0
Nacionais	77	1	55	3	46	0	0	0	0	0	7	0	0	0	5	0
Estrangeiros	4	0	23	0	140	3	10	0	0	0	19	1	64	0	8	0

Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten

Fornecedores selecionados com base em critérios sociais - práticas laborais, direitos humanos, com impacto na sociedade

2018	Frescos		Alimentar		Não alimentar		S&F (Deeply e Berg)		Wells		Worten		Maxmat	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Total de fornecedores (nº)	369	302	291	405	305	299	-	70	48	57	133	118	77	73
Total de fornecedores qualificados (nº)	357	271	288	379	219	235	-	0	35	42	106	98	17	29
Percentagem de fornecedores qualificados (%)	97%	90%	99%	94%	72%	79%	-	0%	73%	74%	80%	82%	22%	40%
Total de auditorias realizadas a fornecedores (nº)	99	81	67	78	167	186	-	10	22	26	99	64	10	13

GRI 416 - SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE

416-1	Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança	V		
-------	---	---	--	--

2018	Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten							
	Categorias de produtos e serviços significativas avaliadas em termos dos impactos na saúde e segurança							
	Frescos	Alimentar	Não alimentar	Wells	S&F (MO, Zippy e Losan)	S&F (Deeply & Berg)	Worten	Maxmat
Total de categorias de produtos e serviços significativas (nº)	2	1	2	1	7	4	1	1
Total de categorias de produtos e serviços significativas que são avaliados em termos dos impactos na saúde e segurança (nº)	2	1	2	1	7	4	1	1
Percentagem de categorias de produtos e serviços significativas avaliadas em termos dos impactos na saúde e segurança (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Notas: temos em conta os impactos na saúde e segurança dos produtos nas várias fases do ciclo de vida dos seus produtos. Por exemplo, ao nível dos produtos eletrónicos, realizamos junto do fabricante o desenvolvimento da imagem do produto, da embalagem e do manual. Todo o processo de fabrico deste tipo de produtos é acompanhado através de várias inspeções. Ao nível alimentar, efetuamos a pesquisa e desenvolvimento de produto, por exemplo, através da otimização do seu perfil nutricional.

Sonae Sierra			
Categorias de produtos e serviços significativas avaliadas em termos dos impactos na saúde e segurança	Nova construção	Gestão	Desenvolvimento/Redesenvolvimento
Percentagem de categorias de produtos e serviços significativas avaliadas em termos dos impactos na saúde e segurança (%)	100%	100%	100%

Notas: inclui todos os centros comerciais detidos pela Sonae Sierra e em operação no período de reporte e todos os projetos em desenvolvimento, durante o período de reporte.

GRI 417 - MARKETING E ROTULAGEM (ASPETO MATERIAL)

417-1	Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços	V	12
			16

	Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten						
	Categorias de produtos e serviços significativas avaliadas em termos dos impactos na saúde e segurança						
	Frescos	Alimentar	Não alimentar	Wells	S&F	Worten	Maxmat
Origem do produto ou serviço	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Composição, com especial atenção a substâncias potencialmente prejudiciais ao ambiente ou à sociedade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Utilização segura do produto ou serviço	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Eliminação do produto e impactos ambientais e sociais subjacentes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Total de categorias de produtos com rotulagem específica (nº)	-	-	65	120	11	10	10
Total de categorias de produtos (nº)	-	-	252	148	11	44	89
Percentagem de categorias de produto com rotulagem específica (%)	0%	0%	26%	81%	100%	23%	11%

A Sonae FS é responsável pela emissão e gestão do Cartão Universo, sendo a funcionalidade de utilização a crédito do mesmo assegurada por uma linha de crédito concedida e gerida pelo Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A.

Na área “Preçário e Informação Legal” do site Universo podem ser consultados e/ou descarregados vários documentos de forma a garantir total transparência e completa informação dos procedimentos associados ao Cartão Universo: Ficha de Informação Normalizada Europeia em matéria de crédito a consumidores; Contrato de Crédito de atribuição da linha de crédito associada ao Cartão Universo; Acordo de Prestação de Serviços de Pagamento e Emissão de Moeda Eletrónica; Condições de Adesão aos Programas de Fidelização; Preçário; Informação Pré-Contratual sobre Intermediação de Crédito; Reclamações; Políticas de Privacidade SONAE FS e Banco BNP; Código de Ética e Conduta da Sonae; Procedimento de acesso e utilização do Universo Digital; Documentos de Informação Pré-Contratual e Condições Gerais dos Seguros Universo.

GRI 419 - COMPLIANCE SOCIOECONÓMICO						
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites				
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Sonae tem promovido várias iniciativas relacionadas com o <i>Compliance</i> Socioeconómica (vide capítulos Natureza e Biodiversidade bem como Desigualdades e desenvolvimento inclusivo).	V		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide indicadores apresentados de seguida).			
419-1	Não-conformidades com as leis e regulamentos na área social e económica			V		16

Não-conformidades com as leis e regulamentos na área social e económica	Sonae MC, Sonae S&F, Sonae RP, Sonae FS, Maxmat e Worten	Sonaeacom (IM & Media)	Sonae Sierra
Total do valor monetário total das multas significativas - Área económica (€)	44.178	Não se registaram não-conformidades com leis e regulamentos destas naturezas.	Não se registaram não-conformidades com leis e regulamentos destas naturezas
Número total de sanções não monetárias (nº)	0		
Total do valor monetário total das multas significativas - Área social (laboral) (€)	0		
Número total de sanções não monetárias (nº)	0		

Legenda

V - Verificado

Princípios UNGC – *United Nations Global Compact*

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

8. Requisitos de informação não financeira

O reporte da atividade responde aos requisitos legais impostos pelo Decreto-Lei português n.º 89/2017, publicado a 28 de julho de 2017 e à lei espanhola n.º 11/2018, de 28 de dezembro como seguidamente se evidencia.

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA COM DL PORTUGUÊS 89/2017 de 28 de julho	
Conteúdos do Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho	Localização
<p>Art.º 3º (remetido para Art. 66º-B e 508º-G do CSC):</p> <p>A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:</p>	
a) Breve descrição do modelo empresarial da empresa	<p>Relatório e Contas 2018: Visão Geral da Sonae Desempenho do portefólio</p> <p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 7. Suplemento GRI</p>
b) Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 1. Sustentabilidade no centro do nosso ADN 2. CO2 e alterações climáticas 3. Natureza e biodiversidade 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo 6. Apoio à comunidade 7. Suplemento GRI</p>
c) Os resultados dessas políticas	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. CO2 e alterações climáticas 3. Natureza e biodiversidade 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo 6. Apoio à comunidade 7. Suplemento GRI</p>
d) Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 7. Suplemento GRI</p> <p>Relatório de Governo da Sociedade 2018 C. Organização Interna: III- Controlo Interno e Gestão de Riscos: 53-55.; IV- Apoio ao Investidor: 56-58</p>
e) Indicadores -chave de desempenho relevante para a sua atividade específica	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. CO2 e alterações climáticas 3. Natureza e biodiversidade 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo 6. Apoio à comunidade 7. Suplemento GRI</p>
<p>Art.º 4º (remetido para o Artº 245.º- N.º 1 r) e N.º 2 do CVM):</p> <p>Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência.</p>	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 1. Sustentabilidade no centro do nosso ADN 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo 7. Suplemento GRI</p> <p>Informação Governo da Sociedade disponível aqui: aqui.</p>

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA COM LEI ESPANHOLA 11/2018 de 28 de dezembro

Conteúdos da lei espanhola 11/2018 de 28 de dezembro	Assunto material na análise de materialidade	Localização
Global		
<p>O relato consolidado de informação não financeira deverá incluir as informações necessárias para compreender:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ a evolução, ▪ os resultados e a situação do grupo e ▪ o impacto da sua atividade; <p>relativamente a:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Questões ambientais ▪ Questões sociais, ▪ Respeito pelos direitos humanos ▪ Respeito pelo combate à corrupção e ao suborno, ▪ bem como relativo aos colaboradores, incluindo medidas que, caso aplicáveis, tenham sido adotadas a fim de cumprir o princípio da igualdade de tratamento e oportunidades entre mulheres e homens, não discriminação e inclusão de pessoas com deficiência e acessibilidade universal. 	Sim	<p>Relatório e Contas 2018: Visão Geral da Sonae Desempenho do portefólio</p> <p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. CO2 e alterações climáticas 3. Natureza e biodiversidade 4. Plástico 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo 6. Apoio à comunidade</p>
Modelo de Negócio		
<p>Breve descrição do modelo de negócios do grupo, que i deverá incluir:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.) o seu ambiente de negócios, 2.) sua organização e estrutura, 3.) os mercados em que opera, 4.) os seus objetivos e estratégias, 5.) Os principais fatores e tendências que podem afetar sua evolução futura. 	Sim	<p>Relatório e Contas 2018: Visão Geral da Sonae Desempenho do portefólio</p> <p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 1. Sustentabilidade no centro do nosso ADN 7. Suplemento GRI</p>
Políticas		
<p>Uma descrição das políticas que o grupo aplica a estas questões, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.) procedimentos <i>de due diligence</i> aplicados à identificação, avaliação, prevenção e mitigação de riscos e impactos significativos. 2.) procedimentos de verificação e controlo, incluindo as respetivas medidas foram adotadas. 	Sim	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 1. Sustentabilidade no centro do nosso ADN 2. CO2 e alterações climáticas 3. Natureza e biodiversidade 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo p. 6. Apoio à comunidade 7. Suplemento GRI</p> <p>Relatório de Governo da Sociedade 2018 C. Organização Interna: III- Controlo Interno e Gestão de Riscos: 53-55.; IV- Apoio ao Investidor: 56-58</p>
Resultados das políticas e indicadores de desempenho chave		
<p>Os resultados dessas políticas, incluindo indicadores-chave de resultados não financeiros relevantes que permitam:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.) a monitorização e avaliação do progresso e 2.) que favoreçam a comparabilidade entre setores, de acordo com os referenciais nacionais, europeus ou internacionais utilizados para cada tema. 	Sim	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. CO2 e alterações climáticas 3. Natureza e biodiversidade 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo p. 6. Apoio à comunidade 7. Suplemento GRI</p>
Riscos		

<p>Os principais riscos relacionados com estas questões relativas às atividades do grupo, incluindo, quando relevante, as suas relações comerciais, produtos ou serviços que possam ter efeitos negativos nas mesmas, e</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ como o grupo gere esses riscos, ▪ explicando os procedimentos utilizados para detectar e avaliar os riscos, de acordo com as estruturas de referência nacionais, europeias ou internacionais para cada tema. ▪ Devem ser incluídas informações sobre os impactos detectados, detalhando os principais riscos a curto, médio e longo prazo. 	Não	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 7. Suplemento GRI Relatório de Governo da Sociedade 2018 C. Organização Interna: III- Controlo Interno e Gestão de Riscos: 53-55.; IV- Apoio ao Investidor: 56-58</p>
Indicadores chave de desempenho		
<p>Indicadores chave de desempenho não financeiros que são relevantes para a atividade empresarial e que atendem aos critérios de comparabilidade, materialidade, relevância e confiabilidade.</p> <p>A fim de permitir a comparação de informação, tanto ao longo do tempo como entre entidades, serão utilizados padrões de indicadores chave não financeiros que podem ser geralmente aplicados e que cumprem as orientações da Comissão Europeia sobre esta matéria e com os standards da <i>Global Reporting Initiative</i>, mencionando no relatório o âmbito nacional, europeu ou internacional utilizado para cada tema.</p> <p>Os principais indicadores dos resultados não financeiros devem ser aplicados a cada uma dos temas de informação não financeira.</p> <p>Estes indicadores devem ser úteis, tendo em consideração as circunstâncias, e consistentes com os parâmetros utilizados nos seus procedimentos internos de avaliação e gestão de riscos.</p> <p>Em qualquer caso, as informações apresentadas devem ser precisas, comparáveis e verificáveis.</p>	Sim	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. CO2 e alterações climáticas 3. Natureza e biodiversidade 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo p. 6. Apoio à comunidade 7. Suplemento GRI</p>
Questões ambientais		
Meio ambiente global		
<p>1.) Informação detalhada sobre os efeitos atuais e possíveis das atividades da empresa sobre o meio ambiente e, quando aplicável, procedimentos de saúde e segurança, avaliação ambiental ou certificação;</p> <p>2.) Recursos dedicados à prevenção de riscos ambientais;</p> <p>3.) A aplicação do princípio da precaução, a quantidade de provisões e garantias para os riscos ambientais.</p>	Sim	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. CO2 e alterações climáticas 3. Natureza e biodiversidade 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo p. 6. Apoio à comunidade 7. Suplemento GRI</p> <p>Relatório de Governo da Sociedade 2018 C. Organização Interna: III- Controlo Interno e Gestão de Riscos: 53- 55.; IV- Apoio ao Investidor: 56-58</p>
Contaminação		
<p>1.) Medidas para prevenir, reduzir ou reparar danos das emissões de carbono que afetam gravemente o meio ambiente;</p>	Sim	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. CO2 e alterações climáticas 7. Suplemento GRI</p>
<p>2.) Tendo em consideração qualquer forma de poluição do ar, específica da atividade, incluindo poluição sonora e luminosa.</p>		<p>A atividade da Sonae, pela sua natureza, não tem impactos significativos ao nível de ruído e poluição luminosa.</p>

Economia circular e prevenção e gestão de resíduos		
Economia circular; Resíduos: prevenção, reciclagem, reutilização, outras formas de recuperação e eliminação de resíduos; ações para combater o desperdício de alimentos.	Sim	Relatório de Sustentabilidade 2018: 3. Natureza e biodiversidade 4. Plásticos 7. Suplemento GRI
Uso sustentável de recursos		
Consumo de água e abastecimento de água de acordo com as restrições locais;	Sim	Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. CO2 e alterações climáticas 3. Natureza e biodiversidade 7. Suplemento GRI
Consumo de matérias primas e as medidas adotadas para melhorar a eficiência de utilização;		
Consumo, direto e indireto de energia, medidas tomadas para melhorar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis.		
Alterações climáticas		
Os elementos importantes das emissões de gases de efeito estufa libertados como resultado das atividades da empresa, incluindo o uso dos bens e serviços que produz;	Sim	Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. CO2 e alterações climáticas 7. Suplemento GRI
As medidas adotadas para adaptação às consequências das alterações climáticas;		
As metas de redução estabelecidas voluntariamente a médio e longo prazos para reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa e as medidas implementadas para atingir esse fim.		
Proteção da biodiversidade		
Medidas tomadas para preservar e restaurar a biodiversidade;	Sim	Relatório de Sustentabilidade 2018: 3. Natureza e biodiversidade 7. Suplemento GRI A Sonae não possui instalações em áreas classificadas como zonas de habitats ricos em biodiversidade. Em 2018, não existiram operações conducentes a alterações dos habitats envolventes, que suscitassem a restauração dos mesmos.
Impactos causados pelas atividades ou operações em áreas protegidas.		
Emprego		
Número total e distribuição de empregados por género, idade, país e categoria profissional;	Sim	Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. Desigualdades e desenvolvimento 7. Suplemento Relatório de Governo da Sociedade 2018 D. Remunerações: I- Competências para a determinação:66; II- Comissão de remunerações:67-68; III- Estrutura de Remunerações: 69- 76; IV – Divulgação das Remunerações: 77- 82; V – Acordos com
Número total e distribuição de modalidades de contrato de trabalho;		
Média anual de contratos sem termo, de contratos temporais e de contratos a tempo parcial por sexo, idade e categoria profissional;		

Número de demissões por sexo, idade e classificação profissional;		implicações Remuneratórias: 83-84; VI – Planos de Atribuição de Ações ou Operações sobre Ações (“ <i>stock options</i> ”): 85-88; E. Transações com Partes Relacionadas: I- Mecanismos e procedimentos de controlo: 89-91; II- Elementos relativos aos negócios: 92
As remunerações médias e sua evolução desagregadas por sexo, idade e classificação profissional ou igual valor;		
Diferença salarial, a remuneração de cargos iguais ou médios na empresa;		
A remuneração média dos administradores e executivos, incluindo remuneração variável, subsídios, compensação, pagamento a sistemas de previsão de poupanças a longo prazo e qualquer outra percepção desagregada por sexo;		
Implementação de políticas de desconexão laboral;		Aquando da desvinculação de colaboradores é assegurado o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis a estas situações.
Colaboradores com deficiência;		Na Sonae trabalhamos continuamente para proporcionar um contexto laboral inclusivo, não discriminatório. As nossas instalações são desenvolvidas de forma a assegurarem acessibilidade universal.
Organização do trabalho		
Organização do tempo de trabalho;	Sim	Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo 7. Suplemento GRI
Número de horas de absentismo;		
Medidas destinadas a facilitar o gozo da conciliação e incentivar a responsabilidade conjunta destes por ambos os progenitores.		
Saúde e Segurança		
Condições de saúde e segurança no trabalho;	Não	Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo 7. Suplemento GRI
Acidentes de trabalho, em particular a sua frequência e gravidade;		
Doenças ocupacionais; desagregado por sexo.		
Relações Sociais		
Organização do diálogo social, incluindo procedimentos para informar e consultar o pessoal e negociar com eles;	Sim	Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo 7. Suplemento GRI
Porcentagem de colaboradores cobertos por acordos coletivos por país;		
O equilíbrio dos acordos coletivos, particularmente no campo da saúde e segurança no trabalho.		Código Ética e Conduta para Colaboradores

Formação		
As políticas implementadas no campo da formação;	Sim	Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo 7. Suplemento GRI
A quantidade total de horas de formação por categorias profissionais.		
Acessibilidade universal de pessoas com deficiência		Na Sonae trabalhamos continuamente para proporcionar um contexto laboral inclusivo, não discriminatório. As nossas instalações são desenvolvidas de forma a assegurarem acessibilidade universal.
Igualdade		
Medidas tomadas para promover igualdade de tratamento e oportunidades entre mulheres e homens;	Sim	Relatório de Sustentabilidade 2018: 1. Sustentabilidade no centro do nosso ADN 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo 7. Suplemento GRI Planos para a Igualdade
Planos de Igualdade (Capítulo III da Lei Orgânica 3/2007, de 22 de março, para a igualdade efetiva de mulheres e homens), medidas adotadas para promover o emprego, protocolos contra o assédio sexual e de género, integração e a acessibilidade universal das pessoas com deficiência;		
A política contra todos os tipos de discriminação e, quando apropriado, a gestão da diversidade.		
Direitos Humanos		
Aplicação dos procedimentos de <i>due diligence</i> no campo dos direitos humanos;	Sim	Relatório de Sustentabilidade 2018: 1. Sustentabilidade no centro do nosso ADN 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo 7. Suplemento GRI Código Ética e Conduta para Colaboradores Código de Conduta para Fornecedores
Prevenção dos riscos de violação dos direitos humanos e, quando apropriado, medidas para mitigar, gerir e reparar possíveis abusos cometidos;		
Denúncias sobre casos de violação de direitos humanos;		
Promoção e cumprimento das disposições das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho relativas ao respeito à liberdade sindical e ao direito à negociação coletiva;		
A eliminação da discriminação no emprego e na ocupação;		
A eliminação do trabalho forçado ou compulsório;		
A abolição efetiva do trabalho infantil.		
Corrupção e suborno		
Medidas tomadas para prevenir corrupção e suborno;	Sim	Relatório de Sustentabilidade 2018: 1. Sustentabilidade no centro do nosso ADN

Medidas de combate ao branqueamento de capitais;		5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo 6. Apoio à comunidade 7. Suplemento GRI
Contribuições para fundações e entidades sem fins lucrativos.		Código Ética e Conduta para Colaboradores Código de Conduta para Fornecedores
Sociedade		
Compromissos da empresa com o desenvolvimento sustentável		
O impacto da atividade da sociedade no emprego e desenvolvimento local;	Sim	Relatório de Sustentabilidade 2018: 1. Sustentabilidade no centro do nosso ADN 5. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo 6. Apoio à comunidade 7. Suplemento GRI Código Ética e Conduta para Colaboradores Código de Conduta para Fornecedores
O impacto da atividade da sociedade sobre as populações locais e no território;		
As relações mantidas com os interpretes das comunidades locais e as modalidades de diálogo com eles;		
As ações de associação ou patrocínio.		
Subcontratação e fornecedores		
A inclusão na política de compras de questões sociais, igualdade de género e questões ambientais; Consideração nas relações com fornecedores e subcontratados de sua responsabilidade social e ambiental;		Relatório de Sustentabilidade 2018: 3. Natureza e biodiversidade 7. Suplemento GRI Código Ética e Conduta para Colaboradores Código de Conduta para Fornecedores
Sistemas de supervisão e auditorias e seus resultados.		
Consumidores		
Medidas para a saúde e segurança dos consumidores;	Não	Relatório de Sustentabilidade 2018: 3. Natureza e biodiversidade 4. Plásticos 7. Suplemento GRI
Sistemas de reclamações, reclamações recebidas e resolução das mesmas.		
Informação fiscal		
Benefícios obtidos país a país	Sim	Relatório de Sustentabilidade 2018: 7. Suplemento GRI Relatório e Contas 2018
Impostos sobre benefícios pagos.		

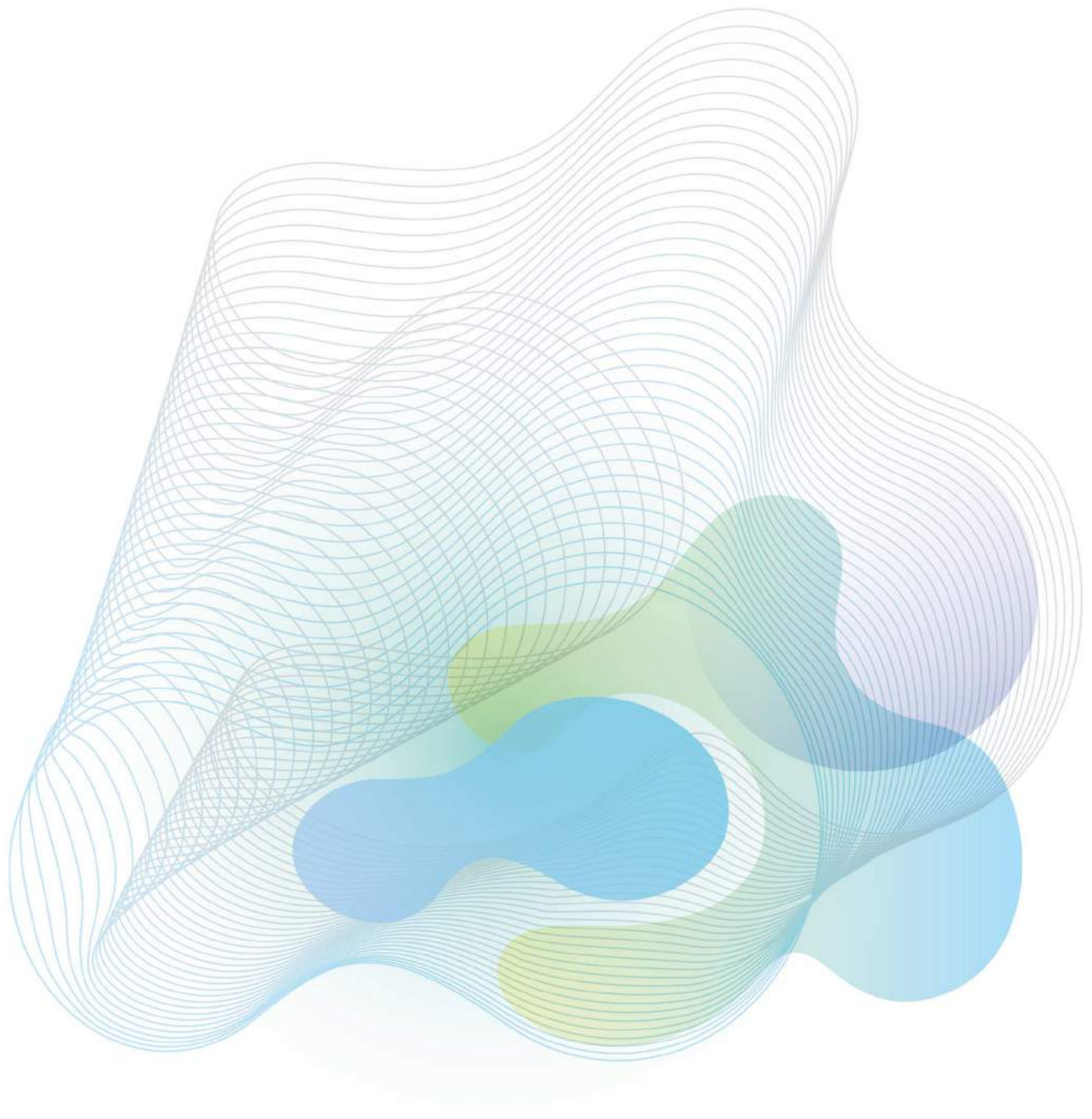


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS '18

O ADN de uma
Empresa Sustentável



IMPROVING LIFE



Demonstrações
financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dez 2018	31 dez 2017
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	8	1.656.150.305	1.650.873.072
Ativos intangíveis	9	365.568.045	367.924.247
Propriedades de investimento	10	982.910.025	-
Propriedades de investimento em desenvolvimento	10	15.667.343	-
Goodwill	11	779.450.545	634.363.213
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	12	1.992.454.216	1.414.450.837
Outros investimentos	7 e 13	47.195.342	19.423.775
Ativos por impostos diferidos	20	73.372.923	71.883.593
Outros ativos não correntes	7 e 14	82.828.050	23.611.943
Total de ativos não correntes		5.995.596.794	4.182.530.680
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	15	671.321.594	713.253.625
Clientes	7 e 16	141.935.385	130.075.290
Outras dívidas de terceiros	7 e 17	83.725.262	62.600.744
Estado e outros entes públicos	18	93.190.955	86.571.966
Outros ativos correntes	19	88.921.987	64.068.395
Investimentos	7 e 13	1.558.683	179.881
Caixa e equivalentes de caixa	7 e 21	696.243.071	364.589.115
Total de ativos correntes		1.776.896.937	1.421.339.016
Ativos não correntes detidos para venda		-	782.540
TOTAL DO ATIVO		7.772.493.731	5.604.652.236
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	22	2.000.000.000	2.000.000.000
Ações próprias	22	(104.204.112)	(108.567.192)
Reservas legais		251.937.767	247.276.603
Reservas e resultados transitados		(208.063.188)	(337.235.187)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		221.653.131	165.753.915
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		2.161.323.598	1.967.228.139
Interesses sem controlo	23	1.127.493.090	167.809.994
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		3.288.816.688	2.135.038.133
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	7 e 24	1.071.821.181	573.440.551
Empréstimos obrigacionistas	7 e 24	513.293.183	643.667.042
Credores por locações financeiras	7, 24 e 25	535.812	881.956
Outros empréstimos	7 e 24	2.217.506	2.244.793
Outros passivos não correntes	7 e 27	57.438.677	13.449.318
Passivos por impostos diferidos	20	285.988.650	132.200.898
Provisões	32	41.375.212	18.955.625
Total de passivos não correntes		1.972.670.221	1.384.840.183
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	7 e 24	287.144.891	207.748.007
Empréstimos obrigacionistas	7 e 24	210.841.257	57.970.806
Credores por locações financeiras	7, 24 e 25	873.513	832.895
Outros empréstimos	7 e 24	1.848.994	2.526.745
Fornecedores	7 e 29	1.287.490.385	1.192.499.941
Outras dívidas a terceiros	7 e 30	243.858.209	221.229.879
Estado e outros entes públicos	18	117.715.566	98.367.443
Outros passivos correntes	31	355.310.985	297.987.821
Provisões	32	5.923.022	5.610.383
Total de passivos correntes		2.511.006.822	2.084.773.920
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
TOTAL DO PASSIVO		4.483.677.043	3.469.614.103
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		7.772.493.731	5.604.652.236

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Vendas	6 e 36	5.670.549.206	5.290.203.853
Prestações de serviços	6 e 36	280.146.684	215.618.821
Variação de valor das propriedades de investimento	10	3.815.651	-
Rendimentos ou gastos relativos a investimentos	37	(16.872.069)	1.184.106
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	13	4.327.175	-
Outros rendimentos e ganhos financeiros	38	11.657.628	8.244.529
Outros rendimentos	39	178.772.140	125.129.850
Custo das vendas	15	(4.050.718.345)	(3.791.251.452)
Variação da produção	15	(58.763)	351.870
Fornecimentos e serviços externos	40	(776.592.575)	(694.081.760)
Gastos com o pessoal	41	(800.223.989)	(725.179.712)
Amortizações e depreciações	6, 8 e 9	(205.160.593)	(186.902.826)
Provisões e perdas por imparidade	32	(36.911.584)	(9.746.303)
Gastos e perdas financeiros	38	(47.413.353)	(41.901.359)
Outros gastos	42	(83.350.974)	(80.586.239)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	12.3	157.241.495	83.507.189
Resultado antes de impostos das operações continuadas		289.207.734	194.590.567
Imposto sobre o rendimento	43	(28.778.374)	(16.521.089)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas		260.429.360	178.069.478
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	5	(5.877.333)	(3.860.407)
Resultado líquido consolidado do exercício		254.552.027	174.209.071
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:			
Operações continuadas		227.354.859	170.505.268
Operações descontinuadas		(5.701.728)	(4.751.353)
		221.653.131	165.753.915
Atribuível a Interesses sem controlo			
Operações continuadas		33.074.501	7.564.210
Operações descontinuadas		(175.605)	890.946
	23	32.898.896	8.455.156
Resultados por ação			
Das operações continuadas			
Básico	45	0,119939	0,090031
Diluído	45	0,115807	0,088218
Das operações descontinuadas			
Básico	45	(0,003008)	(0,002509)
Diluído	45	(0,002803)	(0,002340)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO LÍQUIDO E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Montantes expressos em Euros)	Notas	31 dez 2018	31 dez 2017
Resultado líquido consolidado do exercício		254.552.027	174.209.071
Items de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Variação nas reservas de conversão cambial		9.779.725	(1.915.943)
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	12.3	41.723.824	(20.231.758)
Variação no valor dos ativos financeiros a justo valor	7 e 13	2.385.907	-
Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral		(156.453)	(2.272.901)
Outros		8.310	498.915
		(213.288)	(304.001)
		53.528.025	(24.225.688)
Items de outro rendimento integral que foram reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Reservas de conversão cambial relativas às operações descontinuadas	5	201.588	4.214.202
		201.588	4.214.202
Total de outros rendimentos integrais consolidados do exercício		53.729.613	(20.011.486)
Total rendimento integral consolidado do exercício		308.281.640	154.197.585
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		267.408.509	143.563.901
Interesses sem controlo		40.873.131	10.633.684

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Montantes expressos em euros)	Notas	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas e Resultados Transitados					Total de Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total	Interesses Sem Controlo (Nota 23)	Total do Capital Próprio
					Reservas de Conversão Cambial	Reservas de Justo Valor	Reservas de Cobertura	Prémio de Opção das Obrigações Convertíveis Nota 24	Outras Reservas e Resultados Transitados					
Atribuível aos acionistas da empresa-mãe														
Saldo em 1 de janeiro de 2017		2.000.000.000	(114.738.086)	244.211.592	3.845.889	-	1.948.405	22.313.000	(478.988.441)	(450.881.147)	215.073.949	1.893.666.308	169.040.186	2.062.706.494
Total do rendimento integral consolidado do exercício		-	-	-	157.543	-	(1.773.986)	-	(20.573.571)	(22.190.014)	165.753.915	143.563.901	10.633.684	154.197.585
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2016		-	-	3.065.011	-	-	-	-	212.008.938	212.008.938	(215.073.949)	-	-	-
Transferência para reserva legal e resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(75.824.357)	(75.824.357)	-	(75.824.357)	(4.074.876)	(79.899.233)
Entrega e atribuição de ações aos colaboradores por extinção de obrigação		-	-	-	-	-	-	-	171.280	171.280	-	171.280	15.152	186.432
Cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap		-	6.170.894	-	-	-	-	-	(632.348)	(632.348)	-	5.538.546	-	5.538.546
Variação de percentagem em filiais		-	-	-	-	-	-	-	112.461	112.461	-	112.461	(94.537)	17.924
Aquisição de filiais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.772.948	3.772.948
Entradas de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.207.700	1.207.700
Alteração do método de consolidação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.090.263)	(13.090.263)
Constituição de filiais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000	400.000
Saldo em 31 de dezembro de 2017		2.000.000.000	(108.567.192)	247.276.603	4.003.432	-	174.419	22.313.000	(363.726.038)	(337.235.187)	165.753.915	1.967.228.139	167.809.994	2.135.038.133
Saldo em 1 de janeiro de 2018		2.000.000.000	(108.567.192)	247.276.603	4.003.432	-	174.419	22.313.000	(363.726.038)	(337.235.187)	165.753.915	1.967.228.139	167.809.994	2.135.038.133
Impacto da aplicação da IFRS 15		-	-	-	-	-	-	-	(285.344)	(285.344)	-	(285.344)	(73.934)	(359.278)
Total do rendimento integral consolidado do exercício		-	-	-	156.953	2.146.500	(50.804)	-	43.502.729	45.755.378	221.653.131	267.408.509	40.873.131	308.281.640
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2017		-	-	4.661.164	-	-	-	-	161.092.751	161.092.751	(165.753.915)	-	-	-
Transferência para reserva legal e resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	22	-	-	-	-	-	-	-	(79.790.935)	(79.790.935)	-	(79.790.935)	(17.980.912)	(97.771.847)
Distribuição de rendimentos de fundo de investimentos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(405.352)	(405.352)
Entrega e atribuição de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	28	-	-	-	-	-	-	-	720.374	720.374	-	720.374	(2.468)	717.906
Cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap	22	-	4.363.080	-	-	-	-	-	262.240	262.240	-	4.625.320	-	4.625.320
Variação de percentagem em filiais	23	-	-	-	-	-	-	-	1.995.735	1.995.735	-	1.995.735	(1.995.735)	-
Política de remuneração variável anual e de médio prazo - reclassificação de capital para passivo		-	-	-	-	-	-	-	(578.200)	(578.200)	-	(578.200)	-	(578.200)
Aquisição de filiais	4.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89.063	89.063
Entradas de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.053.149	2.053.149
Alteração do método de consolidação	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	937.126.154	937.126.154
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.000.000.000	(104.204.112)	251.937.767	4.160.385	2.146.500	123.615	22.313.000	(236.806.688)	(208.063.188)	221.653.131	2.161.323.598	1.127.493.090	3.288.816.688

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2018	31 dez 2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		5.995.280.882	5.731.208.842
Pagamentos a fornecedores		(4.733.688.555)	(4.570.905.080)
Pagamentos ao pessoal		(795.426.129)	(763.240.214)
Fluxos gerados pelas operações		466.166.198	397.063.548
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(19.298.938)	(21.655.220)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(7.045.373)	(7.188.614)
Fluxos das atividades operacionais (1)		439.821.887	368.219.714
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	46	212.485.544	21.546.532
Ativos fixos tangíveis	8	160.940.628	39.862.783
Ativos intangíveis		1.064.658	479.278
Juros e rendimentos similares		3.355.044	1.093.492
Empréstimos concedidos		587.444	1.500
Dividendos	12.3	50.277.352	54.033.853
Outros	22	50.178.105	37.027.805
		478.888.775	154.045.243
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	46	(231.964.915)	(21.009.745)
Ativos fixos tangíveis		(264.548.727)	(232.180.121)
Ativos intangíveis		(46.009.404)	(46.896.856)
Empréstimos concedidos		(5.546)	(242.465)
Outros	22	(23.838.433)	(16.203.904)
		(566.367.025)	(316.533.091)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(87.478.250)	(162.487.848)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		6.647.588.977	6.969.262.977
Investimentos financeiros	46	-	1.213.187
Entradas de capital		2.133.149	1.347.500
Outros		1.503.670	2.287
		6.651.225.796	6.971.825.951
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(6.489.300.449)	(7.018.150.115)
Investimentos financeiros	46	-	(1.504.253)
Juros e gastos similares		(29.143.429)	(27.379.973)
Dividendos e reservas distribuídas		(144.744.047)	(79.736.296)
Outros		(406.772)	(536.928)
		(6.663.594.697)	(7.127.307.565)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(12.368.901)	(155.481.614)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		339.974.736	50.250.252
Efeito das diferenças de câmbio		10.371	582.155
Efeito das atividades descontinuadas	5	(6.113.132)	(11.088.316)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	21	361.770.007	323.190.227
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	21	695.621.240	361.770.008

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.



SONAE, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

1 Nota Introdutória

A SONAE, SGPS, SA (“Sonae Holding”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 52 e 53 como Grupo Sonae (“Sonae”). Os negócios da Sonae e as áreas de atuação encontram-se indicados na Nota 6.

2 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quanto às que resultam da adoção da IFRS 9 e IFRS 15.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2018. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Grupo tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ii) ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e iii) propriedades de investimento mensuradas a justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem

diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.20.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 – O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2018:

Com aplicação obrigatória no exercício de 2018		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9	Instrumentos financeiros (estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura)	01 jan 2018
IFRS 15	Rédito de contratos com clientes (vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes)	01 jan 2018
IFRS 15 (alteração)	Rédito de contratos com clientes (vem introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos)	01 jan 2018
IFRS 4 (alteração)	Contratos de Seguro (proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9)	01 jan 2018
IFRS 2 (alteração)	Pagamento com base em ações (vem introduzir diversas clarificações na norma relacionadas como registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada)	01 jan 2018
	Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	01 jan 2018
IFRIC 22	Transações em moeda estrangeira e adiantamentos (vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.	01 jan 2018
IFRS 40 (alteração)	Propriedades de investimento (clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo)	01 jan 2018

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2018, no entanto os impactos não foram significativos nas demonstrações financeiras anexas.

a) Adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 9, o Grupo optou pela aplicação retrospectiva com ajustamento nos resultados transitados, à data de adoção inicial (1 de janeiro de 2018), sendo que os valores comparativos não foram reexpressos.

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Com a adoção da IFRS 9, o Grupo avaliou quais os modelos de negócio que se aplicavam aos seus ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais, à data de aplicação inicial da IFRS 9 (1 de janeiro de 2018), tendo classificado os instrumentos financeiros nas categorias previstas da IFRS 9, o que resultou nas reclassificações de instrumentos de capital próprio não cotados de ativos financeiros disponíveis para venda para justo valor através de resultados (4,3 milhões de euros) e justo valor através de outro rendimento integral (2,4 milhões de euros) (Nota 13).

Os ativos financeiros classificados em 2017 na categoria de “Empréstimos e contas a receber” da IAS 39 encontram-se classificados em 2018 como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A reclassificação destes ativos não teve impacto no capital próprio a 1 de janeiro de 2018, uma vez que a aplicação dos novos critérios de classificação da IFRS 9 não alterou o modelo de mensuração dos ativos antes de perdas de imparidade, continuando a ser aplicado o custo amortizado.

Imparidade de ativos financeiros

A aplicação da IFRS 9 obriga à determinação das perdas de imparidade com base no modelo das perdas de crédito estimadas, em vez da avaliação efetuada com base nas perdas incorridas conforme previsto na IAS 39. Estão sujeitos ao novo modelo de imparidade de crédito previsto na IFRS 9 os instrumentos de dívida reconhecidos ao custo amortizado (clientes, outros devedores, empréstimos a entidades relacionadas) e ativos de contratos com clientes.

Relativamente aos instrumentos de dívida ao custo amortizado, clientes e outras dívidas de terceiros, o grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de imparidade estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos e pelo período da maturidade dos mesmos, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos, ajustados por estimativas prospetivas.


No que diz respeito aos empréstimos a entidades relacionadas e instrumentos de dívida, estes foram considerados como tendo baixo risco, de modo que as perdas de imparidade foram determinadas avaliando as perdas estimadas nos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas de crédito estimadas.

O impacto total nos resultados transitados do grupo pela adoção do modelo de imparidade da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 foi considerado imaterial, não tendo sido relevado contabilisticamente.

b) Adoção da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

A IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes baseia-se no princípio de que o rédito da venda de bens é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

Na adoção da IFRS 15 o Grupo decidiu adotar o regime transitório de aplicação retrospectiva com o efeito cumulativo inicial reconhecido em resultados transitados a 1 de janeiro de 2018 com recurso à adoção dos seguintes expedientes práticos: aplicação apenas para os contratos não concluídos à data de 1 de janeiro de 2018 e não reexpressão dos contratos modificados antes de 1 de janeiro de 2017.



A adoção da IFRS 15 resultou nas seguintes alterações às políticas contabilísticas da Empresa, reclassificações e ajustamentos:

- (i) Contabilização dos contratos de Software as a Service (SaaS) - A IFRS 15 exige que caso um serviço não seja distinto, a entidade deve combinar tal serviço com outros serviços até que identifique um pacote de serviços que seja distinto. Tal resulta na contabilização de todos os serviços num contrato como uma única obrigação de desempenho. Em alguns dos contratos de SaaS, os serviços de implementação do Software não constituem uma obrigação de desempenho distinta, mas sim uma obrigação de desempenho combinada com o serviço de SaaS. Nestes casos, as atividades de implementação e configuração inicial consistem sobretudo em tarefas administrativas necessárias à realização do serviço principal SaaS, mas que não proporcionam um benefício incremental ao cliente de forma isolada. Assim, nestes contratos, o Grupo identificou apenas uma obrigação de desempenho (implementação e SaaS) e reconheceu o rédito dessa única obrigação de desempenho numa base mensal over-the-time pelo período do contrato. A introdução da IFRS 15 provocou um diferimento do reconhecimento do rédito ao longo do período do contrato de SaaS.
- (ii) Contabilização de certos custos incorridos no cumprimento de um contrato (fulfilling costs) - Os custos relacionados com a fase de implementação são considerados “fulfillment costs”. Os custos associados ao cumprimento de um contrato devem ser capitalizados de acordo com a IFRS 15 se i) estiverem relacionados com um contrato já existente ou um contrato futuro específico; ii) se criarem recursos que irão ser usados para satisfazer uma obrigação de desempenho no futuro; iii) se é expectável que os custos sejam recuperados; iv) não estiverem já cobertos pelo âmbito de outra norma. Estes custos são capitalizados e reconhecidos em resultados de acordo com o período estimado de permanência do cliente ou ao longo do período do contrato.
- (iii) Contabilização dos contratos de Auditorias de IT - De acordo com a IFRS 15 o reconhecimento do rédito das auditorias deve ser efetuado “over-the-time” no momento em que os benefícios da obrigação de desempenho são transferidos para o cliente, ou seja, de acordo com as “milestones” de entrega de relatórios ao cliente. A aplicação da IFRS 15 provocou um diferimento do reconhecimento do rédito para o momento da entrega do relatório.
- (iv) Contabilização da venda de jornais e produtos associados através da distribuidora - De acordo com as definições da IFRS 15, o rédito destes contratos deve ser reconhecido pelo valor total de capa. Verificam-se as condições previstas na IFRS 15, para que o Grupo desempenhe o papel de Principal nestes contratos. Desta forma, o rédito deve ser reconhecido pelo valor total das vendas de jornais e produtos associados (valor de capa) e o desconto atribuído à distribuidora deve ser reconhecido como custo de distribuição.
- (v) Reclassificação de saldos de acréscimos de rédito de contratos de prestação de serviços para ativos contratuais e passivos contratuais no balanço.

Desta análise conclui-se que a adoção da IFRS 15 nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo terá um impacto líquido estimado nos capitais próprios consolidados a 1 de janeiro de 2018 imaterial.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2018	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (alteração) Características de pré-pagamento com compensação negativa	01 jan 2019
IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento do imposto sobre o rendimento (procura esclarecer a contabilização de questões fiscais que ainda não foram aceites pelo fisco)	01 jan 2019
IFRS 16 Locações (princípios de reconhecimento e mensuração)	01 jan 2019
IAS 28 (alteração) Investimentos de longo prazo em investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	01 jan 2019
IAS 19 (alteração) Alteração, redução ou liquidação dos planos de benefícios de emprego	01 jan 2019
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	01 jan 2019

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas com exceção do IFRS 16.

Os impactos estimados da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras consolidadas poderão ser analisados como segue:

c) IFRS 16 – Locações

A IFRS 16 define os princípios para o reconhecimento, mensuração e apresentação de locações, substituindo a IAS 17 – Locações e respetivas orientações interpretativas.

A IFRS 16 distingue locações e contratos de serviços tendo em consideração se é identificado um ativo que passe a ser controlado. As distinções de locações operacionais (fora do balanço) e as locações financeiras (incluídas no balanço) são eliminadas ao nível do locatário e são substituídas por um modelo em que é contabilizado um ativo identificado com um direito de uso e um passivo correspondente para todos os contratos de locação, exceto para os contratos de curto prazo (até 12 meses) e de baixo valor.

O “direito de uso” é inicialmente mensurado ao custo e subsequentemente ao custo líquido de depreciações e imparidades, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O passivo da locação é inicialmente mensurado com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pela atualização financeira do referido valor, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Durante o exercício de 2018, a Sonae procedeu à inventariação dos contratos de locação existentes, e efetuou a sua análise e enquadramento técnicos tendo em consideração as disposições da IFRS 16. Foram analisados cerca de 3.900 contratos de locação, dos quais cerca de 1.800 relativos a locação de imóveis. As análises efetuadas centraram-se, em particular, nos prazos de locação a serem utilizados de acordo com a natureza das locações, as opções disponíveis nos acordos contratuais e a implementação de uma metodologia de taxa de juros que atenda aos requisitos da nova norma.

Adicionalmente, foram revistos e adotados os sistemas de informação existentes por forma a fazer face aos requisitos da norma.

Após a análise de impacto realizada durante 2018, o Grupo decidiu aplicar IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva completa a partir de 1 de janeiro de 2019. Esta abordagem permite uma visão mais abrangente e

completa das demonstrações financeiras, permitindo a comparabilidade com o período anterior, dado que as demonstrações financeiras de 2018 irão ser reexpressas, como se esta norma se tivesse aplicado desde o início dos contratos de locação.

Os impactos estimados de aplicação do IFRS 16 no Grupo, a 31 de dezembro de 2018, são de um incremento do valor do ativo em cerca de 970 milhões de euros relativos ao “Direito de Uso”, um incremento do valor do passivo em cerca de 1.060 milhões de euros relativos ao “Passivo de locação” e uma redução dos capitais próprios em cerca de 90 milhões de euros. No que se refere à Demonstração de Resultados de 2019, o Grupo estima uma redução de cerca de 138 milhões de euros em “Fornecimentos e Serviços externos”, um aumento de cerca de 68 milhões de euros e de 90 milhões de euros nos “Gastos e perdas financeiros” e em “Amortizações e depreciações”, respetivamente.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2018		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 17	(Contratos de seguros)	01 jan 2021
	Alterações a referências à Estutura Conceptual das IFRS	01 jan 2020
IAS 1 e IAS 8 (alteração)	Definição de itens materiais	01 jan 2020
IFRS 3 (alteração)	Concentrações de atividades empresariais (clarifica o que é uma atividade empresarial)	01 jan 2020

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória, encontrando-se em processo de análise dos efeitos previstos das referidas normas.

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae:


a) Investimentos financeiros em empresas da Sonae

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae detenha, direta ou indiretamente, controlo foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

A Sonae detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados.

Quando o Grupo possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem poder sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua participada. O Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir poder.

O controlo é reavaliado pela Sonae sempre que se verifiquem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.



O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas e são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica Interesses sem Controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 52.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses sem controlo, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos referidos interesses sem controlo.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em outros instrumentos de capital próprio.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, quando não evidenciem uma situação de imparidade do ativo transferido.


b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo não detinha operações conjuntamente controladas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Sonae exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial.



De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empresas controladas conjuntamente e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae nos prejuízos acumulados da associada e empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações, que não relativos a atividades empresariais, com empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Quando os ganhos ou perdas não realizadas correspondem a transações relativas a atividades empresariais, e tendo em consideração a inconsistência atualmente existente entre os requisitos do IFRS 10 e do IAS 28, a Sonae, tomando em consideração o definido na alteração ao IFRS 10 e IAS 28 procede ao reconhecimento integral do ganho/perda nas situações em que há perda de controlo da referida atividade empresarial em resultado de uma transação com um empreendimento conjunto.


Caso a participação financeira num empreendimento conjunto ou numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a demonstração dos resultados.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados na Nota 53.

c) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae, empresas controladas conjuntamente e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica “Goodwill” caso se relacionem com aquisições de negócios de filiais (Nota 11) ou mantidas na rubrica “Investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas” (Nota 12). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Reservas de conversão”.



O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em Goodwill ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade, para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A análise das perdas por imparidade é efetuada em função da avaliação do valor contabilístico da unidade geradora de caixa (“UGC”) à qual o goodwill foi imputado, o qual é comparado com o seu valor recuperável, i.e., o maior valor entre o justo valor menos os custos estimados de venda e o valor de uso da UGC. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o goodwill, é efetuada, sempre que exista um racional, a revisão da alocação do Goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem de valor relativo, das novas unidades geradoras de caixa que resultam da reorganização.

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill reconhecido com a aquisição de negócios de subsidiárias não podem ser revertidas, ao contrário do Goodwill reconhecido com a aquisição de empreendimentos conjuntos e associadas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de “Reserva de Conversão” incluída na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Resultados Transitados”.

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses sem controlo, no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Dólar Americano	0,87336	0,84753	0,83382	0,88717
Franco Suíço	0,88739	0,86610	0,85455	0,90056
Libra Inglesa	1,11791	1,13038	1,12710	1,14142
Real Brasileiro	0,22502	0,23289	0,25171	0,27834
Dólar Australiano	0,61652	0,63302	0,65164	0,67985
Peso Mexicano	0,04446	0,04408	0,04226	0,04696
Lira Turca	0,16505	0,17953	0,21995	0,24336
Metical Moçambicano	0,01422	0,01406	0,01418	0,01399
Kwanza Angolano	0,00283	0,00342	0,00496	0,00530
Zloty Polaco	0,23248	0,23472	0,23941	0,23494

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

2.4 Propriedades de investimento


As propriedades de investimento do Grupo são detidas maioritariamente pela Sonae Sierra e suas participadas, parte das quais são relevadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 12).

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento ou valorização do capital ou ambos e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os ativos que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização ou, no caso das propriedades de investimento em desenvolvimento, quando a sua promoção passa a ser considerada irreversível. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção, como se de um ativo fixo tangível se tratasse (Nota 2.3). A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) a essa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.



Os contratos de “fit-out” são contratos pelos quais o Grupo suporta parte das despesas incorridas com o acabamento interior da loja desse lojista. Como contrapartida, o lojista obriga-se a reembolsar o Grupo pelo montante investido, ao longo do prazo do contrato respetivo, em termos e condições que variam de contrato para contrato. Os montantes desembolsados pelo Grupo em contratos de “fit-out” são inicialmente registados ao custo de aquisição, na rubrica de “Propriedade de Investimento”, sendo posteriormente ajustados para o correspondente justo valor à data de cada relato, determinado por uma entidade especializada independente e utilizando uma metodologia em tudo idêntica à utilizada na determinação do justo valor da propriedade de investimento à qual estes contratos correspondem. As variações de justo valor dos contratos de “fit-out” são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica de “Variação de valor das propriedades de investimento”.

2.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae, sejam controláveis pela Sonae e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do goodwill, os ativos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.


As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae. Nestas situações estes gastos são inicialmente registados como gastos sendo capitalizados como ativos intangíveis através da rubrica de “Trabalhos para a Própria Empresa” (Nota 39).

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 12 anos e registadas por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração consolidada dos resultados.



As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

2.6 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação nas situações em que tal renovação é considerada provável.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

a) Locações em que a Sonae age como locatário

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos classificados como locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou se inferior ao valor presente dos pagamentos mínimos a efetuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado, quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.'

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.


Eventuais incentivos à locação, recebidos, são registados como passivo e reconhecidos linearmente ao longo do período do contrato. De igual forma valores a compensar com rendas futuras são reconhecidos como ativo e revertidos ao longo do período de locação.

b) Locações em que a Sonae age como locador

As locações em que a Sonae age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Sonae e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

c) Tratamento contabilístico de operações de "Sale and Leaseback"

O tratamento contabilístico das Operações de "Sale and Leaseback" depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados anteriormente sobre contratos de locação. No caso de venda de ativos seguidos da celebração de contratos de locação operacional, é reconhecido o proveito associado ao justo valor do ativo alienado deduzido do valor contabilístico do ativo locado. Nas situações em que os ativos são vendidos por um



montante superior ao seu justo valor ou quando o Grupo recebe um preço superior como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

2.7 Ativos e passivos não correntes detidos para venda

Os ativos e passivos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos e passivos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de alienação, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como detido para venda.

2.8 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.9 Imparidade dos ativos não correntes, exceto Goodwill


São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espetavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos”. Contudo, a reversão da



perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.10 Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

2.11 Inventários

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido do valor dos descontos de quantidade respetivos, concedidos pelos fornecedores ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

Os produtos acabados e intermédios e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em "Custo das vendas", bem como as reversões de imparidade. O inventário é desreconhecido quando é considerado obsoleto pelo Grupo, sendo o seu valor contabilístico desreconhecido por contrapartida de "Outros gastos".

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.13 Instrumentos Financeiros

A Sonae classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 7.

a) Ativos financeiros

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Reconhecimento

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo grupo na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) *Ativos financeiros ao custo amortizado*: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;


(ii) *Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral*: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade); a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração

O grupo mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos rendimentos financeiros.



Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade

A Sonae avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” e aos Ativos de contratos com clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Sonae aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.


Desreconhecimento de ativos financeiros

A Sonae desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e o Grupo tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os *investimentos detidos até à maturidade* foram classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sonae tinha intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os *investimentos mensurados ao justo valor através de resultados* incluíam os investimentos detidos para negociação que a Sonae adquiriu tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira consolidada como Investimentos correntes.



A Sonae classificava como ativos financeiros disponíveis para venda os que não eram enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos eram classificados como ativos não correntes, exceto se houvesse intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Reconhecimento e mensuração

Todas as compras e vendas destes investimentos eram reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos eram inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que era, usualmente, o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos eram inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação eram reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento eram registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda eram reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que pudessem vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos disponíveis para venda que não fossem cotados e para os quais não fosse possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, eram mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados eram registados(as) na rubrica de “Ganhos e perdas em investimentos registado ao justo valor através de resultados” da demonstração consolidada dos resultados.

Perdas por imparidade

A Sonae avaliava a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não fossem mensurados ao justo valor através de resultados. Se existisse uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconhecia uma perda por imparidade na demonstração dos resultados, na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda eram registados no capital próprio, na rubrica de “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situa-se abaixo do seu custo de aquisição e que tal correspondesse a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada era registado(a) na demonstração dos resultados. Um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo também constituía prova objetiva de imparidade.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considerava-se que um investimento se encontrava em imparidade quando ocorresse um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Desreconhecimento

O grupo desreconhecia ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tivessem expirado ou tivessem sido transferidos, e o grupo tivesse transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

b) Empréstimos concedidos

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade e encontram-se registados na categoria da IFRS 9 – Ativos financeiros ao custo amortizado.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 7.

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.13.a). Até 31 de dezembro de 2017, quando existisse evidência de que as mesmas se encontravam em imparidade, procedeu-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade do Grupo e outros saldos relacionados com atividades operacionais.

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

As perdas por imparidade dos clientes e outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.13.a).


Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira consolidada deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Perdas por imparidade em contas a receber”. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

Até 31 de dezembro de 2017, as perdas por imparidade fora, registadas na sequência de eventos ocorridos que indicassem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não seria recebido. Para tal, cada empresa da Sonae tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos



recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Passivos financeiros

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos bancários”, “Empréstimos obrigacionistas”, “Outros empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2018, a Sonae apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os passivos financeiros eram classificados em duas categorias: iii) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e iv) Outros passivos financeiros.

A categoria “Outros passivos financeiros” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos bancários”, “Empréstimos obrigacionistas”, “Outros empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos foram reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente foram mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

f) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.10. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

g) Empréstimos convertíveis em ações

Nas situações em que a Sonae emite instrumentos compostos, nomeadamente obrigações convertíveis, as componentes de passivo financeiro e de capital próprio são reconhecidas nas demonstrações financeiras separadamente de acordo com a substância dos termos contratuais e as definições de instrumento de passivo e de instrumento de capital próprio. A opção de conversão que será liquidada através da extinção do passivo pela entrega de um número fixo de ações da Empresa é considerada um instrumento de capital próprio.

Na data de emissão, o justo valor da componente de passivo é estimado utilizando para o efeito a taxa de juro de mercado para um instrumento de dívida similar, mas não convertível. Este montante é reconhecido como um passivo a custo amortizado utilizando a taxa de juro efetiva até ao momento da sua conversão em ações ou na data de maturidade do empréstimo caso não seja convertido.

A opção de conversão é classificada como Capital Próprio e o seu valor é estimado por dedução ao valor do instrumento como um todo do montante alocado à componente de passivo, sendo este montante reconhecido diretamente em capital próprio. Este montante ficará em Capital Próprio até ao final do contrato sendo transferido para a rubrica de resultados transitados na situação em que o instrumento atinja a maturidade sem que seja exercida a opção de conversão.

Os custos de transação são alocados proporcionalmente à componente de passivo e de capital próprio, sendo tratados consistentemente com essa classificação.

h) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

i) Confirming

Algumas subsidiárias da área de retalho mantêm protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pelas referidas subsidiárias da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

As referidas subsidiárias consideram que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de "Fornecedores" até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a empresa não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações as referidas subsidiárias recebem da instituição financeira comissão por angariação de crédito.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

j) Instrumentos financeiros derivados

A Sonae utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding", não sendo utilizados derivados com o objetivo de especulação.


Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

- i) existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;
- ii) as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e
- iii) o rácio de cobertura designado pela Sonae, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiros" da demonstração consolidada dos resultados.



A Sonae utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente “forwards” cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os critérios utilizados pela Sonae para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa foram os seguintes: i) esperava-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto; ii) a eficácia da cobertura podia ser fiavelmente mensurada; iii) existia adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; iv) a transação objeto de cobertura era altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio eram inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos eram reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura”, sendo transferidas para as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afetava resultados.

Para os derivados designados como de cobertura no âmbito da IAS 39 verificou-se que cumpriam com os critérios de cobertura no âmbito da IFRS 9, pelo que não houve lugar a qualquer ajustamento a 1 de janeiro de 2018.

k) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Outras reservas e resultados transitados”.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

2.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.15 Imposto sobre o rendimento e outros impostos


O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de apuramento de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.



Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Sonae sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da da Sonae, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento do Grupo, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Sonae trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma Provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão reembolsados à entidade (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pelo Grupo às autoridades competentes, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento do Grupo seja que os mesmos irão ser reembolsados acrescidos dos respetivos juros.

2.16 Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.


Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Na determinação do valor do rédito, a Sonae avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de *vendas de* produtos são registados na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma continua ao longo do período contratual definido.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 2 anos, pelo segmento Retalho Especializado, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias



vendas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 27 e 31).

As prestações de serviços incluem os rendimentos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, que são reconhecidos, em cada exercício, de acordo com a obrigação de desempenho a que respeitam, em função da percentagem de desempenho dos mesmos. Ou seja, no que respeita a cada obrigação de desempenho o grupo reconhece o rédito ao longo do tempo através da mensuração do progresso no sentido do cumprimento total de tal obrigação de desempenho.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelo segmento Retalho alimentar, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica "Outras dívidas a terceiros".

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Relativamente aos programas de fidelização e dividendos, não houve alteração de política face a 2017.

2.17 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.


2.18 Receitas comerciais

As receitas comerciais, que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores têm como objetivo a prestação de um serviço em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topes, publicidade em loja, etc...) ou a comparticipação de campanhas promocionais de produtos de parceiros, estão registadas a deduzir à rubrica de “Custo das existências vendidas e consumidas”. As receitas comerciais são formalizadas contratualmente, com a identificação das datas da prestação do serviço ou da campanha promocional e do valor acordado. Os contratos de receitas comerciais dão origem à emissão de documento(s) financeiro(s) a fornecedores, os quais são descontados em futuros pagamentos de faturas ou através da cobrança direta. Os valores que ainda não tenham sido objeto de débito, atentos às condições de pagamento acordadas com os fornecedores para as receitas em concreto, são registados em “Outros ativos correntes”.

2.19 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da



demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor é registada diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, a Sonae contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.13.i)).

2.20 **Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.21 **Julgamentos e estimativas**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do Goodwill, de investimentos em associadas e em entidades conjuntamente controladas e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- e) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- f) Valorização a justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentração de atividades empresariais;
- g) Imparidade de ativos financeiros;
- h) Reconhecimento do rédito de contratos;
- i) Investimentos ao justo valor através de outro rendimento integral ou resultados;



j) Justo valor das propriedades de investimento.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 - “Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros”.

Relativamente às políticas contabilísticas que sofreram alterações em 1 de janeiro de 2018, as principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos abaixo:

Imparidade de ativos financeiros

Políticas contabilísticas de 2018:

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, o Grupo avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Clientes”, “Outras dívidas de terceiros” e “Outros ativos correntes” são avaliados tendo em conta o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

Políticas contabilísticas de 2017:

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, o Grupo avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias nas quais o valor recuperável destes ativos é inferior ao seu custo. Os saldos de “Clientes”, “Outras dívidas de terceiros” e “Outros ativos correntes” foram avaliados tendo em conta a frequência de incumprimento, recuperação de imparidades anteriormente reconhecidas e situação financeira do devedor, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise de imparidade.

Reconhecimento do rédito de contratos


No reconhecimento do rédito com base na percentagem de acabamento a gestão procede à revisão, a cada da de relato, dos custos totais estimados, que correspondem à melhor estimativa dos custos associados à prestação do serviço de construção e/ou até à sua conclusão. Quando existem desvios significativos na execução do contrato que não estejam associados a alterações que resultem no direito a um rédito adicional, conforme acordado com o cliente, a gestão procede à revisão da percentagem de acabamento e da margem associada ao contrato, de acordo com a sua melhor estimativa quanto à conclusão do mesmo, podendo dar origem ao registo de uma provisão (contrato oneroso) (Nota 2.16).

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.22 Contratos de seguros e resseguros

De forma a otimizar os custos de seguro suportados, a Sonae efetua através de uma filial, operações de resseguro sobre apólices de empresas filiais e relacionadas do Grupo Efanor, exclusivamente sobre seguros não vida.

A filial da Sonae atua como intermediária nas operações de seguro de forma a otimizar as coberturas e retenções coerentes com cada negócio, assegurando uma gestão efetiva de seguros a nível mundial, sendo o risco retido imaterial no contexto dos resseguros efetuados.



Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento da demonstração da posição financeira até ao final do período a que o prémio se refere e é calculada para cada contrato em vigor.

Na provisão para sinistros (Nota 32) é registado o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros já ocorridos e não participados, e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão. As provisões registadas pela Sonae não são descontadas.

As provisões técnicas de resseguro cedido (Ativo – Nota 13) são determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro concedido, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, a Sonae avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro.

2.23 Informação por segmentos

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 6.

2.24 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 2.13.i), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na Nota 2.2.d).

Reservas de justo valor:

Esta rubrica integra o efeito positivo e negativo da reavaliação ao justo valor de investimentos disponíveis para venda conforme referido na Nota 2.23 e 28.



Reservas para planos de incentivo de médio prazo, incluído em “outras reservas”:

De acordo com a IFRS 2 – ‘Pagamentos com base em ações’, a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de “Reservas para planos de incentivo de médio prazo”, sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

2.25 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae SGPS e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

Quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada a crédito da rubrica de “Outras reservas”, no capital próprio, por contrapartida de “Gastos com o pessoal”.

Quando a liquidação é efetuada em numerário, o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em abril de cada ano) e posteriormente atualizado, no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em “Gastos com pessoal” e “Outros passivos”, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.26 Prémio de opção embutida em obrigações convertíveis


A reserva constituída corresponde à valorização inicial da parcela dos instrumentos compostos que cumpre com a definição de instrumento de capital próprio (Nota 2.13.g)). Esta reserva não é distribuível sendo transferida para resultados transitados ou para outras reservas na data de maturidade ou sendo reconhecida como prémio no caso de existir a emissão de ações da própria Sociedade para fazer face às obrigações convertidas em ações.

3 Gestão de Risco Financeiro

3.1 Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da Sonae, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

Devido à natureza diversificada da Sonae, esta está exposta a uma diversidade de riscos financeiros pelo que, quando aplicável, cada negócio é responsável por, definir as suas próprias políticas de gestão de risco financeiro, acompanhar a sua exposição individual e implementar as políticas aprovadas. Assim sendo, para alguns riscos, não existem políticas de gestão de riscos transversais a toda Sonae, mas sim quando apropriado, políticas de risco individuais e adaptadas às características de cada negócio podendo, todavia, existir princípios orientadores comuns. As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível das Comissões Executivas e/ou Conselho de Administração, consoante o caso de cada área de negócio e os riscos são identificados e monitorizados pelos respetivos Departamentos Financeiros e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo das Sociedades.



A Comissão de Finanças coordena e analisa, entre outras responsabilidades, as políticas de gestão de riscos financeiros globais da Sonae. O Departamento de Finanças da Sonae Holding é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros da Sonae para efeitos de reporte sendo também responsável por apoiar cada negócio na gestão individual dos riscos de moeda, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento através do Corporate Dealing Desk. As posições são registadas num sistema central (Treasury Management System) e o controlo e elaboração de relatórios é efetuado quer ao nível do negócio, numa base diária, quer numa base consolidada para a reunião mensal da Comissão de Finanças.

3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:


3.2.1 Risco de Crédito associado a Instrumentos Financeiros

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da Sonae só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições; e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Pontualmente existem negócios que podem definir um limite máximo de exposição por contraparte ou regras ainda mais conservadoras do que as atrás descritas;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito definidos, a Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratados e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pelos respetivos Departamentos Financeiros e os desvios reportados à Comissão Executiva / Conselho de Administração respetivo(a) e à Comissão de Finanças.

Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, consequentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito



baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo. O valor bruto contabilístico dos itens classificados como “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” reflete o risco de crédito máximo da Empresa relativamente nesta rubrica, totalizando 65.590 milhares de euros a 31 de dezembro de 2018 (136.284 milhares de euros a 31 de dezembro de 2017).

3.2.2 Risco de Crédito nas atividades comercial e operacional de cada negócio

Neste caso devido às especificidades de cada negócio, e conseqüentemente da diferente tipologia dos riscos de crédito, cada negócio determina qual a política mais apropriada, estando as mesmas abaixo descritas. Todavia as políticas pautam-se por alguns princípios transversais de prudência, conservadorismo e implementação de mecanismos de controlo.

- Sonae MC, Worten e Sonae S&F

O risco de crédito é bastante reduzido, considerando que a maioria das transações é a pronto pagamento. Nas restantes, o relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial.

- Sonae IM

No negócio das Tecnologias a exposição ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do negócio. A Sonaecom recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuam para mitigar este risco.

- Sonae Sierra


O risco de crédito resulta essencialmente do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais geridos pelo negócio e das restantes dívidas de terceiros. O acompanhamento do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais, é efetuado pela adequada avaliação de risco efetuada antes da aceitação de lojistas nos centros comerciais e pelo adequado acompanhamento dos limites de crédito atribuídos a cada lojista.

- NOS – Empreendimento conjunto

A NOS está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é: i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimentos de cada cliente; ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; e iii) realizar análises de imparidade aos valores a receber numa base regular.

- Sonae Holding

A Sonae Holding não tem qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações. Como tal numa base regular, a empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura, aplicando os princípios referidos no ponto 3.2.1).



Adicionalmente a Sonae Holding poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfólio (compra ou venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, etc.) com a supervisão da Comissão Executiva.


O grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” e “Outras dividas de terceiros”. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de “Clientes” e “Outras dividas de terceiros” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. Como referido na nota 2.1.a), dada a imaterialidade do impacto face ao modelo de perdas de crédito incorridas de 2017, não foi registado nenhum montante adicional de perdas por imparidade nos saldos de “Clientes” e “Outras dividas de terceiros”. O montante relativo a clientes e outras dividas de terceiros, representam a máxima exposição da Sonae ao risco de crédito dos ativos incluídos nessas rubricas.

3.3 Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2018, o total da dívida bruta consolidada (excluindo suprimentos) é de 2.089 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 1.489 milhões de euros) excluindo os contributos dos empreendimentos conjuntos, que são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da Sonae têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalente de caixa, mediante a emissão de dívida de longo prazo de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2018 a maturidade média da dívida da Sonae, é de aproximadamente 3,4 anos (2017: 4,2 anos) excluindo os contributos dos empreendimentos conjuntos, que consolidam pelo método da equivalência patrimonial;
- Negociações de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;

- 
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 24, 25, 29 e 30, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2018, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2018 é de 501 milhões de euros (269 milhões de euros com vencimento para 2017) e em 31 de dezembro de 2017 a Sonae tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 231 milhões de euros (242 milhões de euros em 2017) com compromisso inferior ou igual a um ano e 231 milhões de euros (293 milhões de euros em 2017) com compromisso superior a um ano.

Adicionalmente, a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2018 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa de 696 milhões de euros (365 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017).


Face ao anteriormente exposto, a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

3.4 Risco de taxa de juro

3.4.1) Políticas

Uma vez que cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não há uma política única para a Sonae, mas sim políticas individuais adaptadas ao tipo de exposição existente e que são descritas abaixo. Como anteriormente mencionado, ao nível consolidado, na Comissão de Finanças, bem como ao nível de cada negócio, a exposição da Sonae é regularmente monitorizada. Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de juro transversal, relativamente à contratação de derivados para gerir o risco de taxa de juro, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae, abaixo referidos:

- A atividade de cobertura das empresas da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de



negócios da respetiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;

- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no ponto 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;

- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevalentes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;

- Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA - International Swaps and Derivatives Association;

- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

- Sonae MC, Worten e Sonae S&F

A exposição do negócio à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo destas holdings é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

- Sonae Sierra

As receitas e “cash-flows” da Sonae Sierra são minimamente influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo, bem como os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas da Sonae Sierra, se encontram unicamente dependentes da evolução das taxas de juro do Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro a longo prazo, a Sonae Sierra contrata, sempre que apropriado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de “cash-flows” (“swaps” ou “zero cost collars” de taxa de juro) os quais representam coberturas perfeitas desses financiamentos de longo prazo, tendo em algumas situações optado igualmente por fixar a taxa de juro dos financiamentos nos primeiros anos desses contratos e irá analisar a possibilidade de contratar posteriormente “swaps” ou “zero cost collars” de taxa de juro, para cobrir os seus fluxos de caixa no período remanescente desses contratos de financiamento.



- NOS – Empreendimento conjunto

Os empréstimos obtidos pela NOS, com exceção das obrigações, têm taxas de juro variáveis, o que expõe o Grupo ao risco dos fluxos de caixa das taxas de juro. A NOS adota uma política de cobertura de risco, através da contratação de “swaps” de taxa de juro para cobertura dos pagamentos futuros de juros de empréstimos obrigacionistas e outros empréstimos.

- Sonae IM

No negócio das Tecnologias a totalidade do endividamento encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido a baixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do negócio, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

- Sonae FS

A MDS encontra-se exposta ao risco de taxa de juro decorrentes essencialmente dos contratos de financiamento existentes, os quais estão indexados a taxas de juro de mercado. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores:

(i) alavancagem financeira controlada, sendo implementada de forma conservadora no que respeita à utilização de financiamento bancário;

(ii) provável correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais), por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”).

- Sonae Holding e outros

A Sonae Holding está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps e opções). Uma parte significativa da dívida da Sonae Holding encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando cap's).

A Sonae Holding minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis sem, contudo, ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade, e consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco ao nível individual é também mitigado pelo facto da Sonae Holding conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae Holding não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e deverá respeitar rigorosamente os princípios atrás definidos.

3.4.2.) Análises de Sensibilidade

A análise de sensibilidade a alterações de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:


- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 75 pontos base superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da Sonae em 31 de dezembro de 2018 seria inferior em cerca de 12,5 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2017 seria inferior em cerca de 8,4 milhões euros).

3.5 Risco de taxa de câmbio

3.5.1) Políticas

A Sonae tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes jurisdições, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não está definida uma política uniforme para toda a Sonae, mas sim políticas individuais para cada negócio tal como seguidamente descrito. A exposição da Sonae ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transação (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas



subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio). Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de câmbio transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco de taxa de câmbio, também se aplicam para todas as empresas da Sonae, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 3.4.1).

- Sonae MC, Worten e Sonae S&F

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. Estas holdings estão maioritariamente expostas ao risco taxa de câmbio através das transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais, sendo estas maioritariamente em USD.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

- Sonae Sierra

A atividade operacional de cada empresa incluída na consolidação é desenvolvida essencialmente no país em que opera e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas na divisa do país em que a participada opera. A política de cobertura deste risco específico por cada uma das participadas passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

- NOS – Empreendimento conjunto

O risco de taxa de câmbio está, essencialmente, relacionado com a exposição decorrente de pagamentos efetuados a fornecedores de equipamento terminal e produtores de conteúdos audiovisuais para os negócios da TV por subscrição e audiovisuais, respetivamente. As transações comerciais entre a NOS e estes fornecedores encontram-se denominadas, maioritariamente, em Dólares americanos.

Considerando o saldo de contas a pagar resultante de transações denominadas em moeda diferente da moeda funcional do Grupo, a NOS contrata ou pode contratar instrumentos financeiros, nomeadamente forwards cambiais de curto-prazo de forma a cobrir o risco associado a estes saldos.

- Sonae IM

O negócio das Tecnologias opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Brasil, no Reino Unido, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egito, na Malásia, no Chile, no Panamá, entre outros, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sonaecom a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Sonaecom tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, a Sonaecom recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição da Sonaecom ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

- Sonae FS

Relativamente ao negócio de Corretagem de Seguros, que é desenvolvido em diferentes áreas geográficas, quando há transações mantidas numa divisa diferente da do país em que a participada opera, a exposição ao risco cambial é minimizada através da contratação de instrumentos derivados de cobertura.

- Sonae Holding

A Sonae Holding enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae Holding cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio sujeitas, contudo, à aprovação prévia da Comissão Executiva.

3.5.2) Exposição e Análise de Sensibilidade

A 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os montantes de ativos e passivos (em euros) da Sonae registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Real Brasileiro	-	-	1.936	545.014
Libra Inglesa	901.574	1.075.847	69.710	133.152
Dólar Americano	11.608.041	13.389.239	21.775.775	27.974.391
Outras moedas	506.438	734.478	20.375.456	835.774

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dado o caráter de curto prazo da generalidade dos ativos e passivos monetários e a magnitude do seu valor líquido, a exposição ao risco cambial é imaterial, não sendo assim apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.6 Risco de preço

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na Nota 12.

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes da variação do preço da ação da Sonae SGPS devido as responsabilidades relativas a política de remuneração descrita no relatório do governo da sociedade a colaboradores Sonae, conforme explicado na Nota 28.

Em 2007, a Sonae contratou um Total Return Swap (TRS), tendo por subjacente, ações da Sonae SGPS. Conforme explicado na Nota 22, o Total Return Swap não permitiu o desconhecimento destas ações próprias, e como tal, uma mudança na cotação das ações da Sonae Holding poderá ter um impacto sobre os fluxos de tesouraria por meio do TRS. Se a 31 de dezembro de 2018, cotação das ações da Sonae Holding tivesse sido 1% superior/inferior a Sonae teria

recebimentos/pagamentos adicionais no valor de 812 mil euros (em 31 de dezembro de 2017 a Sonae não teria recebimentos/pagamentos adicionais).

3.7 Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

A Sonae apresentou em 2018 um gearing médio (contabilístico) de 0,5x (0,6x em 2017). O gearing médio em valores de mercado em 2018 foi de 0,7x (0,6x em 2017).

4 Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

4.1 Aquisição de ações e obtenção de controlo da Sonae Sierra

Em setembro de 2018, na sequência da aprovação por parte das autoridades da concorrência competentes, foi concluído o acordo com o grupo Grosvenor para a aquisição de uma participação de 20% na Sonae Sierra, SGPS, SA.

Esta aquisição resultou na alteração do acordo parassocial e na obtenção de controlo deste empreendimento conjunto. Neste sentido, conforme previsto pelo IFRS 3, a Sonae Sierra, SGPS, S.A. e a partir da data de aquisição, passou a ser consolidada pelo método de consolidação integral.

As empresas que integram o perímetro de consolidação da Sonae Sierra encontram-se detalhadas nas notas 52 e 53.

Os efeitos decorrentes da obtenção de controlo e consequente passagem de Método de Equivalência Patrimonial para Método de Consolidação Integral podem ser analisados como segue:

Valores em euros	A data de aquisição 30 set 2018	31 dez 2018
Ativos líquidos adquiridos		
Propriedades de investimento (Nota 10)	806.124.576	998.577.368
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	3.100.687	3.366.289
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 12.3)	1.208.735.741	1.098.628.056
Ativos por impostos diferidos (Nota 20)	1.336.664	2.403.635
Clientes e outros ativos	229.620.324	119.873.314
Caixa e equivalentes de caixa	117.614.568	312.665.334
Empréstimos	(386.979.196)	(486.024.320)
Passivos por impostos diferidos (Nota 20)	(140.142.627)	(147.350.175)
Fornecedores e outros passivos	(134.005.805)	(129.718.297)
Total de ativos líquidos adquiridos	1.705.404.932	1.772.421.204
Goodwill (Nota 11)	129.010.948	
Reservas de conversão cambial	74.319.831	
Interesse sem controlo (Nota 23)	938.637.605	
Alteração do método de consolidação (Investimento financeiro contabilizado pelo MEP) (Nota 12.3)	593.987.852	
Reciclagem por resultados das reservas de conversão cambial (Nota 37)	(74.319.831)	
Mais valia gerada na valorização para justo valor da participação financeira (Nota 37)	45.853.773	
Custo de aquisição	255.936.650	

	À data de aquisição 30 set 2018
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição:	
Pagamentos efetuados	255.936.650
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(117.614.568)
	138.322.082

Valores em euros	Desde a data de aquisição	12 meses
Volume de negócios	44.090.725	156.734.711
Outros rendimentos operacionais	32.785.252	60.942.218
	76.875.977	217.676.929
Custo das Vendas	(18.220.831)	(61.422.275)
Fornecimentos e serviços externos	(12.875.737)	(50.169.674)
Amortizações	(232.633)	(928.422)
Outros gastos operacionais	(11.038.876)	(39.410.467)
	(42.368.077)	(151.930.838)
Rendimentos e ganhos financeiros	845.383	7.309.137
Gastos e perdas financeiras	(6.449.251)	(15.319.550)
Resultados financeiros	(5.603.868)	(8.010.413)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	8.143.072	116.872.879
Outros rendimentos / gastos	13.742.357	14.369.164
Resultados antes de impostos	50.789.461	188.977.721
Imposto sobre o rendimento	(6.691.872)	(20.013.026)
Resultado líquido consolidado do período	44.097.589	168.964.695
Atribuível a :		
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	30.868.312	110.115.420
Interesses que não controlam	13.229.277	58.849.274
	44.097.589	168.964.694
Outro rendimento integral do período	9.800.770	137.041.468
Total rendimento integral do período	53.898.359	306.006.162

A Sonae e a Grosvenor (detentor dos restantes 30% da Sonae Sierra) continuarão a ser parceiros na Sonae Sierra e detêm as opções habituais, para uma transação desta natureza, que pode permitir ao acionista minoritário sair da parceria durante um determinado período de tempo.

À data de apresentação destas demonstrações financeiras ainda não foi possível finalizar a análise para atribuir, em termos contabilísticos, o justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos intangíveis. No entanto, a alocação do preço de compra irá ser realizada até conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pelo IFRS 3 – Concentrações Empresariais.

4.2 As principais aquisições de subsidiárias ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2018

As aquisições de empresas incluídas na consolidação pelo método integral, podem ser analisadas como segue:

FIRMA	Sede social	Data de aquisição	Percentagem de capital detido	
			À data de aquisição	
			Direto	Total
Sonae MC				
Amor Bio, Mercado Biológico, Lda	Lisboa (Portugal)	março 2018	100,00%	100,00%
Sonae IM				
Mxtel SA de CV	Cidade do México (México)	junho 2018	100,00%	72,78%
Nextel, SA	Bilbao (Espanha)		100,00%	72,78%
Excellium Group, S.A.	Contem (Luxemburgo)	dezembro 2018	59,20%	53,26%
Excellium Services, S.A.	Contem (Luxemburgo)	dezembro 2018	59,20%	53,26%
Excellium Services Belgium, S.A.	Wavre (Bélgica)	dezembro 2018	59,20%	53,26%
Excellium Factory SARL	Raouad Ariana (Tunísia)	dezembro 2018	59,20%	53,26%
Sonae Sierra				
Parklake Business Centre Srl	Bucareste (Roménia)	setembro 2018	100,00%	70,00%
Parklake Shopping S.A.	Bucareste (Roménia)	setembro 2018	100,00%	70,00%
Plenerg Srl	Bucareste (Roménia)	setembro 2018	100,00%	70,00%

Os efeitos destas aquisições nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

Valores em euros	Sonae MC		Sonae Sierra	
	À data de aquisição	31 dez 2018	À data de aquisição	31 dez 2018
Ativos líquidos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	323.987	309.541	10.806	9.650
Propriedades de Investimento	-	-	243.793.000	244.006.000
Inventários (Nota 15)	134.878	143.160	-	-
Ativos por impostos diferidos	-	-	156.809	165.294
Clientes e outros ativos	68.468	64.030	5.960.770	2.850.475
Caixa e equivalentes de caixa	(6.266)	201.134	1.675.065	5.868.591
Empréstimos	(206.821)	-	(161.624.518)	(127.163.825)
Fornecedores e outros passivos	(364.334)	(300.600)	(24.867.736)	(19.417.852)
Total de ativos líquidos adquiridos	(50.088)	417.265	65.104.196	106.318.333
Alteração do método de consolidação (Investimento financeiro contabilizado pelo MEP) (Nota 12.3)	-	-	(32.552.098)	-
Goodwill (Nota 11)	668.055	-	7.052.084	-
Custo de aquisição	617.967	-	39.604.182	-
Pagamentos efetuados	577.967	-	480.000	-
Valores em dívida	40.000	-	30.000.021	-
	617.967	-	30.480.022	-
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição				
Pagamentos efetuados	577.967	-	480.000	-
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(6.266)	-	1.675.065	-
	571.701	-	2.155.065	-

Valores em euros	Sonae IM					
	Nextel e MxTel			Grupo Excellium		
	À data de aquisição	Ajustamentos para justo valor	Justo valor à data de aquisição	31 dez 2018	À data de aquisição	31 dez 2018
Ativos líquidos adquiridos						
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	187.611	2.545.991	2.733.602	2.346.772	2.032.187	2.182.187
Ativos por impostos diferidos	3.930.008	(1.684.536)	2.245.472	2.245.472	-	-
Clientes e outros ativos	5.605.676	(279.711)	5.325.965	8.514.057	4.760.330	4.609.926
Caixa e equivalentes de caixa	1.186.530	(73.807)	1.112.723	481.705	2.125.602	2.125.602
Empréstimos	(4.676.304)	98.164	(4.578.140)	-	(3.089.140)	(3.089.141)
Fornecedores e outros passivos	(3.876.697)	(551.600)	(4.428.297)	(11.070.999)	(4.158.589)	(4.158.587)
Total de ativos líquidos adquiridos	2.356.824	54.501	2.411.325	2.517.007	1.670.390	1.669.987
Atualização financeira	-	-	-	-	229.010	-
Goodwill (Nota 11)	1.696.325	(54.501)	1.641.824	-	12.074.316	-
Custo de aquisição	4.053.149	(54.501)	4.053.149	-	13.973.716	-
Pagamentos efetuados	4.053.149	-	4.053.149	-	7.500.000	-
Valores em dívida	-	-	-	-	6.473.716	-
	4.053.149		4.053.149		13.973.716	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição						
Pagamentos efetuados	4.053.149	-	4.053.149	-	(7.500.000)	-
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(1.186.530)	73.807	(1.112.723)	-	2.125.602	-
	2.866.619	73.807	2.940.426		(5.374.398)	

Valores em euros	Sonae MC		Sonae Sierra		Sonae IM	
	Desde a data de aquisição	12 meses	Desde a data de aquisição	12 meses	Desde a data de aquisição	12 meses
Vendas e prestações de serviços	1.527.517	2.129.934	5.487.252	22.334.649	8.777.000	20.114.595
Outros rendimentos	4.608	16.477	2.854.997	15.519.557	434.758	1.923.785
Custo das vendas	(1.191.869)	(1.736.224)	(363.809)	(1.445.792)	(5.440.160)	(11.089.408)
Fornecimentos e serviços externos	(221.418)	(301.082)	(2.594.404)	(12.640.428)	(662.348)	(3.195.717)
Gastos com o pessoal	(128.685)	(173.649)	(12.746)	(51.547)	(2.750.197)	(9.448.270)
Amortizações e depreciações	(46.913)	(47.555)	(1.761)	(15.922)	(454.780)	(138.690)
Outros	(5.164)	(18.950)	(907.421)	(6.408.439)	(4.911)	(525.714)
Resultado financeiro	(4.802)	(7.637)	(3.590.052)	(5.514.308)	(81.623)	85.515
Resultados relativos a investimentos	27	27	-	-	-	(169.035)
Resultado antes de impostos	(66.698)	(138.659)	872.056	11.777.770	(182.261)	(2.442.939)
Imposto sobre o rendimento	-	26.440	(2.471.869)	(2.548.973)	-	-
Resultado líquido	(66.698)	(112.219)	(1.599.812)	9.228.797	(182.261)	(2.442.939)

As subsidiárias Nextel e MxTel foram adquiridas pelo grupo em junho de 2018 e têm como principal atividade a prestação de serviços de engenharia e consultoria em sistemas de informação, especializada em segurança de informação e gestão de serviços de telecomunicações.

No seguimento destas aquisições o grupo efetuou o reconhecimento de um Goodwill montante de 1.641.824 euros. Foi, entretanto, efetuada uma avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, da qual resultou um aumento no total do ativo e no total do passivo no valor de 507.937 euros e 453.436 euros, respetivamente, que inclui o reconhecimento da carteira de clientes no valor de 2.548.521 euros. A alocação do preço de compra esta ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de 12 meses a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pela IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também no caso da aquisição destas duas participadas, não foi ainda possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo reconhecido como Goodwill. O Goodwill estará relacionado com elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado.

As empresas que constituem o Grupo Excellium foram adquiridas pelo Grupo em dezembro de 2018 e tem como principal atividade a prestação de serviços dentro do domínio de IT e cibersegurança principalmente para instituições financeiras. No seguimento desta aquisição o grupo efetuou o reconhecimento de um Goodwill provisório no

montante de 12.074.316 euros. O preço de aquisição da Excellium inclui um montante contingente (6.473.716 euros) a pagar durante 2 anos, dependente da performance da empresa. A 31 de dezembro de 2018, as participadas que constituem o grupo Excellium não tiveram contribuição para o resultado líquido atribuível ao grupo.

À data de apresentação destas demonstrações financeiras ainda não foi possível finalizar a análise para atribuir, em termos contabilísticos, o justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos intangíveis. No entanto, a alocação do preço de compra irá ser realizada até conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pelo IFRS 3 – Concentrações Empresariais.

4.3 Conclusão do acordo para a combinação da Sport Zone com a JD Sprinter Holdings

Em 9 de março de 2017 a Sonae, através de uma das suas subsidiárias, assinou um Memorando de Entendimento (MoU) com a JD Sports Fashion Plc (JD Group), retalhista líder no Reino Unido em marcas de desporto, moda e outdoor, e a JD Sprinter Holdings 2010 (JD Sprinter), que previa a combinação dos negócios na Península Ibérica da JD Group e da JD Sprinter com a SDSR – Sports Division SR, SA (Sport Zone). Este MoU estabelecia os parâmetros principais para a criação de um Grupo Ibérico de desporto que teria como acionistas a JD Group, a Sonae e a família acionista da JD Sprinter, com posições de aproximadamente 50%, 30% e 20%, respetivamente. Conforme acordo celebrado iniciaram-se procedimentos de determinação dos ativos, passivos e operações a ser objeto desta transação.

Em 14 de setembro de 2017 a Sonae MC Modelo continente SGPS, SA chegou a um acordo com a com a JD Sports Fashion Plc, a Balaico Firaja Invest S.L. e a JD Sprinter Holdings 2010, S.L. (JD Sprinter) que prevê a combinação da JD Sprinter e da Sport Zone nos termos acima descritos. No entanto a concretização desta transação encontrava-se sujeita ao cumprimento de condições suspensivas dependentes de terceiros, nomeadamente aprovação por parte da Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia, a autorização da alteração acionista por parte dos proprietários das lojas locados do negócio Sport Zone bem como das garantias bancárias.

A aprovação por parte da Direção Geral da Concorrência ocorreu em 18 janeiro de 2018 e o cumprimento das restantes condições suspensivas ocorreu até 31 de janeiro de 2018, data em que o Grupo considerou que se concretizou a transação e a respetiva perda de controlo.

Como consequência da perda de controlo na Sport Zone, esta e suas participadas deixaram de ser incluídas pelo método de consolidação integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae, e passou a ser incluída a participação na nova parceria, a Iberian Sports Retail Group, pelo método da equivalência patrimonial. À data da perda de controlo, o valor da referida participação é de 78,1 milhões de euros que representa o justo valor da participação à data da transação, a referida parceria com a perda de controlo na Sport Zone gerou um ganho de capital no montante de 11 milhões de euros.

As empresas incluídas na transação podem ser detalhadas como segue:

FIRMA	Sede social	Percentagem de capital detido	
		Direto	Total
Sports & Fashion			
SDSR – Sports Division SR, SA	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%
Sport Zone Canárias, SL	Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%
Sport Zone España - Comércio de Articulos de Deporte, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%

Os efeitos desta transação nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

Valores em euros	Sport Zone	
	31 jan 2018 Data perda	31 dez 2017
Ativos líquidos		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	54.323.790	54.659.282
Goodwill (Nota 11)	3.642.946	3.642.943
Ativos por impostos diferidos (Nota 20)	6.872.143	6.593.675
Inventários	53.449.595	54.408.789
Clientes e outros ativos	12.476.345	9.836.456
Caixa e equivalentes de caixa	6.062.386	6.679.540
Empréstimos obtidos	(6.445.557)	(45.948.953)
Passivos por impostos diferidos (Nota 20)	(973.004)	(963.072)
Empréstimos obtidos	(2.236.375)	(21.619.782)
Fornecedores e outros passivos correntes	(53.071.092)	(52.809.981)
Suprimentos dos accionistas	-	60.883.601
Total de ativos líquidos	74.101.177	75.362.498
Ajuste ao preço	(5.039.083)	
Justo valor de recebimentos futuros estimados	5.000.000	
Ganho na operação	11.090.755	
Justo valor da contrapartida recebida	85.152.849	

	31 dez 2018
Investimentos financeiro na ISRG na data de perda de controlo (nota 12.3)	78.085.756
Valores a receber	5.000.000
Valores recebidos	2.067.093
	85.152.849

Montantes expressos em euros	31 jan 2018	31 dez 2017
Volume de negócios	19.075.708	265.621.386
Rendimentos e ganhos financeiros	67	141.527
Outros rendimentos	409.025	9.666.511
Custo das Vendas	(11.911.628)	(167.660.085)
Fornecimentos e serviços externos	(4.966.459)	(70.200.674)
Gastos com o pessoal	(3.261.694)	(34.405.305)
Amortizações e depreciações	(876.205)	(10.302.511)
Provisões e perdas por imparidade	(133.092)	(6.155.086)
Gastos e perdas financeiras	(58.146)	(1.334.621)
Outros gastos	(265.687)	(2.388.530)
Resultados antes de impostos	(1.988.111)	(17.017.388)
Imposto sobre o rendimento	262.640	(563.283)
Resultados depois de impostos	(1.725.471)	(17.580.671)
Rendimentos ou perdas relativos à perda de controlo	11.090.755	-
Resultado líquido do período das operações	9.365.284	(17.580.671)

O detalhe das operações descontinuadas na demonstração dos fluxos de caixa pode ser analisado como segue:

Fluxos de Caixa do período das operações descontinuadas	31 jan 2018
Fluxos de atividades operacionais	5.796.552
Fluxos de atividades de investimento	(1.613.005)
Fluxos de atividades de financiamento	1.309.488
Variação de caixa e seus equivalentes	5.493.035

O justo valor do investimento retido teve por base uma valorização interna através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócios onde se projetam os respetivos cash-flows para períodos de 5 anos, com a utilização de um custo médio ponderado de capital de 11% e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 1%.

4.4 Alienação do grupo Tlantic

A Tlantic é um grupo de três empresas que desenvolve software. A 26 de setembro de 2018 a Sonae concretizou a alienação da referida participação.

As filiais alienadas podem ser analisadas como segue:

FIRMA	Sede social	Percentagem de capital detido	
		À data da alienação	
		Direto	Total
Outras			
Tlantic, BV	Amsterdão (Holanda)	72,10%	72,10%
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	Maia (Portugal)	100,00%	72,10%
Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	72,10%

Os efeitos desta transação nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

Valores em euros	À data da alienação 28 set 2018	31 dez 2017
Ativos líquidos		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	1.580.953	1.622.493
Ativos por impostos diferidos (Nota 20)	331.475	274.148
Clientes e outros ativos	1.186.310	1.110.025
Outros ativos correntes	814.557	1.009.086
Caixa e equivalentes de caixa	78.323	207.609
Empréstimos obtidos	(27.577)	(69.403)
Passivos por impostos diferidos (Nota 20)	(9.240)	(9.873)
Fornecedores e outros passivos correntes	(3.998.653)	(3.421.792)
Total de ativos líquidos	(43.852)	722.293
Reservas de conversão cambial	201.588	
Interesses sem controlo	(309.172)	
Ganho na operação	1.351.436	
Valor de alienação	1.200.000	

	31 dez 2018
Valores a receber	1.200.000
Valores recebidos	-
	1.200.000

Montantes expressos em euros	À data da alienação 28 set 2018	31 dez 2017
Prestações de serviços	5.039.317	6.664.319
Outros rendimentos	89.432	223.795
Fornecimentos e serviços externos	(2.753.855)	(2.504.527)
Gastos com o pessoal	(2.786.408)	(4.277.157)
Amortizações e depreciações	(275.996)	(348.309)
Outros gastos	(264.695)	(275.276)
Rendimentos e ganhos financeiros	60.132	(26.048)
Resultados antes de impostos	(892.073)	(543.203)
Imposto sobre o rendimento	65.905	(13.707)
Resultados depois de impostos	(826.168)	(556.910)
Rendimentos relativo à alienação	1.351.436	-
Resultado líquido do período das operações descontinuadas	525.268	(556.910)

O detalhe das operações descontinuadas na demonstração dos fluxos de caixa pode ser analisado como segue:

Fluxos de Caixa do período das operações descontinuadas	À data da alienação 28 set 2018
Fluxos de atividades operacionais	369.530
Fluxos de atividades de investimento	(238.247)
Fluxos de atividades de financiamento	(4.300)
Variação de caixa e seus equivalentes	126.983

5 Reexpressão da demonstrações dos resultados consolidados

Conforme previsto pelo IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 para refletir numa única rubrica (Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas), na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após impostos das unidades operacionais descontinuadas. Foram consideradas como operações descontinuadas a Sport Zone, o grupo Tlantic e algumas operações que estão em processo de liquidação.

Adicionalmente, as receitas comerciais que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores e outros parceiros que têm como objetivo a prestação de um serviço em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topo, publicidade em loja, ...) ou a comparticipação de campanhas promocionais de produtos de terceiros, foram reclassificadas de “Outros rendimentos” para “Custo das vendas”. Esta reclassificação teve apenas impacto na demonstração consolidada dos resultados.

O impacto na demonstração consolidada dos resultados em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Valores em milhares de euros	31 dez 2017			
	Antes da Reexpressão	Reclassificação de receitas comerciais	Operações descontinuadas	Após Reexpressão
Vendas	5.515.425.881	-	(225.222.028)	5.290.203.853
Prestações de serviços	194.726.055	-	20.892.766	215.618.821
Rendimentos ou gastos relativos a investimentos	(1.659.574)	-	2.843.680	1.184.106
Outros rendimentos e ganhos financeiros	7.120.098	-	1.124.431	8.244.529
Outros rendimentos	793.249.885	(663.855.332)	(4.264.703)	125.129.850
Custo das vendas	(4.587.311.688)	663.855.332	132.204.904	(3.791.251.452)
Variação da produção	351.870	-	-	351.870
Fornecimentos e serviços externos	(737.623.531)	-	43.541.771	(694.081.760)
Gastos com o pessoal	(764.191.618)	-	39.011.906	(725.179.712)
Amortizações e depreciações	(197.659.331)	-	10.756.505	(186.902.826)
Provisões e perdas por imparidade	(10.486.042)	-	739.739	(9.746.303)
Gastos e perdas financeiras	(43.137.650)	-	1.236.291	(41.901.359)
Outros gastos	(82.932.769)	-	2.346.530	(80.586.239)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	86.350.626	-	(2.843.437)	83.507.189
Resultado antes de impostos das operações continuadas	172.222.212	-	22.368.355	194.590.567
Imposto sobre o rendimento	(16.123.970)	-	(397.119)	(16.521.089)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas	156.098.242	-	21.971.236	178.069.478
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	18.110.829	-	(21.971.236)	(3.860.407)
Resultado líquido consolidado do exercício	174.209.071	-	-	174.209.071
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:				
Operações continuadas	148.588.229	-	21.917.039	170.505.268
Operações descontinuadas	17.165.686	-	(21.917.039)	(4.751.353)
	165.753.915	-	-	165.753.915
Atribuível a Interesses sem controlo:				
Operações continuadas	7.510.013	-	54.197	7.564.210
Operações descontinuadas	945.143	-	(54.197)	890.946
	8.455.156	-	-	8.455.156



6 Informação por segmentos

A Sonae tem no seu portfólio 5 segmentos principais: Sonae Retalho, Sonae Sierra, NOS, Sonae IM e a Sonae FS.

- A Sonae Retalho por sua vez tem 5 segmentos:
 - a Sonae MC é a unidade de retalho alimentar que detêm as insígnias Continente, Continente Modelo, Continente Bom Dia, Go Natural, Well's, e as lojas franqueadas Meu Super; esta terminou o ano de 2018 com um parque de 1.085 lojas (incluindo franchisados);
 - a Worten que é um dos players ibéricos em eletrónica, contando com um portfólio de 257 lojas físicas na Ibéria;
 - a Sonae Sports & Fashion tem uma rede lojas próprias de artigos de vestuário, combinada com uma rede de franchising;
 - a Sonae RP dedica-se à otimização da gestão do portfólio de imobiliário do retalho e é composta, principalmente, por lojas que operam sob a marca Continente e sob outras marcas da Sonae;
 - a Maxmat que opera no mercado da bricolage, construção, banho e jardim com uma rede de 31 lojas.
- A Sonae Sierra é parceria subsidiária dedicada à atividade de desenvolvimento e gestão de centros comerciais.
- A Nos é a parceria que o Grupo detém através da Zopt dedicada às telecomunicações.
- A Sonae IM possui uma estratégia de gestão ativa do portfólio, com o objetivo de construir e gerir um portfólio de empresas de base tecnológica ligadas ao retalho e às telecomunicações.
- A Sonae FS tem como objetivo potenciar os serviços financeiros no retalho.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é produzida uma informação financeira separada, os seus resultados operacionais são revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões.

A Sonae está presente em 74 países, incluindo operações, prestação de serviços a terceiros, escritórios de representação, franchising e parcerias.

A lista das empresas do Grupo e respetivos negócios estão detalhados nas Notas 52 e 53.

6.1 Informação financeira por segmentos de negócio

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

31 dez 2018	Volume de negócios	Amortizações e depreciações ⁽³⁾	Provisões e perdas por imparidade ⁽³⁾	EBIT ⁽³⁾	Resultados financeiros ⁽²⁾	Imposto sobre o rendimento ⁽²⁾
Sonae MC	4.157.636.134	112.326.135	1.155.522	104.753.918	-	-
Worten	1.095.328.241	29.763.742	1.120.651	549.465	-	-
Sonae Sports & Fashion	368.690.150	22.664.583	3.679.903	(29.454.014)	-	-
Sonae RP	94.104.570	25.259.036	13.632.889	87.380.058	-	-
Maxmat	85.539.017	1.796.656	977	5.908.545	-	-
Sonae Retalho	5.801.298.110	191.810.152	19.589.943	169.137.972	(12.360.655)	20.843.807
Sonae Sierra	44.090.725	-	5.396.552	80.453.012	(5.603.868)	6.691.872
NOS	-	-	-	34.074.000	-	-
Sonae IM	154.574.296	10.632.323	1.004.878	(4.446.706)	(106.813)	(1.854.849)
Sonae FS	30.963.556	943.649	-	1.638.979	100.052	(394.336)
Outros, eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾	(80.230.797)	1.774.470	7.072.038	(22.925.341)	(17.784.441)	3.491.880
Total consolidado - Direto	5.950.695.890	205.160.593	33.063.411	257.931.915	(35.755.725)	28.778.374

31 dez 2017 - Reexpresso	Volume de negócios	Amortizações e depreciações ⁽³⁾	Provisões e perdas por imparidade ⁽³⁾	EBIT ⁽³⁾	Resultados financeiros ⁽²⁾	Imposto sobre o rendimento ⁽²⁾
Sonae MC	3.884.235.290	99.298.234	2.229.104	101.815.713	-	-
Worten	1.018.280.258	26.593.764	2.268.812	(1.740.070)	-	-
Sonae Sports & Fashion	361.665.880	19.895.412	1.160.587	(25.901.216)	-	-
Sonae RP	92.138.557	24.343.863	445.945	65.450.006	-	-
Maxmat	78.118.529	1.738.182	-	4.699.211	-	-
Sonae Retalho	5.434.438.514	171.869.456	6.104.448	144.323.643	(15.958.951)	36.055.934
Sonae Sierra	-	-	-	32.310.056	-	-
NOS	-	-	-	27.234.000	-	-
Sonae IM	125.929.752	9.426.834	1.187.584	(4.980.350)	(776.114)	728.989
Sonae FS	24.327.569	523.143	25.337	2.936.559	(42.599)	15.636
Outros, eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾	(78.873.161)	5.083.393	2.428.934	(21.909.589)	(16.879.166)	(20.279.471)
Total consolidado - Direto	5.505.822.674	186.902.826	9.746.303	179.914.319	(33.656.830)	16.521.089

	31 dez 2018			31 dez 2017		
	Investimento (CAPEX)	Capital Investido	Dívida Financeira Líquida ⁽²⁾	Investimento (CAPEX)	Capital Investido	Dívida Financeira Líquida ⁽²⁾
Sonae MC	181.182.745	626.748.441	-	164.462.924	697.071.753	-
Worten	44.557.148	(101.523.756)	-	44.599.644	(90.641.251)	-
Sonae Sports & Fashion	29.473.206	341.119.928	-	21.262.126	355.988.594	-
Sonae RP	52.043.830	872.604.249	-	41.181.011	902.627.242	-
Maxmat	3.463.954	33.811.116	-	1.390.622	32.639.857	-
Sonae Retalho	310.720.884	1.772.759.978	613.672.874	272.896.329	1.897.686.195	628.698.342
Sonae Sierra	81.196.481	2.029.519.948	114.833.000	-	-	-
Sonae IM	44.670.006	184.176.467	29.340.344	19.390.000	159.330.000	31.636.048
Sonae FS	1.243.820	11.186.711	-	1.641.218	20.126.477	-
Outros, eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾	264.244.113	607.851.472	558.831.651	22.238.305	1.170.360.921	452.131.712
Total consolidado	620.878.823	2.575.974.628	1.201.844.869	316.165.851	3.247.503.593	1.112.466.101

1) Inclui as contas individuais da Sonae;

2) Estas rubricas são acompanhadas pela Gestão de uma forma mais agregada, não são alocadas a cada um dos segmentos identificados acima;

3) Informação reconciliada na nota 49.

Os intra-grupos do volume de negócios podem ser analisados com segue:

Volume de negócios	31 dez 2018 Intragrupo	31 dez 2017 Intragrupo
Sonae MC	(1.751.790)	(1.759.375)
Worten	(16.487)	(22.055)
Sonae Sports & Fashion	(22.929.347)	(29.995.432)
Sonae RP	(68.441.734)	(83.876.500)
Maxmat	-	-
Sonae Retalho	(93.139.358)	(115.653.362)
Sonae IM	(15.747.907)	(14.859.179)
Sonae FS	-	-
Outros, eliminações e ajustamentos	(1.158.923)	(1.106.597)
Total consolidado	(110.046.188)	(131.619.138)

A rubrica de “Outros, eliminações e ajustamentos” pode ser analisada com segue:

	Volume de Negócios		EBIT	
	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Intragrupos intersegmentos	(93.590.369)	(131.619.138)	-	-
Contributos das empresas não incluídas nos segmentos	13.359.572	52.745.977	(13.916.978)	(12.452.310)
Outros	-	-	(9.008.363)	(21.909.589)
Outros, eliminações e ajustamentos	(80.230.797)	(78.873.161)	(22.925.341)	(21.909.589)

	Investimento		Capital Investido	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Intragrupos intersegmentos e Contributos das empresas não individualizados como segmentos	264.244.113	22.238.305	(1.954.294)	(24.887.601)
Investimentos em empreendimentos conjuntos e	-	-	683.809.343	1.289.028.845
Outros investimentos	-	-	9.872.807	9.919.677
Cash settled equity swap ⁽³⁾	-	-	(83.876.384)	(103.700.000)
	264.244.113	22.238.305	607.851.472	1.170.360.921

4) Instrumento financeiro explicitado da Nota 22.

Todas as medidas de performance estão reconciliadas para as demonstrações financeiras na Nota 49.

Os ativos não correntes e as vendas e prestações de serviços por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

Mercados de destino	31 dez 2018		31 dez 2017 Reexpresso	
	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino
Portugal	4.055.603.451	5.383.105.763	3.988.903.667	4.988.550.692
Espanha	354.220.905	383.820.721	110.543.603	344.509.052
França	-	49.436.153	-	39.341.208
Inglaterra	-	4.367.933	-	3.042.370
Alemanha	190.449	9.936.889	-	4.707.821
Itália	95.536.163	17.747.335	-	13.539.643
Roménia	295.685.998	6.505.948	-	425.328
Brasil	13.885.548	6.155.470	14.730.642	6.306.319
México	1.161.218	7.054.723	923.120	9.033.767
Holanda	1.080.147.219	3.992.386	1.429.864	13.315.776
Resto do Mundo	99.165.843	78.572.569	66.782.324	83.050.698
	5.995.596.794	5.950.695.890	4.183.313.220	5.505.822.674

Glossário:

Capital Investido Líquido = Dívida líquida + Capital próprio;

Dívida Financeira Líquida = Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + locações financeiras – caixa, depósitos bancários, investimentos correntes, excluindo outras aplicações de longo prazo;

Outros, eliminações e ajustamentos = Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados por não se enquadrarem em nenhum segmento relatável, ou seja, estão incluídos para além da Sonae SGPS as empresas identificadas como “Outras” na Nota 52;

Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições.

6.2 Informação financeira da Zopt

As demonstrações financeiras consolidadas da ZOPT (empreendimento conjunto que controla a NOS) e da NOS a 31 de dezembro de 2018 e de 2017, incorporados nas demonstrações financeiras da Sonae através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Nota 12.2).

O valor da demonstração de resultados da ZOPT resulta do resultado líquido do exercício da NOS, do resultado líquido do exercício da ZOPT e dos impactos em resultados do processo de alocação do justo valor aos ativos e passivos adquiridos pela ZOPT.

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 31 de dezembro de 2018 e de 2017, incorporadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial podem ser resumidas como segue:

Valores em milhares de euros	31 dez 2018	31 dez 2017
Ativos		
Ativos fixos tangíveis	1.053.663	1.137.209
Ativos intangíveis	1.064.878	1.141.104
Ativos por impostos diferidos	85.641	99.538
Outros ativos não correntes	190.991	44.306
Ativo não corrente	2.395.173	2.422.157
Clientes	382.100	417.270
Caixa e equivalentes a caixa	2.182	2.977
Outros ativos correntes	146.088	124.664
Ativo corrente	530.370	544.911
Total do ativo	2.925.543	2.967.068
Passivos		
Empréstimos obtidos	888.918	954.658
Provisões	128.814	142.029
Outros passivos não correntes	21.901	30.991
Passivos não correntes	1.039.633	1.127.678
Empréstimos obtidos	244.134	210.136
Fornecedores	254.950	267.525
Outros passivos correntes	302.940	275.360
Total do passivo corrente	802.024	753.021
Total do passivo	1.841.657	1.880.699
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.076.585	1.077.302
Interesses sem controlo	7.301	9.067
Total do capital próprio	1.083.886	1.086.369
Total do capital próprio e do passivo	2.925.543	2.967.068
Valores em milhares de euros	31 dez 2018	31 dez 2017
Receitas totais	1.576.161	1.561.783
Gastos e perdas		
Gastos diretos e fornecimentos e serviços externos	(664.057)	(672.811)
Amortizações	(388.701)	(422.211)
Outros gastos	(321.326)	(323.999)
	(1.374.084)	(1.419.021)
Resultados financeiros	(31.538)	(1.061)
Imposto sobre o rendimento	(29.635)	(17.480)
Resultado líquido consolidado do exercício	140.904	124.221
Atribuível aos interesses sem controlo	(503)	128
Atribuível a acionistas da empresa mãe	141.407	124.093

7 Classes de instrumentos financeiros

A 31 de dezembro de 2018, as categorias e justo valor dos instrumentos financeiros foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	Ativos ao custo amortizado	Ativos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2018						
Ativos não correntes						
Outros investimentos	13	-	28.101.682	19.093.660	-	47.195.342
Outros ativos não correntes	14	80.415.888	492.489	-	1.919.673	82.828.050
		80.415.888	28.594.171	19.093.660	1.919.673	130.023.392
Ativos correntes						
Clientes	16	141.935.385	-	-	-	141.935.385
Outras dívidas de terceiros	17	83.725.262	-	-	-	83.725.262
Investimentos	13	-	1.558.683	-	-	1.558.683
Caixa e equivalentes de caixa	21	696.243.071	-	-	-	696.243.071
		921.903.718	1.558.683	-	-	923.462.401
		1.002.319.606	30.152.854	19.093.660	1.919.673	1.053.485.793
Passivos financeiros	Notas	Passivos ao custo amortizado	Passivos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Passivos registrados ao justo valor através de resultados	Outros passivos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2018						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	24	1.071.821.181	-	-	-	1.071.821.181
Empréstimos obrigacionistas	24	513.293.183	-	-	-	513.293.183
Credores por locação financeira	24 e 25	535.812	-	-	-	535.812
Outros empréstimos	24	2.217.506	-	-	-	2.217.506
Outros passivos não correntes	27	26.589.135	-	-	30.849.542	57.438.677
		1.614.456.817	-	-	30.849.542	1.645.306.359
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	24	287.144.891	-	-	-	287.144.891
Empréstimos obrigacionistas	24	210.841.257	-	-	-	210.841.257
Credores por locação financeira	24 e 25	873.513	-	-	-	873.513
Outros empréstimos	24	1.664.567	184.427	-	-	1.848.994
Fornecedores	29	1.287.490.385	-	-	-	1.287.490.385
Outras dívidas a terceiros	30	243.858.209	-	-	-	243.858.209
		2.031.872.821	184.427	-	-	2.032.057.248
		3.646.329.638	184.427	-	30.849.542	3.677.363.607

A 31 de dezembro de 2017, as categorias e justo valor dos instrumentos financeiros foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Derivados (Nota 26)	Sub-total	Ativos não abrangidos pelo IFRS 9	Total
A 31 de dezembro de 2017							
Ativos não correntes							
Outros investimentos	13	9.919.677	9.504.098	-	19.423.775	-	19.423.775
Outros ativos não correntes	14	22.927.207	-	-	22.927.207	684.736	23.611.943
		32.846.884	9.504.098	-	42.350.982	684.736	43.035.718
Ativos correntes							
Clientes	16	130.075.290	-	-	130.075.290	-	130.075.290
Outras dívidas de terceiros	17	62.600.744	-	-	62.600.744	-	62.600.744
Investimentos	13	-	-	179.881	179.881	-	179.881
Caixa e equivalentes de caixa	21	364.589.115	-	-	364.589.115	-	364.589.115
		557.265.149	-	179.881	557.445.030	-	557.445.030
		590.112.033	9.504.098	179.881	599.796.012	684.736	600.480.748

Passivos financeiros	Notas	Derivados (Nota 26)	Passivos financeiros registrados pelo custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 9	Total
A 31 de dezembro de 2017						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	24	-	573.440.551	573.440.551	-	573.440.551
Empréstimos obrigacionistas	24	-	643.667.042	643.667.042	-	643.667.042
Credores por locação financeira	24 e 25	-	881.956	881.956	-	881.956
Outros empréstimos	24	-	2.244.793	2.244.793	-	2.244.793
Outros passivos não correntes	27	-	3.074.159	3.074.159	10.371.159	13.449.318
		-	1.223.308.501	1.223.308.501	10.371.159	1.233.683.660
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	24	-	207.748.007	207.748.007	-	207.748.007
Empréstimos obrigacionistas	24	-	57.970.806	57.970.806	-	57.970.806
Credores por locação financeira	24 e 25	-	832.895	832.895	-	832.895
Outros empréstimos	24	1.248.119	1.278.626	2.526.745	-	2.526.745
Fornecedores	29	-	1.192.499.941	1.192.499.941	-	1.192.499.941
Outras dívidas a terceiros	30	-	210.262.167	210.262.167	10.967.712	221.229.879
		1.248.119	1.670.592.442	1.671.840.561	10.967.712	1.682.808.273
		1.248.119	2.893.900.943	2.895.149.062	21.338.871	2.916.491.933

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

De acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor correspondem aos seguintes níveis da hierarquia do justo valor (ver Nota 2.1.a)):

	31 dez 2018			31 dez 2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Investimentos	-	28.066.217	19.129.125	-	-	35.462
Derivados	-	2.051.172	-	-	179.881	-
	-	30.117.389	19.129.125	-	179.881	35.462
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados	-	184.427	-	-	1.248.119	-
	-	184.427	-	-	1.248.119	-

8 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	1.366.708.975	1.438.240.754	25.828.269	145.305.401	46.752.623	30.984.493	3.053.820.515
Atividades descontinuadas	(489.027)	(2.829.332)	(201.726)	(3.743.352)	(20.818)	(566.767)	(7.851.022)
Investimento	10.851.529	4.987.246	324.056	866.813	558.989	221.746.704	239.335.337
Aquisições de filiais	1.443.694	2.624.130	115.936	272.563	61.598	-	4.517.921
Desinvestimento	(32.875.531)	(83.685.531)	(1.408.275)	(4.938.004)	(3.733.628)	(1.406.653)	(128.047.622)
Variações cambiais	(74.051)	(115.026)	(23.709)	(642.303)	(3.725)	(15.958)	(874.772)
Transferências	24.962.674	162.212.106	2.237.924	14.560.837	3.968.831	(210.792.120)	(2.849.748)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	1.370.528.263	1.521.434.347	26.872.475	151.681.955	47.583.870	39.949.699	3.158.050.609
Atividades descontinuadas (Nota 4.3 e 4.4)	(51.161)	(110.624.380)	(89.971)	(5.783.677)	(2.431.080)	(712.317)	(119.692.586)
Investimento	29.699.417	6.698.047	283.182	741.671	475.160	233.281.460	271.178.937
Aquisições de filiais (Nota 4.2)	89.516	2.181.271	397.673	430.059	108.964	219.627	3.427.110
Mudança de método (Nota 4.1)	2.269.123	995.916	41.630	3.033.111	891.042	(6.810)	7.224.012
Desinvestimento	(61.407.368)	(62.399.558)	(1.275.911)	(6.745.218)	(3.367.053)	(7.399.600)	(142.594.708)
Variações cambiais	(38.510)	8.316	(3.420)	(71.473)	(4.013)	10	(109.090)
Transferências	12.756.777	179.933.484	2.154.892	15.949.356	4.079.182	(218.797.294)	(3.923.603)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	1.353.846.057	1.538.227.443	28.380.550	159.235.784	47.336.072	46.534.775	3.173.560.681
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	397.973.790	881.497.880	19.812.551	107.337.504	39.002.488	110.824	1.445.735.037
Depreciações do exercício	22.330.323	112.857.866	1.569.254	13.469.610	3.617.283	-	153.844.336
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	507.782	297.594	-	10.991	15.065	22.165	853.597
Aquisições de filiais	1.173.261	1.542.374	62.161	245.035	208.205	-	3.231.036
Desinvestimento	(6.943.974)	(73.220.922)	(1.336.624)	(4.619.701)	(3.680.413)	-	(89.801.634)
Variações cambiais	(52.860)	(57.406)	(13.865)	(495.178)	(35.655)	-	(654.964)
Transferências	673.551	(429.014)	(223.265)	(582.071)	(252.508)	-	(813.307)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	415.435.082	920.710.779	19.723.002	112.320.814	38.854.871	132.989	1.507.177.537
Atividades descontinuadas (Nota 4.3 e 4.4)	(35.641)	(63.883.637)	(54.420)	(3.872.266)	(2.266.511)	-	(70.112.475)
Depreciações do exercício	23.619.452	113.257.392	1.777.158	13.705.165	3.776.596	-	156.135.763
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	13.567.883	1.663.222	-	273.087	2.540	22.165	15.528.897
Diminuições de perdas por imparidade (Nota 32)	(8.010.808)	(2.134.774)	(2.196)	(14.180)	(1.051)	-	(10.163.009)
Aquisições de filiais (Nota 4.2)	10.836	1.315.763	345.562	310.842	21.506	-	2.004.509
Mudança de método (Nota 4.1)	962.411	810.415	25.467	2.883.096	857.095	-	5.538.484
Desinvestimento	(22.616.863)	(54.286.661)	(1.246.311)	(6.324.148)	(3.207.518)	-	(87.681.501)
Variações cambiais	(33.121)	5.819	(927)	(46.902)	(3.378)	-	(78.509)
Transferências	(154.347)	(351.540)	2.007	(415.879)	(19.561)	-	(939.320)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	422.744.884	917.106.778	20.569.342	118.819.629	38.014.589	155.154	1.517.410.376
	(422.744.881)	(917.106.778)	(20.569.340)	(118.750.433)			
Valor líquido							
A 31 de dezembro de 2017	955.093.181	600.723.568	7.149.473	39.361.141	8.728.999	39.816.710	1.650.873.072
A 31 de dezembro de 2018	931.101.173	621.120.665	7.811.208	40.416.155	9.321.483	46.379.621	1.656.150.305

O investimento inclui a aquisição de ativos de aproximadamente 233 milhões de euros (221 milhões de euros em 2017), associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas dos segmentos de retalho do Grupo.

A rubrica de “Depreciações do exercício” de ativos tangíveis e intangíveis inclui 1,3 milhões de euros (10,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) transferidos para operações descontinuadas.

O desinvestimento nos exercícios de 2018 e 2017 podem ser analisados como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Desinvestimento	(8.959.882)	(60.371.987)	(1.275.911)	(6.731.006)	(3.367.053)	(7.393.502)	(88.099.341)
"Sale and Leaseback"	(52.447.486)	(2.027.571)	-	(14.212)	-	(6.098)	(54.495.367)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	(61.407.368)	(62.399.558)	(1.275.911)	(6.745.218)	(3.367.053)	(7.399.600)	(142.594.708)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Desinvestimento	(6.020.443)	(52.964.972)	(1.246.311)	(6.311.155)	(3.207.518)	-	(69.750.399)
"Sale and Leaseback"	(16.596.420)	(1.321.689)	-	(12.993)	-	-	(17.931.102)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	(22.616.863)	(54.286.661)	(1.246.311)	(6.324.148)	(3.207.518)	-	(87.681.501)
Valor líquido							
Desinvestimento	(2.939.439)	(7.407.015)	(29.600)	(419.851)	(159.535)	(7.393.502)	(18.348.942)
Sale and Leaseback	(35.851.066)	(705.882)	-	(1.219)	-	(6.098)	(36.564.265)
Ativo bruto:							
Desinvestimento	(5.078.563)	(82.783.750)	(1.408.275)	(4.938.004)	(3.733.628)	(1.406.653)	(99.348.873)
"Sale and Leaseback"	(27.796.968)	(901.781)	-	-	-	-	(28.698.749)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	(32.875.531)	(83.685.531)	(1.408.275)	(4.938.004)	(3.733.628)	(1.406.653)	(128.047.622)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Desinvestimento	(2.158.414)	(72.438.851)	(1.336.624)	(4.619.701)	(3.680.413)	-	(84.234.003)
"Sale and Leaseback"	(4.785.560)	(782.071)	-	-	-	-	(5.567.631)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	(6.943.974)	(73.220.922)	(1.336.624)	(4.619.701)	(3.680.413)	-	(89.801.634)
Valor líquido							
Desinvestimento	(2.920.149)	(10.344.899)	(71.651)	(318.303)	(53.215)	(1.406.653)	(15.114.870)
Sale and Leaseback	(23.011.408)	(119.710)	-	-	-	-	(23.131.118)

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, foram registadas diversas operações de "Sale and Leaseback". Os valores contabilísticos dos ativos alienados, no montante de aproximadamente 36,6 milhões de euros (23 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), correspondem a 6 ativos do retalho alimentar localizados em Portugal (em 31 de dezembro de 2017, correspondiam a 5 ativos do retalho alimentar localizados em Portugal). Tais operações resultaram num encaixe financeiro de 82,8 milhões de euros (36,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) tendo gerado uma mais-valia líquida de custos retidos de aproximadamente, 37,4 milhões de euros (10,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) (Nota 39).

Os contratos de arrendamento dos ativos em questão foram considerados locações operacionais, tendo em consideração os indicadores tradicionalmente utilizados para determinar a natureza dos contratos de locação conforme definidos no IAS 17. Estes ativos têm, genericamente, um período inicial de 20 anos, podendo ser alargado o prazo de locação, com condições de mercado, por quatro períodos adicionais de 10 anos, tendo sido considerado pelo Conselho de Administração que apenas era considerado provável que fosse mantido o período inicial de locação, o qual é inferior ao período de vida útil remanescente dos ativos objeto de transação. Foi também considerado que não existe qualquer tipo de obrigação de recompra dos ativos, objeto de locação, sendo que as opções de compra existentes por parte do Grupo são exercíveis com base em preços de mercado, bem como foi também analisado o valor presente dos pagamentos mínimos de locação.

Em desinvestimento em 2017 estão ainda incluídos cerca de 9,6 milhões de euros relativos ao processo de reestruturação dos novos conceitos de loja, da Worten (cerca de 3,9 milhões de euros) e da Sonae MC (cerca de 6 milhões de euros), tendo originado a utilização de perdas por imparidade no valor de 2,8 milhões de euros e 1,2 milhões de euros respetivamente.

A maioria dos ativos imobiliários do segmento da Sonae RP (Nota 6) em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os quais se encontram registados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e imparidades, foram avaliados por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito yields compreendidas entre 6,75% e 9,00% (6,75% e 9,00%, em 2017), estando o justo valor do imóvel na categoria de “Nível 3”, de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13. As referidas avaliações suportam os valores dos ativos a 31 de dezembro de 2018.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projetos:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Remodelação e expansão de lojas da unidade do retalho em Portugal	34.453.775	33.490.064
Remodelação e expansão de lojas da unidade do retalho em Espanha	3.994.223	1.473.742
Projetos de Lojas Continente para as quais foram efetuados adiantamentos	1.996.471	1.296.000
Outros	5.935.151	3.556.904
	46.379.621	39.816.710

A rubrica de “Perdas por imparidade para ativos fixos tangíveis” pode ser analisada como segue:

Perdas por imparidade	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total ativos fixos tangíveis
Saldo inicial 1 de janeiro de 2017	90.436.703	28.067.641	37.906	371.618	186.353	119.100.221
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	507.782	297.593	-	10.991	37.231	853.597
Diminuições no exercício (Nota 32)	(387.817)	(5.197.222)	(16.324)	(60.231)	(82.456)	(5.744.050)
Aquisições de filiais	-	-	-	-	169.243	169.243
Saldo inicial 1 de janeiro de 2018	90.556.668	23.168.012	21.582	322.378	310.371	114.379.011
Atividades descontinuadas	-	(4.451.474)	-	(36.386)	(22.315)	(4.510.175)
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	13.567.883	1.663.222	-	273.087	24.705	15.528.897
Diminuições no exercício (Nota 32)	(8.208.119)	(5.072.953)	(2.312)	(60.096)	(4.398)	(13.347.878)
Transferências	-	(90.581)	-	-	(14.914)	(105.495)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	95.916.432	15.216.226	19.270	498.983	293.449	111.944.360

9 Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto:					
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	181.013.190	395.609.595	97.774.152	28.060.990	702.457.927
Atividades descontinuadas	(1.991.644)	(8.370.813)	(25.794.980)	(103.663)	(36.261.100)
Investimento	35.356	1.297.805	140.803	53.557.319	55.031.283
Aquisições de filiais	13.500	-	138.687	-	152.187
Desinvestimento	(153.310)	(5.866.252)	(621.963)	(942.118)	(7.583.643)
Variações cambiais	(924.982)	(1.439.831)	(3.257.180)	(42.150)	(5.664.143)
Transferências	72.243	46.276.425	1.368.766	(51.017.625)	(3.300.191)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	178.064.353	427.506.929	69.748.285	29.512.753	704.832.320
Atividades descontinuadas (Nota 4.3 e 4.4)	(2.324.340)	(7.772.153)	(3.117.295)	(532.751)	(13.746.539)
Investimento	166.645	1.118.172	823.225	53.837.459	55.945.501
Aquisições de filiais (Nota 4.2)	-	3.027.568	11.930	52.348	3.091.846
Mudança de método (Nota 4.1)	1.913.567	4.899.253	9.849.676	398.301	17.060.797
Desinvestimento	(100.534)	(1.172.607)	-	(1.117.567)	(2.390.708)
Variações cambiais	215.544	132.770	(35.773)	4.602	317.143
Transferências	2.678.561	47.799.448	221.193	(47.624.875)	3.074.327
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	180.613.796	475.539.380	77.501.241	34.530.270	768.184.687
Amortizações e perdas por impar. acumuladas					
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	40.763.712	254.593.027	33.591.700	-	328.948.439
Atividades descontinuadas	(1.098.292)	(7.722.345)	(16.389.372)	-	(25.210.009)
Amortizações do exercício	2.513.225	38.166.979	5.099.309	-	45.779.513
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	-	234.501	764.278	-	998.779
Aquisições de filiais	6.222	-	79.637	-	85.859
Desinvestimento	(108.769)	(6.452.909)	(338.254)	-	(6.899.932)
Variações cambiais	(858.715)	(934.360)	(2.102.414)	-	(3.895.489)
Transferências	(243.995)	(3.014.432)	359.340	-	(2.899.087)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	40.973.388	274.870.461	21.064.224	-	336.908.073
Atividades descontinuadas (Nota 4.3 e 4.4)	(2.239.835)	(2.481.860)	(2.700.212)	-	(7.421.907)
Amortizações do exercício	4.137.652	42.315.606	3.900.171	-	50.353.429
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	33.074	6.709.968	-	-	6.743.042
Aquisições de filiais (Nota 4.2)	-	1.930.210	29.646	-	1.959.856
Mudança de método (Nota 4.1)	1.909.581	3.893.507	9.842.550	-	15.645.638
Desinvestimento	(100.757)	(1.384.905)	-	-	(1.485.662)
Variações cambiais	237.500	29.116	(33.741)	-	232.875
Transferências	(27.459)	(495.056)	203.813	-	(318.702)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	44.923.144	325.387.047	32.306.451	-	402.616.642
Valor líquido					
A 31 de dezembro de 2017	137.090.965	152.636.468	48.684.061	29.512.753	367.924.247
A 31 de dezembro de 2018	135.690.652	150.152.333	45.194.790	34.530.270	365.568.045

Em 31 de dezembro de 2018 o fluxo “Investimento” do período relativo a ativos intangíveis em curso, inclui cerca de 53 milhões de euros relacionados com projetos informáticos e desenvolvimento de software (53 milhões em 31 de dezembro de 2017). No referido valor estão incluídos cerca de 16 milhões de euros de capitalização de custos com o pessoal, referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 13 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) (Nota 39).

Adicionalmente encontra-se ainda registado na rubrica “Propriedade Industrial” o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente, que foi adquirida em exercícios anteriores, no valor de 75 milhões de euros, a marca Salsa no valor de 51 milhões de euros e marca Losan no valor de 11,6 milhões de euros, estas últimas valorizadas no processo de aquisição.

A Sonae efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, obtendo para o efeito periodicamente uma avaliação independente da marca Continente efetuada por entidade especializada independente (Interbrand). Em 31 de dezembro de 2018 foi atualizada internamente a avaliação externa realizada no início de 2016 e o valor desta mais que suporta o valor do ativo a 31 de dezembro de 2018, não tendo sido registada qualquer imparidade no exercício. Relativamente à análise de imparidade das marcas Salsa e Losan estas foram realizadas através dos testes descritos na Nota 11 quanto à recuperação dos ativos não correntes.

10 Propriedades de investimento

O valor de Propriedades de Investimentos é relativo à subsidiária Sonae Sierra (Nota 4.1) desde a data da mudança de método de consolidação pode ser analisado como segue:

	Propriedades de investimento				
	Em exploração	"Fit Out"	em desenvolvimento ao custo	Adiantamentos	Total
Saldo a 1 de outubro de 2018	763.652.025	16.000	40.731.551	1.725.000	806.124.576
Adições	7.451.935	-	3.373.441	-	10.825.376
Imparidades e abates	-	-	(2.540.000)	-	(2.540.000)
Alienações	(15.370.001)	(4.585)	(31.832.649)	-	(47.207.235)
Recebimento de Fit-out entre anos:	-	-	-	-	-
- Ganhos	8.313.788	(1.569)	-	-	8.312.219
- Perdas	(4.486.722)	(9.846)	-	-	(4.496.568)
Adições por concentração de atividades empresariais	223.349.000	-	4.210.000	-	227.559.000
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	982.910.025	-	13.942.343	1.725.000	998.577.368

As adições de propriedades de investimento em desenvolvimento ao custo, no montante de 3,4 milhões de euros referem-se essencialmente a um projeto na Alemanha que foi alienado em dezembro de 2018.

As alienações de propriedades de investimento em exploração e em desenvolvimento ao custo, no montante de 15,4 milhões de euros em 2018 e 31,8 milhões de euros referem-se, respetivamente, às alienações do Coimbrashopping e do Nurenberg, tendo gerado uma mais valia de 28 milhões de euros (Nota 39).

Em 31 de dezembro de 2018 o montante das propriedades de investimento em exploração e a informação sobre a hierarquia de justo valor pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2018	
	Península Ibérica	Resto da europa
Taxa de desconto a 10 anos		
<i>Floor</i>	6,95%	8,65%
<i>Weighted average</i>	6,92%	8,69%
<i>Cap</i>	8,10%	8,70%
"Cap rate" a 10 anos		
<i>Floor</i>	5,20%	6,75%
<i>Weighted average</i>	3,54%	6,86%
<i>Cap</i>	5,20%	6,90%
Renda anual por m ² (€)		
<i>Floor</i>	17	15
<i>Weighted average</i>	31	18
<i>Cap</i>	54	21
Justo valor (Nível 3)	645.115.025	337.795.000

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração foi determinado através de avaliação reportada à data de relato, efetuada essencialmente por entidades especializadas independentes (Cushman & Wakefield e Jones Lang LaSalle).

A avaliação destas propriedades de investimento foi efetuada de acordo com os "Practice Statements" do "RICS Appraisal and Valuation Manual" publicado pelo "The Royal Institution of Chartered Surveyors" ("Red Book"), sedado em Inglaterra.

A metodologia adotada para calcular o valor de mercado das propriedades de investimento envolve a preparação de projeções de ganhos e perdas a 10 anos de cada centro comercial adicionadas do valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do 11º ano e uma taxa de rendibilidade de mercado ("Exit yield" ou "cap rate"). Estas projeções são depois descontadas para a data de avaliação a uma taxa de desconto de mercado. As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente aos proveitos e custos futuros de cada propriedade. A taxa de rendibilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional sendo a razoabilidade do valor de mercado obtido de acordo com a metodologia acima, igualmente testado também em termos da taxa de rendibilidade inicial, obtida com o rendimento líquido estimado para o 1º ano das projeções.

Na avaliação das propriedades de investimento, foram igualmente tomadas em consideração algumas premissas que, de acordo com a classificação do "Red Book", são consideradas especiais, nomeadamente, em relação a centros comerciais inaugurados recentemente, nos quais não foram consideradas despesas de investimento eventualmente ainda devidas, em virtude de esses montantes se encontrarem devidamente acrescidos nas demonstrações financeiras anexas.

Em termos de hierarquia as propriedades de investimento do Grupo que se encontram valorizadas a justo valor encontram-se todas dentro do nível 3.

A relação existente entre elementos não observáveis e o justo valor das propriedades pode ser descrito como segue:

- Uma diminuição das rendas anuais contribui para uma diminuição do justo valor;
- Um aumento nas taxas de desconto e de capitalização contribui para uma diminuição do justo valor;

Tal como mencionado nos relatórios de avaliação das propriedades de investimento elaborados por entidades especializadas independentes, a determinação do justo valor das mesmas teve em consideração a definição do justo valor da IFRS 13 a qual é concordante com a definição de valor de mercado definido nas normas internacionais de avaliação das propriedades de investimento.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, o rédito (remunerações fixas, líquidas de eventuais descontos sobre as rendas fixas, remunerações variáveis, remunerações dos espaços comuns, direitos de ingresso e taxas de cessão) e os gastos operacionais diretos (imposto municipal sobre imóveis, seguros, conservação e reparação, gastos de comercialização e outros gastos associados à atividade do centro comercial) associados às propriedades de investimento do Grupo, tinham a seguinte composição (estes valores são relativos a 12 meses):

	31 dez 2018	
	Rendas	Gastos operacionais diretos
Península Ibérica	39.711.826	2.640.443
Resto da europa	11.884.455	1.383.148
	51.596.281	4.023.591

Em 31 de dezembro de 2018 as seguintes propriedades de investimento tinham sido apresentadas como garantia real de empréstimos bancários contraídos:

Dos Mares	Plaza Mayor Parque de Ócio
Cascaishopping	Plaza Mayor Shopping
Gli Orsi	Parklake

Em 31 de dezembro de 2018 não existem, para além das acima indicadas, obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento ou para a sua reparação ou manutenção exceto quanto às obrigações descritas nas Notas 32 e 34.

Em 31 de dezembro de 2018 o montante das propriedades de investimento em desenvolvimento era detalhado como segue:

	31 dez 2018
Propriedades de investimento ao custo:	
Península Ibérica	15.098.100
Resto da europa	68.836.173
	83.934.273
Imparidades para ativos em risco	(68.266.930)
	15.667.343

O montante de 68,3 milhões de euros registado na rubrica “Imparidade para ativos em risco” correspondem à estimativa efetuada pelo Conselho de Administração para perdas que poderão ocorrer em resultado de atrasos no desenvolvimento dos seus projetos, dadas as incertezas de mercado em relação aos mesmos.

11 Goodwill

O valor de Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócios e dentro destes a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, como segue:

- Sonae Retalho - O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócio, Sonae MC, Worten, Sonae Sports & Fashion e Maxmat, e alocados a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento repartido por país, e a cada um dos imóveis no caso do segmento Sonae RP;

- Sonae Sierra - O valor do Goodwill deste segmento será alocado aos ativos detidos; e

- Sonae IM - O valor de Goodwill deste segmento é relativo ao negócio de Tecnologia.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Goodwill” tinha a seguinte composição por segmento e país:

31 dez 2018					
Insígnia	Portugal	Espanha	Brasil	Outros países	Total
Sonae Retalho					
Sonae MC	495.836.653	-	-	-	495.836.653
Worten	65.283.532	-	-	-	65.283.532
Sonae Sports & Fashion	53.928.075	245.817	-	-	54.173.892
Sonae RP	1.614.443	-	-	-	1.614.443
Sonae Sierra	134.629.157	-	-	-	134.629.157
Sonae IM	2.686.758	1.641.824	7.090	23.577.196	27.912.868
	753.978.618	1.887.641	7.090	23.577.196	779.450.545

31 dez 2017					
Insígnia	Portugal	Espanha	Brasil	Outros países	Total
Sonae Retalho					
Sonae MC	495.168.601	-	-	-	495.168.601
Worten	65.283.532	-	-	-	65.283.532
Sonae Sports & Fashion	57.571.018	245.817	-	-	57.816.835
Sonae RP	2.142.168	-	-	-	2.142.168
Sonae IM	2.686.758	-	7.090	11.258.229	13.952.077
	622.852.077	245.817	7.090	11.258.229	634.363.213

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido no Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Valor Bruto:		
Saldo inicial	645.031.970	671.687.610
Atividades descontinuadas (Nota 4.3)	(5.082.341)	(33.674.270)
Goodwill gerado no exercício (Notas 4.1 e 4.2)	150.447.227	9.546.335
Alienação de ativos	(527.725)	(509.678)
Variação cambial	94.651	(2.263.844)
Outras variações	(1.098.814)	245.817
Saldo final	788.864.968	645.031.970
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	10.668.757	16.203.262
Atividades descontinuadas	-	(5.534.505)
Aumentos	185.061	-
Perda de controlo da Sport Zone (Nota 4.3)	(1.439.395)	-
Saldo final	9.414.423	10.668.757
Valor líquido	779.450.545	634.363.213

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de Goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados, na sua maioria, recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, situação em que a periodicidade é maior.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sonae procedeu à análise de imparidade de Goodwill, não tendo, como resultado dessa análise, reconhecido perdas de imparidade em 2018 e em 2017.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae.

Sonae Retalho

Para este efeito os segmentos Sonae MC, Worten e Sonae Sports & Fashion, em Portugal, recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos cash-flows, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As projeções são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade:

	Base da quantia recuperável	31 dez 2018			31 dez 2017		
		Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas
Sonae Retalho							
Sonae MC	Valor de uso	9% a 10%	<=2%	0,1% a 2,17%	9% a 10%	<=2%	-1%
Worten	Valor de uso	9% a 11%	<=1%	4,2%	9% a 11%	<=1%	3%
Sonae Sports & Fashion	Valor de uso	9% a 11%	<=1%	8,5%	9% a 11%	<=1%	6%

Sonae Sierra

Para efeito do teste de imparidade efetuados ao “Goodwill” a Sonae Sierra utiliza o “Net Asset Value” (“NAV”) à data de relato, das participações detidas.

Sonae IM

Para este efeito o segmento Sonae IM nas Tecnologias e Media utiliza os seguintes pressupostos:

Foram utilizados planos de negócios preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os pressupostos utilizados têm por base os vários negócios deste segmento e os crescimentos das várias áreas geográficas onde ele opera:

	Base da quantia recuperável	Taxa de desconto	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa de crescimento média de vendas
Tecnologias				
Telecomunicações	Valor de uso	6,25% - 17%	2%	
Retalho	Valor de uso	10,5%	3%	6,27%
Cybersecurity	Valor de uso	6,25% - 11,25%	3%	
Outros	Valor de uso	7% - 13,75%	1% - 2%	
Media	Valor de uso	7%	0%	2,60%

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade da Sonae não conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 - Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais.

12 Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas

12.1 Decomposição do valor contabilístico de Investimentos em empreendimentos conjunto e associadas

O valor das participações em empreendimentos conjuntos e associadas pode ser analisado como segue (Nota 53):

Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	31 dez 2018	31 dez 2017
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1.624.447.426	1.323.493.499
Investimentos em associadas	368.006.790	90.957.338
Total	1.992.454.216	1.414.450.837

O detalhe por empresa é com segue:

FIRMA	31 dez 2018	31 dez 2017
Sonae MC		
Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, SA	3.006.331	2.361.045
Sonae Sierra		
1) Sonae Sierra SGPS, SA (consolidado)	-	600.833.979
2) Arrábidasshopping- Centro Comercial, S.A.	30.393.218	-
2) DOC Malaga Holdings S.L	3.591.217	-
2) Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A.	35.009.254	-
2) Harvey Dos Iberica, S.L.	4.395.212	-
2)3) Iberian Assets, S.A.	-	-
2) Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.	15.127.930	-
2) Norte Shopping Retail and Leisure Centre B.V.	161.222.523	-
2) Pantheon Plaza B.V.	10.263.665	-
2)4) Parklake Shopping S.A.	-	-
2)4) Plenerg Srl	-	-
2) Park Avenue Development of Shopping Centres S.A.	(463.459)	-
2) Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial, S.A.	17.670.436	-
2) Proyecto Cúcuta S.A.S.	8.344.371	-
2) Pud Srl	5.987.801	-
2) SC Aegean B.V.	4.926.261	-
2) Shopping Centre Colombo Holding B.V.	255.362.940	-
2) Sierra Central S.A.S.	56.883	-
2) Solingen Shopping Centre GmbH	(4.157.349)	-
2) Sonae Sierra Brazil B.V. Sarl	241.178.416	-
2) VdG Holding BV	112.144.202	-
2) Via Catarina- Centro Comercial, S.A.	8.774.648	-
NOS		
ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	683.809.343	688.194.866
Sonae IM		
Unipress - Centro Gráfico, Lda	618.102	608.237
Sonae FS		
MDS SGPS, S.A. (consolidado)	26.246.269	31.495.372
Sonae SGPS		
5) Mktplace- Comércio Eletrónico, SA	939.211	-
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1.624.447.426	1.323.493.499

FIRMA	31 dez 2018	31 dez 2017
Sonae MC		
6) APOR - Agência para a Modernização do Porto, SA	-	290.475
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	1.078.484	1.050.793
S2 Mozambique, SA	-	1.592.748
Ulabox, SL	-	4.046.829
Sonae Sierra		
2) 3shoppings - Holding, SGPS, S.A.	11.730.360	-
2) ALEXA Asset GmbH & Co, KG	39.128.706	-
2) Area Sur Shopping, S.L.	7.655.180	-
2) Iberia Shop.C. Venture Coöperatief U.A. ("Iberia Coop")	23.368.651	-
2) Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	8.236.533	-
2) Loop5 Shopping Centre GmbH & Co KG	10.423.800	-
2) Olimpo Real Estate SOCIMI, S.A.	7.768.532	-
2) Serra Shopping- Centro Comercial, S.A.	1.013.274	-
2) Sierra Ceval Shopping Center, Spa	38.079	-
2) Sierra Portugal Real Estate ("SPF")	45.506.314	-
2) Trivium Real Estate Socimi, S.A.	31.895.992	-
2) Zenata Commercial Project	1.967.259	-
Sonae IM		
Armilar Venture Partners - Sociedade de Capital de Risco, SA	-	1
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners II (Armilar)	52.265.707	44.333.718
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners III (Armilar)	30.135.509	24.920.506
Fundo de Capital de Risco Espirito Santo Ventures Inovação e Internacionalização (AVP I+I)	16.978.359	9.431.245
Secucloud GMBH	3.833.921	4.819.257
Probe.ly - Soluções de Cibersegurança, Lda	401.600	471.766
Sonae SGPS		
7) Iberian Sports Retail Group (ISRG)	74.580.531	-
Investimentos em associadas	368.006.790	90.957.338

- Em setembro de 2018 foi concluído o acordo com o grupo Grosvenor para a aquisição de uma participação de 20% na Sonae Sierra, SGPS, SA, passando a partir dessa data a ser controlada pela Sonae e como tal consolidado pelo método de consolidação integral;
- Com a obtenção do controlo da Sonae Sierra, SGPS, S.A., estas empresas passaram a ser incluídas pelo como empreendimentos conjuntos (Nota 4.1);
- Em dezembro de 2018, o grupo vendeu 37,5% do capital deste empreendimento conjunto, mantendo uma percentagem minoritária de 12,5%, e como tal foi excluída do consolidado;
- Em setembro de 2018 o grupo adquiriu 50% destas filiais, passando a partir de outubro a serem consolidadas pelo método integral;
- Empreendimento conjunto constituído no período;
- Associada liquidada no período;
- Em 2017 foi efetivado um acordo de parceria que se concretizou em janeiro de 2018, passando esta filial a ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial dada a perda de controlo (Notas 4.3 e 5).

12.2

Informação financeira resumida das participações financeiras

12.2.1 Empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos do Grupo pode ser analisada como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2018				
	Empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra (Nota 53.1)	ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	MDS,SGPS,SA (consolidado)	Sohimeat, SA	Outros
Ativos					
Propriedades de investimento	4.081.868.697	659.000	835.256	-	-
Ativos fixos tangíveis	-	1.090.939.437	2.831.424	19.454.900	874.646
Ativos intangíveis	-	2.219.604.000	37.256.681	789.101	981.823
Outros ativos não correntes	27.695.465	385.596.563	9.737.037	41.994	240.774
Ativo não corrente	4.109.564.162	3.696.799.000	50.660.398	20.285.994	2.097.244
Caixa e equivalentes a caixa	180.821.457	2.319.000	14.054.322	408.471	2.286.696
Outros ativos correntes	67.484.235	528.196.000	16.290.124	49.723.048	1.635.358
Ativo corrente	248.305.692	530.515.000	30.344.446	50.131.519	3.922.054
Total do ativo	4.357.869.854	4.227.314.000	81.004.844	70.417.513	6.019.298
Passivos					
Empréstimos obtidos	1.048.957.786	888.918.000	11.216.534	-	-
Outros passivos não correntes	970.696.094	208.014.000	8.057.086	-	500.000
Passivos não correntes	2.019.653.880	1.096.932.000	19.273.620		500.000
Empréstimos obtidos	75.441.328	244.134.000	9.496.077	-	-
Outros passivos correntes	114.774.245	558.008.000	25.766.741	65.021.799	2.652.143
Passivos correntes	190.215.573	802.142.000	35.262.818	65.021.799	2.652.143
Total do passivo	2.209.869.453	1.899.074.000	54.536.438	65.021.799	3.152.143
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	1.817.910.360	1.209.594.000	22.171.422	5.395.715	2.867.155
Interesses sem controlo	330.090.041	1.118.145.000	4.296.984	-	-
Total do capital próprio	2.148.000.401	2.328.240.000	26.468.406	5.395.715	2.867.155
Total do capital próprio e do passivo	4.357.869.854	4.227.314.000	81.004.844	70.417.513	6.019.298

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2017				
	Sonae Sierra SGPS, SA (consolidado)	ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	MDS,SGPS,SA (consolidado)	Sohimeat, SA	Outros
Ativos					
Propriedades de investimento	781.879.364	661.000	857.259	-	-
Ativos fixos tangíveis	1.885.203	1.087.641.000	2.376.935	20.771.255	548.080
Ativos intangíveis	5.730.128	2.426.618.000	38.808.039	309.299	6.451
Outros ativos não correntes	1.360.580.998	344.526.000	12.524.962	204.757	518
Ativo não corrente	2.150.075.693	3.859.446.000	54.567.195	21.285.311	555.049
Caixa e equivalentes a caixa	68.144.912	5.493.000	10.448.200	367.901	215.122
Outros ativos correntes	103.862.911	552.257.000	8.897.932	35.969.285	1.721.532
Ativo corrente	172.007.823	557.750.000	19.346.132	36.337.186	1.936.654
Total do ativo	2.322.083.516	4.417.196.000	73.913.327	57.622.497	2.491.703
Passivos					
Empréstimos obtidos	198.185.930	997.423.000	15.575.000	-	463.240
Outros passivos não correntes	144.521.632	261.996.000	9.357.967	-	11.121
Passivos não correntes	342.707.562	1.259.419.000	24.932.967		474.361
Empréstimos obtidos	171.613.095	210.175.000	6.419.272	-	26.262
Outros passivos correntes	78.723.282	543.178.000	15.787.509	53.517.354	1.232.829
Passivos correntes	250.336.377	753.353.000	22.206.781	53.517.354	1.259.091
Total do passivo	593.043.939	2.012.772.000	47.139.748	53.517.354	1.733.452
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	1.150.533.916	1.230.019.000	24.734.144	4.105.143	758.251
Interesses sem controlo	578.505.661	1.174.405.000	2.039.435	-	-
Total do capital próprio	1.729.039.577	2.404.424.000	26.773.579	4.105.143	758.251
Total do capital próprio e do passivo	2.322.083.516	4.417.196.000	73.913.327	57.622.497	2.491.703

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2018				
	Empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra (Nota 53.1)	ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	MDS,SGPS,SA (consolidado)	Sohimeat, SA	Outros
Receitas totais	506.063.782	1.576.160.000	56.866.716	296.242.604	-
Custo das vendas	-	-	-	(263.028.955)	(644.184)
Custos diretos e fornecimentos e serviços externos	(117.536.508)	(664.005.000)	(26.604.495)	(14.282.149)	(1.581.913)
Amortizações	(494.040)	(410.883.000)	(3.077.546)	(3.791.345)	(154.115)
Outros gastos operacionais	(29.373.111)	(315.394.000)	(24.044.924)	(13.287.173)	(1.212.947)
Gastos e perdas	(147.403.659)	(1.390.282.000)	(53.726.965)	(294.389.622)	-
Resultados financeiros	(45.452.649)	(24.697.000)	(463.963)	(238.814)	(4.805)
Resultados relativos a empreendimentos conjuntos, empresas associadas e empresas participadas	1.551.547	(7.110.000)	7.013	-	-
Imposto sobre o rendimento	(136.428.761)	(24.359.000)	(130.335)	(323.595)	205.445
Resultado líquido consolidado do exercício	178.330.260	129.712.000	2.552.466	1.290.572	200.640
Atribuível a:					
Acionistas da empresa mãe	144.467.692	67.616.000	1.886.471	1.290.572	(794.447)
Interesses que não controlam	33.862.568	62.096.000	665.995	-	-
	178.330.260	129.712.000	2.552.466	1.290.572	(794.447)

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2017				
	Sonae Sierra SGPS, SA (consolidado)	ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	MDS,SGPS,SA (consolidado)	Sohimeat, SA	Outros
Receitas totais	237.846.027	1.558.640.000	49.484.088	313.236.917	3.872.367
Custo das vendas	-	-	-	(253.593.835)	-
Custos diretos e fornecimentos e serviços externos	(78.210.260)	(662.617.000)	(24.476.991)	(9.181.542)	(1.522.834)
Amortizações	(1.035.809)	(440.954.000)	(3.815.644)	(2.099.216)	(416.949)
Outros gastos operacionais	(58.635.105)	(333.689.000)	(21.502.449)	(48.325.516)	(1.756.300)
Gastos e perdas	(137.881.174)	(1.437.260.000)	(49.795.084)	(313.200.109)	(3.696.083)
Resultados financeiros	(7.943.976)	(25.528.000)	(794.999)	(41)	(2.627)
Resultados relativos a empreendimentos conjuntos e empresas associadas	132.052.492	20.251.000	12.112	-	(16)
Imposto sobre o rendimento	(26.095.351)	(9.949.000)	158.077	5.323	(29.685)
Resultado líquido consolidado do exercício	197.978.018	106.154.000	(935.806)	42.090	143.956
Atribuível a:					
Acionistas da empresa mãe	109.951.209	54.510.000	(876.353)	42.090	143.956
Interesses que não controlam	88.026.809	51.644.000	(59.453)	-	-
	197.978.018	106.154.000	(935.806)	42.090	143.956

Em 31 de dezembro de 2018, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra pode ser analisada como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2018				
	Empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra				
	Investimento		"Developments"	Brasil	Total
Empresas detidas pela Sierra BV	Outros				
Ativos					
Propriedades de investimento	2.697.299.067	123.859.858	129.028.242	1.131.681.530	4.081.868.697
Outros ativos não correntes	1.955.799	2.053.870	505.022	23.180.774	27.695.465
Ativo não corrente	2.699.254.866	125.913.728	129.533.264	1.154.862.304	4.109.564.162
Caixa e equivalentes a caixa	107.306.832	4.445.273	5.097.326	63.972.026	180.821.457
Outros ativos correntes	21.713.682	2.327.055	4.704.643	38.738.855	67.484.235
Ativo corrente	129.020.514	6.772.328	9.801.969	102.710.881	248.305.692
Total do ativo	2.828.275.380	132.686.056	139.335.233	1.257.573.185	4.357.869.854
Passivos					
Empréstimos obtidos	845.670.596	6.441.395	47.838.616	149.007.179	1.048.957.786
Outros passivos não correntes	645.464.147	30.238.181	31.899.765	263.094.001	970.696.094
Passivos não correntes	1.491.134.743	36.679.576	79.738.381	412.101.180	2.019.653.880
Empréstimos obtidos	104.414	70.434.518	-	4.902.396	75.441.328
Outros passivos correntes	49.649.602	13.359.331	23.642.503	28.122.809	114.774.245
Passivos correntes	49.754.016	83.793.849	23.642.503	33.025.205	190.215.573
Total do passivo	1.540.888.759	120.473.425	103.380.884	445.126.385	2.209.869.453
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	1.287.386.621	12.212.631	35.954.349	482.356.759	1.817.910.360
Interesses sem controle	-	-	-	330.090.041	330.090.041
Total do capital próprio	1.287.386.621	12.212.631	35.954.349	812.446.800	2.148.000.401
Total do capital próprio e do passivo	2.828.275.380	132.686.056	139.335.233	1.257.573.185	4.357.869.854

31 dez 2018					
Empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra					
Empreendimentos conjuntos	Investimento		"Developments"	Brasil	Total
	Empresas detidas pela Sierra BV	Outros			
Volume de negócios	220.830.875	34.253.122	29.583	98.184.239	353.297.819
Varição de valor das propriedades de investimento	77.100.000	4.891.000	-	67.573.000	149.564.000
Outros rendimentos operacionais	1.605.350	1.099.389	(27.439)	524.663	3.201.963
	299.536.225	40.243.511	2.144	166.281.902	506.063.782
Fornecimentos e serviços externos	(79.400.786)	(17.766.172)	(266.888)	(20.102.662)	(117.536.508)
Amortizações	(15.190)	(14.680)	(12.424)	(451.746)	(494.040)
Outros gastos operacionais	(4.294.558)	(5.644.610)	(511.025)	(18.922.918)	(29.373.111)
	(83.710.534)	(23.425.462)	(790.337)	(39.477.326)	(147.403.659)
Resultados financeiros	(24.602.321)	(8.269.422)	(785.602)	(11.795.304)	(45.452.649)
Resultados relativos a empreendimentos conjuntos e empresas associadas	-	-	-	1.551.547	1.551.547
Imposto sobre o rendimento	(48.402.343)	(137.434)	(11.854)	(87.877.130)	(136.428.761)
Resultado líquido consolidado do exercício	142.821.027	8.411.193	(1.585.649)	28.683.689	178.330.260
Atribuível a:					
Acionistas da empresa mãe	142.821.027	8.411.193	(1.585.649)	(5.178.879)	144.467.692
Interesses que não controlam	-	-	-	33.862.568	33.862.568
	142.821.027	8.411.193	(1.585.649)	28.683.689	178.330.260

A reconciliação da informação financeira com o valor registado nos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

31 dez 2018						
Empreendimentos conjuntos	Capitais próprios	Percentagem de detenção	Quota parte dos ativos líquidos	Goodwill reconhecido na participação	Outros efeitos	Participação financeira
Empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra (Nota 53.1)	1.817.910.360	50%	908.955.180	874.686	(1.697)	909.828.169
ZOPT, SGPS, SA(consolidado)	1.209.594.000	50%	604.797.000	87.527.500	(8.515.157)	683.809.343
MDS,SGPS,SA(consolidado)	22.171.422	50%	11.085.711	-	15.160.558	26.246.269
Sohimeat, SA	5.395.715	50%	2.697.858	-	308.473	3.006.331
Outros	2.867.155	50%	1.433.578	-	123.736	1.557.314
						1.624.447.426

31 dez 2017						
Empreendimentos conjuntos	Capitais próprios	Percentagem de detenção	Quota parte dos ativos líquidos	Goodwill reconhecido na participação	Outros efeitos	Participação financeira
Sonae Sierra SGPS (consolidado)	1.150.533.916	50%	575.266.958	32.133.330	(6.566.309)	600.833.979
ZOPT, SGPS, SA(consolidado)	1.230.019.000	50%	615.009.500	86.413.582	(13.228.216)	688.194.866
MDS,SGPS,SA(consolidado)	24.734.144	50%	12.367.072	-	19.128.300	31.495.372
Sohimeat, SA	4.105.143	50%	2.052.572	-	308.474	2.361.045
Outros	758.251	50%	379.126	-	229.112	608.237
						1.323.493.499

Em 31 de dezembro de 2018, o valor incluído na rubrica de "Outros efeitos" na MDS, SGPS, SA inclui a anulação do goodwill reconhecido na quota parte dos ativos líquidos no valor de 15,1 milhões de euros (14,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) e o justo valor da carteira de clientes no valor de 30,6 milhões de euros (33,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) que se encontra a ser amortizado em 12 anos.

12.2.2 Associadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a informação financeira resumida das empresas associadas do Grupo pode ser analisada como segue:

31 dez 2018							
Associadas	% de participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Receitas	Resultados Operacionais	Resultado Líquido
Sonae MC							
Sempre a Postos	40,41%	10.221.252	5.907.317	4.313.935	61.193.913	3.005.152	2.279.937
Ulabox	25,00%	3.001.232	247.268	2.753.964	10.667.002	(4.031.417)	(4.031.417)
S2 Mozambique	30,00%	8.103.157	5.589.119	2.514.038	4.799.919	(2.590.650)	(2.892.046)
Outros		1.186.554	33.741	1.152.813	179.594	(97.422)	(97.465)
Sonae Sports & Fashion							
ISRG	29,99%	333.544.822	192.881.328	140.663.494	412.300.271	(5.032.966)	(9.726.836)
Associadas da Sonae Sierra		2.761.632.809	1.114.861.752	1.646.771.057	210.372.363	131.563.216	117.712.682
Sonae IM							
Armilar II	50,74%	121.340.408	18.615.514	102.724.894	150.392.000	129.487.953	129.530.235
Armilar III	42,70%	82.380.080	11.445.720	70.934.360	20.365.000	10.922.245	11.120.849
AVP I+I	37,54%	57.598.881	12.388.978	45.209.903	26.184.266	20.066.155	20.087.372
Outros		4.009.299	3.956.005	53.294	237.939	(3.802.531)	(3.802.393)

31 dez 2017							
Associadas	% de participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Receitas	Resultados Operacionais	Resultado Líquido
Sonae MC							
Sempre a Postos	25,00%	11.052.768	6.849.597	4.203.171	59.121.816	2.953.853	2.169.174
Ulabox	40,41%	2.907.625	1.284.421	1.623.204	9.723.250	(3.819.722)	(3.819.722)
S2 Mozambique	30,00%	8.061.479	2.959.516	5.101.963	5.936.184	(2.903.658)	(3.239.010)
Outros		3.034.723	2.786.220	248.503	684.548	(1.697.113)	(1.698.407)
Sonae IM							
Armilar I	35,00%	4.908.519	677.581	4.230.938	2.245.000	426.464	284.464
Armilar II	50,74%	92.742.416	5.361.017	87.381.399	18.621.787	17.959.308	17.868.956
Armilar III	42,64%	69.694.614	11.350.315	58.344.299	(5.330.000)	(6.651.940)	(6.353.072)
AVP I+I	37,54%	32.059.226	6.936.645	25.122.581	12.412.000	5.827.559	5.893.576
Outros		6.017.750	4.752.485	1.265.265	5.301.000	(3.979.247)	(3.979.251)

Em 31 de dezembro de 2018, a informação financeira resumida das associadas da Sonae Sierra pode ser analisada como segue:

31 dez 2018							
Associadas da Sonae Sierra	% de participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Receitas	Resultados Operacionais	Resultado Líquido
3shoppings	20,00%	109.990.644	51.338.843	58.651.801	27.899.758	21.527.594	16.335.692
Alexa Asset	9,00%	461.859.656	32.861.962	428.997.694	29.593.243	16.506.612	41.409.517
Área Sur	15,00%	119.976.638	68.942.103	51.034.535	9.523.922	4.982.926	2.343.805
Le Terrazze	10,00%	151.031.978	74.107.160	76.924.818	13.709.450	9.758.267	6.779.857
Loop 5	9,00%	250.394.242	134.574.237	115.820.005	(9.723.816)	(17.326.051)	(16.335.183)
Iberia Coop	10,00%	390.293.733	160.635.366	229.658.367	31.288.821	17.041.977	10.219.998
SPF	22,50%	265.664.313	80.535.597	185.128.716	33.107.555	29.818.727	23.441.692
ORES	3,75%	378.318.359	171.157.496	207.160.863	25.796.269	21.244.062	16.121.867
Serra Shopping	5,00%	34.796.280	14.530.800	20.265.480	7.518.171	5.404.009	3.805.340
Trivium	12,50%	548.536.932	293.369.174	255.167.758	38.345.118	22.054.961	14.273.036
Sierra Cevital	49,00%	451.560	373.846	77.714	-	-	-
Zenata	11,00%	50.318.474	32.435.168	17.883.306	3.313.872	550.132	(475.174)

A reconciliação da informação financeira com o valor registado em associadas pode ser analisada como segue:

Associadas	31 dez 2018					
	Capitais próprios	Percentagem de detenção	Quota parte dos ativos líquidos	Goodwill reconhecido na participação financeira	Outros efeitos	Participação financeira
Sonae MC						
Sempre a Postos	4.313.935	25,00%	1.078.484	-	(0)	1.078.484
Ulabox	2.753.964	40,41%	1.112.877	-	(1.112.877)	-
S2 Mozambique	2.514.038	30,00%	754.211	-	(754.211)	-
Outros	1.152.813		-	-	-	-
Sonae Sports & Fashion						
ISRG	140.663.494	29,99%	42.184.982	36.016.741	(3.621.192)	74.580.531
Associadas da Sonae Sierra	1.646.771.057		183.414.795	5.317.300	585	188.732.680
Sonae IM						
Armillar II	102.724.894	50,74%	52.122.611	-	143.096	52.265.707
Armillar III	70.934.360	42,70%	30.288.972	-	(153.462)	30.135.509
AVP I+I	45.209.903	37,54%	16.971.798	-	6.561	16.978.359
Outros	53.294		7.124	4.935.120	(706.723)	4.235.521
						368.006.790

Associadas	31 dez 2017					
	Capitais próprios	Percentagem de detenção	Quota parte dos ativos líquidos	Goodwill reconhecido na participação financeira	Outros efeitos	Participação financeira
Sonae MC						
Sempre a Postos	4.203.171	25,00%	1.050.793	-	-	1.050.793
Ulabox	1.623.204	40,41%	655.937	1.549.408	1.841.484	4.046.829
S2 Mozambique	5.101.963	30,00%	1.530.589	-	62.159	1.592.748
Outros	248.503		27.433	137.494	125.548	290.475
Sonae IM						
Armillar I	4.230.938	35,00%	1.480.828	-	(1.480.827)	1
Armillar II	87.381.399	50,74%	44.337.322	-	(3.604)	44.333.718
Armillar III	58.344.299	42,64%	24.878.009	-	42.497	24.920.506
AVP I+I	25.122.581	37,54%	9.431.017	-	228	9.431.245
Outros	1.265.265		350.308	4.935.121	5.594	5.291.023
						90.957.338

No seguimento da parceria na ISRG resultante da combinação da Sport Zone com a JD Sprinter Holdings (Nota 4.3) foi realizada uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. Da referida avaliação foram valorizadas 6 marcas detidas pelo grupo, as marcas Sprinter, Sport Zone, entre outras, pelo valor de 33,7 milhões de euros considerando a percentagem de detenção do grupo. Como resultado das referidas avaliações o grupo fica ainda com um valor em goodwill de 10,6 milhões de euros.

Estas valorizações foram realizadas com base na metodologia dos royalties libertados, utilizando para o efeito taxas de desconto baseadas no custo médio de capital da ISRG (11%) e uma taxa de royalties de 3%.

O Grupo concluirá esta alocação do preço de compra até conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pelo IFRS 3 – Concentrações Empresariais.


12.3 Movimento ocorrido durante o exercício

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas, foi o seguinte:

	31 dez 2018			31 dez 2017		
	Valor proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento	Valor proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empreendimentos conjuntos						
Saldo em 1 de Janeiro	757.716.434	565.777.065	1.323.493.499	716.500.628	566.650.040	1.283.150.668
Mudança de método de consolidação pela perda de controlo	-	-	-	35.237.454	-	35.237.454
Inclusão dos empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra, resultante da mudança de método desta (Nota 4.1)	1.040.058.136	7.346.030	1.047.404.166	-	-	-
Transferencia para subsidiárias	(32.552.098)	-	(32.552.098)	-	-	-
Constituição e aumentos de capital	1.583.950	-	1.583.950	-	-	-
Alienações durante o exercício	(143.596.491)	(6.471.343)	(150.067.834)	-	-	-
Desreconhecimento da participação financeira pela perda de influência significativa	7.228.382	-	7.228.382	-	-	-
Mudança de método de consolidação pela obtenção de controlo (Nota 4.1)	(551.998.522)	(41.989.330)	(593.987.852)	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Efeito em ganhos e perdas relativas a empreendimentos conjuntos ⁽¹⁾	103.541.213	-	103.541.213	81.688.116	-	81.688.116
Dividendos distribuídos	(49.572.396)	-	(49.572.396)	(53.929.242)	-	(53.929.242)
Efeito em capitais próprios e interesses sem controlo	41.854.601	-	41.854.601	(21.417.071)	-	(21.417.071)
Imparidade em empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	(872.975)	(872.975)
Outros efeitos em resultados	(74.478.205)	-	(74.478.205)	(363.451)	-	(363.451)
	1.099.785.004	524.662.422	1.624.447.426	757.716.434	565.777.065	1.323.493.499
Investimentos em associadas						
Saldo em 1 de Janeiro	84.335.315	6.622.023	90.957.338	75.105.163	4.015.059	79.120.222
Aumento de capital no exercício	796.501	-	796.501	4.593.031	303.423	4.896.454
Aquisições durante o exercício	31.940.561	-	31.940.561	(417.871)	4.935.121	4.517.250
Redução de capital em associadas	(1.340.259)	-	(1.340.259)	-	-	-
Inclusão das associadas da Sonae Sierra, resultante da mudança de método desta (Nota 4.1)	156.014.275	5.317.300	161.331.575	-	-	-
Mudança de método de consolidação pela perda de controlo (Nota 4.3)	42.069.015	36.016.741	78.085.756	(532.545)	(481.659)	(1.014.204)
Transferência de impostos diferidos de Alexa Holding para Alexa KG	(4.737.438)	-	(4.737.438)	-	-	-
Atividades descontinuadas	(858.339)	-	(858.339)	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Efeito em ganhos e perdas relativas a associadas	73.831.518	-	73.831.518	5.925.562	-	5.925.562
Dividendos distribuídos	(647.127)	-	(647.127)	(829.823)	-	(829.823)
Efeito em capitais próprios e interesses sem controlo	(130.777)	-	(130.777)	1.185.313	-	1.185.313
Devolução de capital investido	(16.477.366)	-	(16.477.366)	-	-	-
Imparidade em associadas	(1.714.529)	(1.686.903)	(3.401.432)	(693.515)	(2.149.921)	(2.843.436)
Outros	(41.343.721)	-	(41.343.721)	-	-	-
	321.737.629	46.269.161	368.006.790	84.335.315	6.622.023	90.957.338
Total	1.421.522.633	570.931.583	1.992.454.216	842.051.749	572.399.088	1.414.450.837

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor em “Transferência para subsidiárias” é relativo às subsidiárias Project Sierra 10, B.V. e a Project Sierra 10, B.V., que adquiriram as restantes ações representativas do capital do empreendimento conjunto Parklake Shopping S.A. e a Plenerg SRL pelo valor de 39,6 milhões de euros. Por sua vez a Parklake Shopping S.A. é detentora de 100% do capital do Parklake Business Centre SRL. Desde 1 de outubro de 2018 estas subsidiárias passaram a ser incluídas pelo método integral;

Em 2018, o valor incluído na rubrica “Alienações durante o exercício” em empreendimentos conjuntos é relativo à alienação dos 50% de capital que detinha no empreendimento conjunto Iberian Assets, S.A. à associada Trivium Real



Estate Socimi, S.A. pelo valor de 164,3 milhões de euros. A Trivium passou a deter 100% da Iberian e desde essa data a Iberian passou a ser considerada associada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a subsidiária Sonae IM procedeu à venda da totalidade da participação (35%) da sociedade de capital de risco Armilar I. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a variação do valor da proporção de capitais próprios relativo a devolução de capital investido e outros no valor de cerca de 58 milhões de euros, resulta da distribuição de capital do Fundo Armilar II na sequência da última ronda de financiamento da Outsystems.

A rubrica de “Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas” da demonstração consolidada dos resultados inclui 20.130.786 euros registados em Provisões para outros riscos e encargos referentes a uma comissão contratual (incentive scheme) a pagar à gestão dos Fundos pelo facto de estes terem ultrapassado a barreira de retorno contratualmente definida (Nota 32).

Em julho de 2017 ocorreu a alteração do número de unidades de participação no fundo Armilar II pela saída de um dos Acionistas passando assim a Sonae IM a deter no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 uma participação de 50,74% neste fundo. No entanto, e decorrente da legislação dos Fundos, o Grupo não detém o controlo do mesmo, uma vez que não detém o controlo sobre a sua entidade gestora.

Em março de 2017 foi aprovado um aumento de unidades de participação no fundo Armilar III, tendo a Sonae IM subscrito e realizado o montante de 622.996 euros, correspondente a 0,41%, em julho de 2017 foi aprovado novo aumento de unidades de participação no fundo Armilar III tendo a Sonae IM subscrito e realizado o montante de 302.598 euros, correspondente a 0,20% e em novembro de 2017 foi aprovado outro aumento de unidades de participação no fundo Armilar III tendo a Sonae IM subscrito e realizado o montante de 484.103 euros, correspondente a 0,04%, passando a deter no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 uma participação de 42,64% no fundo Armilar III.


No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o valor de “Aquisições durante o exercício” em empresas associadas corresponde essencialmente ao investimento na empresa Secucloud no valor de 4.000.000 euros.

O efeito em capitais próprios e interesses sem controlo resulta fundamentalmente do efeito de conversão cambial das empresas com moeda funcional diferente do euro.

O valor de dividendos distribuídos relativos a Investimentos em Empreendimentos Conjuntos é essencialmente referente à Sonae Sierra 24.873.210 euros (37.391.100 euros em dezembro de 2017) e ZOPT 19.755.883 euros (16.512.005 euros em dezembro de 2017).

O valor da “Mudança de método de consolidação pela perda de controlo” é composto por:

- a) Em 31 de dezembro de 2018, o valor de 78.085.756 euros nos investimentos em associadas na rubrica “Mudança de método de consolidação pela perda de controlo (Nota 4.3)”, conforme detalhado na referida nota e também na nota 5 é referente à ISRG pelo acordo assinado em 2018 entre a Sonae e a JD Group passando a partir do final de janeiro a ser incluída a participação na nova parceria, a Iberian Sports Retail Group, pelo método da equivalência patrimonial.
- b) Em 31 de dezembro de 2017, o valor de 32.534.003 euros é relativo à MDS SGPS, S.A. pelo acordo assinado entre a Sonae e a IPLF Holding. No seguimento da perda de controlo e consequente valorização da participação ao justo valor em 2017, o Grupo efetuou uma avaliação dos ativos e passivos retidos, o qual resultou na valorização das carteiras de clientes da MDS em cerca de 35 milhões de euros (considerando apenas a quota parte detida pela Sonae), e que anula, quase na totalidade o valor de goodwill gerado na aquisição. A referida carteira de clientes encontra-se a ser amortizada em 12 anos; e

- 
- c) 2.703.451 euros referente à Sohi Meat Solutions- Distribuição de Carnes, SA. Esta empresa resulta do acordo assinado em 3 de janeiro de 2017, data em que foi constituída uma Joint Venture entre a Sonae MC e a Hilton Food Group PLC através de um aumento de capital deste Grupo na Sohimeat. A partir desse momento, a Sohimeat passou a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial.

A aferição da existência ou não de imparidade nos investimentos em empreendimentos conjuntos é determinada:

- no que respeita ao setor das telecomunicações (ZOPT), a aferição da existência, ou não, de imparidade para os valores de investimentos incluindo de Goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas para o setor das telecomunicações (Zopt), é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da NOS para 5 anos, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 4%, e das suas associadas e a média de avaliação efetuada por analistas externos (*researches*), a taxa de desconto é de 7,2% e a taxa de crescimento na perpetuidade de 1,3%; e

- no que respeita aos empreendimentos conjuntos e associados detidos pela Sonae Sierra os testes de imparidade são efetuados por comparação com o “Net Asset Value”, este resulta da valorização das propriedades de investimento a valores de mercado não incluindo a dedução de impostos diferidos sobre mais-valias não realizadas.

As demonstrações financeiras consolidadas da ZOPT apresentam uma exposição significativa ao mercado africano, nomeadamente através de participações financeiras que o grupo detém em associadas que operam nos mercados angolano e moçambicano, e que se dedicam, essencialmente, à prestação de serviços de televisão por satélite e por fibra. O valor líquido contabilístico destas associadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 ascende a, aproximadamente, 100 milhões de euros, o qual foi reduzido durante o presente exercício em aproximadamente 95 milhões de euros, em virtude, essencialmente, da desvalorização cambial do kWanza.

Durante o último trimestre de 2017, Angola foi considerada uma economia hiperinflacionária, sendo que as demonstrações financeiras individuais das participadas em Angola foram reexpressas (para efeitos de consolidação) de acordo com a IAS 29 - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias. Com efeito a 1 de janeiro de 2017, a participação financeira (incluindo goodwill implícito de 171,1 milhões de euros) sobre as associadas angolanas foi ajustado pelo efeito da hiperinflação num total de 140,5 milhões de euros e reduzido em 138,5 milhões de euros, pelo registo de perda por imparidade sobre a participação. O montante líquido de aproximadamente 2 milhões de euros foi registado na rubrica de “Outras reservas”. Nos exercícios de 2017 e 2018, o efeito da hiperinflação, teve um impacto líquido de aproximadamente 0,2 milhões de euros (inclui 68,9 milhões de euros de perdas por imparidade) e 3,4 milhões de euros (inclui 10 milhões de euros de perdas por imparidade), respetivamente, tendo ambos os impactos sido registados na rubrica de “Perdas / (ganhos) relativos a empreendimentos conjuntos e associadas”.

O grupo efetuou testes de imparidade para aqueles ativos, os quais se encontram expressos nas moedas daqueles países, Kwanzas e Meticais, respetivamente, considerando os planos de negócios (valorização interna pelo método dos fluxos de caixa descontados, comparada com *researches*) aprovados pelo conselho de administração para um período de cinco de anos, os quais contemplam taxas de crescimento médias de receitas para aquele período de 10,7% (Angola) e 3,2% (Moçambique). Estas taxas de crescimento da receita traduzem: (i) a melhor estimativa para o crescimento do parque de clientes, reflexo de uma expectativa de angariação de novos clientes e de estimativas de taxas de churn, consideradas prudentes, e (ii) um crescimento de preços que considerando a natureza da atividade desenvolvida pelas empresas, em especial, em Angola, assume que não é expectável que as empresas tenham capacidade para refletir, nos seus preços, a totalidade da inflação verificada ao nível do país.

Em 2018, seguindo a recomendação do INACOM (entidade reguladora do setor da comunicação em Angola), as participadas angolanas não realizaram qualquer aumento de preços. Os planos de negócios consideram um crescimento anual de preços de 16%, 11% e 8% em 2019, 2020 e período de 2021 a 2023, respetivamente.

Os planos de negócios consideraram ainda uma taxa de crescimento na perpetuidade de 6,5% (Angola) e 5,0% (Moçambique) e uma taxa de desconto (“wacc”) na perpetuidade de 17,5% (Angola) e de 21% (Moçambique). A taxa

de desconto ao longo do período de 2018 a 2023 variou entre um máximo de 34,0% e um mínimo de 17,5% (em 2023), para Angola, e um máximo de 23% e um mínimo de 21% (2023) em Moçambique, em linha com as previsões de inflação consideradas mais adequadas (fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)) e assumem a estrutura atual do mercado em termos de concorrência. Os testes de imparidade efetuados, com base nos pressupostos acima identificados, desconsiderando o efeito do ajustamento aos efeitos da hiperinflação no montante do investimento financeiro, sustentam o valor dos ativos, pelo que não foi registada qualquer imparidade adicional face ao efeito decorrente da economia hiperinflacionária. Contudo, deve ser tido em consideração que as atuais condições económicas de incerteza daqueles mercados, nomeadamente no mercado cambial, na limitação de transferência de divisas e na recomendação da INACOM para a não existência de aumento de preços nos pacotes TV e internet (no caso especial de Angola), introduz um grau adicional de variabilidade aos pressupostos, o que poderá impactar, significativamente, as estimativas consideradas, nomeadamente, em termos da taxa de inflação e da capacidade de refletir, nos aumentos de preços, a referida taxa.

Foram efetuadas análises de sensibilidade, variando de 2 p.p. na WACC e 0,5 p.p. na taxa de crescimento na perpetuidade, concluindo-se que em situações extremas, de elevada taxa de inflação e menor capacidade da empresa para refletir um maior aumento de preços (analisados cenários de repercussão no preço entre 25% e 75% da taxa de inflação durante todo o período de projeção, sendo esta a variável mais crítica com impactos em variação 54% e 133% do valor contabilístico), a valorização efetuada não suportaria o valor dos ativos, variando entre 50% e 157% do valor contabilístico.

No final do mês de janeiro de 2019, a ZAP anunciou um aumento dos preços a partir de 26 de fevereiro de 2019. Este aumento de preços é superior ao usado nas projeções.

É convicção do Conselho de administração que os pressupostos utilizados nos planos de negócios são os mais prudentes e adequados, e que as situações de elevada taxa de inflação e menor capacidade da empresa para refletir um maior aumento de preços correspondem a situações extremas não expectáveis.

As participações financeiras, incluindo suprimentos e juros corridos, na Armilar II, Armilar III e AVP I+I encontram-se valorizadas, ao justo valor, de acordo com níveis definidos na tabela abaixo:

(Montantes em milhares de euros)	31 dez 2018		
Hierarquia de justo valor	Armilar II	Armilar III	AVP I+I
Nível 2	118.184	47.390	56.236
Nível 3	1.499	34.023	1.363

As técnicas de valorização de nível 2 estão essencialmente relacionadas com valorizações relativas da última transação ou ofertas de aquisição firmes, de percentagens significativas de participações ocorridas em mercados não ativos.

As técnicas de valorização de nível 3 são essencialmente suportadas por: i) planos de negócios das participadas, nos quais foram utilizadas taxas de desconto que variam entre 6,87% e 20,0%, taxas de crescimentos de receitas ao longo do período das projeções (CAGR) que variam entre 20,7% e 33,3% e onde o *terminal value* foi estimado por um *mix* de múltiplos aplicados essencialmente sobre o *Revenue* e sobre o EBITDA. Note-se que a valorização implícita nos investimentos detidos pelos Fundos resultam de um conjunto de sensibilidades aplicadas sobre parâmetros originais dos Planos de Negócio disponibilizados pela gestão das Participadas; e ii) múltiplos de mercado em transações similares aplicados aos *Revenues*, *Free Cash-flow*, EBITDA, *Recurring Revenues* e outros dados financeiros da participada.

O Armilar II inclui uma participação enquadrada no nível 2 com valor contabilístico de aproximadamente 118 milhões de euros. A Armilar III e o AVP I+I incluem uma participação enquadrada no nível 2 com valor contabilístico de aproximadamente 40 milhões de euros e 52 milhões de euros, respetivamente. Nestes casos a valorização foi feita com base na última transação em mercado não ativo. De referir que estes valores estão perfeitamente enquadráveis naqueles que seriam obtidos caso a metodologia de valorização adotada fosse a utilização de múltiplos de mercado.

A análise de sensibilidade efetuada, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam quaisquer imparidades.

Os passivos contingentes relativos aos empreendimentos conjuntos encontram-se divulgados na Nota 47, bem como informação mais detalhada sobre as mesmas.

13 Outros investimentos

Os outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Demonstração da posição financeira	
		31 dez 2018	31 dez 2017
Sonae MC			
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	9.976	9.976
Inscó - Insular de Hipermerc., SA	Ponta Delgada	5.252.372	925.197
Outros ativos financeiros		13.831.312	13.007.639
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		19.093.660	13.942.812
Sonae IM			
Arctic Wolf Networks, Inc	Delaware	7.751.174	3.830.113
1) ViSenze	Singapura	4.384.811	-
1) Reblaze	St. Louis	2.352.438	-
1) Nextail Labs, SL	Madrid	2.300.000	-
Ometria, Ltd.	Londres	2.228.029	854.165
1) Case on IT	Madrid	2.280.000	-
1) ciValue	Yokneam (Israel)	1.970.097	-
StyleSage, Inc.	Delaware	1.848.578	448.834
1) Jscrambler	Porto	1.250.000	-
1) Whitefantasy	Évora	640.804	-
Outros ativos financeiros		1.095.751	347.851
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		28.101.682	5.480.963
		47.195.342	19.423.775

1) Participação adquirida no período.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as aquisições de participações mais significativas realizadas pela Sonae IM foram:

- ViSenze, esta participada oferece soluções inteligentes de reconhecimento de imagem que facilitam a ação de pesquisa dos consumidores;
- Reblaze, esta participada disponibiliza tecnologias de segurança patenteadas numa única plataforma, protegendo os ativos de ameaças tecnológicas;
- Nextail, esta participada desenvolveu uma plataforma baseada em *cloud* que combina inteligência artificial e análise prescritiva para melhorar os processos de gestão de stock e as operações de armazenamento dos retalhistas;
- Case on IT, esta participada é detentora de um produto denominado MedUX que é uma solução de *machine learning* que permite a medição, prevenção e análise da qualidade dos serviços de rede fixa, móvel e televisão;

- ciValue, esta participada disponibiliza um produto *cloud-based* para marketing segmentado e personalizado e um portal de fornecedores para retalhistas;
- Jscrambler, a principal atividade desta participada é desenvolver produtos de segurança para proteger a integridade de aplicações *web* ou *mobile* baseadas em JavaScript;
- Whitefantasy, esta participada desenvolve soluções digitais e dedica-se a atividades de programação informática.

Em 31 de dezembro de 2018 estão incluídos em “Outros ativos financeiros” relativos a “Ativos financeiros a justo valor através de resultados”, 9.872.807 euros (9.919.677 euros em 31 de dezembro de 2017), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento Retalho Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 32 e 34).

Em 31 de dezembro de 2018, com exceção da Escrow Account, estes investimentos correspondem a participações em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa.

No âmbito da IFRS 9 estes investimentos são classificados como “Investimentos ao justo valor através de outro rendimento integral” ou “Investimentos ao justo valor através de resultados” tal como explicitado na nota 2.13.a) ii) e iii).

Em 31 de dezembro de 2017, antes da entrada em vigor da IFRS 9 o custo de aquisição destes investimentos foi considerado ma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas perdas por imparidade identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os movimentos ocorridos na rubrica “Outros Investimentos” podem ser decompostos como segue:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Outros investimentos				
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 1 de janeiro	19.423.775	-	20.784.450	161.050
Aumentos durante o exercício	21.801.235	-	6.808.903	-
Diminuições durante o exercício	(814.303)	-	(15.931)	-
Aumento/(diminuição) do justo valor através de resultados	4.492.336	-	(123.713)	(161.050)
Aumento/(diminuição) do justo valor através de rendimento integral	2.385.907	-	-	-
Transferências	(11.638)	-	-	-
Atividades descontinuadas	(81.970)	-	(8.029.934)	-
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 31 de dezembro	47.195.342	-	19.423.775	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 26)				
Justo valor em 1 de janeiro	-	179.881	-	4.207.972
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	1.378.802	-	(4.028.091)
Justo valor em 31 de dezembro	-	1.558.683	-	179.881
	47.195.342	1.558.683	19.423.775	179.881

14 Outros ativos não correntes

O detalhe dos “Outros ativos não correntes” em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é o seguinte:

	31 dez 2018			31 dez 2017		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	Valor líquido
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas (Nota 44)	54.497.134	-	54.497.134	-	-	-
Clientes e outros devedores						
Depósitos judiciais	3.502.069	-	3.502.069	3.916.334	-	3.916.334
Cauções	4.163.529	-	4.163.529	5.120.591	-	5.120.591
Regime excecional de regulariz.dívidas ao fisco	4.527.309	-	4.527.309	6.397.435	-	6.397.435
Depósitos de lojistas	3.037.324	-	3.037.324	787.615	-	787.615
Devedores por alienação de investimentos financeiros	5.900.000	-	5.900.000	1.000.000	-	1.000.000
Dívida a receber relativa aos Fundos Armilar	1.274.358	-	1.274.358	2.778.017	-	2.778.017
Valor retido na aquisição do grupo Salsa	2.463.875	-	2.463.875	2.463.875	-	2.463.875
Outros	1.050.290	-	1.050.290	463.340	-	463.340
	25.918.754	-	25.918.754	22.927.207	-	22.927.207
Derivados não correntes (Nota 26)	492.489	-	492.489	-	-	-
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	80.908.377	-	80.908.377	22.927.207	-	22.927.207
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	412.943	-	412.943
Outros ativos não correntes	1.919.673	-	1.919.673	271.793	-	271.793
	82.828.050	(48.383)	82.828.050	23.611.943	-	23.611.943

O valor incluído na rubrica “Empréstimos concedidos a empresas relacionadas” é relativo na sua quase totalidade a suprimentos concedidos a empreendimentos conjuntos e associadas da Sonae Sierra. Estes suprimentos vencem juros a taxas normais de mercado.

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco corresponde a impostos pagos, voluntariamente, relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação tendo, contudo, sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae razão pela qual os mesmos não se encontram provisionados.

Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro cedido" relacionam-se com uma filial da Sonae cuja atividade é resseguro em ramos não-Vida. O valor da provisão é relativo a provisões para sinistros declarados (Nota 32).

15 Inventários

O detalhe dos “Inventários” em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.739.033	3.112.234
Mercadorias	686.247.529	731.937.990
Produtos acabados e intermédios	14.029.390	11.393.255
Produtos e trabalhos em curso	1.540.926	1.763.374
	704.556.878	748.206.853
Ajustamentos acumuladas em inventários	(33.235.284)	(34.953.228)
	671.321.594	713.253.625

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 ascendem a 4.050.718.345 euros e 3.791.251.452 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Inventários iniciais	735.050.224	716.877.576
Aquisições de filiais (Nota 4.2)	134.878	586.950
Atividades descontinuadas	(57.655.263)	(20.739.408)
Compras	4.075.909.292	3.838.859.266
Regularizações de inventários	(16.411.996)	(11.686.719)
Inventários finais	688.986.562	735.050.224
	4.048.040.573	3.788.847.441
Ajustamentos em inventários	2.677.772	2.404.011
	4.050.718.345	3.791.251.452

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de Regularizações de inventários refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social realizadas pelas unidades de retalho.

A variação de produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 ascendem a (58.763) euros e 351.870 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Inventários iniciais	13.156.629	12.643.378
Regularizações de inventários	1.549.871	(653.636)
Inventários finais	15.570.316	13.156.629
	863.816	1.166.887
Ajustamentos em inventários	(922.579)	(815.017)
	(58.763)	351.870

16 Clientes

O detalhe dos “Clientes” em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é o seguinte:

Clientes correntes e clientes de cobrança duvidosa	31 dez 2018			31 dez 2017		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido
Sonae Retalho						
Sonae MC	34.554.817	(2.879.363)	31.675.454	38.613.915	(3.961.001)	34.652.914
Worten	10.178.229	(460.952)	9.717.277	10.470.241	(674.825)	9.795.416
Sonae Sports & Fashion	35.344.839	(3.447.481)	31.897.358	38.897.965	(3.583.372)	35.314.593
Sonae RP	389.894	(32.960)	356.934	523.593	(72.751)	450.842
Maxmat	15.084	(1.829)	13.255	33.566	(19.754)	13.812
Sonae Sierra	24.510.307	(9.653.330)	14.856.977	-	-	-
Sonae IM	48.798.586	(3.468.102)	45.330.484	44.309.473	(2.539.839)	41.769.634
Sonae FS	2.858.082	-	2.858.082	2.208.338	-	2.208.338
Outros	6.873.839	(1.644.275)	5.229.564	7.501.438	(1.631.697)	5.869.741
	163.523.677	(21.588.292)	141.935.385	142.558.529	(12.483.239)	130.075.290

Em 31 de dezembro de 2018, as perdas por imparidade são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada, cujo cálculo resulta da aplicação de perdas esperadas baseadas nos recebimentos no âmbito das vendas e prestações de serviços e das perdas de crédito históricas. Consideramos ainda que existem montantes para os quais não existe risco de crédito e como tal a perda de crédito esperada é nula, nomeadamente saldos com cartas de crédito, cauções, seguros de crédito e saldos com entidades relacionadas.

17 Outras dívidas de terceiros

O detalhe das Outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas (Nota 44)	11.280.301	-
Outros devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	27.831.663	37.512.048
Contas a receber resultantes de campanhas promocionais desenvolvidas com parcerias	7.685.381	6.441.330
Alienação de investimentos financeiros	1.300.000	-
Alienação de ativos fixos tangíveis	1.489.845	2.142.406
Vales e cheques oferta	1.227.577	2.237.906
IVA de imóveis e de descontos de talões	4.116.518	6.371.632
Adiantamentos a fornecedores	9.517.585	697.627
Conta caucionada	2.224.210	-
Subsídios	2.730.669	205.231
Outros ativos correntes	23.171.348	14.255.794
	81.294.796	69.863.974
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(8.849.835)	(7.263.230)
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	83.725.262	62.600.744
	83.725.262	62.600.744

O valor incluído na rubrica “Empréstimos concedidos a empresas relacionadas” é relativo na sua quase totalidade a suprimentos concedidos a empreendimentos conjuntos e associadas da Sonae Sierra. Estes suprimentos vencem juros a taxas normais de mercado.

Os valores incluídos em Fornecedores c/c - saldos devedores estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores, mas ainda não deduzidos aos créditos resultantes de compras futuras no segmento retalho.

Em 31 de dezembro de 2018, as perdas por imparidade relativas a outras dívidas são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada tendo por base a não existência de risco de crédito para saldos com entidades públicas, cauções, subsídios e entidades relacionadas e como tal a perda esperada é considerada nula.

18 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	44.470.989	45.725.862
Imposto sobre o valor acrescentado	46.134.853	38.785.695
Outros Impostos	2.585.113	2.060.409
	93.190.955	86.571.966
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	17.954.098	12.950.290
Imposto sobre o valor acrescentado	72.864.281	64.625.279
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	10.335.492	5.856.546
Contribuições para a Segurança Social	16.115.361	14.489.824
Outros Impostos	446.333	445.504
	117.715.566	98.367.443

19 Outros ativos correntes

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Faturação a emitir	12.726.484	8.807.168
Receitas comerciais	36.866.309	25.221.050
Direitos de ingresso	320.822	-
Serviços de gestão e administrativos a receber	1.970.601	-
Custos diferidos - fornecimentos e serviços externos	14.545.487	10.065.624
Custos diferidos - rendas	4.335.165	6.986.698
Indemnizações relativas a sinistros	67.020	122.335
Outros ativos correntes	18.090.099	12.865.520
	88.921.987	64.068.395

A rubrica de “Receitas comerciais” diz respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento retalho, comparticipadas por parceiros da Sonae e reconhecida em “Custo das vendas”.

20 Impostos diferidos

O detalhe dos Ativos e Passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	5.247.517	4.933.142	179.858.651	33.865.461
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	1.437.193	1.527.715	68.518.308	69.044.445
Diferença temporária em goodwill negativo e aplicação do método da equivalência patrimonial	-	-	13.930.732	10.243.448
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	18.007.749	23.215.181	-	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	10.515	28.517	5.239	-
Anulação dos proveitos com direitos de ingresso diferidos e dos custos com abertura de centros comerciais diferidos	-	-	(813.440)	-
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	39.451	11.702	86.360	41.952
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização	-	-	652.100	-
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	-	-	22.103.283	17.457.039
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	-	-	748.212	916.509
Prejuízos fiscais reportáveis	36.903.134	37.631.860	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	265.898	302.963
Benefícios fiscais	9.248.776	986.686	-	-
Outros	2.478.588	3.548.790	633.307	329.081
	73.372.923	71.883.593	285.988.650	132.200.898

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Saldo inicial	71.883.593	61.360.744	132.200.898	113.450.277
Efeito em resultados:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	314.375	408.534	(266.809)	(1.490.206)
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	(381.214)	(259.291)	1.596.823	5.910.379
Diferença temporária em goodwill negativo e aplicação do método da equivalência patrimonial	-	-	3.687.284	1.980.030
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente	(4.221.949)	(778.238)	804	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	(10.247)	-	(44.232)
Anulação de acréscimos e diferimentos	-	-	276.328	-
Reavaliações de ativos fixos tangíveis reintegrável	-	-	(167.936)	(116.394)
Constituição / reversão de ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	4.179.858	13.243.850	-	-
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	-	-	5.816.680	17.457.039
Mais / menos-valias reinvestidas	-	-	(392.818)	(26.647)
Efeito de alteração de taxa de imposto	47.231	(943.285)	(13.512)	(220.405)
Benefícios fiscais	8.262.090	(50.429)	-	-
Outros	(3.467.183)	(181.800)	(1.157.724)	(415.076)
	4.733.208	11.429.094	9.379.120	23.034.488
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	35.596	(75.230)	42.145	(574.145)
Outros	231.623	(88.390)	71.458	(468.354)
	267.219	(163.620)	113.603	(1.042.499)
Aquisição de filiais	3.692.521	353.206	145.277.273	-
Perda de controlo em filiais	-	(1.095.831)	-	(3.400.449)
Atividades descontinuadas (Nota 4.3)	(7.203.618)	-	(982.244)	159.081
Saldo final	73.372.923	71.883.593	285.988.650	132.200.898

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de passivos por impostos diferidos e ativos por impostos diferidos relativos à rubrica “Aquisições de filiais” inclui 140,1 milhões de euros e 1,3 milhões de euros relativos à mudança de método da Sonae Sierra (Nota 4.1).

Em 31 de dezembro de 2018, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%. No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas em que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Supremo Tribunal espanhol decidiu a favor da Sonae a dedução da amortização do goodwill para efeitos fiscais, referente ao ano de 2008. Durante o exercício de 2017 o Grupo procedeu ao reconhecimento de 17,5 milhões de euros em passivos por impostos diferidos relativos à dedução fiscal da amortização dos exercícios de 2008, 2016 e 2017 e em 2018 ao reconhecimento de 5,8 milhões de euros relativos a este exercício.

Tendo em consideração o processo fiscal pendente em tribunal em Espanha relativos aos exercícios de 2008 a 2011, bem como pelo facto de o Grupo ter sido impedido de deduzir para efeitos fiscais a amortização do goodwill, relativo aos exercícios de 2012 a 2015, poderá vir a ser reconhecido ao Grupo o direito à dedução para efeitos fiscais da amortização do goodwill no montante de 69,8 milhões de euros.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

País	31 dez 2018			31 dez 2017		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2013	Portugal	-	-	1.220.382	256.280	2018
Gerados em 2014	Portugal	1.273.815	267.501	2026	1.673.556	351.447
Gerados em 2015	Portugal	604.829	127.014	2027	69.902	14.680
Gerados em 2016	Portugal	20.046.006	4.209.661	2028	21.550.140	4.525.529
Gerados em 2017	Portugal	24.622.425	5.170.709	2022	21.264.154	4.465.472
Gerados em 2018	Portugal	10.018.691	2.103.925	2023	-	-
		56.565.766	11.878.810		45.778.134	9.613.408
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima						
	Espanha	3.912.524	978.131	2028 a 2029	3.464.916	866.229
	Estados Unidos da América	8.194.754	2.335.505	2030 a 2035	7.823.749	2.229.769
	México	2.838.428	851.528	2021 a 2027	2.178.019	653.406
		14.945.706	4.165.164		13.466.684	3.749.404
Sem limite de data de utilização						
	Espanha	83.396.849	20.849.212		97.076.194	24.269.048
	Itália	41.445	9.948		-	-
		83.438.294	20.859.160		97.076.194	24.269.048
		154.949.766	36.903.134		156.321.012	37.631.860

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias que se revertem no mesmo período e considerando o limite de compensação existente por lei nos casos aplicáveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 11 com exceção das operações de Retalho em Espanha.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2018 no segmento do Retalho um valor de 13,1 milhões de euros (20 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores do Grupo Fiscal espanhol e que podem ser recuperados por este em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A., em Espanha, era em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a entidade representante do Grupo Fiscal em Espanha, cuja entidade dominante é a Sonae SGPS, S.A.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos, relativos à operação do Grupo em Espanha, está suportada na análise do valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha, bem como das restantes empresas incluídas no perímetro fiscal que tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a natureza dos produtos em questão (de caráter mais discricionário) mas também as atuais condições macroeconómicas.

Os pressupostos utilizados nos planos de negócios das empresas do retalho e das outras empresas em Espanha, incluídas no referido Grupo Fiscal, têm por base essencialmente uma taxa composta de crescimento de vendas nos 10 anos de 6,5% (8,4% em 2017).

Apesar dos referidos prejuízos fiscais não apresentarem caducidade, a análise da sua recuperabilidade limitou-se ao prazo de 10 anos, considerando ainda os passivos por impostos diferidos reconhecidos.

É entendimento do Conselho de Administração, com base nos planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis, no prazo de projeção e que os que foram revertidos nos últimos anos, serão recuperáveis provavelmente num prazo superior aos 10 anos da projeção.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor de ativos por impostos diferidos incluía ainda o montante de 6,6 milhões de euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis e diferenças temporárias dedutíveis os quais foram desreconhecidos em resultado da operação de perda de controlo da área de negócios Sport Zone (Nota 4.3).

Em 31 de dezembro de 2018, existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 581,3 milhões de euros (433,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

País	31 dez 2018			31 dez 2017		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2013	-	-		21.578	4.531	2018
Gerados em 2014	8.742.117	1.835.845	2026	3.538.124	743.006	2026
Gerados em 2015	254.720	53.491	2027	534.927	112.335	2027
Gerados em 2016	121.243	25.461	2028	49.793	10.457	2028
Gerados em 2017	607.289	127.531	2022	570.677	119.842	2028
Gerados em 2018	6.092.458	1.279.416	2023			
	15.817.827	3.321.744		4.715.099	990.171	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima						
Espanha	6.825.310	1.706.331	2020 a 2032	6.310.255	1.577.566	2020 a 2032
Holanda	114.543.040	26.200.843	2019 a 2025	56.209.973	13.987.824	2018 a 2025
México	4.011.385	1.203.416	2019 a 2027	2.294.563	688.368	2018 a 2027
Estados Unidos da América	2.076.996	591.944	2037 a 2038	2.499.672	712.405	2037
Grécia	1.746.511	506.487	2019 a 2022	-	-	
Roménia	21.040.337	3.366.454	2019 a 2024	-	-	
Colômbia	415.153	130.287	2019 a 2030	-	-	
Turquia	2.408.685	495.264	2019 a 2024	-	-	
	153.067.417	34.201.026		67.314.463	16.966.163	
Sem limite de data de utilização						
Austrália	-	-		788.220	224.643	
Brasil	19.547.151	6.646.031		18.980.307	6.453.304	
Colômbia	357.131	121.425		630.032	189.010	
Espanha	315.060.069	78.765.017		336.368.571	84.092.143	
Malta	44.040	15.414		12.752	4.463	
Reino Unido	4.762.788	904.930		4.324.097	821.578	
Irlanda	700.649	87.581		562.925	70.366	
Alemanha	33.199.773	10.326.663		-	-	
Estados Unidos da América	262.923	74.933		-	-	
Roménia	36.378.444	5.820.551		-	-	
Itália	2.131.056	511.453		-	-	
	412.444.024	103.273.998		361.666.904	91.855.507	
	581.329.268	140.796.768		433.696.466	109.811.841	

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização do goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe seria favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Sucursal, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Idêntico procedimento foi adotado em 2014 relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2009.

Em 2014, as autoridades tributárias espanholas concluíram a inspeção sobre o grupo fiscal em Espanha, aos exercícios de 2008 a 2011, tendo efetuado uma correção sobre os prejuízos fiscais reportáveis relativamente à amortização do goodwill e encargos financeiros deduzidos nesses exercícios e relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, S.A.. A Sonae apresentou recurso dessa correção perante o Tribunal Económico-Administrativo Central em Espanha. Adicionalmente foi efetuada a correção das declarações fiscais de 2012 a 2015. Durante 2018, decorrente da decisão desfavorável do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid, foi interposto recurso à Audiência Nacional em Espanha.

Em 2015 e em 2016, a decisão da Audiência Nacional em Espanha relativamente à redução dos prejuízos fiscais decorrentes da amortização fiscal do goodwill efetuada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, foi contrária às pretensões do Grupo, e apesar da Sucursal ter apresentado recurso perante o Tribunal Supremo, o Grupo por uma questão de prudência anulou os ativos por impostos diferidos de 2008 a 2011, reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas, no valor de 36 milhões de euros, e os passivos por impostos diferidos correspondentes à amortização do Goodwill para efeitos fiscais, no valor de 18,6 milhões de euros.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Tribunal Supremo deu parecer positivo às pretensões do Grupo relativamente à dedução da amortização do goodwill para efeitos fiscais, com referência ao exercício de 2008, tendo o Grupo procedido à correção da declaração fiscal de 2016 e conseqüentemente, considerado tal amortização nas declarações fiscais dos exercícios seguintes. Em consequência, procedeu ao reconhecimento do correspondente passivo por imposto diferido relativo aos exercícios de 2008, 2016, 2017 e 2018.

21 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Numerário	10.750.265	10.467.637
Depósitos bancários	680.458.016	283.561.778
Depósitos bancários - cauções de lojistas	5.021.398	-
Aplicações de tesouraria	13.392	70.559.700
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	696.243.071	364.589.115
Descobertos bancários (Nota 24)	(621.831)	(2.819.107)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	695.621.240	361.770.008

Em 31 de dezembro de 2018, o valor incluído em depósitos bancários, cauções de lojistas, correspondem às garantias prestadas pelos lojistas no segmento Sonae Sierra. Estes montantes recebidos dos lojistas estão classificados nas rubricas de “Outros passivos não correntes” (Nota 27).

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de “Empréstimos bancários”.

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, venceram juros a uma taxa média de 0,29% estando distribuídas, aquela data, por 2 instituições financeiras.

22 Capital social

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada.

Cash Settled Equity Swap

Em 15 de novembro de 2007, a Sonae Holding alienou, através de operação de bolsa, 132.856.072 ações Sonae Holding detidas diretamente pela própria sociedade. As ações foram vendidas ao preço unitário de 2,06 euros por ação e geraram um encaixe (líquido de comissões de corretagem) de 273.398.877 euros.

Na mesma data a Sonae Investments, BV, sociedade cuja totalidade do capital social e de direitos de voto é titular a Sonae Holding, contratou com uma instituição financeira, um instrumento financeiro derivado - Cash Settled Equity Swap - sobre um total de 132.800.000 ações Sonae Holding, representativas de 6,64% do respetivo capital social.

Esta transação tem liquidação estritamente financeira, não existindo qualquer obrigação ou direito à compra do título subjacente por parte desta sociedade ou de qualquer sua participada. Esta transação, incluindo as alterações subsequentes, permite à Sonae Investments BV manter na íntegra a exposição económica aos títulos vendidos.

Neste contexto, apesar de juridicamente terem sido transferidos para o comprador todos os direitos e deveres inerentes a estas ações, a Sonae Holding optou por manter as ações próprias no sua demonstração da posição financeira consolidada tendo registado um passivo na rubrica de "Outras dívidas a terceiros" (Nota 30), uma vez que de acordo com a interpretação dada pela Sonae do IAS 39 aplicado por analogia aos instrumentos de capital próprio este não permite o desreconhecimento de instrumentos financeiros caso a entidade vendedora mantenha substancialmente os riscos e proveitos associados ao instrumento financeiro alienado.

Consequentemente, a Sonae manteve registado no seu capital próprio o custo de aquisição das ações que se mantêm abrangidas pelo referido contrato.

Em novembro de 2014 foi efetuada nova renovação por um período adicional de um ano renovável automaticamente, mantendo-se as restantes condições inalteradas. No exercício de 2018 o Grupo solicitou o cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap relativamente a 4.195.875 ações Sonae SGPS que originou recebimentos 457.631 euros (344.293 euros de recebimentos e 73.946 de pagamentos em 31 de dezembro de 2017), incluídos na rubrica "Outros" das Atividades de Investimento na demonstração consolidada dos fluxos de caixa. Adicionalmente as variações de preço deste instrumento representaram em 2018 recebimentos no montante de 4.167.689 euros e pagamentos de 19.823.616 euros (36.667.746 euros de recebimentos e 15.420.657 de pagamentos em 31 de dezembro de 2017) incluídos também nas Atividades de Investimento como "Outros".

Desta forma e relativamente às operações acima descritas, o valor do passivo é de 83.876.384 euros (Nota 30) (103.700.000 euros em 31 de dezembro de 2017) relativo ao valor de mercado de 100.210.733 ações Sonae SGPS (104.406.608 ações em 31 de dezembro de 2017).

O valor destes passivos é ajustado no final de cada mês pelo efeito da variação do preço da ação Sonae Holding sendo registado um ativo/passivo corrente de forma a apresentar o direito/obrigação relativo ao recebimento/liquidação financeira que ocorre mensalmente.

Adicionalmente, são registados na demonstração dos resultados os gastos relativos ao “floating amount” os quais são indexados à Euribor a 1 mês.

O valor a receber apurado com base nos dividendos e reservas distribuídas pela Sociedade é creditado em capital próprio de forma a compensar a variação negativa provocada pela sua distribuição. Durante o exercício de 2018 o valor de dividendos atribuídos pela Sonae SGPS ascendeu a 84.000.000 euros (80.000.000 euros em 31 de dezembro de 2017) tendo sido atribuídos às ações Sonae SGPS, SA no âmbito deste contrato 4.209.064 euros (4.203.696 euros a 31 de dezembro de 2017), que foram creditados em capitais próprios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não se verificou distribuição de dividendos.

Estrutura de Capital

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2018:

Entidade	%
Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais	52,48

23 Interesses sem controlo

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o detalhe dos “Interesses sem Controlo” é o seguinte:

	31 dez 2018				
	Capital próprio ⁽¹⁾	Resultado líquido ⁽¹⁾	Valor contabilístico dos interesses sem controlo	Proporção no resultado atribuível aos interesses sem controlo	Dividendos distribuídos atribuível aos interesses sem controlo
Sonae Retalho					
Sonae MC	4.050.906	1.038.874	4.544.035	170.815	-
Worten	7.882.091	125.780	1.152.834	50.312	-
Sonae Sports & Fashion	72.341.296	4.968.123	33.099.552	2.740.675	(1.326.684)
Sonae RP	116.459.506	12.855.144	2.390.134	263.379	(10.084)
Maxmat	48.721.698	4.325.006	24.351.613	2.162.503	-
Sonae IM					
Sonaeacom, SGPS, SA (consolidado)	1.052.581.562	72.276.818	107.847.550	6.905.314	(1.720.219)
Sierra					
SonaeSierra, SGPS, SA (consolidado)	1.767.934.495	44.092.872	954.489.375	21.103.162	(14.923.926)
Outros					
	7.979.855	(4.415.763)	(382.003)	(497.264)	-
Total	3.077.951.409	135.266.854	1.127.493.090	32.898.896	(17.980.913)

(1) Contributo para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

	31 dez 2017				
	Capital próprio ⁽¹⁾	Resultado líquido ⁽¹⁾	Valor contabilístico dos interesses sem controlo	Proporção no resultado atribuível aos interesses sem controlo	Dividendos distribuídos atribuível aos interesses sem controlo
Sonae Retalho					
Sonae MC	3.666.888	766.953	4.592.402	212.251	-
Worten	2.756.310	751.757	1.102.522	300.702	-
Sonae Sports & Fashion	67.870.269	7.806.086	32.826.507	3.935.968	(1.050.475)
Sonae RP	124.016.739	15.965.998	2.601.245	336.708	(408.900)
Maxmat	44.394.344	4.198.323	22.187.936	2.099.161	-
Sonae IM					
Sonae com, SGPS, SA (consolidado)	1.012.610.908	26.239.058	104.097.279	2.739.449	(2.442.162)
Sonae FS					
MDS, SGPS, SA	-	1.890.664	-	945.143	(173.339)
Outros					
	5.876.431	(7.231.383)	402.103	(2.114.226)	-
Total	1.261.191.889	50.387.456	167.809.994	8.455.156	(4.074.876)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido nos Interesses sem Controlo foi o seguinte:

	31 dez 2018				
	Sonae Retalho	Sonae IM	Sierra	Outros	Total
	Sonae Retalho	Sonae com, SGPS, SA	SonaeSierra, SGPS, SA	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	63.310.612	104.097.279	-	402.103	167.809.994
Dividendos distribuídos	(1.336.768)	(1.720.219)	(14.923.926)	-	(17.980.913)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	(405.352)	-	-	-	(405.352)
Aquisição de filiais	80.000	9.063	-	-	89.063
Variação de percentagem em filiais	(59.394)	(1.936.341)	-	-	(1.995.735)
Alteração do método de consolidação	(1.211.039)	-	938.637.606	(300.413)	937.126.154
Variação resultante da conversão cambial	385	142.592	9.667.816	13.567	9.824.360
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência	-	(1.876.761)	-	-	(1.876.761)
Entrega de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	(2.468)	-	-	-	(2.468)
Entradas de capital	-	2.053.149	-	-	2.053.149
Variação das reservas de cobertura	(97.339)	-	-	-	(97.339)
Impacto da aplicação da IFRS 15	-	(73.934)	-	-	(73.934)
Outras variações	(128.153)	247.408	4.717	4	123.976
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	5.387.684	6.905.314	21.103.162	(497.264)	32.898.896
Saldo final em 31 de dezembro	65.538.168	107.847.550	954.489.375	(382.003)	1.127.493.090

	31 dez 2017				
	Sonae	Sonae IM	Sonae FS	Outros	Total
	Retalho	Sonaecom, SGPS, SA	MDS, SGPS, SA	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	53.800.688	102.772.762	11.630.167	836.569	169.040.186
Dividendos distribuídos	(1.050.475)	(2.442.162)	(173.339)	-	(3.665.976)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	(408.900)	-	-	-	(408.900)
Aquisições de filiais	3.772.948	-	-	-	3.772.948
Variação de percentagem em filiais	(110.864)	16.327	-	-	(94.537)
Constituição de Filiais	400.000	-	-	-	400.000
Alteração do método de consolidação	-	-	(13.090.263)	-	(13.090.263)
Variação resultante da conversão cambial	-	(217.872)	2.346.684	11.903	2.140.715
Variação no justo valor de investimentos disponíveis para venda (Nota 13)	-	67.586	(8.813)	-	58.773
Entrega de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	6.096	(25.742)	34.798	-	15.152
Entradas de capital	-	1.207.700	-	-	1.207.700
Variação das reservas de cobertura	18.048	-	-	-	18.048
Outras variações	(1.719)	(20.769)	(1.684.377)	1.667.857	(39.008)
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	6.884.790	2.739.449	945.143	(2.114.226)	8.455.156
Saldo final em 31 de dezembro	63.310.612	104.097.279	-	402.103	167.809.994

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com a obtenção de controlo na Sonae Sierra através da aquisição adicional de 20% do capital social (Nota 4.1), esta alteração de método de consolidação gerou um impacto nos interesses sem controlo no valor de 939 milhões de euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido nos Interesses sem Controlo das subsidiárias incluídas no segmento da Sonae retalho pode ser analisado como segue:

	31 dez 2018					
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Total Sonae Retalho
Saldo inicial em 1 de janeiro	4.592.402	1.102.522	32.826.507	2.601.245	22.187.936	63.310.612
Dividendos distribuídos	-	-	(1.326.684)	(10.084)	-	(1.336.768)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	-	-	-	(405.352)	-	(405.352)
Aquisição de filiais	-	-	80.000	-	-	80.000
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	(59.394)	-	(59.394)
Alteração do método de consolidação	-	-	(1.211.039)	-	-	(1.211.039)
Variação resultante da conversão cambial	-	-	385	-	-	385
Entrega de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	-	-	-	341	(2.809)	(2.468)
Variação das reservas de cobertura	(105.936)	-	4.614	-	3.983	(97.339)
Outras variações	(113.246)	-	(14.906)	(1)	-	(128.153)
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	170.815	50.312	2.740.675	263.379	2.162.503	5.387.684
Saldo final em 31 de dezembro	4.544.035	1.152.834	33.099.552	2.390.134	24.351.613	65.538.168

	31 dez 2017					
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Total Sonae Retalho
Saldo inicial em 1 de janeiro	526.934	801.820	29.570.669	2.783.406	20.117.859	53.800.688
Dividendos distribuídos	-	-	(1.050.475)	-	-	(1.050.475)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	-	-	-	(408.900)	-	(408.900)
Aquisições de filiais	3.772.948	-	-	-	-	3.772.948
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	(110.864)	-	(110.864)
Constituição de Filiais	-	-	400.000	-	-	400.000
Entrega de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	-	-	-	895	5.201	6.096
Variação das reservas de cobertura	78.909	-	(26.576)	-	(34.285)	18.048
Outras variações	1.360	-	(3.079)	-	-	(1.719)
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	212.251	300.702	3.935.968	336.708	2.099.161	6.884.790
Saldo final em 31 de dezembro	4.592.402	1.102.522	32.826.507	2.601.245	22.187.936	63.310.612

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a informação financeira agregada das subsidiárias com Interesses sem Controlo é como segue:

	31 dez 2018				
	Sonae Retalho	Sonae IM	Sierra	Outros	Total
		Sonaeacom, SGPS, SA	SonaeSierra, SGPS, SA	Outros	Total
Total do ativo não corrente	276.472.154	873.478.071	2.167.032.679	4.060.141	3.321.043.045
Total do ativo corrente	122.297.842	289.919.620	361.841.072	10.171.188	784.229.722
Total do passivo não corrente	69.067.938	46.348.099	615.193.198	1.417.460	732.026.695
Total do passivo corrente	80.246.561	64.468.030	145.746.058	4.834.014	295.294.663
Capital próprio	249.455.497	1.052.581.562	1.767.934.495	7.979.855	3.077.951.409

	31 dez 2017			
	Sonae Retalho	Sonae IM	Outros	Total
		Sonaeacom, SGPS, SA	Outros	Total
Total do ativo não corrente	284.676.402	818.628.771	5.776.045	1.109.081.218
Total do ativo corrente	112.339.625	257.360.460	9.922.930	379.623.015
Total do passivo não corrente	77.445.918	16.655.798	1.765.865	95.867.581
Total do passivo corrente	76.865.559	46.722.525	8.056.679	131.644.763
Capital próprio	242.704.550	1.012.610.908	5.876.431	1.261.191.889

	31 dez 2018				
	Sonae Retalho	Sonae IM	Sierra	Outros	Total
		Sonaeacom, SGPS, SA	Sonae Sierra, SGPS, SA	Outros	Total
Volume de negócios	292.012.658	138.048.111	41.252.432	14.808.678	486.121.879
Outros rendimentos operacionais	81.083.265	10.236.433	34.720.060	9.307	126.049.065
Gastos operacionais	(345.136.062)	(153.490.399)	(41.464.593)	(19.364.862)	(559.455.916)
Resultados financeiros	(1.389.892)	99.629	(5.603.868)	26.003	(6.868.128)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	-	90.724.700	8.138.356	53.169	98.916.225
Resultados relativos a investimentos	381	3.760	13.742.357	15.900	13.762.398
Imposto sobre o rendimento	(3.257.423)	(13.345.416)	(6.691.872)	1.170.428	(22.124.283)
Resultado líquido consolidado do exercício	23.312.927	72.276.818	44.092.872	(3.281.377)	136.401.240
Resultado líquido das operações	-	-	-	(1.134.386)	(1.134.386)
Outro rendimento integral do exercício	(96.954)	382.000	3.107.471	13.567	3.406.084
Total rendimento integral do exercício	23.215.973	72.658.818	47.200.343	(4.402.196)	138.672.938

	31 dez 2017				
	Sonae Retalho	Sonae IM	Sonae FS	Outros	Total
	Sonae Retalho	Sonae IM	Sonae FS	Outros	Total
	Sonae Retalho	Sonae IM	Sonae FS	Outros	Total
Volume de negócios	279.152.529	110.598.426	-	16.647.127	406.398.082
Outros rendimentos operacionais	74.661.851	9.707.267	-	5.401.752	89.770.870
Gastos operacionais	(320.256.488)	(126.278.515)	-	(28.734.884)	(475.269.887)
Resultados financeiros	(1.641.715)	(776.111)	-	(162.425)	(2.580.251)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	-	35.708.166	-	45.449	35.753.615
Resultados relativos a investimentos	37	298	-	(59.202)	(58.867)
Imposto sobre o rendimento	(2.427.097)	(2.720.473)	-	(369.200)	(5.516.770)
Resultado líquido consolidado do exercício	29.489.117	26.239.058	-	(7.231.383)	48.496.792
Resultado líquido das operações	-	-	1.890.664	-	1.890.664
Outro rendimento integral do exercício	16.329	(171.055)	2.217.264	115.990	2.178.528
Total rendimento integral do exercício	29.505.446	26.068.003	4.107.928	(7.115.393)	52.565.984

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a informação financeira agregada das subsidiárias com Interesses sem Controle incluídas no segmento Sonae Retalho é como segue:

	31 dez 2018					
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Total Sonae Retalho
Total do ativo não corrente	1.109.280	7.393.807	119.234.553	116.418.302	32.316.212	276.472.154
Total do ativo corrente	11.915.546	14.538.327	53.904.170	1.308.440	40.631.359	122.297.842
Total do passivo não corrente	11.569	6.181.483	62.091.606	-	783.280	69.067.938
Total do passivo corrente	8.962.351	7.868.560	38.705.821	1.267.236	23.442.593	80.246.561
Capital próprio	4.050.906	7.882.091	72.341.296	116.459.506	48.721.698	249.455.497

	31 dez 2017					
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Total Sonae Retalho
Total do ativo não corrente	687.357	6.407.769	124.746.002	122.103.353	30.731.921	284.676.402
Total do ativo corrente	8.753.344	10.624.536	52.996.066	3.916.363	36.049.316	112.339.625
Total do passivo não corrente	23.405	6.835.930	69.880.218	(53.754)	760.119	77.445.918
Total do passivo corrente	5.750.408	7.440.065	39.991.581	2.056.731	21.626.774	76.865.559
Capital próprio	3.666.888	2.756.310	67.870.269	124.016.739	44.394.344	242.704.550

31 dez 2018						
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Total Sonae Retalho
Volume de negócios	14.251.794	55.891.403	136.050.340	305.452	85.513.669	292.012.658
Outros rendimentos operacionais	55.386.489	576.921	4.627.581	17.274.089	3.218.185	81.083.265
Gastos operacionais	(68.173.385)	(56.215.075)	(133.080.796)	(4.779.536)	(82.887.270)	(345.136.062)
Resultados financeiros	(35.187)	(128.558)	(1.119.333)	(1)	(106.813)	(1.389.892)
Resultados relativos a investimentos	381	-	-	-	-	381
Imposto sobre o rendimento	(391.218)	1.089	(1.509.669)	55.140	(1.412.765)	(3.257.423)
Resultado líquido consolidado do exercício	1.038.874	125.780	4.968.123	12.855.144	4.325.006	23.312.927
Outro rendimento integral do exercício	(105.936)	-	4.999	-	3.983	(96.954)
Total rendimento integral do exercício	932.938	125.780	4.973.122	12.855.144	4.328.989	23.215.973

31 dez 2017						
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Total Sonae Retalho
Volume de negócios	8.000.499	50.754.215	141.612.978	293.276	78.491.561	279.152.529
Outros rendimentos operacionais	48.843.728	368.150	1.786.748	20.414.709	3.248.517	74.661.851
Gastos operacionais	(55.811.193)	(50.022.367)	(133.025.574)	(4.443.127)	(76.954.228)	(320.256.488)
Resultados financeiros	(16.191)	(121.514)	(1.473.252)	(1)	(30.757)	(1.641.715)
Resultados relativos a investimentos	37	-	-	-	-	37
Imposto sobre o rendimento	(249.927)	(226.727)	(1.094.814)	(298.859)	(556.770)	(2.427.097)
Resultado líquido consolidado do exercício	766.953	751.757	7.806.086	15.965.998	4.198.323	29.489.117
Outro rendimento integral do exercício	80.269	-	(29.655)	-	(34.285)	16.329
Total rendimento integral do exercício	847.222	751.757	7.776.431	15.965.998	4.164.038	29.505.446

24 Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Sonae, SGPS, SA - papel comercial	182.500.000	213.750.000	36.390.000	166.250.000
Sonae SGPS, SA / 2016/2023	-	50.000.000	-	50.000.000
Sonae Investimentos, SGPS, SA - papel comercial	15.500.000	313.000.000	7.500.000	182.500.000
Filial da Sonae Investimentos / 2014/2023	-	50.000.000	-	50.000.000
Filial da Sonae Investimentos / 2015/2023	-	20.000.000	-	20.000.000
Filial da Sonae Investimentos / 2015/2019	30.000.000	-	5.000.000	30.000.000
Filial da Sonae Investimentos / 2017/2022	-	-	-	31.000.000
Filial da Sonae Investimentos / 2017/2025	-	20.000.000	-	-
Sonae Investimentos / 2018/2018	-	-	100.000.000	-
Filial da Sonae Holding / 2014/2018	-	-	40.000.000	-
Filial da Sonae Holding / 2014/2021	-	20.000.000	10.000.000	20.000.000
Filial da Sonae Holding - papel comercial	5.000.000	35.000.000	-	-
Sonae Sierra SGPS, SA - papel comercial	-	25.000.000	-	-
Sonae Sierra / 2018/2022	-	10.000.000	-	-
Filial da Sonae Sierra / 2016/2023	2.100.000	65.800.000	-	-
Filial da Sonae Sierra / 2016/2021	-	41.300.000	-	-
Filial da Sonae Sierra / 2016/2023	2.100.000	65.800.000	-	-
Filial da Sonae Sierra / 2014/2019	22.755.000	-	-	-
Filial da Sonae Sierra / 2014/2019	13.102.064	-	-	-
Filial da Sonae Sierra / 2018/2021	-	13.475.000	-	-
Filial da Sonae Sierra / 2018/2023	5.200.000	123.500.000	-	-
Outros	9.214.687	7.982.360	6.144.402	24.093.006
	287.471.751	1.074.607.360	205.034.402	573.843.006
Descobertos bancários (Nota 20)	621.830	-	2.819.107	-
Custos de montagem de financiamentos	(948.690)	(2.786.179)	(105.502)	(402.455)
Empréstimos bancários	287.144.891	1.071.821.181	207.748.007	573.440.551
Empréstimos por obrigações				
Obrigações Sonae SGPS / 2015/2022	-	100.000.000	-	100.000.000
Obrigações Sonae SGPS / 2016/2023	-	60.000.000	-	60.000.000
Obrigações Sonae Investments BV / 2014/2019	207.994.922	-	-	203.466.710
Obrigações Sonae Investimentos / Junho 2013/2018	-	-	50.000.000	-
Obrigações Sonae Investimentos / Dezembro 2015/2020	-	50.000.000	-	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / Maio 2015/2022	-	75.000.000	-	75.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / Dezembro 2015/2020	-	30.000.000	-	30.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / Junho 2016/2021	-	95.000.000	-	95.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / Setembro 2016/2021	3.000.000	6.000.000	3.000.000	9.000.000
Obrigações IVN 2016/2023	-	-	5.000.000	25.000.000
Obrigações Sonae Sierra 2018/2025	-	50.000.000	-	-
Obrigações Sonae Sierra 2018/2023	-	25.000.000	-	-
Obrigações Sonae Sierra 2018/2023	-	25.000.000	-	-
Custos de montagem de financiamentos	(153.665)	(2.706.817)	(29.194)	(3.799.668)
Empréstimos por obrigações	210.841.257	513.293.183	57.970.806	643.667.042
Outros empréstimos	1.664.567	2.217.506	1.278.626	2.244.793
Instrumentos derivados (Nota 26)	184.427	-	1.248.119	-
Outros empréstimos	1.848.994	2.217.506	2.526.745	2.244.793
Credores por locações financeiras (Nota 25)	873.513	535.812	832.895	881.956
	500.708.655	1.587.867.682	269.078.453	1.220.234.342

Em junho de 2014 uma subsidiária da Sonae SGPS, SA emitiu obrigações que poderão ser convertíveis (Sonae Investments BV / 2014/2019) em ações Sonae já emitidas e integralmente subscritas ou a serem objeto de posterior emissão.

O justo valor da componente de capital próprio, calculado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, ascende a 22.313.000 euros e foi determinado por uma entidade independente da Sonae, tomando por base o diferencial face ao justo valor de passivos idênticos sem a opção de conversão, tendo sido determinada uma taxa de mercado para descontar os fluxos do referido passivo. Tal mensuração a justo valor corresponde a uma mensuração de Nível 3 de acordo com o IAS 39. A componente do passivo encontra-se registada pelo custo amortizado tomando por base uma taxa de mercado determinada aquela data.

As obrigações foram emitidas ao par com um valor nominal de 100.000 euros (2.105 obrigações), com prazo de 5 anos e com um cupão fixo de 1,625% por ano, pago postecipadamente e semestralmente.

As obrigações poderão ser convertidas mediante solicitação do obrigacionista quando a cotação da Sonae SGPS, SA, nos termos da ficha técnica, exceda 1,636 euros por ação, preço este que está sujeito a ajustamentos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente quando o dividendo exceda 0,0284 euros por ação.

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difira significativamente do seu justo valor, determinado com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados, com exceção do empréstimo obrigacionista convertível em ações cujo justo valor é determinado pelo preço de mercado à data do balanço.

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2018 dos empréstimos obrigacionistas e dos empréstimos bancários era em média cerca de 1,05% (1,35% em 31 de dezembro de 2017). A maior parte dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários indexados a taxas variáveis têm como indexante a Euribor.

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 26).

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locação financeira) tem as seguintes maturidades:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1 ^{a)}	504.131.661	25.705.132	267.965.030	18.176.095
N+2	253.486.848	21.951.824	266.186.915	14.514.432
N+3	363.191.358	17.770.069	242.942.827	11.837.792
N+4	329.157.254	13.391.355	296.490.957	7.625.492
N+5	600.538.813	7.020.711	278.889.510	4.032.644
Após N+5	46.986.404	854.376	146.959.544	1.739.800
	2.097.492.338	86.693.467	1.499.434.783	57.926.255

a) Inclui os montantes utilizados dos programas de papel comercial quando classificados como corrente.

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos, e tendo em consideração a melhor expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização e inclui o valor a amortizar em 2019 relativamente ao empréstimo obrigacionista convertível atualizado para a referida data e cujo justo valor do passivo não amortizado ascende a 3 milhões de euros (7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017).

A 31 de dezembro de 2017 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

À data de 31 de dezembro de 2018, a Sonae dispunha, conforme detalhado na nota de caixa e equivalentes, do valor de 696 milhões de euros (365 milhões de euros em 2017) e ainda linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis				
Sonae Retalho	94.000.000	202.000.000	94.443.125	242.750.000
Sonae Sierra	61.469.346	20.000.000	-	-
Holding & Outros	75.000.000	8.620.000	147.802.076	50.000.000
	230.469.346	230.620.000	242.245.201	292.750.000
Montantes de linhas contratadas				
Sonae Retalho	101.500.000	515.000.000	105.760.000	537.500.000
Sonae Sierra	61.469.346	45.000.000	-	-
Holding & Outros	209.500.000	260.750.000	152.195.242	216.250.000
	372.469.346	820.750.000	257.955.242	753.750.000

25 Credores por locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os Credores por locações financeiras tinham o seguinte detalhe:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	885.187	864.939	873.513	832.895
N+2	393.640	574.170	375.006	566.129
N+3	115.059	209.394	109.871	206.702
N+4	45.013	87.965	44.769	87.266
N+5	6.175	21.927	6.166	21.859
Após N+5	-	-	-	-
	1.445.074	1.758.395	1.409.325	1.714.851
Juros futuros	(35.749)	(43.544)		
	1.409.325	1.714.851		
Componente de curto prazo			873.513	832.895
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			535.812	881.956

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, estima-se que o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponda, aproximadamente, ao seu valor contábilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o valor líquido contábilístico, dos bens objeto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

Bens objeto de locação financeira	31 dez 2018	31 dez 2017
Terrenos e edifícios	71.889	83.707
Equipamento básico	758.785	862.844
Equipamento transporte	606.185	666.754
Equipamento administrativo	155.650	330.638
Total de ativos fixos tangíveis	1.592.509	1.943.943
Software	77.477	208.111
Total de ativos intangíveis	77.477	208.111
	1.669.986	2.152.054

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis e intangíveis em locação financeira ascendia a 4.237.876 euros (4.227.538 euros em 31 de dezembro de 2017).

26 Instrumentos financeiros derivados

Derivados de taxa de câmbio

A Sonae utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 184.427 euros, e no ativo de 1.454.393 euros (1.248.119 euros no passivo e 179.881 euros no ativo, em 31 de dezembro de 2017).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos financeiros” ou “Gastos e Perdas financeiros”.

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de “Reservas de cobertura”, quando considerados de cobertura de “cash flow” e na rubrica “Diferenças Cambiais Operacionais”, quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros gastos”.

Derivados de taxa de juro

A Sonae utiliza a “swaps”, “Caps” e “zero cost collars” de taxa de juro por forma o riscode taxa de juro. Os “swaps”, “caps” e os “zero cost collars” de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data de relato, determinado por avaliação efetuada pelas entidades bancárias com os quais esses derivados foram contratados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data de relato dos “cash-flows” futuros correspondentes à diferença entre a taxa de juro a pagar pelo Grupo à contraparte do derivado e a taxa de juro variável a receber pelo Grupo da contraparte do derivado sendo que esta taxa de juro variável corresponde à taxa de juro indexante contratada com a entidade que concedeu o financiamento. Adicionalmente, foram efetuados testes ao justo valor desses instrumentos financeiros derivados, no sentido de revalidar o justo valor determinado por aquelas entidades.

Os princípios de cobertura de risco utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura são os seguintes:

- “Matching” entre “cash-flows” pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos contratados e trocados com o banco;
- “Matching” entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao qual o derivado está subjacente são coincidentes;

O justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura eficientes foi registado por contrapartida da rubrica de reservas de cobertura do Grupo (2 mil euros e -168 mil euros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente).

Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2018 a Sonae não tem contratado instrumentos derivados que incorporam gestão do risco de taxa de câmbio e do risco de taxa de juro em simultâneo.

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

Derivados	Ativos		Passivos	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Derivados de cobertura				
Taxa de juro	492.489	-	-	-
Taxa de câmbio	1.454.393	179.881	184.427	1.248.119
Derivados que não são de cobertura				
Taxa de câmbio	-	-	-	-
	1.946.882	179.881	184.427	1.248.119

27 Outros passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Acionistas	3.943.666	155.732
Fornecedores de ativos fixos	800.618	1.151.347
Credores por aquisição de investimentos financeiros	14.000.000	-
Depósitos de rendas de lojistas	6.481.004	-
Garantias	457.180	-
Outras dívidas a terceiros não correntes	906.668	1.771.080
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	26.589.135	3.078.159
Diferimento do rédito associado à alienação das extensões de garantia no segmento da Worten (Nota 2.16)	3.051.974	7.551.397
Encargos assumidos na alienação de imóveis (Notas 2.6.c) e 8)	20.453.191	-
Outros acréscimos e diferimentos	7.344.377	2.819.762
Outros passivos não correntes	57.438.677	13.449.318

A rubrica de “Acionistas” corresponde a valores de financiamento de acionistas em empresas participadas, fundamentalmente dos segmentos Sonae Sierra e da Sonae IM. Estes passivos não têm maturidade definida e vencem juros a taxas variáveis de mercado.

O valor de 14 milhões de euros é relativo ao valor em dívida da aquisição da Parklake e Plenerg a pagar em 2020.

Estima-se que os valores incluídos em “Outras dívidas a terceiros não correntes” sejam aproximadamente o seu justo valor.

28 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

A Sonae concedeu em 2018 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, a colaboradores da Sonae prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de ações, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano.

A 31 de dezembro de 2018, todos os planos de ações Sonae Holding estão contabilizados, na demonstração da posição financeira, em “Outras reservas” por contrapartida de “Gastos com o pessoal” pelo justo valor das ações determinado na data de atribuição do plano de 2018, 2017 e 31 de dezembro de 2015 para os planos atribuídos até essa alteração. Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo dos exercícios que medeiam a atribuição e o exercício das mesmas.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o número total das ações atribuídas, decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

Ano de atribuição	Ano de vencimento	Sonae SGPS		Número de ações	
		Número de participantes	Cotação na data de atribuição	31 dez 2018	31 dez 2017
2015	2018	-	1,278	-	3.620.437
2016	2019	242	0,970	4.015.983	4.472.331
2017	2020	84	0,906	3.473.761	4.394.822
2018	2021	80	0,810	3.140.435	-
				10.630.179	12.487.590

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonae	
	Número agregado de participantes	Nº de ações
Saldo a 31 de dezembro de 2017	595	12.487.590
Atribuídas	85	3.039.987
Vencidas	(240)	(4.015.357)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas ⁽¹⁾	(34)	(882.041)
Saldo a 31 de dezembro de 2018	406	10.630.179

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações de capital social e outros ajustamentos.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o justo valor total das ações atribuídas das responsabilidades decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

Ano de atribuição	Ano de vencimento	Justo Valor*	
		31 dez 2018	31 dez 2017
2015	2018	-	4.076.612
2016	2019	3.252.946	3.357.230
2017	2020	1.875.831	1.649.523
2018	2021	847.917	-
	Total	5.976.694	9.083.365

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2018 e de 2017, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	3.687.934	2.535.536
Registado em exercícios anteriores	5.193.110	5.776.008
	8.881.044	8.311.544
Valor registado em Outras reservas	8.881.044	8.311.544
	8.881.044	8.311.544

29 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2018	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente			
Sonae Retalho			
Sonae MC	710.092.907	709.586.518	506.389
Worten	406.362.666	406.362.666	-
Sonae Sports & Fashion	52.042.643	51.734.734	307.909
Sonae RP	258.369	242.494	15.875
Maxmat	15.803.917	15.803.917	-
Sonae Sierra	7.225.046	4.601.617	2.623.429
Sonae IM	15.490.325	15.490.325	-
Sonae SF	1.507.189	1.507.189	-
Outros	6.498.919	6.284.583	214.336
	1.215.281.981	1.211.614.043	3.667.938
Fornecedores, faturas em receção e conferência	72.208.404	72.208.404	-
	1.287.490.385	1.283.822.447	3.667.938

	31 dez 2017	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente			
Sonae Retalho			
Sonae MC	633.808.748	633.364.284	444.464
Worten	367.730.269	367.730.269	-
Sonae Sports & Fashion	75.957.293	75.237.297	719.996
Sonae RP	98.526	97.579	947
Maxmat	14.335.703	14.335.703	-
Sonae IM	12.223.120	12.223.120	-
Sonae SF	564.154	564.154	-
Outros	6.796.086	6.365.690	430.396
	1.111.513.899	1.109.918.096	1.595.803
Fornecedores, faturas em receção e conferência	80.986.042	80.986.042	-
	1.192.499.941	1.190.904.138	1.595.803

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional da Sonae. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do valor contabilístico e que o efeito de atualização destes montantes não é material.

A Sonae mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos fornecedores dos Segmentos incluídos na Sonae Retalho o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pela Sonae da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta. No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes podem permitir a antecipação do recebimento desses créditos. A empresa não altera a natureza contabilística dos créditos até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere e (ii) a empresa não suporte um encargo com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

30 Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Outras dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2018	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos	74.215.573	71.024.934	690.297	2.500.343
Outras dívidas	169.642.635	70.413.659	391.041	98.837.936
	243.858.209	141.438.593	1.081.337	101.338.278
Empresas participadas e participantes	-	-	-	-
	243.858.209	141.438.593	1.081.337	101.338.278

	31 dez 2017	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos	67.664.713	66.596.753	709.290	358.670
Outras dívidas	153.565.166	49.493.445	139.469	103.932.252
	221.229.879	116.090.198	848.759	104.290.922
Empresas participadas e participantes	-	-	-	-
	221.229.879	116.090.198	848.759	104.290.922

A rubrica “Outras dívidas” inclui:

- 83.876.384 euros (103.700.000 euros em 31 de dezembro de 2017) referentes ao justo valor das ações Sonae Holding abrangidas pelo derivado financeiro referido na Nota 22;

- 10.435.849 euros (10.421.939 euros em 31 de dezembro de 2017) relativos a descontos atribuídos, no âmbito do "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;
- 21.446.519 euros (16.150.935 euros em 31 de dezembro de 2017) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta, cartões prenda e talões de desconto;
- 16.000.000 de euros relativo ao valor em dívida da aquisição da Parklake e Plenerg a pagar em 2019 (Nota 12.3);
- 3.080.487 euros (3.447.882 euros em 31 de dezembro de 2017) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade (Nota 32); e
- 395.698 euros (383.343 euros a 31 de dezembro de 2017) relativos a valores a pagar relacionados com operações de resseguros.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos e não incorpora juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

31 Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Gastos com o pessoal	147.260.333	128.309.674
Outros fornecimentos e serviços externos	53.437.534	39.766.899
Diferimento do rédito de extensões de garantia (Nota 2.16)	66.834.299	57.862.718
Publicidade e propaganda	20.436.949	15.660.724
Ativos fixos a faturar por terceiros	12.815.192	-
Encargos assumidos na alienação de imóveis (Notas 2.6.c) e 8)	1.314.234	17.728.428
Receitas antecipadas de clientes	14.871.112	9.993.106
Rendas e alugueres	6.944.330	7.028.035
Rendas fixas debitadas antecipadamente	5.288.247	1.035.450
Encargos financeiros a liquidar	4.001.727	2.079.044
Gastos com compras	3.208.354	4.133.909
Imposto municipal sobre imóveis	2.274.544	2.097.284
Outros	16.624.131	12.292.550
	355.310.985	297.987.821

32 Provisões e perdas por imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 01 jan 2018	Aumentos	Diminuições	Operações descontinuadas Nota 4.3	Variações de perímetro	Saldo em 31 dez 2018
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 12 e 13)	3.319.692	3.401.432	-	-	-	6.721.124
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8)	114.379.011	15.528.897	(13.453.372)	(4.510.175)	-	111.944.361
Perdas por imparidade em ativos intangíveis	2.396.643	6.743.042	(437.639)	-	-	8.702.046
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	12.483.239	5.121.548	(7.705.922)	-	11.689.427	21.588.292
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	7.263.230	1.278.945	(1.325.063)	-	1.632.723	8.849.835
Provisões não correntes	18.955.625	24.886.175	(2.384.383)	(685.910)	603.705	41.375.212
Provisões correntes	5.610.383	4.931.247	(5.607.069)	(263.317)	1.251.778	5.923.022
	164.407.823	61.891.286	(30.913.448)	(5.459.402)	15.177.633	205.103.892

Rubricas	Saldo em 01 jan 2017	Aumentos	Diminuições	Variações de perímetro	Saldo em 31 dez 2017
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 12 e 13)	9.054.576	3.011.792	(62.784)	(8.683.892)	3.319.692
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8)	119.100.221	853.597	(5.744.050)	169.243	114.379.011
Perdas por imparidade em ativos intangíveis (Nota 9)	2.638.761	998.779	(858.758)	(382.139)	2.396.643
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	10.272.280	4.235.593	(2.008.966)	(15.668)	12.483.239
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	7.598.754	1.225.221	(1.531.235)	(29.510)	7.263.230
Provisões não correntes	25.848.118	1.139.726	(4.277.928)	(3.754.291)	18.955.625
Provisões correntes	3.558.708	4.302.362	(2.084.667)	(166.020)	5.610.383
	178.071.418	15.767.070	(16.568.388)	(12.862.277)	164.407.823

Em 31 de dezembro de 2018 o movimento de “Variações de perímetro” inclui 16.584.906 euros referentes á integração da Sonae Sierra decorrentes da obtenção de controlo. Em 31 de dezembro de 2017 o movimento de “Variações de perímetro” inclui (13.031.521) euros referentes ao desreconhecimento decorrentes da perda de controlo da MDS.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o valor do reforço de provisões e perdas por imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Provisões e perdas por imparidade na demonstração dos resultados	36.911.584	9.746.303
Perdas por imparidade em "Outros investimentos financeiros" (Notas 12, 13 e 37)	3.401.432	2.900.748
Atividades descontinuadas	-	724.260
Incentivo a favor do Fundo Armilar	20.130.786	-
Outros	1.447.484	2.395.759
	61.891.286	15.767.070

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o valor de diminuições de provisões por perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Reversão de provisões e de perdas por imparidade (Nota 39)	(16.705.303)	(4.974.050)
Utilizações diretas de imparidades para contas a receber	(6.618.581)	(3.765.057)
Provisão técnica de resseguros	(497.132)	(275.256)
Utilizações e reversões registados em ativos fixos tangíveis	(4.293.316)	(4.854.094)
Conversão cambial	(1.022.712)	(2.033.460)
Outras responsabilidades	(1.776.404)	(666.471)
	(30.913.448)	(16.568.388)

A 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe das Provisões Correntes e Não Correntes para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Provisão técnicas de resseguros (a)	1.051.863	786.208
Incentivo a favor do Fundo Armilar (b)	20.130.786	-
Responsabilidades futuras relativas a filiais da operação Retalho no Brasil alienadas (c)	9.570.442	7.358.151
Processos judiciais em curso	2.469.889	4.577.787
Passivos contingentes relativos às filiais adquiridas (d)	7.811.959	7.811.959
Descontinuação de operações na Turquia do segmento de Retalho	1.178.000	-
Indemnizações	2.370.954	-
Provisão de marca própria e garantias de clientes	621.401	1.056.471
Outras responsabilidades	2.092.940	2.975.432
	47.298.234	24.566.008

- (a) Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro" relacionam-se com uma filial da Sonae cuja atividade é resseguro em ramos não-Vida, o valor da provisão é relativo a provisões para sinistros declarados. A parcela a recuperar das resseguradoras encontra-se registada na rubrica do ativo "Provisões técnicas de resseguro cedido" e "Outras dívidas de terceiros".
- (b) O incentivo a favor do Fundo Armilar é relativo à responsabilidade do grupo à data pelo facto de os fundos terem ultrapassado a barreira de retorno definida para o efeito o qual se encontra deduzido aos ganhos em associadas (Nota 12.3).
- (c) As rubricas "Provisões não correntes" incluem 9.570.442 euros (7.358.151 euros em 31 de dezembro de 2017) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor.
- (d) O valor de passivos contingentes é relativo aos passivos assumidos à data de aquisição principalmente das subsidiárias Salsa e Losan.
- (e) A rubrica de "Provisões correntes" inclui a 31 de dezembro de 2017 a estimativa das responsabilidades incorridas pelo Grupo diretamente em resultados, da venda de produtos de marca própria nas lojas do segmento de negócio da Worten.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

33 Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2018 é como se segue:

	Credores por locações financeiras (Nota 24)	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Instrumentos financeiros derivados (Nota 26)	Empréstimos de partes relacionadas (Nota 44)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	1.714.851	1.486.369.150	1.068.238	160.586
Fluxos de caixa:				
Recebimentos de dívida financeira	-	6.647.588.977	-	-
Pagamentos de dívida financeira	-	(6.489.300.449)	-	-
Descobertos bancários	-	(2.197.277)	-	-
Amortizações capital leasing	(305.526)	-	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	4.666.695	(2.830.693)	-
Alteração do método de consolidação	-	442.114.020	-	3.763.846
Gastos de montagem dos financiamentos	-	(2.258.532)	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	(7.461)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.409.325	2.086.982.585	(1.762.455)	3.916.971

34 Ativos e passivos contingentes

Detalham-se de seguida os passivos contingente a que o Grupo está exposto em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:


Garantias e Fianças Prestadas

	31 dez 2018	31 dez 2017
Garantias e fianças prestadas:		
por processos fiscais em curso	1.182.625.021	1.133.241.313
por processos judiciais em curso	197.349	398.390
por processos autárquicos em curso	10.232.177	9.126.363
contratuais por bom cumprimento	22.905.136	12.318.637
outras garantias	10.387.120	8.117.670

a) Processos fiscais

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 531,7 milhões de euros (531,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) relativos aos períodos de 2004 a 2013, relacionados com as Unidades de Retalho para os quais o Grupo apresentou as respetivas impugnações. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.
- Processos referentes a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas da Sonae SGPS, S.A., para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 196,9 milhões de euros (146,6 milhões de euros em 2017) a favor da Administração Tributária relativos aos exercícios de 2007 a 2015. Nestas garantias ou fianças o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de



ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa Sonae MC SGPS, S.A. relativa a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Tributária, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;

- Processo referente a imposto de renda relativo a uma filial no Brasil das unidades de retalho no montante de 14,7 milhões de euros (65,3 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 45,8 milhões de euros (203,5 milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

b) Ativos e passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao fisco o Grupo ao abrigo regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 67/2016 de 3/11, DL 151-A/2013 de 31/10 e DL 248-A/2002 de 14/11) foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 31,2 milhões de euros, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas o Grupo mantém os procedimentos judiciais tendentes a que venha a ser dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos relativos a imposto sobre o rendimento (Nota 14 e 17).


c) Outros passivos contingentes

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. O montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos 24,6 milhões de euros (27,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2018 a 21,6 milhões de euros (24,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017). Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 42 milhões de euros (38 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível, mas não provável a existência de perdas para aquela antiga filial.

- Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência

Em 2016, a Autoridade da Concorrência (AdC) notificou a Sonae Investimentos, a Sonae MC e a Modelo Continente, para efeitos de apresentação de defesa, no âmbito de processo de contraordenação instruído em virtude do acordo celebrado entre a Modelo Continente e a EDP Comercial quanto à campanha conhecida como “Plano EDP Continente”. De referir que o Plano Edp/Continente decorreu durante o ano de 2012, tendo-se prolongado pelos



primeiros meses de 2013 para permitir a utilização dos descontos que tivessem sido atribuídos aos clientes até 31 de dezembro de 2012. O desenvolvimento deste tipo de acordos de promoção dos negócios é algo habitual no mercado português. Em 2017, a AdC aplicou as coimas no valor de 2,8 milhões à Sonae Investimentos e de 6,8 milhões à Modelo Continente. A AdC condenou ainda a Sonae MC, mas não lhe aplicou qualquer coima, uma vez que esta sociedade não apresenta qualquer volume de negócios. As referidas sociedades impugnaram judicialmente a decisão, sendo expectativa do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus advogados, que deste processo não advirão responsabilidades para as referidas sociedades.

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias da Sonae Sierra

- Em 2018, o Grupo concordou pagar até ao montante de 13,3 milhões de euros em caso de violação das obrigações assumidas no contrato de investimento entre a Sierra Parma Project, B.V. e Parma Sviluppo, Srl.

- Em 2018, o Grupo acordou com o banco que concedeu o empréstimo ao Doc Malaga Siteco, S.L.U. para a construção do centro comercial Designer Outlet Málaga, o pagamento de qualquer quantia pedida pelo banco no montante máximo de 7,5 milhões de euros, caso a empresa não seja capaz de cumprir as suas obrigações.

- Em 2018 o Grupo acordou com o banco que concedeu o empréstimo ao Proyecto Cúcuta SAS, para a construção do centro comercial Jardín Plaza Cúcuta, o pagamento de qualquer quantia pedida pelo banco no montante máximo de 6 milhões de euros, caso a empresa não seja capaz de cumprir os seus compromissos.

- Em dezembro de 2013 a subsidiária Gli Orsi recebeu uma notificação fiscal, na qual é solicitado o pagamento de 19,5 milhões de euros, relativo a Imposto sobre Transmissões de Imóveis no montante de 9,5 milhões de euros e 10 milhões de euros relativo a penalidades e juros, acrescido de gastos a incorrer com honorários no montante de 0,9 milhões de euros. De acordo a opinião do especialista fiscal contratado pela Empresa para assessorar o Grupo neste processo existem razões válidas para considerar a solicitação infundada, pelo que o Grupo apelou para o Supremo Tribunal. No caso concreto das penalidades requeridas pelas autoridades fiscais, o especialista fiscal é da opinião que as mesmas não serão devidas. Em 2013 o Grupo reconheceu nas suas contas o custo de 10,4 milhões de euros (referente ao Imposto sobre Transmissões de Imóveis 9,5 milhões de euros e aos honorários 0,9). Em 2016, a Sonae Sierra assumiu o compromisso perante o banco ING Bank N. V. (Milão) que financia a entidade Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl de efetuar o pagamento destas dividas fiscais que possam vir a ser devidas até um máximo de 25 milhões de euros, no caso de impossibilidade da empresa o efetuar.

- A Sonae Sierra apresenta processos referentes a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, para os quais foram apresentadas a correspondentes reclamações e prestadas fianças pela subsidiária Sierra Investments SGPS, S.A., no valor de 14,3 milhões de euros e garantia bancária de 1,5 milhões de euros, referentes aos exercícios de 2008 a 2014 e 1996, respetivamente. Nestas garantias ou fianças o valor mais relevante está associado à correção da dedutibilidade dos encargos financeiros. Não foi registada pelo Grupo nenhuma provisão por ser entendimento que o risco desta contingência não é provável.

- Os passivos contingentes relativos aos empreendimentos conjuntos estão divulgados na Nota 47.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae.

35 Locações operacionais

Nas locações operacionais em que a Sonae age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como rendimentos, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, ascenderam a 28.709.171 euros e 10.123.670 euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sonae tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	3.608.098	4.548.381
N+1	62.429.481	5.662.797
N+2	55.027.202	5.148.034
N+3	45.663.135	4.265.464
N+4	33.574.504	3.243.195
N+5	24.575.023	2.697.356
Após N+5	74.261.908	10.654.331
	299.139.351	36.219.558

O acréscimo significativo de valor face a 2017 resulta essencialmente da consolidação pelo método integral da Sonae Sierra.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 139.090.938 euros (155.647.598 euros em 31 de dezembro de 2017) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que a Sonae age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sonae tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	20.467.175	23.425.931
N+1	123.792.832	128.002.564
N+2	118.457.541	122.297.885
N+3	112.064.053	116.897.580
N+4	104.064.464	110.245.974
N+5	96.665.386	100.941.260
Após N+5	761.697.434	666.390.892
	1.337.208.885	1.268.202.086

No final dos períodos de locação em curso, o Grupo tem, em determinados contratos, a possibilidade de exercer a opção de compra dos ativos de acordo com o justo valor.

36 Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser detalhados como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Vendas de mercadorias	5.623.887.406	5.231.563.929
Vendas de produtos	46.661.800	58.639.924
	5.670.549.206	5.290.203.853
Prestações de serviços	280.146.684	215.618.821
Vendas e prestações de serviços (Nota 6)	5.950.695.890	5.505.822.674

As prestações de serviços incluem rendas de propriedades de investimentos no valor de 51.596.281 euros.

37 Rendimentos e gastos relativos a investimentos

Os rendimentos e gastos relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser detalhados como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Dividendos	100.793	130.748
Ganho na alienação da Iberian Assets	13.735.889	-
Ganho na revalorização para justo valor da participação financeira da Sonae Sierra (Nota 4.1)	45.853.773	-
Reciclagem das reservas de conversão da Sonae Sierra pela assunção de controlo (Nota 4.1)	(74.319.831)	-
Correção ao custo de aquisição de filiais	-	1.111.020
Outros	122.092	(7.456)
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	(14.608.077)	1.103.564
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em ativos disponíveis para venda	-	-
Outros	4.271	(3.125)
Imparidade de investimentos em associadas	(2.384.956)	(57.312)
Reversão de Imparidade de investimentos financeiros	15.900	10.231
Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos	(2.369.056)	(47.081)
Total de rendimentos ou (gastos) relativos a investimentos	(16.872.069)	1.184.106

38 Resultados financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser detalhados como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Gastos e perdas		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(9.790.635)	(8.165.191)
relativos a obrigações não convertíveis	(10.912.131)	(11.541.059)
relativos a contratos de locação financeira	(30.684)	(55.148)
outros	(6.304.057)	(5.733.469)
	(27.037.506)	(25.494.867)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(9.521.902)	(7.546.927)
Encargos de emissão de dívida	(6.618.548)	(5.857.332)
Outros	(4.235.397)	(3.002.233)
	(47.413.353)	(41.901.358)
Rendimentos e ganhos		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	33.457	28.424
outros	1.398.871	1.754.747
	1.432.328	1.783.171
Diferenças de câmbio favoráveis	8.245.215	6.143.869
Outros rendimentos e ganhos financeiros	1.980.085	317.489
	11.657.628	8.244.529
Resultados financeiros	(35.755.725)	(33.656.830)

39 Outros rendimentos

A repartição dos outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Proveitos suplementares	24.139.478	26.453.413
Descontos de pronto pagamento obtidos	25.533.977	24.412.810
Diferenças câmbio favoráveis	23.548.719	27.545.455
Trabalhos para a própria empresa (Nota 9)	16.459.627	12.754.179
Ganhos na alienação de ativos (Nota 8 e 10)	66.727.083	14.850.356
Reversão de perdas de imparidade e provisões (Nota 32)	16.705.303	4.974.050
Benefícios de penalidades contratuais	658.546	5.501.080
Indemnizações relativas a sinistros	132.204	955.215
Subsídios	1.647.008	1.151.057
Outros	3.220.195	6.532.235
	178.772.140	125.129.850

Em 31 de dezembro de 2017, na rubrica de “Ganhos na alienação de ativos” estão incluídos os ganhos relativos à operação de “Sale & Leaseback” no valor de 37,4 milhões de euros (10,8 milhões de euros a 31 de dezembro de 2017) (Nota 8) e a alienação de duas propriedades de investimento relativas ao Coimbrashopping e Nurenberg no valor de 28 milhões de euros (Nota 10).

40 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Rendas e alugueres	174.460.904	164.156.182
Publicidade e propaganda	103.827.911	99.651.700
Eletricidade e combustíveis	69.229.277	63.182.273
Transportes de mercadorias	73.688.423	62.203.189
Trabalhos especializados	87.802.399	71.469.455
Subcontratos	28.242.172	19.908.505
Conservação e reparação	29.488.204	25.567.740
Custos com terminais pagamento automático	13.833.887	12.704.348
Vigilância e segurança	21.124.627	20.172.117
Limpeza, higiene e conforto	25.537.010	23.526.667
Materiais de consumo	14.483.639	12.933.630
Deslocações e estadas	18.884.334	16.780.460
Comissões	21.697.350	12.983.692
Seguros	6.649.491	6.621.661
Comunicação	10.607.516	10.937.220
Entregas ao domicílio	7.629.344	7.148.536
Outros	69.406.087	64.134.385
	776.592.575	694.081.760

41 Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Remunerações	625.818.953	574.390.058
Encargos sobre remunerações	129.439.102	121.025.986
Seguros	13.561.083	12.717.583
Gastos com ação social	4.607.970	4.464.483
Outros gastos com pessoal	26.796.881	12.581.602
	800.223.989	725.179.712

42 Outros gastos

A repartição dos outros gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Variação cambial	23.507.715	26.341.112
Cartão Galp/Continente	12.608.328	12.952.898
Perdas na alienação e abates de ativos	8.727.653	12.518.523
Impostos indiretos e taxas	11.042.713	9.627.686
Donativos	9.278.059	7.683.902
Imposto municipal sobre imóveis	3.133.206	2.356.778
Pagamento da retenção de imposto no pagamento de dividendos	2.640.350	-
Dívidas incobráveis	225.430	816.273
Outros gastos	12.187.520	8.289.067
	83.350.974	80.586.239

43 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são detalhados como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Imposto corrente	24.132.462	4.915.695
Imposto diferido (Nota 20)	4.645.912	11.605.394
	28.778.374	16.521.089

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2018 e de 2017 pode ser analisada como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Resultado antes de impostos	262.956.736	194.590.567
Taxa teorica de 21%	55.220.915	40.864.019
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(12.257.908)	(12.139.713)
Diferença entre mais e menos valias fiscais, contabilísticas e outras	980.019	(944.073)
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 12)	(24.066.539)	(16.285.604)
Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	1.030.902	597.211
Prejuízos fiscais utilizados no exercício que não deram origem a ativos por impostos dferidos	(10.244.187)	(5.486.796)
Prejuízos fiscais gerados no exercício que não deram origem a ativos por impostos dferidos	10.291.121	2.313.306
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	5.816.680	17.457.039
Utilização de benefícios fiscais	(9.196.591)	(3.673.407)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	(545.816)	(13.261.077)
Tributação autónoma	3.720.095	3.518.722
Derrama	9.677.104	6.561.800
Outros	(1.647.421)	(3.000.339)
Imposto sobre o rendimento	28.778.374	16.521.089

44 Partes relacionadas

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, podem ser detalhados como segue:

Transações	Vendas, prestações de serviços e outros rendimentos		Compras e serviços recebidos	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Empresa - Mãe	256.729	237.925	584.297	540.705
Empreendimentos conjuntos	31.147.699	86.190.388	290.960.343	312.189.577
Empresas associadas	43.947.244	35.771.366	15.947.416	31
Entidades parceiras, acionistas e participadas	59.873.825	62.068.713	16.580.415	17.593.337
	135.225.497	184.268.392	324.072.471	330.323.650

Transações	Juros auferidos		Juros suportados	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Empresa - Mãe	-	-	40.148	43.548
Empreendimentos conjuntos	255.964	215	31.134	-
Empresas associadas	583.698	12.566	-	-
Entidades parceiras, acionistas e participadas	-	-	10.548	-
	839.662	12.781	81.830	43.548

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Empresa - Mãe	32.998	51.947	564.227	512.593
Empreendimentos conjuntos	13.527.883	14.904.259	80.068.951	42.584.035
Empresas associadas	19.040.984	8.479.551	5.374.965	1.843
Entidades parceiras, acionistas e participadas	16.561.221	19.066.434	11.572.936	7.631.440
	49.163.086	42.502.191	97.581.079	50.729.911

Saldos	Empréstimos			
	Obtidos		Concedidos	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos	3.763.846	-	14.672.564	-
Empresas associadas	-	-	49.944.871	-
Entidades parceiras, acionistas e participadas	3.944.638	160.586	2.160.000	3.570
	7.708.484	160.586	66.777.435	3.570

Nas partes relacionadas estão incluídas as subsidiárias e empresas conjuntamente controladas ou associadas das sociedades Sonae Sierra SGPS, SA, ZOPT SGPS, SA, Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA, assim como outros acionistas de empresas filiais ou conjuntamente controladas pela Sonae, e outras filiais da empresa-mãe Efanor Investimentos, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa-mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, tem a seguinte composição:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Conselho de Administração	Direção Estratégica ^(a)	Conselho de Administração	Direção Estratégica ^(a)
Benefícios a curto prazo	1.283.050	9.471.816	1.635.500	6.725.295
Benefícios com base em ações	434.400	2.998.100	567.200	1.888.000
	1.717.450	12.469.916	2.202.700	8.613.295

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae Holding).

45 Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2018		31 dez 2017 Reexpresso	
	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas
Resultados				
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	227.354.859	(5.701.728)	170.505.268	(4.751.353)
Efeito das ações potenciais	-	-	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	8.220.670	-	8.587.542	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	235.575.529	(5.701.728)	179.092.810	(4.751.353)
Número de ações				
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	1.895.593.392	1.895.593.392	1.893.848.246	1.893.848.246
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	128.667.482	128.667.482	128.667.482	128.667.482
Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho	10.630.179	10.630.179	12.923.765	12.923.765
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	(689.056)	(689.056)	(5.319.084)	(5.319.084)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	2.034.201.997	2.034.201.997	2.030.120.409	2.030.120.409
Resultado por ação				
Básico	0,119939	(0,003008)	0,090031	(0,002509)
Diluído	0,115807	(0,002803)	0,088218	(0,002340)

O número médio de ações do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 considera 100.210.733 ações como ações próprias (104.406.608 ações em 31 de dezembro de 2017) (Nota 22).

46 Recebimentos / pagamentos de investimentos financeiros

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser analisadas como segue:

- Atividades de Investimento

Recebimentos	31 dez 2018	31 dez 2017
Alienação Iberian Assets	163.959.175	-
Alienação de participações da Sport Zone (Nota 4.3)	28.628.150	-
Devolução capital investido no Fundo Armilar II (Nota 12.3)	16.477.366	-
Recebimento da alienação da Imoconti em 2016	-	21.009.032
Recebimento relativo à alienação da Raso SGPS	-	537.500
Outros	3.420.853	-
	212.485.544	21.546.532

Pagamentos	31 dez 2018	31 dez 2017
Aquisição de ações da Sonae Sierra (Nota 4.1)	138.322.082	-
Aumento Capital Global Tarpeya	31.934.175	-
Subscrição ações JD Sprinter (Nota 4.3)	26.546.230	-
Aquisição Excellium	5.374.398	-
Aquisição Participação Visenze	4.384.811	-
Aquisição de ações da Nextel (Nota 4.2)	2.940.587	-
Aquisição de ações na Reblaze (Nota 13)	2.352.437	-
Aquisição Participação Artic Wolf	2.302.130	-
Aquisição de ações preferenciais Nextail (Nota 13)	2.300.000	-
Aquisição de ações na Case on IT (Nota 13)	2.280.000	-
Aquisição de ações preferenciais na ciValue (Nota 13)	1.970.097	-
Prestações Suplementares MKTPLACE	1.339.604	-
Aquisição de ações na Jscrambler (Nota 13)	1.250.000	-
Fundo Compensação Trabalho	1.156.533	1.323.730
Aumento capital Style Sage (Nota 13)	812.414	-
Aumento Capital Armilar	652.756	-
Aumento Capital Ometria	800.882	-
Aquisição de participação na Artic Wolf Networks, Inc	-	3.830.113
Aquisição de participação na Secucloud Networks GmbH	-	4.000.000
Aquisição da GoWell, SA	-	3.788.464
Prestação Suplementar da S2 Mozambique, SA	118.745	1.078.154
Aumento Capital na Ulabox, SL	-	2.007.819
Aumento capital Fundo Armilar III	-	1.409.696
Aquisição da Brio, SA	-	931.023
Aquisição de participação OMETRIA, Ltd	-	854.165
Outros	5.127.034	3.110.311
	231.964.915	21.009.745

- Atividades de Financiamento

Recebimentos	31 dez 2018	31 dez 2017
Alienação de unidades de participação do Fundo Imosonae Dois	-	1.124.447
Outros	-	88.740
	-	1.213.187


Pagamentos	31 dez 2018	31 dez 2017
Aquisição de unidades de participação do Fundo Imosonae Dois	-	1.267.876
Outros	-	236.377
	-	1.504.253

47 Compromissos não refletidos na demonstração da posição financeira

No âmbito da alienação de 49,9% das ações da Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings B.V. (Sierra BV) a um grupo de Investidores, ocorrida em 2003, a Sonae Sierra vinculou-se a assegurar a revisão do preço de transmissão destas ações no caso de ocorrer uma alienação para terceiros de alguns dos centros comerciais detidos por participadas da Sierra BV, desde que verificadas determinadas circunstâncias.

Essa alienação pode tomar a forma de venda do ativo ou venda das ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo.

A revisão de preço será feita pela Sonae Sierra às Luxcos ou à Sierra BV no caso de, na venda relevante, terem sido efetuados descontos relacionados com impostos diferidos sobre mais-valias.



A revisão de preço será afetada pela percentagem de capital na sociedade detentora do ativo, pela percentagem de detenção dos Investidores na Sierra BV (e, no caso de venda de ações, ajustado por um desconto de 50%) e está limitada a:

- (i) no caso de venda de ativos, ao valor máximo de 105,8 milhões de euros;
- (ii) no caso de venda das ações da sociedade que direta ou indiretamente detém o ativo, ao valor máximo de 52,9 milhões de euros;
- (iii) no caso de venda de ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo, a revisão de preço somada com o preço de venda, não poderá ser superior à respetiva proporção do NAV (“Net Asset Value”).

Compromissos semelhantes foram assumidos pela Sonae Sierra em relação às sociedades transferidas para a Sierra BV após 2003 e também em relação à CBRE aquando da alienação de 50% do Vasco da Gama àquela entidade.

Estes compromissos são válidos durante o período em que se mantenham os atuais acordos com os restantes acionistas da Sierra BV.

A Sonae Sierra tem ainda o direito de apresentar uma proposta para a aquisição do ativo ou das ações em causa antes daquele ou destas serem adquiridos por terceiros.

De acordo com os acordos celebrados entre os acionistas da Sierra BV, aquando da sua constituição em 2003, foi acordado que a Sierra BV existiria por um período de 10 anos (que acabaram em outubro de 2013), os quais poderiam ser estendidos por dois períodos adicionais de 1 ano, a contar a partir de 2013. Em setembro de 2013, todos os acionistas da Sierra BV aprovaram uma alteração desses acordos relativamente à continuação das operações por um período de até mais 5 anos, a findar em outubro de 2018. Em 2018, os acionistas da Sierra BV acordaram em agendar uma série de reuniões a serem realizadas em cada um dos ativos core – Colombo, Norteshopping, Vasco da Gama, Cascaishopping e Plaza Mayor – para definir em mais detalhe a estratégia de longo prazo, tendo em vista um acordo para uma futura extensão da operação do Fundo. O Grupo continua a analisar várias alternativas de alienação das propriedades detidas pela Sierra BV, mas não existem intenções de proceder a vendas forçadas.

De acordo com os acordos celebrados entre os acionistas do SPF, aquando da sua constituição em 2008, foi acordado que o SPF existiria por um período de 10 anos (que terminarão em 2018), sendo que a partir de 2014, os acionistas (não Sonae Sierra) têm a opção de redimir as suas ações, desde que cumpridas algumas condições. O Grupo não tem, contudo, conhecimento de qualquer intenção nesse sentido por parte dos acionistas do SPF. Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi acordado entre os acionistas a extensão do fundo até 2020.

É entendimento da Sonae Sierra que a venda direta de um ativo em Portugal não é atrativa por sobre ela incidirem ónus que não serão suportados se a venda se efetuar através da alienação de ações da sociedade que detém o ativo.

48 Provisões e passivos contingentes relativamente aos empreendimentos conjuntos

Grupo ZOPT

As demonstrações financeiras consolidadas da ZOPT (empreendimento conjunto que controla a NOS) e da NOS a 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são incorporadas nas demonstrações financeiras da Sonae através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Nota 6 e Nota 12).

a) Provisões do Grupo ZOPT

Os processos abaixo descritos encontram-se provisionados nas contas consolidadas da Zopt, atendendo ao grau de risco identificado.

- Cedência de créditos futuros


No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a NOS SA foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária referente ao período de 2008, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. Neste sentido, atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a NOS SA foi posteriormente notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 a 2013. Na base desta correção está o entendimento de que o acréscimo efetuado, em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18º do CIRC, logo, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesses anos, para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. A NOS SA impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008 a 2013. Relativamente ao exercício de 2008, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, em março de 2014, tendo a empresa interposto o competente recurso.

- Prestações acessórias

Administração Tributária defende que a NOS SA violou o princípio da plena concorrência estatuído no nº 1 do artigo 58º do Código do IRC (atual artigo 63.º), ao ter efetuado prestações acessórias em benefício da sua participada NOS Towering, sem ter sido remunerada de harmonia com uma taxa de juro de mercado. Em consequência foi notificada, relativamente aos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007 de correções ao apuramento do lucro tributável no valor total de 20,5 milhões de euros. A NOS SA impugnou as decisões referentes a todos os exercícios. No que respeita ao período de 2004, o Tribunal pronunciou-se a favor da NOS tendo sido já transitada em julgado a presente decisão (concluído favoravelmente), tendo originado uma reversão de provisões, em 2016, no montante de 1,3 milhões de euros acrescido de juros. Relativamente ao exercício de 2006 e 2007, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, tendo a empresa recorrido das decisões. Relativamente a 2005, a decisão foi favorável, tendo sido, entretanto, concretizada pela Autoridade Tributária, o que implicou a reversão do valor de provisões no montante de 1 milhão de euros.

- Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU)

A Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CLSU), está prevista nos artigos 17º a 22º, da Lei nº 35/2012, de 23 de agosto. Desde 1995 até junho de 2014, a MEO SA (antiga PTC) prestou o serviço universal de comunicações eletrónicas, em regime de exclusivo, tendo sido designada administrativamente pelo governo (isto é, escolhida para prestador do serviço universal de comunicações eletrónicas sem recurso a procedimento concursal). Tal configura uma ilegalidade, aliás, reconhecida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, que através da sua decisão de junho de 2014 condenou o Estado Português ao pagamento de uma multa de 3 milhões de euros por designação ilegal da MEO. De acordo com o Artigo 18º da referida Lei nº 35/2012, os custos líquidos incorridos pelo operador responsável pelo serviço universal aprovados pela ANACOM devem ser repartidos pelas outras empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. A NOS está, com efeito, abrangida por esta contribuição extraordinária, sendo que a MEO tem vindo a solicitar o pagamento dos CLSU ao fundo de compensação dos vários períodos em que foi responsável pelo serviço. Com efeito, o fundo de compensação pode, de acordo com a lei, ser acionado para compensar os custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas, relativos ao período anterior à designação do respetivo prestador por concurso, sempre que, cumulativamente, se verifique (i) a existência de custos líquidos, que sejam considerados excessivos, cujo montante seja aprovado pela ANACOM, na sequência de auditoria ao cálculo preliminar e respetivos documentos de suporte,



que sejam transmitidos pelo prestador do serviço universal e (ii) o prestador do serviço universal solicite ao Governo a compensação dos custos líquidos que tenham sido aprovados nos termos da alínea anterior.

Em 2013, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2007 a 2009, num montante total de cerca de 66,8 milhões de euros, decisão impugnada pela Empresa. Em janeiro de 2015, foram emitidas as notas de liquidação no montante de 18,6 milhões de euros as quais foram devidamente impugnadas pela NOS e em relação às quais foram apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram aceites pela ANACOM.

Em 2014 a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2010 a 2011, num montante total de cerca de 47,1 milhões de euros, decisão também impugnada pela Empresa. Em fevereiro de 2016, foram emitidas as notas de liquidação à Empresa no montante de 13 milhões de euros as quais também foram já impugnadas pela NOS e em relação às quais foram igualmente apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram aceites pela ANACOM.

Em 2015, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2012 e 2013, num montante total de cerca de 26 milhões de euros e 20 milhões de euros, respetivamente, decisão também impugnada pela Empresa. Em dezembro de 2016, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores, referentes àquele período, no montante de 13,6 milhões de euros, as quais foram objeto de impugnação pela NOS e em relação às quais já foram igualmente apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram também aceites pela ANACOM.


Em outubro de 2016, a ANACOM procedeu à aprovação dos resultados da auditoria aos custos líquidos da prestação do serviço universal relativos ao período de janeiro a junho de 2014, assegurado pela MEO, no montante de 7,7 milhões de euros, que a NOS impugnou nos termos habituais, em janeiro de 2017. Em dezembro de 2017, foi notificado à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores o sentido provável de decisão da ANACOM relativo às entidades obrigadas a contribuir para o fundo de compensação e à fixação dos valores das contribuições referentes aos CLSU a compensar relativos a 2014, o qual prevê para o conjunto dessas empresas uma contribuição no montante de 2,4 milhões de euros. Em dezembro de 2017, foram emitidas notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores, referentes àquele período, no montante de aproximadamente 2,4 milhões de euros, as quais foram objeto de impugnação pela NOS e em relação às quais já foram igualmente prestadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram também aceites pela ANACOM.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS que estas contribuições extraordinárias para o SU que lhe são exigidas, e que respeitam ao período anterior à designação do prestador de serviço universal por concurso, violam de forma flagrante a Diretiva do Serviço Universal. Acresce que, considerando o quadro legal e o direito em vigor desde que a NOS iniciou a sua atividade, a exigência do pagamento da contribuição extraordinária viola o princípio da proteção da confiança, reconhecido a nível legal e constitucional no ordenamento jurídico português. Por estas razões, a NOS continuará a impugnar judicialmente quer a aprovação dos resultados da auditoria aos custos líquidos do serviço universal relativo ao período de pré-concurso, quer as liquidações de todas e cada uma das contribuições extraordinárias que lhe venham a ser exigidas, sendo convicção do Conselho de Administração de que terão sucesso as impugnações efetuadas.

b) Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo Zopt

- Processos com entidades reguladoras

A NOS SA, a NOS Açores e a NOS Madeira têm vindo a impugnar judicialmente os atos da ANACOM de liquidação da Taxa Anual (correspondente aos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017) pela atividade de Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas sendo além disso peticionada a restituição das



quantias entretanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. As liquidações referentes ao ano 2017 foram impugnadas no primeiro semestre de 2018.

Os valores das liquidações são respetivamente os seguintes:

- NOS SA: 2009: 1.861 milhares de euros, 2010: 3.808 milhares de euros, 2011: 6.049 milhares de euros, 2012: 6.283 milhares de euros, 2013: 7.270 milhares de euros, 2014: 7.426 milhares de euros, 2015: 7.253 milhares de euros, 2016: 8.242 milhares de euros e 2017: 9.099 milhares de euros.
- NOS Açores: 2009: 29 milhares de euros; 2010: 60 milhares de euros, 2011: 95 milhares de euros, 2012: 95 milhares de euros, 2013: 104 milhares de euros, 2014: 107 milhares de euros, 2015: 98 milhares de euros, 2016: 105 milhares de euros e 2017: 104 milhares de euros.
- NOS Madeira: 2009: 40 milhares de euros, 2010: 83 milhares de euros, 2011: 130 milhares de euros, 2012: 132 milhares de euros, 2013: 149 milhares de euros, 2014: 165 milhares de euros, 2015: 161 milhares de euros, 2016: 177 milhares de euros e 2017: 187 milhares de euros.

A taxa corresponde a uma percentagem definida anualmente pela ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores. As empresas NOS SA, NOS Açores e NOS Madeira invocam, nomeadamente, i) vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade relacionados com a inclusão, na contabilização dos custos da ANACOM, das provisões constituídas, por, esta por efeito de processos judiciais intentados contra esta (incluindo estas mesmas impugnações da taxa de atividade) e ii) que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, inequivocamente sujeita à regulação da ANACOM, podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas provenientes dos conteúdos televisivos.


Foram proferidas duas únicas sentenças sobre a matéria, a saber, em dezembro de 2012, em setembro de 2017, em abril de 2018 e em maio de 2018, respetivamente, no âmbito da impugnação da Taxa Anual de 2009, de 2010 (NOS Comunicações), de 2012 (Ex-ZON e também da Ex-Optimus). A primeira sentença julgou procedente a impugnação respetiva, mas tendo apenas por base o vício da falta de audiência prévia e condenando a ANACOM a pagar juros. Dessa decisão, a ANACOM apresentou recurso, mas o Tribunal de recurso, por decisão de julho de 2013, não deu provimento ao mesmo. As três restantes decisões julgaram também, e por sua vez, procedente as impugnações respetivas, mas desta feita por razões de fundo, anulando o ato impugnado por ilegalidade, com as legais consequências, designadamente impondo a devolução à NOS do tributo pago ainda não devolvido e condenando a ANACOM no pagamento de juros indemnizatórios. Estas decisões foram objeto de recurso pela ANACOM para o Tribunal Central Administrativo -Sul, onde se encontram pendentes.

Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e/ou decisão.

Durante o primeiro trimestre de 2017, a NOS foi notificada, pela ANACOM, da instauração de processo de contraordenação relacionado com comunicações de atualização de preços, no final de 2016. À data, não é possível determinar qual vai ser o âmbito do processo de contraordenação.

- Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2018, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2015. Na sequência das sucessivas inspeções, a NOS SGPS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, bem como as empresas que não integraram o Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária em sede de IRC, do IVA e do Imposto de selo e dos pagamentos adicionais correspondentes. O valor total das notificações por liquidar, acrescido de juros e encargos, ascende a 16 milhões de euros. De salientar que o Grupo entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo contestado as referidas correções e montantes. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.



Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo NOS corroborada pelos seus advogados e consultores fiscais, o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a posição consolidada.

- Ações da MEO contra a NOS Madeira e NOS Açores e da NOS SA contra a MEO

- Em 2011, a MEO intentou contra a NOS SA, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 10,3 milhões de euros, a título de compensação par alegadas portabilidades indevidas da NOS SA no período compreendido entre março de 2009 e julho de 2011. A NOS SA apresentou em tal processo contestação e replica, tendo o Tribunal ordenado inicialmente a realização de uma perícia, a qual foi, entretanto, julgada sem efeito. A audiência de discussão e julgamento teve lugar no final de abril e início de maio de 2016, tendo sido, depois, em setembro do mesmo ano, proferida sentença em setembro do mesmo ano, que julgou parcialmente procedente a ação, com fundamento não na demonstração da existência de portabilidades indevidas, que o Tribunal determinou restringir-se aquelas que não correspondem a vontade do titular, mas de mero atraso no envio da documentação relativa às portabilidades pelo Portador Recetor (NOS) ao Prestador Detentor (MEO). Nesse sentido, condenou a NOS ao pagamento à MEO de aproximadamente 5,3 milhões de euros, decisão da qual apenas a NOS recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa. A MEO, por sua vez, conformou-se com a sentença proferida e não recorreu da parte da sentença que absolveu a NOS dos pedidos que formulou de compensação - no valor sensivelmente de 5,0 milhões de euros - respeitantes a supostas portabilidades indevidas. O Tribunal da Relação de Lisboa, no primeiro trimestre de 2018, veio confirmar a decisão proferida pelo Tribunal de primeira instância, exceto quanto a juros, em que deu razão ao alegado pela NOS, no sentido de que deviam contabilizar-se a partir da citação para a ação e não da data do vencimento das faturas. A NOS interpôs, junto do Supremo Tribunal de Justiça, recurso excecional de revista, o qual já foi admitido e que, atualmente, continua em apreciação nesse Tribunal.

- A MEO efetuou três notificações judiciais avulsas à NOS SA (abril de 2013, julho de 2015 e março de 2016), três à NOS Açores (março e junho de 2013 e maio de 2016) e três a NOS Madeira (março e junho de 2013 e maio de 2016), todas com vista a interromper a prescrição de danos alegadamente emergentes de pedidos de portabilidade indevida, da ausência de resposta em tempo a pedidos que lhes foram apresentados pela MEO e de pretensas recusas ilícitas de pedidos eletrónicos de portabilidade

A MEO não indica em todas as notificações os montantes totais em que pretende ser ressarcida, concretizando apenas parte desses, no caso da NOS SA, o valor de 26 milhões de euros (para o período de agosto de 2011 a maio de 2014), no caso da NOS Açores, o valor de 195 milhares de euros e da NOS Madeira, o valor de 817 milhares de euros.

No início de julho de 2018, a NOS, SA foi citada da instauração pela MEO de uma ação judicial relativa a compensações de portabilidade em que a MEO reclama da NOS o direito, a esse título, a aproximadamente 26,8 milhões de euros, pretendendo dar sequencia a notificação judicial avulsa enviada à NOS em julho de 2015, conforme acima referido. A NOS contestou a ação durante mês de outubro.

- Em 2011, a NOS SA intentou, por seu lado, contra a MEO, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 22,4 milhões de euros, por danos sofridos pela NOS SA, decorrentes da violação do Regulamento da Portabilidade por parte da MEO, mais concretamente, do avultado número de recusas injustificadas de pedidos de portabilidade pela MEO no período entre fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011. O tribunal decretou oficiosamente a realização de prova pericial de índole técnica, já tendo sido notificado as partes o relatório pericial e apresentadas pelas partes as respetivas reclamações/pedidos de esclarecimento aos Senhores Peritos e respondidos estes últimos. Paralelamente, foi solicitada pela NOS e aceite pelo Tribunal a realização de perícia económico-financeira, em relação à qual os peritos também já disponibilizaram ao tribunal e as partes o respetivo relatório pericial. Aguarda-se a marcação da audiência de julgamento.

E entendimento do Conselho de Administração da NOS, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos formais e substantivos, boas probabilidades de a NOS SA poder obter vencimento na ação, até pelo facto de a MEO já ter sido condenada, pelos mesmos ilícitos, pela ANACOM. Não sendo, contudo, possível determinar qual o desfecho da ação.

- Ação intentada pela DECO

Em março de 2018, a NOS foi notificada de ação judicial intentada pela DECO contra a NOS, MEO e NOWO, na qual é solicitada a declaração de nulidade da obrigação de pagamento dos aumentos de preços impostos aos clientes, no final de 2015. Em abril e maio de 2018, as operadoras, incluindo a NOS, apresentaram contestação, aguardando-se os desenvolvimentos posteriores do processo. É convicção do Conselho de Administração que os argumentos utilizados pela autora não são procedentes, razão por que se acredita que do desfecho do processo não deverão resultar impactos significativos para as demonstrações financeiras do Grupo.

- Tarifas de interligação

Em 31 de dezembro de 2018, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 43.475.093 euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, NOS SA e essencialmente, a MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA (anteriormente designada TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo a indefinição dos preços de interligação do ano de 2001. Na parte desta disputa que estava em juízo, o resultado foi totalmente favorável a NOS SA, tendo já transitado em julgado.

- Penalidades Contratuais

As condições gerais que regulam a vigência e cessação da relação contratual entre a NOS e os seus clientes, estabelecem que em caso de desativação dos produtos e serviços por iniciativa do cliente antes de decorrido o período de fidelização, o cliente fica obrigado ao pagamento imediato de uma compensação pelo conjunto de vantagens que na perspetiva da duração acordada do contrato, lhe foram proporcionadas pela operadora.


Até 31 de dezembro de 2014, o redito das penalidades, face as incertezas inerentes, apenas era reconhecido no momento do recebimento, sendo que a 31 de dezembro de 2018, os valores a receber pela NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores destas indemnizações faturadas ascende a um total de 58.933 milhares de euros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reconhecidos, como renditos, recebimentos no montante de 1.233 milhares de euros dos valores em aberto a 31 de dezembro de 2014.

A partir de 1 de janeiro de 2015, o redito de penalidades passou a ser reconhecido em receita tendo em conta uma taxa de cobrabilidade estimada recorrendo ao histórico de cobranças do Grupo NOS. As penalidades faturadas são registadas coma conta a receber e os valores apurados de incobrabilidade destes montantes são registados como imparidade deduzindo a receita reconhecida aquando da faturação.

É convicção do Conselho de Administração da Sonae que os processos acima descritos que possam resultar em contingências que afetem as contas do grupo ZOPT estão devidamente provisionados, atendendo ao grau de risco, nas contas consolidadas da Sonae.

c) Outros Compromissos do Grupo Zopt

Em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou um contrato com a Sport Lisboa e Benfica – Futebol SAD e a Benfica TV, S.A. relativo aos direitos de transmissão televisiva de jogos em casa da Equipa A de futebol sénior da Benfica SAD para a Liga NOS, bem como dos direitos de transmissão e distribuição do Canal Benfica Tv. O contrato terá início na época desportiva 2016/2017 e uma duração inicial de 3 anos podendo ser renovado por decisão de qualquer das partes até perfazer um total de 10 épocas desportivas, ascendendo a contrapartida financeira global ao montante de 400 milhões de euros, repartida em montantes anuais progressivos.



Também em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou um contrato com a Sporting Clube de Portugal – Futebol SAD e a Sporting Comunicação e Plataformas, S.A. para a cessão dos seguintes direitos:

- 1) Direito de transmissão televisiva e multimédia dos jogos em casa da Equipa A de futebol sénior da Sporting SAD;
- 2) Direito de exploração da publicidade estática e virtual do estádio José Alvalade;
- 3) Direito de transmissão e distribuição do Canal Sporting TV;
- 4) Direito de ser o seu Principal Patrocinador.

O contrato terá uma duração de 10 épocas no que se refere aos direitos indicados em 1) e 2), supra, com início em julho de 2018, de 12 épocas no caso dos direitos mencionados em 3) com início em julho de 2017 e 12 épocas e meia no caso dos direitos mencionados em 4) com início em janeiro de 2016, ascendendo a contrapartida financeira global ao montante de 446 milhões de euros, repartida em montantes anuais progressivos.

Ainda em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou contratos relativos aos direitos de transmissão televisiva dos jogos em casa do Futebol Sénior com as seguintes sociedades desportivas:

- 1) Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda
- 2) Os Belenenses Sociedade Desportiva Futebol, SAD
- 3) Clube Desportivo Nacional Futebol, SAD
- 4) Futebol Clube de Arouca Futebol, SDUQ, Lda
- 5) Futebol Clube de Paços de Ferreira, SDUQ, Lda
- 6) Marítimo da Madeira Futebol, SAD
- 7) Sporting Clube de Braga – Futebol, SAD
- 8) Vitória Futebol Clube, SAD

Os contratos têm todos início na época desportiva 2019/2020 e uma duração de até 7 épocas desportivas, com exceção do contrato com o Sporting Clube de Braga – Futebol, SAD o qual tem duração de 9 épocas.

Durante o ano de 2016, foram ainda celebrados contratos relativos aos direitos de transmissão televisiva dos jogos em casa do Futebol Sénior com as seguintes sociedades desportivas:

- 1) C. D. Tondela – Futebol, SDUQ, Lda
- 2) Clube Futebol União da Madeira, Futebol, SAD
- 3) Grupo Desportivo de Chaves – Futebol, SAD
- 4) Sporting Clube da Covilhã Futebol, SDUQ, Lda
- 5) Clube Desportivo Feirense Futebol, SAD
- 6) Sport Clube de Freamunde Futebol, SAD

- 7) Sporting Clube Olhanense Futebol, SAD
- 8) Futebol Clube de Penafiel, SDUQ, Lda
- 9) Portimonense Futebol, SAD

Os contratos têm todos início na época desportiva 2019/2020 e uma duração de até 3 épocas desportivas.

Em maio de 2016, a NOS e a Vodafone acordaram na disponibilização recíproca, por várias épocas desportivas, de conteúdos desportivos (nacionais e internacionais) detidos pelas empresas, tendo como objetivo assegurar a ambas as empresas a disponibilização dos direitos de transmissão dos jogos em casa dos clubes, bem como dos direitos de transmissão e distribuição de canais de desporto e de canais de clubes, cujos direitos sejam detidos por cada uma das partes em cada momento. O acordo produziu os seus efeitos logo a partir da época desportiva 16/17, garantindo que os clientes da NOS e da Vodafone podem ter acesso ao canal do Benfica e aos jogos do Benfica em casa, independentemente do canal onde estes jogos sejam transmitidos.

Tendo em conta a possibilidade que o acordo celebrado previa de se alargar aos outros operadores, em julho de 2016 a MEO e a Cabovisão aderiram ao mesmo, pondo designadamente fim à falta de disponibilização na grelha da NOS do Porto Canal e garantindo que todos os clientes de televisão paga em Portugal podem ter acesso a todos os conteúdos desportivos relevantes, independentemente do operador de telecomunicações que utilizem.


No âmbito do acordo celebrado com os restantes operadores, como contrapartida pela disponibilização recíproca dos direitos, os custos globais são repartidos de acordo com as receitas retalhistas de telecomunicações e as quotas de mercado de Pay Tv.

Os cash-flows estimados resumem-se como segue:

Épocas	2018/19	Seguintes
Cash-flows estimados com os contratos celebrados pela NOS com as sociedades desportivas*	74,1 milhões de euros	1.017 milhões de euros
Cash-flows estimados da NOS, para os contratos celebrados pela NOS (líquidos dos montantes debitados aos operadores) e para os contratos celebrados pelos restantes operadores.	67,3 milhões de euros	559 milhões de euros

*Inclui direitos de transmissão de jogos e canais, publicidade e outros.

A NOS e a Vodafone Portugal celebraram no dia 29 de setembro de 2017 um acordo de desenvolvimento e partilha de infraestrutura de abrangência nacional. Esta parceria permite aos dois Operadores a disponibilização das suas ofertas comerciais, sob a rede partilhada, a partir do início de 2018.



O acordo abrange a partilha recíproca de fibra escura em cerca de 2,6 milhões de casas, em que cada uma das entidades partilha, com a outra, um valor equivalente de investimento, ou seja, partilham bens semelhantes, pressupondo que as duas empresas mantêm total autonomia, independência e confidencialidade no desenho das ofertas comerciais e gestão da base de dados dos clientes e na escolha das soluções tecnológicas que decidam vir a implementar, não originando qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo NOS (de acordo com a IAS 16, esta troca de ativos similares não monetários será apresentada pelo líquido).

A parceria foi ainda alargada a partilha de infraestrutura móvel, onde está acordada a partilha mínima de 200 torres móveis.

49 Apresentação da demonstração consolidada de resultados

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBIT, EBITDA e Underlying EBITDA, a demonstração de resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Direto e componentes de Resultado Indireto.

Os Resultados indiretos incluem os resultados da Sonae Sierra, líquidos de impostos, relativos a: i) avaliação de propriedades de investimento; ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo Goodwill); iv) ganhos (perdas) resultantes da obtenção/perda de controlo e correspondente reciclagem das reservas de conversão; e v) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portfólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no Goodwill, (iii) goodwill negativo (líquido de impostos) relativo a aquisições do período, (iv) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); v) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo e (vi) outros temas não relevantes.

O valor de EBITDA, Underlying EBITDA e EBIT são calculados apenas na componente de Resultado direto, i.e. excluindo os contributos indiretos.

Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração dos resultados consolidada dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	31 dez 2018			31 dez 2017 Reexpresso		
	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto
Volume de negócios	5.950.695.890	-	5.950.695.890	5.505.822.674	-	5.505.822.674
Varição de valor das propriedades de investimento	3.815.651	3.815.651	-	-	-	-
Ganhos ou perdas relativos a investimentos						
Dividendos e outros ajustamentos	100.793	-	100.793	130.748	-	130.748
Imparidades (nota 11)	(2.369.056)	-	(2.369.056)	(2.843.437)	-	(2.843.437)
Outros	(14.603.806)	(28.466.058)	13.862.252	3.896.794	1.111.020	2.785.775
Outros proveitos						
Reversão de perdas por imparidade	2.182.367	-	2.182.367	1.737.441	-	1.737.441
Reversão de provisões para extensões de garantia	11.991.497	-	11.991.497	3.251.342	-	3.251.342
Outros	164.598.276	-	164.598.276	120.338.990	-	120.338.990
Total de proveitos	6.116.411.612	(24.650.407)	6.141.062.019	5.632.334.553	1.111.020	5.631.223.534
Total de gastos	(5.739.386.050)	(2.113.955)	(5.737.272.095)	(5.284.441.371)	(1.123.135)	(5.283.318.236)
Amortizações e depreciações	(205.160.593)	-	(205.160.593)	(186.902.826)	-	(186.902.826)
Ganhos e Perdas em ativos tangíveis e intangíveis	(29.459.668)	(6.841.687)	(22.617.981)	(8.972.953)	-	(8.972.953)
Imparidades não recorrentes de inventários						
Provisões e perdas por imparidade						
Provisões para extensões de garantia	(1.747.297)	-	(1.747.297)	(1.344.717)	-	(1.344.717)
Imparidades de goodwill	-	-	-	-	-	-
Provisões e imparidades não usuais	-	-	-	-	-	-
Outras	(35.164.287)	(3.848.173)	(31.316.114)	(8.401.586)	-	(8.401.586)
Resultados antes de resultados financeiros, resultados de empreendimentos conjuntos e associadas e resultados não usuais	105.493.717	(37.454.223)	142.947.940	142.271.100	(12.115)	142.283.216
Resultados não usuais	57.901.072	-	57.901.072	2.469.108	-	2.469.108
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	4.327.175	-	4.327.175	-	-	-
Resultados financeiros	(35.755.725)	-	(35.755.725)	(33.656.830)	-	(33.656.830)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP						
Sonae Sierra consolidada	38.871.917	14.067.370	24.804.547	54.487.230	22.177.174	32.310.056
Associadas e Empreendimentos Conjuntos da Sonae Sierra	34.389.356	23.180.213	11.209.143	-	-	-
Armlar Venture Funds	57.731.649	57.731.649	-	8.800.135	8.800.135	-
ZOPT	34.074.000	-	34.074.000	27.234.000	-	27.234.000
Outros	(7.825.427)	-	(7.825.427)	(7.014.176)	(2.843.437)	(4.170.740)
Resultados antes de impostos	289.207.734	57.525.009	231.682.725	194.590.567	28.121.757	166.468.810
Impostos sobre o rendimento	(28.778.374)	(15.200.266)	(13.578.108)	(16.521.089)	(1.991.482)	(14.529.607)
Resultado líquido das operações continuadas	260.429.360	42.324.743	218.104.617	178.069.478	26.130.275	151.939.203
Resultado líquido das operações descontinuadas	(5.877.333)	3.528.408	(9.405.741)	(3.860.407)	16.220.165	(20.080.572)
Resultado líquido do período	254.552.027	45.853.151	208.698.876	174.209.071	42.350.440	(42.350.440)
Atribuível aos acionistas	221.653.131	45.853.151	175.799.980	165.753.915	41.467.417	124.286.498
Interesses sem controlo	32.898.896	-	32.898.896	8.455.156	883.023	7.572.133
"Underlying" EBITDA (b)			371.659.531			343.178.490
EBITDA (a)			482.417.125			380.940.342
EBIT (c)			257.931.916			179.914.320

- (a) EBITDA = total de proveitos diretos - total de gastos diretos – reversão de perdas por imparidade diretos + resultados pelo método de equivalência patrimonial (resultados diretos dos empreendimentos conjunto e associadas da Sonae Sierra, ZOPT e outras participadas) + provisões para extensões de garantia + resultados não usuais;
- (b) “Underlying” EBITDA = EBITDA– efeito do método da equivalência patrimonial – resultados considerados não recorrentes;
- (c) EBIT = EBT - resultado financeiro - dividendos;
- (d) EBT = Resultado direto antes de impostos;
- (e) Resultado direto = Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos;
- (f) Resultados indiretos = Inclui resultados da Sonae Sierra, líquidos de impostos, relativos a: i) avaliação de propriedades de investimento; ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo Goodwill); e iv) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portfólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no Goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas

com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes.

Os resultados indiretos podem ser analisados como segue:

Resultado indireto	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Resultado indireto da Sonae Sierra	17.883.021	22.177.174
Mais valia gerada na valorização para justo valor da participação financeira (Nota 4.1 e 37)	45.853.773	-
Reciclagem por resultados das reservas de conversão cambial (Nota 4.1 e 37)	(74.319.831)	-
Imparidades em ativos descontinuados	(7.592.687)	-
Imparidade em investimentos financeiros	-	(2.843.436)
Resultado indireto da Armilar Venture Funds líquido de imposto	42.531.383	6.808.654
Operações descontinuadas	3.528.408	16.220.165
Outros	17.969.085	(12.117)
Total	45.853.151	42.350.440

O “Underlying EBITDA Direto” e os resultados não usuais podem ser analisados como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
EBITDA direto	482.417.125	380.940.342
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP	(62.262.264)	(55.373.317)
Operações descontinuadas (Nota 5)	9.405.741	20.080.572
Resultados não usuais		
Mais valias na alienação de ativos fixos	(37.258.310)	(10.760.430)
Metodo equivalência patrimonial da Sonae Sierra até à obtenção de controlo por parte da Sonae	(38.904.300)	-
Outros gastos considerados não recorrentes	18.261.538	8.291.322
	(57.901.072)	(2.469.108)
"Underlying" EBITDA Direto	371.659.531	343.178.490

50 Eventos subsequentes

Em 28 de setembro de 2018, a Sonae SGPS, SA informou que a sua subsidiária Modelo Continente Hipermercados SA sucursal en España, celebrou um acordo com a Corpfin Capital visando a aquisição de 60% do capital da Tomenider SL (“Sociedade”), a qual detém 100% da Arenal Perfumarias SLU (“Arenal”), pelo valor total estimado de aproximadamente 45 milhões de euros. A Arenal é uma empresa de retalho de para-farmácias e perfumarias com uma rede de 41 lojas no norte de Espanha. Fundada em 1971 pela família Vázquez, a Arenal gerou um volume de negócios de 97 milhões de euros em 2017.

Em 11 de dezembro de 2018, a referida transação foi aprovada pelas autoridades da concorrência competentes. A conclusão desta operação, prevista para janeiro de 2019, permitirá à Sonae MC potenciar de forma muito significativa os ativos e competências conjuntos da Well’s e da Arenal, reforçando a sua posição no segmento de Health & Wellness, um dos seus principais pilares estratégicos de desenvolvimento.

Em janeiro, a Sonae Sierra vendeu a sua participação (9%) na associada Loop5 Shopping Center GmbH & Co. KG (“Loop 5”) por 10,3 milhões de euros.

51 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2019. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

52 Empresas Filiais Incluídas na consolidação

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Porcentagem de capital detido			
		31 dez 2018		31 dez 2017	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Sonae - SGPS, S.A.	Maia	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Sonae MC					
1) Amor Bio, Mercado Biológico, Lda	a) Lisboa (Portugal)	100,00%	100,00%	-	-
BB Food Service, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Momento - Restauração, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Brio - Produtos de Agricultura Biológica, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Continente Hipermercados, S.A.	a) Oeiras (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Elergone Energias, Lda	a) Matosinhos (Portugal)	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Farmácia Selecção, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Go Well – Promoção de Eventos, Caterings e Consultoria, S.A.	a) Lisboa (Portugal)	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
MCCARE – Serviços de Saúde, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Make Notes Design, Lda	a) Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marcas MC, zRT	a) Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SK – Skin Health Cosmetics	a) Oeiras (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten					
HighDome PCC Limited (Cell Europe)	a) La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infocfield – Informática, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae SR Malta Holding Limited	a) Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten Canárias, SL	a) Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Worten - Equipamento para o Lar, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten España Distribución, S.L.	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2) Worten International Trade, S.A.	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	-	-

2)	Wrt Business – Distribuição de Eletrodomésticos, Eletrónica e Informática, S.A.,	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	-	-
Sonae Sports & Fashion							
	Bright Brands SportsGoods, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3)	Comercial Losan Polonia SP Z.O.O	a)	Varsóvia (Polónia)	-	-	100,00%	100,00%
	Comercial Losan, S.L.U.	a)	Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fashion Division, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fashion Division Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	Fashion International Trade, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	-	-
	Irmãos Vila Nova, S.A.	b)	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Irmãos Vila Nova III - Imobiliária, S.A.	b)	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	IVN – Serviços Partilhados, S.A.	b)	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	IVN Asia Limited	b)	Hong Kong (China)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Losan Colombia, S.A.S	a)	Bogotá (Colombia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Losan Overseas Textile, S.L.	a)	Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Losan Rusia	a)	Moscovo (Rússia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4)	Losan Tekstil Urunleri V e Dis Ticaret, L.S.	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	Modalfa Canarias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	60,00%	30,00%	-	-
	Modalloop - Vestuário e Calçado, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Salsa Canarias	b)	Tenerife (Espanha)	60,00%	30,00%	60,00%	30,00%
	Salsa DE GmbH	b)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Salsa Distribution USA LLC	b)	New York (EUA)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Salsa France, S.A.R.L.	b)	Paris (França)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Salsa Luxembourg, Sàrl	b)	Luxemburgo	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
5)	SDSR – Sports Division SR, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SLS Salsa – Comércio e Difusão de Vestuário, S.A.	b)	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SLS Salsa España – Comercio y Difusión de Vestuario, S.A.U.	b)	Pontevedra (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
5)	Sport Zone Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
5)	Sport Zone España - Comércio de Articulos de Deporte, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

4)	Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve tic.ltd.sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Têxtil do Marco, S.A.	a)	Marco de Canaveses (Portugal)	92,76%	92,76%	92,76%	92,76%
	Usebti Textile México S.A. de C.V.	a)	Cidade do México (México)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zippy - Comércio e Distribuição, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zippy - Comércio Y Distribución, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4)	Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Sonae RP

	Arat Inmuebles, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Asprela Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Azulino Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	a)	Castelo de Paiva (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a)	Maia (Portugal)	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Ponto de Chegada – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predilugar- Promoção Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, S.A.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Gondomar (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonaerp - Retail Properties, S.A.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sondis Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Valor N, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Maxmat						
	Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, S.A.	b)	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Sonae IM						
	Bright Development Studio, S.A.	a)	Lisboa (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Bright Ventures Capital SCR, S.A.	a)	Lisboa (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Cape Technologies Limited	a)	Dublin (Irlanda)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.	a)	Maia (Portugal)	75,00%	67,47%	75,10%	67,56%
1)	Excellium Group, S.A.	a)	Contem (Luxemburgo)	59,20%	53,26%	-	-
1)	Excellium Services, S.A.	a)	Contem (Luxemburgo)	59,20%	53,26%	-	-
1)	Excellium Services Belgium, S.A.	a)	Wavre (Bélgica)	59,20%	53,26%	-	-
1)	Excellium Factory SARL	a)	Raouad Ariana (Tunísia)	59,20%	53,26%	-	-
	Fundo Bright Vector I	a)	Lisboa (Portugal)	50,13%	45,10%	50,13%	45,10%
	Inovretail, S.A.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
2)	Inovretail España, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	89,97%	-	-
1)	Mxtel SA de CV	a)	Cidade do México (México)	99,93%	72,78%	-	-
1)	Nextel, S.A.	a)	Bilbao (Espanha)	100,00%	72,73%	-	-
	Praesidium Services Limited	a)	Berkshire (R.U.)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	S21SEC Portugal – Cybersecurity and Intelligence Services, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	72,78%	100,00%	89,97%
	S21 Sec Brasil, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	99,99%	72,78%	99,99%	89,96%
	S21 Sec Gestion, S.A.	a)	Navarra (Espanha)	80,90%	72,78%	100,00%	89,97%
	S21 Sec Information Security Labs, S.L.	a)	Navarra (Espanha)	100,00%	72,78%	100,00%	89,97%
	S21 Sec, S.A. de CV	a)	Cidade do México (México)	100,00%	72,78%	100,00%	89,97%
	Saphety – Transacciones Electronicas SAS	a)	Bogota (Colombia)	100,00%	78,27%	100,00%	78,27%
	Saphety Brasil Transações Eletrônicas Lda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	78,27%	100,00%	78,27%

	Saphety Level - Trusted Services, S.A.	a)	Maia (Portugal)	86,99%	78,27%	86,99%	78,27%
	Sonaecom-Cyber Security and Int., SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Sonaecom, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	90,15%	89,97%	90,15%	89,97%
	Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
2)	Taikai, Ltda	a)	Porto (Portugal)	99,01%	89,08%	-	-
	Tecnológica Telecomunicações, Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,99%	89,87%	99,99%	89,87%
	We Do Brasil Soluções Informáticas, Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,91%	89,88%	99,91%	89,88%
	We Do Consulting - Sistemas de Informação, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
6)	WE DO Technologies España, SL	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	We Do Technologies (UK) Limited	a)	Berkshire (R.U.)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	We Do Technologies Americas, Inc.	a)	Delaware (EUA)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	We Do Technologies Australia PTY Limited	a)	Sydney (Austrália)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	We Do Technologies Egypt Limited Liability Company	a)	Cairo (Egipto)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	We Do Technologies Mexico S. de RL	a)	Cidade do México (México)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	We Do Technologies B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
Sonae FS							
7)	SFS Gestão e Consultoria, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Financial Services, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Sierra							
8)9)	ALEXA Holding GmbH	a)	Dusseldorf (Alemanha)	-	-	100,00%	50,00%
8)9)	ALEXA Shopping Centre GmbH	a)	Dusseldorf (Alemanha)	-	-	100,00%	50,00%
9)	ARP Alverca Retail Park, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Axnae Spain Holdings, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Cascaishopping-Centro Comercial, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	40,07%	100,00%	28,62%
9)	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
9)	Dos Mares - Shopping Centre B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
9)	Dos Mares-Shopping Centre, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
9)	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	a)	Milão (Itália)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Iberian Holdings Spain, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%

9)	Ioannina Development of Shopping Centres, S.A.	a)	Atenas (Grécia)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Land Retail B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	35,07%	100,00%	28,62%
3)9)	Luz del Tajo B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	-	-	100,00%	25,05%
9)	Microcom Doi, Srl	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Paracentro - Gestão de Galerias Comerciais, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
2)9)10)	Parklake Business Centre Srl	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	70,00%	-	-
9)10)	Parklake Shopping, S.A.	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	70,00%	50,00%	25,00%
9)	Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Plaza Eboli – Centro Comercial S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
9)	Plaza Mayor Parque de Ocio, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
9)11)	Plaza Mayor Shopping B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	-	-	100,00%	25,05%
9)	Plaza Mayor Shopping, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
9)10)	Plenerg Srl	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	70,00%	50,00%	25,00%
9)	Project Sierra 10 B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Project Sierra 11 B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Project Sierra 12 B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Project Sierra 2 B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Project Sierra Cúcuta B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Project Sierra Four, Srl	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Project Sierra Germany 4 (four) - Shopping Centre, GmbH	a)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Project Sierra Spain 1 B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Project Sierra Spain 2- Centro Comercial S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	River Plaza B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)12)	River Plaza Mall, Srl	a)	Bucareste (Roménia)	-	-	100,00%	50,00%
9)	Shopping Centre Parque Principado B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
9)	Sierra Berlin Holding B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)9)	Sierra Core Assets Holdings, B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	-	-	50,00%	25,05%
9)	Sierra Developments Holding B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Developments, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	50,10%	35,07%	50,10%	25,05%

9)	Sierra Germany GmbH	a)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra GP Limited	a)	Guernese (R.U.)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)13)	Sierra Greece, S.A.	a)	Atenas (Grécia)	-	-	100,00%	50,00%
9)	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Investments Holdings B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Investments SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Italy Srl	a)	Milão (Itália)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Management, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Maroc, SARL	a)	Casablanca (Marrocos)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Maroc Services, SARL	a)	Casablanca (Marrocos)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Parma Project B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Portugal, S.A.	a)	Lisboa (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Project Nürnberg B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Real Estate Greece B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Retail Ventures B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Romania Shopping Centers Services, SRL	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Services Holland B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Solingen Holding GmbH	a)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Spain Malaga Holdings, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Spain, Shopping Centers Services, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Turkey Gayrimenkul Yönetim Pazarlama ve Danışmanlık Anonim Şirket	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Zenata Project B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Sonae Sierra, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	70,00%	70,00%	50,00%	50,00%
9)	SPF - Sierra Portugal	a)	Luxemburgo	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
9)	Weierstadt Shopping B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%

Outros

	Libra Serviços, Lda	a)	Funchal (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	Halfdozen Real Estate, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	-	-
	Modelo Continente International Trade, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14)	Modelo Continente SGPS, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%

	Público - Comunicação Social, S.A.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	SCBRASIL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soflorin, B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
15)16)	Sonae Corporate, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Investments, B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonaecenter Serviços, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	94,00%	100,00%	90,00%
17)	Sonae MC – Serviços Partilhados, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
18)	Sonae MC, SGPS, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae RE, S.A.	a)	Luxemburgo	99,92%	99,92%	99,92%	99,92%
	Sontel, B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae MC S2 Africa Limited	a)	La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SONAESR – Serviços e Logística, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonvecap, B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
19)	Tlantic, B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	-	-	70,71%	70,71%
19)	Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, S.A.	a)	Maia (Portugal)	-	-	100,00%	70,71%
19)	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	-	-	100,00%	70,71%

*a percentagem de capital detido “Total” representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido “Direto” corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa.

a) Controlo detido por maioria dos votos os quais conferem poder das atividades relevantes que influenciam;

b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de administração;

- 1) Filial adquirida no período;
- 2) Filial constituída no período;
- 3) Filial liquidada no período;
- 4) Filial em processo de liquidação motivo pelo qual se encontra classificada em operações descontinuadas no período;
- 5) Em 2017 foi efetivado um acordo de parceria que se concretizou em janeiro de 2018, passando esta filial a ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial dada a perda de controlo (Notas 4.3 e 5);
- 6) Ex- Sonaecom - Sistemas de Información España, SL;
- 7) Ex- SFS – Serviços de Gestão e Marketing, S.A.;

- 8) Filial ALEXA Shopping Centre GmbH fusionada na subsidiária ALEXA Holding GmbH com efeitos a 1 de janeiro de 2018, sendo esta última fusionada na subsidiária Sierra Berlin Holding B.V. em 30 de setembro de 2018;
- 9) Com a obtenção do controlo da Sonae Sierra, SGPS, S.A., estas empresas passaram de empreendimentos conjuntos para subsidiárias passando a consolidar pelo método de consolidação integral (Nota 4.1);
- 10) Em setembro de 2018 o Grupo Sierra adquiriu os restantes 50% destas empresas passando a ser consolidada pelo método integral;
- 11) Filial fusionada na subsidiária Plaza Mayor Parque de Ócio B.V. com efeitos a 1 de janeiro de 2018;
- 12) Filial retirada do consolidado em dezembro de 2018, em resultado do acordo efetuado com a entidade financiadora;
- 13) Filial fusionada na subsidiária Ioannina Development of Shopping Centres, S.A. com efeitos a 1 de janeiro de 2018.
- 14) Ex- Sonae MC - Modelo Continente SGPS, S.A.;
- 15) Ex- ZYEvolution-Invest.Desenv., S.A.;
- 16) Ex- Sonae – Shared Service Center, S.A.;
- 17) Ex- Sonae Center Serviços II, S.A.;
- 18) Ex - Sonae Investimentos, SGPS, S.A.;
- 19) Filial alienação a 26 de setembro de 2018.

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

53 Empreendimentos conjuntos e associadas incluídos na consolidação

Os empreendimentos conjuntos e as associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são as seguintes:

53.1 Empreendimentos conjuntos

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2018		31 dez 2017	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Sonae MC					
Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, S.A.	Santarém (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Sonae Sierra					
1) 3shoppings - Holding, SGPS, S.A.	Maia (Portugal)	20,00%	14,00%	20,00%	10,00%
1) 8ª Avenida Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	15,75%	100,00%	11,25%
Aegean Park Constructions Real Estate and Development, S.A.	Atenas (Grécia)	100,00%	35,00%	100,00%	25,00%
1) ALBCC – Albufeirashopping – Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	15,75%	100,00%	11,25%
1) ALBRP Albufeira Retail Park, Lda	Maia (Portugal)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
1) Albufeira RP (Luxembourg) 1, SARL	Luxemburgo	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%

1)	Albufeira RP (Luxembourg) 2, SARL	Luxemburgo	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
1)	ALEXA Asset GmbH & Co, KG	Dusseldorf (Alemanha)	9,00%	6,30%	9,00%	4,50%
2)	ALEXA Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	-	-	100,00%	50,00%
2)	ALEXA Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	-	-	100,00%	50,00%
1)	Algarveshopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
1)	Area Sur Shopping, SL	Madrid (Espanha)	15,00%	10,50%	15,00%	7,50%
3)	ARP Alverca Retail Park, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
4)	Arrábidasshopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
3)	Axnae Spain Holdings, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
1)	Candotal Spain S.L.U	Madrid (Espanha)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
3)	Cascaishopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	40,07%	100,00%	28,62%
3)	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
	Centro Colombo - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	17,54%	100,00%	12,53%
	Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	17,54%	100,00%	12,53%
3)	Coimbrashopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
	DOC Malaga Holdings S.L.	Madrid (Espanha)	50,00%	17,54%	50,00%	12,53%
	DOC Malaga SITECO S.L.U.	Madrid (Espanha)	100,00%	17,54%	100,00%	12,53%
3)	Dos Mares - Shopping Centre, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
3)	Dos Mares - Shopping Centre, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
1)	Estação Viana - Centro Comercial, S.A.	Viana do Castelo (Portugal)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
	Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	50,00%	35,00%	50,00%	25,00%
	Fundo de Investimento Imobiliário Parque Dom Pedro Shopping Center	Rio de Janeiro (Brasil)	58,07%	14,48%	50,00%	10,34%
	Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque Dom Pedro	Rio de Janeiro (Brasil)	87,61%	22,09%	87,61%	15,78%
4)	Gaiashopping I - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	17,54%	100,00%	12,53%
4)	Gaiashopping II - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	17,54%	100,00%	12,53%
3)	Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
1)	Guimarãesshopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	14,00%	100,00%	10,00%
	Harvey Dos Iberica, SL	Madrid (Espanha)	50,00%	17,54%	50,00%	12,53%
	Iberian Assets, S.A.	Madrid (Espanha)	50,00%	17,54%	50,00%	12,53%
1)	Iberia Shopping Centre Venture Cooperatief UA	Amesterdão (Holanda)	10,00%	7,00%	10,00%	5,00%

3)	Iberian Holdings Spain, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
1)	Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
3)	Ioannina Development of Shopping Centres, S.A.	Atenas (Grécia)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Land Retail, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	35,07%	100,00%	28,62%
	Larissa Development of Shopping Centres, S.A.	Atenas (Grécia)	100,00%	35,00%	100,00%	25,00%
1)	LCC – Leirishopping – Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	15,75%	100,00%	11,25%
1)	Le Terrazze – Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	10,00%	7,00%	10,00%	5,00%
1)	Loop5 Shopping Centre GmbH & Co KG	Dusseldorf (Alemanha)	9,00%	6,30%	9,00%	4,50%
1)	Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	50,00%	7,88%	50,00%	5,63%
2)3)	Luz del Tajo, B.V.	Amesterdão (Holanda)	-	-	100,00%	25,05%
1)	Luz del Tajo - Centro Comercial, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
	Madeirashopping - Centro Comercial, S.A.	Funchal (Portugal)	50,00%	17,54%	50,00%	12,53%
1)	Maiashopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	14,00%	100,00%	10,00%
3)	Microcom Doi, Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
	Norte Shopping Retail and Leisure Centre, B.V.	Amesterdão (Holanda)	50,00%	17,54%	50,00%	12,53%
	Norteshopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	17,54%	100,00%	12,53%
1)	Olimpo Asset 1, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	2,63%	100,00%	1,88%
1)	Olimpo Asset 2, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	2,63%	100,00%	1,88%
1)5)	Olimpo Asset 3, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	2,63%	100,00%	1,88%
1)6)	Olimpo Asset 4, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	2,63%	100,00%	1,88%
1)	Olimpo Real Estate Socimi, S.A.	Madrid (Espanha)	3,75%	2,63%	3,75%	1,88%
	Pantheon Plaza B.V.	Amesterdão (Holanda)	50,00%	35,00%	50,00%	25,00%
3)	Paracentro - Gestão de Galerias Comerciais, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
	Park Avenue Development of Shopping Centers, S.A.	Atenas (Grécia)	50,00%	35,00%	50,00%	25,00%
3)	Parklake Shopping, S.A.	Bucareste (Roménia)	100,00%	70,00%	50,00%	25,00%
	Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial, S.A.	Ponta Delgada (Portugal)	50,00%	17,54%	50,00%	12,53%
	Parque D. Pedro 1, B.V. SARL	Luxemburgo	100,00%	35,00%	100,00%	25,00%
3)	Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
	Pátio Boavista Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,33%	100,00%	16,66%
7)	Pátio Goiânia Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	-	-	100,00%	16,66%
	Pátio Londrina Empreendimentos e Participações, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,33%	100,00%	16,66%

	Pátio São Bernardo Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,33%	100,00%	16,66%
	Pátio Sertório Shopping, Ltda	Manaus (Brasil)	100,00%	23,33%	100,00%	16,66%
	Pátio Uberlândia Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,33%	100,00%	16,66%
3)	Plaza Eboli - Centro Comercial, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Plaza Mayor Parque de Ócio, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
3)	Plaza Mayor Parque de Ócio, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
3)	Plaza Mayor Shopping, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
3)	Plaza Mayor Shopping, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
3)	Plenerg Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	70,00%	50,00%	25,00%
1)	PORTCC – Portimãoshopping – Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	15,75%	100,00%	11,25%
1)	Project Guia, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
3)	Project Sierra 10 B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Project Sierra 11 B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Project Sierra 12 B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Project Sierra 2, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
1)	Project Sierra 8, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
3)	Project Sierra Cúcuta, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Project Sierra Four Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Project Sierra Germany 4 (four), Shopping Centre, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Project Sierra Spain 1, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Project Sierra Spain 2 - Centro Comercial, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
	Proyecto Cúcuta S.A.S	Santiago de Cali (Colombia)	50,00%	35,00%	50,00%	25,00%
1)	Rio Sul – Centro Comercial, S.A.	Lisboa (Portugal)	50,00%	7,88%	50,00%	5,63%
3)	River Plaza B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)8)	River Plaza Mall, Srl	Bucareste (Roménia)	-	-	100,00%	50,00%
	SC Aegean, B.V.	Amesterdão (Holanda)	50,00%	35,00%	50,00%	25,00%
1)	Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.	Lisboa (Portugal)	5,00%	3,50%	50,00%	5,63%
	Shopping Centre Colombo Holding, B.V.	Amesterdão (Holanda)	50,00%	17,54%	50,00%	12,53%
3)	Shopping Centre Parque Principado, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	35,07%	100,00%	25,05%
2)	Sierra Asia Limited	Hong Kong	-	-	100,00%	50,00%
3)	Sierra Berlin Holding B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%

	Sierra Brazil 1, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	35,00%	100,00%	25,00%
	Sierra Central, S.A.S.	Santiago de Cali (Colômbia)	50,00%	35,00%	50,00%	25,00%
1)	Sierra Cevital Shopping Center, Spa	Argélia	49,00 %	34,30%	49,00 %	24,50%
2)	Sierra Core Assets Holdings, B.V.	Amesterdão (Holanda)	-	-	50,00%	25,05%
3)	Sierra Developments Holding, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Developments, SGPS, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings, B.V.	Amesterdão (Holanda)	50,10%	35,07%	50,10%	25,05%
3)	Sierra Germany GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra GP, Limited	Guernesey (R.U.)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)10)	Sierra Greece, S.A.	Atenas (Grécia)	-	-	100,00%	50,00%
	Sierra Investimentos Brasil Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,33%	100,00%	16,66%
3)	Sierra Investments (Holland) 1, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Investments (Holland) 2, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Investments Holding, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Investments SGPS, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Italy, Srl	Milão (Itália)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Management, SGPS, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Maroc, SARL	Casablanca (Marrocos)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Maroc Services, SARL	Casablanca (Marrocos)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Parma Project B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Portugal, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Project Nürnberg B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Real Estate Greece B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Retail Ventures B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Romania Shopping Centers Services, SRL	Bucareste (Roménia)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Services Holland B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Solingen Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Spain Malaga Holdings, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Spain – Shopping Centers Services, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Turkey Gayrimenkul Yönetim Pazarlama ve Danışmanlık Anonim Şirket	Istambul (Turquia)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
3)	Sierra Zenata Project B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%

	Solingen Shopping Center GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	50,00%	35,00%	50,00%	25,00%
	Sonae Sierra Brasil, S.A.	São Paulo (Brasil)	66,65%	23,33%	66,65%	16,66%
	Sonae Sierra Brazil, B.V. SARL	Luxemburgo	50,00%	35,00%	50,00%	25,00%
3)	Sonae Sierra, SGPS, S.A.	Maia (Portugal)	70,00%	70,00%	50,00%	50,00%
3)	SPF - Sierra Portugal	Luxemburgo	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
1)	SPF - Sierra Portugal Real Estate, SARL	Luxemburgo	22,50%	15,75%	22,50%	11,25%
	Unishopping Consultoria Imobiliária, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	23,33%	100,00%	16,66%
	VdG Holding B.V.	Amesterdão (Holanda)	50,00%	17,54%	50,00%	12,53%
	Via Catarina - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	50,00%	17,54%	50,00%	12,53%
3)	Weierstadt Shopping B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	70,00%	100,00%	50,00%
1)	Zenata Commercial Project, S.A.	Mohammedia (Marrocos)	11,00%	7,7%	11,00%	5,5%
ZOPT (NOS)						
	Big Picture 2 Films, S.A.	Oeiras (Portugal)	20,00%	4,69%	20,00%	4,69%
	Big Picture Films, SL	Madrid (Espanha)	100,00%	4,69%	100,00%	4,69%
2)	Canal 20 TV, S.A.	Madrid (Espanha)	-	-	50,00%	11,73%
	Dreamia Holding B.V.	Amesterdão (Holanda)	50,00%	11,73%	50,00%	11,73%
	Dreamia Serviços de Televisão, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	11,73%	100,00%	11,73%
	Empracine – Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	FINSTAR – Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.	Luanda (Angola)	30,00%	7,04%	30,00%	7,04%
	Lusomundo – Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A.	Lisboa (Portugal)	99,87%	23,43%	99,87%	23,43%
	Lusomundo Imobiliária 2, S.A.	Lisboa (Portugal)	99,87%	23,43%	99,87%	23,43%
	Lusomundo Moçambique, Lda	Maputo (Moçambique)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	MSTAR, S.A.	Maputo (Moçambique)	30,00%	7,04%	30,00%	7,04%
	NOS Açores Comunicações, S.A.	Ponta Delgada (Portugal)	83,82%	19,66%	83,82%	19,66%
	NOS Communications Sàrl	Luxemburgo	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	NOS Comunicações, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	NOS Inovação, S.A.	Matosinhos (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	NOS Internacional, SGPS, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	NOS Lusomundo Cinemas, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%

NOS Lusomundo TV, Lda	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
NOS Madeira Comunicações, S.A.	Funchal (Portugal)	77,95%	18,29%	77,95%	18,29%
NOS SGPS, S.A.	Lisboa (Portugal)	52,15%	23,46%	52,15%	23,46%
NOS Sistemas España, SL	Madrid (Espanha)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
NOS Sistemas, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
NOSPUB – Publicidade e Conteúdos, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
NOS Technology – Conceção Construção e Gestão de Redes de Comunicação, S.A.	Matosinhos (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
NOS Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
Sport TV Portugal, S.A.	Lisboa (Portugal)	25,00%	5,86%	25,00%	5,86%
Teliz Holding, B.V.	Amstelveen (Holanda)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
Upstar Comunicações, S.A.	Vendas Novas (Portugal)	30,00%	7,04%	30,00%	7,04%
ZAP Cinemas, S.A.	Luanda (Angola)	100,00%	7,04%	100,00%	7,04%
ZAP Media, S.A.	Luanda (Angola)	100,00%	7,04%	100,00%	7,04%
ZAP Publishing, S.A.	Luanda (Angola)	100,00%	7,04%	100,00%	7,04%
ZOPT, SGPS, S.A.	Porto (Portugal)	50,00%	44,99%	50,00%	44,99%
Sonae IM					
Intelligent Big Data, SL	Gipuzcoa (Espanha)	50,00%	36,39%	50,00%	44,99%
Sonae FS					
Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A.	Porto (Portugal)	70,00%	35,00%	70,00%	35,00%
Brokerslink Management AG	Zug (Suíça)	20,00%	10,00%	20,00%	10,00%
BUZZEE Insure, Lda	Porto (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Filhet Allard EspañaCorreduria de Seguros S.L.	Madrid (Espanha)	35,00%	17,50%	35,00%	17,50%
Flexben, Lda	Porto (Portugal)	45,00%	22,50%	45,00%	22,50%
Herco Consultoria de Risco e Corretora de Seguros, Ltda	Santa Catarina (Brasil)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Herco, Consultoria de Risco, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
HighDome PCC Limited	La Valeta (Malta)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Iberosegur – Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda	Porto (Portugal)	60,00%	30,00%	60,00%	30,00%
11) ISEM – Corretora de seguros e resseguros, S.A.	Lisboa (Portugal)	50,00%	25,00%	-	-

	Larim Corretora de Resseguros Ltda	Rio de Janeiro (Brasil)	99,99%	50,00%	99,99%	50,00%
	Lazam/mds Correctora Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	MDS África, SGPS, S.A.	Porto (Portugal)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	MDS - Corretor de Seguros, S.A.	Porto (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Porto (Portugal)	50,00%	25,00%	50,01%	25,00%
9)	MDS Link Solutions, Lda	Porto (Portugal)	50,00%	25,00%	-	-
	MDS Malta Holding Limited	La Valeta (Malta)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
11)	MDS MG Corretora e Administradora de Seguros, Ltda	Minas Gerais (Brasil)	50,00%	25,00%	-	-
	MDS Partners Corretor de Seguros, S.A.	Porto (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	MDS RE – Mediador de resseguros, SGPS, S.A.	Porto (Portugal)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	MDS, SGPS, S.A.	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
9)	Moneris Correctores de Seguros Limitada	Maputo (Moçambique)	50,00%	50,00%	-	-
	Moneris. Seguros - Mediação de Seguros, Lda	Oeiras (Portugal)	60,00%	30,00%	60,00%	30,01%
11)	Reinsurance Solutions, Soc. Corretora de Resseguros, S.A.	Luanda (Angola)	50,00%	33,33%	-	-
Outros						
9)	MKTPLACE – Comércio Eletrónico, S.A.	Porto (Portugal)	50,00%	50,00%	-	-
	Unipress - Centro Gráfico, Lda	Vila Nova de Gaia (Portugal)	50,00%	44,99%	50,00%	44,99%
	SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Porto (Portugal)	50,00%	44,99%	50,00%	44,99%

**a percentagem de capital detido “Total” representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido “Direto” corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa.

- 1) Com a obtenção do controlo da Sonae Sierra, SGPS, S.A., estas empresas passaram de empreendimentos conjuntos para associadas (Notas 4.3, 10.1, 10.2.2 e 10.3);
- 2) Filial liquidada no período;
- 3) Com a obtenção do controlo da Sonae Sierra, SGPS, S.A., estas empresas passaram de empreendimentos conjuntos para subsidiárias passando a consolidar pelo método de consolidação integral (Nota 4.3);
- 4) Com a obtenção do controlo da Sonae Sierra, SGPS, S.A., a parte controlada conjuntamente pelo Sierra Portugal Fund (SPF) passa a ser classificada como associada;
- 5) Ex - Portitail – Investimentos Imobiliários, S.A.;
- 6) Ex - Hacia arriba – Projetos, Negócios e Promoções, S.A.;
- 7) Filial extinta por fusão na filial Sierra Investimentos Brasil Ltda;
- 8) Filial retirada do consolidado em dezembro de 2018, em resultado do acordo efetuado com a entidade financiadora;

- 9) Filial constituída no período;
- 10) Filial fusionada na Ioannina Development of Shopping Centres, S.A. em 2017;
- 11) Filial adquirida no período.

53.2 Empresas associadas

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2018		31 dez 2017	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Sonae MC					
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa (Portugal)	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Sonae S2 Africa Limited	La Valetta (Malta)	30,00%	30,00%	30,00%	30,00%
S2 Mozambique, S.A.	Maputo (Moçambique)	30,00%	30,00%	30,00%	30,00%
Ulabox, S.L.	Barcelona (Espanha)	36,00%	36,00%	41,89%	41,89%
Sonae Sports & Fashion					
3) ISRG - Iberian Sports Retail Group, SL	Alicante (Espanha)	33,33%	33,33%	-	-
Sonae IM					
1) Alfaros SRAL	Tunísia	40,00%	21,30%	-	-
2) Armilar Venture Partners – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa (Portugal)	-	-	35,00%	31,49%
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners II	Lisboa (Portugal)	50,74%	45,65%	50,74%	45,65%
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners III	Lisboa (Portugal)	42,70%	38,42%	42,64%	38,36%
Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Venture Partners Inovação e Internacionalização	Lisboa (Portugal)	37,54%	33,77%	37,54%	33,77%
MOVVO, S.A.	Porto (Portugal)	25,58%	25,58%	25,58%	25,58%
Probe.ly	Lisboa (Portugal)	21,21%	19,08%	22,88%	20,58%
Secucloud Network GmbH	Hamburgo (Alemanha)	27,45%	24,70%	27,45%	24,70%
1) Suricate Solutions	Luxemburgo	20,00%	10,65%	-	-
Sonae Sierra					
4) 3shoppings - Holding, SGPS, S.A.	Maia (Portugal)	20,00%	14,00%	20,00%	10,00%
4) 8ª Avenida Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	15,75%	100,00%	11,25%
4) ALBCC – Albufeirashopping – Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	15,75%	100,00%	11,25%
4) ALBRP Albufeira Retail Park, Lda	Maia (Portugal)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
4) Albufeira RP (Luxembourg) 1, SARL	Luxemburgo	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%

4)	Albufeira RP (Luxembourg) 2, SARL	Luxemburgo	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
4)	ALEXA Asset GmbH & Co, KG	Dusseldorf (Alemanha)	9,00%	6,30%	9,00%	4,50%
4)	Algarveshopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
4)	Area Sur Shopping, S.L	Madrid (Espanha)	15,00%	10,50%	15,00%	7,50%
5)	Arrábidasshopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	50,00%	7,88%	100,00%	12,53%
4)	Candotal Spain S,L,U,	Madrid (Espanha)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
4)	Estação Viana - Centro Comercial, S.A.	Viana do Castelo (Portugal)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
5)	Gaiashopping I - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	7,88%	100,00%	12,53%
5)	Gaiashopping II - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	7,88%	100,00%	12,53%
4)	Guimarãeshopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	14,00%	100,00%	10,00%
4)	Iberia Shopping Centre Venture Cooperatief UA	Amesterdão (Holanda)	10,00%	7,00%	10,00%	5,00%
4)	Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
4)	LCC – Leiriashopping – Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	15,75%	100,00%	11,25%
4)	Le Terrazze – Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	10,00%	7,00%	10,00%	5,00%
4)	Loop5 Shopping Centre GmbH & Co KG	Dusseldorf (Alemanha)	9,00%	6,30%	9,00%	4,50%
4)	Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	50,00%	7,88%	50,00%	5,63%
4)	Luz del Tajo - Centro Comercial, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
4)	Maiashopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	14,00%	100,00%	10,00%
4)	Olimpo Asset 1, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	2,63%	100,00%	1,88%
4)	Olimpo Asset 2, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	2,63%	100,00%	1,88%
4)6)	Olimpo Asset 3, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	2,63%	100,00%	1,88%
4)7)	Olimpo Asset 4, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	2,63%	100,00%	1,88%
1)	Olimpo Asset 5, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	2,63%	-	-
1)	Olimpo Asset 6, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	2,63%	-	-
1)	Olimpo Asset 7, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	2,63%	-	-
1)	Olimpo Asset 8, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	2,63%	-	-
4)	Olimpo Real Estate Socimi, S.A.	Madrid (Espanha)	3,75%	2,63%	3,75%	1,88%
4)	PORTCC – Portimãoshopping – Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	15,75%	100,00%	11,25%
4)	Project Guia, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
4)	Project Sierra 8, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	7,00%	100,00%	5,00%
4)	Rio Sul – Centro Comercial, S.A.	Lisboa (Portugal)	50,00%	7,88%	50,00%	5,63%
4)	Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.	Lisboa (Portugal)	5,00%	3,50%	50,00%	5,63%

4)	Sierra Cevital Shopping Center, Spa	Argélia	49,00 %	34,30%	49,00 %	24,50%
4)	SPF - Sierra Portugal Real Estate, SARL	Luxemburgo	22,50%	15,75%	22,50%	11,25%
4)	Zenata Commercial Project, S.A.	Mohammedia (Marrocos)	11,00%	7,7%	11,00%	5,5%
Outros						
8)	APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A.	Porto (Portugal)	-	-	22,75%	22,75%

*a percentagem de capital detido “Total” representa a percentagem total de interesses detida pelo Grupo; a percentagem de capital detido “Direto” corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa, no capital social da referida empresa.

- 1) Associada adquirida no período;
- 2) Em junho foi vendida a participação do fundo;
- 3) Em 2017 foi efetivado um acordo de parceria que se concretizou em janeiro de 2018, passando esta filial a ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial dada a perda de controlo (Notas 3.2 e 4);
- 4) Com a obtenção do controlo da Sonae Sierra, SGPS, S.A., estas empresas passaram de empreendimentos conjuntos para associadas (Notas 4.3, 10.1, 10.2.2 e 10.3);
- 5) Com a obtenção do controlo da Sonae Sierra, SGPS, S.A., a parte controlada conjuntamente pelo Sierra Portugal Fund (SPF) passa a ser classificada como associada;
- 6) Ex - Portitail – Investimentos Imobiliários, S.A.
- 7) Ex - Hacia arriba – Projetos, Negócios e Promoções, S.A.;
- 8) Associada liquidada no período.

Os empreendimentos conjuntos e associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada a 19 de março de 2019

Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do CA e e Co-Presidente da Comissão Executiva

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Co-Presidente da Comissão Executiva

José Manuel Neves Adelino, Administrador Não-Executivo

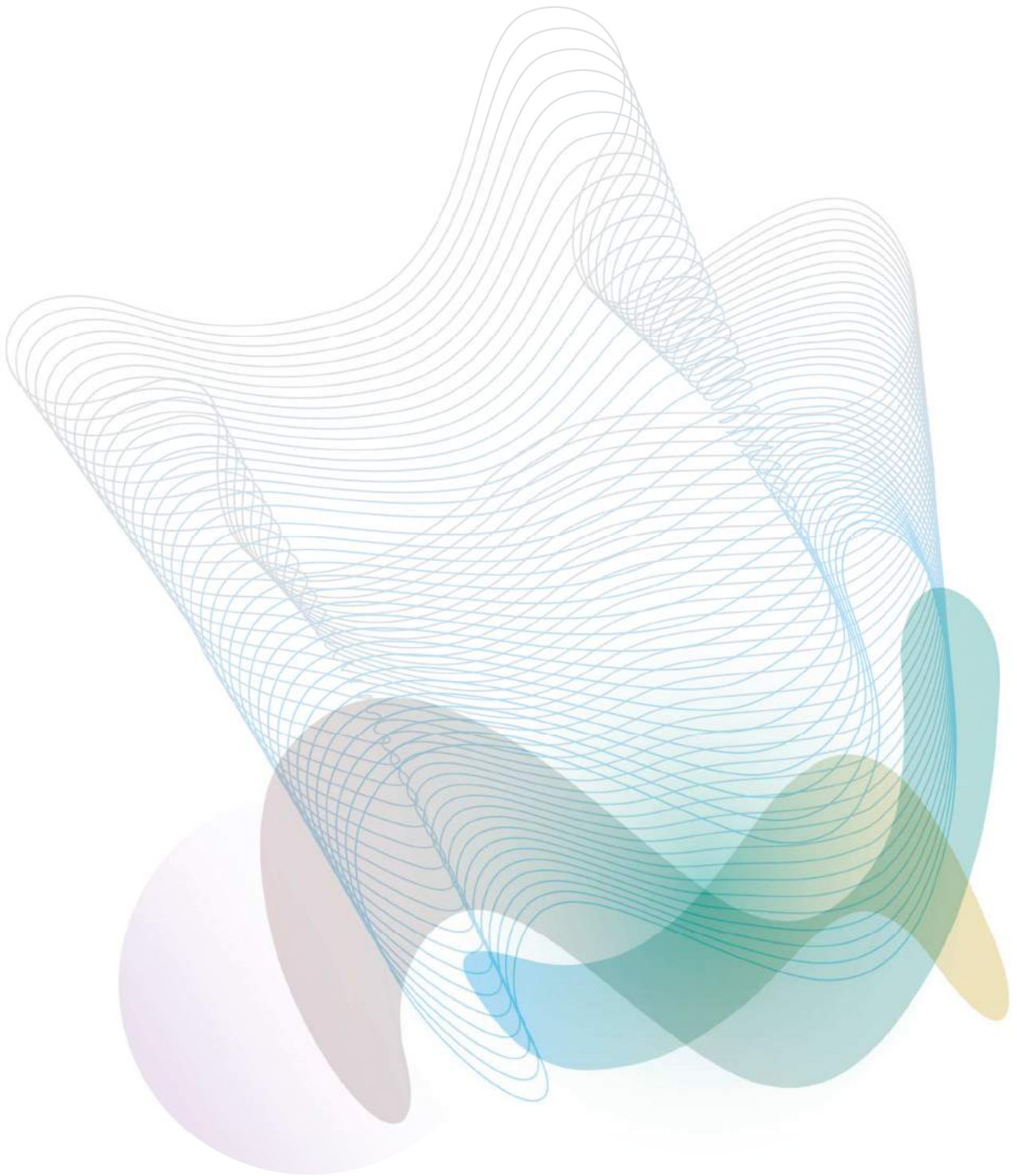
Andrew Eustace Clavering Campbell, Administrador Não-Executivo

Christine Cross, Administradora Não-Executiva

Tsega Gebreyes, Administradora Não-Executiva

Marcelo Faria de Lima, Administrador Não-Executivo

Margaret Lorraine Trainer, Administradora Não-Executiva



Demonstrações
financeiras separadas

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017


(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2018	31 dez 2017
ATIVO			
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	6	47.575	68.906
Ativos intangíveis	7	-	20
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	4.472.705.724	3.824.883.407
Outros investimentos	9	49.880	49.880
Ativos por impostos diferidos	33	10.152.126	7.755.724
Outros ativos não correntes	4, 10	26.000.000	110.649.867
Total de ativos não correntes		4.508.955.305	3.943.407.804
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	4, 11	533.735	531.855
Outras dívidas de terceiros	4, 12	430.081.947	28.342.353
Estado e outros entes públicos	13	14.759.647	13.704.653
Outros ativos correntes	4, 14	2.959.900	2.245.319
Caixa e equivalentes de caixa	4, 15	13.496.553	170.739
Total de ativos correntes		461.831.782	44.994.919
TOTAL DO ATIVO		4.970.787.087	3.988.402.723
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	16	2.000.000.000	2.000.000.000
Reservas legais	18	251.937.767	247.276.603
Outras reservas	19	1.047.473.703	1.042.902.457
Resultados transitados		101.174.851	101.174.851
Resultado líquido do exercício		321.807.558	93.223.270
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		3.722.393.879	3.484.577.181
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	4, 21	159.092.197	158.758.711
Empréstimos bancários	4, 21	263.537.827	215.983.190
Total de passivos não correntes		422.630.024	374.741.901
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	4, 21	182.500.000	36.390.000
Fornecedores	4	292.578	286.234
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	4, 22	600.131.390	77.494.244
Outras dívidas a terceiros	4, 23	31.488.723	3.789.922
Estado e outros entes públicos	13	8.530.735	8.919.178
Outros passivos correntes	4, 24	2.819.758	2.204.063
Total de passivos correntes		825.763.184	129.083.641
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		4.970.787.087	3.988.402.723

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2018	31 dez 2017
Rédito de contratos com clientes	28	524.985	523.066
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	29	330.515.255	75.572.196
Rendimentos e ganhos financeiros	30	2.491.520	3.243.663
Outros rendimentos		1.892.655	1.617.563
Fornecimentos e serviços externos	31	(4.134.628)	(3.574.692)
Gastos com o pessoal	32	(1.994.697)	(1.938.085)
Depreciações e amortizações	6, 7	(21.462)	(31.950)
Gastos e perdas financeiras	30	(7.647.908)	(7.396.261)
Outros gastos e perdas		(861.456)	(587.785)
Resultado antes de impostos		320.764.264	67.427.715
Imposto sobre o rendimento	33	1.043.294	25.795.555
Resultado líquido do exercício		321.807.558	93.223.270
Resultados por ação			
Básico	34	0,160904	0,046612
Diluído	34	0,160830	0,046593

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.



DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DO RESULTADO LÍQUIDO E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2018	31 dez 2017
Resultado líquido do exercício		321.807.558	93.223.270
Outro rendimento integral do exercício		-	-
Total rendimento integral do exercício		321.807.558	93.223.270

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em euros)	Notas	Capital social	Ações próprias	Reservas legais	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado líquido	Total
					Reserva para planos pagamento baseados em ações	Reservas livres	Total outras reservas			
Saldo em 1 de janeiro de 2017		2.000.000.000	-	244.211.592	1.078.568	1.063.555.682	1.064.634.250	146.534.851	15.940.218	3.471.320.911
Total rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	-	-	93.223.270	93.223.270
Aplicação do resultado de 2016:										
Transferência para reserva legal		-	-	3.065.011	-	-	-	-	(3.065.011)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(58.235.207)	(58.235.207)
Distribuição de reservas livres		-	-	-	-	(21.764.793)	(21.764.793)	-	-	(21.764.793)
Transferência para resultados transitados efeito da reexpressão de 2016		-	-	-	-	-	-	(45.360.000)	45.360.000	-
Outras alterações:										
Cumprimento de obrigação por terceiro	20	-	(466.211)	-	-	-	-	-	-	(466.211)
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	20	-	-	-	475.900	-	475.900	-	-	475.900
Ações alienadas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	20	-	466.211	-	(541.400)	98.500	(442.900)	-	-	23.311
Saldo em 31 de dezembro de 2017		2.000.000.000	-	247.276.603	1.013.068	1.041.889.389	1.042.902.457	101.174.851	93.223.270	3.484.577.181
Saldo em 1 de janeiro de 2018		2.000.000.000	-	247.276.603	1.013.068	1.041.889.389	1.042.902.457	101.174.851	93.223.270	3.484.577.181
Total rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	-	-	321.807.558	321.807.558
Aplicação do resultado de 2017:										
Transferência para reserva legal		-	-	4.661.164	-	-	-	-	(4.661.164)	-
Transferência para reservas livres		-	-	-	-	4.562.106	4.562.106	-	(4.562.106)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(84.000.000)	(84.000.000)
Outras alterações:										
Política de remuneração variável anual e de médio prazo - reclassificação de capital para passivo	20	-	-	-	(578.200)	162.473	(415.727)	-	-	(415.727)
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	20	-	-	-	424.867	-	424.867	-	-	424.867
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.000.000.000	-	251.937.767	859.735	1.046.613.968	1.047.473.703	101.174.851	321.807.558	3.722.393.879

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2018	31 dez 2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		523.105	706.639
Pagamentos a fornecedores		(4.653.516)	(3.867.851)
Pagamentos ao pessoal		(2.012.648)	(1.903.085)
Fluxos gerados pelas operações		(6.143.059)	(5.064.297)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		23.623.308	(14.754.977)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(45.633)	1.511.840
Fluxos das atividades operacionais (1)		17.434.616	(18.307.434)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	35	125.156.262	-
Ativos fixos tangíveis		-	603
Juros e rendimentos similares		3.624.958	657.501
Dividendos	29	203.189.270	54.809.596
Outros		1.791.362	2.399.600
Empréstimos concedidos		2.951.828.927	2.482.084.000
Pagamentos respeitantes a:		3.285.590.779	2.539.951.300
Investimentos financeiros	35	(647.443.956)	-
Ativos fixos tangíveis		(111)	(35.456)
Empréstimos concedidos		(3.268.165.061)	(2.419.641.000)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(630.018.349)	120.274.844
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	36	4.954.052.590	4.813.773.244
Pagamentos respeitantes a:		4.954.052.590	4.813.773.244
Empréstimos obtidos	36	(4.237.805.444)	(4.828.281.000)
Juros e gastos similares		(6.341.605)	(8.229.388)
Dividendos		(83.995.994)	(80.010.413)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(4.328.143.043)	(4.916.520.801)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		13.325.814	(780.147)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	15	170.739	950.886
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	15	13.496.553	170.739

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.



SONAE, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

1 Nota introdutória

A SONAE, SGPS, SA (“Empresa” ou “Sonae”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal.

As demonstrações financeiras separadas são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro “IFRS” tal como adotadas pela União Europeia (IFRS – EU).

São igualmente apresentadas, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

2 Principais políticas contabilísticas


As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras separadas são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia e estejam efetivas a 1 de janeiro de 2018.

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras separadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.11.



A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras separadas foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2018, e que se encontram divulgados na nota 2.1 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. A entrada em vigor destas normas não provocou impactos relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Impactos IFRS 9 e IFRS 15

Relativamente a estas normas que se tornaram efetivas no período iniciado a 1 de janeiro de 2018, os impactos foram os seguintes:

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 trata da classificação, mensuração e desreconhecimento de instrumentos financeiros, introduzindo alterações ao nível da classificação dos ativos financeiros, do cálculo de imparidade de ativos financeiros e da designação de relações de cobertura.


Com a adoção da IFRS 9, a Empresa analisou os seus ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais, à data de aplicação inicial (1 de janeiro de 2018), tendo classificado os instrumentos financeiros nas categorias previstas da IFRS 9.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 9, a Empresa optou pela aplicação retrospectiva com ajustamento nos resultados transitados, à data de adoção inicial (1 de janeiro de 2018), sendo que os valores comparativos não foram reexpressos.

Os ativos financeiros classificados em 2017 na categoria de clientes e contas a receber da IAS 39 encontram-se classificados em 2018 como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A reclassificação destes ativos não teve impacto no capital próprio a 1 de janeiro de 2018, uma vez que a aplicação dos novos critérios de classificação da IFRS 9 não alterou o modelo de mensuração dos ativos antes de perdas de imparidade, continuando a ser aplicado o custo amortizado.

Imparidade de ativos financeiros

A aplicação da IFRS 9 obriga à determinação das perdas de imparidade com base no modelo de perdas estimadas, e não com base nas perdas incorridas conforme previsto na IAS 39. Estão sujeitos ao novo modelo de imparidade os instrumentos de dívida reconhecidos ao custo amortizado (clientes, outros devedores e empréstimos a entidades relacionadas) e ativos de contratos com clientes. A Empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de imparidade estimadas são registadas desde o reconhecimento inicial dos saldos e pelo período da maturidade dos mesmos, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos, ajustados por estimativas prospetivas.



No que diz respeito aos empréstimos a entidades relacionadas estes foram considerados como tendo baixo risco, de modo que as perdas de imparidade foram determinadas avaliando as perdas estimadas nos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas de crédito estimadas.

O impacto total nos resultados transitados pela adoção do modelo de imparidade da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 foi considerado imaterial, não tendo sido relevado contabilisticamente.

IFRS 15 - Reconhecimento do Rédito

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

O impacto da adoção da IFRS 15 foi nulo.

Adicionalmente existem normas aprovadas para aplicação nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019, bem como normas ainda não aprovadas pela União Europeia, as quais a Empresa não aplicou antecipadamente e que não se estima virem a implicar alterações significativas ao nível das demonstrações financeiras, encontrando-se em finalização a análise de possíveis impactos decorrentes da aplicação da IFRS 16, que se antecipam imateriais. A descrição de tais normas encontra-se igualmente na nota 2.1 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Sonae tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

Empreendimentos conjuntos são entidades das quais a Sonae detém o controlo conjunto com outro parceiro, sob uma determinada atividade económica.


Associadas correspondem a entidades sobre as quais a Sonae exerce influência significativa, isto é, sobre as quais a Sonae tem o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais e financeiras da investida, mas não correspondendo esse poder a controlo ou controlo conjunto sobre as mesmas.

Para além do reconhecimento da imparidade nestes investimentos, a Sonae reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

Os dividendos recebidos destes investimentos são registados como ganhos relativos a investimentos, quando atribuídos.

A Sonae realiza testes de imparidade aos investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras separadas não seja recuperável.

A análise de imparidade é efetuada com base na estimativa de justo valor dos ativos líquidos da subsidiária em análise, maioritariamente constituídos por participações financeiras em outras subsidiárias da Empresa, deduzido do justo valor dos passivos da subsidiária.



Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela subsidiária em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. No caso de subsidiárias ou empreendimentos conjuntos cujos ativos mais relevantes correspondem a participações em empresas imobiliárias ou a ativos imobiliários, o justo valor das referidas participações é estimado por referência ao valor de mercado dos ativos imobiliários por aquelas detidos.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido de depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica depreciações e amortizações da demonstração dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica perdas de imparidade da demonstração dos resultados.

2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar fiavelmente o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica depreciações e amortizações da demonstração dos resultados.

2.5 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes ativos não são amortizados.

2.6 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na nota 4.

a) Ativos financeiros

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Reconhecimento:

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação:

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.


Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade):
 - a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A 31 de dezembro de 2018, a classificação dos ativos financeiros por categoria encontra-se divulgada na Nota 4.

Mensuração:

A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.



Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade:

A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros”, a Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.


Desreconhecimento de ativos financeiros:

A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Classificação:

Os investimentos detidos até à maturidade eram classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento fosse inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica



os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tinha intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluíam os investimentos detidos para negociação que a Empresa adquiria tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira como investimentos correntes.

A Empresa classificava como ativos financeiros disponíveis para venda os que não eram enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos eram classificados como ativos não correntes, exceto se houvesse intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Reconhecimento e mensuração:

Todas as compras e vendas destes investimentos eram reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos eram inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que era, usualmente, o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos eram inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação eram reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento eram registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.


Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda eram reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que pudessem vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos disponíveis para venda que não eram cotados e para os quais não era possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, eram mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados eram registados(as) na rubrica de “Ganhos ou perdas relativos a investimentos” da demonstração dos resultados.

Imparidade:

A Empresa avaliava a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não eram mensurados ao justo valor através de resultados. Se existisse uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconhecia uma perda por imparidade na demonstração dos resultados, na rubrica “Provisões e Perdas por imparidade”.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda eram registados no capital próprio, na rubrica de “Reservas de justo valor” incluída na rubrica “Outras reservas” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situasse abaixo do seu custo de aquisição e que tal correspondesse a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada era registado(a) na demonstração dos resultados. Um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo também constituía prova objetiva de imparidade.



No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considerava-se que um investimento se encontrava em imparidade quando ocorria um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Desreconhecimento:

A Empresa desreconhecia ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tivessem expirado ou tivessem sido transferidos, e a Empresa tivesse transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

b) Empréstimos e outras dívidas de terceiros

Os empréstimos são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes.

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na nota 2.6 k). Até 31 de dezembro de 2017, as perdas por imparidade eram registadas na sequência de eventos ocorridos que indicassem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não seria recebido. Para tal a Empresa tinha em consideração informação de mercado que demonstrasse que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na nota 4.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

d) Passivos financeiros

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados; e
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Fornecedores” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2018, a Empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os passivos financeiros eram classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- ii) Outros passivos financeiros.


A categoria “Outros passivos financeiros” incluía os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Fornecedores” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos eram reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente eram mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros eram desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos, o que corresponderá ao seu justo valor na data da transação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de “Gastos e perdas financeiras” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios,



conforme política definida na nota 2.9. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sob a forma de papel comercial são classificados como não correntes, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Empresa manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Sonae utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos não sendo utilizados derivados com o objetivo de negociação.

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:


- i) existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;
- ii) as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e
- iii) o rácio de cobertura designado pela Empresa, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

A eficácia da cobertura é avaliada com base nos critérios críticos (montante, taxa de juro, datas de liquidação de juros, divisa e data de vencimento) do item coberto e do instrumento de cobertura que tendem a ser semelhantes. Isso resulta em uma taxa de hedge próxima a 100%. Mudanças nos critérios críticos do hedge e do item coberto serão continuamente monitoradas. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração dos resultados.

Em situações específicas, a Empresa pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IFRS 9, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a Empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não



estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração dos resultados.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa eram os seguintes:

- i) Esperava-se que a cobertura fosse altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- ii) A eficácia da cobertura podia ser fiavelmente mensurada;
- iii) Existia adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- iv) A transação objeto de cobertura era altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro eram inicialmente registados pelo seu custo, se algum, o qual correspondia ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos eram reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura” incluída na rubrica “Reservas e resultados transitados”, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afetava resultados.

Para os derivados designados como de cobertura no âmbito da IAS 39 verificou-se que cumpriam com os critérios de cobertura no âmbito da IFRS 9, pelo que não houve lugar a qualquer ajustamento a 1 de janeiro de 2018.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em outras reservas.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.


j) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

k) Imparidade de ativos financeiros

Políticas contabilísticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Empresa avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são avaliados para fatores como o



histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas, como descrito na nota 2.6 b).

Políticas contabilísticas adotadas até 31 de dezembro de 2017

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avaliava, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias nas quais o valor recuperável destes ativos era inferior ao seu custo. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes”, e “Outras dívidas de terceiros” eram avaliados tendo por base a situação financeira do devedor, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise de imparidade.

2.7 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.8 Rédito

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

2.9 Especialização dos exercícios

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.


2.10 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.11 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias e em associadas;



As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

2.12 Responsabilidade por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano).

A liquidação dos planos é efetuada através da entrega de ações da Empresa, tendo esta a opção de liquidar os planos em dinheiro, e sendo o valor de cada plano determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada em capitais próprios, por contrapartida de gastos com o pessoal, linearmente ao longo do período de vencimento da responsabilidade.

2.13 Imposto sobre o rendimento

A partir do exercício de 2014 a Sonae constitui-se como sociedade dominante de um grupo de sociedades tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento a pagar nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de empresas do grupo.

Com exceção do exercício de 2017 em que apenas a sociedade dominante relevou contabilisticamente o montante correspondente aos prejuízos gerados pelo grupo, as sociedades que contribuem com prejuízos fiscais registam o montante de imposto correspondente nas contas individuais, igualmente por contrapartida da rubrica de empresas do grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando se verifique que o grupo possui expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.14 Transações com entidades relacionadas

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os ganhos ou perdas decorrentes destas transações e divulgados os efeitos na nota 27.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente. São utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade da Sonae, não sendo contratados, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade da Empresa.

As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível da Comissão Executiva e os riscos são identificados e monitorizados pelo Departamento Financeiro e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo da Sociedade.


3.2 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae é uma holding, não tendo qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias. Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

Adicionalmente a Sonae poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfólio (venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, entre outros) com a supervisão da Comissão Executiva.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Sonae cumpre rigorosamente os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional, as respetivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efetuada com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto



prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);

- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;

- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela Comissão Executiva.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito anteriormente referidos, a Administração da Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no entanto, as exposições a cada contraparte resultante das operações financeiras contratadas e a notação de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pela Direção Financeira e de Tesouraria, e os desvios reportados à Comissão Executiva e à Comissão de Finanças.

A Sonae está também exposta ao risco de liquidação, o qual é gerido através de uma rigorosa seleção dos seus intermediários, que deverão ser contrapartes com elevado nível de rating.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a subsidiárias faz parte da atividade normal da Holding.

3.3 Risco de liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2018, o total da dívida bruta era de 606 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 411 milhões de euros) (nota 21), excluindo a dívida obtida junto de empresas do grupo.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Sonae tenha capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:


- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis, que podem variar entre 60 e 360 dias;

- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;

- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;

- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;

- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo e evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 31 de dezembro de 2018 a maturidade média da dívida da Sonae, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas do longo prazo



disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, era de aproximadamente 2,6 anos (em 31 de dezembro de 2017 era de 4,5 anos);

- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A Sonae tem 417,3 milhões de euros de linhas de crédito contratadas (381,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017). A 31 de dezembro de 2018, o montante de empréstimos com vencimento em 2019 é de 182,5 milhões de euros (36,4 milhões de euros com vencimento em 2018). Adicionalmente tendo em consideração os montantes utilizados em 31 de dezembro de 2018 encontram-se disponíveis 74 milhões de euros (a 31 de dezembro de 2017 tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 210,6 milhões de euros). Face ao anteriormente exposto, e considerando ainda o aumento de linhas contratadas já ocorridas até ao momento da elaboração deste relatório, a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos dos seus investimentos, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes. Adicionalmente a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2018 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa e investimentos correntes conforme descrito na nota 15.


A Sonae considera que tem acesso a todos os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos e investimentos de curto prazo.

3.4 Risco de taxa de juro

3.4.1 Política

A Sonae está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps, FRA's e opções). A maior parte da dívida da Sonae encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro ou FRA's), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade. Consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco é também mitigado pelo facto da Sonae conceder empréstimos indexados a taxas variáveis às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.




A atividade de cobertura da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e devendo respeitar os seguintes princípios, os quais foram rigorosamente definidos:

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberto;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não deverá ser superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no capítulo 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- A determinação do justo valor das operações de cobertura teve por base, para os swaps, a atualização para a data da demonstração da posição financeira dos “cash-flows” futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do “leg” fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do “leg” variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de “Black-Scholes” e suas variantes. A estimativa dos cash-flows futuros é efetuada com base nas cotações forward implícitas na curva de mercado e o respetivo desconto para o presente, é realizado utilizando a curva de taxa de juro mais representativa do mercado, construída com base em informação de fontes credíveis veiculada pela Bloomberg, entre outros. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação. Esta análise assume que todas as outras variáveis se mantêm constantes;
- Todas as transações deverão ser contratadas seguindo contratos ISDA;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela Comissão Executiva e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

3.4.2 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os ganhos e perdas em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os



instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;

- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações na taxa de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da Empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 75 pontos base superiores, o resultado líquido antes de impostos da Sonae (contas separadas) em 31 de dezembro de 2018 seria inferior em cerca de 2,9 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2017 seria inferior em cerca de 1,9 milhões euros). O capital próprio em resultado do efeito da variação da taxa de juro, em mais 75 pontos base superiores, a 31 de dezembro de 2018 não teria impacto (sem impacto em 31 de dezembro de 2017), excluindo o efeito em resultados líquidos.

3.5 Risco de taxa de câmbio

A Sonae enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza, poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo, à aprovação prévia da Comissão Executiva.

Ao nível da Sonae, não há qualquer exposição significativa ao risco de taxa de câmbio de transação, uma vez que a quase totalidade dos capitais próprios e empréstimos às subsidiárias são denominados em euros.

3.6 Risco de preço e de mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a Empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na nota 8.

3.7 Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar o custo de financiamento.

A Sonae monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

4 Classes de instrumentos financeiros

As categorias dos instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na nota 2.6, a 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram classificadas como segue:

	31 dez 2018			
	Notas	Ativos / passivos a custo amortizado	Outros ativos / passivos não financeiros	Total
Outros ativos não correntes	10	26.000.000	-	26.000.000
Ativos não correntes		26.000.000	-	26.000.000
Clientes	11	533.735	-	533.735
Outras dívidas de terceiros	12	430.081.947	-	430.081.947
Outros ativos correntes	14	2.023.092	936.808	2.959.900
Caixa e equivalentes de caixa	15	13.496.553	-	13.496.553
Ativos correntes		446.135.327	936.808	447.072.135
Ativos financeiros		472.135.327	936.808	473.072.135
Empréstimos obrigacionistas	21	159.092.197	-	159.092.197
Empréstimos bancários	21	263.537.827	-	263.537.827
Passivos não correntes		422.630.024	-	422.630.024
Empréstimos bancários	21	182.500.000	-	182.500.000
Fornecedores		292.578	-	292.578
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	22	600.131.390	-	600.131.390
Outras dívidas a terceiros	23	31.488.723	-	31.488.723
Outros passivos correntes	24	2.819.758	-	2.819.758
Passivos correntes		817.232.449	-	817.232.449
Passivos financeiros		1.239.862.473	-	1.239.862.473

	31 dez 2017			
	Notas	Ativos / passivos a custo amortizado	Outros ativos / passivos não financeiros	Total
Outros ativos não correntes	10	110.649.867	-	110.649.867
Ativos não correntes		110.649.867		110.649.867
Clientes	11	531.855	-	531.855
Outras dívidas de terceiros	12	28.342.353	-	28.342.353
Outros ativos correntes	14	1.472.606	772.713	2.245.319
Caixa e equivalentes de caixa	15	170.739	-	170.739
Ativos correntes		30.517.553	772.713	31.290.266
Ativos financeiros		141.167.420	772.713	141.940.133
Empréstimos obrigacionistas	21	158.758.711	-	158.758.711
Empréstimos bancários	21	215.983.190	-	215.983.190
Passivos não correntes		374.741.901		374.741.901
Empréstimos bancários	21	36.390.000	-	36.390.000
Fornecedores		286.234	-	286.234
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	22	77.494.244	-	77.494.244
Outras dívidas a terceiros	23	3.789.922	-	3.789.922
Outros passivos correntes	24	8.919.178	(6.715.115)	2.204.063
Passivos correntes		126.879.578	(6.715.115)	120.164.463
Passivos financeiros		501.621.479	(6.715.115)	494.906.364

As classes de ativos e passivos financeiros detidos pela Sonae, mantiveram-se idênticas na transição do IAS 39 e IAS 9.

5 Alterações de políticas contabilísticas

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas com impacto relevante nas demonstrações financeiras ou erros materiais de exercícios anteriores.

6 Ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações era o seguinte:

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	132.742	20.821	1.655.881	723	-	1.810.167
Aumentos	-	-	27.615	-	7.841	35.456
Diminuições	-	-	(1.398)	-	-	(1.398)
Transferências / abates	1.601	-	6.240	-	(7.841)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	134.343	20.821	1.688.338	723	-	1.844.225
Aumentos	-	-	-	-	111	111
Transferências / abates	-	-	111	-	(111)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	134.343	20.821	1.688.449	723	-	1.844.336
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	91.981	17.746	1.634.342	723	-	1.744.792
Aumentos	12.748	3.075	16.100	-	-	31.923
Diminuições	-	-	(1.396)	-	-	(1.396)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	104.729	20.821	1.649.046	723	-	1.775.319
Aumentos	12.802	-	8.640	-	-	21.442
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	117.531	20.821	1.657.686	723	-	1.796.761
Valor líquido						
A 31 de dezembro de 2017	29.614	-	39.292	-	-	68.906
A 31 de dezembro de 2018	16.812	-	30.763	-	-	47.575

7 Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe dos ativos intangíveis e respectivas amortizações era o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Total ativos intangíveis
Ativo bruto			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	187.305	2.837	190.142
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	187.305	2.837	190.142
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	187.305	2.837	190.142
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	187.305	2.790	190.095
Aumentos	-	27	27
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	187.305	2.817	190.122
Aumentos	-	20	20
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	187.305	2.837	190.142
Valor líquido			
A 31 de dezembro de 2017	-	20	20
A 31 de dezembro de 2018	-	-	-

8 Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos era o seguinte:

Empresa	% de detenção	31 dez 2018				
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo final
Arat Inmuebles, SAU	100,00%	-	1.827.149	-	-	1.827.149
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	50,00%	30.000.544	46.047.451	-	-	76.047.995
Halfdozen Real Estate, SA	-	-	50.000	(50.000)	-	-
Interlog, SGPS, SA	-	106.686	-	(106.686)	-	-
Mktplace Comércio Eletrônico, SA	50,00%	-	1.389.604	-	-	1.389.604
SFS, Gestão e Consultoria, SA	100,00%	-	48.455.868	-	-	48.455.868
Sonae Corporate, SA (Ex Sonae - Shared Service Center, SA)	100,00%	-	6.062.634	-	-	6.062.634
Sonae Financial Services, SA	100,00%	-	45.700.000	-	-	45.700.000
Sonae Investments, BV	100,00%	835.700.000	-	-	-	835.700.000
Sonae MC, SGPS, SA (Ex Sonae Investimentos, SGPS, SA)	35,03%	532.246.696	223.111.000	(124.883.953)	-	630.473.743
Sonae RE, SA	99,92%	1.481.059	-	-	(721.000)	760.059
Sonae Sierra SGPS, SA	70,00%	490.113.339	255.936.650	-	-	746.049.989
Sonaecenter, Serviços, SA	100,00%	1.537.221.545	18.050.000	-	95.900.000	1.651.171.545
Sonaecom, SGPS, SA	26,02%	111.098.824	-	-	-	111.098.824
Sonaegest, SA	80,00%	159.615	813.600	-	-	973.215
Sontel, BV	35,87%	286.755.099	-	-	30.240.000	316.995.099
Total		3.824.883.407	647.443.956	(125.040.639)	125.419.000	4.472.705.724

Empresa	% de detenção	31 dez 2017				
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo final
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	106.686
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	19,60%	30.000.544	-	-	-	30.000.544
Sonae MC, SGPS, SA (Ex Sonae Investimentos, SGPS, SA)	25,03%	532.246.696	-	-	-	532.246.696
Sonae Investments, BV	100,00%	835.700.000	-	-	-	835.700.000
Sonae RE, SA	99,92%	1.232.059	-	-	249.000	1.481.059
Sonae Sierra SGPS, SA	50,00%	490.113.339	-	-	-	490.113.339
Sonaecom, SGPS, SA	26,02%	111.098.824	-	-	-	111.098.824
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	159.615
Sonaecenter, Serviços, SA	100,00%	1.530.231.545	-	-	6.990.000	1.537.221.545
Sontel, BV	35,87%	275.631.099	-	-	11.124.000	286.755.099
Total		3.806.520.407	-	-	18.363.000	3.824.883.407

Os testes de imparidade aos investimentos financeiros são efetuados nos termos da política contabilística referida em 2.2 e com base na avaliação dos ativos das subsidiárias efetuadas por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos.

Os pressupostos utilizados correspondem genericamente aos utilizados para efeitos de testes de imparidade de goodwill e de avaliação de ativos imobiliários que se encontram divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

A imparidade acumulada a 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como se segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Sonae RE, SA	2.912.000	2.191.000
Sonaecenter Serviços, SA	204.110.000	300.010.000
Sontel, BV	88.646.000	118.886.000
Total	295.668.000	421.087.000

9 Outros investimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe dos outros investimentos era o seguinte:

Empresa	31 dez 2018			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	49.880	-	-	49.880
Total	49.880	-	-	49.880

Empresa	31 dez 2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	49.880	-	-	49.880
Total	49.880	-	-	49.880

10 Outros ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Empréstimos concedidos a empresas do grupo:		
Sonae Investments, BV	25.000.000	110.649.867
Outros Devedores		
MDS, SGPS, SA	1.000.000	-
	26.000.000	110.649.867

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo a 31 de dezembro de 2018 vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, têm uma natureza de longo prazo, e o seu justo valor é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. A eventual imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea k) da nota 2.6.

11 Clientes

O saldo de clientes, respetivamente 533.735 euros e 531.855 euros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 respeita exclusivamente a prestação de serviços a empresas do grupo.

À data da demonstração da posição financeira, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade, dado não existirem indicações que os clientes não cumpram as suas obrigações.

12 Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe das outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Empresas do grupo		
Empréstimos (Nota 27)	401.986.000	-
Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	722.000	-
Fashion Division, SA	137.673.000	-
Halfdozen Real Estate, SA	4.464.000	-
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	1.769.000	-
Modalfa – Comércio e Serviços, SA	11.366.000	-
SK - Skin Health Cosmetics, SA	273.000	-
Sonae Corporate, SA	140.120.000	-
Sonaecenter, Serviços, SA	85.187.000	-
Zippy - Comércio e Distribuição, SA	20.412.000	-
Juros	1.072.307	2.630.955
Sonae Investments, BV	1.072.307	2.630.955
Impostos - RETGS (a)	26.783.070	25.532.297
Outros devedores		
Outros	240.570	179.101
	430.081.947	28.342.353

- (a) O montante registado na rubrica impostos – RETGS corresponde ao imposto apurado pelas empresas tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, das quais a Empresa é a sociedade dominante.

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

13 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

Saldos devedores	31 dez 2018	31 dez 2017
Pagamentos por conta	5.045.140	8.172.423
Retenções na fonte	7.802.786	3.738.704
Outros	1.911.721	1.793.526
	14.759.647	13.704.653

Saldos credores	31 dez 2018	31 dez 2017
Imposto estimado	8.326.891	8.737.183
Retenções de imposto sobre o rendimento:		
Trabalho dependente	19.864	24.988
Outros rendimentos	15.464	3.750
Imposto sobre o valor acrescentado	152.118	137.119
Contribuições para a segurança social	16.398	16.138
	8.530.735	8.919.178

O valor inscrito na rubrica de imposto estimado corresponde à estimativa de imposto sobre o rendimento apurado pelo grupo de sociedades tributadas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades de que a Empresa é dominante.

14 Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe dos outros ativos correntes era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Acréscimos de rendimentos	2.023.093	1.472.606
Gastos diferidos	936.807	772.713
	2.959.900	2.245.319

O valor registado na rubrica de acréscimos de rendimentos corresponde à especialização de juros relativos a empréstimos concedidos e comissões de fianças prestadas a participadas.

15 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Numerário	1.255	953
Depósitos bancários	13.495.298	169.786
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	13.496.553	170.739
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	13.496.553	170.739

16 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o capital social está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sociedade.

17 Ações próprias

A 31 de dezembro de 2018 a Sonae não detém direta ou indiretamente ações próprias.

18 Reservas legais

A Sociedade constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais.

19 Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Reservas livres	1.046.613.968	1.041.889.389
Responsabilidade por pagamento baseado em ações (Nota 20)	859.735	1.013.068
	1.047.473.703	1.042.902.457

Os movimentos ocorridos em 2018 e em 2017 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio.

As reservas de responsabilidade por pagamentos baseados em ações refletem o justo valor à data da atribuição dos planos de desempenho diferido a serem liquidados através da entrega de ações.

20 Responsabilidade por pagamento baseado em ações

A Sonae concedeu em 2018 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, ao Conselho de Administração prémios de desempenho diferido sob a forma de ações, a adquirir com desconto, três anos após a sua atribuição. O exercício dos direitos só ocorre se o Administrador estiver ao serviço na data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os planos em aberto são os seguintes:

	Período de diferimento		31 dez 2018		31 dez 2017	
	Data de atribuição	Data de vencimento	Nº participantes	Nº de ações	Nº participantes	Nº de ações
Plano 2014	2015	2018	-	-	2	400.869
Plano 2015	2016	2019	2	353.240	2	336.710
Plano 2016	2017	2020	2	503.647	2	480.838
Plano 2017	2018	2021	2	462.979	-	-

O justo valor das ações atribuídas decorrente dos planos em aberto pode ser resumido como segue:

	Data de atribuição	Data de vencimento	À data da atribuição	31 dez 2018	31 dez 2017
Plano 2014	2015	2018	578.200	-	451.378
Plano 2015	2016	2019	455.100	286.124	379.135
Plano 2016	2017	2020	394.400	407.954	541.424
Plano 2017	2018	2021	425.100	375.013	-

Durante o exercício, os movimentos ocorridos podem ser resumidos como segue:

Em número de ações	31 dez 2018	31 dez 2017
Saldo inicial	1.218.417	1.186.411
Movimento do exercício:		
Atribuídas	378.203	435.320
Vencidas	(400.869)	(497.027)
Cancelados / Extintos / Ajustados	124.115	93.713
Saldo final	1.319.866	1.218.417

Em valor	31 dez 2018	31 dez 2017
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	424.867	475.900
Valor registado em gastos com pessoal em exercícios anteriores	434.868	537.168
	859.735	1.013.068

21 Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Obrigações Sonae, SGPS 2015/2022	100.000.000	100.000.000
Obrigações Sonae, SGPS 2016/2023	60.000.000	60.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	(907.803)	(1.241.289)
Empréstimos obrigacionistas	159.092.197	158.758.711
Sonae SGPS - papel comercial	213.750.000	166.250.000
Sonae SGPS - empréstimos bancários	50.000.000	50.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	(212.173)	(266.810)
Empréstimos bancários	263.537.827	215.983.190
Empréstimos não correntes	422.630.024	374.741.901
Sonae SGPS - Papel comercial	182.500.000	36.390.000
Empréstimos bancários	182.500.000	36.390.000
Empréstimos correntes	182.500.000	36.390.000

A maior parte dos empréstimos estão indexados a taxas variáveis. Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor, determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados.

Perfil de maturidade da dívida bancária

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe da análise de maturidade dos empréstimos contraídos excluindo instrumentos derivados era o seguinte:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Valor nominal	Juros	Valor nominal	Juros
N+1	182.500.000	5.410.490	36.390.000	4.185.658
N+2	73.750.000	4.643.020	4.000.000	4.162.803
N+3	10.000.000	4.079.990	76.750.000	4.079.569
N+4	130.000.000	3.259.192	83.000.000	3.309.021
N+5	200.000.000	1.544.852	113.000.000	2.135.533
após N+5	10.000.000	58.858	99.500.000	967.039

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

Os montantes de juros foram calculados tendo em conta as taxas em vigor em cada financiamento a 31 de dezembro.

A 31 de dezembro de 2018 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

Ao abrigo das linhas de crédito e programas de papel comercial com compromissos firmes, a Sonae mantinha 74 milhões de euros disponíveis para fazer face às suas necessidades de tesouraria, conforme se segue:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano
Montante de linhas contratadas	203.500.000	213.750.000	145.000.000	216.250.000
Montante de linhas disponíveis	74.000.000	-	140.610.000	50.000.000

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2018 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média 0,68% (1,18% em 31 de dezembro de 2017).

22 Empréstimos obtidos de empresas do grupo

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de empréstimos obtidos de empresas do grupo era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Arat Inmuebles, SAU	1.287.000	-
Bright Brands Sportsgoods, SA	619.000	-
Infofield – Informática, SA	1.205.000	-
Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	815.000	-
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, SA	36.852.000	-
SFS, Gestão e Consultoria, SA	20.141.000	-
Sonae RE, SA	765.000	1.199.000
Sonaecenter, Serviços, SA	-	56.265.000
SonaeSR - Serviços e Logística, SA	7.334.000	-
Sontel, BV	395.710.390	20.030.244
Têxtil do Marco, SA	230.000	-
Worten - Equipamentos para o Lar, SA	135.123.000	-
WRT Business – Distribuição de Eletrodomésticos, Eletrónica e Informática, SA	50.000	-
	600.131.390	77.494.244

Os empréstimos obtidos de empresas do grupo vencem juros a taxas indexadas à Euribor.

23 Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de outras dívidas a terceiros era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Empresas do grupo		
Impostos - RETGS	31.383.078	3.690.603
Acionistas	101.229	97.223
Outros	4.416	2.096
	31.488.723	3.789.922

24 Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	475.202	498.616
Juros a liquidar	1.594.698	792.064
Outros	749.858	913.383
	2.819.758	2.204.063

25 Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	196.974.371	146.570.558
por processos judiciais em curso	70.766	70.766
Fianças prestadas favor de subsidiárias (a)	374.453.368	375.078.359

- a) Fianças prestadas à Administração Tributária a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais. Os principais processos para os quais tais fianças foram prestadas encontram-se divulgados a nível das demonstrações financeiras consolidadas.

A rubrica garantias prestadas por processos fiscais em curso inclui garantias prestadas a favor da Administração Fiscal relativas a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas referente aos exercícios de 2007 a 2015. Relativamente a estas garantias, o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Não foi constituída provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Empresa.

26 Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	326.665	262.561
N+1	21.533	21.533
N+2	21.533	21.533
N+3	21.533	21.533
N+4	16.150	21.533
N+5	-	16.150
	407.414	364.843

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 283.175 euros (267.378 euros em 31 de dezembro de 2017) relativo a contratos de locação operacional.

27 Entidades relacionadas

Os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidas como segue:

Saldos	31 dez 2018	31 dez 2017
Empresas subsidiárias	30.379.597	29.929.831
Empresas controladas conjuntamente	1.001.290	218.605
Outras partes relacionadas	98.000	98.000
Contas a receber	31.478.887	30.246.436
Empresa mãe	563.852	512.593
Empresas subsidiárias	32.665.803	4.241.261
Empresas controladas conjuntamente	23.018	-
Outras partes relacionadas	6.664	6.941
Contas a pagar	33.259.339	4.760.795
Empresas subsidiárias	426.986.000	110.649.867
Empréstimos concedidos (Notas 10 e 12)	426.986.000	110.649.867
Empresas subsidiárias	600.131.390	77.494.244
Empréstimos obtidos (Nota 22)	600.131.390	77.494.244

Transações	31 dez 2018	31 dez 2017
Empresas subsidiárias	2.029.413	1.743.261
Empresas controladas conjuntamente	111.533	223.066
Outras partes relacionadas	104.806	100.000
Prestação de serviços e outros rendimentos	2.245.752	2.066.327
Empresa mãe	584.297	540.705
Empresas subsidiárias	1.690.513	1.337.149
Empresas controladas conjuntamente	489	-
Outras partes relacionadas	38.445	42.206
Compras e serviços recebidos	2.313.745	1.920.060
Empresas subsidiárias	2.434.477	3.243.663
Juros auferidos	2.434.477	3.243.663
Empresas subsidiárias	1.978.054	1.099.011
Juros suportados	1.978.054	1.099.011
Empresas subsidiárias	178.316.060	17.418.496
Empresas controladas conjuntamente	24.873.210	37.391.100
Dividendos (Nota 29)	203.189.270	54.809.596
Empresas subsidiárias	1.791.362	2.399.600
Rendimentos unidades de participação	1.791.362	2.399.600
Empresas subsidiárias	390.117.702	-
Empresas controladas conjuntamente	1.389.604	-
Aquisição de investimentos financeiros/Aumento de capital social (Nota 35)	391.507.306	-

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA conforme identificadas nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA (empresa mãe) e suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos dominados pela Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA (outras partes relacionadas).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração atribuída para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 tem a seguinte composição:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Benefícios a curto prazo	1.283.050	1.309.500
Benefícios com base em ações	434.400	425.100
	1.717.450	1.734.600

Em 2018 e 2017, não foram concedidos empréstimos a Administradores da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existiam saldos com os administradores da Empresa.

28 Rédito de contratos com clientes

Os montantes de 524.985 euros e 523.066 euros relativos a 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respeitam a serviços prestados a subsidiárias, no âmbito da lei das SGPS.

29 Ganhos ou perdas relativos a investimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe dos ganhos ou perdas relativos a investimentos era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Dividendos	203.189.270	54.809.596
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos	115.623	-
Perdas de imparidade (Nota 8)	(721.000)	-
Reversão perdas de imparidade (Nota 8)	126.140.000	18.363.000
Rendimentos unidades de participação	1.791.362	2.399.600
	330.515.255	75.572.196

Os dividendos foram atribuídos pelas filiais Sonae MC, SGPS, SA (165.335.314 euros), Sonaegeest, SA (33.612 euros), Sonae Sierra, SGPS, SA (34.822.494 euros) e Sonaeacom SGPS, SA (2.997.850 euros).

30 Ganhos ou perdas financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Juros suportados:		
Relativos a empréstimos bancários	(1.605.243)	(2.177.490)
Relativos a obrigações não convertíveis	(2.096.624)	(2.137.348)
Outros	(1.980.024)	(1.099.011)
Encargos com emissão de dívida	(1.822.768)	(1.827.820)
Outros gastos e perdas financeiras	(143.249)	(154.592)
Gastos e perdas financeiras	(7.647.908)	(7.396.261)
Juros obtidos	2.434.805	3.243.663
Outros	56.715	-
Rendimentos e ganhos financeiros	2.491.520	3.243.663

31 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Rendas e alugueres	424.213	425.914
Trabalhos especializados (a)	2.644.034	2.131.031
Outros fornecimentos e serviços (b)	1.066.381	1.017.747
	4.134.628	3.574.692

- (a) O valor registado em trabalhos especializados em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, diz essencialmente respeito a serviços partilhados prestados por uma subsidiária e a consultadoria prestada por entidades externas.
- (b) Os montantes registados em outros fornecimentos e serviços em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 respeitam essencialmente a gastos com fianças prestadas pela empresa mãe, seguros e deslocações e estadas.

32 Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe dos gastos com o pessoal era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Remunerações	1.764.779	1.699.075
Encargos sobre remunerações	203.706	160.301
Outros gastos com o pessoal	26.212	78.709
	1.994.697	1.938.085

33 Imposto sobre o rendimento

O valor do imposto sobre o rendimento pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Imposto corrente	(164.981)	(503.745)
Imposto diferido	1.658.555	3.281.349
Economia de imposto no âmbito do RETGS	(450.280)	23.017.951
	1.043.294	25.795.555

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como se segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Resultado antes de imposto	320.764.264	67.427.715
Acréscimos/(Reduções) à matéria coletável:		
Dividendos não sujeitos a tributação	(203.189.270)	(54.809.596)
Perdas de imparidade	(125.419.000)	(18.363.000)
Outros	(53.876)	24.547
Matéria coletável	(7.897.882)	(5.720.334)
Taxa de imposto aplicável	21%	21%
Imposto calculado	-	-
Economia de imposto no âmbito do RETGS	(450.280)	23.017.950
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal apurado pelo grupo no âmbito do RETGS	1.658.555	3.281.349
Insuficiência de estimativa de imposto	(162.605)	(499.676)
Derrama	-	-
Tributações autónomas	(2.376)	(4.069)
Imposto do exercício	1.043.294	25.795.555

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica (des)economia de imposto no âmbito do RETGS corresponde essencialmente ao efeito do cálculo, no grupo, das tributações autónomas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor dos ativos por impostos diferidos e respetivo movimento pode ser detalhado como se segue:

Ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis	31 dez 2018	31 dez 2017
Saldo inicial	7.755.724	966.895
Reconhecimento de ativos por impostos diferidos	1.830.167	3.281.349
Efeito do excesso / (insuficiência) do exercício anterior	566.235	3.507.480
Saldo final	10.152.126	7.755.724

De acordo com a legislação portuguesa os prejuízos fiscais para os quais foram reconhecidos ativos por impostos diferidos são como segue:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização
Gerados em 2016	19.755.779	2028	21.306.549	2028
Gerados em 2017	19.872.599	2022	15.625.470	2022
Gerados em 2018	8.715.080	2022	-	-
	48.343.458		36.932.019	

34 Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	321.807.558	93.223.270
Efeito das ações potenciais	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	321.807.558	93.223.270
Numero de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	2.000.000.000	2.000.000.000
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido (Nota 20)	1.319.866	1.218.417
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	(404.917)	(436.212)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	2.000.914.949	2.000.782.205
Resultado por ação		
Básico	0,160904	0,046612
Diluído	0,160830	0,046593

35 Recebimentos / pagamentos de investimentos financeiros

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 podem ser analisados como segue:

Empresas	31 dez 2018		
	Aquisições / (alienações) do exercício	Valor recebido	Valor pago
Arat Inmuebles, SAU	1.827.149	-	1.827.149
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	46.047.451	-	46.047.451
Halfdozen Real Estate, SA	50.000	-	50.000
Halfdozen Real Estate, SA	(50.000)	50.000	-
Interlog, SGPS, SA	(222.309)	222.309	-
Mktplace Comércio Eletrônico, SA	1.389.604	-	1.389.604
SFS, Gestão e Consultoria, SA	48.455.868	-	48.455.868
Sonae Corporate, SA (Ex Sonae - Shared Service Center, SA)	6.062.634	-	6.062.634
Sonae Financial Services, SA	45.700.000	-	45.700.000
Sonae MC, SGPS, SA (Ex Sonae Investimentos, SGPS, SA)	223.111.000	-	223.111.000
Sonae MC, SGPS, SA (Ex Sonae Investimentos, SGPS, SA)	(124.883.953)	124.883.953	-
Sonae Sierra SGPS, SA	255.936.650	-	255.936.650
Sonaecenter, Serviços, SA	18.050.000	-	18.050.000
Sonaegest, SA	813.600	-	813.600
	522.287.694	125.156.262	647.443.956

36 Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como se segue:

	Empréstimos obtidos (nota 21)	Empresas do grupo (nota 22)
Saldo 1 de janeiro de 2017	466.000.000	38.642.000
Recebimentos de empréstimos bancários	3.765.134.000	-
(Pagamentos) de empréstimos de partes relacionadas	(3.818.494.000)	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas	-	1.048.639.244
(Pagamentos) de empréstimos de partes relacionadas	-	(1.009.787.000)
Saldo 1 de janeiro de 2018	412.640.000	77.494.244
Recebimentos de empréstimos bancários	2.815.683.000	-
(Pagamentos) de empréstimos de partes relacionadas	(2.622.073.000)	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas	-	2.138.369.590
(Pagamentos) de empréstimos de partes relacionadas	-	(1.615.732.444)
Saldo 31 de dezembro de 2018	606.250.000	600.131.390

37 Dividendos

Relativamente ao exercício de 2018, o Conselho de Administração irá propor que seja pago um dividendo ilíquido de 0,0441 euros por ação, o valor total de dividendos a pagar será de 88.200.000 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

38 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2019. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

39 Cumprimento de disposições legais

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Sonae Investments, BV

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

Arat Inmuebles, SAU

Bright Brands SportsGoods, SA

Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, SA

Fashion Division, SA

Halfdozen Real Estate, SA

Infofield – Informática, SA

MCCARE, Serviços de Saúde, SA

Modalfa – Comércio e Serviços, SA

Modaloop – Vestuário e Calçado, SA

Público – Comunicação Social, SA

Público, Comunicação e Jornalismo, SA

Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, SA

SFS, Gestão e Consultoria, SA

SK Skin Health Cosmetics, SA

Sonae Corporate, SA (Ex. Sonae - Shared Service Center, SA)

Sonae MC, SGPS, SA (Ex Sonae Investimentos, SGPS, SA)

Sonae RE, SA

Sonaecenter, Serviços, SA

Sonaecom – Serviços Partilhados, SA

Sonaecom, SGPS, SA

SonaeSR – Serviços e Logística, SA

Sontel, BV

Têxtil do Marco, SA

Worten – Equipamentos para o Lar, SA

WRT Business – Distribuição de Eletrodomésticos, Eletrónica e Informática, SA

Zippy - Comércio e Distribuição, SA

As respetivas posições credoras em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

	Saldo final
Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	722.000
Fashion Division, SA	137.673.000
Halfdozen Real Estate, SA	4.464.000
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	1.769.000
Modalfa – Comércio e Serviços, SA	11.366.000
SK - Skin Health Cosmetics, SA	273.000
Sonae Corporate, SA	140.120.000
Sonae Investments, BV	25.000.000
Sonaecenter, Serviços, SA	85.187.000
Zippy - Comércio e Distribuição, SA	20.412.000
Total	426.986.000

As respetivas posições devedoras em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

	Saldo final
Arat Inmuebles, SAU	1.287.000
Bright Brands Sportsgoods, SA	619.000
Infofield – Informática, SA	1.205.000
Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	815.000
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, SA	36.852.000
SFS, Gestão e Consultoria, SA	20.141.000
Sonae RE, SA	765.000
SonaeSR - Serviços e Logística, SA	7.334.000
Sontel, BV	395.710.390
Têxtil do Marco, SA	230.000
Worten - Equipamentos para o Lar, SA	135.123.000
WRT Business – Distribuição de Eletrodomésticos, Eletrónica e Informática, SA	50.000
Total	600.131.390



Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2018 os honorários do Revisor Oficial de Contas foram 31.650 euros, exclusivamente de serviços de auditoria.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada a 19 de março de 2019

Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do CA e e Co-Presidente da Comissão Executiva

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Co-Presidente da Comissão Executiva

José Manuel Neves Adelino, Administrador Não-Executivo

Andrew Eustace Clavering Campbell, Administrador Não-Executivo

Christine Cross, Administradora Não-Executiva

Tsega Gebreyes, Administradora Não-Executiva

Marcelo Faria de Lima, Administrador Não-Executivo

Margaret Lorraine Trainer, Administradora Não-Executiva



Certificação Legal de Contas



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 7.772.493.731 euros e um total de capital próprio de 3.288.816.688 euros, incluindo um resultado líquido de 221.653.131 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas

O grupo detém investimentos em empreendimentos conjuntos no valor de 1.624 milhões de euros, essencialmente referentes aos investimentos na ZOPT (683,8 milhões de euros), detentora de investimentos nas associadas Angolanas e Moçambicanas, Finstar, Mstar e Zap Media, no valor de, aproximadamente, 100 milhões de euros, tendo a economia Angolana sido considerada hiperinflacionária nos exercícios de 2018 e 2017, assim como diversos empreendimentos conjuntos detidos através da subsidiária, Sonae Sierra (909,8 milhões de euros). O Grupo detém ainda investimentos em associadas no valor de 368 milhões de euros, fundamentalmente referentes a interesses detidos através da Sonae Sierra (188,7 milhões de euros) e em Fundos de Investimento de Capital de Risco (99,4 milhões de euros), os quais têm as suas participações financeiras valorizadas ao justo valor.

Os investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial. Conforme preconizado na IAS 36 são efetuados testes de imparidade aos investimentos sempre que se verifique a existência de indícios de imparidade, sendo para o efeito preparados planos de negócio. No caso das entidades detidas pela Sonae Sierra SGPS, S.A., o seu valor de realização é calculado por referência ao preço estimado de venda tomando por base a valorização a justo valor das suas propriedades de investimento, determinado por avaliações realizadas por entidades especializadas (Nota 10) e de acordo com os “Practice Statements” do “RICS Appraisal and Valuation Manual” publicado pelo “The Royal Institution of Chartered Surveyors” (“Red Book”).

Considerando o elevado grau de julgamento na determinação do valor recuperável, assente na definição pela Gestão de um conjunto de

Obtivemos as demonstrações financeiras consolidadas da subsidiária Sonae Sierra, do empreendimento conjunto ZOPT e dos Fundos de Investimento, bem como as respetivas certificações legais das contas, emitidas por outro auditor. Sendo as referidas demonstrações financeiras auditadas por outro auditor, enviamos instruções de auditoria, interagimos com os respetivos auditores, avaliamos a estratégia e plano de auditoria, e revimos os procedimentos de auditoria para as áreas de risco significativo e respetivas conclusões.

Relativamente à ZOPT, realizámos ainda um conjunto de procedimentos de auditoria, dos quais salientamos: (i) validação dos ajustamentos decorrentes de Angola ter sido considerada economia hiperinflacionária, de acordo com a IAS 29; (ii) análise da razoabilidade dos pressupostos utilizados nos testes de imparidade do empreendimento conjunto, com enfoque nas suas associadas, dado o impacto que as atuais condições económicas de incerteza daqueles mercados podem ter nas estimativas consideradas, recorrendo, nomeadamente, aos nossos peritos internos para a revisão das taxas de desconto e análise de cenários e sensibilidade das variáveis relevantes; (iii) comparação do valor contabilístico com o valor de mercado da NOS; e (iv) validação da aplicação do método de equivalência patrimonial às referidas participações.

Relativamente às participadas da Sonae Sierra, para além da revisão dos papéis de trabalho dos auditores da Sonae Sierra, para uma amostra de propriedades de investimento detidas por algumas participadas realizámos ainda os seguintes procedimentos de auditoria: (i) obtenção

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
<p>estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas e de mercado, os quais, no caso de Angola e Moçambique, estão ainda sujeitos a questões específicas dos respetivos países, assim como nos pressupostos utilizados na determinação do justo valor das participadas dos Fundos de Investimento e na complexidade associada à mensuração das propriedades de investimento a justo valor relativamente às participações detidas pela Sonae Sierra, consideramos estes investimentos como um tema relevante de auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.2 b), 2.9, 6.2 e 12 às demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>das avaliações efetuadas por parte das entidades contratadas pelo grupo para o efeito; (ii) análise dos principais pressupostos incluídos nas referidas avaliações, nomeadamente taxas de desconto, <i>exit cap rates</i>, taxa de crescimento da receita, variação do rácio de resultado operacional sobre receita e as <i>yield</i> implícitas na avaliação, com recurso a peritos internos; e (iii) validação da aplicação do método de equivalência patrimonial às referidas participações.</p> <p>Verificámos também a adequabilidade das divulgações relativas aos empreendimentos conjuntos e associadas, tendo em conta o normativo contabilístico aplicável.</p>

Imparidade de goodwill e outros ativos não correntes, exceto propriedades de investimento

Em 31 de dezembro de 2018, a demonstração consolidada da posição financeira inclui goodwill no valor de 779,5 milhões de euros, dos quais 150,4 milhões de euros gerados em aquisições do exercício, assim como ativos fixos tangíveis no valor de 1.656 milhões de euros e ativos intangíveis sem vida útil definida no valor de 137 milhões de euros.

O goodwill e os ativos intangíveis sem vida útil definida (marcas) não são amortizados, sendo testados anualmente, ou sempre que existam indícios de imparidade. No que diz respeito aos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade sempre que existam indícios de imparidade, tendo sido registados no exercício cerca de 15,5 milhões de perdas por imparidade adicionais e cerca de 13,5 milhões de reversões de perdas por imparidade.

A determinação da quantia recuperável dos referidos ativos efetuada através da metodologia dos fluxos de caixa descontados, foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta o elevado grau de julgamento no

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos critérios para determinação das unidades geradoras de caixa dos modelos de avaliação utilizados nos testes de imparidade; (ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes e metodologia utilizada nos respetivos cálculos, em particular, taxas de desconto, taxas de crescimento e taxas de royalties, no tocante às marcas, recorrendo, nomeadamente, aos nossos peritos internos; e (iii) análise de cenários e sensibilidade das variáveis relevantes.

Relativamente aos ativos imobiliários, os procedimentos de auditoria sobre esta matéria relevante incluíram, entre outros: (i) a obtenção das avaliações externas; (ii) avaliação dos critérios utilizados pelo consultor externo na quantificação do justo valor dos referidos ativos imobiliários, nomeadamente rendas e *yields* utilizados e comparação com o ano anterior; e (iii) adequabilidade para uso dos referidos

Matérias relevantes de auditoria

apuramento do respetivo valor, assente na definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados no plano estratégico dos referidos negócios. Para a maioria dos seus ativos imobiliários, o Grupo determina o respetivo valor recuperável (justo valor menos custos de vender) através de avaliações de peritos externos. A avaliação do justo valor destes ativos foi igualmente considerada uma matéria relevante de auditoria pelo facto de não existir um mercado ativo, e consequentemente requerer um elevado grau de julgamento na determinação do respetivo valor.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.2 c), 2.3, 2.5, 2.9, 8, 9, 11 e 32 às demonstrações financeiras consolidadas.

Síntese da abordagem de auditoria

critérios na determinação da quantia recuperável para fins das demonstrações financeiras consolidadas.

Verificámos ainda a adequabilidade das divulgações relativas a estes testes de imparidade.

Mensuração subsequente de propriedades de investimento

As propriedades de investimento, no valor de 982,9 milhões de euros são mensuradas ao justo valor determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada independente. A valorização a justo valor das referidas propriedades de investimento é determinada de acordo com as orientações estabelecidas para o cálculo do NAV (“Net Asset Value”) previstas pelo INREV (European Association for Investors in Non-Listed Real Estate Vehicles).

A mensuração das propriedades de investimento a justo valor foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta o elevado grau de julgamento e a complexidade associada à referida mensuração.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.4 e 10 às demonstrações financeiras consolidadas.

As propriedades de investimento apresentadas na demonstração consolidada da posição financeira respeitam à subsidiária Sonae Sierra, cujas demonstrações financeiras consolidadas são auditadas por outro auditor. Para além de obtermos a certificação legal das contas das referidas demonstrações financeiras consolidadas, revimos os papéis de trabalho dos auditores da Sonae Sierra, com enfoque nos procedimentos efetuados e conclusões relativamente à mensuração das propriedades de investimento a 31 de dezembro de 2018, nomeadamente quanto à avaliação da competência técnica do consultor e aos requisitos de independência, tendo verificado a obtenção da sua confirmação escrita sobre este facto.

Adicionalmente, para uma amostra de propriedades de investimento controladas pelo Grupo, obtivemos as avaliações efetuadas por parte das entidades contratadas pelo Grupo para o efeito e analisámos os principais pressupostos incluídos nas referidas avaliações,

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

nomeadamente taxas de desconto, *exit cap rates*, taxa de crescimento da receita, variação do rácio de resultado operacional sobre receita e as *yields* implícitas na avaliação, com recurso a peritos internos. Para os ativos com proposta de venda, analisámos ainda o respetivo suporte documental.

Verificámos ainda a adequabilidade das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, tendo em conta o normativo contabilístico aplicável.

Litígios e contingências

Os passivos contingentes divulgados pelo Grupo com referência a 31 de dezembro de 2018, incluem posições fiscais incertas em Portugal a serem alvo de análise por parte dos tribunais competentes, para os quais, à referida data, tinham sido prestadas garantias ou fianças no valor de 1.182,6 milhões de euros, parte das quais (531,7 milhões de euros) relativas a processos em tribunal relativos a liquidações adicionais de Imposto sobre Valor Acrescentado.

A classificação dos litígios e contingências enquanto passivo contingente ou provisão, bem como a sua mensuração, foram considerados uma matéria relevante na nossa auditoria, tendo em conta a materialidade dos montantes associados, o elevado grau de julgamento por parte da Gestão, o facto de se tratarem de processos de complexa avaliação e pela imprevisibilidade dos desfechos dos referidos processos, os quais dependem de potenciais desenvolvimentos futuros.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.12, 2.14, 32 e 34 às demonstrações financeiras consolidadas.

Os procedimentos de auditoria relativamente à avaliação de contingências e litígios fiscais realizados com o apoio dos nossos peritos fiscais internos, incluíram entre outros: (i) obtenção de uma relação de processos fiscais em curso e respetiva avaliação da probabilidade de desfecho, preparada pelo departamento fiscal corporativo do Grupo, a qual inclui as subsidiárias significativas do Grupo; (ii) obtenção e análise da informação constante das respostas aos pedidos de confirmação dos processos a cargo dos consultores jurídicos externos, quando aplicável; (iii) para uma amostra de processos em curso, análise da referida documentação e avaliação das reclamações e contestações efetuadas pelo Grupo, nos casos aplicáveis; (iv) discussão dos pressupostos e argumentos que sustentam a posição da Gestão; e (v) avaliação dos pressupostos assumidos pelo Grupo na classificação da contingência.

Verificámos ainda a adequabilidade das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores

O Grupo efetua um conjunto significativo de acordos com fornecedores que originam receitas comerciais com os mesmos. Tais receitas prendem-se com: i) descontos de quantidade obtidos em função das compras aos referidos fornecedores, sendo tais descontos registados em Inventários, como dedução ao preço de compra; ii) montantes relativos a prestação de um serviço em loja, tais como produtos em folheto ou topos, assim como comparticipação de campanhas promocionais de produtos de parceiros, indiretamente associados a processos de compra, relevados contabilisticamente como uma dedução ao “Custo das existências vendidas e consumidas”.

A classificação contabilística de cada tipo de receita acima identificada depende de uma análise detalhada dos termos contratuais, requer julgamento na sua classificação, estando suportado em sistemas de informação específicos com tipologias definidas de receitas comerciais.

As receitas obtidas junto de fornecedores foram consideradas uma matéria relevante de auditoria tendo em consideração a sua materialidade, o volume das transações efetuadas e o facto de requerer julgamento no processo de registo dos acordos celebrados com os fornecedores.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.11, 2.18, 15, 19 das demonstrações financeiras consolidadas.

Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a análise do desenho, implementação e avaliação dos controlos considerados relevantes na área de receitas comerciais (aprovação dos acordos com os fornecedores, sistemas de informação que suportam as referidas operações e os seus cálculos, interfaces de dados); (ii) procedimentos analíticos, nomeadamente quanto a rácios de receita sobre compras, por segmentos de produtos, evolução mensal e comparações com o ano anterior; (iii) para uma amostra de receitas comerciais, análise do suporte documental no sentido de verificar que as mesmas se encontravam devidamente contratualizadas e acordadas com os respetivos fornecedores e validação da adequacidade do tratamento contabilístico dos referidos contratos; (iv) validação da correta especialização no final do exercício, nomeadamente através da análise de registos subsequentes efetuados em 2019; (v) análise dos ajustamentos manuais ao processo de reconhecimento de receitas; e (vi) confirmação externa de uma amostra de saldos de fornecedores e análise da respetiva reconciliação, quando aplicável.

Verificámos, ainda, a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Tratamento contabilístico de transações significativas e não usuais

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas pelo Grupo algumas transações significativas e não usuais, nomeadamente, aquisição do controlo do Grupo Sierra e subsequente integração dos ativos e passivos desta participada, assim como a realização de operações de *sale and leaseback* de imóveis.

Em setembro de 2018, o Grupo adquiriu o controlo sobre o Grupo Sonae Sierra, empreendimento conjunto até essa data, através da aquisição de 20% do número de ações representativas do seu capital, não tendo, à data de 31 de dezembro de 2018, efetuado a alocação do preço de aquisição aos ativos e passivos adquiridos, o que originou o reconhecimento de um goodwill no valor de 134,6 milhões de euros.

Adicionalmente, e conforme referido na Nota 8, durante o exercício, o Grupo procedeu a alienações de ativos afetos à atividade do retalho alimentar, as quais foram efetuadas conjuntamente com a celebração de contratos de locação operacional, tendo gerado mais-valias líquidas de cerca de 37,4 milhões de euros.

Tendo em consideração o julgamento por parte da Gestão, quer no que respeita à avaliação de controlo relativamente ao Grupo Sonae Sierra, quer no que respeita à classificação das referidas locações, bem como a relevância dos impactos das referidas transações (revalorização do interesse anteriormente detido na Sonae Sierra no valor de 45,9 milhões de euros, reciclagem para resultados do exercício do outro rendimento integral acumulado no valor de 74,3 milhões de euros e mais valias de 37,4 milhões de euros), consideramos estas operações como matérias relevantes de auditoria.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) obtenção e análise das cláusulas do contrato de compra que sustenta a obtenção de controlo; (ii) análise da quantificação do outro rendimento integral acumulado reciclado para o resultado do exercício e reexecução do cálculo da revalorização do interesse anteriormente detido no Grupo Sonae Sierra.

Relativamente às operações de *sale and leaseback* dos imóveis, os nossos procedimentos incluíram: (i) obtenção e análise das escrituras de alienação de imóveis bem como dos respetivos contratos de locação operacional; (ii) revisão dos critérios definidos ao nível do normativo contabilístico aplicável, para enquadramento dos referidos contratos como contratos de locação operacional; e (iii) revisão do cálculo do valor atual dos pagamentos mínimos futuros da locação e análise do período de locação.

Validámos, ainda, a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas respeitantes a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 4.1 e 8 das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
 - b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
 - c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
 - e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
 - g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
 - h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- e

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido publicado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados auditores da Sonae, SGPS, SA pela primeira vez na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 3 de maio de 2018 até ao termo do mandato em curso 2015-2018;

b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 28 de março de 2019; e

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

28 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 4.970.787.087 euros e um total de capital próprio de 3.722.393.879 euros, incluindo um resultado líquido de 321.807.558 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Mensuração de Investimentos Financeiros em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

A Sonae, SGPS, S.A. detém participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos no valor de 4.472,7 milhões de euros, mensuradas a custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade, as quais são analisadas a cada data de relato no sentido de serem detetados indicadores de eventuais perdas por imparidade. São efetuados testes de imparidade às participações financeiras sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o ativo possa não ser recuperado, os quais, à data de 31 de dezembro de 2018, foram baseados em modelos de fluxos de caixa descontados e avaliação de ativos imobiliários nas participadas detentoras deste tipo de ativos.

As avaliações do justo valor das referidas participações foram consideradas uma matéria relevante de auditoria tendo em conta os respetivos montantes e os respetivos impactos nas demonstrações financeiras separadas (reversão de perdas por imparidade no valor de 126 milhões de euros), e porque requerem um elevado grau de julgamento na determinação do respetivo valor, assente na definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas e de mercado com impacto nas projeções de fluxos de caixa, na avaliação dos impactos de eventuais responsabilidades decorrentes de passivos contingentes com elevado fator de imprevisibilidade, assim como em diferenciais de justo valor de imóveis de algumas participadas com ativos imobiliários.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.2, 8 e 29 das demonstrações financeiras separadas.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros a apreciação da existência ou não de indícios de imparidade nas participações financeiras e, a existirem: (i) a avaliação dos métodos e pressupostos relevantes utilizados para a quantificação do valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, quando aplicável; (ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes e metodologia utilizada nos respetivos cálculos, em particular, taxas de desconto, taxas de crescimento, recorrendo, nomeadamente, aos nossos peritos internos para a revisão das taxas de desconto e principais pressupostos; (iii) avaliação dos critérios utilizados pelo consultor externo na quantificação do justo valor dos ativos imobiliários, no caso das participadas com ativos imobiliários, nomeadamente rendas e *yields* utilizados e comparação face ao ano anterior; (iv) avaliação do impacto de eventuais passivos contingentes na quantificação do valor recuperável; e (v) análise de cenários e sensibilidade das variáveis relevantes.

Validámos ainda a adequabilidade das divulgações relativas à valorização das participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, em conformidade com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Sonae, SGPS, SA pela primeira vez na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 3 de maio de 2018 até ao termo do mandato em curso 2015-2018;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 28 de março de 2019; e
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

28 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.



Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonae, SGPS, S.A.

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência e de acordo com o estabelecido no seu Regulamento, as linhas estratégicas e a política de risco aprovada pela gestão da sociedade e das suas participadas, as quais não lhe mereceram reparo, analisou com a extensão aconselhável a atividade do Conselho de Administração e respetivas comissões, nomeadamente a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, bem como verificou a observância dos normativos legais.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração, designadamente da Comissão de Auditoria e Finanças, as informações necessárias ao exercício da sua atividade de fiscalização e procedeu às interações necessárias ao cumprimento das competências elencadas na lei e no seu Regulamento Interno.

O Conselho Fiscal verificou, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades e apreciou os relatórios emitidos pelo Provedor Sonae, avaliou o processo de elaboração das contas individuais e consolidadas, prestou ao Conselho de Administração informações relativas às conclusões e à qualidade do processo de revisão legal de contas e a sua intervenção nesse processo, aprovou, com caráter prévio, a prestação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo de serviços distintos dos de auditoria permitidos nos termos da lei, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da competência e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como à supervisão da determinação da respetiva remuneração.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa na posição financeira consolidada e individual da Sonae, SGPS, S.A. e, neste ponto de vista, destaca a evolução positiva dos segmentos de negócio e das principais parcerias, cujos efeitos são patentes no salutar desenvolvimento económico e financeiro do Grupo.

O Conselho Fiscal observou a Recomendação I.5 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, nos termos dos critérios por si estabelecidos nos números 3 a 5 do art.º 4º do seu Regulamento, com vista à caracterização do nível relevante de transações celebradas com acionistas detentores de participações qualificadas ou com entidades com estes em qualquer uma das relações estatuídas no nº1 do art.º 20º do Código de Valores Mobiliários, não tendo identificado a concretização de transações relevantes à luz daqueles critérios, nem identificou a presença de conflitos de interesses.

O Conselho Fiscal observou as Recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG I.2.2, I.2.3, 1,2,4, I.3.1,1.3.2, 1.5.1, 1.5.2, III.1.1, III.8 (com incidência na política de risco em conformidade e no âmbito da sua competência), III.11, III.12, IV.4, V.1.2 (com incidência na apreciação do cumprimento do orçamento e na gestão de risco, em conformidade e no âmbito da sua competência legal) VII.1.1,VII.2.1, VII.2.2 e VII. 2.3.

Sendo um órgão totalmente integrado por membros independentes à luz dos critérios legais e profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do revisor oficial de contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal realizou quatorze reuniões, sete das quais presenciais, em que, de acordo com a natureza dos assuntos a tratar, contou com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, da Tesouraria e Finanças, dos Assuntos Fiscais, da Auditoria Interna, de Gestão de Risco, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e do Provedor Sonae. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício e teve ao longo do exercício disponibilidade de acesso a toda a informação documental ou pessoal que se afigurou adequada ao exercício da sua ação fiscalizadora.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do nº 5 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo analisado que o mesmo contém os elementos referidos no art.º 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão, incluindo o Relatório do Governo da Sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão;
- b) As demonstrações individuais e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- c) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art.º 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o Relatório do Governo da Sociedade cumpre o disposto no art.º 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

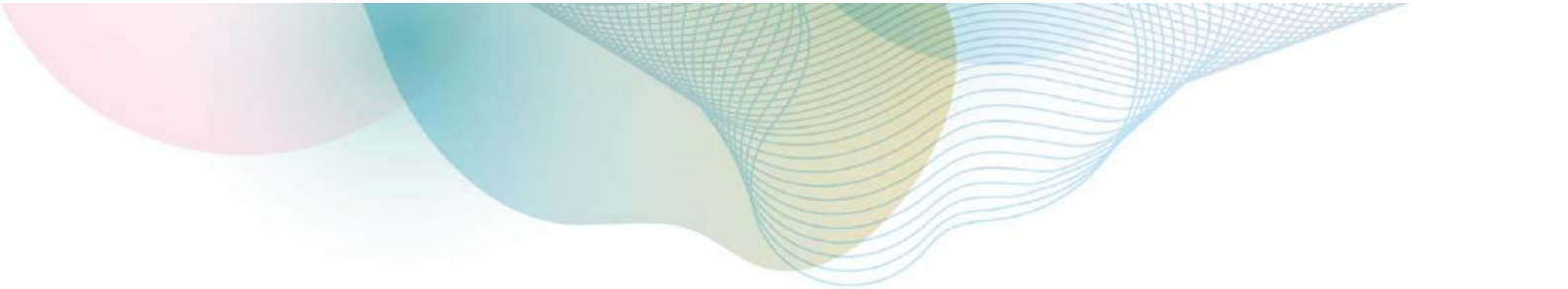
Maia, 28 de março de 2019

O Conselho Fiscal

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Manuel Heleno Sismeiro

Maria José Martins Lourenço da Fonseca



Contactos Comunicação e Investidores

Patrícia Vieira Pinto
Diretora de Relação com Investidores
pavpinto@sonae.pt
Tel.: + 351 22 010 4794

Catarina Oliveira Fernandes
Diretora de Comunicação, Marca e Responsabilidade Corporativa
catarina.fernandes@sonae.pt
Tel.: + 351 22 010 4775

Design

SKA Publicidade

Propriedade

Sonae
Lugar do Espido Via Norte
4471-909 Maia
Portugal
Tel.: +351 22 948 7522
www.sonae.pt

Sonae encontra-se admitida à cotação na Euronext Stock Exchange.

Informação pode ainda ser obtida na Reuters com o símbolo SONP.IN e na Bloomberg com o símbolo SONPL.